



*Plano Mineiro
de Desenvolvimento Integrado*

PMDI 2016 - 2027

Perfis Territoriais

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E GESTÃO



VOLUME 3

Ficha Técnica - PMDI 2016-2027

Governo de Minas Gerais

Fernando Damata Pimentel

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Helvécio Miranda Magalhães Júnior

Coordenação:

Wieland Silberschneider

César Cristiano de Lima

Andrea Castello Branco Rena

Otávio Martins Maia

Guilherme Bernard Valadares Lobato

Solimar Assis

Vanice Cardoso Ferreira

Equipe Técnica:

Amanda de Campos Nascimento

Ana Flávia de Castro Moraes

Andréa Mara da Cruz Rocha

Augusto Conrado Martins

Camilla Rafaela Alves Maia

Diego Pessoa Santos

Geovana Maria do Carmo Santos

Gilmar Alvares Cota Junior

Giselle Camargos Volponi da Rocha

Gustavo Oliveira Braga de Souza

Ivan Tavares de Melo Filho

Jean Mattos Duarte

João Victor de Almeida Chaves

Jonathan Henrique Souza

Karen Christine Dias Gomes

Luana Michele de Souza

Maria Angélica de Andrade Vasconcelos

Marina Emilia Inácio

Mateus Felipe dos Reis Martins

Mila Magalhães Ribeiro

Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues

Fundação João Pinheiro

Roberto do Nascimento Rodrigues

Coordenação:

Bruno Lazzaroti Diniz Costa

Danilo Jorge Vieira

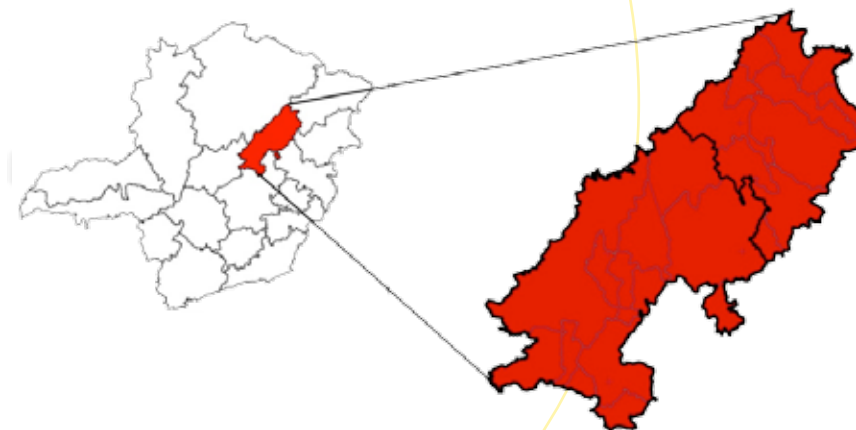
Mauro Cesar da Silveira

Perfil Territorial

Sumário

Alto Jequitinhonha	4
Caparaó	29
Central	46
Mata	65
Médio e Baixo Jequitinhonha	87
Metropolitano	109
Mucuri	134
Noroeste	152
Norte	171
Oeste	191
Sudoeste	213
Sul	229
Triângulo Norte	255
Triângulo Sul	279
Vale do Aço	301
Vale do Rio Doce	320
Vertentes	341

Perfil Territorial: Alto Jequitinhonha



INTRODUÇÃO

Visando a aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

O Território de Desenvolvimento Alto Jequitinhonha é composto por 24 municípios distribuídos em 2 Microterritórios e conta com a população total de 305.616 habitantes, que corresponde a 1,52% da população mineira. A extensão territorial é de 21.207,66 Km² correspondendo a 3,6% do total de Minas Gerais. Os municípios mais populosos são Diamantina (45.880 hab.); Capelinha (34.803 hab.), Itamarandiba (32.175 hab.) e os menos populosos são Presidente Kubitschek (2.959 hab.), São Gonçalo do Rio Preto (3.056 hab.), Alvorada de Minas (3.546 hab.).

O Território Alto Jequitinhonha faz fronteira com os territórios Norte, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Vale do Rio Doce, Metropolitana, Central.

É o 5º território de desenvolvimento menos populoso de Minas Gerais, apresentando densidade populacional de 14,05 habitantes/km². Essa população é 61,65% urbana (183.718 hab.) e 38,35% rural (114.276 hab.), sendo que esta proporção de habitantes na área rural é a maior em comparação com os demais Territórios.

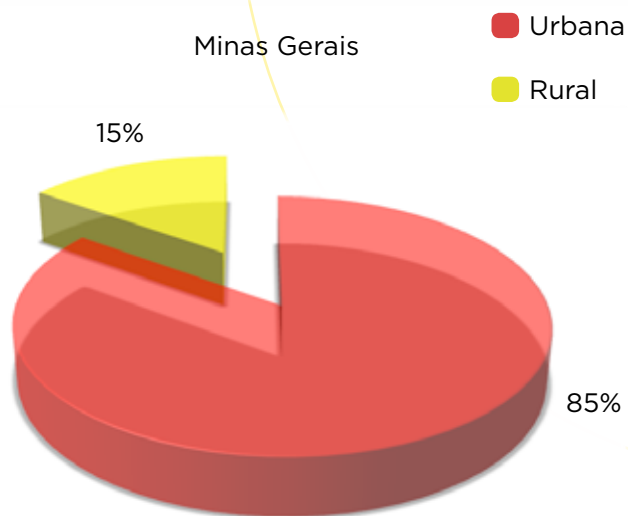
Município	Micro Território
Aricanduva	Capelinha
Berilo	
Capelinha	
Chapa do Norte	
Francisco Badaró	
Jenipapo de Minas	
José Gonçalves de Minas	
Leme do Prado	
Minas Novas	
Turmalina	
Veredinha	
Alvorada de Minas	Diamantina
Carbonita	
Coluna	
Couto de Magalhães de Minas	
Datas	
Diamantina	
Felício dos Santos	
Gouveia	
Itamarandiba	
Presidente Kubitschek	
São Gonçalo do Rio Preto	
Senador Modestino Gonçalves	
Serro	

DISTRIBUIÇÃO DO DOMICÍLIOS
ÁREA RURAL E URBANA

Alto Jequitinhonha



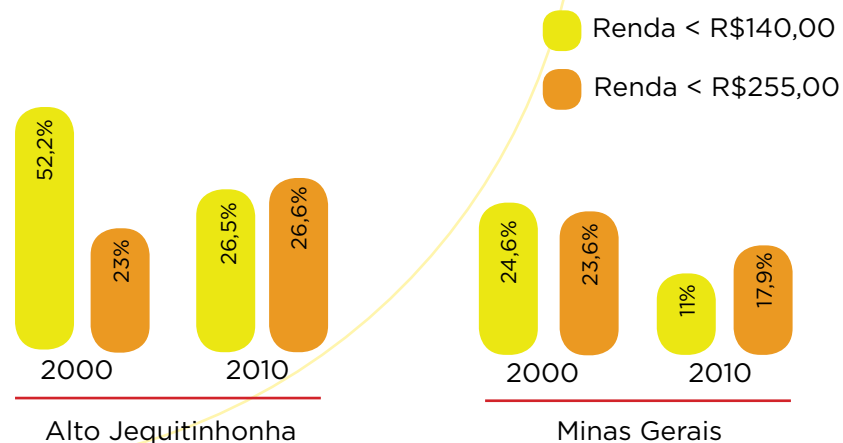
Minas Gerais



O território responde por 0,6% do PIB mineiro, com 2,3% dos empregos formais criados no Estado em 2013. No que se refere à composição setorial do PIB, evidenciava-se, em 2012, maior participação do setor de serviços (69,2%), seguido pela agropecuária (18,8%) e pela indústria (12%). Entre 2000 e 2012, o crescimento do PIB per capita da região esteve abaixo da média do Estado.

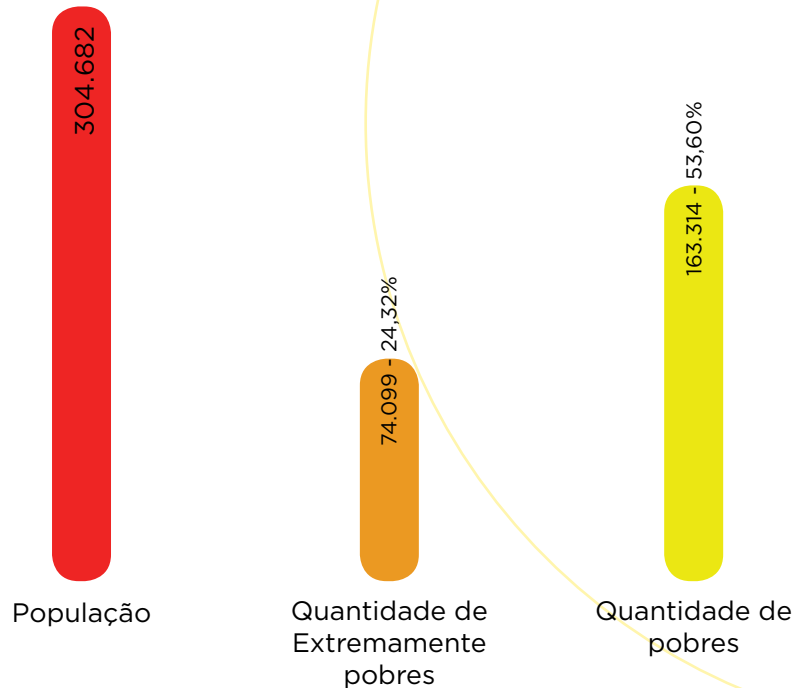
No Alto Jequitinhonha, 11,7% da população conta com acesso a disposição adequada de resíduos sólidos, 69,5% é atendida por rede geral de distribuição de água e 50,3%, por rede de esgoto ou fossa séptica.

EFEITOS DO BOLSA FAMÍLIA E AUMENTO
DO SALÁRIO MÍNIMO NA PORBREZA



Nesse território, 77,7% da população possui renda mensal per capita igual ou inferior a 1/2 salário mínimo, o que configura situação de pobreza. Entre os pobres, 68,8% (ou 53,6% da população do território) têm renda mensal per capita igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo, sendo considerados extremamente pobres.

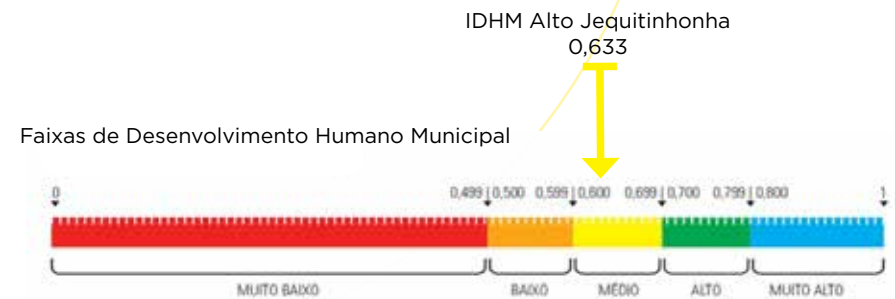
ALTO JEQUITINHONHA



A taxa de cobertura do Programa Saúde da Família é de 100% e o índice de mortalidade infantil no primeiro ano de vida, segundo dados de 2013, é de 18,3 a cada 1.000 crianças nascidas vivas (em Minas Gerais, a média é de 12,2).

A proporção de pobres do Território de Desenvolvimento Alto Jequitinhonha é de aproximadamente 27% sendo a terceira maior do estado. A renda per capita observada no Território Alto Jequitinhonha é de R\$ 394,50, correspondendo a segunda pior do Estado, em valores de 2010.

Percebe-se, portanto, que este Território é um dos que merece uma atenção especial do Governo do Estado de Minas Gerais e outro indicador que contribui para esta visão é o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida. A média deste Índice para o Território Alto do Jequitinhonha é de 0,660, sendo o quinto pior do Estado.



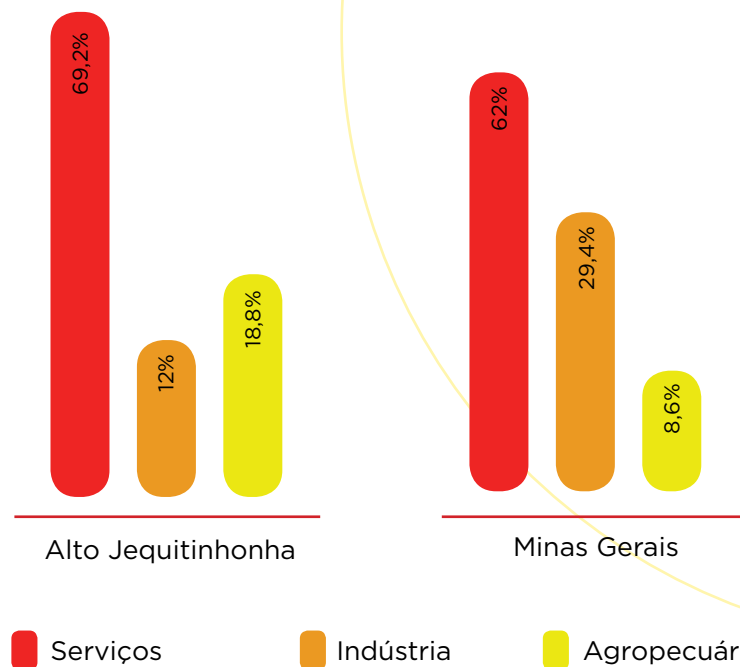
EIXO1-DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Segundo o IBGE, em 2012, a contribuição do Alto Jequitinhonha no PIB estadual foi de 0,6%. A região apresenta baixo dinamismo econômico, sendo necessário o direcionamento de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento local.

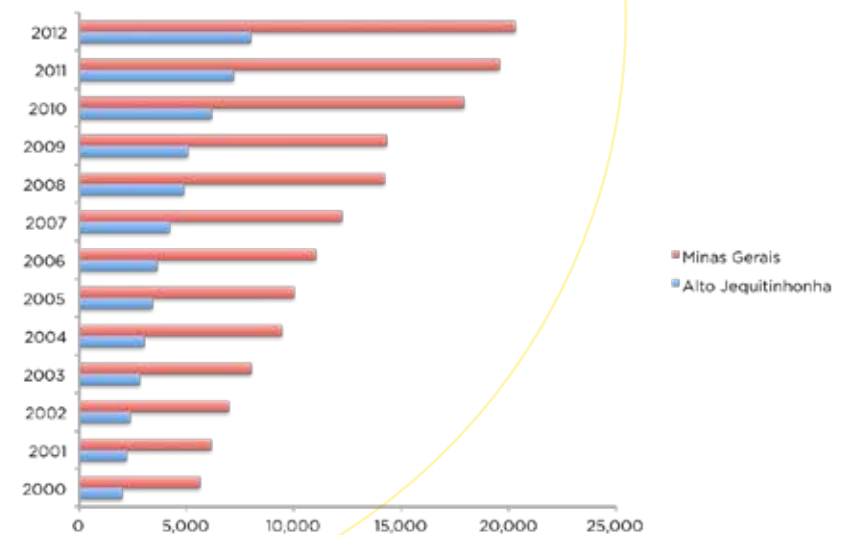
A economia do Alto Jequitinhonha tem como principal produto o leite, que gera anualmente R\$ 77,6 milhões de receita, já o café arábica representa 66,7 milhões, destaca-se ainda a produção de cana de açúcar.

Com relação à composição da economia, percebe-se que a indústria tem uma importância reduzida no território, representando menos da metade da proporção estadual. Por outro lado, a agropecuária representa 18,8% da economia do território, em contraste com apenas 8,6% no Estado.

COMPOSIÇÃO DA ECONOMIA



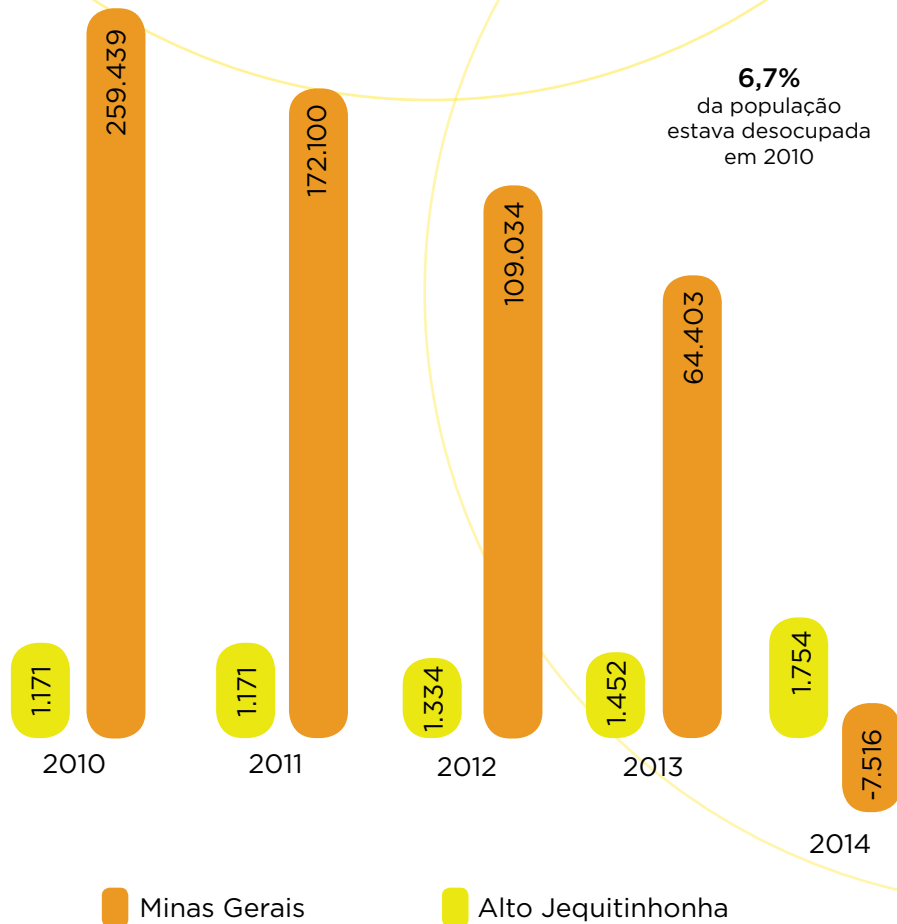
EVOLUÇÃO DO PIB
MINAS GERAIS X ALTO JEQUITINHONHA



(Fonte: IBGE)

O PIB do território Alto Jequitinhonha representa 0,6% do PIB total do Estado

SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS



Contrário à tendência apresentada por Minas Gerais, o saldo de empregos formais criados no território apresentou variação positiva fechando 2014 com 19,2% de crescimento em relação a 2010. O território apresenta indicadores econômicos preocupantes se comparados à situação estadual. A renda per capita mensal média é de R\$ 394,50.

O território, juntamente com o Vale do Rio Doce, Mucuri e Médio e Baixo Jequitinhonha, compõe uma região caracterizada pela presença de relevos acidentados, expressiva quantidade de solos pobres, clima quente e distribuição irregular de chuvas. Tais condições são favoráveis para a existência de produções de subsistência, cultivados predominantemente em propriedades familiares.

Por tratar-se de uma região pertencente ao semiárido, neste território agricultores familiares são atendidos com recursos oriundos do Garantia Safra. Trata-se de uma iniciativa do Governo Federal que se concretiza a partir do repasse de recursos, com contribuição do Estado, visando garantir renda mínima a produtores que tenham declarado perdas a partir de 50% da produção de suas lavouras em decorrência de excesso hídrico ou estiagem. No ano de 2015, foram ressarcidas 1007 safras no território, em oito municípios. Para a próxima safra - 2015/2016 - 20 municípios poderão ser contemplados.

O Jequitinhonha contempla grande parte das comunidades quilombolas do Estado, são 115 ao todo. Neste sentido, o Governo do Estado concentra esforços para apoio à valorização social deste grupo, inclusive, no processo de reconhecimento de seus territórios.

O Alto do Jequitinhonha é sede de um Circuito Turístico: Diamantes, em Diamantina. O município também faz parte dos destinos prioritários para o turismo no país, denominado como destino indutor nacional pelo governo federal. 90,9% dos municípios da região estão associados a Circuitos Turísticos (além do Circuito Diamantes, o território tem municípios pertencentes aos Circuitos Pedras Preciosas e Lago do Irapé).

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

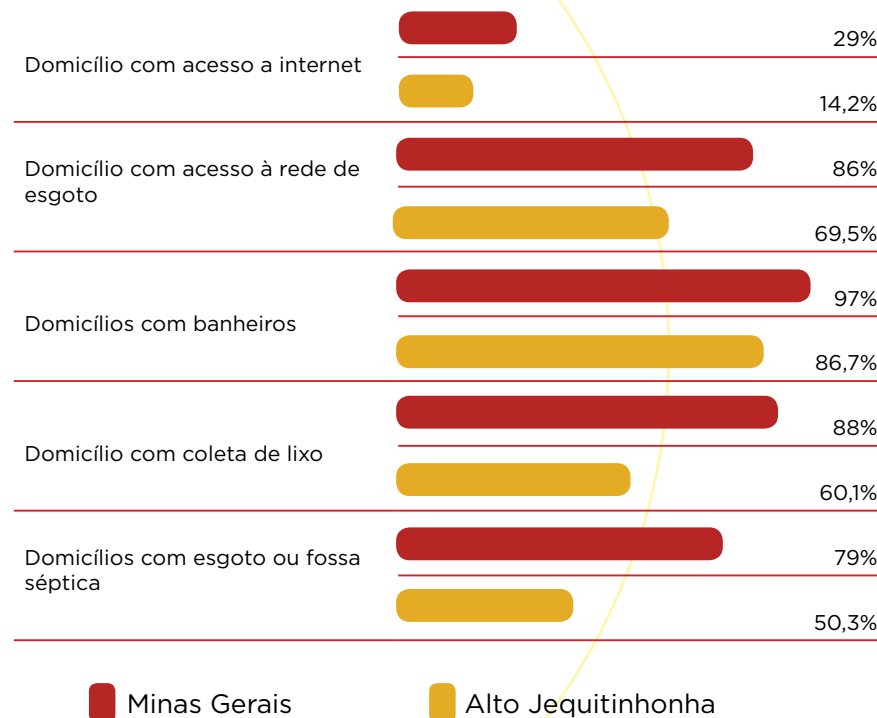
Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Alto Jequitinhonha se encontra na situação mais precária, estando abaixo da média estadual, tendo, em média, 78% da população atendida. No que diz respeito à realidade interna, o Território apresenta o maior desequilíbrio entre os municípios, variando de 47% a 99% da população atendida.

No que diz respeito à população atendida com serviços de coleta de lixo, esse Território se encontra numa situação precária, sendo um dos com menor atendimento, estando abaixo da média estadual e tendo, em média, 93% da população atendida. No entanto, o Território é um dos com menores desequilíbrios internos, tendo municípios variando de 82% a 100% da população atendida. Em relação aos domicílios com esgotamento sanitário adequado, esse Território possui média de 50% de atendimento desta política pública.

No que concerne à população em domicílios com acesso a energia elétrica, esse Território se encontra abaixo da média estadual, tendo, aproximadamente, 98% dos domicílios atendidos, sendo, inclusive, o quinto de menor atendimento no estado. Em relação à realidade interna, esse apresenta certo equilíbrio na diversidade interna, tendo municípios entre 95% e 99% com população atendida. Tratando-se de habitação, o Alto Jequitinhonha apresenta 20,39% dos domicílios com mais de 2 moradores por dormitório, o que sinaliza para um alto déficit de moradias.

Há, ainda, quatro aeródromos nos municípios de Minas Nova, Capelinha, Serro e Diamantina, e as principais rodovias que cortam o Território são: BR 367, BR 451 e BR 259 (rodovias federais) e MG 010, MG 117 e MG 220 (rodovias estaduais).

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS MINAS GERAIS X ALTO JEQUITINHONHA



Com relação à infraestrutura urbana, em todos os quesitos constantes no gráfico, os domicílios do Alto Jequitinhonha são defasados em relação a Minas Gerais como um todo. As maiores distâncias dizem respeito ao acesso a internet, presença de esgoto e fossa séptica, e coleta de lixo. O percentual de domicílios com acesso a internet é quase a metade do estadual.

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Cerca de 11,73% dos indivíduos possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais (em valores de 2010, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). Sendo assim, a fim de elevar a renda da população do Alto Jequitinhonha, é necessária a intervenção do Estado no sentido de oferecer as condições para o desenvolvimento da agricultura familiar, por meio de incentivo à formação de cooperativas, de qualificação do agricultor familiar, implantação de unidades produtivas e subsídios aos insumos necessários à produção notadamente no que se refere à cadeia produtiva do leite.

Existem, nesta região, 63.834 famílias cadastradas no CadÚnico (Cadastro de Programas Sociais do Governo Federal), sendo que, destas, 38.034 famílias são pobres (renda per capita familiar menor do que R\$ 154,00) e 31.547 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

A População Economicamente Ativa da região totaliza 144.860 pessoas.

Centro de Saúde/Unidade Básica

146 Unidades

14º maior
número de
Unidades

Postos de Saúde

38 Unidades

10º maior
número de
Unidades

Esse território conta com uma cobertura populacional de 98,87% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo superior à média estadual que é de 91,41%. No que diz respeito à Atenção Básica, ordenadora das redes de atenção, o território conta com um total de 110 Equipes de Saúde da Família distribuídas entre os seus 24 municípios.

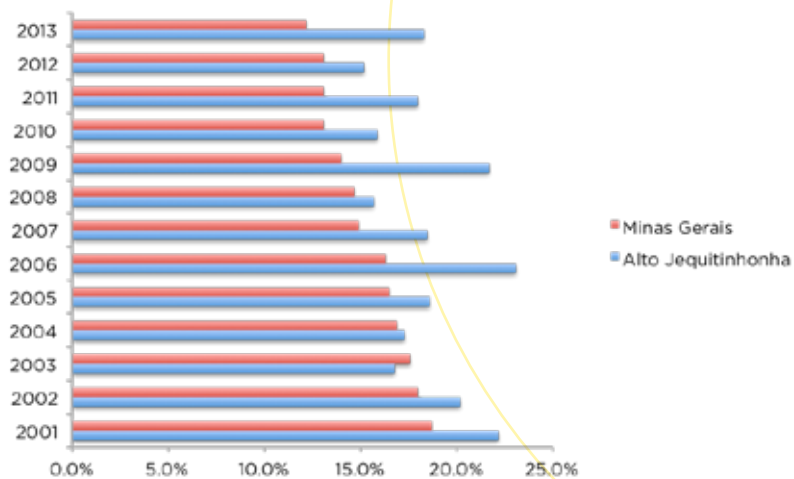
O Alto Jequitinhonha conta com 19 hospitais de abrangência municipal ou microrregional, e com dois Centros de atendimento às gestantes de alto risco e um Centro para tratamento de pacientes hipertensos e diabéticos. Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos SUS, a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de três leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,85.

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU

regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. A construção e o funcionamento do serviço são fruto da parceria entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios. As Regiões Ampliadas de Saúde Jequitinhonha/Nordeste já contam com o serviço implantado com sede no município de Teófilo Otoni, sendo que esse SAMU Regional abrange o território Alto Jequitinhonha.

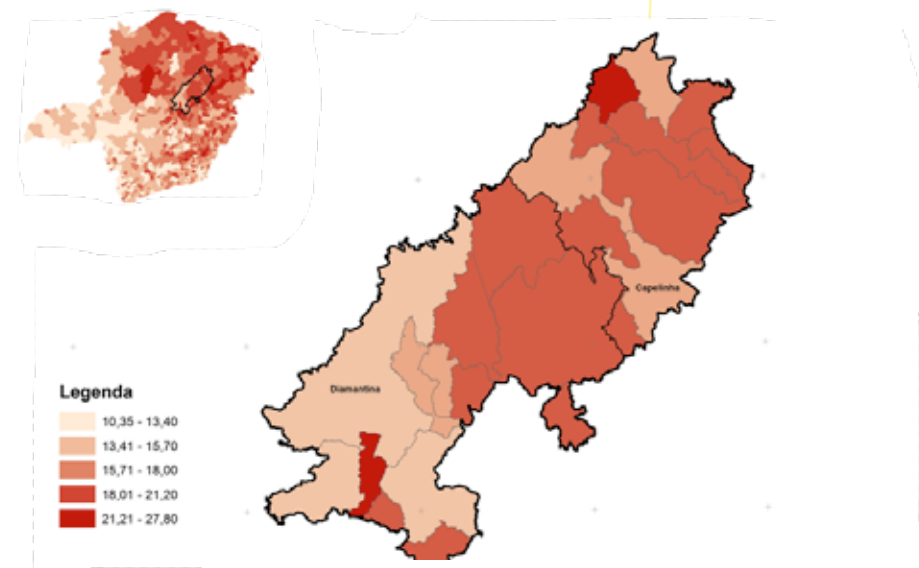
A mortalidade infantil constitui-se um dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Alto Jequitinhonha, a TMI foi de 18,3 por 1.000 nascidos vivos, sendo a maior taxa dentre os territórios do Estado.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ALTO JEQUITINHONHA
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL) - 2010



Fonte: SEPLAG/FJP

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Alto Jequitinhonha os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 78,17% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção abaixo do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Alto Jequitinhonha está muito acima da média estadual, com 77,38.

EIXO 4 – SEGURANÇA PÚBLICA

No Território de Desenvolvimento Alto Jequitinhonha, as taxas de homicídios apresentaram expressivos crescimentos a partir do ano 2000. Entre 2005 e 2013, no entanto, o território tem apresentado tendência de queda gradual dos indicadores de mortes violentas. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 112,83 crimes violentos e 10,69 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.



EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

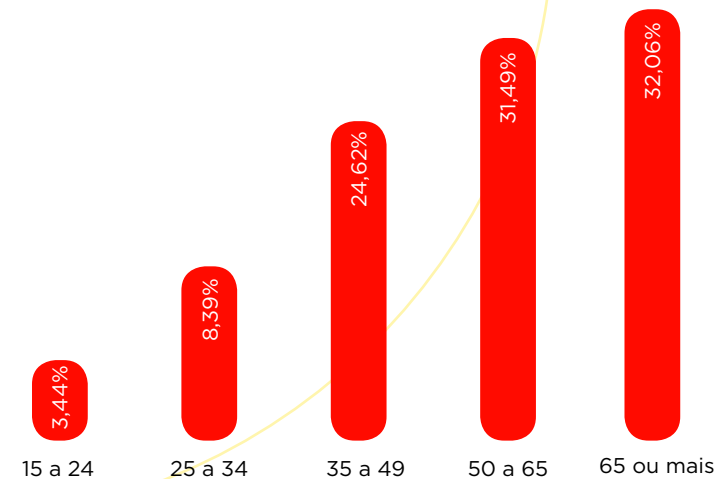
Neste território, 4.838 habitantes que têm entre 6 e 17 anos estão fora da escola, o que representa 6% da população. A taxa de analfabetismo entre 18 e 24 anos (2,45%) é superior à observada no estado como um todo para a mesma faixa etária (1,32%). A instrução de 53% dos jovens entre 15 e 17 anos é de Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto. (IBGE, 2010).

A ESCOLARIDADE DAS PESSOAS

Analfabetismo - 2010

De cada 100 pessoas entre 15 e 24 anos de idade, apenas 3 não sabem ler e escrever

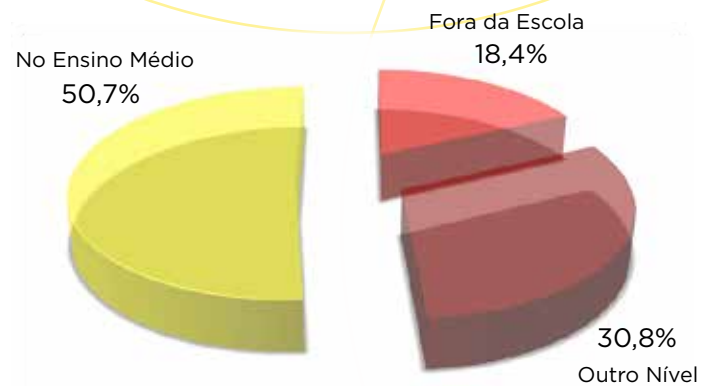
POR FAIXA ETÁRIA



Fonte: IBGE 2010

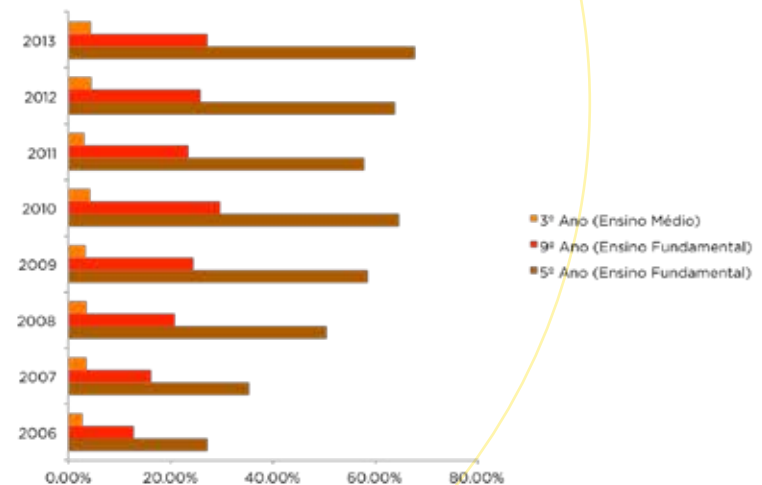
A taxa de analfabetismo total no território é de 26,2% na zona rural e 12,1% na zona urbana. Destaca-se que apenas 3,6% da população têm ensino superior completo. A maior parte da população (71%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto. (IBGE, 2010).

EDUCAÇÃO DE JOVENS (15 A 17 ANOS)



Quanto aos indicadores da Educação Básica, o PROEB 2014 evidencia que no 5º ano do Ensino Fundamental 55,3% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 67% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 36,2% dos alunos no nível recomendável em Português e 5,2% em Matemática.

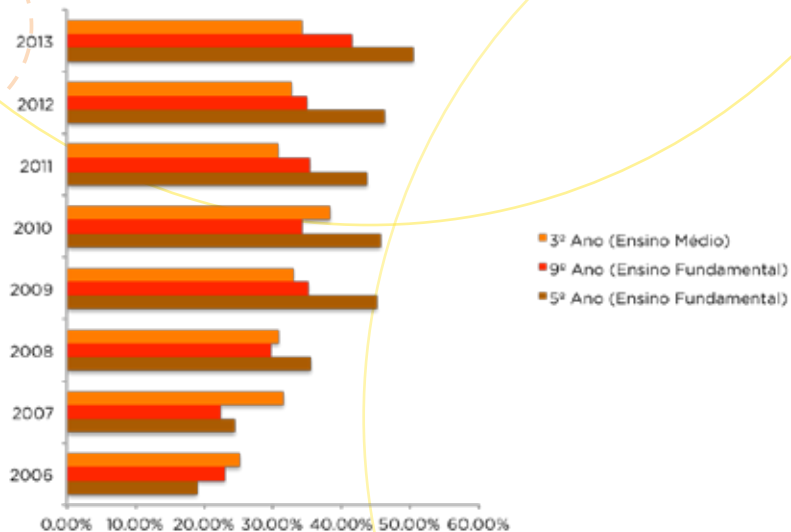
O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	27.15%	35.28%	50.59%	58.51%	64.69%	57.80%	63.83%	67.77%
9º Ano	12.78%	16.21%	20.73%	24.48%	29.59%	23.56%	25.75%	27.16%
3º Ano	2.72%	3.61%	3.60%	3.32%	4.28%	3.11%	4.52%	4.41%

Fonte: SEE-MG, PROEB

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS

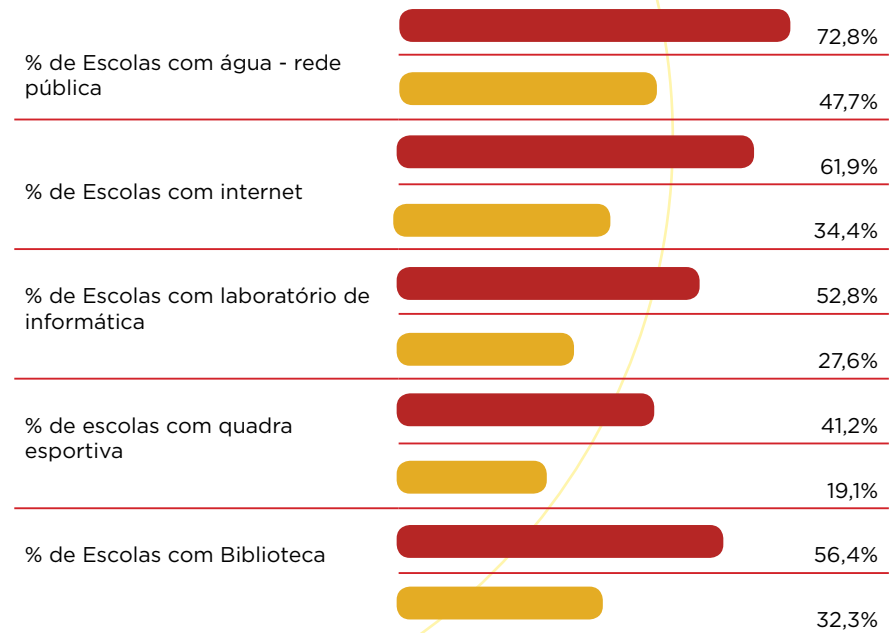


	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	18.99%	24.49%	35.56%	45.16%	45.70%	43.75%	46.36%	50.48%
9º Ano	23.05%	22.45%	29.71%	35.19%	34.28%	35.44%	34.98%	41.59%
3º Ano	25.22%	31.58%	30.89%	32.96%	38.36%	30.79%	32.73%	34.29%

Fonte: SEE-MG, PROEB

Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 467 escolas presentes no território, 62,7% não têm acesso à internet, 67% não têm biblioteca, 71,7% não tem laboratório, 78,6% não têm quadra poliesportiva e 51% não têm rede de água. (INEP, Censo Escolar, 2014).

INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS PÚBLICAS - 2014



Minas Gerais

Alto Jequitinhonha

Este território é reconhecidamente um dos mais importantes em termos históricos e culturais, destacando-se, sobretudo, as cidades de Diamantina, que, inclusive possui o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, e Serro. Além da grande riqueza histórica e cultural do patrimônio edificado, Diamantina e Serro encontram-se sob a proteção do registro federal da Linguagem dos Sinos.

O território conta com 22 bibliotecas, sendo que Capelinha, Itamarandiba e Turmalina têm um número significativo de leitores cadastrados em comparação aos demais municípios. Foram criados 12 pontos de cultura, sendo que Diamantina, Serro e Couto de Magalhães tem dois, os outros municípios são Carbonita, Datas, Francisco Badaró, Jenipapo de Minas, São Gonçalo do Rio Preto e Veredinha. Duas cidades possuem arquivos públicos: Diamantina e Minas Novas. Somente Diamantina possui duas livrarias.

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda rodada, é aberta a escuta à sociedade que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e de representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade

civil organizada de Minas Gerais. Os Fóruns Regionais são um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais construirá políticas públicas que respeitem as características de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional do Alto Jequitinhonha realizado em Diamantina no dia 26 de agosto de 2015. O encontro contou com a participação de 398 inscritos representantes dos municípios deste território. No total, 424 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população.

EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

- Apoio do governo para colocar em operação o aeroporto regional de Capelinha, que tem como foco o uso industrial e também o aeroporto de Diamantina, mais focado ao turismo de lazer e de negócios, criando facilidades para implementar voos regulares. Neste sentido, trabalhar toda a estrutura necessária para a sua operação regular.
- Estabelecer o distrito industrial no município de Capelinha, que se faz necessário devido à demanda latente de empresas que querem se instalar na região.
- Promover um grupo de apoio às organizações que representam o microempreendedor individual na área de artesanato para promover e facilitar financeiramente sua participação em feiras regionais e estaduais com foco no transporte, hospedagem e estandes.

- Implementar um parque tecnológico no território do Alto Jequitinhonha que promova a interação entre as instituições de ensino superior e tecnológico, tais como UFVJM, IFNMG, UEMG, SISTEMA S, FIEMG etc., e à iniciativa privada com o objetivo de criar uma estrutura na região de desenvolvimento de base tecnológica.

- Fortalecimento dos espaços no Alto Jequitinhonha que abriguem incubadoras e aceleradoras de iniciativas de empreendedorismo (no UAITEC, UFVJM, IFNMG, UEMG) instalando um polo regional do Minas Digital. Criação de um grupo de trabalho para viabilizar a aproximação das instituições de ensino com o setor privado, legislação específica para o segmento startup, incluindo o ensino de empreendedorismo no ensino fundamental II e médio.

- Adotar programas de transferência de conhecimento e capacitação permanentes, tais como as seguintes iniciativas: (i) Feira de Negócios do Espinhaço - Diamantech; e (ii) Feira do Produtor Rural - Diamantagro - E outros espaços a serem criados para a transferência de tecnologia à comunidade do Alto Jequitinhonha.

- Criar condições para viabilizar a cadeia produtiva (beneficiamento, fornecedores, geração de energia por biomassa, desenvolvimento de tecnologia, capacitação de recursos humanos) do eucalipto plantado no Alto Jequitinhonha.

- Promoção e regularização de práticas tradicionais, com foco no extrativismo vegetal e mineral, especialmente as sempre-viva, garantindo a conciliação entre conservação ambiental e agricultura tradicional.

- Promoção da regularização fundiária e acesso à terra, tendo em vista o acesso ao crédito fundiário e com foco nos municípios de menor IDH, nas terras devolutas do estado, nas

comunidades tradicionais, nas plantações de eucalipto e nas áreas de sempre-vivas.

- Fomento à produção familiar, com distribuição de insumos, máquinas e sementes crioulas, valorização do agricultor que preserva o ambiente e ampliação do acesso à assistência técnica, com estruturação e ampliação do pessoal da emater, do ief, do ima e da epamig, e com o foco na agroindústria, na agroecologia, no car, na piscicultura, na silvicultura, na fruticultura, nos hortigranjeiros, na produção de ração e na cadeia do leite.

- Apoio à regularização dos agricultores familiares, suas organizações e seus empreendimentos, com foco na agroindústria familiar, na educação sanitária, na adequação da legislação à realidade e na isenção fiscal da agricultura familiar, na estruturação dos sistemas de inspeção municipal e na construção de unidades de beneficiamento e processamento de produtos de origem animal.

- Apoio à comercialização da agricultura familiar, principalmente por meio da implementação de pontos e feiras livres e o apoio ao transporte dos produtos, com foco no acesso aos mercados institucionais, no cooperativismo e associativismo e na estruturação de unidades regionais de comercialização e de abate de animais.

- Apoio à infraestrutura rural, com foco na irrigação da produção familiar, na readequação de estradas vicinais, na eletrificação e na habitação rural e na educação do campo como atrativo para a permanência do jovem no campo.

- Conservação, recuperação e despoluição de nascentes, córregos, rios, áreas de recarga, matas ciliares e mananciais, com aporte financeiro ao ief, fornecimento de mudas e materiais para cercamento, repasse de recursos aos municípios e apoio ao

agricultor familiar, com foco na gestão por sub-bacias hidrográficas.

- Criação de imposto compensatório sobre as grandes áreas monocultoras de eucalipto (sequestro de água), com criação de fundo para recuperação de áreas degradadas e pagamento por serviços ambientais.

- Realização de convênios com os municípios, para a readequação ecológica de estradas vicinais, a construção de barragens e micro barragens de contenção e o apoio a práticas de conservação do solo e a tecnologias de captação de água da chuva.

- Apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas agroecológicas nas áreas de desmatamento e prevenção e combate a incêndios

- Reestruturação, aparelhamento e modernização dos órgãos que compõem o Sisema, com apoio ao copam, o foco na educação ambiental e a adequação da legislação à realidade da agricultura familiar.

- Promover o desenvolvimento do turismo regional por meio de Fortalecimento do programa de regionalização do turismo, Programa de Estruturação dos destinos, sinalização turística, programa de restauração e revitalização do patrimônio, promoção e divulgação da região, qualificação da cadeia produtiva e fortalecimento do turismo de base comunitária.

- Criação do Fundo Estadual do Turismo e aumento da alíquota do ICMS turístico

- Incentivo a produção associada ao turismo e economia criativa como vetor de valorização da cultura local e geração de renda.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- pavimentação asfáltica: Senador Modestino/ Itamarandiba/ Capelinha/ Setubinha (reestadualização via distrito de contrato mg-214); Diamantina / Monjolos e Corinto / André Quicé (mg-220); Serra Azul/ Rio Vermelho/ Colina (mg-10); Planalto de Minas ao Campo Alegre; Felício dos Santos/rio vermelho; mg-10 até Alvorada de Minas; Chapada do Norte/ Ijicatu/ Virgem da Lapa (conclusão da mg-677); Minas Novas/Chapada do Norte/Berilo/ Virgem da Lapa (br - 367); recapeamento asfáltico da br-367 do trevo de Araçuaí e Carbonita a Curvelo; construção do trevo de acesso ao IFNMG - campus Diamantina e o partec - UFVJM; construção do acesso ao campus JK da UFVJM.

- Aumentar a oferta e diversificar as fontes de energia elétrica: há décadas a cidade de Itamarandiba vem enfrentando problema crônico no abastecimento elétrico. O principal motivo é a ausência de subestação de energia da CEMIG na cidade. O problema se agrava ainda mais diante da precariedade das linhas de transmissão; flexibilizar e simplificar os critérios de participação do projeto clarear aos pequenos municípios que não possuem mapeamento urbano; Construção de pequenas Usinas Experimentais de captação de Energia Solar e Eólica (serra do camelinho - Gouveia e serra negra em Itamarandiba) para geração de energia elétrica, que viabilizem a preservação ambiental;

- Saneamento: Adequação e tratamento de bocas de lobo, desvio da galeria de esgoto que passa próximo ao hospital Nossa Senhora da Saúde (Diamantina); Retomar a obra (que está próxima à conclusão) de estação de tratamento de esgoto em Itamarandiba e demais ações da COPANOR nos Distritos em Itamarandiba; Complemento da estação de tratamento de esgoto

em Minas Novas; Criação de um fundo de saneamento, estável e permanente, para apoio a ações da COPANOR; Saneamento da fossa sanitária existente na região urbana/bairro campo de São Gonçalo do Rio Preto; - criar programa para que a copasa elabore projetos de estações de tratamento de água (eta) e estação de tratamentos de esgotos (etes) para aqueles municípios que comprovadamente não possuam condição de fazê-lo; Implantação de sistemas de abastecimento de água por gravidade, com captações nas serras de Campo das Flores no Ribeirão Itanguá, Bartal e na Serra do Brejinho em Três Fronteiras para atender as Localidades de: São José da Cachoeira, Alto do Itanguá, Lamba;

- Tratamento e Repluviação: Repluviação e tratamento do Rio Jequitinhonha, principalmente do trecho de Mendanha adiante afetado pelo garimpo; Retomada de obras de tratamento na bacia do rio Prata, Quatro Vinténs e Rio Grande; Revitalizar a biquinha do ponto histórico do município de Chapada do Norte no bairro São Geraldo (Bairro da Bica); Tratamento do Rio Grande e Palha (Diamantina); Canalização do Rio São João com o rio Bixiga em Itamarandiba (tem ocorrido despejo de resíduos hospitalares nesses cursos d'água); Recuperação e revitalização dos rios Capivari e Araçuaí que abastece cerca de 70% da população do município de Chapada do Norte; Degradação de nascentes e cursos d'água/ Necessidade de Implantação de programa interinstitucional de conservação e recuperação de ambientes estratégicos.

- Habitação: Criar programa de ampliação e reforma de habitação rural; melhor regulamentação da definição de limites de parques de preservação estadual, criando alternativas as residências já existentes no local como programas habitacionais, principalmente as que envolvem áreas dentro do perímetro urbano; Na habitação faltam condições de plano de construção

de casas populares com baixos preços; Construção de casas para pequenos agricultores no PROGRAMA PNHR - disseminar o projeto para mais município e dar mais agilidade nos projetos apresentados pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares.

- Ampliar a cobertura e a força do sinal de telefonia móvel, internet e demais meios e comunicação: Subsídio à aquisição de terrenos para implantação de telefonia móvel nos pequenos municípios; praça da juventude, area de realização de atividades culturais de inclusão digital, de Capelinha; Educação a distância não atinge todos os habitantes do Alto Jequitinhonha.

- resíduos sólidos: liberação de recursos financeiros e apoio técnico para implantação de consórcio intermunicipal de resíduos sólidos (aterro sanitário - usina de triagem e compostagem de resíduos sólidos)

- Barragens: Construção de barragens ao longo do rio Araçuaí e seus afluentes: Capivari, Fanado e Itamarandiba; Construção de uma barragem no Rio Capivari (superação de um contexto calamitoso de falta de recursos hídricos) e de Santa Rita, além da verificação das barragens já existente;

- Duplicação: Duplicação da ponte que liga Carbonita a Itamarandiba (MG-451); Duplicação da ponte que liga Carbonita a Turmalina; Duplicação ou construção de terceira via no trecho do morro do bota (grande número de acidentes) que liga Itamarandiba a Coluna (MG-117, aproximadamente 8 km's); Duplicação do trecho (de alto risco) entre Diamantina e Couto Magalhães; Alargamento da ponte que liga Serro a Sabinópolis na BR-259.

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

- Fortalecimento de atenção básica em todos os municípios da macro diamantina incluindo o aumento do financiamento e implantação da rede conforme o princípio da política nacional da EB, com implantação de NASFs de acordo com a realidade local e necessidades, ampliando para áreas longínquas e de difícil acesso. Apoio do Estado de MG para as ações de promoção a saúde e formação humana mediadas pela UFVJM através da formação de equipes multiprofissionais e aporte de recursos para montagem de um programa de saúde itinerante para o programa de educação permanente e capacitação. Aumento e regularização da lista de medicamentos da AB, bem como da sua distribuição. Implantação de uma política de apoio aos médicos do programa mais médicos (médicos cubanos), para que possam atuar como profissionais envolvidos com o sofrimento da população, tanto com alopatria, homeopatia e medicina comunitária. Não impor a esses médicos os métodos capitalistas dos alopatas, respeita-los, pois são credenciados pela OMS e por isso não possuem CRM.

- Reestruturar e fortalecer os serviços ofertados na macro região, para melhor atendimento nas áreas: hemodiálise, ortopedia, gravidez, saúde mental, odontologia, serviços de fornecimento de medicamentos e ampliação de serviços a diabético, hipertensos e serviços de prevenção de DSTs.

- Promoção à saúde, formação humana e social direcionada aos povos do alto Jequitinhonha, através de ações do estado de MG mediadas pela UFVJM.

- o Ação 1: Caravana de saúde, cultura e cidadania. Montar equipes de saúde em diversas áreas para visitar os municípios e oferecer trabalhos de apoio.

- o Ação 2: treinamento e formação da UFVJM. Trazer grupos dos municípios para as universidades.

- o Ação 3: Fortalecimento do programa de educação permanente para profissionais de saúde. Capacitar profissionais e aproxima-los dos municípios.

- o Ação 4: museu do alto Jequitinhonha. Fortalecer as origens do Jequitinhonha.

- Republicação urgente do edital de chamamento publico para o credenciamento e habilitação do serviço de cardiologia. Liberação do recurso para a realização da reforma e adequação do pronto atendimento e da unidade coronariana em diamantina.

- Maior atenção aos Hospitais Filantrópicos e Santas Casas. Implantação do serviço de oncologia, serviço de queimados, exames e cirurgias de alto custo e cardiologia na Santa Casa de Diamantina e retomada das obras de ampliação paradas desde 2014. Criação do laboratório de análises clínicas na santa casa de caridade de diamantina em parceria com a UFVJM para atendimento a microrregião (oferta de cursos gratuitos de enfermagem e parceria com o IFNMG). Ampliação da maternidade do Hospital Nossa Senhora da Saúde para atender maior numero de gestantes de alto risco.

- Liberação do incentivo do plano de ação regional da rede de urgência e emergência- RUE leito retaguarda da clinica medica.

- Liberação de recurso do convenio 1664; Repasse integral das parcelas do convenio 505/2011; Liberação de recursos do convênio 2002/2014 Para implantação do serviço de cirurgia ortopédica de media complexidade no município de turmalina.

- Implantação com custeio tripartite do Centro de Especialidades Multiprofissionais compreendendo o atendimento

para todas as micros de acordo com a realidade regional. Implantação e implementação dos C.E.O.s cobrindo todos os municípios que atualmente tem baixo cobertura. Criação do serviço de atendimento ambulatorial para pacientes portadores de doença renal crônica.

- Revisão do contrato do CER IV para ampliação do teto financeiro. Retorno do pagamento da produção (Portaria 790/2014).

- Implantação e implementação do CAPS adulto e infantil e CAPS AD com custeio tripartite, abrangendo todos os municípios da macro região, sendo alocados por micro, com atendimento 24 horas nos CAPS adulto e AD, de acordo com a necessidade regional, implantando equipes de saúde mental nos municípios para garantir o atendimento e gerenciar, quando necessário, dentro da micro. Habilitação e credenciamento dos leitos de saúde mental pelo ministério da saúde.

- Revisão do contrato único do SUS para readequação do teto orçamentário dos hospitais da macro-região Jequitinhonha.

- Abrigo físico, com estrutura adequada para cuidados aos animais. Atenção à saúde animal no que se refere à vacinação e outros cuidados básicos. Veterinário popular. Transporte. Campanha de controle de natalidade. Campanha educativa. Capacitação para os funcionários. Leis que levem as autoridades a cumprirem as demandas de sua competência para a proteção dos animais. Programas e projetos de proteção, cuidado e assistência a esses animais.

- Reclassificação hierárquica dos hospitais da macro e micro região com respectivo investimento de acordo com a sua importância estratégica. Fortalecimento dos pequenos hospitais. Mudança do modelo de financiamento, aproveitando a vocação de

cada hospital.

- Criação de núcleo micro regional em vigilância em saúde (equipe multiprofissional de unidades de saúde para ações da vigilância sanitária, epidemiológica, zoonoses - com equipamento e vestimenta adequada especialmente para realização da catação manual do escorpião amarelo em diamantina e região -, laboratórios, etc.).

- Implantação do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador - CEREST.

- Criação de um programa de oftalmologia com custeio tripartite contemplando a atenção primária, secundária e urgência emergência. Implantação do serviço de urgência oftalmológica no Alto Jequitinhonha e fortalecimento de rede.

- Direcionamento da UPA.

- Melhoria do sistema de gestão SUS fácil, aumentando a agilidade para as transferências.

- Criação da central de regulação da macro do Jequitinhonha retirando a regulação da macro de Teófilo Otoni.

- Garantia de custeio para o programa de tratamento fora domicílio-TFD.

- Ampliação e renovação (frota/estrutura) do serviço do SAMU. Não somente com a aquisição de novas ambulâncias, mas também com maior atenção e investimento na rede do SAMU com a aquisição de mais unidades USAS.

- Construção de ginásios poliesportivos e formação de equipes. Inclusão do custeio para a manutenção da estrutura e da qualidade dos profissionais.

- Organização dos campeonatos regionais. Incluindo a acessibilidade e a prática de esportes para os deficientes.

- Criação do fundo para o esporte em semelhança aos

fundos de saúde/educação.

- Programa para trabalho na prática de esportes com crianças.
- Destinação de percentual de recursos da loteria mineira para associações entidades esportivas.
- Trabalho com esporte com os jovens rurais, para evitar o êxodo rural.
- Criar uma academia com pessoas qualificadas para atender a população idosa.
- Criação de programas de esportes fortalecendo a parceria entre secretaria estadual e secretarias municipais.
- Efetivar políticas de proteção e promoção de direitos humanos às mulheres, idosos, crianças e adolescentes, LGBT, pessoa com deficiência, negros, grupos religiosos e comunidades tradicionais, com a criação do Centro Referência de Direitos Humanos, garantindo o cumprimento das legislações e convenções vigentes.
- Investimento Estadual para criação, implantação e custeio do Centro de Conselhos Municipais (Controle Social), incluindo programa de capacitação para os conselheiros; fomentar a criação dos conselhos nos municípios do território;
- Fomentar para os municípios a implantação de estrutura física para crianças, adolescentes e juventudes, integradas com programas de esporte, cultura e lazer;
- Realizar parceria com a UFVJM fomentando pesquisas científicas de impacto social de acordo com a diversidade das demandas do território, de forma a viabilizar a troca dos saberes regionais;
- Fortalecimento da Rede SUAS por meio da ampliação do recurso para o Piso Mineiro de Assistência Social:

- Financiar construção e manutenção da infraestrutura dos equipamentos CREAS e CRAS do território;
- Promover a regionalização do serviço de proteção social especial, nos municípios onde não existe a prestação do serviço e melhoria dos serviços existentes.
- Ampliação de equipes volante viabilizando o trabalho na zona rural;
- Criação dos agentes comunitários sociais para atuação nos municípios mais vulneráveis do território;
- Implementar programa de educação continuada para os trabalhadores, gestores e conselheiros do SUAS em parceria com a UFVJM;
- Implantação de serviço no CRAS voltado especificamente para comunidades tradicionais do território.
- Implementar programa de captação de recursos para promoção de projetos sociais por meio da abertura de editais para este fim;
- Implementação de cofinanciamento estadual para construção e manutenção de Casas de Passagem para acolhimento de migrantes;
- Sensibilizar órgãos públicos quanto o ativismo judicial na assistência social por meio de diálogo permanente;
- Implementar política de proteção aos idosos, fomentando a estruturação de ILP's;
- Implantar Centro de referência do trabalhador nos microterritórios onde todas as políticas de trabalho e emprego estejam integradas no mesmo equipamento:
 - o *intermediação de mão de obra*
 - o *captação (e administração) de vagas*
 - o *habilitação do seguro desemprego*

o emissão de carteira de trabalho e previdência social
o Pré inscrição para o pronatec e outras iniciativas de qualificação profissional;
o Orientação a jovens e adultos para as diversas oportunidades profissionais, considerando - além da escolaridade, qualificação e experiências - o diagnóstico de suas habilidades e outras competências transversais;
o central de prestação de serviços autônomos
o orientação ao micro empreendedorismo individual
o orientação e oferta de microcrédito produtivo e orientado.

- Formular e executar Plano Estadual de Inclusão produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade com ênfase no combate ao êxodo rural;

- Ampliar oferta de vagas de qualificação profissional em parceria com a UFVJM;

- Convocar conferência Estadual de Trabalho, Emprego e Renda;

- Fomentar economia popular solidária:

- o Implementação de um ponto de apoio regionalizado tanto para o micro empreendedor individual, quanto para as associações;*

- o Instituir e fortalecer pontos fixos de comercialização e feiras de economia popular solidária;*

- o Conceder apoio financeiro em estandes, transportes e hospedagem para participação de feiras e eventos;*

- o Garantia de estrutura para escoamento comercialização e troca;*

- o Financiamento menos burocrático para os empreendimentos;*

o Fortalecimento e organização das redes de comercialização dos produtos;

- Criação de centro de internação para adolescentes que cometeram ato infracional a nível regional no Alto Jequitinhonha

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

- Falta de vagas para acautelamento de presos. No território do Alto Jequitinhonha não há presença suficiente da SUAPI. As cadeias públicas dos municípios de Capelinha, Minas Novas, Itamarandiba, Turmalina e Serro estão sob a gestão da Polícia Civil.

- Falta de vagas para acautelamento de adolescentes infratores. Propõem-se a construção de centros socioeducativos para atender os microterritórios de Capelinha e Diamantina.

- Implantação do Projeto Olho Vivo nas cidades de Diamantina, Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas, Couto Magalhães, Rio Vermelho, Serro, Gouveia, Coluna e Turmalina, com mão de obra que não seja da Polícia Militar.

- Melhoria das instalações físicas das sedes dos seguintes municípios: Capelinha, Diamantina, Itamarandiba e Minas Novas.

- As sedes da Polícia Civil no território não estão em condições de atendimento adequado, sugere-se a construção, reforma e ampliação de uma nova Sede para Polícia Civil em Capelinha, Minas Novas, Itamarandiba, Serro, Diamantina e Couto de Magalhães de Minas. Em Capelinha já existe terreno identificado, que comportaria de maneira independente do PPI. Em Diamantina a área da atual sede comportaria a expansão necessária.

- Aquisição e manutenção da frota de viaturas bem como

aquisição de equipamentos e instrumentos de trabalho tais quais: equipamentos de informática e outros das unidades da Polícia Civil e atendam o território.

- Implantação e criação do Pelotão de bombeiros na cidade de Capelinha (atendendo as exigências da ANAC para a homologação do aeroporto regional de Capelinha) e nova sede da 3 Cia de Bombeiros em Diamantina.
- Formação do guarda parques e salva vidas para os pontos turísticos na região.
- Criação de uma política de recomposição dos quadros das forças de Segurança Pública (PMMG, PCMG, CBMMG e SEDS) por meio de concursos anuais e regionalizados visando atender aos requisitos técnicos e legais das instituições.
- Instalação da Defensoria Pública nas comarcas da região por meio da realização de concurso público para o cargo de Defensor Público.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

• Valorização dos profissionais da área de educação, tanto das condições salariais quanto de trabalho. Promover a saúde do trabalhador de educação. Capacitação continuada para os professores, inclusive para temática étnico-racial. Capacitação de professores para o ensino de informática e valorização do esporte dentro das escolas públicas a fim de fortalecer o desenvolvimento da cidadania, além de ferramenta de inclusão social. Promover programas de formação e habilitação específica para professores que atuem em comunidades tradicionais. Capacitação dos professores de educação física para valorização do esporte dentro das escolas públicas.

• Revisão da legislação para adequação do número de alunos em sala de aula por turma. Eliminação de turmas multisseriadas.

- Construção, ampliação e adequação das estruturas das escolas de educação integral.
- Melhoria da infraestrutura das escolas públicas estaduais. Acessibilidade nos prédios escolares. Revisar a sistemática de custeio do transporte escolar.
- Atuação de equipes multidisciplinares de assistência ao educando nos quesitos psicológicos, sociais e cognitivos nas escolas públicas através de políticas intersetoriais. Presença de técnicos em informática nas escolas para manutenção dos equipamentos. Concurso para profissionais da educação, principalmente profissionais de libras e capacitação para os professores de apoio. Revisão do atendimento escolar especializado.
- Implantação de campus da UEMG ou da UNIMONTES com ofertas de cursos técnicos e superior. Criação de cursos de graduação em artes e humanidades (filosofia e psicologia) pela UEMG: bacharelado em restauração de bens móveis, licenciatura em música, além da modalidade semipresencial na área de exatas. Fortalecimento dos institutos técnicos do ensino médio. Articulação junto ao IFNMG para a disponibilização de cursos EAD, PRONATEC e FIC (Formação Inicial e Continuada) para a população do território. Criação de curso de fonoaudiologia na UFVJM. Fortalecimento do EJA do 1º ao 5º ano. Fortalecimento da Educação à distância.
- Criação de uma superintendência de ensino na microrregião de Capelinha.
- Criação de grupo de trabalho que acompanhe o Eixo de

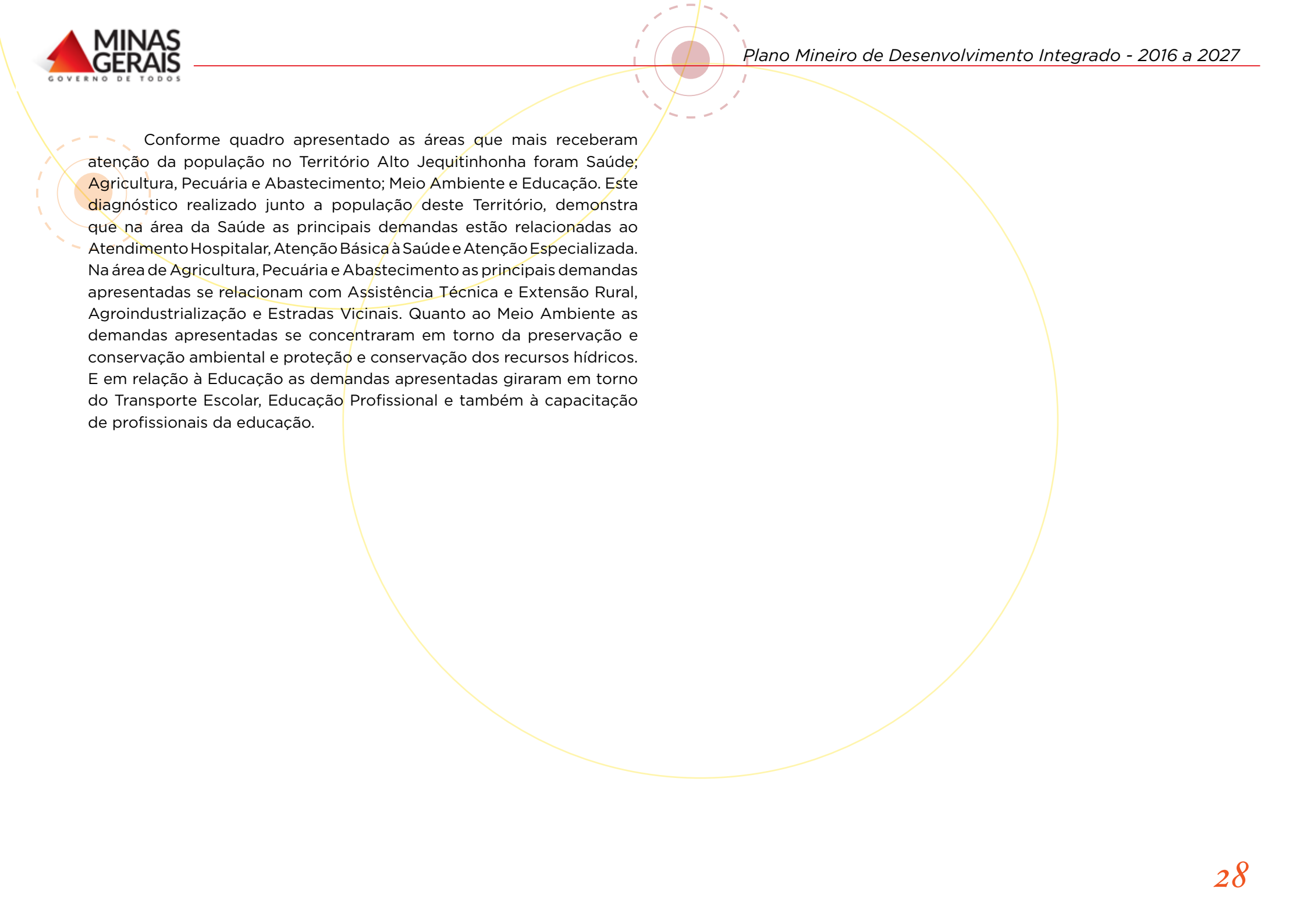
Educação e Cultura que proponha estudos e ações para pautar o COMPLETE

- Reforçar temáticas transversais voltadas para o desenvolvimento da cidadania. Criação de uma política de ensino de informática nas escolas públicas para além da disponibilização de equipamentos. Inclusão das disciplinas de filosofia, sociologia e música nos anos finais do ensino fundamental nas escolas públicas. Disponibilizar material pedagógico que contemple a história e cultura regional para os alunos da rede pública.
- Organizar a nucleação das escolas rurais no meio rural. Fortalecimento da educação do campo com inclusão das EFAs (Escolas Família Agrícola) com acesso a verbas e capacitação. Criação de cursos técnicos dentro da educação do campo.

Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Alto Jequitinhonha. Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios. Ademais está sendo proposta a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se iniciou com as instalações dos Fóruns Regionais.

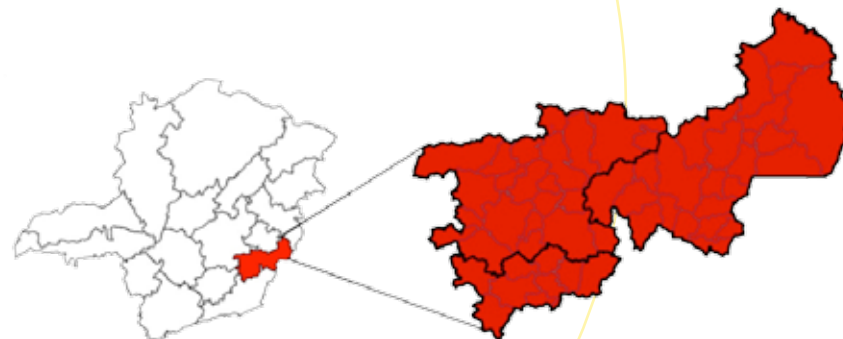
DEMANDAS PRIORIZADAS NO TERRITÓRIO ALTO JEQUITINHONHA

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	31	6	0	0	1	38
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	0	0	1	0	8	9
Cultura	2	0	1	0	16	19
Desenvolvimento Agrário	25	1	3	0	0	29
Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais	4	0	1	0	0	5
Desenvolvimento Econômico	9	0	7	0	3	19
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	7	18	4	0	0	29
Desenvolvimento Social	1	0	19	0	0	20
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	2	0	4	0	0	6
Educação	0	3	1	0	26	30
Esportes	0	0	1	0	0	1
Finanças Públicas	2	0	0	0	0	2
Governo	8	9	4	0	0	21
Meio Ambiente	29	6	1	0	0	36
Planejamento e Gestão	5	1	1	0	2	9
Saúde	5	2	75	0	1	83
Segurança Pública	1	3	0	16	0	20
Transportes e Obras Públicas	1	19	2	1	0	23
Turismo	24	0	0	0	1	25
	156	68	125	17	58	424



Conforme quadro apresentado as áreas que mais receberam atenção da população no Território Alto Jequitinhonha foram Saúde; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Meio Ambiente e Educação. Este diagnóstico realizado junto a população deste Território, demonstra que na área da Saúde as principais demandas estão relacionadas ao Atendimento Hospitalar, Atenção Básica à Saúde e Atenção Especializada. Na área de Agricultura, Pecuária e Abastecimento as principais demandas apresentadas se relacionam com Assistência Técnica e Extensão Rural, Agroindustrialização e Estradas Vicinais. Quanto ao Meio Ambiente as demandas apresentadas se concentraram em torno da preservação e conservação ambiental e proteção e conservação dos recursos hídricos. E em relação à Educação as demandas apresentadas giraram em torno do Transporte Escolar, Educação Profissional e também à capacitação de profissionais da educação.

Perfil Territorial: Caparaó



Município	Micro Território
Abre Campo	Manhuaçu
Alto Caparaó	
Alto Jequitibá	
Caparaó	
Caputira	
Chalé	
Conceição de Ipanema	
Durandé	
Ipanema	
Lajinha	
Luisburgo	
Manhuaçu	
Manhumirim	
Martins Soares	
Matipó	
Mutum	
Pocrane	
Reduto	
Santa Margarida	
Santana do Manhuaçu	
São João do Manhuaçu	
São José do Mantimento	
Simonésia	
Taparuba	

Município	Micro Território
Acaiaca	Ponte Nova
Alvinópolis	
Amparo do Serra	
Barra Longa	
Diogo de Vasconcelos	
Dom Silvério	
Guaraciaba	
Jequeri	
Oratórios	
Piedade de Ponte Nova	
Ponte Nova	
Raul Soares	
Rio Casca	
Rio Doce	
Santa Cruz do Escalvado	
Santo Antônio do Gramma	
São José do Goiabal	
São Pedro dos Ferros	
Sem-Peixe	
Sericita	
Urucânia	
Vermelho Novo	

Município	Micro Território
Araponga	Viçosa
Cajuri	
Canaã	
Paula Cândido	
Pedra do Anta	
Porto Firme	
São Miguel do Anta	
Teixeiras	
Viçosa	

do Aço e Vale do Rio Doce; além de fazer fronteira com o estado do Espírito Santo.

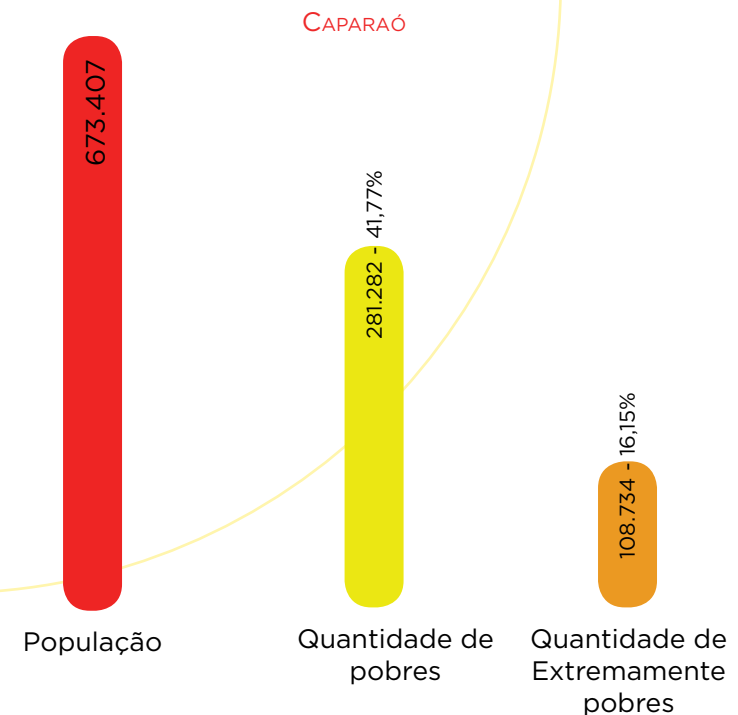
Neste Território a População Rural corresponde a aproximadamente 32,76% e a População Urbana representa 67,24% da população total, proporção que difere daquela apresentada pelo estado de Minas Gerais como um todo (15% de População Rural e 85% de População Urbana). O Caparaó apresenta a 6ª maior densidade demográfica do estado (43,91 hab/km²).

A proporção de “extremamente pobres” (renda inferior a 1/4 de Salário Mínimo) no Caparaó é de 16,15% do total, sendo que a região tem a sexta maior taxa de proporção de pobres (41,77%) do Estado (renda inferior a 1/2 Salário Mínimo). A renda per capita observada no Território Caparaó é de R\$ 516,49, correspondendo à sexta pior do Estado.

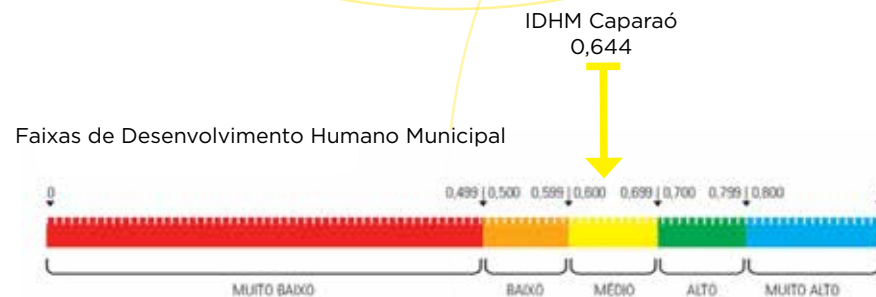
INTRODUÇÃO

Visando a aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

O Território de Desenvolvimento Caparaó é composto por 55 municípios distribuídos em três Microterritórios e conta com a população total de 675.711 habitantes. A extensão territorial é de 15.388,80 Km² e os municípios mais populosos são Manhuaçu (86.079); Viçosa (76.860) e Ponte Nova (59.870); e os menos populosos são Rio Doce (2.591); São José do Mantimento (2.742) e Sem-Peixe (2.833). O Território Caparaó faz fronteira com os Territórios Mata, Vertentes, Metropolitano, Vale



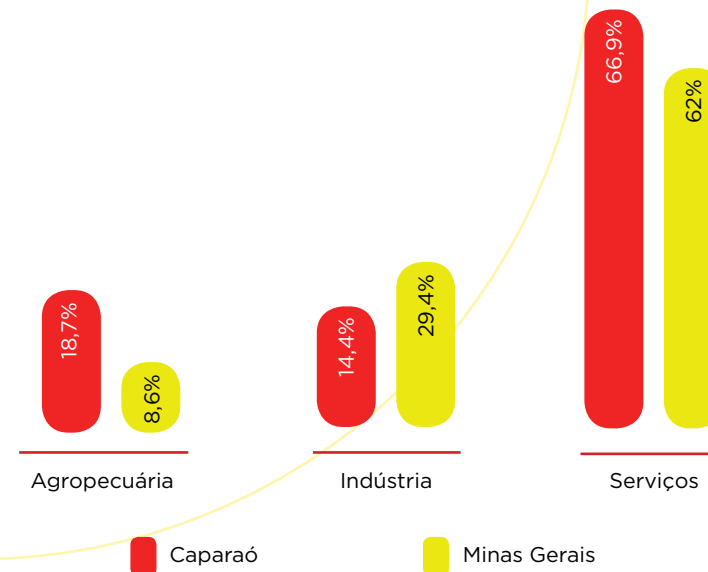
Percebe-se portanto que este Território é um dos que merece uma atenção especial do Governo do Estado de Minas Gerais e outro indicador que contribui para esta visão é o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida. A média deste Índice para o território Norte é de 0,644, ocupando a faixa média conforme figura abaixo.



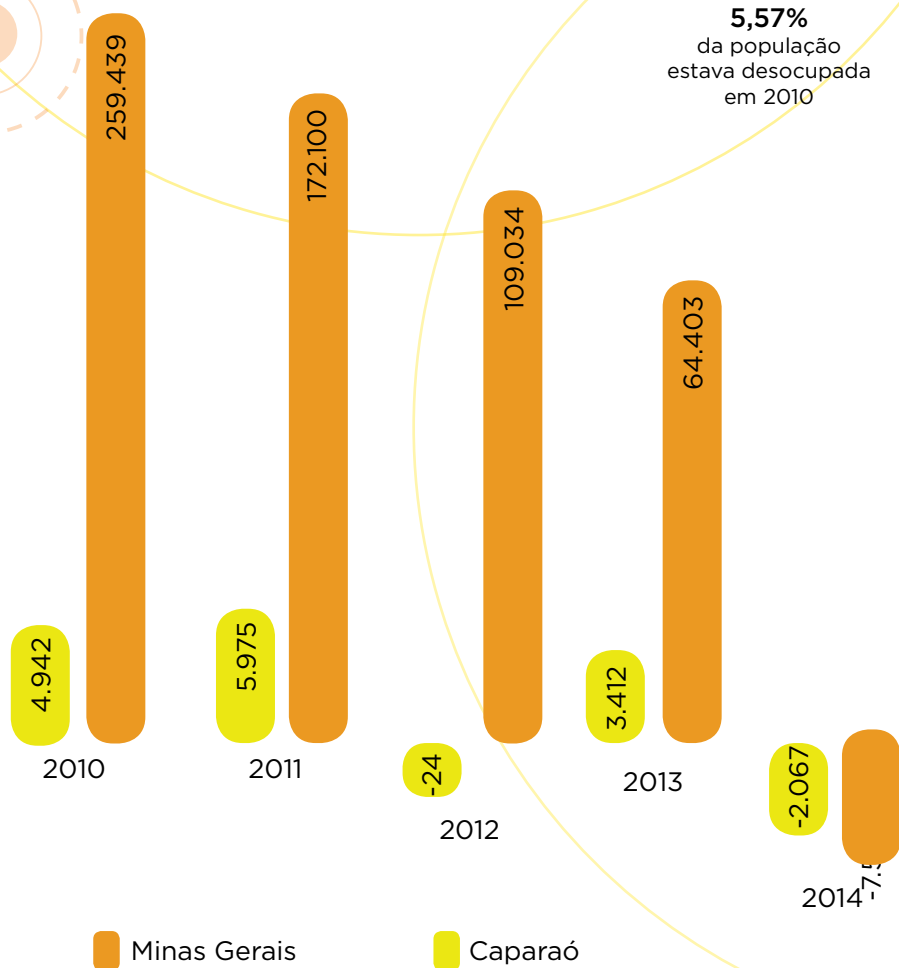
EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Segundo o IBGE, em 2012, a contribuição do Caparaó no PIB estadual foi de 2% (correspondente a R\$7.996 milhões). Quanto às atividades econômicas regionais: o setor de serviços corresponde a cerca de 66,9% do total, superando a média de Minas Gerais, que é 62%, conforme gráfico abaixo.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS



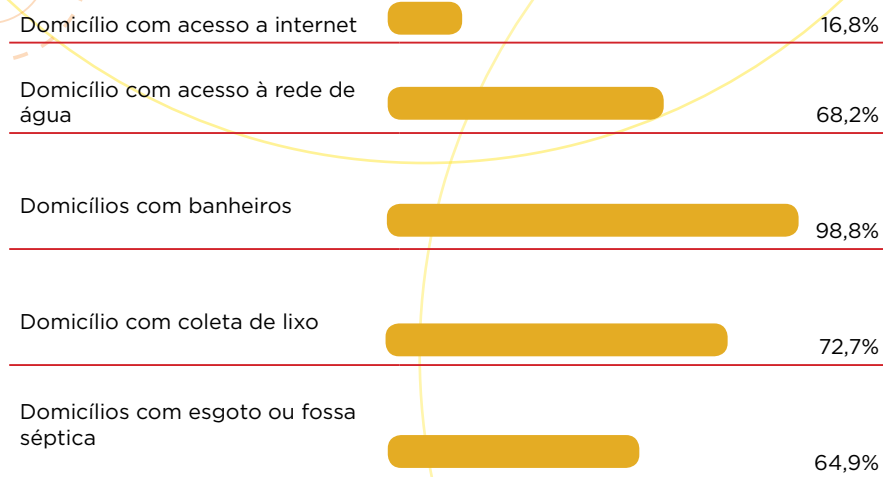
O setor agropecuário corresponde a 18,7% do PIB no território. Os principais produtos produzidos no território são café, leite e cana de açúcar. O território é o 3º maior produtor de lavouras permanentes no Estado; o 9º maior produtor de lavoura temporária e o 5º menor de pecuária.

O Caparaó é sede de dois Circuitos Turísticos: Montanhas e Fé, sediado em Rio Casca e Serras de Minas, em Viçosa. Há também municípios dos Circuitos Pico da Bandeira e Rota do Mucuri. Não há municípios considerados como indutores do turismo na região.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Caparaó se encontra numa situação precária com, em média, 68,2% da população atendida. No que diz respeito à população atendida com serviços de coleta de lixo, abrange em média, 72,7% da população. Em relação aos domicílios com esgotamento sanitário adequado, esse Território possui média de atendimento de 64,9%.

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS
CAPARAÓ



Há, ainda, três aeródromos nos municípios de Viçosa, Manhuaçu e Ponte Nova. Ademais, as principais rodovias do Território são: BR 262 e BR 116 (rodovias federais) e MG 262 e MG 329 (rodovias estaduais).

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Existem nesta região, 115.579 famílias cadastradas no CadÚnico (Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal), das quais 72.638 famílias são pobres (renda per capita familiar inferior a R\$ 154,00) e 59.062 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

Na área de Saúde, no que diz respeito à Atenção Básica, ordenadora das redes de atenção, o território conta com um total de 229 equipes de Saúde da Família distribuídas entre os seus 55 municípios, conforme dados de junho de 2015 obtidos pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN. Esse território conta com uma Cobertura Populacional de 98,36% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo superior à média estadual que é de 91,41%.

No que se refere à oferta de atenção secundária e terciária, por sua vez, que visa atender os principais agravos da população que demandem atendimento especializado e recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico, o território conta com 29 hospitais de abrangência municipal ou microrregional. Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos SUS, a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de 3 leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,36.

Por fim, em se tratando da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU

regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. A construção e o funcionamento do serviço são fruto da parceria entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios. A Região Ampliada de Saúde Leste do Sul, que abrangerá o território Caparaó, ainda não iniciou o processo de implantação de SAMU Regional, sendo que esse território conta atualmente com três hospitais recebendo recursos do PROURGE.

No que diz respeito à análise dos indicadores de saúde, alguns merecem destaque. As fontes de informação utilizadas foram os Sistemas de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM, Sistema de Nascidos Vivos - SINASC, Sistema de Informação de Programa Nacional de Imunizações - SIS PNI/DATASUS e SIM/DATASUS, sendo que as análises a seguir foram baseadas em dados de 2013.

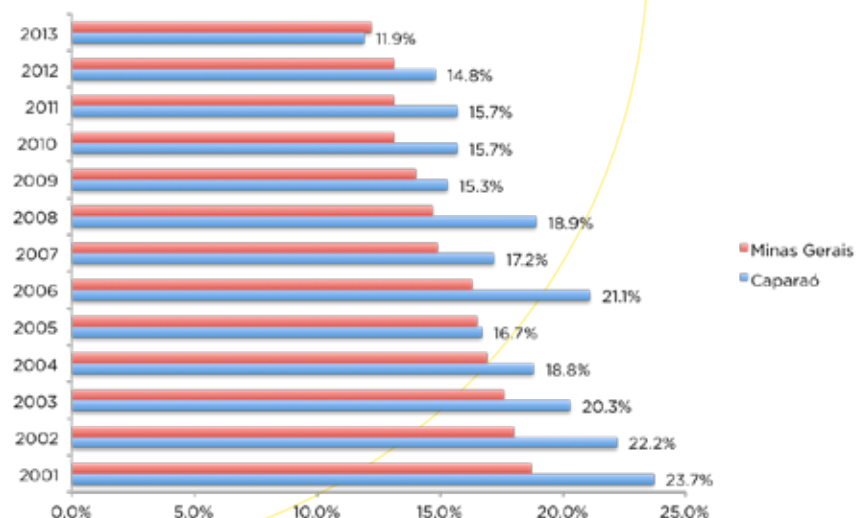
A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Caparaó, a TMI foi de 11,9 por 1.000 nascidos vivos.

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Caparaó, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 90,65% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção acima do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo

considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Caparaó está abaixo da média estadual, com 23,63, cumprindo também a meta preconizada nos Objetivos do Milênio.

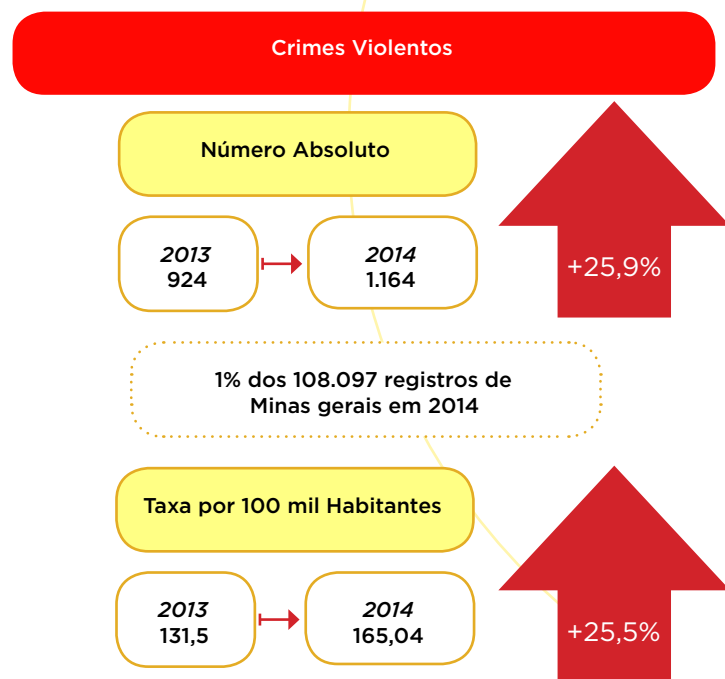
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

No Território de Desenvolvimento do Caparaó, as taxas de homicídios apresentaram significativa alta ao longo dos últimos anos. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 165,04 crimes violentos e 17,30 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.



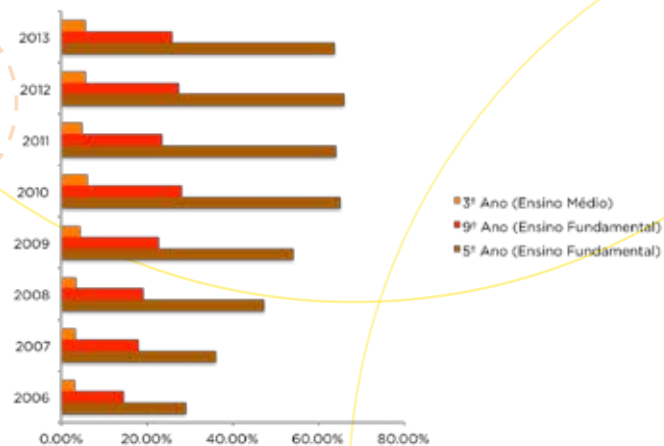
(Fonte: CINDS SEDS / MG)

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

Assim como observado em outros Territórios, o Caparaó carece de ampliação do atendimento na Educação Infantil e na população em idade para frequentar o Ensino Médio. O percentual da população jovem que atesta ser analfabeta também merece atenção (2,03% da população entre 15 e 24 anos).

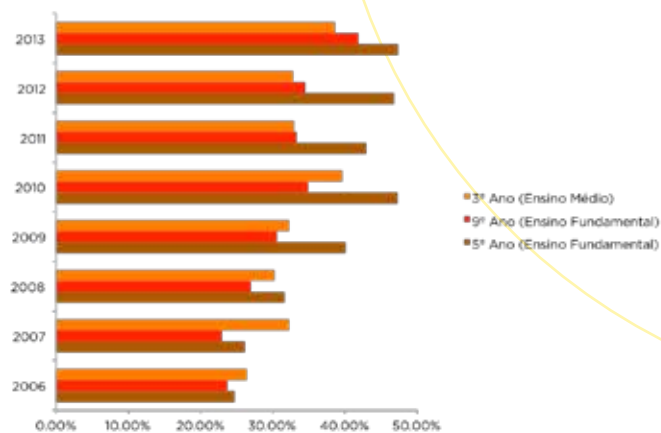
Quanto aos indicadores da Educação Básica, o PROEB 2014 evidencia que no 5º ano do Ensino Fundamental 54,2% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 66,3% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 36,6% dos alunos no nível recomendável em Português e 6,2% em Matemática.

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	29.11%	36.16%	47.38%	54.20%	65.22%	64.19%	66.01%	63.85%
9º Ano	14.65%	18.06%	19.20%	22.83%	28.05%	23.48%	27.45%	25.97%
3º Ano	3.25%	3.39%	3.60%	4.40%	6.08%	4.95%	5.73%	5.74%

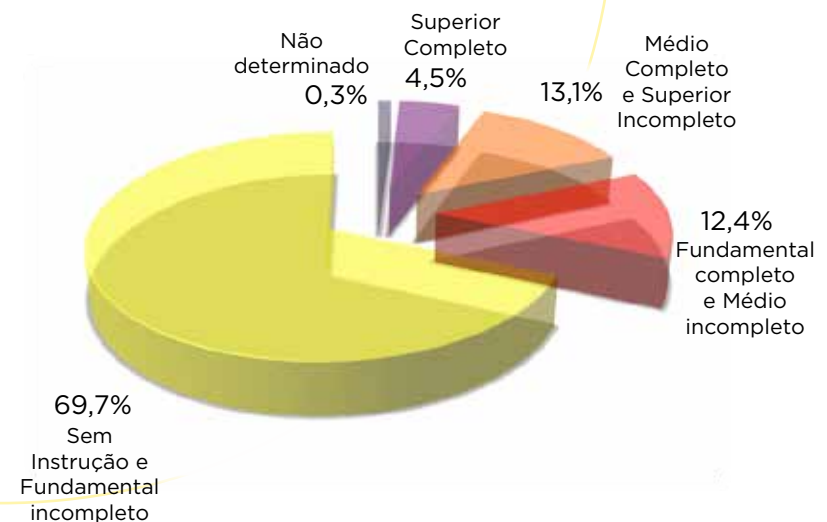
O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	24.66%	26.17%	31.66%	40.07%	47.23%	42.93%	46.79%	47.36%
9º Ano	23.66%	22.99%	26.97%	30.52%	34.92%	33.27%	34.45%	41.87%
3º Ano	26.37%	32.27%	30.24%	32.27%	39.63%	32.97%	32.84%	38.59%

A taxa de analfabetismo total no território é de 12,4% sendo 16% na zona rural e 10,6% na zona urbana. Destaca-se que apenas 4,5% da população tem ensino superior completo. A maior parte da população (69,7%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto.

NÍVEL DE INSTRUÇÃO



TAXA DE ANALFABETISMO

	Número	Taxa (%)
Taxa de Analfabetismo (Total)	64.030	12,4%
Taxa de Analfabetismo Zona Rural	26.817	16%
Taxa de Analfabetismo Zona Urbana	37.213	10,6%

(Fonte: IBGE)

Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 724 escolas presentes no território, 55,9% não têm acesso à internet, 57,3% não têm biblioteca, 54,8% não tem laboratório, 73,3% não têm quadra poliesportiva e 41,9% não têm rede de água.

CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS - REDE PÚBLICA

	Número	Taxa (%)
Escolas com Acesso a Internet	319	44,1%
Escolas com Biblioteca	309	42,7%
Escolas com Laboratório	327	45,2%
Escolas com quadra Poliesportiva	193	26,7%
Escolas com Rede de água	421	58,1%

Fonte: Inep, 2014

No que se refere à cultura, 80% dos municípios inseridos no território possuem um número significativo de grupos artísticos que mantém viva a tradição das bandas de música, e os que possuem maior pluralidade de grupos, acima de 4, são: Alvinópolis, Dom Silvério, Manhuaçu, Manhumirim, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca e Viçosa.

A cidade de Abre Campo recebe pontos no Programa ICMS Patrimônio Cultural por possuir bem cultural tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no caso, a imagem de São Francisco de Paula, de autoria de Aleijadinho, que pertencia a Igreja Matriz de Santana, mas que, atualmente, se encontra em Mariana. Viçosa também recebe pontos em virtude do tombamento estadual da casa de Arthur Bernardes.

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda rodada, é aberta a escuta à sociedade que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e de representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada de Minas Gerais. Os Fóruns Regionais são um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o

Governo de Minas Gerais construirá políticas públicas que respeitem as características de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional do Caparaó realizado em Ponte Nova no dia 02 de setembro de 2015. O encontro contou com a participação de 723 inscritos. No total, 516 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população. Posteriormente registramos o consolidado das demandas sociais apresentadas.

EIXO1-DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO,CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

- Ampliação e execução do plano estratégico de desenvolvimento econômico territorial (PEDET) do Caparaó, incluindo as cidades do território que não foram contempladas e a criação de distritos municipais de desenvolvimento industrial;
- Redução da tarifa de energia e do ICMS do estado, tendo em vista a isonomia tributária com os estados do RJ e ES e a isenção de impostos aos produtores rurais;
- Criação de unidades regionais da junta comercial, do mapa e do MTE, com o foco na atração de indústrias para o território Caparaó.
- Apoio ao abastecimento e à produção de água, principalmente por meio da despoluição dos rios do território, a construção de barraginhas, caixas de contenção e caixas secas, a proteção de nascentes e rios e o reflorestamento de áreas degradadas, com sanções severas aos degradantes e criação de programa de manejo e conservação de água e solo para combate

a erosão nas propriedades rurais.

- Apoio ao saneamento rural, principalmente por meio da construção de redes coletoras, fossas sépticas e estações de tratamento de esgoto, com apoio à elaboração e execução dos PMSBS e à destinação correta dos resíduos sólidos.
- Construção de aterros sanitários consorciados, com aproveitamento energético dos resíduos e apoio à coleta seletiva, e usinas de reciclagem e triagem e compostagem, com inclusão dos catadores de materiais recicláveis, ampliação do bolsa reciclagem, atração de indústrias recicladoras, estruturação e formação contínua de catadores de materiais recicláveis, fortalecimento das redes de organizações de catadores e incentivos financeiros aos municípios.
- Apoio à comercialização da agricultura familiar, principalmente por meio do apoio a cooperativas, associações e empreendimentos solidários, a criação de centros de distribuição de alimentos na capital e no território e a ampliação do acesso e continuidade dos mercados institucionais como o PAA e o PNAE, com foco nos produtos agroecológicos e orgânicos e garantindo a ampliação para 50% do percentual mínimo de aquisições da alimentação escolar da agricultura familiar.
- Apoio à educação do campo, com foco nas escolas família agrícola e na criação de centro de treinamento para produtores rurais na fazenda da EPAMIG e profissionalização técnica do jovem rural em áreas do meio rural.
- Ampliação da estrutura física, financeira e humana do IMA, do IEF, da EMATER, da EPAMIG e da Ruralminas.
- Aumento da fiscalização e do combate ao uso do agrotóxico, com destinação adequada das embalagens.
- Fomento à agricultura familiar, principalmente por meio

da distribuição de máquinas e equipamentos agrícolas, sementes crioulas, mudas e bancos regionais de sementes crioulas, promovendo o emprego e renda aos agricultores familiares.

- Investimento nos circuitos turísticos, no turismo ferroviário, na criação de museus, na construção de monumentos e na criação de espaços para o atendimento da demanda por informações turísticas e a realização de exposições.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Pavimentação asfáltica dos trechos abaixo: Município de Abre Campo (Distrito de Granada); Rodovia MG280; Rodovia MG108 Manhumirim - Rio Claro; de Manhumirim a São João do Manhuaçu, Entre BR116; de Sem Peixe a BR 262 - Sem de Jequeri - São Vicente do Gramma - Sericita; Rodovia MG-111 Santa Quitéria a Distrito de Alegria em Simonésia; Estrada que liga Alto Caparaó à divisa Minas - ES extensão 35,1 KM (Caparaó até Espera Feliz).

- Cancelamento de novos minerodutos em Minas Gerais em especial o de ferros zona da mata.

- Anel Rodoviário ligação BR 329 à BR120 (Ponte Nova - Viçosa) com implantação dos trevos Guaraciaba, Novo Silvestre e trevo da Fama.

- Rodovia MG108, trecho Entre BR474 - Mutum.
- 3ª Pista da MG 262 até Mariana.
- Construção do Centro Administrativo de Ponte Nova.
- Construção do centro administrativo regional em ponte nova (para concentração dos serviços de todos os órgãos e entidades estaduais).
- Resolutividade na destinação de resíduos sólidos.
- Tratamento de esgoto, que polui as águas do rio

Manhuaçu. Construção de: ETE em Manhuaçu; ETE em Lajinha; ETE em Areado; ETE em Palmeiras; ETE em Socapó.

- Investimento em estradas vicinais nos municípios de Sericita e Lajinha.

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

- Hospital Nossa Senhora das Dores: Implantação e credenciamento de radioterapia no hospital.

- Hospital Arnaldo Gavazza: Implantação de rede oftalmológica; Aumento do incentivo do Pro Hosp; Ampliação de leitos.

- GERAL: Implantação de Rede Cegonha; Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde por meio de capacitações; Construção de Posto de Medicina Legal em Ponte Nova.

- Centros de Especialidades Multiprofissional: a) Implantação e implementação com custeio tripartite dos centros de especialidades com priorização dos exames de média e alta complexidade, como ultrassonografia, raio X e outros, (atendendo por exemplo: a área rural de Mutum) e que os mesmos venham cobrir todas as microrregiões de acordo com os parâmetros assistenciais e necessidades locais; b) Implantação e implementação dos CEO's, para atender a todos os municípios do território, dando cobertura especializada para toda a rede básica; c) Ampliação dos convênios com a APAE nos municípios onde existe, para melhorar a atenção aos usuários com necessidades especiais, priorizando o atendimento precoce, prevenindo e melhorando a saúde dessas crianças e adolescentes; d) Avaliar os

consórcios existentes no território onde estes possam compor os centros de especialidades; e) Implantação de um Centro HIPERDIA.

- PPI: a) Revisão da Programação Pactuada Integrada (PPI) do SUS para os municípios de Minas Gerais, quanto ao número de procedimentos, tipos e valores dos procedimentos, considerando o avanço tecnológico em saúde e o acesso do usuário do SUS desde a última revisão em 2008. O impacto financeiro dessa defasagem nos municípios de pequeno porte gera desassistência da saúde prejudicando também os municípios e serviços de referência; b) Melhor financiamento da média e alta complexidade.

- Atenção à mulher: Garantir que a rede de assistência, inclusive hospitais, que atendem microrregiões ofereçam atendimento não sexista, não racista e não lesbofóbico às mulheres vítimas de violência sexual, acesso ao kit violência com insumos e medicamentos para profilaxia às doenças resultantes da violência sexual, contracepção de emergência e coleta e conservação de material para provas no caso de queixa crime.

- Rede de Saúde Mental: a) Implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do MS, Portaria de maio de 2013, visando a cobertura populacional em 100%, ou seja, cobrir todo vazio assistencial nas regiões de saúde de Ponte Nova, Viçosa e Manhuaçu, nos seguintes componentes; b) Estratégico especializado: habilitação dos CAPS já pactuados e em funcionamento. Implantação do CAPS ADIII nos municípios de Ponte Nova, Viçosa. Implantação do CAPS Infantil regional em Raul Soares, Alvinópolis, Jequeri, Ponte Nova e Viçosa. Conveniar para porte 3 os CAPS II de Ponte Nova e Viçosa. Habilitação do CAPS 1 em Pedra do Anta/Teixeiras.

- Serviço Hospitalar de Referência: implantação e ampliação de leitos de retaguarda nos hospitais César Leite, Nossa Senhora

das Dores, São Sebastião (Em Raul Soares) e São João Batista.

- Rede de urgência e emergência: a) Implantação de Rede de Urgência e Emergência com financiamento tripartite para a região ampliada de saúde leste do sul; b) Maior investimento em hospitais de referência, de retaguarda, com ampliação de leitos; c) Implantação do SAMU, com central de regulação, nos municípios polos da macrorregião; d) Implantação das UPAs tipo 1, tipo 2 e tipo 3 de acordo com os parâmetros assistenciais e populacionais, credenciamento para os pronto atendimentos já existentes, com custeio tripartite de acordo com o padrão dos mesmos; e) Ampliação da oferta de procedimentos de média e alta complexidade.

- Ampliação da oferta de equipamentos de academia ao ar livre para os municípios.

- Financiamento a fundo perdido de projetos esportivos desenvolvidos nos municípios.

- Criação de programa de revitalização de campos de futebol no território.

- Reforma do ginásio poliesportivo Hélio Garcia (Ponte Nova), pertencente ao estado e cedido ao Esporte Clube Palmeirense. A reforma possibilita a ampliação do espaço para projetos e competições esportivas.

- Aumento de 0,1 para 0,5% do repasse do ICMS - Critério esportes, da Lei Robin Hood, para os municípios com conselho de esportes ativos e que cadastrem atividades esportivas junto ao governo de MG.

- Aquisição de veículo para o setor de transporte e lazer.

- Construção de quadra de esportes para o povoado de São do Capim.

- Intervenção para melhorias dos campos de futebol nas

• cidades e zona rural e programas de incentivo a práticas esportivas.

- Reforma do centro poliesportivo de Mutum.
- Construção de uma quadra poliesportiva no bairro Matinha em Manhauçu, com local para aprendizagem de artesanato.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

- Dividir a 12 RPM com sede em Ipatinga, criando sede neste território.
- Implantação do Olho Vivo na micro região Manhauçu e Ponte Nova, com garantia de manutenção, atualização, qualificação e capacitação sob responsabilidade do Estado
- Aumento do efetivo.
- Estruturação da Polícia Civil por meio da construção de sedes próprias e reforma de Delegacias no Território especialmente a Delegacia da Mulher em Viçosa, Delegacia Regional de Ponte Nova e criação do PPI Posto de Perícia Integrada em cada Delegacia Regional.
- Aumento do efetivo e criação de uma carreira civil própria para atender as demandas administrativas da instituição.
- Criação de uma Cia independente em Manhauçu e de um Posto avançado no distrito de Realeza, em trabalho conjunto com o SAMU.
- Criação de um plano para efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com estabelecimento de metas, prazos e responsabilidades.
- Implementação de uma política específica para garantir a segurança nas regiões de divisas (Cinturão de Segurança e Divisas Seguras).

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

- Promover formação e contratação de instrutores e intérpretes de libras na região. Presença do profissional intérprete de libras em escolas estaduais e municipais conforme legislação pertinente. Inclusão de libras no currículo base do ensino médio e fundamental; Promover a formação dos professores para receberem estes alunos.
- Melhoria do Transporte Escolar: Ampliar repasse estadual para transporte escolar de acordo com o número de alunos e extensão do município, com prioridade aos alunos da zona rural e Escolas Família Agrícola. Aquisição de Mais Veículos (ônibus e Vans) e mais recursos financeiros para atender a demanda do município, para que os alunos possam ser transportados com segurança.
- Destinação de recursos para reforma, construção e/ou aquisição de escolas e prédios das SRE, incluindo Escolas Família Agrícola. Construção e reforma de quadras cobertas, laboratórios, refeitórios e bibliotecas, melhoria da acessibilidade das escolas para alunos com necessidades especiais. Apoio aos municípios, em articulação com o Governo Federal, para reforma e construção de escolas municipais.
- Ampliação da oferta de vagas dos cursos técnicos profissionalizantes de acordo com demanda do território.
- Ampliar o número de universidades públicas no território em parceria com o Governo Federal. Instalação de campi da UEMG, sendo um em Manhauçu e um em Ponte Nova (música, gestão cultural, inclusão educacional e licenciatura) para atendimento à demanda de cursos da região, e ao plano decenal (metas 12, 13, e 14).

- Fazer cumprir a obrigatoriedade da Lei 10.639/03 para promoção da cultura da África, e indígena nas escolas públicas e particulares, com elaboração e suporte de materiais didáticos. Bem como a formação de profissionais para trabalharem com alunos de comunidades Quilombolas.

- Adequação da distribuição de municípios por Superintendências Regionais de Ensino bem como a instauração da Superintendência de Viçosa.

- Fortalecer a Educação no campo: Igualar a Bolsa aluno das EFAS ao valor per capita dos alunos ao que se paga nas penitenciárias.

- Inclusão de programa de palestras educativas nas escolas, realizadas pela Polícia Civil.

- Valorização dos profissionais de Educação: Plano de carreira para os profissionais da Educação, com revisão da estrutura de salários. Bolsas de mestrado e doutorado, garantia de licença remunerada. Programa de formação continuada.

- Criar mecanismos legais que garantam o encaminhamento dos recursos provenientes do ICMS do patrimônio cultural diretamente para os fundos municipais de proteção ao patrimônio cultural, em moldes semelhantes aqueles apresentados pelo “Programa Dinheiro direto na Escola”. Melhorias em relação às regras de distribuição do ICMS e avaliação das políticas municipais de proteção determinadas pelo Conselho Estadual de patrimônio cultural e pelo IEPHA.

- Destinação de recursos para promoção de projetos culturais e educacionais nas comunidades tradicionais e quilombolas.

- Criação de Centros Regionais Populares de Cultura: espaço para capacitação de jovens enquanto educadores artísticos

e fortalecimento de grupos e movimentos sociais, bem como comunidades tradicionais que desenvolvem projetos artísticos e culturais nos municípios.

- Criação de espaço físico adequado para apresentações culturais, como centros de cultura (espaços multiuso que abriguem uma estrutura para teatros, apresentações de dança e outras manifestações culturais), nas cidades do interior que não os possuam, e garantir o custeio dos municípios que já os possuem.

- Fortalecimento do fundo estadual da cultura: Articulação com o congresso nacional para aprovação da PEC 150/03, garantindo percentual para os fundos da cultura e financiamento do sistema de cultura.

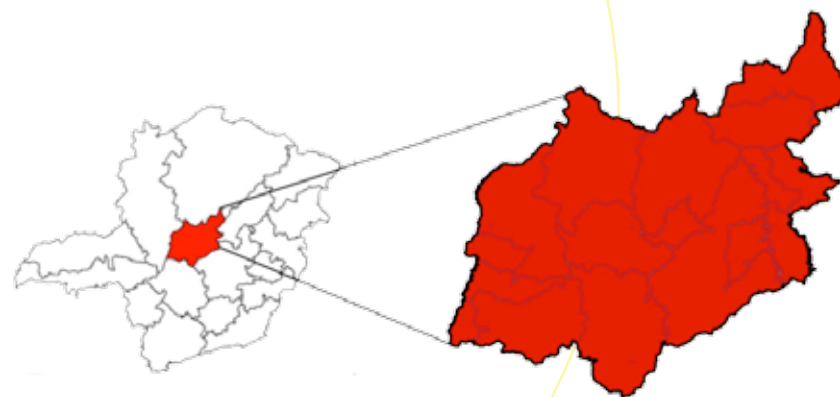
Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Caparaó. Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios. Ademais está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

DEMANDAS PRIORIZADAS NO TERRITÓRIO CAPARAÓ

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	26	1	4	1	0	32
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	3	3	0	0	0	6
Cultura	2	10	0	0	0	12
Demais	3	2	18	12	0	35
Desenvolvimento Agrário	24	0	0	1	0	25
Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais	1	0	0	0	0	1
Desenvolvimento Econômico	18	0	2	1	0	21
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	22	0	24	2	0	48
Desenvolvimento Social	12	0	0	12	2	26
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	1	0	1	8	1	11
Educação	3	31	2	1	0	37
Esportes		0	0	12	0	12
Finanças Públicas	5	0	0	0	0	5
Governo	6	0	4	0	0	10
Meio Ambiente	37	0	1	1	0	39
Planejamento e Gestão	4	1	3	3	0	11
Poder Legislativo	0	0	0	1	0	1
Saúde		0	0	88	0	88
Segurança Pública	0	1	0	1	39	41
Transportes e Obras Públicas	5	0	40	2	0	47
Turismo	8	0	0	0	0	8
Total	180	49	99	146	42	516

Conforme quadro apresentado as Áreas que mais receberam atenção da população no Território Caparaó foram Saúde, Desenvolvimento Regional e Política Urbana, Transportes e Obras Públicas e Segurança Pública. Este diagnóstico realizado junto a população deste território demonstra que na área da Saúde as principais demandas estão relacionadas à Atendimento Hospitalar, a atenção básica e especializada. Na área de Desenvolvimento Regional e Política as principais demandas apresentadas se relacionam com habitação e saneamento. Quanto ao Transportes e Obras Públicas as demandas apresentadas se concentraram em torno da pavimentação de rodovias. E em relação à Segurança Pública as demandas apresentadas giraram em torno da investigação policial e policiamento ostensivo.

Perfil Territorial: Central



INTRODUÇÃO

Visando aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

O Território de Desenvolvimento Central é composto por 17 municípios distribuídos em um Microterritório e conta com a população total de 243.235 habitantes, que corresponde a 1,24% da população mineira. A extensão territorial é de 23.460,33 Km² correspondendo a 3,99% do total de Minas Gerais. Os municípios mais populosos são Curvelo (78.478 hab.), Pompéu (30.990 hab.), Três Marias (30.733 hab.) e os menos populosos são Biquinhas (2.652 hab.), Monjolos (2.365 hab.), Cedro do Abaeté (1.222). O Território Central faz fronteira com os Territórios de Desenvolvimento Norte, Noroeste, Oeste, Metropolitano e Alto Jequitinhonha.

Neste Território a População Rural corresponde a aproximadamente 14,91% da população total, sendo que esta proporção é a sétima menor em comparação com os demais territórios, superando Mata, Vale do Aço, Oeste, Triângulo Sul, Triângulo Norte e Metropolitano.

Em 2010, a proporção de pobres do Território Central é de aproximadamente 37,50% sendo a sétima maior do estado, e a proporção de extremamente pobres é de 11,91%, sendo a oitava maior do estado. A renda per capita observada no Território Central é de R\$ 561,89, correspondendo ao sétimo melhor do Estado, atrás apenas do Médio e Baixo Jequitinhonha, Alto Jequitinhonha, Norte, Mucuri, Vale do Rio Doce e Caparaó, em valores de agosto de 2010.

Município	Micro Território
Abaeté	Curvelo
Augusto de Lima	
Biquinhas	
Buenópolis	
Cedro do Abaeté	
Corinto	
Curvelo	
Felixlândia	
Inimutaba	
Monjolos	
Morada Nova de Minas	
Morro da Garça	
Paineiras	
Pompéu	
Presidente Juscelino	
Santo Hipólito	
Três Marias	

CENTRAL

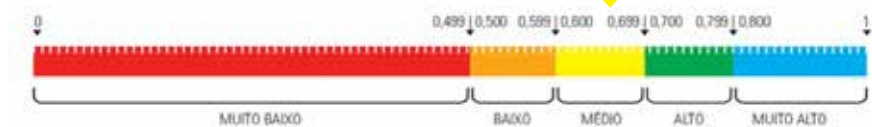
População

Quantidade de
pobres

Quantidade de
Extremamente
pobres

Percebe-se, portanto, que este Território é um dos que merece uma atenção especial do Governo do Estado de Minas Gerais e outro indicador que contribui para esta visão é a média do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida, para o Território Central é de 0,675, sendo o oitavo melhor do Estado, atrás de Triângulo Sul, Triângulo Norte, Sudoeste, Oeste, Sul, Noroeste e Metropolitano, ocupando a faixa média conforme figura abaixo.

Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



EIXO1-DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

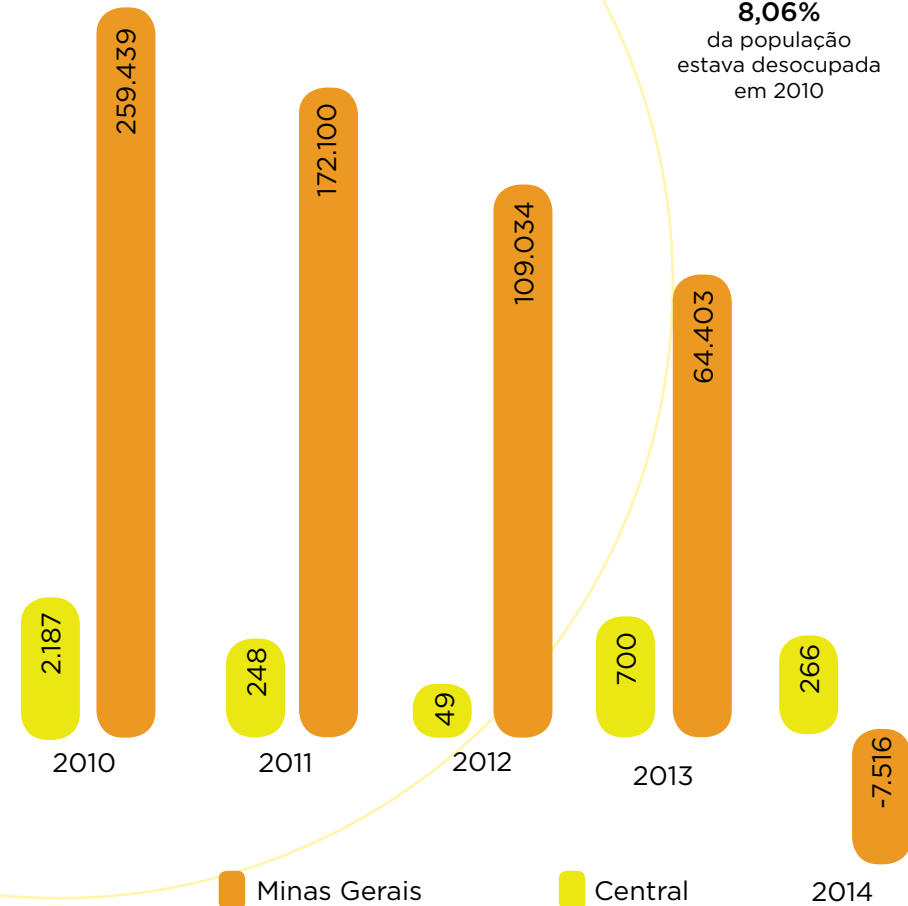
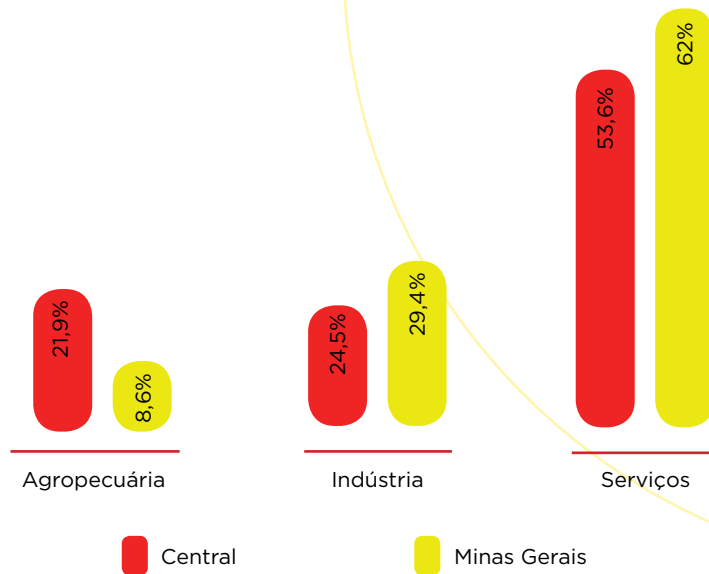
Segundo o IBGE, em 2012, a contribuição do Território Central no PIB estadual foi de 0,9%. O setor de serviços representa 53,6%, a produção industrial 24,5% e a agropecuária a 21,9% do PIB territorial.

O saldo de empregos formais criados em 2014 no Território Central foi positivo em 266 vagas.

SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS

8,06%
da população
estava desocupada
em 2010

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



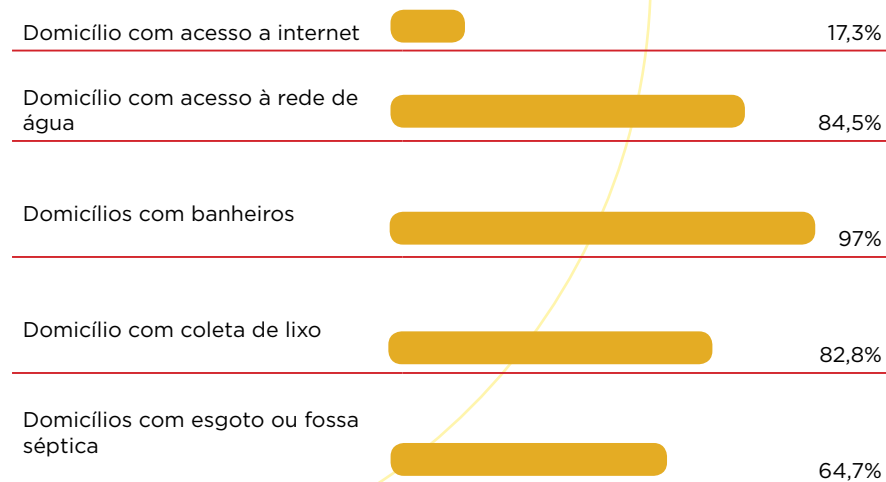
Concentra-se na região a atividade da avicultura de corte, correspondendo a mais de 30% da produção do Estado. Além disso, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2013), no território Central estão localizados mais de 50% dos frigoríficos de aves com inspeção federal presentes no Estado.

Entre os municípios deste Território de Desenvolvimento, 100% estão associados a Circuitos Turísticos, são eles: Lago de Três Marias; Serra do Cabral; Caminhos do Indaiá; Guimarães Rosa; e Diamantes.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Central se encontra numa situação delicada, sendo o sexto melhor território, tendo, em média, 84,5% da população atendida. Em relação a serviços de coleta de lixo, esse Território se encontra em décimo lugar em relação aos demais com, em média, 82,8% da população atendida.

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS CENTRAL



Há, neste território quatro aeródromos, nos municípios de Três Marias, Abaeté, Pompéu e Curvelo, e um balsa localizada na Represa Três Marias, no município Frei Orlando. As principais rodovias são: BR 135 e BR 259 (rodovias federais), MG 220 e MG 231 (rodovias estaduais) e BR 040 (rodovias concessionadas pela união).

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

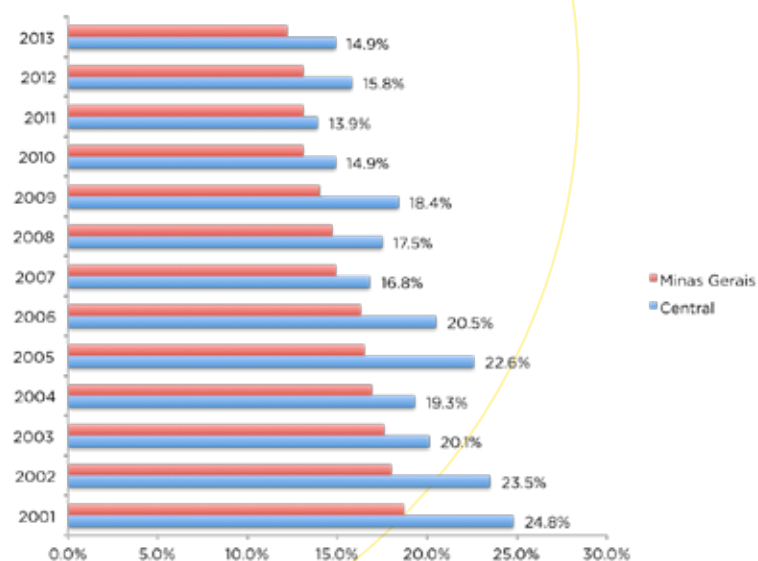
Sendo que 4,71% dos indivíduos possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais (em valores de 2010). Existem, nesta região, 39.052 famílias cadastradas no Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal (CadÚnico), das quais 19.531 famílias são pobres (renda per capita familiar menor do que R\$ 154,00) e 15.516 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015). Destaca-se que a População Economicamente Ativa representa 48,50%.

Esse território conta uma Cobertura Populacional de 98,46% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo superior à média estadual que é de 91,41%. Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos SUS, a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de 3 leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,07, demonstrando uma clara necessidade de melhoria.

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. A Região Ampliada de Saúde Centro, que abrange o território Central, está em processo de implantação do serviço.

A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Central, a TMI foi de 14,9 por 1.000 nascidos vivos.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Central, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 91,12% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção acima do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Central está acima da média estadual, com 67,68.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

No Território de Desenvolvimento Central, as taxas de homicídios apresentaram-se em forte alta, entre 2002 e 2006, desde então, apresentou tendência de redução e subsequente estabilidade da violência letal. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 298,41 crimes violentos e 14,10 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.



Fonte: CINDS SEDS / MG

Homicídios

Número Absoluto

2013
27



2014
36

Taxa por 100 mil Habitantes

2013
10,63



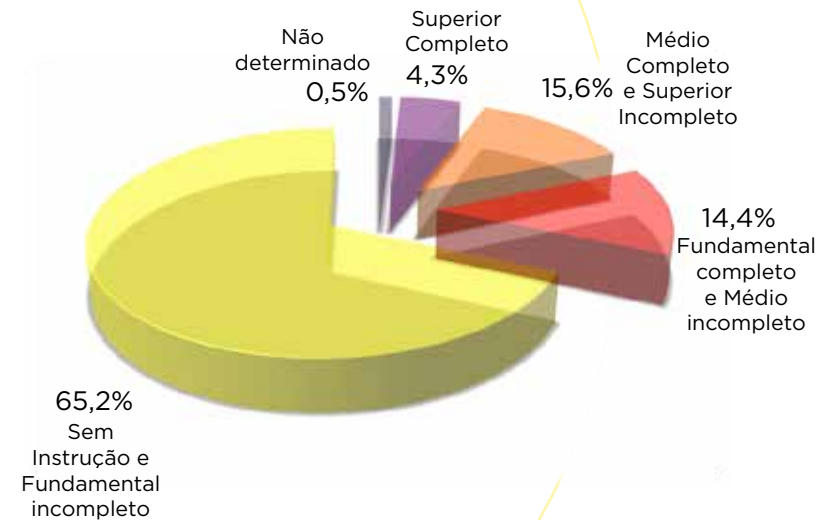
2014
14,10

Fonte: CINDS SEDS / MG

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

A taxa de analfabetismo no território é de 15,7% na zona rural e 8,6% na zona urbana. Destaca-se que apenas 4,3% da população tem ensino superior completo. A maior parte da população (65,2%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto.

NÍVEL DE INSTRUÇÃO



TAXA DE ANALFABETISMO

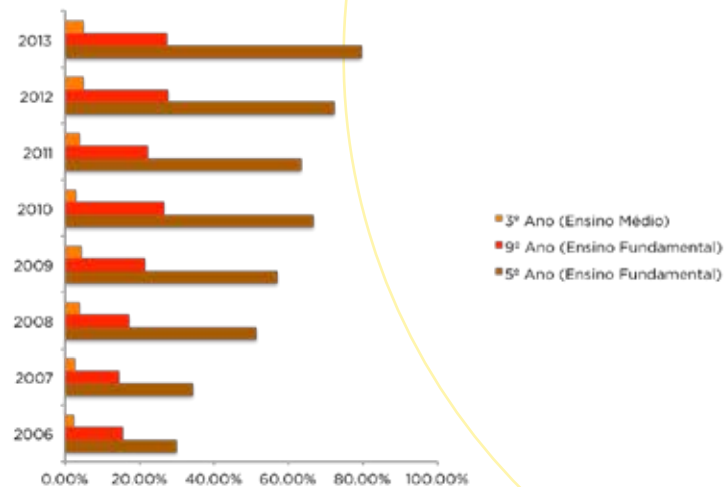
	Número	Taxa (%)
Taxa de Analfabetismo (Total)	17.791	9,6%
Taxa de Analfabetismo Zona Rural	4.372	15,7%
Taxa de Analfabetismo Zona Urbana	13.599	8,6%

Fonte: IBGE

Quanto aos demais indicadores da Educação Básica, o PROEB 2013 evidencia que, no 5º ano do Ensino Fundamental, 62,48% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 79,58% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 38,92% dos alunos no nível recomendável em Português e 5% em Matemática.

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA

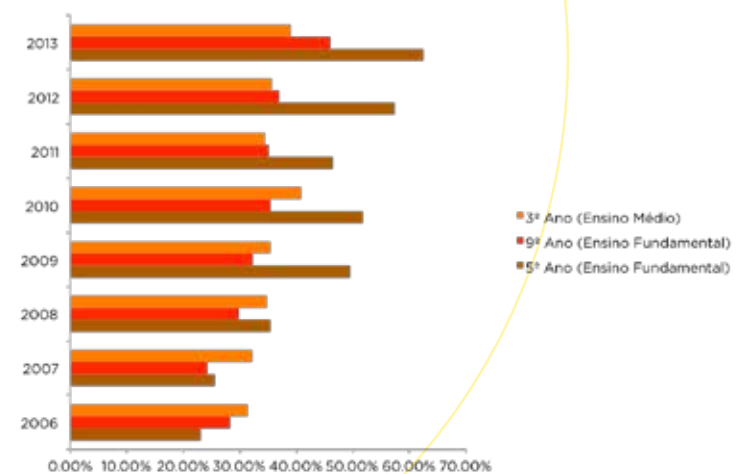
Quase todos os alunos saem do ensino médio com um nível de conhecimento baixo em matemática



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	30.02%	34.35%	51.45%	57.03%	66.72%	63.41%	72.30%	79.56%
9º Ano	15.44%	14.48%	17.21%	21.45%	26.49%	22.26%	27.80%	27.35%
3º Ano	2.32%	2.66%	3.80%	4.40%	2.95%	3.82%	4.92%	5.00%

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS

Em cada 3 alunos, apenas 1 conclui o ensino médio com um desempenho aceitável em português



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	23.09%	25.58%	35.35%	49.44%	51.79%	46.43%	57.38%	62.48%
9º Ano	28.29%	24.18%	29.80%	32.24%	35.42%	35.13%	36.91%	46.11%
3º Ano	31.33%	32.18%	34.80%	35.40%	40.84%	34.46%	35.57%	38.92%

Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 202 escolas presentes no território, 27,2% não tem acesso à internet, 38,1% não tem biblioteca, 40,1% não tem laboratório, 55% não tem quadra poliesportiva e 22,8% não tem rede de água.

CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS - REDE PÚBLICA

	Número	Taxa (%)
Escolas com Acesso à Internet	147	72,8
Escolas com Biblioteca	125	61,9
Escolas com Laboratório	121	59,9
Escolas com Quadra Poliesportiva	91	45
Escolas com Rede de Água	156	77,2

Fonte: Inep, 2014

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo, visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Para cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda etapa, é aberta a escuta à sociedade que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e de representantes do poder legislativo, estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada de Minas Gerais. Os Fóruns Regionais são um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais construirá políticas públicas que respeitem as características de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional Central, realizado em Curvelo no dia 22 de agosto de 2015. O encontro contou com a participação de 291 inscritos que apresentaram 496 problemas e demandas. Posteriormente, registramos o consolidado de demandas apresentadas no Fórum realizado neste Território.

EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

- Apoio técnico e capacitação em projetos de captação de recursos e aprovação de planos de manejo para as áreas de proteção ambiental;
- Conservação de solo e água, com combate à erosão, desassoreamento, recuperação de áreas degradadas, revitalização de nascentes e de matas ciliares e descontaminação dos recursos hídricos;
- Apoio à produção associada, com criação de agência regional de desenvolvimento e fomento e agilização da criação de micro e pequenas empresas, por meio da capacitação, incentivo fiscal e ampliação do acesso ao crédito;
- Criação de parque tecnológico, polo industrial e incubadora de empresas no território, com fomento a salas de empreendedores;
- Apoio à constituição de consórcios municipais e investimento em coleta seletiva e saneamento básico (coleta, drenagem, esgoto e resíduos sólidos), por meio da construção e ampliação de ETES, a criação de uma UTCL, a destinação correta do lixo hospitalar e tóxico e a simplificação e agilização do licenciamento dos aterros sanitários;
- Apoio ao abastecimento de água no território por meio de tecnologias de captação de água de chuvas, a construção de barraginhas, barramentos em cursos d'água, novos sistemas, poços artesianos e caminhões-pipa, com ênfase nos assentamentos rurais;
- Apoio à agricultura familiar, com foco na produção orgânica, na agroecologia, na piscicultura, na fruticultura e nas cadeias do leite e do mel, garantindo os recursos necessários à

efetivação dos planos municipais de desenvolvimento rural sustentável, principalmente por meio da facilitação da assinatura de convênios entre organizações da agricultura familiar e o governo estadual e ampliação do efetivo do sistema agricultura nos municípios;

- Apoio à infraestrutura rural, por meio da readequação ecológica de estradas vicinais, a habitação e a eletrificação rural e a disseminação de sistemas de geração de energia fotovoltaica nas propriedades familiares;
- Fomentar o turismo no patrimônio cultural e religioso do território, bem como o turismo de base comunitária, rural, náutico, literário e ferroviário, especialmente por meio da instalação e manutenção das vias e da sinalização turística nos municípios, além do investimento em campanhas de valorização turística no território, com foco na obra literária do escritor João Guimarães Rosa;
- Investimento nos circuitos turísticos, com fortalecimento da interiorização do turismo, criação do fundo estadual de turismo, aumento do percentual do ICMS turístico e ampliação dos benefícios fiscais às empresas do setor;

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Pavimentação asfáltica de rodovias, em especial:
 - o MG 220, de Três Marias a Diamantina
 - o LMG 807, de Presidente Juscelino a Santana de Pirapama
 - o MG 060, Papagaio a Pompéu, Pompéu a Abaeté (incluindo Ponte do Porto), Biquinhas a São Gonçalo do Abaeté;

- o MG 415, BR 040 (km 311) a Morada Nova de Minas;
- o MG 164, de Pompéu a Felixlândia;
- Implantação ou melhoria de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água; coleta e tratamento de esgoto; drenagem pluvial, aumentando a capilaridade dos sistemas nas zonas urbana e rural do Território Central. Onde necessário, apoio do Estado no custeio de caminhões-pipa para distribuição de água potável;
- Implantação e extensão de Programas de Eletrificação, urbana e rural, a exemplo do Programa Luz para Todos;
- Construção de rodovias e obras de arte especial, especificamente:
 - o MG 352, de Cedro do Abaeté ao Alto Paranaíba;
 - o Duplicação da ponte na AMG 925;
 - o Ponte sobre o Córrego do Brejo, na BR 135, município de Augusto de Lima, entre Posto Mangueiras e Carroção Mineiro;
 - o Duplicação da ponte da estrada que liga a Zona Urbana de Augusto de Lima ao povoado de Santa Bárbara;
 - o Duplicação, implantação de 3ª faixa ou acostamento da MG 420, da BR 040, passando por Pompéu, Martinho Campos, Bom Despacho até chegar na BR 262;
 - Implantação de usinas de reciclagem de resíduos sólidos;
 - Ampliação do sistema de comunicação (telefonia e internet) nas zonas urbana e rural dos municípios do território;
 - Captação de água do Rio Indaiá para abastecimento do município de Cedro do Abaeté;
 - Extensão dos Programas de Habitação para públicos não contemplados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, tais como zona rural, subsídios a servidores públicos e comunidades tradicionais;

- Disponibilização de transporte para alunos de baixa renda que fazem faculdade e precisam ir a outras cidades para estudar;
- Fomento à utilização da estrutura ferroviária no território.

EIXO 3 - PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- Construção de espaços para lazer (quadras, praças com academias populares), incluindo academias específicas para idosos, obesos, hipertensos e portadores de necessidades especiais, incluindo pessoas com deficiência intelectual e múltipla;
- Liberação de recursos para a construção e custeio de quadras poliesportivas nas localidades rurais;
- Fomentar um programa para a contratação de educadores físicos para acompanhar as atividades nas academias populares, atendendo, inclusive as pessoas com deficiência intelectual e múltipla;
- Transferência de recursos estaduais para os municípios para o custeio das quadras poliesportivas já existentes;
- Construção e custeio de núcleos poliesportivos com professores habilitados para ensinar a prática de esportes variados em Curvelo e Abaeté atendendo, inclusive as pessoas com deficiência intelectual e múltipla;
- Fomentar ações sistematizadas desde a escola infantil, valorizando a prática de esporte em horário extracurricular atendendo, inclusive as pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

• Tratamento Oncológico:

- Garantir o andamento das obras, aquisição de equipamentos e custeio tripartite em parceria com a CONVÍVIO - Associação de Convívio com Portadores de Câncer de Minas Gerais da nova unidade de tratamento oncológico - o “Instituto do Câncer”, que possui 1.780m² de área construída em terreno anexo ao Hospital Imaculada Conceição, edificada através de financiamento com recursos doados por empresas, pelo Governo Federal e do Estado de Minas Gerais e ações de mobilização social. Essa unidade possui aprovação do CIB-SUS/MG nº 360 de 19/07/2007, que estabelece o desenho da Rede de Atenção Oncológica de Minas Gerais. O Instituto prestará atendimento nas especialidades de radioterapia, quimioterapia, braquiterapia e cirurgia oncológica. Decorridos 05 anos do início da construção, estamos caminhando para a reta final das obras civis. A construção tem evoluído proporcionalmente às doações recebidas e aplicadas diretamente no Instituto do Câncer. O restante a ser feito refere-se à adequações prediais com o remanejamento de eletrocalhas, adaptações necessárias para instalação do sistema do ambiente de radioterapia, conclusão de todo o ambiente do auditório.
- Está sendo priorizado o término das instalações da quimioterapia, para que este atendimento, bem como as cirurgias oncológicas possam ser iniciadas, no mais tardar, até o final deste ano.
- Além do término das obras civis, precisamos concluir o processo de aquisição de mobiliário e o restante dos equipamentos primordiais ao atendimento dos pacientes,

como o aparelho Acelerador Linear, orçado atualmente em U\$ 2.595.039,28 (Dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, trinta e nove de dólares americano e vinte e oito centavos), aparelho utilizado para as sessões de radioterapia.

- Ainda precisamos reformar e ampliar a área destinada à internação clínica da oncologia, perfazendo 27 leitos. Trata-se de uma área de 676,00 m², ao custo de R\$ 1.300,00 (Hum mil e trezentos reais)/m².
- Solicitamos também a interveniência para liberação dos recursos restantes dos convênios firmados com a Secretaria Estadual de Saúde, de números 1335/2013 - R\$ 881.963,00 e 1823/2013 - R\$709.037,00, Vocacionando o Instituto do Câncer para atendimento ao usuário do SUS, respeitando a contratualização efetiva entre as partes.

• Atenção Hospitalar:

- o Manter o programa PROHOSP com revisão de metas e indicadores.
- o Implantação de serviço de neurocirurgia no HIC.
- o Implantação do Hemocentro em Curvelo, fundamentado, especialmente, pelo credenciamento do serviço de alta complexidade no HSA (a implementação do serviço de hemodinâmica, dando prosseguimento com a realização de cirurgia cardíaca, cateterismo, angioplastia, implantação de marcapasso), e possibilidade de realização de neurocirurgia no HIC, com financiamento tripartite.
- o Apoio para custeio de posto de coleta de sangue no HIC.
- o Criação do Centro Oftalmológico (conforme adesão já

efetivada junto à SES) no Hospital Imaculada Conceição, tornando Curvelo um centro de referência para tratamento oftalmológico. O consórcio (CISMEV) ampliando como parte de apoio diagnóstico ambulatorio.

- Política de fortalecimento, incluindo financiamento e gestão dos HPP de acordo com a necessidade local, e parâmetros, Santa Casa de Misericórdia de Corinto, Felixlândia, e outros dentro do território.
- Implantação e manutenção da APAC em Curvelo.

• **Redes:**

- Adequar as redes de saúde de modo que atenda o perfil demográfico e epidemiológico dos municípios.
- Adequação da assistência ao parto de acordo com rede cegonha em todas as maternidades do território.
- Implantar SAMU regional.
- Revisão da portaria de custeio de urgência e emergência, incluindo serviço de obstetrícia.
- Ampliação e modernização do Hospital São Francisco – Três Marias nas ações de urgência e emergência, ofertando serviços de alta e média complexidade.

• **Atenção Básica:**

- Aumento da cobertura de ESFs em toda a micro, com melhoria do atendimento em todos os municípios.
- Criar uma política de incentivo para que os profissionais venham atuar nos municípios, garantindo a continuidade do trabalho, do cuidado integral e do vínculo.

- Implantação dos NASFs em todos os municípios da micro de acordo com as necessidades locais, incluindo área rural, para atendimento domiciliar quando necessário.
- Finalização das UBSs em construção, bem como construção nas localidades onde não tem a unidade básica de saúde, com garantia de financiamento e custeio tripartite, no qual o estado invista de fato o percentual de 12% e que a união fixe o teto de 10% para a saúde.
- Garantir o pagamento do piso nacional para ACS e ACE.
- Implantar e implementar as ações de promoção da saúde com ênfase na academia da saúde (atividade física) e segurança alimentar e nutricional, para atendimento aos pacientes com condições crônicas como hipertensão e diabetes.

• **Atenção Psicossocial:**

- Implementação da Política de Atenção Psicossocial de acordo com a política nacional, com garantia de custeio tripartite para CAPS adulto, infantil e AD, de acordo com a necessidade das micros que venham ofertar cobertura para todos os municípios, garantindo o atendimento dos usuários com transtornos mentais, atendimento e recuperação dos dependentes de drogas e substâncias afins, de forma integrada e humanizada. Que o prédio construído na cidade de Curvelo para ser a UPA (construída com recurso federal) que se encontra inutilizado, seja cedido para alocar o CAPS, pois o atual prédio, alugado, não corresponde às necessidades do serviço e, assim ampliar com portas de entrada separadas o CAPS AD e o Infantil, aumentando a

oferta de serviços e a capacidade operacional, onde o CAPS poderá ser credenciado como porte tipo IV.

o Criação de Centro Regional de Apoio e Recuperação para atendimento de dependentes de drogas e substâncias afins em Três Marias.

Centro De Especialidades Multiprofissional:

- Aumento de consultas especializadas e de apoio diagnóstico (raio x, ultrassom e outros) de forma eletiva em vários municípios polo de atenção.
- o Revisar o papel dos consórcios quanto ao planejamento e execução do serviço de saúde, dando mais suporte à atenção primária.
- Implantação do Centro de Especialidade Profissional Regionalizado de acordo com a necessidade do território, garantindo a admissão de mais profissionais especializados, com custeio tripartite.
- Implantação do CEO e do Centro de Atenção ao Idoso.

Educação Permanente:

- Garantir capacitação continuada em tempo protegido para todos os profissionais de saúde com ênfase no atendimento humanizado.

Transporte Em Saúde:

- Fomentar recurso financeiro para garantia de transporte para ações de saúde e dos profissionais de saúde.

Vigilância Em Saúde:

- Construção de um centro de esterilização de animais (cães e gatos) com o objetivo de controlar a população canina e felina, prevenindo o abandono e maus-tratos por meio de atendimento clínico veterinário facilitado e esterilização cirúrgica, além da realização de programas educativos para a guarda responsável de animais e respeito a toda forma de vida.
- Melhoria dos repasses financeiros e a manutenção do projeto de fortalecimento da vigilância em saúde.
- Implantar serviço de verificação de óbito para o território

Direitos Humanos:

- Proteção ao idoso por meio de políticas como os Centros-Dia e Instituições de Longa Permanência (ILPI); (16)
- Adequação de vias, transporte e equipamentos públicos para pessoas portadoras de deficiência física e/ou intelectual; (13)
- Fortalecer políticas para pessoas portadoras de deficiência em parceria com as APAEs, inclusive com a inserção no trabalho e geração de renda;

Assistência Social:

- Regionalização dos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, com atenção aos municípios de

porte I e II, para crianças, adolescentes, idosos e para pessoas portadoras de deficiências físicas e/ou intelectuais;

- Ampliar corpo técnico, por meio de concursos públicos, bem como recursos destinados ao financiamento do SUAS, além da ofertar cursos de capacitação continuada para melhorar qualificação dos técnicos;
- Aumento dos recursos repassados pelo estado por meio do Piso Mineiro de Assistência Social;
- Apoio do Estado aos municípios no cofinanciamento para realização de convênios no âmbito da assistência social com instituições não governamentais.

• JUVENTUDE:

- Instituir políticas de protagonismo da juventude, com ações educacionais em Política e Direitos Cidadãos;

• TRABALHO:

- Ampliar oferta de educação profissional, em especial aquelas oportunidades voltadas para jovens em situação de vulnerabilidade. Adequar ofertas de cursos às demandas do mercado de trabalho da região, combatendo o êxodo rural;
- Instituir programas de inclusão produtiva e fomento a pequenos produtores de baixa renda: mineradores que trabalham na garimpagem de cristais no território; artesãos por meio de feiras regionais; associações de economia solidária com pontos fixos de comercialização. Incluir oferta de capacitação continuada para estes grupos.

EIXO 4 – SEGURANÇA PÚBLICA

- Criação do Centro Socioeducativo em Curvelo para atendimento de todo o território e criação do centro de internação provisória em Abaeté, atendendo as comarcas de Abaeté e Morada Nova;
- Assunção pela SUAPI das cadeias públicas de Corinto, Buenópolis, Três Marias e Morada Nova de Minas .
- Instalação e manutenção do Olho Vivo nas cidades de Curvelo, Três Marias, Abaeté, Corinto e Pompéu com mão de obra que não seja da PM.
- Aumento de recrutamento e seleção de funcionários civis para assumir funções administrativas, liberando policiais para execução das atividades finalísticas.
- Recomposição e ampliação do quadro de servidores de todas as carreiras da PCMG no âmbitos do território central, seguindo os parâmetros da nova Lei Orgânica .
- Criação do Posto de Perícia Integrada para atendimento do Território.
- Aquisição e Manutenção das viaturas devido a extensa área de atuação do Pelotão de Curvelo.
- Criação de um Pelotão nas cidades de Pompeu, Buenópolis e Três Marias, reduzindo o tempo de resposta para a população.
- Criar uma política de adequação dos quadros de efetivos das instituições de segurança pública, com reposição anual, visando atender os requisitos técnicos para um atendimento adequado.
- Intensificar a integração entre os órgãos de segurança

EIXO 5 - EDUCAÇÃO

pública para propiciar à população projetos sociais com intuito de sensibilizar e instruir sobre educação no trânsito, primeiros socorros, cidadania, prevenção a violência e as drogas, incentivando a criação dos conselhos municipais anti-drogas.

- Ampliação dos editais para projetos culturais. Apoio ao desenvolvimento de projetos literários, musicais e teatrais. Apoio e incentivo ao resgate da cultura no meio rural. Capacitar os conselhos municipais e estaduais, liberar projetos para associações comunitárias.
- Campanhas de sensibilização da população na questão da preservação do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial.
- Recursos para a manutenção do patrimônio público.
- Criação de um órgão articulador para promover o resgate cultural das tradições dos povos do Sertão Mineiro (Região Central).
- Implantação de um centro de treinamento de artesanato. Construção de bibliotecas, conservatórios, casa de cultura e praças de eventos.
- Equipe multidisciplinar nas escolas. Incluir um diretor pedagógico nas escolas. Alteração da legislação para redução do número de alunos por sala de aula. Alteração da carga horária dos professores. Cursos de capacitação ao corpo docente. Salário digno e proteção à integridade física dos profissionais.
- Implantação e ampliação de pólos com cursos superiores da UEMG/UNIMONTES. Cursos técnicos profissionalizantes levando em conta a realidade local ou regional. Implantação de

Universidade Pública na região.

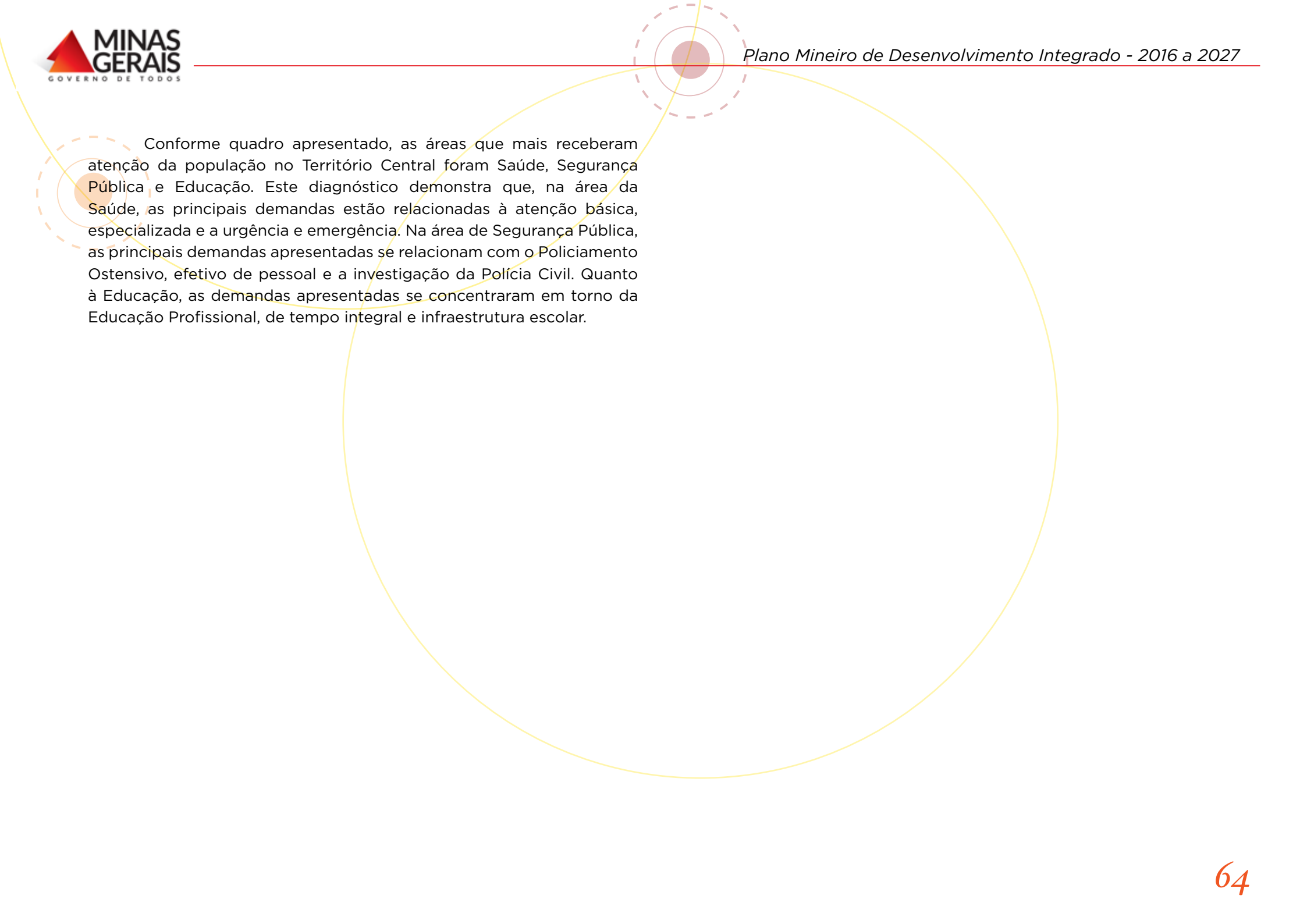
- Parceria com a segurança no enfrentamento das questões de violência e criminalidade na comunidade escolar.
- Implantação de uma escola agrícola regional.
- Reformular a matriz curricular na educação básica.

Na reestruturação curricular acrescentar disciplinas referentes ao planejamento, administração pública e principalmente, a educação empreendedora.

- Políticas públicas de inclusão social e acessibilidade nas escolas, para atender os alunos com deficiência intelectual e múltipla.
- Garantir recursos financeiros para implantação, reestruturação e ampliação da educação em tempo integral.
- Complementação do recurso da merenda escolar por aluno.
- Ampliação do recurso financeiro para aquisição de ônibus escolar acessível para o transporte de alunos com deficiência física.
- Construção, reforma e ampliação da estrutura das escolas públicas.

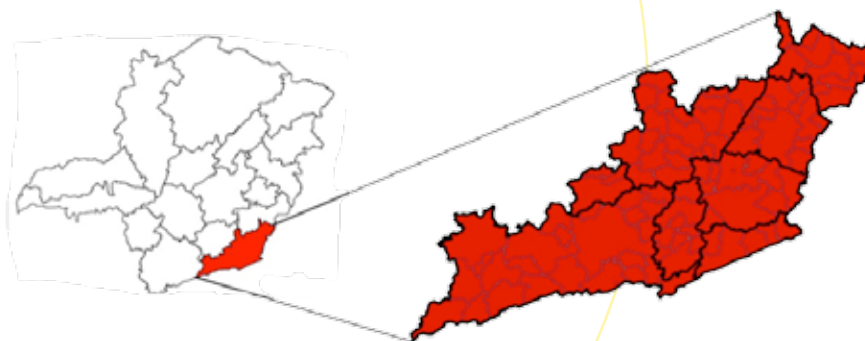
Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima, registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Central. Importante ressaltar que o Governo do Estado de Minas Gerais está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos territórios. Ademais, está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial, cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16	4	0	0	0	20
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1	0	0	0	10	12
Cultura	0	0	1	0	12	13
Demais	2	6	2	0	1	11
Desenvolvimento Agrário	4	0	0	0	0	4
Desenvolvimento Econômico	14	1	5	0	0	20
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	4	15	1	0	0	20
Desenvolvimento Social	0	0	7	0	0	7
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	0	0	11	0	0	11
Educação	0	0	1	1	28	30
Esportes	0	0	8	0	0	8
Finanças Públicas	7	0	0	0	0	7
Governo	3	1	0	0	0	4
Meio Ambiente	9	0	0	0	0	9
Poder Judiciário	0	0	0	2	0	2
Saúde	0	0	46	0	0	46
Segurança Pública	0	0	5	26	0	31
Transportes e Obras Públicas	3	19	0	2	0	24
Turismo	9	1	1	0	1	12
Total	72	47	89	31	52	291



Conforme quadro apresentado, as áreas que mais receberam atenção da população no Território Central foram Saúde, Segurança Pública e Educação. Este diagnóstico demonstra que, na área da Saúde, as principais demandas estão relacionadas à atenção básica, especializada e a urgência e emergência. Na área de Segurança Pública, as principais demandas apresentadas se relacionam com o Policiamento Ostensivo, efetivo de pessoal e a investigação da Polícia Civil. Quanto à Educação, as demandas apresentadas se concentraram em torno da Educação Profissional, de tempo integral e infraestrutura escolar.

Perfil Territorial: Mata



Município	Micro Território
Além Paraíba	Além Paraíba
Estrela Dalva	
Pirapetinga	
Santo Antônio do Aventureiro	
Volta Grande	
Caiana	Carangola
Carangola	
Divino	
Espera Feliz	
Faria Lemos	
Fervedouro	
Orizânia	
Pedra Bonita	
Pedra Dourada	
Tombos	
Argirita	Cataguases
Astolfo Dutra	
Cataguases	
Dona Eusébia	
Itamarati de Minas	
Laranjal	
Leopoldina	
Palma	
Recreio	
Santana de Cataguases	

Município	Micro Território
Antônio Prado de Minas	Muriaé
Barão de Monte Alto	
Eugenópolis	
Miradouro	
Mirai	
Muriaé	
Patrocínio do Muriaé	
Rosário da Limeira	
São Francisco do Glória	
São Sebastião da Vargem Alegre	
Vieiras	
Bicas	São João Nepomuceno
Descoberto	
Guaraná	
Mar de Espanha	
Maripá de Minas	
Pequeri	
Rochedo de Minas	
São João Nepomuceno	
Senador Cortes	Santos Dumont
Aracitaba	
Oliveira Fortes	
Santos Dumont	

Município	Micro Território
Andrelândia	Juiz de Fora
Arantina	
Belmiro Braga	
Bias Fortes	
Bocaina de Minas	
Bom Jardim de Minas	
Chácara	
Chiador	
Coronel Rochado	
Ewbank da Câmara	
Goianá	
Juiz de Fora	
Liberdade	
Lima Duarte	
Matias Barbosa	
Olaria	
Passa Vinte	
Pedro Teixeira	
Piau	
Rio Novo	
Rio Preto	
Santa Bárbara do Monte Verde	
Santa Rita de Jacutinga	
Santana do Deserto	
Simão Pereira	

Município	Micro Território
Brás Pires	Ubá
Coimbra	
Divinésia	
Dores do Turvo	
Ervália	
Guarani	
Guidoval	
Guiricema	
Mercês	
Piraúba	
Presidente Bernardes	
Rio Pomba	
Rodeiro	
São Geraldo	
Senador Firmino	
Silveirânia	
Tabuleiro	
Tocantins	
Ubá	
Visconde do Rio Branco	

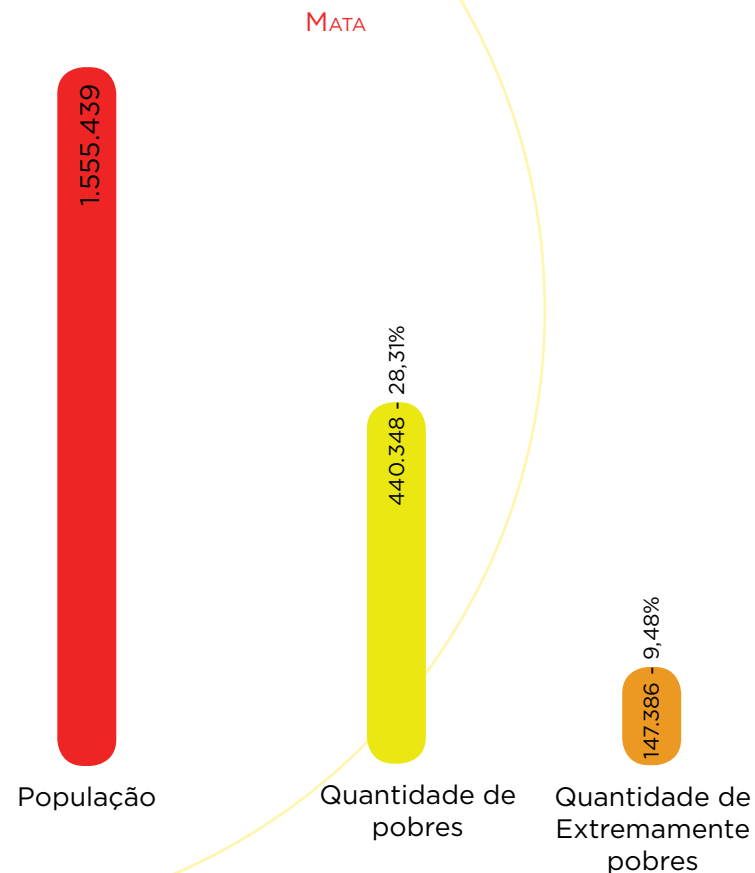
INTRODUÇÃO

Visando a aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

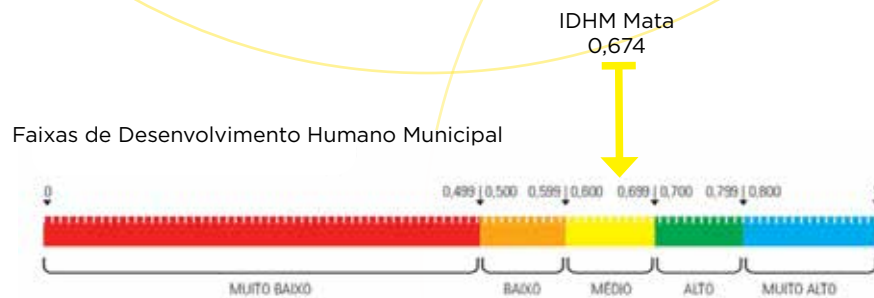
O Território de Desenvolvimento Mata é composto por 93 municípios distribuídos em 8 Microterritórios e conta com a população total de 1.561.463 habitantes, que corresponde a 8,0% da população mineira. A extensão territorial é de 24.533,74 Km² correspondendo a 4,2% do total de Minas Gerais. Os municípios mais populosos são: Juiz de Fora (516.247 hab.), Ubá (101.519 hab.) e Muriaé (100.765 hab.) e os menos populosos são: Antônio Prado de Minas (1.671 hab.), Pedro Teixeira (1.785 hab.) e Olaria (1.976 hab.). O Território Mata faz fronteira com os Territórios Sul, Vertentes e Caparaó, além de fazer divisa com o Estado do Rio de Janeiro.

Neste Território, a População Rural corresponde a aproximadamente 13,21% da população total, sendo que esta proporção é a sexta menor em comparação com os demais Territórios, ficando atrás apenas do Vale do Aço, Oeste, Triângulo Sul, Triângulo Norte e Metropolitano.

A proporção de pobres do Território Mata é de aproximadamente 28,31%, sendo menor que a média estadual e, a proporção de extremamente pobres, é de 9,48%, sendo a oitava maior do estado, em 2010. A Renda per capita observada no Território Mata, referente a agosto de 2010, é de R\$ 742,96, correspondendo à quarta melhor do Estado, atrás apenas do Triângulo Sul, Triângulo Norte e Metropolitano.



O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida, para o Território da Mata é de 0,674, ocupando a faixa média conforme figura abaixo.

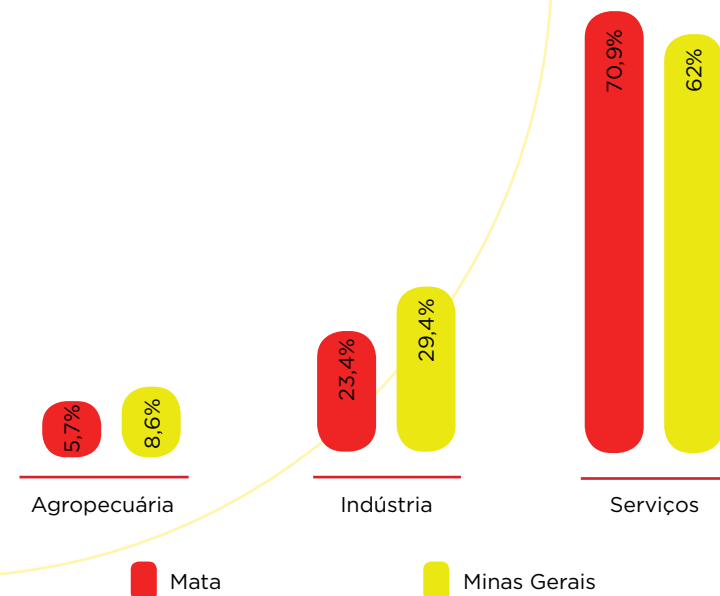


EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Segundo o IBGE, em 2012, a contribuição da Mata no PIB estadual foi de 5,7%. A região, entretanto, apresenta grande desigualdade na distribuição da estrutura produtiva, dado que o município de Juiz de Fora foi responsável, isoladamente, por 43,9% do PIB territorial.

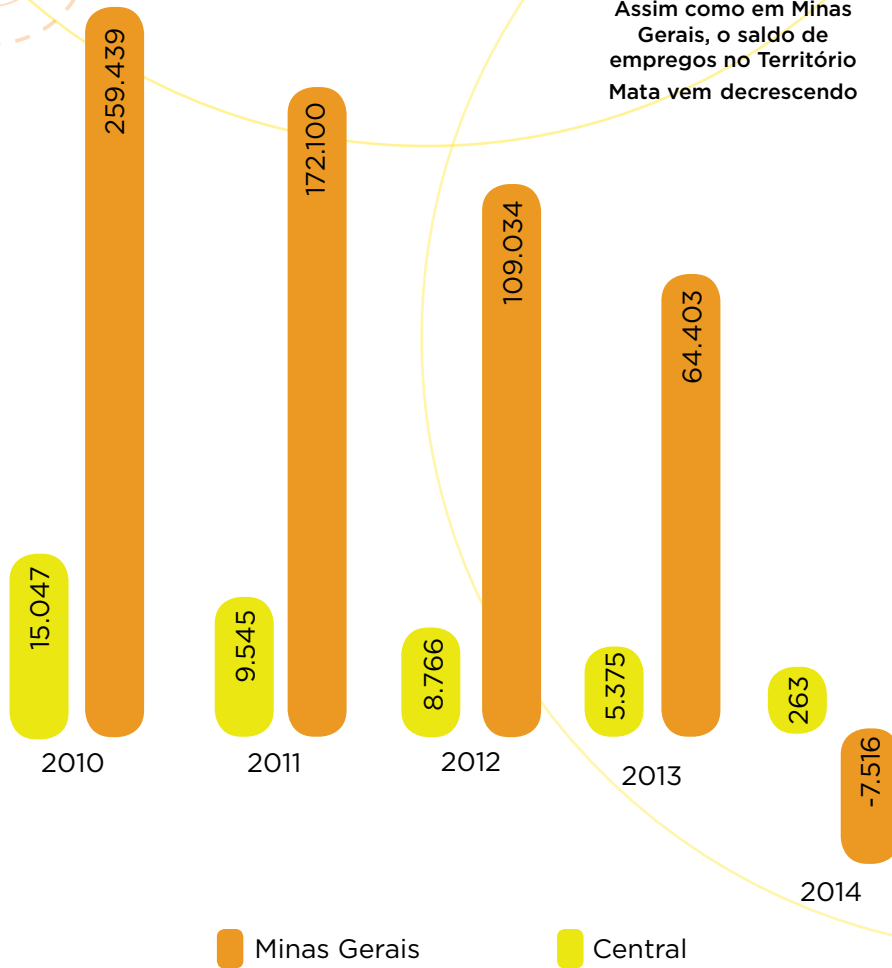
O setor agropecuário corresponde a 5,7% do PIB no território. Os principais produtos produzidos no território são leite, café e milho. A indústria responde por 23,4% do PIB enquanto o setor de serviços concentra 70,9% do PIB do Território.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS

Assim como em Minas Gerais, o saldo de empregos no Território Mata vem decrescendo

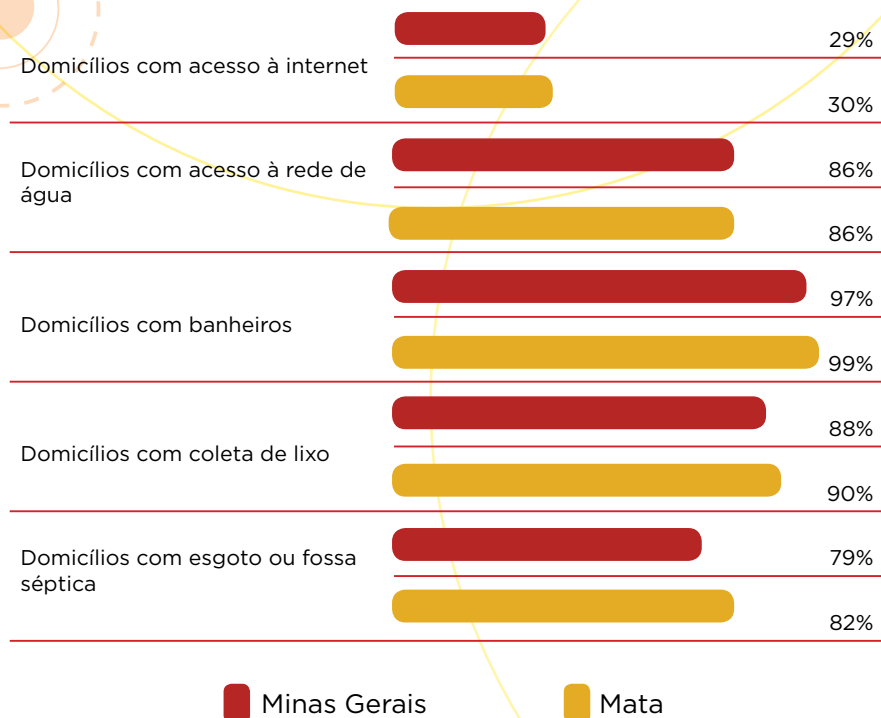


Fazem parte de Circuitos Turísticos 53 municípios, ou seja, 53,2% dos municípios da região estão associados a Circuitos Turísticos São eles: Serras e Cachoeiras, Pico da Bandeira, Serra do Brigadeiro, Serras de Minas, Caminhos Verdes de Minas, Caminho Novo, Serra do Ibitipoca e Nascente do Rio Doce.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois ser uma carência de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Mata se encontra numa situação precária, tendo, em média, 86% da população atendida. Em relação a serviços de coleta de lixo, esse Território se encontra acima da média estadual e tendo, em média, 90% da população atendida com municípios que variam de 43% a 100% da população atendida.

**INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS
MATA X MINAS GERAIS**



No território estão presentes seis aeródromos nos municípios de Muriaé, Ubá, Leopoldina, Nepomuceno, Goianá e Juiz de Fora. As principais rodovias deste território são: BR 265, BR 267, BR 116 (rodovias federais); MG 447; MG 448 e MG 124 (rodovias estaduais); e BR 040 (rodovia concedida pela União).

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Existem, nesta região, 213.859 famílias cadastradas no CadÚnico (Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal), sendo que, destas, 107.046 famílias são pobres (renda per capita familiar inferior a R\$ 154,00), e, 85.567 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

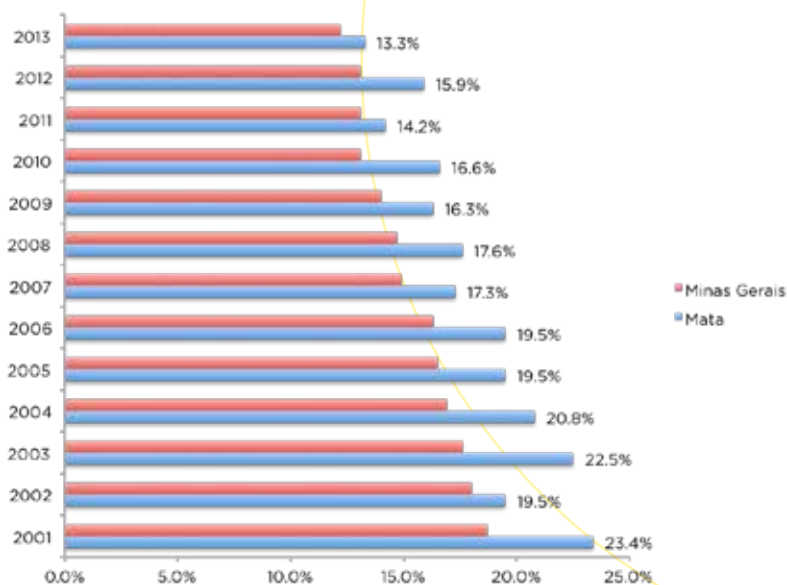
Em relação à saúde, esse território conta com uma cobertura populacional de 86,10% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo inferior à média estadual, que é de 91,41%.

Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos SUS, a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de 3 leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 2,50, demonstrando uma necessidade de melhoria.

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. A construção e o funcionamento do serviço são fruto da parceria entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios. A Região Ampliada de Saúde Sudeste, que abrange o território Mata, já conta com o serviço implantado, tendo como sede do SAMU o município de Juiz de Fora.

A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Mata, a TMI foi de 13,3 por 1.000 nascidos vivos.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Mata, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 93,39% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção acima do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Mata está abaixo da média estadual, com 37,81, apesar de ainda não cumprir a meta preconizada nos Objetivos do Milênio.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

No Território de Desenvolvimento Da Mata, as taxas de homicídios apresentaram relativa baixa até o final da década de 2000. No entanto, desde 2009 o território vem apresentando forte viés de alta de seus indicadores de violência letal. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 201,82 crimes violentos e 16,34 homicídios para

cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.

Crimes Violentos em 2014

De cada 100 mil habitantes

Minas Gerais
521,35

Mata
201,82

Taxa de Homicídios em 2014

De cada 100 mil habitantes

Minas Gerais
20,3

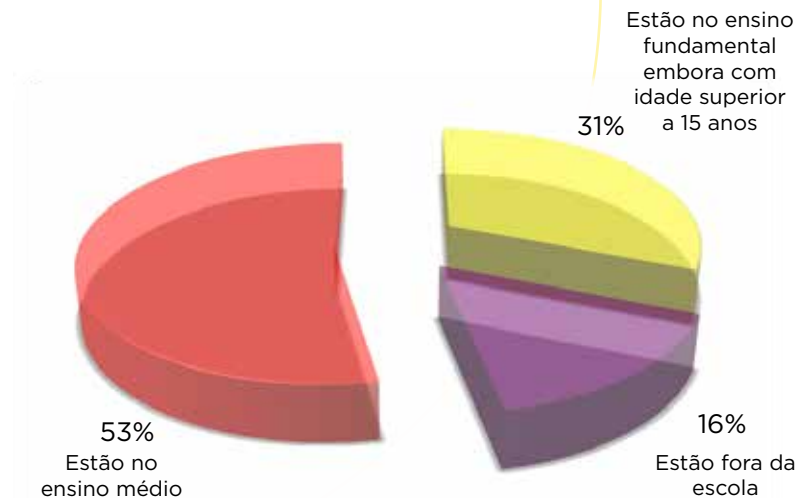
Mata
16,3

Fonte: CINDS SEDS / MG

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

O Território apresenta boas taxas de atendimento em todas as faixas etárias analisadas, apesar de ter 3.033 indivíduos com idade entre 15 e 24 anos que não sabem ler e escrever, o que exige ações governamentais para aumentar o percentual de cidadãos alfabetizados. Há de se considerar, no entanto, que 55% dos jovens de 15 a 17 anos têm o Ensino Fundamental completo.

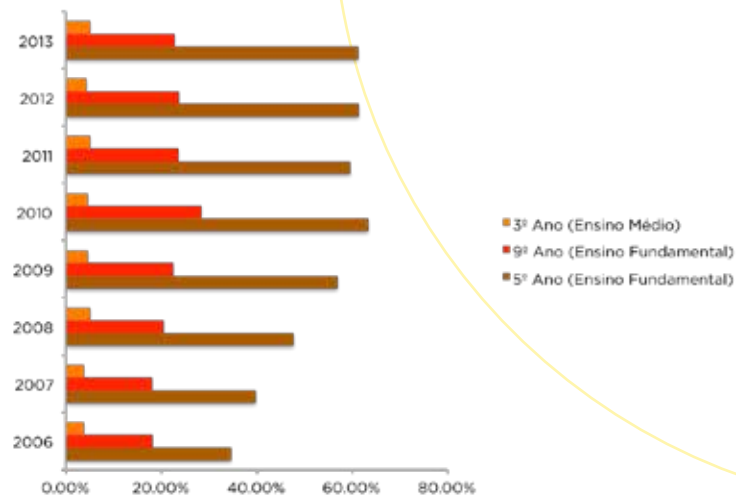
EDUCAÇÃO DE JOVENS (15 A 17 ANOS)



Quanto aos indicadores da Educação Básica, o PROEB 2013 evidencia que, no 5º ano do Ensino Fundamental, 38,09% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 61,22% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 40,94% dos alunos no nível recomendável em Português e 5,03% em Matemática.

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA

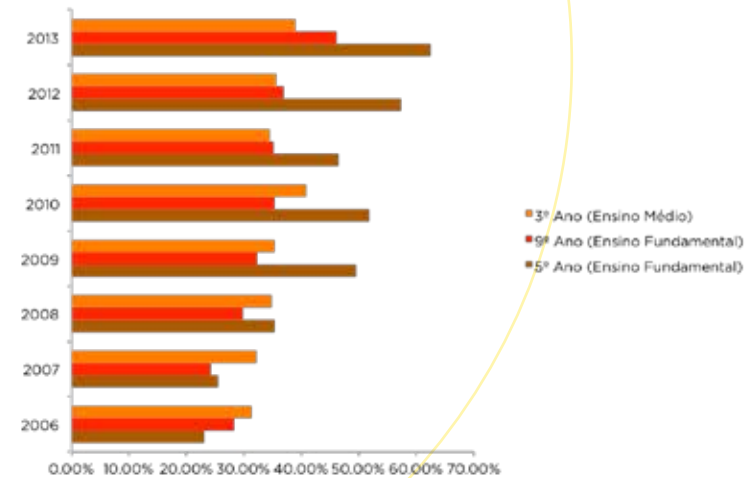
Quase todos os alunos saem do ensino médio com um nível de conhecimento baixo em matemática



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	34.64%	39.78%	47.77%	56.88%	63.36%	59.64%	61.39%	61.22%
9º Ano	18.26%	18.13%	20.48%	22.55%	28.34%	23.53%	23.66%	22.73%
3º Ano	3.84%	3.81%	5.09%	4.67%	4.58%	5.01%	4.36%	5.03%

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS

Em cada 10 alunos, apenas 4 concluem o ensino médio com um desempenho aceitável em português



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	30.57%	32.83%	34.13%	33.30%	39.88%	33.32%	31.13%	38.09%
9º Ano	28.81%	29.83%	34.28%	43.30%	45.09%	44.23%	46.82%	45.62%
3º Ano	29.52%	25.58%	30.27%	33.22%	36.87%	35.88%	36.63%	40.94%

Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 1079 escolas presentes no território, 31% não tem acesso à internet, 42,4% não tem biblioteca, 45,9% não tem laboratório, 61,2% não tem quadra poliesportiva e 16,1% não tem rede de água.

CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS - REDE PÚBLICA

	Número	Taxa (%)
Escolas com Acesso à Internet	745	69
Escolas com Biblioteca	622	57,6
Escolas com Laboratório	584	54,1
Escolas com Quadra Poliesportiva	419	38,8
Escolas com Rede de Água	905	83,9

Fonte: Inep, 2014

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o propósito de instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo para conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda rodada, é aberta a escuta à sociedade que tem a oportunidade de apresentar os problemas e demandas para o seu Território.

Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e de representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada de Minas Gerais.

Os Fóruns Regionais são um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais construirá políticas públicas que respeitem as características de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional da Mata, realizado em Juiz de Fora no dia 5 de agosto de 2015. O encontro contou com a participação de 585 inscritos. No total, 1.362 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população.

EIXO1-DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

- Ampliação dos investimentos regionais, por meio da formação de parques industriais, tecnológicos, startups, pólos comerciais e de serviços, bem como a implantação de uma política tributária competitiva e retorno do RET (regime especial tributário) para o setor atacadista e atenção à população eventualmente atingida.
- Inclusão de Juiz de Fora e região no programa de aceleração de Startups (como o Acelera Minas) e apoio institucional e financeiro do Estado para implantação do Parque Tecnológico em parceria com UFJF
- Implantação dos Centros de Referência do Trabalho, com geração de oportunidades integradas ao trabalhador da Zona da Mata com serviços de qualificação profissional, captação de vagas, incentivo ao empreendedor urbano e rural, assessoramento aos empreendimentos econômicos solidários e acesso ao crédito, bem como inserção produtiva dos jovens.
- Implantação de Pontos Fixos de Comercialização da Economia Solidária, que potencializem a identidade cultural, turística e produtiva local.
- Implantação do Salário Mínimo Estadual.
- Criação de um programa estadual de qualificação profissional, alinhado às demandas produtivas regionais, que contemple a especificidade dos públicos (egressos sistema prisional, comunidades tradicionais, jovens aprendizes, pessoas com deficiência, entre outros)
- Garantia de uma estrutura para o étnico desenvolvimento da economia solidária, onde as comunidades tradicionais tenham acesso aos meios de financiamento da economia popular solidária.

- Inclusão Produtiva da Pessoa Com Deficiência por meio do atendimento especializado, efetivação da lei de cotas, qualificação profissional com efetiva acessibilidade (materiais e equipamentos) e garantia de vagas nos diversos concursos públicos
- Implantação de políticas públicas no território da zona da mata que objetive a disponibilização de recursos financeiros, além de orientação técnica para implantação de fossas sépticas com prioridade para a zona rural, estações de tratamento de água e estações de tratamento de esgoto nas zonas urbanas e principalmente nas zonas rurais.
- Garantir água potável de qualidade através da instituição de programas que garantam investimentos e assistência técnica para preservação dos mananciais hídricos e recuperação de bacias hidrográficas. Promover a captação e distribuição de água pluvial.
- Apoio à infraestrutura rural, com foco na agroecologia, na recuperação e conservação das estradas vicinais, na infraestrutura de serviços de segurança, educação, saúde, lazer, esportes e cultura, a habitação, a internet, a eletrificação e a telefonia rural.
- Apoio à pesquisa agropecuária e à ampliação do acesso à assistência técnica e extensão rural, com foco na agroecologia, na diversificação da produção, na disseminação de técnicas de conservação do solo e na formação de entidades da sociedade civil em projetos de captação de recursos. Estruturação da EMATER, IMA, Ruralminas e Epamig.
- Fomento à produção da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, com foco na agroecologia e na agroindustrialização, com a distribuição de insumos agrícolas, animais, mudas, sementes crioulas, máquinas e equipamentos,

a ampliação do acesso ao crédito, com redução da burocracia e o apoio adequado a cada uma das cadeias produtivas, como a cadeia do leite e do café, as mudas cítricas, pecuária, piscicultura, caprinocultura, ovinocultura, fruticultura, olericultura, silvicultura e a apicultura.

- Promoção do acesso à terra, à regularização fundiária e ao crédito fundiário (reforma agrária).
- Apoio à comercialização da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, com foco no cooperativismo e associativismo (criação de departamento que dará suporte à agricultura familiar e economia solidária no estado); redução dos custos de logística; fomento às feiras livres e aos centros regionais de comercialização da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais; ampliação do acesso aos mercados institucionais; e criação de conselhos de alimentação escolar regionais, para organização, ampliação e unificação dos editais do programa nacional de alimentação escolar.
- Fomento do Estado de Minas Gerais às instâncias de participação social que envolvam a temática da educação ambiental no território da Zona da Mata, tais como os Fóruns Regionais de Educação Ambiental (FOREA), conferências municipais e estaduais do meio ambiente, grupos de trabalho criados nos fóruns regionais de governo, etc.
- Necessidade de política de apoio aos catadores de material reciclado, com ampliação da usina de reciclagem de Juiz de Fora para utilização regional como incremento do processo industrial em PPP subsidiada. Construção da UTCL, legalização dos aterros sanitários ou aterros controlados e fomento à coleta seletiva.
- Revisão dos critérios de licença ambiental, sobretudo

para a mineração, com aumento dos royalties cobrados das mineradoras, equivalente aos royalties do petróleo, e exigência de devolução da água limpa ao ambiente, garantindo que os recursos sejam aplicados nas áreas atingidas.

- Melhoria da infraestrutura turística no que diz respeito ao acesso, como integração das secretarias para viabilização do aeroporto, aumento de voos, captação de voos internacionais, revitalização da malha ferroviária e estações, conclusão do acesso da BR 040 à MG 353.
- Fortalecimento do arcabouço legal para o turismo (ICMS, Fundo, Lei)
- Fortalecimento da identidade turística da região, buscando a diversificação dos produtos através das vocações identificadas (pesca, religioso, gastronômico, rural, cultural, ecológico, artesanatos, turismo de aventura, observação de aves e negócios)
- Fortalecimento da produção e comercialização regional associado ao turismo.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Melhorar a infraestrutura rodoviária estadual da Zona da Mata e articular com o Governo Federal e Municipal para garantir boas condições das vias de suas respectivas competências.
- Articulação para melhoria da infraestrutura urbana.
- Garantir ações para melhoria de infraestrutura em assentamentos e comunidades rurais, destacando o fortalecimento da RURALMINAS na região da Zona da Mata.
- Apoio político do estado para que os dois aeroportos funcionem plenamente. Utilização plena do transporte comercial de passageiros no Aeroporto Francisco Álvares de Assis (SBJF)

- Serrinha). Retirada das interferências dos trens de carga nas passagens de nível nas áreas urbanas e criação de transporte de passageiros

- Criar a área metropolitana da Zona da Mata com subsídios do Governo Federal, Estadual e Municipal, destacando a necessidade de planejamento integrado de mobilidade.

- Garantir condição para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. Destacar, de acordo com a lei vigente, a acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional, instrumental, metodológica, programática e tecnológica.

- Criação de uma política estadual de direito dos atingidos por grandes obras que contemple: um marco legal dos direitos dos atingidos, criação de fundo estadual para garantia dos direitos e plano de recuperação das comunidades já atingidas.

- Articulação com os governos municipais para garantir ampliação e manutenção da iluminação pública e a criação de subestações de energia elétrica na Zona da Mata. Ampliação da rede de transmissão e redução da tarifa de energia.

- Articulação com empresas privadas e Agências Reguladoras para ampliação de telefonia e internet na Zona da Mata, além de maior apoio às rádios comunitárias da região

- Realização de um programa estadual de política de Habitação de Interesse Social, atentando para cidades de pequeno porte e zona rural.

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

- Fortalecer e garantir financiamento da Atenção Primária à Saúde, estimulando a implementação dos NASF, atenção domiciliar e ações de promoção e prevenção de danos e agravos. Qualificação dos profissionais com ampliação das coberturas de Equipe de Saúde da Família e Equipe de Saúde Bucal em todos os municípios da Mata, com garantia de investimentos, construção, reforma e ampliação das unidades básicas. Implantação e efetivar o uso do prontuário eletrônico. Incentivar a promoção da saúde com produção de alimentação saudável. Fomentar que haja gestão por parte do Governo do Estado na liberação de projetos pela CAIXA Econômica Federal FED do programa “Minha Casa Minha Vida” e o impacto na Organização da APS no Território e demais equipamentos públicos existentes. Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Retomada das construções dos Hospitais Regionais, Juiz de Fora e Além Paraíba, gestão estadual dos equipamentos. Implantação de uma Política de Estado para manutenção, custeio e Gestão com fiscalização para Hospital de Pequeno Porte do Território da Mata (Macrorregião Sudeste). Fortalecimento da REDE FHEMIG (João Penido e Padre Damião) garantindo financiamento, equipamentos e ampliação da estrutura; Garantir Investimento e Financiamento conforme a especificidade e necessidade regional da RUE - Ainda, fomentar a construção manutenção, custeio de UPAS ou serviços 24 hrs (incluindo uma na zona rural em Juiz de Fora), buscando levar em conta evidências epidemiológicas e o perfil demográfico. Com garantia de implantação da Política Estadual Hospitalar; visando garantir atender o Sistema prisional

dentro do Território da Mata. Promover a Estadualização do Hospital Evangélico de Carangola. Vocacionar os Hospitais conforme a especificidade e capacidade local, para a realização das Cirurgias Eletivas e fomento da revisão da tabela SUS, bem como a contrapartida do Estado para financiar os procedimentos estrangulados, respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050. Garantia de implantação imediata do SVO – Serviço de Verificação de Óbito em Juiz de Fora.

- Construir e ampliar a RAPS, garantindo custeio tripartite, que o Estado garanta com recurso de custeio Estadual para implantar os CAPS Adulto, Infantil e AD (III) (funcionando 24 horas), Unidades de acolhimento, residências terapêuticas e demais pontos de atenção e componentes previstos da RAPS. Alinhar a Política Estadual sobre drogas com a Política Federal de Saúde SUS e RAPS. Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Garantir financiamento tripartite, com garantia da habilitação dos leitos de retaguarda da RUE e demais Credenciamentos previstos, garantindo o cumprimento do Plano de Ação. Complexo Regulador para Urgência e Emergência e Eletivas: Implantação da Cogestão e Instituição de um efetivo trabalho de controle e avaliação. Financiamento do SAMU e ampliação dos pontos de atendimento, realizando a reforma das portas de entrada dos Prontos Atendimentos da REDE. Garantindo o pagamento de convênios já realizados na RUE. Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Garantir implantação, construção, equipamento e custeio tripartite para a política os Centros de Especialidades

Multiprofissionais. Garantindo atenção integral, com referência e contra referência, regionalizando conforme as especificidades do Território. Cobrir vazios assistenciais da Estratégia de Saúde Bucal, Centro de Especialidade Odontológica, garantindo a ampliação da carteira de profissionais e serviços destes componentes. Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Garantir Implantação e Implementação da Rede de Atenção Pessoa com Deficiência, bem como o financiamento triparte em todos os componentes, com garantia de acessibilidade ao espaço, ações e serviços que visem fortalecer a cuidado Integral, Universal e Equânime Com efetivo alinhamento da Política Estadual com a Política Federal. Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Avaliação dos consórcios existentes, pois atualmente os municípios pagam aos consórcios e não estão tendo garantia do atendimento pactuado. Exemplo: CIESP/Bicas. Reavaliando a função da Política de Consórcios na Assistência de Saúde. Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Garantir a Reforma e Ampliação da Sede do Hemocentro Regional de Juiz de Fora – HRJF. Pela necessidade de ampliar a oferta de serviços que hoje não são ofertados pelo SUS na região, como por exemplo, a aférese terapêutica. Permitindo também que se realize a irradiação de hemocomponentes, bem como a melhoria das instalações destinadas ao convívio dos servidores (centro de convivência, dentre outros).

- Garantir a instalação de postos avançados de coleta externa (PACES) no município de Juiz de Fora e Região. Devido

atualmente haver uma alta concentração da coleta de sangue na única unidade da fundação HEMOMINAS de Juiz de Fora. Minimamente implantar 02 PACES, em curto prazo, equacionando a questão. Com uma maior divulgação da política nacional de sangue, possibilitando ampliar a conscientização da população quanto à doação de sangue e de medula óssea. Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Garantir implantação e implementação da Rede Cegonha, bem como o financiamento triparte em todos os componentes (Leito Neonatal, Parto Humanizado, Exames específicos - Pesquisa para Streptococcus agalactiae - durante o Pré Natal e Puerpério - minimizar ocorrência de infecções bacterianas Neonatal na criança) conforme plano de ação aprovado, garantia de acessibilidade ao espaço, ações e serviços que visem fortalecer a cuidado Integral, Universal e Equânime. Com efetivo alinhamento da Política Estadual com a Política Federal. Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Fortalecimento da Saúde do trabalhador, com apoio e reforço das ações nos CERST's, criando sistema diferenciado, conforme local de ação do trabalhador, zona urbana ou rural, população das comunidades tradicionais ou em condição de vulnerabilidades.

- Realização de Concursos Públicos com garantia da implantação do Plano de Cargos e Carreiras dos trabalhadores da Saúde, com reestruturação do IPSEMG.

- Criação de Núcleos de Observação da Saúde do Trabalhador em todos os municípios (ver relatório Conferência Saúde do Trabalhador Macro Sudeste).

- Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Implantar e implementar, nas três esferas, Políticas Públicas de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo para as pessoas com deficiência (incluindo autismo e albinismo), com transtornos globais e com altas habilidades/superdotação, contemplando: a) Destinação de recursos públicos para a criação e a adaptação de espaços físicos públicos e privados acessíveis, considerando o desenho universal, como também a pintura das modalidades paradesportivas, e adequados para a prática desportivas, nas diversas modalidades, inclusive visando projetos esportivos paradesporto, culturais e turísticos; b) Garantia de aparelhos e equipamentos específicos com adaptações para a participação efetiva dessas pessoas, inclusive nas associações, academias ao ar livres e nas praias (velas, surf, caiaques, dentre outros); c) Designação de equipe multidisciplinar, em todas as áreas profissionais, nos programas de participação e rendimento esportivo e paradesportivo, com profissionais e professores de apoio habilitados (fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, professores de educação física, especialistas em treinamento esportivo e nutricionistas) e qualificados para execução das atividades, utilizando quando necessário a língua brasileira de sinais - libras; e) Realização de programa de capacitação continuada dos profissionais para execução das atividades; f) Criação e instalação Centros de treinamento para atividades esportivas e paradesportivas como também de centros de atividades físicas e de lazer, adaptados à pessoa com deficiência; g) ampliar as academias ao ar livre com recurso para manutenção e reforma de equipamentos e praças onde serão instalados.

Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Garantir recursos financeiros nas três esferas (municipais, estaduais e federais), para investimento e realização de eventos, atividades esportivas, paradesportivas, culturais, turísticas, de lazer e em NAF's (Núcleos de Avaliações Físicas), contemplando todas as áreas da deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e surdolímpicos, deslocamentos dos atletas e comissão técnica em eventos regionais, nacionais e internacionais. Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Criar e prover os seguintes fundos, nas três esferas, com gestão dos conselhos de pessoas com deficiência: a) Fundo permanente de apoio financeiro aos paratletas, surdoatletas e profissionais especializados, contemplando treinamento e competições; b) Fundo permanente de apoio financeiro para promover o acesso das pessoas com deficiência para a prática de atividades paradesportivas, recreativas e de lazer; Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Instalar projetos esportivos, paradesportivos e surdodesportivos escolar inclusivo em áreas de vulnerabilidade, tais como morros, favelas, assentamentos, área rural, quilombos, tribos indígenas e beneficiários de Programas Sociais, com incentivo da prática de atividade física para as crianças e adolescentes com deficiência, assegurando que as crianças com deficiências possam em igualdades e condições com as demais, participar de jogos, atividades recreativas esportivas e de lazer no formato de clube inclusivo (Convenção da ONU art. 30 item 4,

alínea d). Lei Brasileira de Inclusão nº13146 / 2015 Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- O Estado, nas três esferas governamentais, deverá dar suporte na criação de apoio financeiro, através de convênios, bolsas e incentivos destinados a garantia das pessoas com deficiência na prática do rendimento, aos paratletas e surdoatletas, técnicos e entidades de práticas paradesportivas e surdodesportivas em todas as modalidades, iniciando a atenção nas categorias de base. Assegurando a divulgação, incentivo e garantia de maior abrangência na transmissão em canal aberto dos eventos pelas emissora que detiver o direito de exclusividade de exibição, com legenda em janela de LIBRAS. Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Criar lei que garanta a redução de impostos para órteses, próteses e equipamentos esportivos para atletas do paradesporto. Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Construção de um centro de formação e capacitação educacional, com auditório para educadores físicos e áreas afins. Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.

- Assegurar às pessoas com deficiência o direito à prática de educação física escolar, com no mínimo três aulas por semana, nas escolas estaduais, municipais e especiais, nos ensinos fundamental e médio, garantir a participação das pessoas com deficiência em eventos esportivos e culturais nas esferas municipal, estadual e federal. Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das

Normas da ABNT 9050.

- Reformar, concluir obras ou construir estádios e ginásios poliesportivos com adaptação ao paradesporto e à pessoa com deficiência. Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.
- Criação de mecanismos para valorizar e fortalecer o esporte mineiro, como a criação do Fundo Estadual de Esporte para fortalecer as iniciativas, ações e projetos esportivos através do repasse direto de recursos, do aumento na parcela de repasse do ICMS-ESPORTE para 1% do total, regulamentar através de lei que o repasse do ICMS-ESPORTE seja integralmente usado por Fundo Municipal de Esporte e verificar juntamente com a Secretaria de Estado de Educação a possibilidade do pagamento de “diária” aos professores de Educação Física que participam dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG). Respeitando o recorte do Decreto Federal 5296/2004, da Lei Brasileira de Inclusão 13146/15 e das Normas da ABNT 9050.
- Garantia de co-financiamento para território da mata no âmbito da assistência social para a implantação e expansão de serviços sócioassistenciais de proteção social básica e especial, conforme diagnósticos produzidos pela vigilância socioassistencial com aumento dos aportes de recursos alocados nos fundos municipais, garantindo 5% do orçamento total do estado conforme aponta a PNAS e deliberações das conferências.
- Expandir a oferta dos serviços de proteção social básica, por meio de CRAS, nas áreas desprotegidas, especialmente nas habitações populares e nas áreas rurais, comunidades e povos tradicionais, povos ciganos e equipes volantes.
- Implementar o Centro de Referência em Direitos Humanos no território da Mata com o objetivo na realização de

ações voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos para população vulnerável crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, comunidade LGBT, população em situação de rua, mulheres, negros, juventude, sem-terra e sem tetos, povo cigano, atingidos por barragens, pessoas em privação de liberdade, comunidades, povos tradicionais, dentre outros.

- Expansão da oferta regionalizada de serviços da Casa de Apoio e Acolhimento para mulheres vítimas de violência e a criação, ampliação e otimização de delegacias especializadas com atendimento e acompanhamento de equipe multidisciplinar co-financiada e com equipes multidisciplinares no atendimento à mulher.
- Co-financiar e ampliar a oferta de acolhimento institucional “Casa Lar”, “Residência Inclusiva” para pessoas em situação de rompimento de vínculos familiares, para todos os municípios que necessitarem.
- Expandir a Proteção Social Especial por meio da criação do CREAS regionais em município onde não existem.
- Garantia de co-financiamento para a construção de casas de passagem para migrantes e população em situação de rua para nos municípios do território da Mata.
- Construção do Centro de Referência da Juventude, com público alvo socioeconomicamente vulnerável para o território da Mata.
- Designação de defensores públicos para as comarcas de referência nos municípios de pequeno porte.
- Criação do centro integrado de adolescente (CIA) para atendimento regionalizado para o território da mata.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

- Construção e reforma de instalações amplas e adequadas da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros que possam oferecer mobilidade para atendimento às solicitações e com espaço adequado para movimentação e estacionamento das viaturas bem como adequações necessárias a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais.
- Renovação da frota de veículos que se encontra atualmente sucateada.
- Investimento em equipamentos que garantam a conectividade e melhoria dos sistemas de comunicação via rádio com todos os profissionais em exercício.
- Construir novas unidades prisionais de forma regionalizada atendendo a todos os requisitos para a ressocialização do indivíduo privado de liberdade.
- Aparentamento efetivo dos equipamentos do Estado para proteção e monitoramento desta região com especial atenção aos municípios limítrofes, aprimorando o Projeto Cinturão de Segurança e promovendo ações integradas dos órgãos de segurança pública no Posto Fiscal da região.
- Implantação de ações específicas para a prevenção de homicídios envolvendo jovens. Implantação do programa FICA VIVO no território, programas de mediação de conflitos tais como o Programa Mediar, SEDPAC e o programa Voluntários da Cidadania (Corpo de Bombeiros). Manutenção do PROERD e promoção do envolvimento da sociedade civil através de editais de pontos de cultura, como exemplo a FEC, e outras leis de incentivo.
- Aumento do Efetivo Composição e ampliação dos quadros dos órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social

Ampliar a capacitação, atualização e reciclagem de profissionais e corpo técnico com real foco na humanização para atender a população com as especificidades de cada comunidade.

- Integrar e regionalizar as ações da PM, PC e Guarda Municipal (quando houver) no desenvolvimento de ações e programas de policiamento sobre os Territórios de Paz (em parceria com o Ministério da Justiça), Ambientes de Paz, com a ampliação das bases móveis comunitárias agregando Políticas Públicas de promoção a cidadania.
- Destinação de parte dos recursos arrecadados pelo DETRAN para investimento na Polícia Civil.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

- Investimentos específicos para a educação prisional e APACS. Criação de caixa escolar voltada para escolas de penitenciárias. Política pública específica para a educação formal e profissionalizante em sistema prisional.
- Reforma e construção de escolas. Espaços extra-escolas adequados e saudáveis para atividades com estudantes. Construção de quadras esportivas, com a elaboração de um plano diretor sob a responsabilidade das SRE's, construção de anfiteatros. Garantir acessibilidade.
- Vale transporte e auxílio alimentação para os profissionais da educação. Criar conferências ou jornadas educacionais para professores do estado no sentido de trabalhar temáticas como história da África, educação ambiental, dentre outros.
- Facilitar o acesso dos alunos, modificando a infraestrutura física e tecnológica das escolas. Disponibilizar capacitação continuada de professores, material didático específico e uma

grade curricular diferenciada. Oferecer cursos profissionalizantes e Escolas Família Agrícola do Campo. Criar escolas de ensino profissionalizantes para os jovens do campo.

- Fortalecer a Universidade do Estado de Minas Gerais com o fomento à pesquisa e a criação de cursos de pós-graduação e a criação de novos cursos nas unidades do interior, de modo a atender as demandas regionais e locais. Na UEMG Leopoldina, priorizar as áreas de Ciências Humanas, principalmente a Formação de Professores, de Ciências Agrárias (em Parceria com a EPAMIG) e de Saúde.

- Garantindo dotação orçamentária para a realização das metas do PNE no atendimento a alunos com deficiência, tempo integral, da EJA, Educação Profissional, ampliação da oferta de cursos de pós-graduação, valorização do magistério, plano de carreira, gestão democrática, educação continuada e ampliação do investimento para a educação.

- Ampliação das ações para incentivo à preservação do patrimônio cultural e histórico, manutenção e conservação da tradição e educação patrimonial.

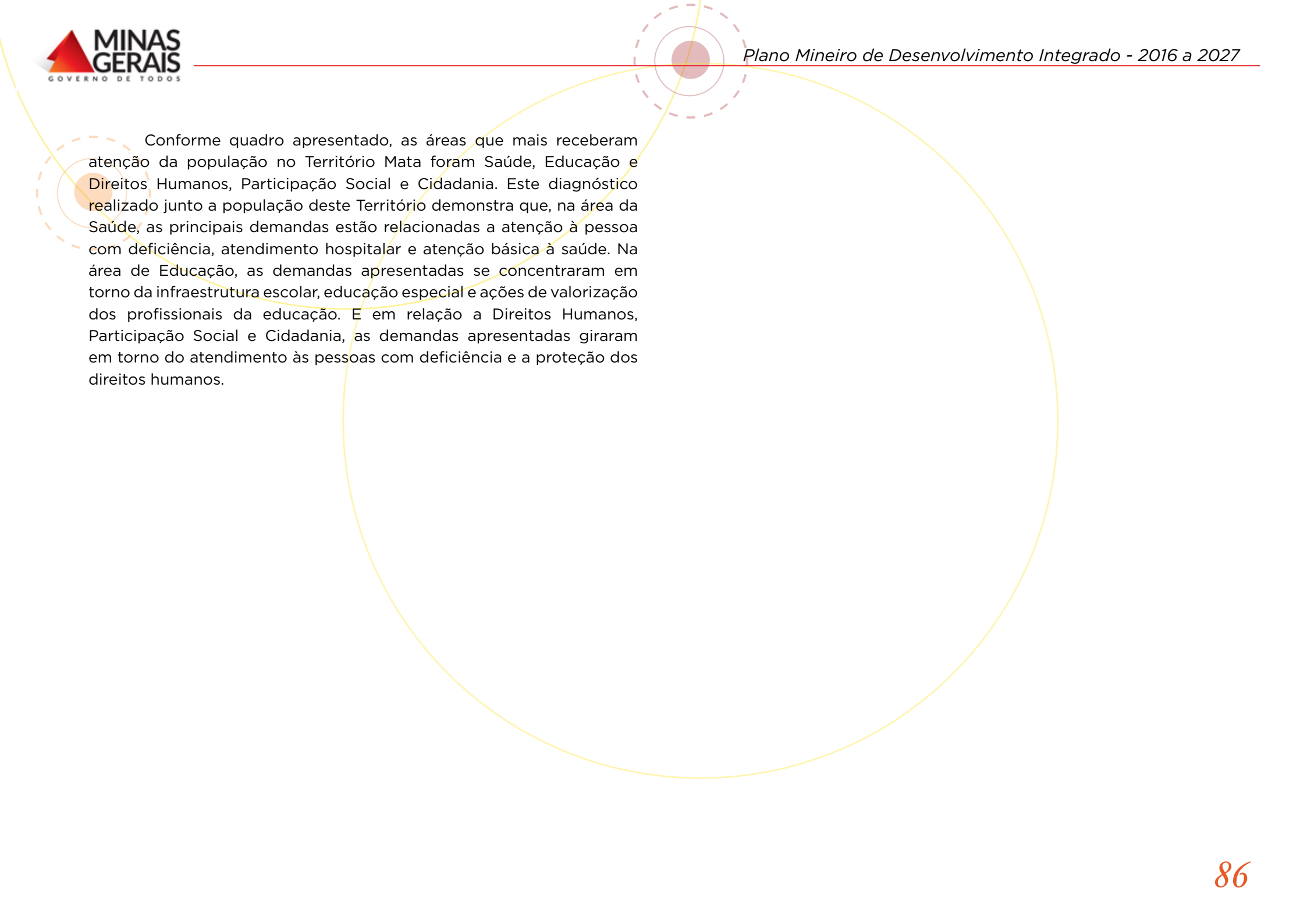
- Realizar um levantamento das necessidades de melhoria das escolas quilombolas. Reconhecimento das comunidades tradicionais. Incentivar a comunidade para que ela se auto determine.

- Criação de Centros Culturais com estrutura e equipamentos. Desapropriação e revitalização de cinemas de rua no interior. Criação do Museu do Negro de Juiz de Fora e região. Valorização dos artistas locais e regionais. Apoio oficial a todas as escolas de samba e blocos carnavalescos.

- Investimentos nos transportes escolares, inclusive transportes intermunicipais para os alunos de todos os níveis.

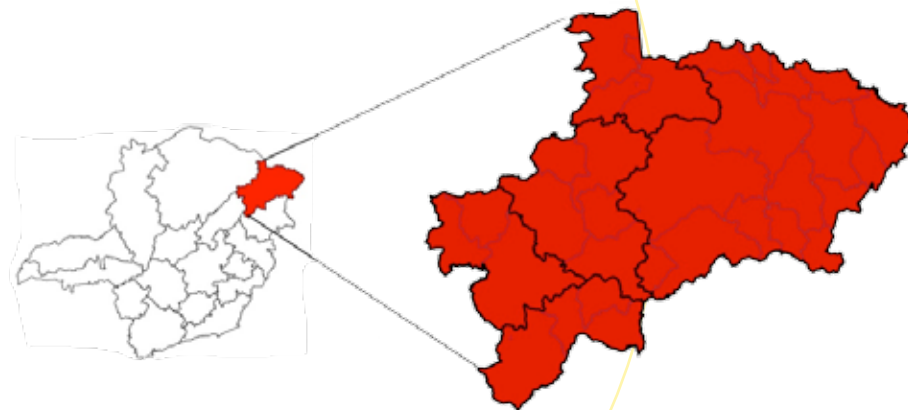
Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima, registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Mata que aconteceu, no dia 5 de agosto em Juiz de Fora. Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios. Ademais, está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	40	4	0	1	2	47
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	10	0	0	0	14	24
Controladoria		1				1
Cultura	1	5	0	0	54	60
Defensoria			1	2		3
Demais	32	39	18	2	4	95
Desenvolvimento Agrário	66					66
Desenvolvimento Econômico	22	8	0	0	0	30
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	36	18	0	0	0	54
Desenvolvimento Social	59	1	36		1	97
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	43	50	51	5		149
Educação	7	4	8		132	151
Esportes	2		25		4	31
Finanças Públicas	12	5	1	1		19
Governo	7	4	1			12
Meio Ambiente	79	0	0	0	0	79
Ministério Público		1				1
Planejamento e Gestão	4	8	1		1	14
Poder Judiciário				2		2
Poder Legislativo	1	4	4	1	1	11
Saúde	3	2	174	0	1	180
Segurança Pública	5	6	14	54	1	80
Transportes e Obras Públicas	4	90	0	0	1	95
Turismo	59	1	1			61
Total	492	251	335	68	216	1362



Conforme quadro apresentado, as áreas que mais receberam atenção da população no Território Mata foram Saúde, Educação e Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. Este diagnóstico realizado junto a população deste Território demonstra que, na área da Saúde, as principais demandas estão relacionadas a atenção à pessoa com deficiência, atendimento hospitalar e atenção básica à saúde. Na área de Educação, as demandas apresentadas se concentraram em torno da infraestrutura escolar, educação especial e ações de valorização dos profissionais da educação. E em relação a Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, as demandas apresentadas giraram em torno do atendimento às pessoas com deficiência e a proteção dos direitos humanos.

Perfil Territorial:
Médio e Baixo
Jequitinhonha



Município	Micro Território
Almenara	Almenara
Bandeira	
Divisópolis	
Felisburgo	
Jacinto	
Jequitinhonha	
Joáima	
Jordânia	
Mata Verde	
Monte Formoso	
Palmópolis	
Rio do Prado	
Rubim	
Salto da Divisa	
Santa Maria do Salto	
Santo Antônio do Jacinto	
Araçuaí	Araçuaí
Coronel Murta	
Virgem da Lapa	
Comercinho	Itaobim
Itaobim	
Itinga	
Medina	
Ponto dos Volantes	

Município	Micro Território
Carai	Padre Paraíso
Novo Cruzeiro	
Padre Paraíso	
Águas Vermelhas	Pedra Azul
Cachoeira de Pajeú	
Divisa Alegre	
Pedra Azul	

INTRODUÇÃO

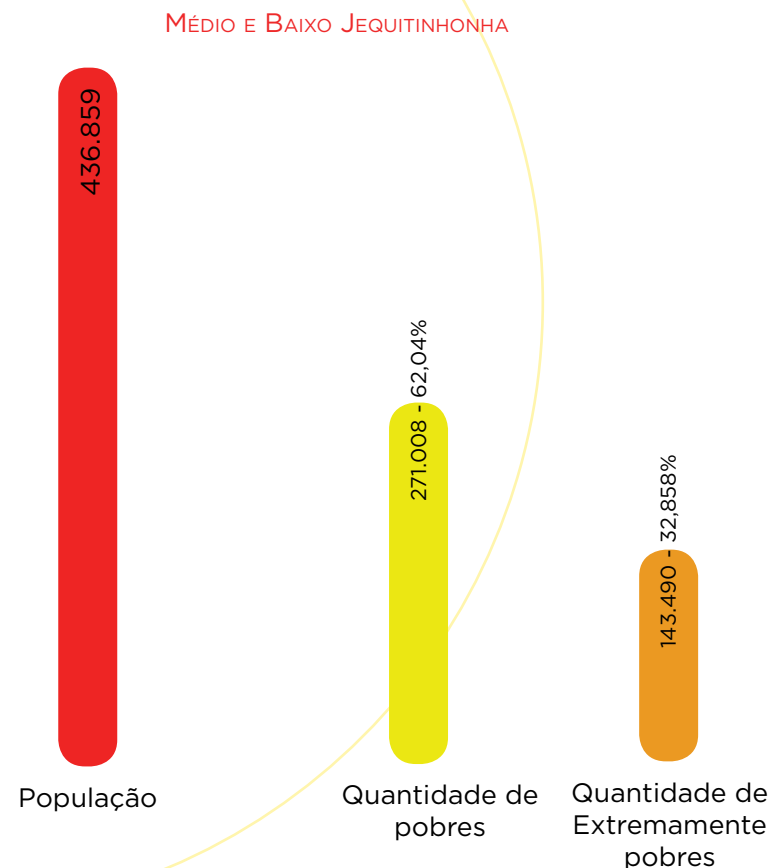
Visando aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento, que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

O Território de Desenvolvimento Médio e Baixo Jequitinhonha é composto por 31 municípios distribuídos em 5 Microterritórios e conta com a população total de 437.805 habitantes, que corresponde a 2,2% da população mineira. A extensão territorial é de 32.148,61 Km² correspondendo a 5,5% do total de Minas Gerais. Os municípios mais populosos são Almenara (38.775 hab.), Araçuaí (36.013 hab.), Novo Cruzeiro (30.725 hab.) e os menos populosos são Monte Formoso

(4.656 hab.), Bandeira (4.987 hab.), Rio do Prado (5.217 hab.). O Território Médio e Baixo Jequitinhonha faz fronteira com os territórios Norte, Mucuri, Alto Jequitinhonha, além de fazer divisa com o Estado da Bahia.

Neste Território, a População Rural corresponde a aproximadamente 36,17% da população total, sendo que esta proporção é a segunda maior em comparação com os demais Territórios, ficando atrás apenas do Alto Jequitinhonha, em valores de 2010.

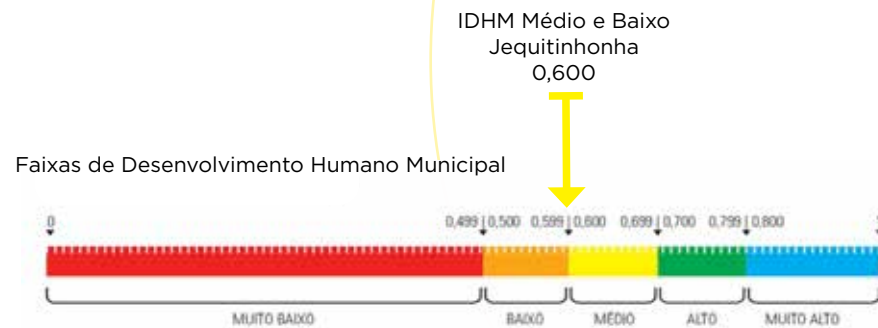
A proporção de pobres do Território de Desenvolvimento Médio e Baixo Jequitinhonha é de aproximadamente 62,04%, sendo a maior do estado. A proporção de extremamente pobres é de 32,85%. A Renda per capita observada no Território Médio e Baixo Jequitinhonha é de R\$ 322,34, correspondendo a pior do Estado, em valores de 2010.



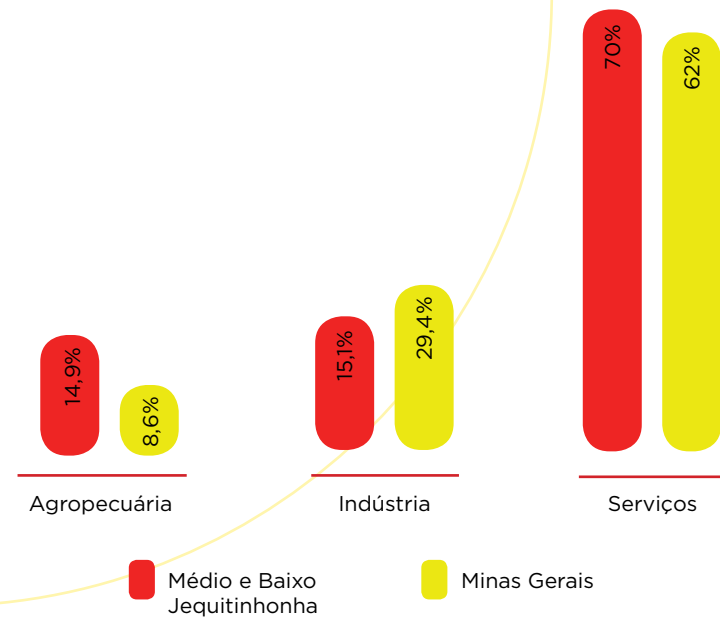
Percebe-se, portanto, que este Território é um dos que merece uma atenção especial do Governo do Estado de Minas Gerais. Outro indicador que contribui para esta visão é o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida. A média deste índice para o Território Médio e Baixo Jequitinhonha é de 0,60, o pior do Estado.

EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Segundo o IBGE, em 2012, a contribuição do Médio e Baixo Jequitinhonha no PIB estadual foi de 0,7%. O setor de serviços representa 70%, a produção industrial 15,1%, e a agropecuária a 14,9% do PIB territorial. Os principais produtos produzidos no território são leite, café e mandioca.



COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



O saldo de empregos formais criados, relativos ao Território do Médio e Baixo Jequitinhonha, se manteve positivo mesmo com a verificação de uma apuração negativa para o Estado de Minas Gerais. Isso demonstra que o crescimento em relação ao ano anterior ficou com saldo de 701 empregos formais criados.

A região é sede de um Circuito Turístico: Vale do Jequitinhonha sediado em Jequitinhonha e tem municípios que pertencem ao Circuito Pedras Preciosas. Não há municípios considerados como indutores do turismo na região. 41,9% dos municípios da região estão associados a Circuitos Turísticos (Águas Vermelhas, Cachoeira do Pajeú, Pedra Azul, Divisópolis, Comercinho, Jequitinhonha, Joaima, Monte Formoso, Felisburgo, Padre Paraíso, Caraí, Novo Cruzeiro). É uma região que possui paisagens naturais e de cultura peculiar, tudo isso cercado por serras e chapadas. Desataca-se a existência da Reserva Ecológica Serra do Anastácio, um dos atrativos de relevante biodiversidade. Região que desponta a mineiridade em seus traçados e em sua arquitetura. A arte manifesta em sua música, no seu artesanato, caracterizada por tecelagem e cerâmicas, na sua culinária e folclore mineiro, na religiosidade, bem como em suas festividades.

Por tratar-se de uma região pertencente ao semiárido, neste território agricultores familiares são atendidos com recursos oriundos do Garantia Safra. Trata-se de uma iniciativa do Governo Federal que se concretiza a partir do repasse de recursos, com contribuição do Estado, visando garantir renda mínima a produtores que tenham declarado perdas a partir de 50% da produção de suas lavouras em decorrência de excesso hídrico ou estiagem.

A região do Jequitinhonha reúne grande parte das comunidades quilombolas do Estado são: 115 das 506 comunidades registradas. Neste sentido, o Governo de Minas Gerais concentra esforços para apoio à valorização social deste grupo, inclusive no processo de reconhecimento

de seus territórios.

Este território destaca-se também por possuir a terceira maior concentração de processos de regularização fundiária rural não concluídos antes da criação da Secretaria, antecedido apenas pelos territórios Norte e Alto Jequitinhonha. Ao todo, são mais de 3400 processos sem finalização, em 31 municípios. De acordo com a área responsável, o elevado número é decorrente da peculiaridade do território em possuir grande extensão de áreas devolutas, mas também de convênios destinados à demarcação de terras que acabaram por possibilitar a identificação da demanda na região.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Médio e Baixo Jequitinhonha se encontra numa situação precária, sendo o terceiro em pior situação, estando, inclusive, abaixo da média estadual, tendo, em média, 68% da população atendida.

No que diz respeito à população atendida com serviços de coleta de lixo, esse Território se encontra numa situação mais precária, estando abaixo da média estadual e tendo, em média, 64% da população atendida.

Em relação aos domicílios com esgotamento sanitário adequado, esse Território possui média de 48% de atendimento.

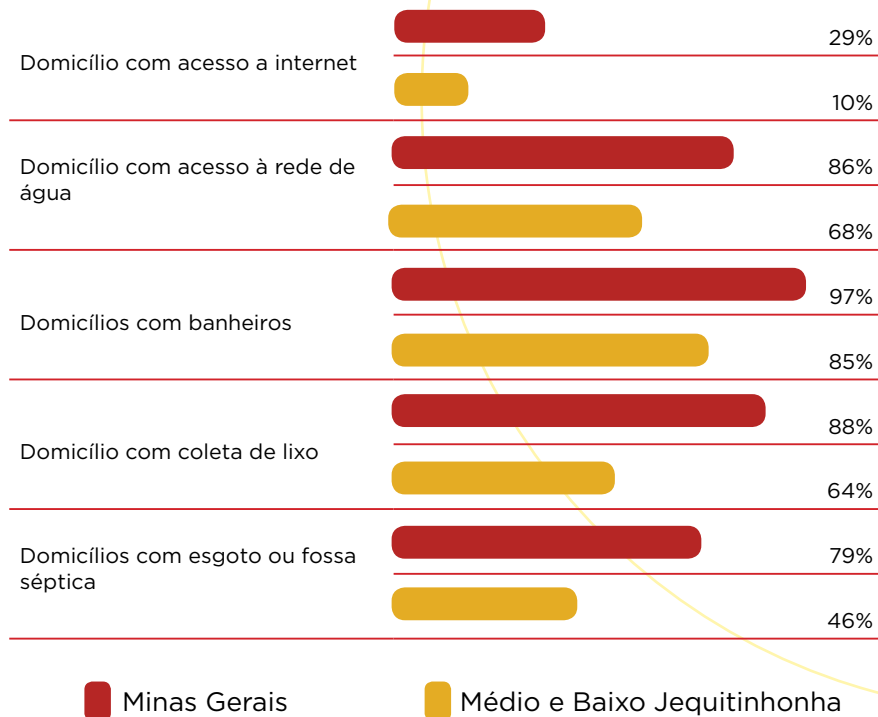
No que concerne à população em domicílios com acesso a energia elétrica, esse Território se encontra abaixo da média estadual, tendo, aproximadamente, 96,5% da população atendida, sendo, inclusive, o de menor atendimento no estado.

Por último, no que diz respeito à habitação, o Médio e Baixo

Jequitinhonha é o Território de maior densidade habitacional, o que sinaliza para um elevado déficit de moradias.

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA X MINAS GERAIS

Em todos aspectos analisados, as casas do Médio e Baixo Jequitinhonha estão defasadas em relação à média estadual

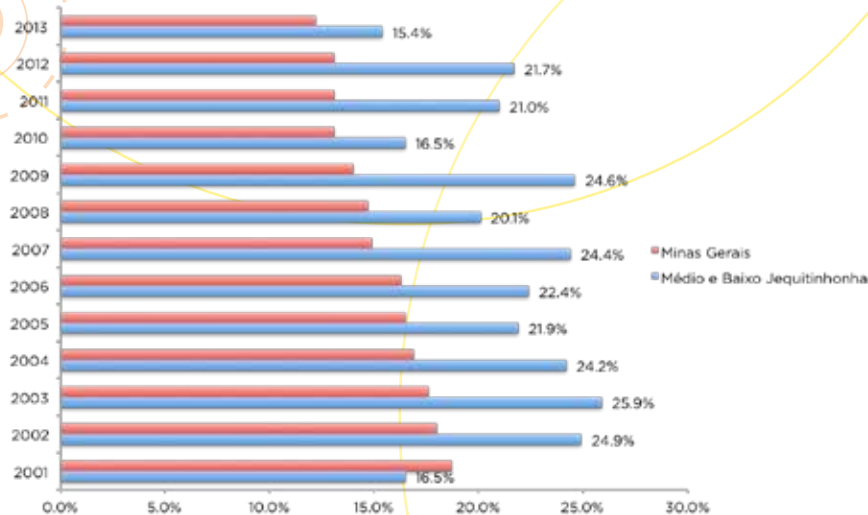


No Território estão presentes 5 aeródromos, nos municípios de Pedra Azul, Almenara, Jequitinhonha, Virgem da Lapa e Araçuaí, e 6 balsas distribuídas por todo o território. No entanto, mais ao norte é onde se localiza três delas, sendo a primeira no município Salto da Divisa, a segunda no município Jacinto e a terceira na divisa com a Bahia, todas no Rio Jequitinhonha. As principais rodovias deste território são: BR 116, BR 367 e BR 251 (rodovias federais); MGC 342 e MGC 367 (rodovias estaduais).

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

5,88% dos indivíduos possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais (em valores de 2010, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). Sendo assim, a fim de elevar a renda da população do Médio e Baixo Jequitinhonha, é necessária a intervenção do Estado no sentido de oferecer as condições para o desenvolvimento da agricultura familiar, por meio de incentivo à formação de cooperativas, de qualificação do agricultor familiar, implantação de unidades produtivas e subsídios aos insumos necessários à produção.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde

Existem, nesta região, 106.637 famílias cadastradas no Cadastro de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, sendo que, destas, 74.118 famílias são pobres (renda per capita familiar menor que R\$ 154,00) e 63.293 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

Na área de Saúde, no que diz respeito à Atenção Básica, ordenadora das redes de atenção, o território conta com um total de 156 Equipes de Saúde da Família distribuídas entre os seus 31 municípios, conforme dados de junho de 2015 obtidos pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN. Esse território conta com uma Cobertura Populacional de 97,67% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde - SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo superior à média estadual de 91,41%.

No que se refere à oferta de atenção secundária e terciária, por sua vez, que visa atender os principais agravos da população que demandam atendimento especializado e recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico, o território conta com 24 hospitais de abrangência municipal ou microrregional. Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos do Sistema Único de Saúde - SUS, a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de 3 leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,90. Ainda sobre a atenção especializada, o território conta atualmente com um Centro de atendimento às gestantes de alto risco e um Centro para tratamento de pacientes hipertensos e diabéticos.

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. As Regiões Ampliadas de Saúde Jequitinhonha/Nordeste já contam com

o serviço implantado com sede no município de Teófilo Otoni, sendo que esse SAMU Regional abrange o território Médio e Baixo Jequitinhonha.

No que diz respeito à análise dos indicadores de saúde, alguns merecem destaque. As fontes de informação utilizadas foram os Sistemas de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM, Sistema de Nascidos Vivos - SINASC, Sistema de Informação de Programa Nacional de Imunizações - SIS PNI/DATASUS e SIM/DATASUS, sendo que as análises a seguir foram baseadas em dados de 2013.

A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Médio e Baixo Jequitinhonha, a TMI foi de 15,4 por 1.000 nascidos vivos.

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Médio e Baixo Jequitinhonha, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 78,42% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção abaixo do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de

informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Médio e Baixo Jequitinhonha está muito acima da média estadual, com 131,73, sendo ainda a maior proporção registrada dentre os territórios.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

O Território de Desenvolvimento Médio e Baixo Jequitinhonha tem apresentado forte crescimento das taxas de homicídio nos últimos anos. No ano de 2014, o território apresentou uma taxa de 142 crimes violentos e 16,5 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/ SEDS.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

O Território do Médio e Baixo Jequitinhonha apresenta o maior percentual de população em idade escolar fora da escola. Dos 105.069 habitantes entre 6 e 17 anos, 8% (8.306) não frequentam escola. As menores taxas de atendimento escolar são para a população de 4 e 5 anos (65,7%) e de 15 a 17 anos (79,3%). A taxa de analfabetismo da população de 15 a 17 e de 18 a 24 está entre as maiores do estado sendo, 2,5% e 3,3%, respectivamente. Além disso, 43% dos jovens entre 18 e 24 anos declararam não ter instrução ou ter Ensino Fundamental incompleto.

EDUCAÇÃO DE JOVENS (15 A 17 ANOS)

Estão no ensino fundamental embora com idade superior a 15 anos

Estão fora da escola



Crimes Violentos em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
521,35

Médio e Baixo Jequitinhonha
142

Representa a 4ª taxa de Crime violento mais baixa do Estado

Taxa de Homicídios em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
20,3

Médio e Baixo Jequitinhonha
16,5

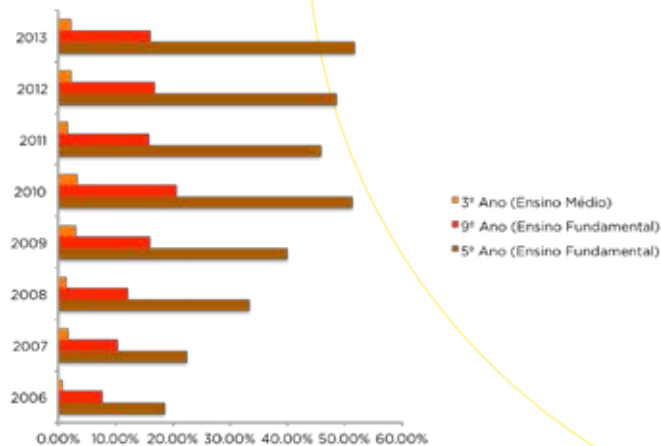
Fonte: CINDS SEDS / MG

A taxa de analfabetismo total no território é de 30,9% na zona rural e 20,5% na zona urbana. Destaca-se que apenas 2,8% da população tem ensino superior completo. A maior parte da população (76,2%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto.

Quanto aos demais indicadores da Educação Básica, o PROEB 2014 evidencia que, no 5º ano do Ensino Fundamental, 35,15% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 51,7% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 24,96% dos alunos no nível recomendável em Português e 2,2% em Matemática.

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA

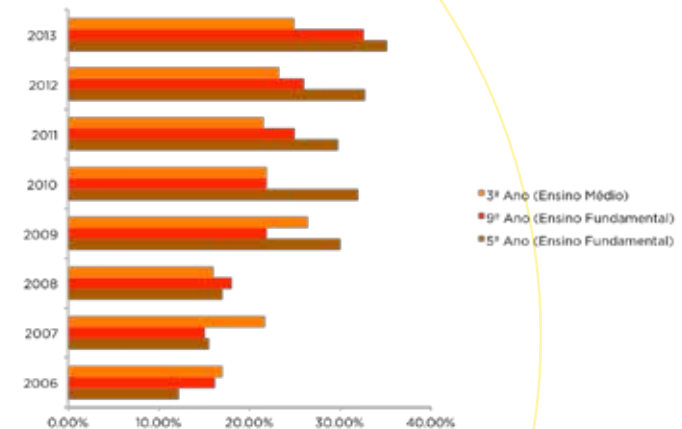
Quase todos os alunos saem do ensino médio com um nível de conhecimento baixo em matemática



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	18.53%	22.44%	33.30%	39.99%	51.33%	45.80%	48.61%	51.75%
9º Ano	7.62%	10.35%	12.14%	15.97%	20.66%	15.80%	16.84%	16.07%
3º Ano	0.75%	1.79%	1.37%	3.12%	3.34%	1.61%	2.19%	2.20%

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS

Em cada 10 alunos, apenas 4 concluem o ensino médio com um desempenho aceitável em português



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	12.21%	15.53%	17.00%	30.00%	32.00%	29.77%	32.74%	35.15%
9º Ano	16.18%	15.06%	18.00%	21.89%	21.89%	25.01%	26.01%	32.61%
3º Ano	17.02%	21.71%	16.00%	26.43%	21.89%	21.57%	23.25%	24.96%

Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 568 escolas presentes no território, 62% não tem acesso à internet, 65,7% não tem biblioteca, 61,6% não tem laboratório, 76,4% não tem quadra poliesportiva e 52,5% não tem rede de água.

CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS - REDE PÚBLICA

	Número	Taxa (%)
Escolas com Acesso à Internet	216	38
Escolas com Biblioteca	195	34,3
Escolas com Laboratório	218	38,4
Escolas com quadra Poliesportiva	134	23,6
Escolas com Rede de água	270	47,5

Fonte: Inep, 2014

Praticamente todos os municípios do território estão inseridos no perímetro de proteção do tombamento estadual do Conjunto Paisagístico da Bacia do Rio Jequitinhonha, com exceção de Águas Vermelhas, Divisa Alegre e Palmópolis.

O município de Pedra Azul é um dos mais atuantes na área do patrimônio cultural, com uma lista bastante extensa de bens culturais tombados e que abrangem o núcleo histórico de Pedra Azul, praticamente todas as edificações de valor histórico e cultural, o acervo de peças sacras da Igreja Matriz e os conjuntos paisagísticos das Pedras Cabeça Torta, da Conceição, da Leoa, da Rocinha, do Forno de Bolo e Formosa de Bola. Os municípios de Araçuaí, Jequitinhonha e Joáima também se destacam por um trabalho contínuo na preservação de seus bens culturais e que também se reverte em valores consideráveis.

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído, pelo Governador Fernando Pimentel, um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda etapa, é aberta a escuta à sociedade que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e de representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada de Minas Gerais. Os Fóruns Regionais são um elo

entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais construirá políticas públicas que respeitem as características de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional do Médio e Baixo Jequitinhonha, realizado em Almenara no dia 15 de julho de 2015. O encontro contou com a participação de 600 inscritos representantes dos municípios do território. No total, 1.228 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população.

EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

- Incentivar a criação de agroindústrias familiares ligadas à agricultura familiar bem como favorecer a comercialização na região, sem perder a qualidade de seguro especial.
- Criação do Centro de Comercialização do Médio e Baixo Jequitinhonha para agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária.
- Estruturação das cadeias produtivas (leite, corte, mel, mandioca, horticultura e fruticultura irrigada); Estruturação e fortalecimento das feiras livres de agricultores familiares dos municípios; Construção, estruturação e adequação sanitária e ambiental de abatedouros municipais; Estruturação da cadeia produtiva do artesanato e agro extrativismo.
- Universalização das tecnologias sociais para a captação da água da chuva para consumo humano e produção das famílias do Vale do Jequitinhonha na metodologia da ASA (Articulação do Semiárido - P1+2 e P1MC).

- Criação de cooperativa de hortifruti na área urbana e rural visando à inserção de jovens e familiares em situação de vulnerabilidade para o cultivo, reprodução e sobrevivência das famílias.
- Criar mecanismo para maior acesso dos jovens e mulheres nos programas de crédito rural (menos burocratização) e de iniciativas produtivas por meio da economia solidária.
- Criar um UAT (Unidade de Atendimento ao Trabalhador) por microterritório para prover orientação ao autônomo, seguro desemprego, intermediação de mão de obra e assessoria ao empreendedor individual.
- Política de emprego e renda para os pescadores atingidos pela poluição da água da Bacia do Rio Jequitinhonha;
- Cursos técnicos gratuitos contínuos para os jovens em cumprimento de medida socioeducativa para plena inserção no mercado de trabalho.
- Garantir o abastecimento de água potável e saneamento básico para toda população do Vale do Jequitinhonha, com tarifas de baixo custo.
- Criar a Política Estadual participativa para a gestão e proteção das águas da Bacia do Rio Jequitinhonha, que contemple barragens de contenção e práticas de conservação do solo para efetiva perenização dos rios e seus afluentes, a recuperação das matas ciliares, proteção das nascentes de modo a garantir acesso à água para todos.
- Maior apoio à agricultura familiar com incentivos à produção de qualidade, apoio técnico, maior contingente de pessoal da EMATER/MG e demais organizações de ATER, mais máquinas e implementos agrícolas no apoio aos agricultores, distribuição de sementes crioulas na época certa de plantio, distribuição de mudas, concessão de incentivos fiscais para insumos e implementos agrícolas, desburocratização das linhas

de créditos e redução das taxas de juros para o produtor rural interessado;

- Necessidade de aprimoramento do serviço de assistência técnica (EMATER) para comunidades rurais, com maior participação do Governo do Estado; Necessidade de capacitação dos agentes de assistência técnica e extensão rural.

- Incentivo à produção agroecológica.

- Realizar o zoneamento econômico ecológico das atividades agropecuárias no Médio e Baixo Jequitinhonha, garantindo a inclusão de municípios na zona do semiárido mineiro para aqueles que apresentem este perfil.

- Regularização fundiária e titulação da terra dos agricultores familiares, dos territórios quilombolas, dos povos e comunidades tradicionais e dos atingidos por barragem do Médio e Baixo Jequitinhonha.

- Fortalecimento do crédito fundiário.

- Revisão territorial dos órgãos com atuação regional do estado ligados à agricultura familiar, ampliando as regionais para o Médio e Baixo Jequitinhonha da Emater, Epamig, Ruralminas, IEF, IMA, Supram/Semad.

- Fortalecimento do associativismo e do cooperativismo;

- Fortalecimento da Reforma Agrária Popular com participação do governo estadual em conjunto com o INCRA, e arrecadação das terras devolutas para destinação à reforma agrária.

- Criação de uma política estadual de desenvolvimento regional sustentável, orientada pelos princípios agroecológicos em contraposição aos impactos dos mega projetos de desenvolvimento que atendem aos interesses econômicos, como minerodutos, grandes barragens, hidroelétricas, monocultura, em

especial a do eucalipto, e mineração predatória.

- Construção de barragens para perenizar os córregos e rios do Vale do Jequitinhonha – Bacia Hidrográfica dos rios Araçuaí e Jequitinhonha.

- Plano Regional de Descontaminação, Despoluição, Revitalização das Bacias dos Rios Jequitinhonha e Araçuaí, envolvendo as seguintes ações: Elaboração de um mapeamento de situação através da análise das águas em toda sua extensão, com revisão de outorgas e multas para os responsáveis pela contaminação da água.

- Estabelecer mecanismos para frear o plantio de eucaliptos, destacando que muitos foram cultivados nas áreas de nascentes.

- Estabelecer mecanismos de avaliação acerca dos impactos em diversos âmbitos das ações das mineradoras em nossa região.

- Instituir e promover fiscalização e diligências através dos órgãos competentes nas gigantescas áreas de plantio de eucalipto na região.

- Mediar através dos órgãos competentes as negociações entre as comunidades atingidas pelas empresas/fazendas de eucalipto.

- Reativar o programa Bolsa Verde e garantir a contemplação do território Médio e Baixo Jequitinhonha.

- Política de destinação adequada dos resíduos sólidos, com incentivo à construção de usinas de triagem e compostagem de lixo.

- Construção de centros culturais e turísticos em regiões estratégicas do Médio e Baixo Jequitinhonha.

- Revisão da Lei Robin Hood.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Articulação com o governo federal para pavimentação da br 367.
- Articulação com o governo federal para pavimentação da br 251.
- Pavimentação das estradas intermunicipais que não foram contempladas com o pró-acesso.
- Priorização das comunidades rurais, tradicionais e quilombolas, para implantação da universalização rural ao acesso à energia elétrica.
- Redistribuição dos recursos do tesouro estadual na região, de modo a beneficiar cidades fora do polo.
- Instalação de energia sustentável nas comunidades de baixa renda, de modo a diminuir as taxas de energia elétrica.
- Interdição da ponte do rio Rubim do Sul, que liga Almenara a Jacinto, BR 367, e construção de uma nova ponte.
- Reorganização administrativa das cidades estabelecidas nos fóruns, de modo a reduzir as desigualdades regionais.
- Construção de barragens no rio Raçuaí e outros rios, para geração de energia e conservação da água.
- Articulação com empresas aéreas para implantação de linhas Aéreas nas cidades polo.

EIXO 3 - PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- Fortalecimento da atenção primária com ênfase na saúde bucal, voltados às seguintes demandas:
 - o Melhora do acesso e acolhimento dos usuários do SUS;
 - o Implementação dos cargos e carreiras dos profissionais da saúde;
 - o Fortalecimento do programa de assistência farmacêutica;
 - o Necessidade de fortalecer programas e ações que atendam às comunidades tradicionais (Quilombolas, indígenas e ribeirinhos);
 - o Fortalecimento dos programas de educação permanente e capacitação para os profissionais e conselheiros de saúde;
 - o Necessidade de criação dos centros regionais de vigilância em saúde com gestão regionalizada, gerenciados por consórcios públicos de saúde. A proposta atende ao preconizado pela portaria 7508/2011, que regulamenta a lei 8080/90 e responde às dificuldades no controle de Zoonoses em cães vadios, rede laboratorial, fortalecimento da vigilância sanitária, vigilância em saúde do trabalhador, vigilância na qualidade da água, resíduos de saúde, etc;
 - o Necessidade de ampliar o percentual financeiro estadual para a saúde em 20% da receita bruta total, levando em conta as especificidades regionais (Equidade).
 - o Necessidade de implantação de centro de especialidades médicas nas regiões de saúde, atendendo os vazios assistenciais;
 - o Necessidade de fortalecimento dos hospitais existentes na região (pequeno e médio porte);
 - o Revisão da tabela SUS, tabela CEMED, revisando a PPI

atual, otimizando o atual sistema de remanejamento. Criação de PPI Interestadual;

o Solução da demanda reprimida de cirurgias eletivas na região, devido ao déficit estrutural e de recursos humanos;

o Implantar maternidade de alto risco e casa da gestante, atrelando ao centro Viva Vida no território;

o Necessidade de implantação do centro especializado em ortopedia e traumatologia (Almenara / Itaobim);

o Necessidade de aumentar novas unidades do Samu para atender os vazios assistenciais;

o Necessidade de implantação de centros regionais em oftalmologia;

o Concretizar a construção do hospital macrorregional.

- Moradores da zona rural que não têm afinidade com o esporte necessitam de incentivos esportivos na zona rural, tanto por professores, governos, grupos, entre outros métodos;

- Criação de centros esportivos onde o esporte seja reconhecido como uma ferramenta para apoiar o social na formação de cidadãos de bem, e a saúde na prevenção de problemas;

- Criação de um fundo específico para o esporte assim como na saúde e educação;

- Implantação de espaços para a prática de esportes, de lazer, de academia da saúde, baseando-se em critérios definidos pelo Governo Estadual mediante diagnóstico socioeconômico local;

- Criar um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) com educadores físicos, fisioterapeutas, nutricionistas e monitores (Dança, capoeira, etc), com financiamento da Secretaria Estadual de Saúde, via programa de saúde na escola e Secretaria Estadual de Esportes.

- Mulheres: Criação de organismo de apoio e abrigo às mulheres vítimas de violências. Formulação de políticas públicas para geração de emprego e renda. Otimização da equipe da unidade móvel.

- Pessoa com deficiência: Ações de acessibilidade. Inclusão nos convênios de execução de obras.

- Igualdade racial e étnica: Ações afirmativas, inclusive no serviço público. Cumprimento da lei 10.639 e 11.645. Políticas Públicas específicas para a população Quilombola. Políticas públicas específicas para a população indígena nômade que vive no território (assistência a dependentes químicos);

- Construção de centro regional de acolhimento para população em situação de rua;

- Construção de Centros Dia para o Idoso;

- Criança e Adolescente: Estruturação dos Conselhos Tutelares. Ampliar o programa Menor Aprendiz.

- Juventude: Criação de um Centro Regional de Juventude. Políticas de combate à exploração sexual. Atenção com a Juventude Rural. Políticas de primeiro emprego. Combinar as políticas ao menor infrator com políticas de geração de emprego e renda. Criação de Centro Socioeducativo regional.

- Combate ao trabalho escravo.

- Acompanhamento dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade e das recomendações apontadas pela mesma.

- Sistematização dos índices de violência contra os grupos mais vulneráveis para que estes subsidiem a formulação de políticas públicas.

- Formulação de políticas públicas específicas para dependentes químicos.

- Implantação da Casa dos Conselhos.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

- Fortalecimento e atuação regionalizada do Conselho Estadual de Direitos Humanos e incentivo à criação dos Conselhos Municipais de Direitos Humanos.
- Investir em Infraestrutura e equipamentos: Adequação dos prédios públicos.
- Diferenciar as funções e atribuições da assistência social nos equipamentos do estado. Melhorar gestão da rede, especialmente no que se refere às demandas do poder judiciário;
 - Fortalecimento da proteção social básica.
 - Emissão de documentos (Identidade, CPF, Carteira de Trabalho).
- Melhoria das condições dos trabalhadores da assistência social (30 horas semanais, salários, criação do plano de carreira).
- Expansão do número de CRAS, inclusive equipes volantes e equipes de proteção especial. Rever os critérios para estabelecimento dos CREAS e CRAS nos municípios. Garantir equipe de proteção especial para os municípios, de acordo com a demanda.
 - Melhoria na gestão dos serviços públicos do território;
 - Garantir no orçamento a contratação de equipe interdisciplinar na educação (Assistente Social e Psicólogo).
 - Educação Indígena.
 - Construção de creches e espaços de lazer.
 - Criação de políticas de geração de emprego e renda para populações mais vulneráveis.

- Criação do centro de atendimento integrado ao adolescente autor de ato infracional.
- Criação de centro socioeducativo na região.
- Criação de vagas no sistema prisional para atender à demanda da região.
- Criação de CREAD (Centro de Referência Estadual de Álcool e Drogas), APACs e apoio as comunidades terapêuticas já existentes.
- Criação de Políticas de incentivo as APACs.
- Melhorar a estrutura do sistema prisional.
- Remanejar o presídio de Almenara para região mais distante da região central.
- Aumento do efetivo de agentes penitenciários para região.
- Criação de Políticas Públicas para atendimento a usuários e dependentes de álcool e de outras drogas nas unidades convencionais de saúde.
- Criar uma política de incentivos para aumentar a permanência dos policiais na região.
- Construção do 44 batalhões da PM-MG em terreno Próprio.
- Aumentar o policiamento ostensivo na zona rural na região.
- Aumentar o efetivo e as viaturas na região.
- Ampliação das bases móveis da região.
- Destinação de recurso estatal sob responsabilidade e gestão da Polícia Militar para o custeio de suas instalações, para que não seja necessário custeio das prefeituras na região.

- Instalação do programa Olho Vivo em Almenara, Araçuaí e Jequitinhonha.
- Ampliação do programa Olho Vivo em Itaobim.
- Instalação de base móvel da Polícia Rodoviária Estadual na entrada de Almenara (BR 367).
- Construção do prédio da delegacia regional de Polícia Civil em Almenara (utilização do espaço da escola Angelina Nascimento).
- Aumento do efetivo de todas as carreiras: Investigador, perito, escrivão, médico legista e delegado de polícia.
- Pulverizar o plantão regionalizado, seja com o aumento do efetivo ou com retribuição pecuniária como incentivo.
- Política de incentivo para que os policiais permaneçam na região.
- Aumento de viaturas para o atendimento da região e aumento de verbas de custeio sob gestão local para manutenção dos prédios e viaturas.
- Ampliação da unidade de Polícia Civil no Município de Itaobim, que já possui prédio próprio.
- Pleno funcionamento da delegacia de Araçuaí.
- Instalação do pelotão do corpo de Bombeiro Militar em Almenara, considerando a inexistência da instituição em todo território.
- Implantação do pelotão do corpo de Bombeiro em Itaobim para atender o Médio e Baixo Jequitinhonha, por esta cidade estar situada no eixo das BRs 116 e 367 e estar geograficamente localizada de forma estratégica dentro do território.
- Instalação de comarcas em: Itaobim, Padre Paraíso e Almenara. No caso de Itaobim, já existe estrutura destinada para tal fim, seriam atendidas as cidades de Monte Formoso, Ponto dos

Volantes e Itinga.

- Implantação e fortalecimento da Defensoria Pública na região.
- Implantação da 3ª vara judiciária em Almenara.
- Iluminação Pública nas regiões com maiores índices de criminalidade, em especial residencial Montes das Oliveiras, em Almenara.
- Melhoria da infraestrutura de telecomunicação, resolvendo o problema de comunicação com os órgãos de defesa social.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO

- Ampliação, apoio e incentivo à criação das EFA's (institucionalização da bolsa-aluno) no território Médio e Baixo Jequitinhonha; Ampliação do "Programa Quadra nas Escolas", no campo e na cidade e EFA's; Implantação de cursos técnicos e expansão de cursos superiores presenciais, semipresenciais na UNIMONTES e IFNMG conforme demanda da região; Construção e implantação da UFVJMG com cursos diversos para atender a demanda da região. Reforma, ampliação e construção de escolas urbanas e rurais no território Médio e Baixo Jequitinhonha; Ampliação do Programa de creches no território do Médio e Baixo Jequitinhonha; Ampliação de recursos a fim de garantir a qualidade e segurança no transporte escolar de alunos da Educação Básica com acessibilidade; Construção e/ou reforma de sede própria das SREs; Fornecimento de água potável e rede de esgoto para as escolas; Criação de Programas de incentivo e práticas esportivas para crianças e jovens; Contratação de nutricionista na sede da SRE para orientar alimentação escolar,

garantindo uma segurança alimentar saudável.

- Criar uma parceria entre o Estado e os campos IFNMG, fornecendo assistência social e financeira para garantir o ingresso e a permanência dos estudantes na instituição.
- Melhoria e investimento no transporte escolar urbano e rural.
- Promover a melhoria da Infraestrutura e garantia do custeio em escolas, além de complementar recursos do percentual destinado a alimentação escolar.
- Melhoria de Infraestrutura nas escolas urbanas e do campo, garantindo a acessibilidade (laboratórios e equipamentos de informática, refeitórios, reformas e coberturas das quadras ampliação de escolas).
- Garantir que todos os municípios tenham aprovado seus planos de carreira.
- Possibilitar à população jovem do meio rural condição de acesso à educação (transporte, moradia e escolas na zona rural, especificamente em relação às EFA1s e IFNMG).
- Ofertar também cursos técnicos e de graduação com maior acessibilidade e condições de permanência na formação acadêmica;
- Mais segurança nas escolas; Segurança para o professor em exercício;
- Construção, reforma e ampliação de escolas; implantação de acessibilidade; construção e reformas de quadras esportivas; construção de anfiteatro; construção de parque recreativo; Construção de sede própria para atender os alunos da Educação Infantil concomitante; Laboratórios de física, química e biologia; Garantia de saneamento básico nas escolas; Criar critérios de padronização de estrutura e logística

- Fomentar acesso de educadores e demais profissionais da educação às tecnologias da informação e comunicação; Valorização do profissional (vale transporte, vale alimentação, investimento em especializações e capacitações para os profissionais da educação; Modificar a legislação quadro do MG e ação vigente para Magistério o Brasil concessão da aposentaria dos profissionais do quadro do Magistério; Formação continuada para os educadores (pós-graduação e outros); Contratar professores de reforço por área. Capacitação para todos os setores da educação; Cursos profissionalizantes; Rever a proposta da progressão parcial; Rever os critérios de avaliação sistêmica; Mudar os critérios de avaliação sistêmica por parte da Secretaria de Educação Estadual; Rever os critérios utilizados na progressão parcial
- evitando que a mesma se torne uma progressão automática, que inviabiliza o processo de ensino aprendizagem; Investir mais na capacitação e valorização dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, criando mecanismos de acompanhamento; manter o Prêmio por Produtividade; rever a situação de números de alunos por sala; combater assédio moral; Fomento de projetos das escolas estaduais; Plano de saúde para servidores municipais; Fortalecimento do IPSEMG;
- Aumento no quantitativo de recursos humanos; Equipe multidisciplinar nas escolas (psicólogos, psiquiatra, psicopedagogo, assistente social, orientador educacional, profissional extra turno);
- Faculdades que atendam o maior número de municípios, ofertar mais cursos; Melhorias nos Campus das Universidades Estaduais existentes; Implantação do Campus UFVJM no Médio e Baixo Jequitinhonha; Ampliar os polos do IFNMG; Criação de um

campus CEFET.

- Capacitação sobre gênero e diversidade na escola; Capacitação sobre a temática afro indígena nas escolas de acordo com a legislação vigente; Educação, Prevenção. É preciso que o estado de Minas Gerais inclua no currículo escolar a matéria com a temática de assuntos relacionados sobre o álcool e outras drogas.

- Criar um centro regional do artesanato do Vale com sede na maior cidade do território, que viabilize a gestão do rico artesanato produzido, para onde todos os municípios encaminhariam as peças de seus artesãos.

- Maior investimento per capita, diminuição do número de parcelas, agilidade do pagamento das mesmas e aquisição de carros para transportar alunos e professores. Estradas são inacessíveis na época da chuva. Pavimentação de estradas e vias para evitar transtornos no decorrer do ano.

- Fortalecimento das escolas existentes, criação da mesma em outros municípios de grande impacto agrícola, dando acesso a políticas educacionais.

- Criar um programa mineiro de apoio à pesquisa, via FAPEMIG, para professores das redes estadual e municipal mineira, contemplando, na forma de editais, projetos de pesquisa que abordem questões regionais. Criar o Programa Mineiro de Intervenção Pedagógica, no contra turno, com contratação de professores para atendimento de aluno com déficit de aprendizagem. Criar o Programa de Diagnóstico Escolar para padronização de infraestrutura da escola da zona urbana e rural de Minas Gerais.

- Mudar a política da não reprovação dos alunos do fundamental I para o fundamental II, de modo a dar oportunidades iguais a produção cultural de todo de estado. Orientar e monitorar

os municípios na adesão ao sistema nacional de cultura. Criação de fundos municipais de cultura. Investimentos em projetos culturais nas escolas.

- A região é dotada de diversos prédios, documentos e objetos tombados pelo patrimônio público regional, e que necessitam de verbas de restauração e preservação, assegurando o direito da sociedade de desfrutar da história da região.

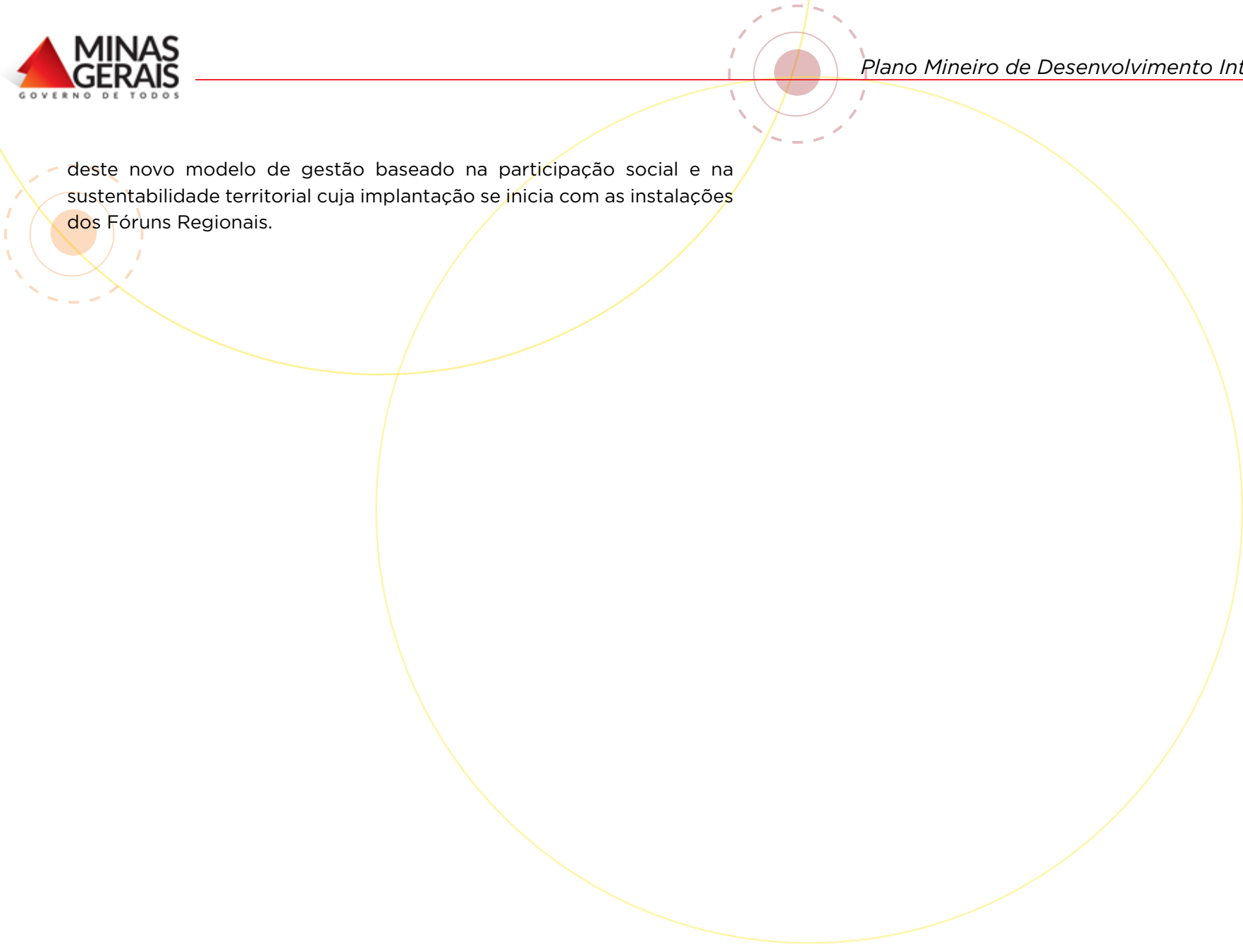
- Construção de centros culturais e turísticos em regiões estratégicas do Médio e do Baixo Jequitinhonha. Necessidade de recursos destinados à Cultura Regional localizada, através da criação do Programa de Fortalecimento da cultura popular e saberes tradicionais do Vale do Jequitinhonha, que contemplem investimentos na ampliação da comunicação popular e democratização das mídias livres e comunitárias para viabilizar o acesso e permanência dos alunos.

- Incentivo e Promoção do Festvale com investimento de recursos e fiscalização.

- Incentivo e promoção da cultura local e festividades típicas e tradicionais, com investimento de recursos para isso.

- Incentivo à conservação, restauração e preservação do Patrimônio Histórico Urbano e Rural do território.

Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Médio e Baixo Jequitinhonha que aconteceu no dia 15 de julho em Almenara. Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios. Ademais está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado

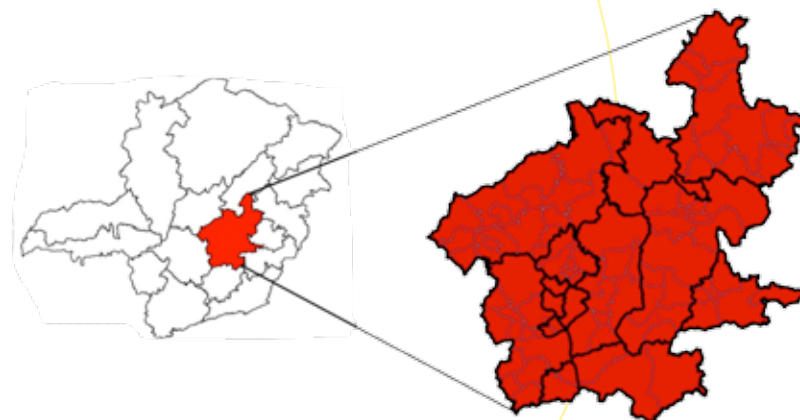


deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	36	12	0	0	3	51
Casa Civil e Relações Institucionais	2	0	0	0	0	2
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2	3	0	0	18	23
Cultura	1	0	6	1	31	39
Defensoria	0	0	0	1	0	1
Defesa Civil	0	0	0	1	0	1
Demais	8	13	3	1	2	27
Desenvolvimento Agrário	65	0	3	1	0	69
Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais	13	0	0	0	0	13
Desenvolvimento Econômico	29	16	0	2	1	48
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	65	3	4	0	1	73
Desenvolvimento Social	9	0	26	1	1	37
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	4	0	16	1	1	22
Educação	10	20	14	0	250	294
Esportes	0	0	27	0	2	29
Governo	1	16	1	0	0	18
Meio Ambiente	73	3	2	0	0	78
Ministério Público	0	0	1	0	0	1
Planejamento e Gestão	2	14	2	0	0	18
Poder Judiciário	0	1	0	8	0	9
Saúde	1	5	116	3	0	125
Segurança Pública	1	3	23	133	9	169
Transportes e Obras Públicas	3	66	0	1	2	72
Turismo	2	0	0		7	9
Total	327	175	244	154	328	1228

Conforme quadro apresentado, as Áreas que mais receberam atenção da população no Território Médio e Baixo Jequitinhonha foram Educação, Segurança Pública e Saúde. Este diagnóstico demonstra que na área da Educação as principais demandas estão relacionadas à infraestrutura das escolas, transporte escolar e educação profissional. Na área de Segurança Pública as principais demandas apresentadas se relacionam com o policiamento ostensivo, efetivo policial e sistema. E em relação à Saúde as demandas apresentadas giraram em torno da atenção básica à saúde, à atenção especializada e também ao atendimento hospitalar.

Perfil Territorial: Metropolitano



Município	Micro Território
Belo Horizonte	Belo Horizonte
Betim	Betim
Bonfim	
Brumadinho	
Crucilândia	
Esmeraldas	
Florestal	
Igarapé	
Juatuba	
Mário Campos	
Mateus Leme	
Piedade dos Gerais	
Rio Manso	
São Joaquim de Bicas	
Contagem	Contagem
Ibirité	
Sarzedo	

Município	Micro Território
Braúnas	Guanhães
Carmésia	
Divinolândia de Minas	
Dom Joaquim	
Dores de Guanhões	
Guanhães	
Materlândia	
Rio Vermelho	
Sabinópolis	
Santo Antônio do Itambé	
Senhora do Porto	
Serra Azul de Minas	
Virginópolis	
Barão de Cocais	João Monlevade
Bela Vista de Minas	
Dionísio	
João Monlevade	
Nova Era	
Rio Piracicaba	
São Domingos do Prata	

Município	Micro Território
Bom Jesus do Amparo	Itabira
Catas Altas	
Ferros	
Itabira	
Itambé do Mato Dentro	
Morro do Pilar	
Passabém	
Santa Bárbara	
Santa Maria de Itabira	
Santo Antônio do Rio Abaixo	
São Gonçalo do Rio Abaixo	
São Sebastião do Rio Preto	
Conceição do Mato Dentro	Vespasiano
Confins	
Lagoa Santa	
Matozinhos	
Pedro Leopoldo	
Santana do Riacho	
São José da Lapa	
Vespasiano	
Itabirito	Ouro Preto
Mariana	
Ouro Preto	

Município	Micro Território
Araçaí	Sete Lagoas
Baldim	
Cachoeira da Prata	
Caetanópolis	
Capim Branco	
Congonhas do Norte	
Cordisburgo	
Fortuna de Minas	
Funilândia	
Inhaúma	
Jequitibá	
Maravilhas	
Papagaios	
Paraopeba	
Pequi	
Prudente de Moraes	
Santana do Pirapama	
Sete Lagoas	

INTRODUÇÃO

Visando a aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

O Território de Desenvolvimento Metropolitano é composto por 90 municípios distribuídos em 10 Microterritórios e conta com a população total de 5.880.619 habitantes, que corresponde a 30,00% da população mineira. A extensão territorial é de 35.822,64 Km correspondendo a 6,1% do total de Minas Gerais.

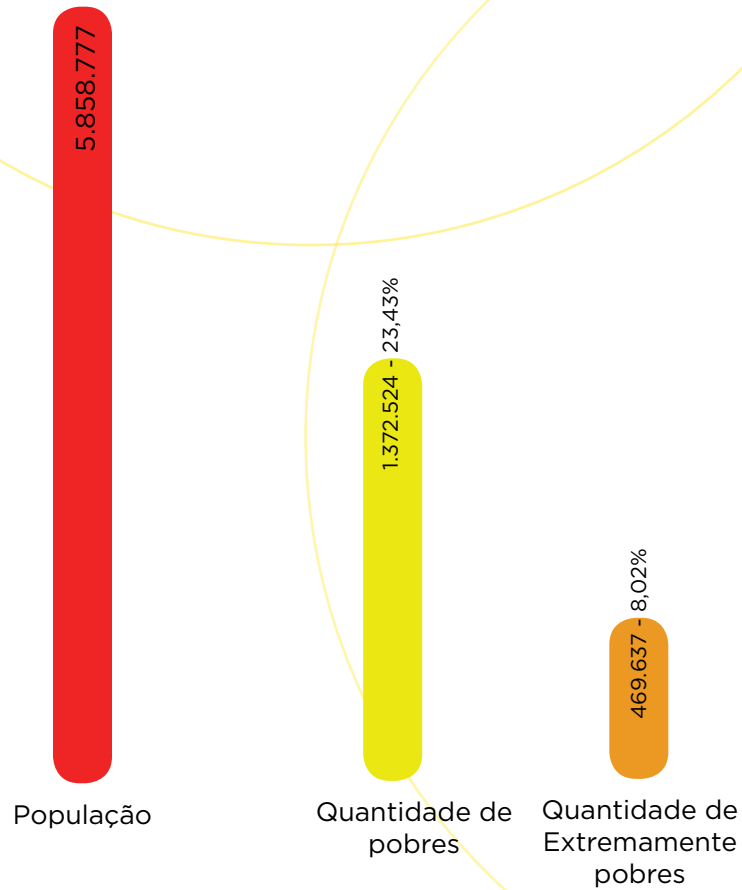
O Território é o mais populoso de Minas Gerais, apresentando densidade populacional de 164,16 habitantes/km². Essa população é 95,66% urbana (5.625.678 hab.) e 4,34% rural (254.941 hab.). Os municípios mais populosos são Belo Horizonte (2.375.151 hab.), Contagem (603.442 hab.) e Betim (378.089 hab.). Já os menos populosos são São Sebastião do Rio Preto (1.613 hab.), Passabém (1.766 hab.) e Santo Antônio do Rio Abaixo (1.777 hab.).

A proporção de pobres do Território Metropolitano é de aproximadamente 23,43%, sendo a quinta menor do estado. A Renda per capita observada no Território Metropolitano é de R\$ 1.003,68 correspondendo à maior do Estado.

Município	Micro Território
Belo vale	Nova Lima
Caeté	
Jaboticatubas	
Moeda	
Nova Lima	
Nova União	
Raposos	
Ribeirão das Neves	
Rio Acima	
Sabará	
Santa Luzia	
Taquaraçu de Minas	

METROPOLITANO

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida, para o Território Metropolitano é de 0,682, sendo o sétimo melhor do Estado, ocupando a faixa média conforme figura abaixo.

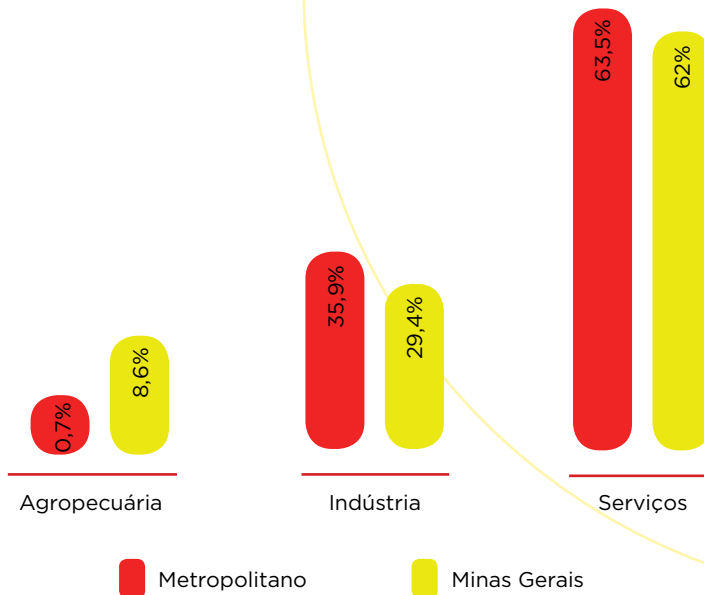


EIXO1-DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

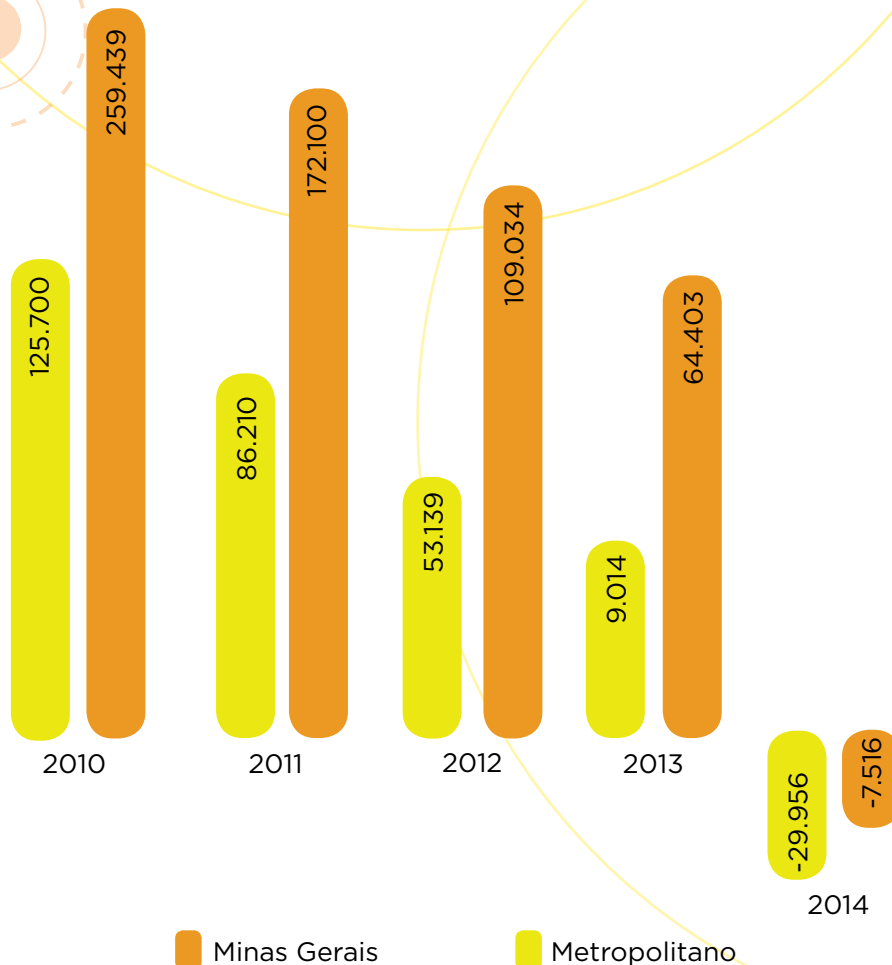
O território responde por 40,8% do PIB mineiro, com 14,5% dos empregos formais criados no Estado em 2013. No que se refere à composição setorial do PIB, evidenciava-se, em 2012, maior participação do setor de serviços (63,5%), seguido pela indústria (35,9%), com menor destaque para a agropecuária (0,7%). Entre 2000 e 2012, o crescimento do PIB per capita da região esteve acima da média do Estado.

O Território Metropolitano concentra 41% do PIB de Minas Gerais. Ainda, os municípios de Belo Horizonte, Betim e Contagem, correspondem, em média, a 70% da geração de renda regional. Desse modo, os demais municípios da região carecem de incentivos para o fortalecimento da estrutura produtiva, bem como para a inclusão socioeconômica da parcela mais vulnerável da população.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS



O Território Metropolitano tem sua maior demanda por fiscalização nos setores de siderurgia, beneficiamento de ferro e ouro, usina de concreto, alimentícia e silvicultura.

O setor agropecuário tem baixa participação na economia do Território, correspondendo a 0,7% do seu PIB. Os principais produtos produzidos no território são leite, tomate e milho.

A região é sede de seis Circuitos Turísticos: Belo Horizonte, Serra do Cipó e Ouro em Belo Horizonte; Grutas, em Sete Lagoas; Verde-Trilha dos Bandeirantes em Florestal; e Veredas do Paraopeba em Brumadinho. Há também municípios associados aos Circuitos Trilhas do Rio Doce, Diamantes e Guimarães Rosa. Os municípios de Brumadinho, Caeté, Itabira, Santana do Riacho e Sete Lagoas também fazem parte dos destinos prioritários para o turismo estadual, denominados como destinos indutores pelo governo estadual e os municípios de Belo Horizonte e Ouro Preto são considerados como destinos prioritários para o turismo nacional pelo governo federal. 56% dos municípios da região estão associados a Circuitos Turísticos (51 municípios). O território conta com aeroporto com vôos regulares regionais, nacionais e internacionais, terminal rodoviário, terminal ferroviário e conta com presença de atrativos culturais, naturais e artísticos e com realização de eventos tradicionais ligados ao turismo.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Neste território existem 5 aeródromos nos municípios de Belo Horizonte (2), Guanhães, Conceição do Mato Dentro e Confins, sendo que este último se destaca por receber voos internacionais. Destaca-se, ainda, a existência de 1 linha de metrô com 28,1km de extensão e 19 estações, ligando a zona Oeste da capital, desde o município de Contagem, ao Vetor Norte, tangenciando a região central, e de 7

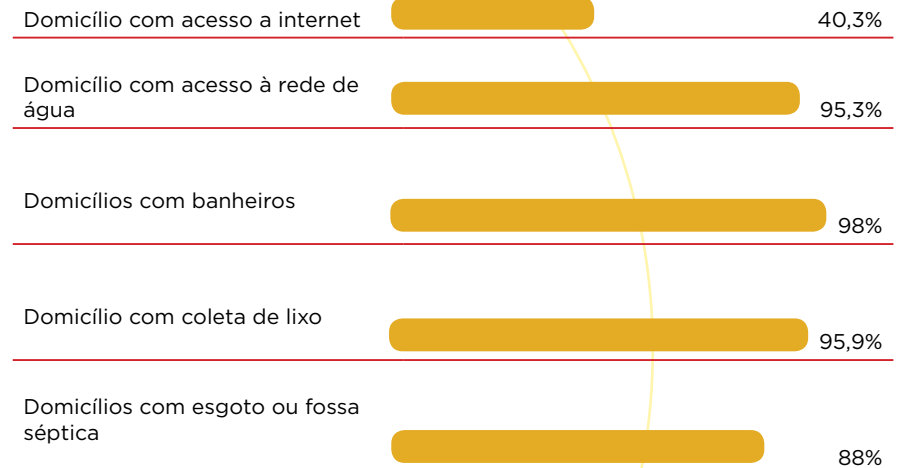
Terminais Metropolitanos de Integração em operação: Vilarinho (Norte), São Gabriel (Leste), Ibirité, Sarzedo, Morro Alto, Justinópolis e São Benedito. As principais rodovias deste territórios são as BR 356, BR 259 e BR 262 (rodovias federais); MG 424, MG 010, MG 232 e MG 050 (rodovias estaduais) e BR 040, BR 381 e BR 262 (rodovias concessionadas pela União).

Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Metropolitano se encontra numa situação intermediária, estando um pouco acima da média estadual, tendo, em média, 95,3% da população atendida.

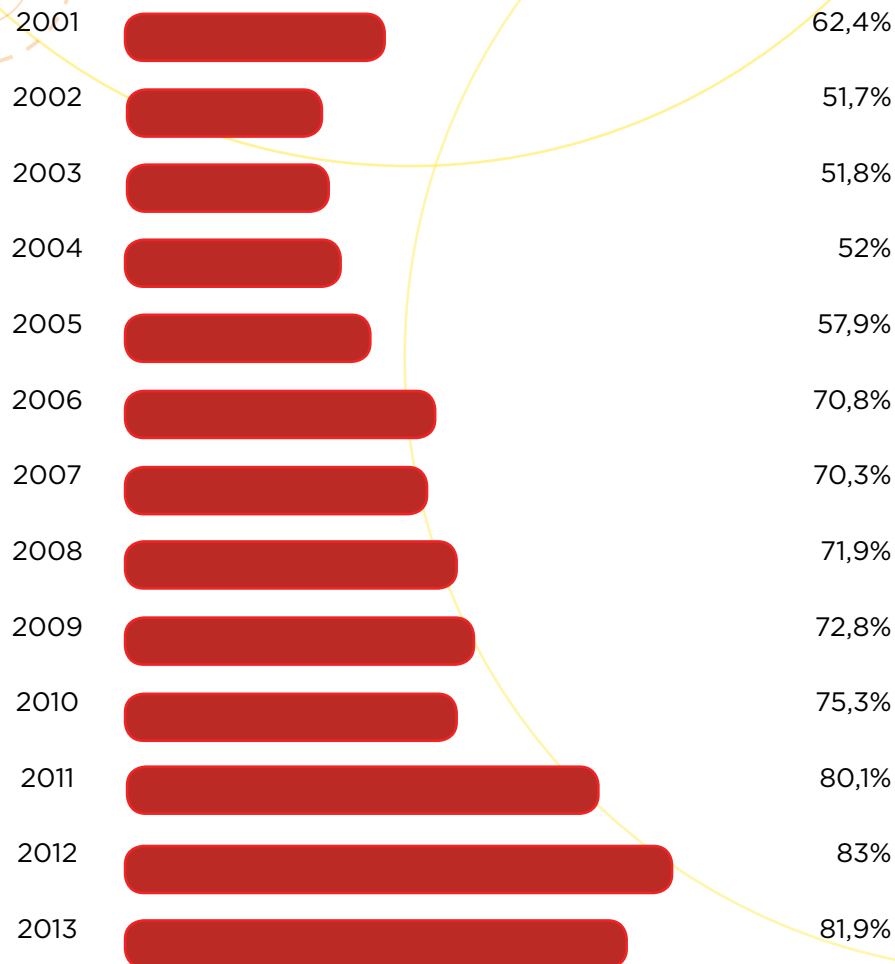
No que diz respeito à população atendida com serviços de coleta de lixo, esse Território se encontra numa situação precária, sendo um dos de menor atendimento, estando um pouco abaixo da média estadual e tendo, em média, 95,9% da população atendida.

Por último, no que diz respeito à habitação, o Metropolitano é um dos Territórios em situação intermediária com relação à densidade habitacional, apresentando uma porcentagem de 18,92% de domicílios com mais de 2 pessoas por dormitório.

INFRAESTRUTURA DE DOMICÍLIOS METROPOLITANA



POPULAÇÃO URBANA COM ACESSO À DESTINAÇÃO ADEQUADA
DE RESÍDUOS SÓLIDOS



EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Existem, nesta região, 560.655 famílias cadastradas no CadÚnico (Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal), sendo que, destas, 302.421 famílias são pobres (renda per capita familiar menor que R\$ 154,00) e 224.852 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

Na área de Saúde, no que diz respeito à Atenção Básica, ordenadora das redes de atenção, o território conta com um total de 1.327 Equipes de Saúde da Família distribuídas entre os seus 90 municípios, conforme dados de junho de 2015 obtidos pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN. Esse território conta com uma Cobertura Populacional de 87,22% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo inferior à média estadual que é de 91,41%.

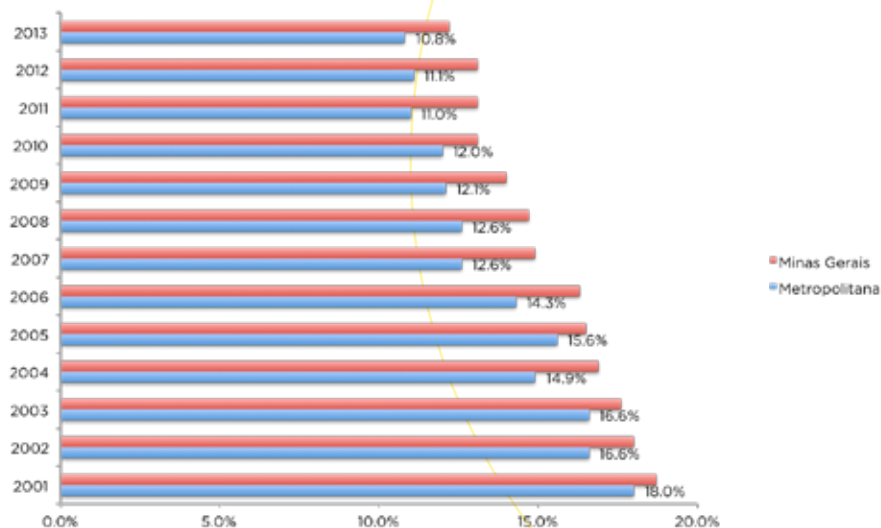
Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos SUS, a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de 3 leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,30.

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. A construção e o funcionamento do serviço são fruto da parceria entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios. A Região Ampliada de Saúde Centro, que abrange o território Metropolitano, está em processo de implantação do serviço, sendo que atualmente o território conta com o SAMU Municipal dos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Itabira, Mariana, Ouro Preto e Sete Lagoas.

A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos

vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Metropolitano, a TMI foi de 10,8 por 1.000 nascidos vivos.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Metropolitano, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 89,37% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção acima do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Metropolitano está próximo da média estadual, com 44,31, apesar de ainda não cumprir a meta preconizada nos Objetivos do Milênio.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

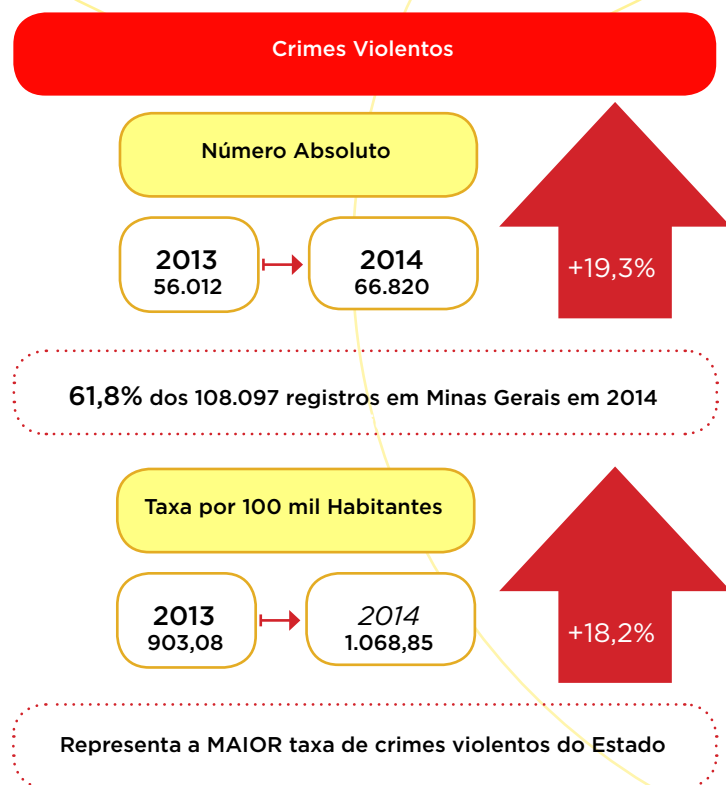
No Território de Desenvolvimento Metropolitano, as taxas de homicídios registraram um crescimento expressivo entre os anos de 1996 e 2004. Entre 2004 e 2010 observou-se uma tendência de queda e estabilidade, para uma sequência de leve alta nos três anos seguintes. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 1.068,85 crimes

violentos e 32,10 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

O território que concentra o maior contingente de indivíduos em idade escolar, que é de 1.118.069 (quase 30% do total do estado), tem atendimento superior à média estadual em todas as faixas etárias, consequentemente, tem também a menor taxa de analfabetismo entre os jovens e adultos (15 a 24 anos).

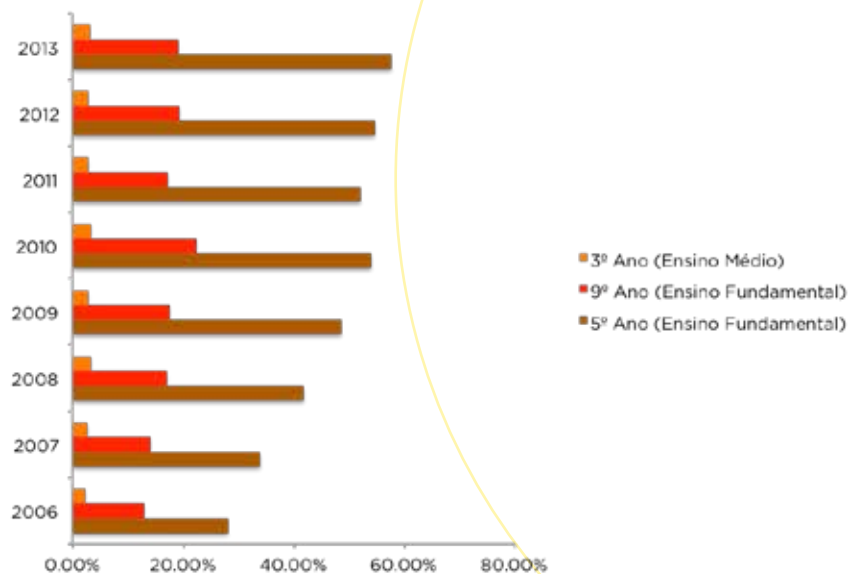
Quanto aos indicadores da Educação Básica, o PROEB 2013 evidencia que no 5º ano do Ensino Fundamental 44,32% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 57,65% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 37,8% dos alunos no nível recomendável em Português e 3,14% em Matemática.



Fonte: CINDS SEDS / MG

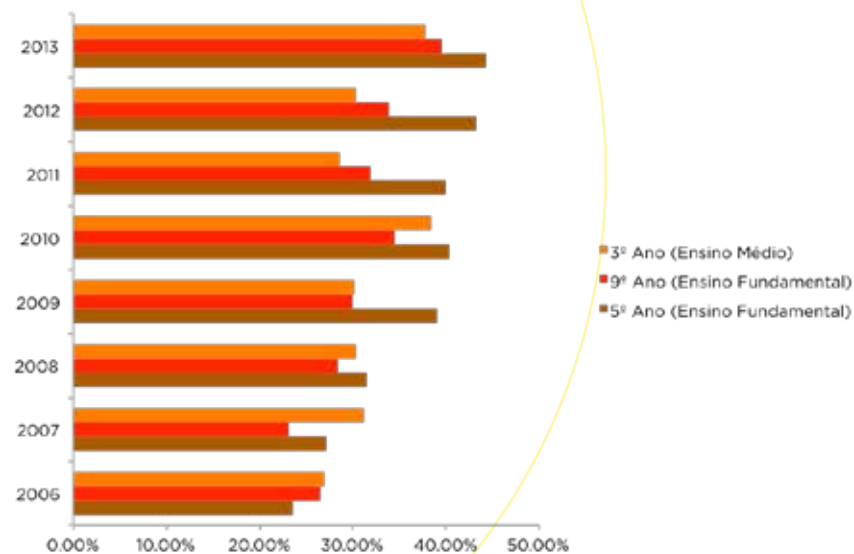
ALUNOS POR NÍVEL RECOMENDÁVEL DE DESEMPENHO NO PROEB (%)

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	28.07%	33.90%	41.80%	48.55%	53.97%	52.03%	54.65%	57.65%
9º Ano	12.89%	14.07%	17.08%	17.49%	22.28%	17.14%	19.29%	19.17%
3º Ano	2.28%	2.69%	3.31%	2.86%	3.23%	2.87%	2.81%	3.14%

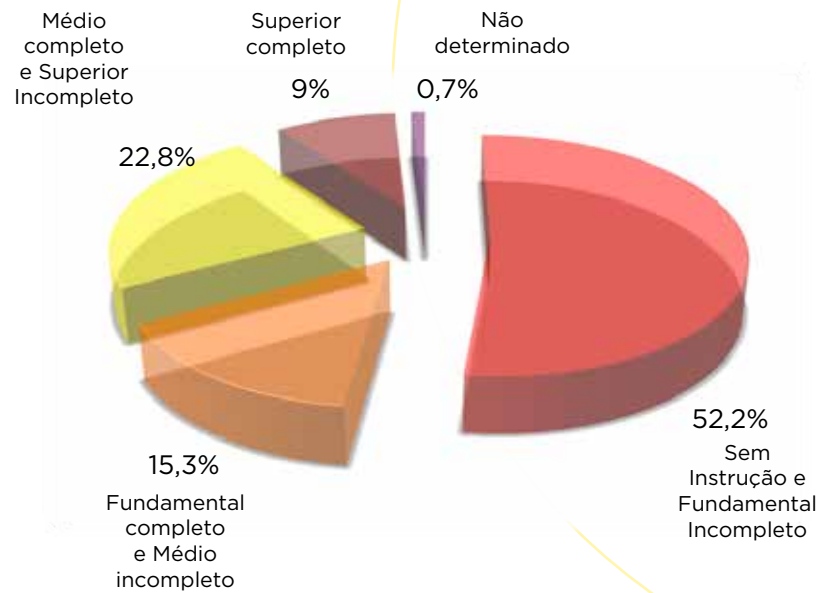
O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	23.55%	27.12%	31.46%	39.07%	40.31%	39.94%	43.21%	44.32%
9º Ano	26.48%	23.12%	28.38%	29.93%	34.47%	31.93%	33.88%	39.54%
3º Ano	26.93%	31.12%	30.28%	30.17%	38.40%	28.56%	30.31%	37.80%

A taxa de analfabetismo total no território é de 15,4% na zona rural e 4,2% na zona urbana. Destaca-se que 9% da população tem ensino superior completo. A maior parte da população (52,1%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto.

NÍVEL DE INSTRUÇÃO



TAXA DE ANALFABETISMO

	Número	Taxa (%)
Taxa de Analfabetismo (Total)	216.369	4,7%
Taxa de Analfabetismo Zona Rural	29.761	15,4%
Taxa de Analfabetismo Zona Urbana	186.608	4,2%

(Fonte: IBGE)

CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS - REDE PÚBLICA

	Número	Taxa (%)
Escolas com Acesso a Internet	1.718	79,8
Escolas com Biblioteca	1.685	78,3
Escolas com Laboratório	1.352	62,8
Escolas com Quadra Poliesportiva	1.312	60,9
Escolas com Rede de água	1.955	90,8

Fonte: Inep, 2014

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda rodada, é aberta a escuta à sociedade que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e de representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada de Minas Gerais. Os Fóruns Regionais são um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais construirá políticas públicas que respeitem as características de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional Metropolitano realizado em Belo Horizonte no dia 26 de Setembro de 2015. O encontro contou com a participação de 584 inscritos representantes dos municípios do território. No total, 1.127 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população. Registramos também em seguida um consolidado de todas as demandas apresentadas que nos dá uma ideia dos principais problemas que afligem a população no Território Metropolitano.

EIXO 1- DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

- Viabilizar a logística de transporte, armazenamento e entrega dos produtos dos agricultores familiares dentro dos mercados institucionais, principalmente PNAE, para as escolas do território metropolitano;
- Aumentar o quadro de funcionários da extensão rural e pesquisa, para melhor atendimento da demanda, fortalecendo a assistência técnica;
- Apoiar a produção da agricultura familiar, com insumos, máquinas e infraestrutura como estradas e energia elétrica;
- Criar um programa para efetivar a política estadual de agroecologia e produção orgânica;
- Ampliar, articular, promover e simplificar o acesso ao crédito rural para o agricultor familiar, junto aos agentes financeiros, como o BB e BDMG, com a criação de uma linha de crédito específica no estado;
- Promover políticas públicas que estimulem a permanência das famílias na área rural com: lazer, vias de acesso de boa qualidade, saneamento, educação, saúde e acesso aos meios de comunicação como a internet banda larga e a telefonia móvel;
- Criar oportunidades de desenvolvimento da agricultura urbana, considerando a função social da terra, e garantindo o reconhecimento da categoria;
- Ampliação e simplificação da regularização fundiária, reduzindo os custos para o agricultor.
- Constituir uma força tarefa intersetorial (governo estadual e municipal), para impedir o parcelamento irregular na área da bacia de Várzea das Flores;

- Finalizar e ampliar as obras das redes coletoras, interceptores e ETEs do território metropolitano, para preservação das bacias;
- Ampliar e fortalecer o Programa Bolsa Reciclagem, tornando-o de fato uma política pública do governo de Minas Gerais;
- Elaborar projetos e programas com vistas à preservação de nascentes e criar infraestrutura para armazenamento de água, como barraginhas, curvas de nível, poços de contenção, etc.
- Elaborar um plano integrado de turismo para o território metropolitano, contemplando turismo cultural, de negócios, ecológico e rural, abrangendo o fomento às atividades culturais, a capacitação dos profissionais do turismo e de áreas afins, e investimento na infraestrutura municipal para receber o turista;
- Fomentar a economia criativa voltada para a criação e reabilitação de polos turísticos e culturais;
- Criação de espaços multiuso para a realização de grandes eventos.
- Implantação de quatro pontos fixos para a Economia Popular Solidária, no território, sendo um por ano. Estes pontos fixos, devem oferecer formação processual, espaço para comercialização, financiamento, e avançar no marco regulatório da Economia Popular Solidária, segundo as diretrizes do Plano Estadual para o Desenvolvimento da Economia Popular Solidária. Realizar Feira de Economia Popular Solidária; Buscar fortalecer as demandas dos Fóruns Regionais de Economia Popular Solidária;
- Estabelecer metas para a simplificação e redução gradual da carga tributária estadual, viabilizando uma política tributária eficiente e equânime, em relação aos demais estados e adotar medidas de estímulo às micro e pequenas empresas;
- Instalar conferência estadual para construção de política

de uso de recursos naturais de forma racional;

- Criação de Green House para exploração da flora nativa para uso medicinal – Economia Alternativa;
- Induzir o desenvolvimento econômico de novas centralidades, considerando produtos e serviços de alto valor agregado, a inovação tecnológica e absorção intensiva de mão de obra; utilizar a integração estado, academia, e empresas, para desenvolvimento de novos produtos, serviços e marcas.

EIXO 2 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Pavimentação do trecho Sete Lagoas-Araçá.
- Retorno dos trens de passageiros no ramal de Paraopeba (incluindo Sete Lagoas a Belo Horizonte).
- Regulamentação de bilhete único metropolitano para toda a população à região metropolitana, inclusive para idosos e pessoas com deficiência.
- Constituição de um grupo de trabalho para redução da tarifa de energia, composto pelo Governo, distribuidores de energia e organizações do Plebiscito Popular da Energia.
- Melhoria nos modais de transporte público metropolitano, incluindo questões de acessibilidade.
- Melhoria do transporte público coletivo em Ribeirão das Neves.
- Retorno dos trocadores nos ônibus.
- Pavimentação asfáltica do trecho Casa Branca-Sede de Brumadinho, aproximadamente 20km.
- Melhoria da utilização do transporte sobre trilhos, aproveitando a linha Vitória-Minas, aumentando o número de viagens para transportes de passageiros.

- Financiamento de moradias a baixo custo para famílias carentes que residem em área de risco.

EIXO 3 – PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- Garantir o aumento da oferta de exames (ex. Exames de próstata, sangue, etc.) e consultas de médias e alta complexidade incluindo os que podem ser feitos nos Centros de Especialidades Multiprofissionais. Maior investimento e ampliação do número de cirurgias eletivas no município. Agilizar o processo de cirurgias eletivas de acordo com a necessidade de cada micro abrangendo o cuidado para todos os usuários do território.
- Instalação de um posto de coleta em Contagem. Banco de Tecidos em Lagoa Santa. Conclusão da 2ª Etapa do CETEBIO em Lagoa Santa. Reforma e ampliação do Hemocentro de Belo Horizonte. Reforma do posto de coleta da Fundação Hemominas no JK.
- Implantação/ampliação da cobertura do SAMU Regional do território Metropolitano.
- Nomeação dos aprovados no Concurso SES/2014.
- Mais centros especializados multiprofissional. Implantação e ampliação dos Centros de especialidade médica. Saúde do idoso. Maiores investimentos.
- Regionalização do Hospital Público de Itabira (Hospital Carlos Chagas) e Contagem. Conclusão das obras do hospital regional de Sete Lagoas. Avaliar juridicamente a viabilidade de regionalização do Hospital de João Monlevade e Ouro Preto. Governos estaduais e federais ampliem o número de leito nos hospitais regionais.

- Investimento em saúde bucal, investimento no atendimento de saúde bucal para a população de rua e também nos hospitais públicos de acordo com a legislação vigente.

- Ampliar o fornecimento de capacitações para os profissionais de toda a área de saúde. Viabilizar cursos de capacitação para conselheiros municipais e comissões locais de saúde. Fornecer cursos de formação/capacitação aos trabalhadores da saúde pública por meio da escola de saúde pública ESP. Garantir que a escola de Saúde forneça os serviços de qualificação. Retomada do Canal Minas Saúde e Tele Saúde.

- Inserção e reabilitação das pessoas com deficiência. Apoiar e estimular as instituições que prestam serviços a população com deficiência, especialmente no que se refere a reabilitação, através do fornecimento de materiais e de pessoal. Equipes multiprofissionais para continuar e ampliar o projeto de reabilitação e formação da pessoa com deficiência e para multiplicação deste tipo de iniciativa. Ampliação e divulgação pelo Estado de toda sua rede de Reabilitação com divulgação da localização dos Centros Especializados em Reabilitação de forma regionalizada com oferta de serviços em cada micro do território.

- Melhor gestão do SUS. Prestação de serviço médico adequado em Prudente de Moraes. Gestão adequada dos hospitais SUS. Elaboração de uma política de acompanhamento da gestão com base em critérios claros.

- Ampliação das equipes de ESFs e ESBs aumentando a contrapartida do Estado para cobrir de forma regionalizada toda a região Metropolitana de acordo com os parâmetros assistenciais e necessidades das Micros. Implantação do NASFs com todos os profissionais especializados dando cobertura de atenção com matriciamento com psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos,

farmaceuticos e outros viabilizando o atendimento aos usuário com dificuldade locomoção e áreas longinquo e área rural. Parceria do Governo federal e estadual para implantação do prontuário eletrônico visando a garantia da universalidade e otimização dos recursos. Construção e estruturação do ESF de Rio Acima. Implantar protocolo de assistência nas unidades básicas de saúde.

- Revisão dos repasses de recurso pelo Estado, com constantes atrasos para o município de Itabira; Acabar com as emendas parlamentares para a Saúde e que esta verba seja repassada fundo a fundo para melhoramento do serviços de saúde; Maior investimento no Hospital de Monsenhor da Mata; Repasse pela prefeitura de Ouro Preto à Santa Casa de Misericórdia de todo o valor recebido pelo município. Município de Gestão Plena. Garantir que os recursos da Saúde sejam aplicados efetivamente na saúde; Financiamento Tripartite dos Hospitais do estado; liberação de recursos referentes a resolução dos convênios 2206/2013 e 190/2014 de Lagoa Santa; Assinatura e cumprimento dos convênios para aquisição de ambulâncias em Lagoa Santa; Aumento da Cota e revisão da PPI para todo o território; Reajustar a tabela de procedimentos do SUS.

- Adequar as UPA's para atendimentos portas abertas em todas as regiões. Alinhamento entre governo estadual e federal para atendimento nas UPAs independente do município; Implantação da Sala de Estabilização para atendimento no município de Bonfim.

- Maior fornecimento de medicamentos e cadastro único nas farmácias.

- Maior humanização da saúde.

- Descentralizar o atendimento hospitalar no Estado,

buscando mecanismos de sustentabilidade dos hospitais de Ouro preto, Ibitité, Betim, João Monlevade. Reforma e ampliação do hospital de Ribeirão das Neves que não comporta o volume de atendimentos atual.

- Fiscalização mais intensa das unidades regionais de saúde quanto a atuação dos servidores municipalizados. Verificar se os mesmos estão recebendo vencimentos tanto do Estado quanto município e se estão desempenhando as atividades para as quais foram designados; Maior fiscalização na aplicação dos recursos em saúde no município de Ribeirão das Neves; Falta de fiscalização na higiene básica nos postos de saúde de Ribeirão das Neves. Ex. Ratos nos banheiro, lixo hospitalar em banheiros de acesso comum. Fim da intervenção da Prefeitura de Ouro preto sobre a Santa Casa de Misericórdia; maior fiscalização dos prefeitos municipais pelos vereadores.

- Funcionamento do consórcio Aliança. Necessidade de equipe para execução e funcionamento do Consórcio. Maior fortalecimento e fiscalização dos consórcios municipais

- Redistribuição do PDR. A macro região de Belo Horizonte encontra-se congestionada

- Auxílio na reabertura do hospital de Lagoa Santa através de pactuação de metas e repactuação de PPI e reenvio de recursos

- Maior investimento em Esportes

- Estimular o esporte para pessoas com deficiência, voltado para socialização e qualidade de vida, criando acesso e acessibilidade

- Incentivar a contratação de pessoas com deficiências pelas empresas que desempenharão funções laborais esportivas

- Estado incentivará convênios entre agremiações esportivas e instituições de pessoas com deficiência, para prática

de atividades esportivas

- Construção de campos para futebol amador.
- Implantação do Centro de Referências em Direitos

Humanos por território para promover, dentre outros:

- o Proteção às mulheres vítimas de violências, incluindo assistência social, psicológica e jurídica;
- o Cadastramento e atendimento ao público LGBT;
- o Espaço de Cultura, Educação e Lazer para jovens;
- o Atendimento à população de rua e catadores de material reciclável;
- o Centro de Atenção para Imigrantes;
- o Implantar coordenadorias de Direitos Humanos em áreas com maior incidência de Violação;
- o Fortalecimento de políticas estaduais de combate ao tráfico de pessoas, incluindo campanha de sensibilização para a temática, e ações específicas nos CREAs;
- o Outros.

- Implantação de Política Estadual de combate à violência contra as mulheres (delegacia especializada, casas de acolhimento...), e aprimoramento da Lei Maria da Penha e atenção especial as mulheres de situação de drogadicção.

- Capacitação de Profissionais da área pública, especialmente os da Defesa Social, em temáticas referentes aos Direitos Humanos (gênero, raça, tráfico de pessoas, população em situação de rua e outras).

- Comunidades tradicionais: Política de certificação, cadastramento e registro de territórios, e população Quilombolas e demais comunidades tradicionais; Criação de Aldeias Urbanas para os indígenas e quilombolas que vivem na região metropolitana, permitindo a inserção social destes grupos;

e implementar ações de combate à violência, apoiar inclusive financeiramente as iniciativas culturais;

- Acesso à Justiça: Proteção às testemunhas, em especial a juventude, e famílias em situação de vulnerabilidade social em articulação com outros entes (defensoria pública, assistência social e outros); Ampliação do número de Defensorias Públicas e delegacias especializadas para públicos vulneráveis;

- Ampliação de recursos destinados à implantação e estruturação de Centros Dia e Centros de Convivência para atendimento a idosos e pessoas com deficiência, implantar e fiscalizar a política para pessoas com deficiência, por exemplo, garantindo a acessibilidade das pessoas com deficiência em espaços públicos e adaptar a infraestrutura;

- Criar Política Estadual de Direitos dos atingidos por obras de infraestrutura e urbanização (barragens, obras viárias, mineração), incluindo a criação de fundo próprio para indenização destes grupos e de marco legal dos direitos dos atingidos com plano de recuperação de todas as comunidades, bairros e outros;

- Fortalecimento dos Conselhos Tutelares: capacitação dos conselheiros, estruturação física, e a promoção de atuação integrada como órgãos de defesa, assistência social e educação;

- Recursos financeiros para garantir a universalização dos serviços socioassistenciais do território:

- o Construção e melhoria da infraestrutura de CRAS e CREAS;
- o Regionalização da proteção especial no território para os municípios sem cobertura;
- o Recursos humanos por meio de concurso público para equipe mínima de referência;
- o Capacitação continuada para gestores, técnicos e

usuários do SUAS;

- o Ampliação do cofinanciamento do piso mineiro em especial os municípios de pequeno porte;
- o Cofinanciamento para instituições socioassistenciais;

- Criação do Centro de Referência do trabalho, promovendo, dentre outros:

- o Integração dos serviços disponíveis ao trabalhador;
- o Promover a qualificação profissional e cidadã, em especial para os jovens, facilitando acesso ao primeiro emprego, qualificando-os para a inserção no mercado de trabalho, através da expansão do programa Menor Aprendiz para pequenas empresas, cooperativismo, economia solidária;
- o Assessoramento ao empreendedor urbano, rural e solidário (capacitação e assistência técnica);
- o Acesso ao crédito;
- o Socialização do trabalho doméstico;
- o Um olhar especial para as populações vulneráveis (egressos do sistema prisional, população de rua, medida socioeducativa, transexuais, travestis, jovens negros, pessoas com deficiência, idosos e outros)

- Economia Solidária:

- o Criação de cinco pontos fixos de comercialização da produção;
- o Criação de linha de crédito específica para a economia solidária;
- o Fortalecimento de cooperativas e associações locais promovendo a inserção de mulheres, jovens, negros e o desenvolvimento sustentável;
- o Diferenciação tributária para os empreendimentos econômicos solidários;

- Promoção do trabalho decente:
 - o Erradicação do trabalho análogo ao escravo;
 - o Fim da terceirização e precarização do trabalho;
 - o Combate ao desrespeito e exploração dos trabalhadores que sofreram acidentes de trabalho;

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

- Elaboração e aprovação de um Projeto de Lei que institui a Política de Prevenção à Criminalidade com a criação de postos de trabalhos definitivos para os Programas de Prevenção (Fica Vivo, Mediação de Conflitos, CEAPA e Presp). Ampliação de unidades e de pessoal que atuam nos CPCs. Ressalto a importância da Prevenção para aumento da segurança.
- Ampliação dos investimentos na política de prevenção à criminalidade com criação e aprovação do projeto de lei que institui a política de prevenção para que se torne uma política de estado e não de governo.
- Criação e implementação de uma política governamental de recomposição de efetivo na PMMG por meios de concursos públicos anuais e regionalizados, visando atender os requisitos técnicos e legais da instituição.
 - Fortalecimento do GEPAR
 - Recomposição e aumento imediato do efetivo de todas as carreiras, com a inclusão, no orçamento de 2016, da nomeação e posse dos 2.472 aprovados no concurso de investigador de polícia, como forma de amenizar os problemas causados pelo baixo efetivo de investigador; e o cumprimento da Lei Orgânica da Polícia Civil.
 - Retorno da Delegacia de Mulheres para Venda Nova,

melhoria das condições de infraestrutura da DEAM de Ribeirão das Neves e fortalecimento das DEAMs do Território Metropolitano.

- Volta do Corpo de Bombeiro para a região de Venda Nova.
- Instalação e fortalecimento das Defensorias Públicas em municípios em população acima de 100.000 habitantes.
- Criação de Varas exclusivas para a infância e juventude nos municípios com população acima de 100 mil habitantes.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

- Fortalecimento de Institutos e Implementação de novos centros de apoio, com ênfase na educação especial, núcleos de formação profissional e equipe de reabilitação com profissionais interdisciplinares, possibilitando às famílias e às pessoas com deficiência que possam optar pela modalidade de educação que desejam, visando a inclusão social.
- Apoiar os municípios na educação especial em todas as faixas etárias, possibilitando o acesso a Casa DIA e demais instituições voltadas a pessoas com deficiência.
- Estimular os Centros de Apoio às pessoas com deficiência, para que sejam espaços de formação e treinamento de acadêmicos das faculdades e público em geral.
- Fomentar a produção de materiais em Braille e leitura ampliada.
- Permitir que alunos com deficiência visual e alunos de visão normal, ligados por consanguinidade ou afinidade, sejam matriculados em Institutos especializados.
- Incluir na pauta de divulgação de seus programas os trabalhos existentes nos Centros de Referências e Institutos,

dando visibilidade ao seu trabalho e orientando a comunidade sobre onde podem buscar apoio e orientação, quando convivem com pessoas com deficiência visual.

- Ampliação e reforma de escolas. Melhorar a infraestrutura dos espaços físicos nas escolas, como as salas de aula e salas de informática com monitores especializados.
- Construção de mais escolas descentralizadas na região metropolitana, sobretudo aquelas que ofertam o Ensino Médio.
- Flexibilização do horário de funcionamento das escolas tendo em vista a mobilidade urbana e adequação à educação em tempo integral, considerando também a rotina de trabalho dos pais, responsáveis e trabalhadores das escolas.
- Implementação da lei do Grêmio Livre para a organização de estudantes. Ampliar o envolvimento maior da comunidade escolar em geral e garantir o acesso dos movimentos sociais e estudantis às escolas.
- Reforma curricular pensando em estimular o interesse. Implementação de esportes, artes e cultura, reestruturando o método de ensino.
- implementar programas nacionais de sucesso no estado a exemplo do REUNI, PNAES, fundos sociais - a exemplo, criação do Fundo Social do Minério - entre outros e Retorno do projeto PEAS nas escolas.
- Introdução do ensino de política e administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, além da necessidade de educação periódica nas escolas das crianças e adolescentes sobre seus direitos, principalmente no que concerne ao ECA.
- Ampliação e construção de escolas de Ensino Médio nos municípios.
- Aumento do repasse de verbas para transporte escolar

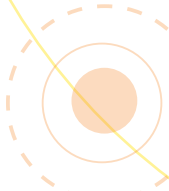
e parcerias com os municípios para o transporte de alunos de escolas estaduais e municipais da zona urbana.

- Melhoria nos repasses para auxiliar o transporte escolar rural. O valor atual é ineficiente. A nossa extensão territorial é grande e bem esparramada o que gera mais custos. Os veículos que transitam por estradas de terra sempre estão necessitando de manutenção e ou reparo devido a poeira. As estradas também não recebem manutenção.
- Educação em tempo integral com acessibilidade,
- Construção/ampliação de escolas adequadas ao ensino de tempo integral.
- Fortalecer e ampliar a educação integrada articulando escolas e instituições sociais, ensino superior, comunidade escolar, observando boas práticas já existentes em outras escolas.
- Capacitação e formação dos professores a fim de lidar com diversidade de gênero e diversidade sexual nas escolas,
- Aumento de centros de Formação Continuada (CESEC)
- Capacitação dos profissionais que trabalham na educação e em especial aqueles que trabalham com pessoas com deficiência,
- Inclusão de profissionais de Assistência Social e Psicologia nas escolas,
- Aumento de postos do IPSEMG para atendimento dos profissionais de educação.
- Construção de mais pólos de faculdades e escolas técnicas, que atendam a todas as microregiões do Território.
- Ampliar a variedade de cursos técnicos, não ficando restrito aos cursos do SENAI que tem foco um tanto restrito.
- Regulamentação da lei 21710/2015 - Estabelece o adicional de periculosidade para o professor do sistema prisional,

ampliando para o professor do sistema socioeducativo. Apoiar as escolas do sistema socioeducativo com tratamento igualitário aos sistemas do ensino regular.

- Considerar a diferença do ensino entre penitenciárias e presídios.
- Especialização tanto a nível didático quanto psicológico para os profissionais que atuam em escolas prisionais.
- Implementar projetos específicos e atividades culturais (teatro, música, dança, artes plásticas, cinema, etc) destinadas aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.
- Garantir segurança dentro das escolas, tanto para alunos quanto para professores, por meio de instalação de câmeras, vigilantes e implementação de ações educativas. Além de ações de justiça restaurativa e mediações de conflitos.
- Ampliar as ações de segurança para o entorno escolar envolvendo a comunidade se aproprie do ambiente escolar.
- Apoio aos municípios na construção de instituições de educação infantil e ampliação de vagas em todos os municípios para crianças permanecerem em tempo integral propiciando que as mães e pais possam trabalhar. Valorização dos profissionais da educação infantil.
- Implantação de casas de cultura na região metropolitana, como em Ibirité.
- Locais para encontros, apresentações culturais e práticas esportivas, principalmente de áreas verdes e parques ecológicos. Promover incentivo à cultura.
- Ampliação dos espaços de socialização nos territórios com alto índice de criminalidade.
- Política Cultural: ampliar a efetividade dos órgãos de representação cultural.

- Obrigatoriedade de execução dos artistas mineiros nas rádios mineiras.
- Criação de um conselho popular para gestão da TV Minas e Rádio Inconfidência junto aos funcionários concursados
- Incorporação das políticas de acesso ao teatro às políticas do estado.
- Expansão do Projeto Circuito Cultural, alcançando a região metropolitana.
- Teatro a preços populares
- Implementação da lei que oferece ações audio-visuais, utilizando espaços já existentes.
- Formulação de uma política pública de comunicação que contemple além dos órgãos públicos os meios comunitários de mídia.
- Ações voltadas para a conscientização dos valores culturais, históricos por; por parte dos agentes públicos e população local.
- Desenvolvimento da cultura como produto gerador de emprego e renda. Desconcentrar a aprovação de projetos culturais sempre para os mesmos grupos.
- Destinação orçamentária para distribuição de recurso do governo, fundo a fundo, para aplicação nas ações direcionadas à cultura. Desburocratização para inscrição no ICMS Cultural.
- Programa bolsa artista, sem intermediários para os artistas mineiros.
- Palco aberto 24h, com acessibilidade, com estrutura de apresentação em todas as microrregiões para os artistas mineiros.
- Integração e aparelhamento dos espaços culturais para atuação com todas as escolas municipais e estaduais mineiras.
- O Estado deve fomentar parcerias e dar condições para



que grupos artísticos de teatro e música, formados por pessoas com deficiência, possam se formar e fortalecer, divulgando o potencial do deficiente visual e demais deficiências para contribuir com a arte e a cultura, utilizando estas ferramentas para sensibilizar e orientar a sociedade sobre as capacidades e singularidades da pessoa com deficiência.

- O Estado deve tornar acessíveis os eventos culturais, nos aspectos audiovisuais e arquitetônicos.

Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Metropolitano.

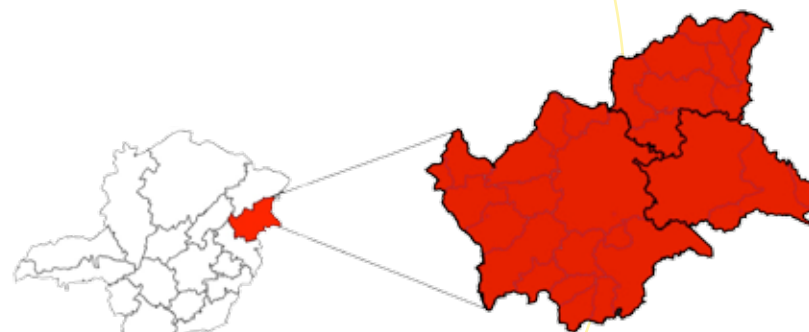
Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios.

Ademais está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	15	4	0	0	0	19
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	3	1	0	0	5	9
Controladoria	0	1	0	0	0	1
Cultura	3	0	1	0	28	32
Defensoria Pública	0	0	2	5	0	7
Defesa Civil	1	0	1	0	1	3
Demais	9	28	3	3	0	43
Desenvolvimento Agrário	9	0	0	0	1	10
Desenvolvimento Econômico	16	2	1	2	1	22
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	17	37	6	3	0	63
Desenvolvimento Social	11	2	54	4	0	71
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	0	0	26	11	2	39
Educação	4	3	2	2	67	78
Esportes	0	2	13	3	2	20
Finanças Públicas	7	0	0	0	0	7
Governo	2	3	3	0	0	8
Meio Ambiente	39	14	0	0	0	53
Ouvidoria	0	0	1	0	0	1
Planejamento e Gestão	4	14	0	0	0	18
Poder Judiciário	0	0	1	12	0	13
Saúde	0	0	123	1	1	125
Segurança Pública	2	2	18	254	5	281
Transportes e Obras Públicas	3	177	3	0	2	185
Turismo	18	0	1	0	0	19
Total	163	290	259	300	115	1127

Conforme quadro apresentado as Áreas que mais receberam atenção da população no Território Metropolitano foram Segurança Pública, Transportes e Obras Públicas, Saúde e Educação. Este diagnóstico realizado junto a população deste Território demonstra que na área da Segurança Pública as principais demandas estão relacionadas à efetivo policial, a policiamento ostensivo e a polícia comunitária. Na área de Transportes e Obras Públicas as principais demandas apresentadas se relacionam com Transporte Metropolitano, Metrô e pavimentação de rodovias. Quanto à Saúde as demandas apresentadas se concentraram em torno da valorização e capacitação de recursos humanos, atenção básica à saúde e atendimento hospitalar. E em relação à Educação as demandas apresentadas giraram em torno da atenção infraestrutura, revisão e organização escolares.

Perfil Territorial: Mucuri



Município	Micro Território
Águas Formosas	Águas Formosas
Bertópolis	
Crisólita	
Fronteiras dos Vales	
Machacalis	
Novo Oriente de Minas	
Pavão	
Santa Helena de Minas	
Umburatiba	
Carlos Chagas	Nanuque
Nanuque	
Serra dos Aimorés	

Município	Micro Território
Angelândia	Teófilo Otoni
Ataléia	
Campanário	
Catuji	
Franciscópolis	
Frei Gaspar	
Itaipé	
Itambacuri	
Ladainha	
Malacacheta	
Nova Módica	
Ouro Verde de Minas	
Pescador	
Poté	
São João do Divino	
Setubinha	
Teófilo Otoni	

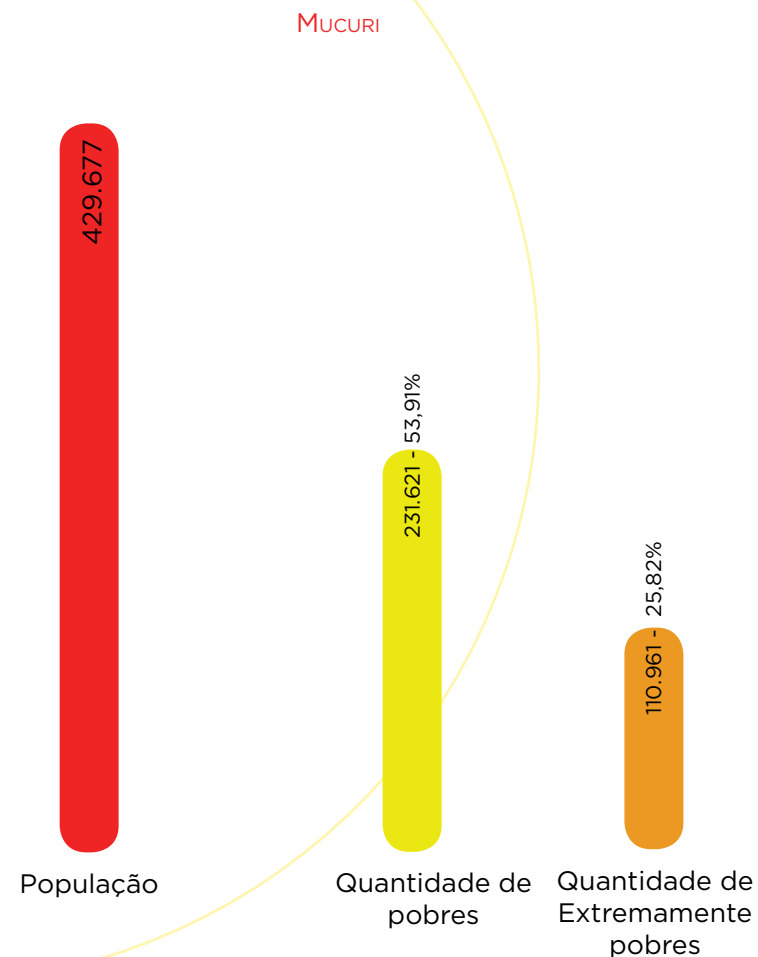
INTRODUÇÃO

Visando a aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

O Território de Desenvolvimento Mucuri é composto por 29 municípios distribuídos em 3 Microterritórios e conta com a população total de 431.541 habitantes, que corresponde a 2,2% da população mineira. A extensão territorial é de 23.162 Km² correspondendo a 3,9% do total de Minas Gerais. Os municípios mais populosos são Teófilo Otoni (134.745 hab.), Nanuque (40.834 hab.) e Itambacuri (22.809 hab.) e os menos populosos são Umburatiba (2.705 hab.), Campanário (3.564 hab.) e Nova Módica (3.790 hab.). O Território Mucuri faz fronteira com os Territórios Médio e Baixo Jequitinhonha, Alto Jequitinhonha e Vale do Rio Doce, além de fazer divisa com os Estados da Bahia e do Espírito Santo.

Neste Território a População Rural corresponde a aproximadamente 32,5% da população total sendo que esta proporção é a quarta maior em comparação com os demais Territórios, ficando atrás apenas do Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha e Caparaó.

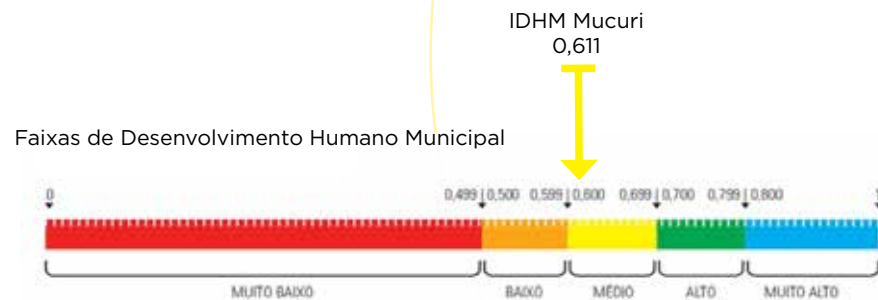
A proporção de pobres do Território Mucuri é de 53,91% e a de pessoas consideradas “extremamente pobres” é 25,82%. Já a Renda per capita observada no Território Mucuri é de R\$ 432,95, correspondendo ao quarto pior do Estado, atrás apenas do Médio e Baixo Jequitinhonha, Alto Jequitinhonha e Norte, considerando dados de 2010.



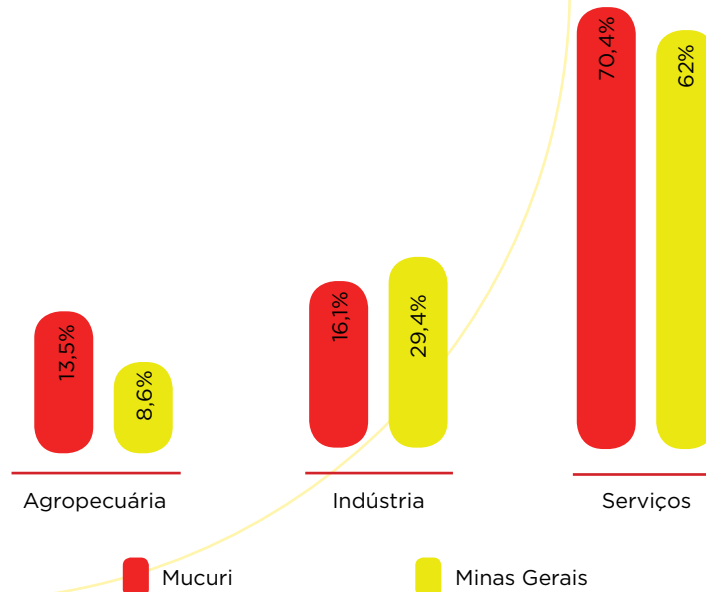
Outro indicador que também demonstra a necessidade de preocupação do Governo do Estado com este Território de Desenvolvimento é o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida. A média deste Índice para o Território Norte é de 0,611, sendo o segundo pior do Estado atrás apenas do Médio e Baixo Jequitinhonha.

EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

A participação do Mucuri no PIB estadual, entre os anos de 2000 a 2012, foi em média de 1%. O município de Teófilo Otoni representa sozinho 38% do PIB territorial, referente ao último ano da série, conforme o IBGE. O setor agropecuário corresponde a 13,5% do PIB no território. Os principais produtos produzidos no território são leite, café e cana de açúcar.

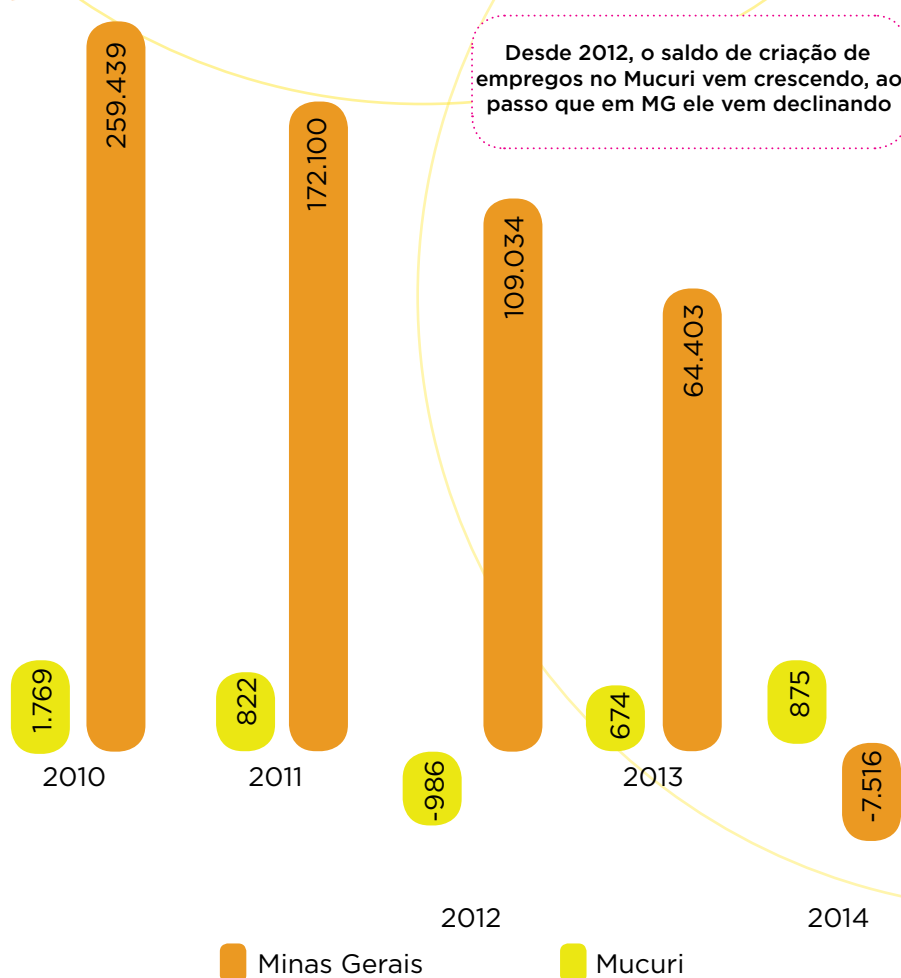


COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



O saldo de empregos formais criados apresentou em 2014 um valor positivo (875) acima dos valores apurados nos últimos três anos e mesmo o Estado tendo apresentado um valor.

SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS



Percebe-se que o número de trabalhadores em atividades profissionais, científicas e técnicas ampliaram 85% entre 2006 e 2013 no Território do Mucuri. Isso indica que a interação universidade-empresa está avançando e carece de atenção em termos de política de ciência e tecnologia.

O território Mucuri possui uma população rural expressiva composta por 140.499 habitantes, o que corresponde a 32,56% da sua população total, colocando-o no quarto território do Estado com a maior representatividade da população na área rural.

Por tratar-se de uma região pertencente ao semiárido, neste território agricultores familiares são atendidos com recursos oriundos do Garantia Safra. Trata-se de uma iniciativa do Governo Federal que se concretiza a partir do repasse de recursos, com contribuição do Estado, visando garantir renda mínima a produtores que tenham declarado perdas a partir de 50% da produção de suas lavouras em decorrência de excesso hídrico ou estiagem.

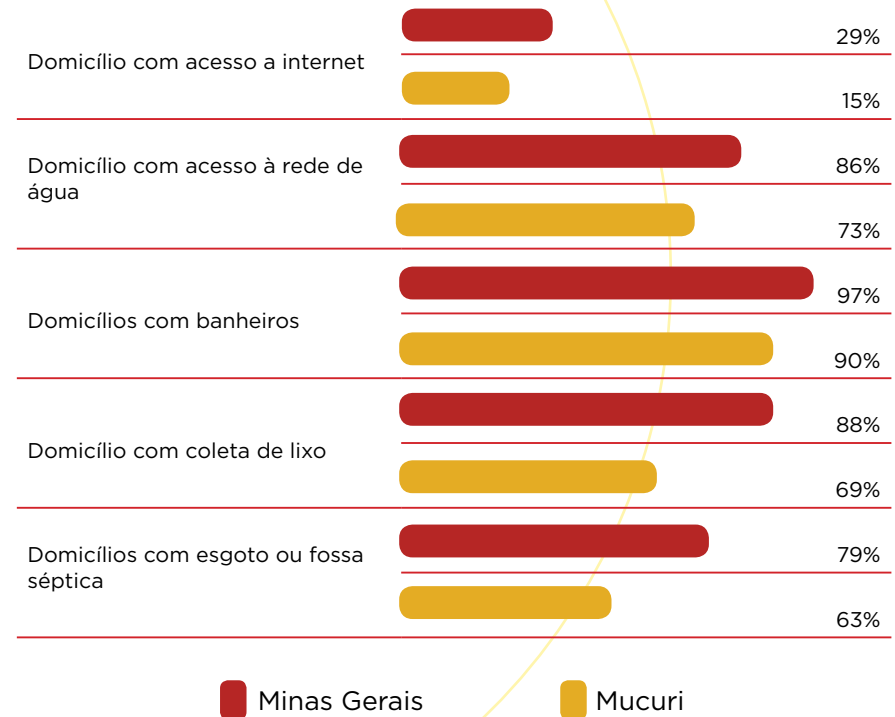
Em relação à política de regionalização, têm-se, no território, o Circuito Turísticos Pedras Preciosas e Trilhas do Rio Doce. No circuito Pedras Preciosas as cidades contempladas são: Nanuque, Carlos Chagas, Pavão, Novo Oriente de Minas, Teófilo Otoni, Campanário, Catuji, Itambacuri, Ladainha, Malacacheta, Angelândia. Já o das Trilhas do Rio Doce o município de São José do Divino. São, então, 12 cidades do território associados a Circuitos Turísticos. Este Circuito está perfeitamente centrado na maior província gemológica do planeta. A região representada pelo rio Doce com suas corredeiras e seus afluentes; pedras para a prática de escaladas, rapel e voo livre; florestas - algumas com espécimes remanescentes da Mata Atlântica, além de lavras de pedras preciosas. Quanto à infraestrutura, obras de reforma, ampliação e construção de praças estão sendo realizadas no município de Águas Formosas.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Mucuri se encontra com uma média de 73% da população atendida. Além disto, em média 69% da população é atendida com serviços de coleta de lixo. Em relação aos domicílios com esgotamento sanitário adequado, esse Território possui em média 63% de domicílios atendidos. Por fim, no que concerne à população em domicílios com acesso a energia elétrica aproximadamente 98,6% da população atendida.

INFRAESTRUTURA DE DOMICÍLIOS MUCURI X MINAS GERAIS

Em todos aspectos analisados, as casas em Mucuri estão defasadas em relação à média estadual



No território há 2 aeródromos, nos municípios de Teófilo Otoni e Nanuque e as principais rodovias que atendem a este Território são: BR 116, BR 418 (rodovias federais) e MG 342, MG 418 e MG 311 (rodovias estaduais).

EIXO 3 – SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Observa-se que 13,87% dos indivíduos possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais (em valores de 2010, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). Sendo assim, a fim de elevar a renda da população do Mucuri, é necessária a intervenção do Estado no sentido de oferecer as condições para o desenvolvimento da agricultura familiar, por meio de incentivo à formação de cooperativas, de qualificação do agricultor familiar, implantação de unidades produtivas e subsídios aos insumos necessários à produção. O fortalecimento da cadeia produtiva do leite, por meio da geração de renda e da garantia de preço do leite produzido pelo agricultor familiar foi identificado como uma das possibilidades de atuação nesse sentido, em consonância com a política pública federal instituída.

Existem, nesta região, 86.470 famílias cadastradas no CadÚnico (Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal), sendo que, destas, 56.822 famílias são pobres (renda per capita familiar menor do que R\$ 154,00) e 46.420 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

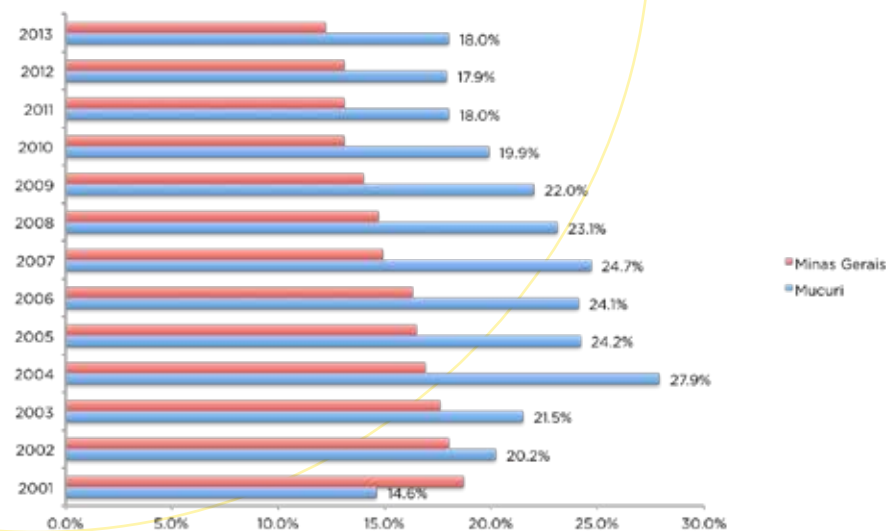
Esse território conta uma Cobertura Populacional de 91,85% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo superior à média estadual que é de 91,41%. Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos SUS, a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de 3 leitos por 1000 hab/ano, sendo que

essa proporção no território é de 1,58.

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. As Regiões Ampliadas de Saúde Jequitinhonha/Nordeste já contam com o serviço implantado com sede no município de Teófilo Otoni, sendo que esse SAMU Regional abrange o território Mucuri.

A mortalidade infantil constitui-se um dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Mucuri, a TMI foi de 18,0 por 1.000 nascidos vivos.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Mucuri, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 80,41% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção acima do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Mucuri está acima da média estadual, com 69,06.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

No Território de Desenvolvimento Mucuri, as taxas de homicídios cresceram entre 2000 e 2005 e desde então, vivenciou-se tendência de redução da mortalidade violenta. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 213,43 crimes violentos e 21,05 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.

Crimes Violentos em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
521,35

Mucuri
213,43

Taxa de Homicídios em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
20,3

Mucuri
21,05

Fonte: CINDS SEDS / MG

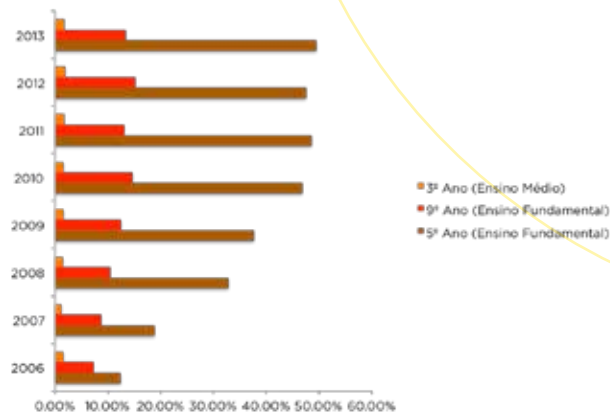
EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

O Mucuri tem a pior cobertura de atendimento nas faixas etárias que correspondem à Educação Infantil (57,9%) e ao Ensino Médio (81,3%). Quando comparado ao estado como um todo, este Território comporta também a menor taxa de atendimento no Ensino Fundamental (96,4%). Como um provável reflexo da baixa na qualidade da Educação Básica tem-se nessa área a maior taxa de analfabetismo da população entre 18 e 24 anos (3,34%).

Quanto aos indicadores da Educação Básica, o PROEB 2013 evidencia no 5º ano do Ensino Fundamental, 32,97% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 49,5% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 27,4% dos alunos no nível recomendável em Português e 1,77% em Matemática.

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA

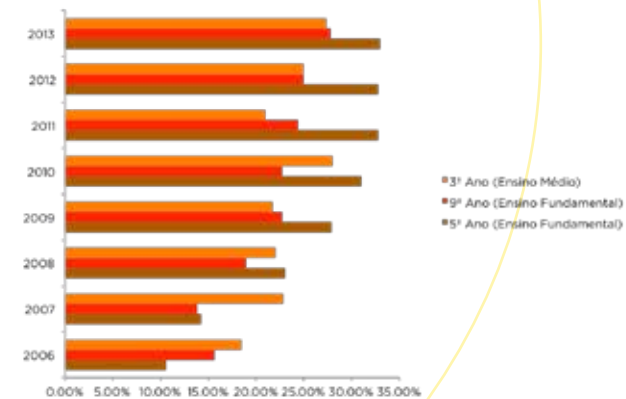
Quase todos os alunos saem do ensino médio com um nível de conhecimento baixo em matemática



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	12.49%	18.89%	32.86%	37.65%	46.83%	48.58%	47.53%	49.50%
9º Ano	7.27%	8.77%	10.47%	12.55%	14.74%	13.11%	15.24%	13.50%
3º Ano	1.62%	1.27%	1.58%	1.69%	1.66%	1.77%	2.01%	1.77%

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS

Em cada 10 alunos, apenas 3 concluem o ensino médio com um desempenho aceitável em português



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	10.54%	14.25%	23.00%	27.88%	31.00%	32.80%	32.80%	32.97%
9º Ano	15.66%	13.85%	19.00%	22.70%	22.70%	24.38%	25.00%	27.83%
3º Ano	18.47%	22.84%	22.00%	21.70%	28.00%	20.99%	25.00%	27.37%

A taxa de analfabetismo total no território é de 30,1% na zona rural e 16,2% na zona urbana. Destaca-se que apenas 3,9% da população tem ensino superior completo. A maior parte da população (70,3%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto.

Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 466 escolas presentes no território, 55,8% não tem acesso à internet, 60,9% não tem biblioteca, 63,5% não tem laboratório, 74,2% não tem quadra poliesportiva e 38,8% não tem rede de água.

CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS - REDE PÚBLICA

	Número	Taxa (%)
Escolas com Acesso a Internet	206	44,2
Escolas com Biblioteca	182	39,1
Escolas com Laboratório	170	36,5
Escolas com quadra Poliesportiva	120	25,8
Escolas com Rede de água	285	61,2

Fonte: Inep, 2014

Os municípios de Angelândia, Malacacheta e Setubinha estão inseridos no perímetro do tombamento do Conjunto Paisagístico da Bacia do Rio Jequitinhonha.

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda etapa, é aberta a escuta à sociedade que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e de representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada de Minas Gerais. Os Fóruns Regionais são um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais construirá políticas públicas que respeitem as características de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional do Mucuri realizado em Teófilo Otoni no dia 18 de julho de 2015. O encontro contou com a participação de 372 inscritos representantes dos municípios do território. No total, 1.596 problemas e demandas foram discutidos e

apresentados pela população.

EIXO 1 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

- Incentivo fiscal e investimento em infraestrutura, levando em consideração as fragilidades ambientais regionais, para que pequenas empresas, agroindústrias familiares e empreendimentos solidários se instalem nas regiões do Vale do Mucuri com alto índice de pobreza e desemprego.
- Criar políticas de fortalecimento e fomento da Economia Solidária nos espaços rural-urbanos do Vale do Mucuri: criação de pontos fixos de comercialização, aquisição de kits feira, financiamento de feiras itinerantes e regionais, implantação de política de financiamento por meio de microcrédito, crédito rotativo, bancos comunitários e assessoria técnica.
- Reestruturação da COPANOR e da COPASA no sentido de tornar sua atuação eficiente para o tratamento de água e esgoto de acordo com as necessidades da população do Vale do Mucuri, viabilizando a implantação do distrito de serviço no Baixo Mucuri.
- Ampliação do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, por meio da realização de concursos; melhoria da infraestrutura de trabalho dos técnicos nos escritórios regionais da EMATER; ampliação de recursos; e abertura de editais induzidos para entidades da sociedade civil (tais como ONGs e associações que atuem especificamente com a agricultura familiar) prestarem o serviço de ATER.
- Desenvolver um Plano Estadual Participativo de Reforma Agrária, que considere também os Povos e Comunidades Tradicionais, buscando desburocratizar os processos de regularização fundiária, ampliando o crédito fundiário e isentando

as despesas cartoriais.

- Fomentar a conservação e recuperação de áreas de preservação permanente, a reabilitação de áreas degradadas; apoiar o pequeno produtor na regularização ambiental da propriedade rural e pagar pelos serviços ambientais.
- Implantação da SUPRAM do Vale do Mucuri.
- Apoiar e incentivar o consorciamento dos municípios para a implantação de aterros sanitários e coleta seletiva solidária; implantação de fossas sépticas em áreas rurais.
- Fortalecimento da política de regionalização do turismo no território do Mucuri, considerando a construção de equipamentos de infraestrutura necessários para o seu pleno desenvolvimento: aeroportos regionais; sinalização turística nos municípios e nas rodovias de acesso; eventos tradicionais, aportando recursos nas entidades regionais; criação da estrutura turística da APA do Mucuri e etno-ecoturismo na região.
- Repensar e intensificar de maneira participativa a atuação dos órgãos estaduais de apoio à agricultura, regularização fundiária e de preservação do meio ambiente (EPAMIG, EMATER, IMA, IEF, SUPRAM/SEMAD, RURALMINAS, IGAM, etc.).

EIXO 2 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Reativação do “Programa Luz para Todos” e destinação, a fundo perdido, de 0,5% do lucro líquido da CEMIG destinado à eficiência energética no setor de iluminação pública dos municípios do território do Mucuri, incluindo a troca de lâmpadas de mercúrio por sódio ou led.
- Viabilizar recursos para habitação de interesse social nos meios urbanos e rurais, com garantia de unidades habitacionais

e aluguel social conforme demanda crescente dos municípios do Território do Mucuri.

- Garantir a conclusão, pavimentação, manutenção, revitalização e fiscalização das estradas e obras de artes especiais do Território do Mucuri, em especial as MGs 105 (que liga Pavão a Carlos Chagas, Fronteira dos Vales a Joáima), 409 (pavão a BR 116), 718 (distrito de Vila Pereira a Carlos Chagas), e trecho Ladainha a Poté, trecho Concórdia do Mucuri a MG 710, trecho Umburatiba a Nanuque (ligação de 2 territórios), trecho de Ouro Verde de Minas a Ataleia e trecho de Ladainha, Novo Cruzeiro e Araçuaí e Revitalização da BR 418.

- Plano de reestruturação financeira (revisão da Lei Robin Hood, garantindo ICMS mínimo equivalente à 40% do FPM do município, manutenção do FEM com recursos específicos para o financiamento do piso mineiro de assistência social dos municípios e garantia de investimento dos recursos do Estado de forma per capita em todo o território mineiro.

- Investir recursos estaduais na manutenção de estradas vicinais, por meio de parceria junto às prefeituras, reestruturação do DER e custeio de equipamentos, garantindo segurança ao transporte escolar e agilidade no escoamento da produção.

- Articulação do governo do estado junto a iniciativa privada e governo federal para construção da via férrea Norte de Minas, Teófilo Otoni ao sul da Bahia.

- Reestruturação do Programa Proaero, com construção, reforma e ampliação dos aeroportos regionais de Itambacuri, Nanuque e Águas Formosas.

- Recursos financeiros para logística e infraestrutura do ponto fixo da economia solidária do Mucuri.

- Viabilizar o acesso à internet e telefonia móvel em todo o

meio rural;

- Garantir a inclusão digital dos alunos do mucuri com fornecimento de equipamentos para os laboratórios;

- Apoio junto ao governo federal para desburocratização da criação das rádios comunitárias.

- Incentivo à criação de cooperativas regionais ou equivalentes para regularização de transporte alternativo na região do Mucuri.

EIXO 3 - PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- Revisão da lei Robin Hood, que não seja o repasse pelo gasto e sim per capita, e também revisão da distribuição do fundo de ratificação da miséria, priorizando norte nordeste. Inclusive com revisão da tabela SUS para todos os níveis de serviço.

- Aumentar financiamento estadual para atenção primária a saúde para garantia de no mínimo, dois enfermeiros por equipe de saúde da família, e exigir cumprimento da carga horária estipulada na política nacional de atenção básica para todos os profissionais da estratégia de saúde da família, assim como garantir recursos financeiros específicos estaduais para as equipes de saúde bucal e NASF. Priorizar incentivo financeiro e capacitação profissional para promoção e prevenção a saúde, com enfoque nas práticas integrativas e complementares.

- Realizar divisão territorial geográfica e atualização do censo condizente com realidade dos Municípios do Vale do Mucuri, para fins reais de repasse de recursos financeiros.

- Transporte sanitário de qualidade, ampliação e reestruturação da Base do SAMU, visto que uma base por micro não atende os municípios que a compõe. Necessidade

de instalação de mais unidades avançadas do Samu, no Vale do Mucuri, levando em consideração o questionamento da micro de Nanuque, já que só existe uma unidade avançada em Teófilo Otoni com atendimento somente para este município.

- Construção do Hospital Regional de Nanuque. Levando-se em conta que Nanuque é microrregião de Carlos Chagas e Serra dos Aimorés tendo uma população dos municípios somada em média 80 mil habitantes, mais na realidade acaba atendendo em torno de 250 mil, devido a migração da população do extremo sul da Bahia, e norte do Espírito Santo, tornando isso impossível um atendimento com qualidade com os recursos pactuados em P.P.I.

- Estruturação e fortalecimento dos conselhos municipais de saúde para realmente funcionar o controle social do SUS que cumpra-se a resolução 453.

- Redimensionar os valores financeiros de incentivo transferido para os municípios mediante o cumprimento de metas da Vigilância em Saúde (inspeção sanitária, atividades educativas de vigilância, cobertura vacinal, ações de prevenção e promoções de saúde, etc. Projeto de fortalecimento da vigilância em saúde de secretaria estadual de saúde de minas. Objetivo: permitir os municípios compor o quadro de pessoas da vigilância em saúde municipal com profissionais de nível superior farmacêuticos, veterinários, enfermeiro, educadores físicos, nutricionistas, etc. Obs: Municípios de pequeno porte deveriam se consociar, em decorrência da escala e do escopo das suas ações de vigilância em saúde. Garantir a educação permanente dos profissionais de saúde.

- Cuidar da atenção à saúde que respeite os valores culturais e históricos, das comunidades indígenas e demais comunidades tradicionais.

- Realização de uma fiscalização efetiva do estado quanto aos recursos repassados aos municípios para atendimento de população nos hospitais na região, avaliando cumprimento de metas e qualidade do atendimento.

- Redimensionar os valores financeiros de incentivo transferidos para os hospitais, priorizando os leitos hospitalares resolutivos, principalmente leitos de UTI/UCI (unidade de cuidados intermediários) NEONATAL E ADULTO - unidade coronariana e serviços de oncologia.

- Realizar estudo de viabilidade para implantação de unidades de pronto atendimento. Construção e custeio de Unidades de Pronto Atendimento - UPA's de acordo com o padrão territorial e habitacional para as micro regiões de saúde do Vale do Mucuri.

- Promoção do esporte por meio de atividades lúdicas e pedagógicas às crianças da educação infantil.

- Aumentar o percentual do ICMS esportivo.

- Proporcionar avaliação de potencialidade de crianças para as mais variadas modalidades esportivas nas escolas, levando estes a ter o incentivo a permanecer na prática esportiva, garantindo assistência médica, educacional e alimentar, financiando o transporte e as competições regionais.

- Construção e custeio de centros poliesportivos com profissionais qualificados, incentivando a prática de esportes variados, para além do futebol, como vôlei, basquete, ginástica olímpica, natação, handebol, dança e todas as modalidades, para atendimento da comunidade em geral.

- Juventude: Construção de Escola Técnica e Cursos Profissionalizantes, construção de áreas de lazer para os jovens. Fomento a geração de políticas de primeiro emprego.

- Mulher: Construção de uma Casa de Acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica e acompanhamento da situação do agressor. Políticas afirmativas para mulher, e uma particular atenção para aquelas que recebem bolsa família.

- Igualdade Racial e Étnica: políticas públicas e recursos alocados especificamente para comunidades indígenas e quilombolas. Promoção de políticas afirmativas.

- LGBT: políticas públicas nas diversas áreas específicas para a população LGBT.

- Portadores de deficiências: recursos e políticas públicas direcionadas para pessoas portadoras de deficiência, adaptação e construção de ferramentas públicas adaptadas para pessoas portadoras de deficiência. Atenção especial para aqueles que estão em processo de envelhecimento. Passe gratuito para acompanhantes inclusive na ausência do portador de deficiência. Revisão da Lei 21.121 e fiscalização e ampliação dos órgãos emissores das carteiras de viagem. Políticas de Profissionalização. Políticas de acessibilidade nas cidades e fiscalização do cumprimento da legislação. Mais atuação da Promotoria Pública do deficiente. Educação em Libras especialmente para população rural. Fiscalização do cumprimento da Lei de Cotas.

- Idoso: Reduzir a idade de 65 anos para 60 à gratuidade em todos os meios transportes público municipal e intermunicipal; Criar programa de atendimento domiciliar ao idoso para comprovação de vida, avaliação das condições biopsicossocial priorizando os encaminhamentos para demandas de urgência emergência; Criar legislação para que as instituições bancárias realizem as comprovações de vida e renovação de senhas pelo menos dos idosos com grau III de dependência; Investir na divulgação e comunicação sobre o processo de envelhecimento, campanhas

educativas sobre o processo de envelhecimento, estatuto do idoso e demais legislações e o combate à violência contra a pessoa idosa (programas, serviços e outros) envolvendo e estimular o processo intergeracional de forma ampla e sistemática. Criar política de capacitação permanente para trabalhadores e conselheiros municipais que atendem a população idosa; Criar centro de convivência e centro dia para atendimento à população idosa, com atendimento especializado através de suporte multiprofissional e interdisciplinar. Implantar serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para a população idosa da zona rural dos municípios; Garantir recursos para implantação de coordenadoria de apoio e proteção a pessoa idosa no âmbito co-financiada pelo estado.

- Criança e Adolescente: Construção de espaço de lazer, bibliotecas e esportes. Acolhimento para crianças e adolescentes dependentes químicos e assistência as suas famílias. Rever a lei de internação compulsória. Criação de Centro de Acolhimento da Criança e Adolescentes ameaçados de morte. Criação de Centro de Acolhimento da Criança e Adolescentes abandonados. Construção de Centro direcionado para menores em conflito com a Lei. Cursos profissionalizantes e não exigência da escolaridade. Construção de políticas públicas para combate a pedofilia e prevenção da gravidez na adolescência. Apoio para a criação das APAE's. Montagem de equipes interdisciplinares. Ensino em tempo integral.

- Outros: Fundos específicos para promoção dos direitos humanos e não apenas proteção. Apoio inclusive com recursos à entidade da sociedade civil que atuem na garantia e defesa dos direitos humanos. Construção de uma diretoria de direitos humanos no território.

- Participação: Fomento a associação de moradores de bairros. Assessoria e divulgação para as Organizações da Sociedade Civil para acesso aos editais governamentais. Construção de Casa dos Conselhos Municipais. Formação dos Conselhos de Direitos.
- Acesso à justiça: Instalação da Defensoria Pública nas Comarcas e Territórios conforme determinação da Emenda Constitucional 80 de 2014.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

- Criação de Centro de Prevenção de Criminalidade nos micros territórios.
- Maior investimento e ampliação de vagas no sistema Socioeducativo.
- Transformação do Pelotão de Águas Formosas em Cia com o aumento do efetivo mediante concurso.
- Aumento do Efetivo Policial.
- Implementação da Patrulha Rural mediante concurso.
- Criação de uma Delegacia Regional no micro território de Águas Formosas.
- Criação de um Detran no Micro território de Águas Formosas.
- Criação do Corpo de Bombeiros para atendimento micro território de Águas Formosas e Nanuque.
- Aumento do Efetivo do Corpo de Bombeiros.
- Revisão da Lei Robin Hood.
- Aplicação FEM preferencialmente nos municípios atendidos pela SEDENOR.
- Distribuição PER CAPITA dos recursos do ICMS.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

- Falta de segurança no transporte escolar, que requer maior fiscalização e manutenção. Aquisição de ônibus e micro-ônibus. Transporte escolar para alunos e professores. Alterar forma de pagamento considerando a quilometragem e a dificuldade de acesso. Adequar repasse ao início do ano letivo. Aporte de recursos estaduais em contrapartida ao transporte escolar
- Construção, reforma e ampliação de escolas com: quadra poliesportiva coberta, auditório, refeitório, sala de computação e manutenção, sala de vídeo, ampliação da biblioteca. Aquisição de mobiliários e equipamentos. Investimentos em segurança nas escolas. Adequação da infraestrutura também das escolas de educação infantil. Equipamentos de pesquisa. Laboratórios de ciências, salas para aulas de arte e informatização de todas as escolas. garantia da manutenção dos prédios das escolas cedidas e/ou alugadas.
- Construtora de sede própria para SRE (Teófilo Otoni).
- Criação da SRE em Nanuque.
- Instalação da SRE em Águas Formosas.
- Falta de professores de apoio. Servidores disponíveis para atender as dificuldades da Escola, como apoio pedagógico; Suporte para alunos e profissionais - Psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, monitores e nutricionistas.
- Contratar professores de música nas escolas.
- Médicos peritos para análise dos casos de alunos especiais.
- Vigilância noturna para as escolas.
- Ampliar o número de servidores disponíveis para atendimento aos alunos diminuindo o número de alunos por sala; certificação para ministrar as disciplinas (formação na área);

ampliação do quadro de servidores nas SREs”.

- Investir na formação dos professores e demais servidores. Precisa-se investir em capacitação de docentes e gestores. Valorização dos profissionais. Cursos profissionalizantes e de pós-graduação (formação continuada) para os professores garantindo a substituição em caso de cursos e bolsas para distâncias superiores a 100 km.

- Buscar melhorias técnicas para o desenvolvimento da agricultura familiar, onde as famílias e estudantes possam ter qualidade na aprendizagem. Implantação de Escola Família Agrícola. Recursos para a melhoria do ensino propostas adequadas a realidade da área rural. Aderir a escola ao tempo integral agrícola. Garantir as mesmas condições e a igualdade de acesso e permanência para os jovens do campo.

- Criação de escolas técnicas de formação para os jovens que terminaram o Ensino Médio. Escola Técnica em agropecuária. Criação de universidades no interior e expansão das unidades estaduais e federais existentes (UEMG, UNIMONTES, IFET) ampliando a oferta de cursos. Promover cursos preparatórios para acesso ao Ensino Técnico.

- Construção da casa de cultura. Criação do roteiro turístico cultural e suas ações; Apoio às festas tradicionais do território de caráter cultural e turístico, como o Mucuri Arte. Criação do museu regional do Mucuri.

- Valorização da cultura das comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e demais comunidades tradicionais, com a criação de um centro de referência.

- Ampliar o financiamento estadual.
- Fomentar a economia criativa e dar suporte aos agentes culturais locais”.

- Complementar com recursos do Estado o custo aluno,

articular com o governo federal a ampliação do per capita e distribuir os recursos com base no IDH.

- Creditar o repasse no primeiro mês do ano letivo.

- Investir na transformação de escolas públicas em escolas de educação em tempo integral com atividades de cultura, esporte e lazer em parceria com entidades sociais. Difundir ações como os Valores de Minas.

- Cultura

- Incentivo e ampliação dos pontos de cultura, com a criação de grupos folclóricos, teatrais e musicais, visando criar uma identidade regional. Criação e construção de equipamentos culturais.

- Criação de Centros e museus que valorizem o patrimônio cultural da localidade.

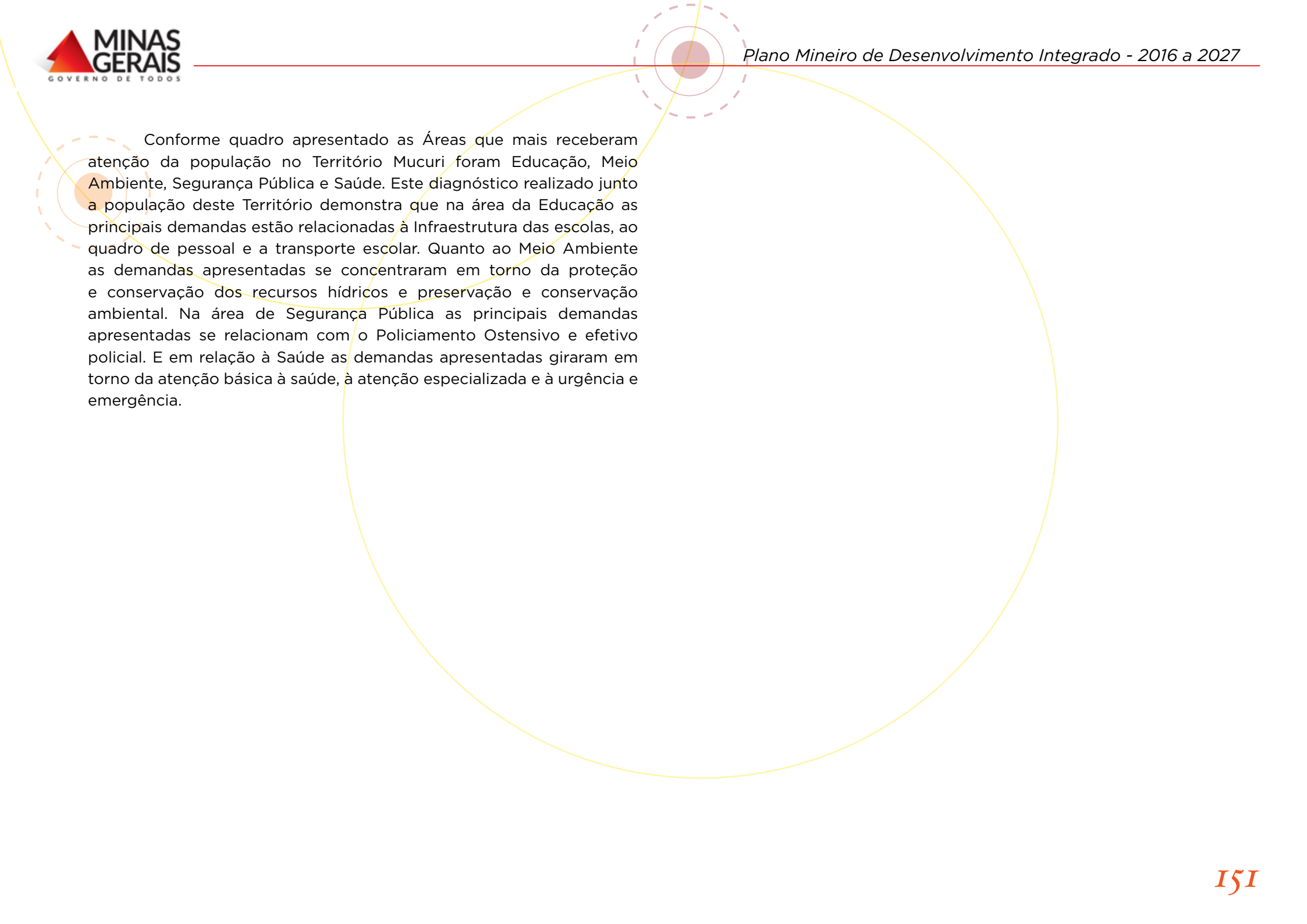
- Tombar os prédios antigos do território, recurso para preservar o patrimônio do território, com apoio financeiro do Estado. Criação, Construção e Reforma das bibliotecas públicas e investir nas bibliotecas comunitárias.

Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Mucuri.

Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios.

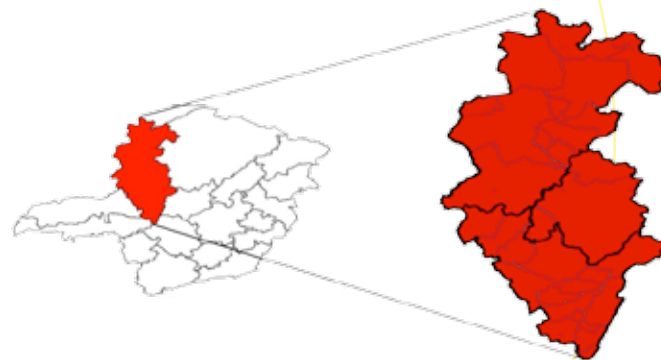
Ademais está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	65	13	5	0	2	85
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	5	5	0	0	11	21
Controladoria	1	0	0	0	0	1
Cultura	4	2	8	0	86	100
Defensoria Pública	0	0	1	0	0	1
Defesa Civil	0	1	1	4	0	6
Demais	12	16	9	0	0	37
Desenvolvimento Agrário	79	1	5	1	0	86
Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais	5	0	0	0	0	5
Desenvolvimento Econômico	31	17	0	1	0	49
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	79	6	2	0	0	87
Desenvolvimento Social	36	3	53	4	2	98
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	2	0	17	0	5	24
Educação	12	37	17	2	349	417
Esportes	1	0	33	0	9	43
Finanças Públicas	5	0	0	0	0	5
Governo	4	8	1	0	0	13
Meio Ambiente	126	2	1	0	2	131
Planejamento e Gestão	5	18	1	0	2	26
Poder Judiciário	0	0	1	0	0	1
Poder Legislativo	1	3	2	0	0	6
Saúde	2	4	110	0	0	116
Segurança Pública	3	0	21	91	1	116
Transportes e Obras Públicas	3	98	1	0	0	102
Turismo	17	0	0	0	3	20
Total	498	234	289	103	472	1596



Conforme quadro apresentado as Áreas que mais receberam atenção da população no Território Mucuri foram Educação, Meio Ambiente, Segurança Pública e Saúde. Este diagnóstico realizado junto a população deste Território demonstra que na área da Educação as principais demandas estão relacionadas à Infraestrutura das escolas, ao quadro de pessoal e a transporte escolar. Quanto ao Meio Ambiente as demandas apresentadas se concentraram em torno da proteção e conservação dos recursos hídricos e preservação e conservação ambiental. Na área de Segurança Pública as principais demandas apresentadas se relacionam com o Policiamento Ostensivo e efetivo policial. E em relação à Saúde as demandas apresentadas giraram em torno da atenção básica à saúde, à atenção especializada e à urgência e emergência.

Perfil Territorial: Noroeste



Município	Micro Território
Arapuá	Patos de Minas
Carmo do Paranaíba	
Guarda-Mor	
Lagamar	
Lagoa Formosa	
Matutina	
Patos de Minas	
Presidente Olegário	
Rio Paranaíba	
Santa Rosa da Serra	
São Gonçalo do Abaeté	
São Gotardo	
Tiros	
Varjão de Minas	
Vazante	
Brasilândia de Minas	João Pinheiro
João Pinheiro	
Lagoa Grande	

Município	Micro Território
Arinos	Unaí
Bonfinópolis de Minas	
Buritiz	
Cabeceira Grande	
Chapada Gaúcha	
Dom Bosco	
Formoso	
Natalândia	
Paracatu	
Riachinho	
Unaí	
Uruana de Minas	

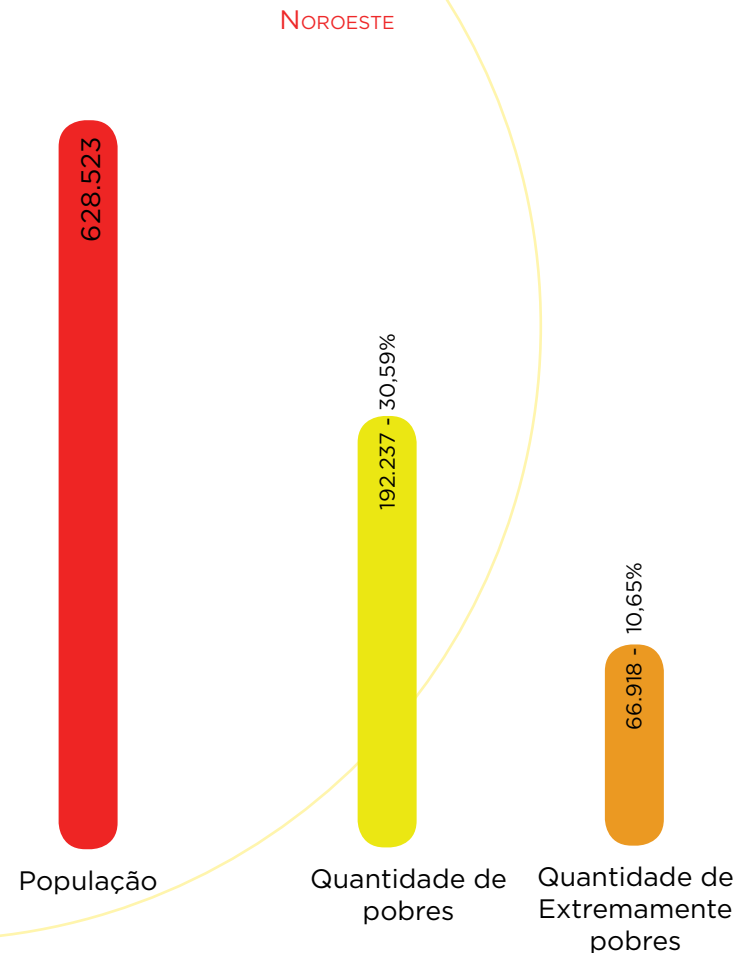
INTRODUÇÃO

Visando a aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

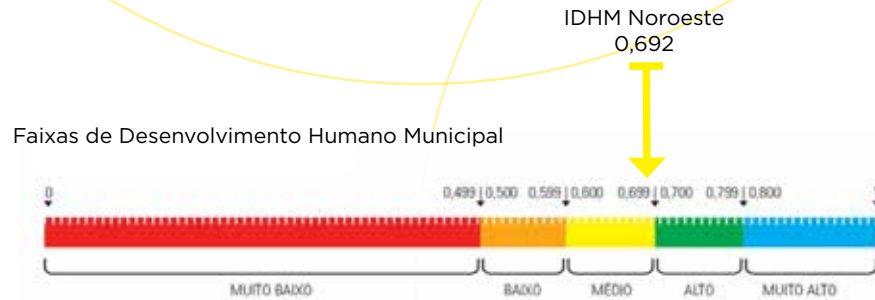
O Território de Desenvolvimento Noroeste é composto por 30 municípios distribuídos em 3 Microterritórios e conta com a população total de 628.954 habitantes, que corresponde a 8,05% da população mineira. A extensão territorial é de 77.754 Km² correspondendo a 13% do total de Minas Gerais. Os municípios mais populosos são Patos de Minas (138.710 hab.), Paracatu (84.718 hab.) e Unaí (77.565 hab.) e os menos populosos são Arapuá (2.775 hab.), Santa Rosa da Serra (3.224 hab.) e Uruana de Minas (3.235 hab.). O Território Noroeste faz fronteira com os Territórios Norte, Central, Oeste, Triângulo Sul e Triângulo Norte além de fazer divisa com o Estado da Bahia e de Goiás.

Neste Território a População Rural corresponde a aproximadamente 19% da população total sendo que esta proporção é a sétima maior em comparação com os demais Territórios.

A proporção de pobres do Território Noroeste é de aproximadamente 10,65% sendo a quarta maior do estado. A renda per capita observada no Território Noroeste é de R\$ 656,83, correspondendo ao oitavo melhor do Estado, em valores de agosto de 2010.



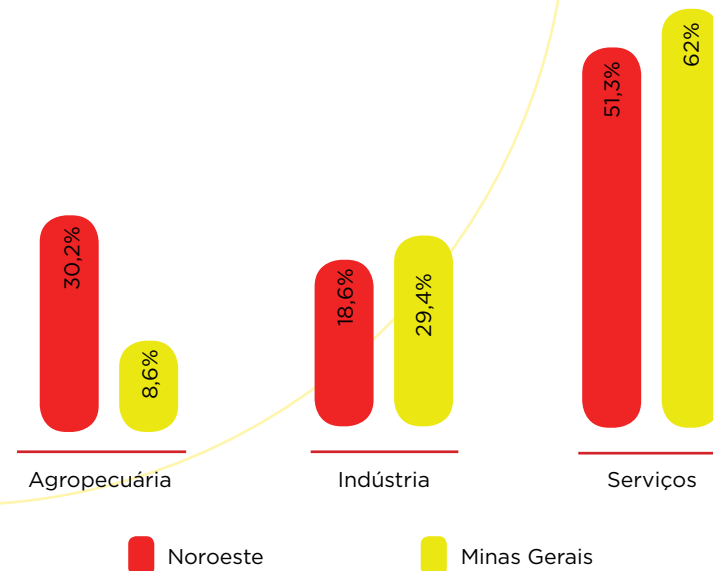
O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida, para o Território Noroeste é de 0,692, sendo o sexto melhor do Estado, ocupando a faixa média conforme figura abaixo.



EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

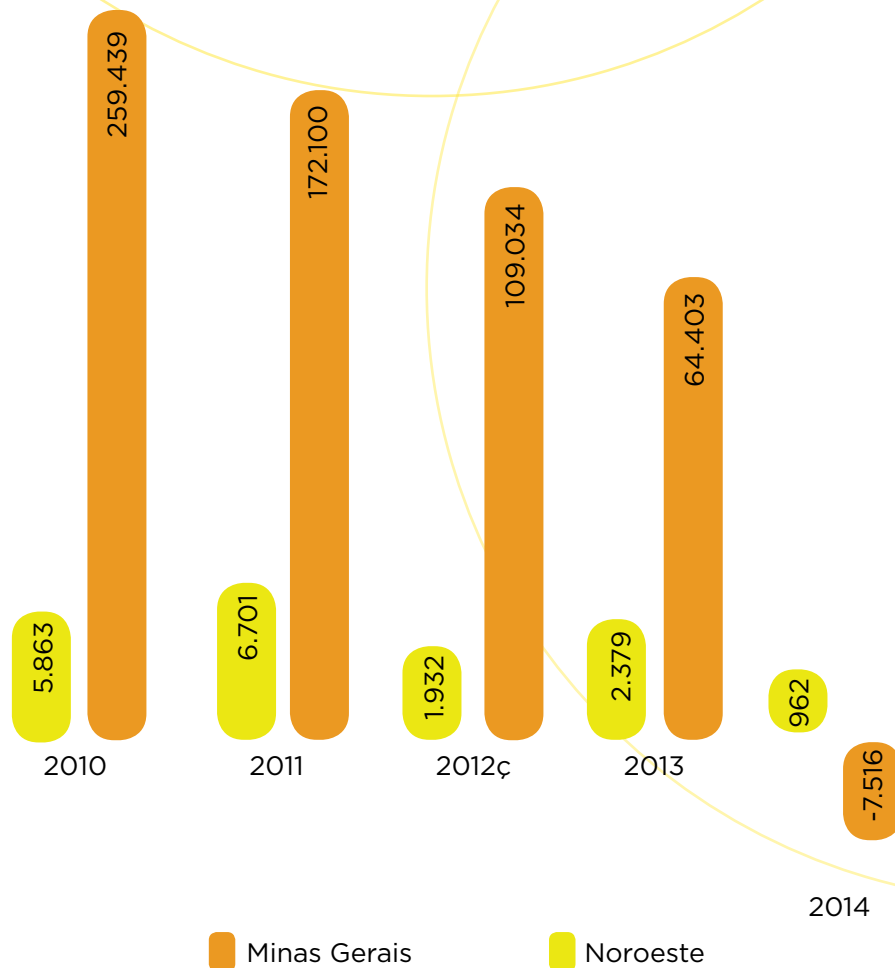
Maior produtor de soja e de cereais do estado, o Território Noroeste é responsável pela geração de 3,2% do PIB mineiro, conforme dados de 2012, fornecidos pelo IBGE. Dos 30 municípios pertencentes à região, aqueles com maior participação no PIB são: Patos de Minas, Paracatu, Unaí e João Pinheiro, os quais representam cerca de 60% da economia do território. O setor de serviços corresponde a 51,3% do PIB neste território enquanto a indústria responde por 18,6% e a agropecuária por 30,2%. Os principais produtos produzidos no território são soja, leite e milho, sendo ele o 2º maior produtor de lavouras temporárias e pecuária no Estado.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



O saldo formal de empregos criados neste território em 2014 se manteve positivo (962) mesmo com a ocorrência de um saldo negativo para o Estado de Minas Gerais.

SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS



A região, em conjunto com os Territórios que compreendem o Triângulo Mineiro, configura a principal e mais dinâmica região agrícola do Estado. O bioma do cerrado, somado a fatores topográficos, hidrológicos e climáticos favorece a atividade agropecuária, marcada pela ampla utilização de maquinário agrícola e outras tecnologias, além de uma boa infraestrutura de armazenamento, beneficiamento e logística. A produção de grãos de cunho empresarial, principalmente a soja, é favorecida pela ampla adoção de práticas de irrigação, além de modernas técnicas de adensamento e mecanização da lavoura.

O Território de Desenvolvimento Noroeste abrange 09 municípios que fazem parte das Associações de Circuitos Turísticos: Noroeste das Gerais; Caminhos do Cerrado; Caminhos do Indaiá; e Lago de Três Marias (municípios: Buritis, Unaí, Paracatu, Guarda-Mor, Lagoa Grande, São Gonçalo do Abaeté, Tiros, Matutina e Santa Rosa da Serra). 30% dos municípios da região estão associados a Circuitos Turísticos.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Noroeste se encontra numa situação intermediária, se comparado aos outros, porém está acima da média estadual, tendo, em média, 81,2% da população atendida.

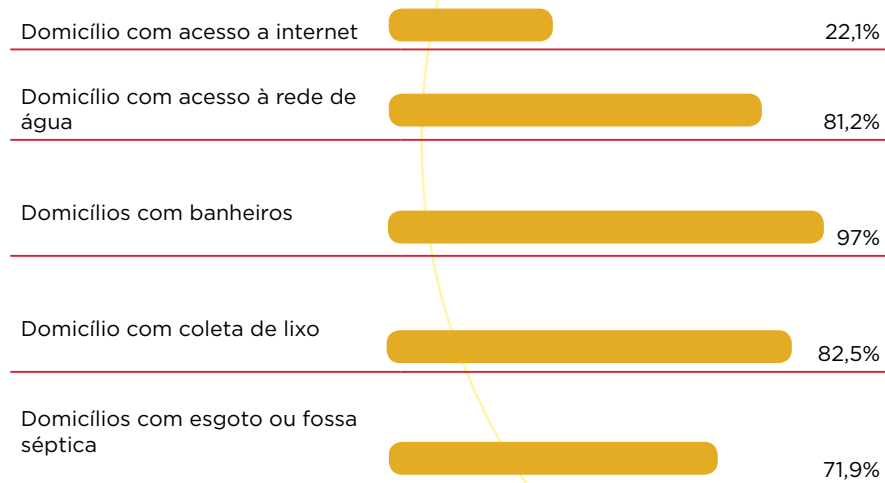
No que diz respeito à população atendida com serviços de coleta de lixo, esse Território apresenta mais de 82,5% da população atendida. Em relação aos domicílios com esgotamento sanitário ou fossa séptica, esse Território possui média de 71,9%.

No que concerne à população em domicílios com acesso à

energia elétrica, esse Território se encontra abaixo da média estadual, tendo quase 98% da população atendida.

Por último, no que diz respeito à habitação, o Noroeste é um dos Territórios com maior densidade habitacional (número de moradores por dormitório) o que sinaliza para um maior déficit de moradias.

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS NOROESTE



No território estão presentes 4 aeródromos nos municípios de João Pinheiro, Paracatu, Patos de Minas e Rio Paranaíba e as principais rodovias deste território são: BR 251, BR 365 (rodovias federais); MG 235 e LMG 734 (rodovias estaduais) e BR 040 (rodovia concedida pela União).

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Existem, nesta região, 96.212 famílias cadastradas no CadÚnico (Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal), sendo que, destas, 49.314 famílias são pobres (renda per capita familiar menor do que R\$ 154,00) e 35.516 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

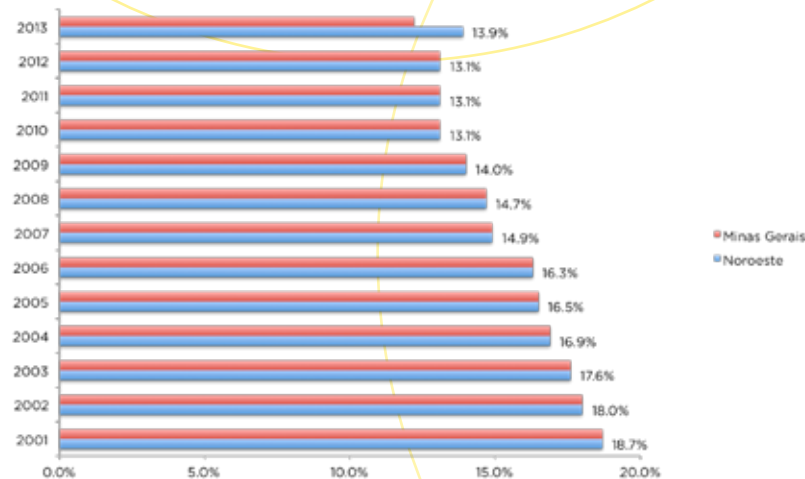
Esse território conta com uma Cobertura Populacional de 91,43% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo um pouco superior à média estadual de 91,41%. Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos SUS, a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de 3 leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,02, demonstrando uma clara necessidade de melhoria.

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. O território Noroeste ainda não conta com SAMU Regional implantado, porém o município de Patos de Minas possui SAMU Municipal implantado e 3 hospitais recebendo recursos do PROURGE.

A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram

registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Noroeste, a TMI foi de 13,9 por 1.000 nascidos vivos.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Noroeste, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 92,81% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção acima do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Noroeste está abaixo da média estadual, com 24,55, cumprindo também a meta preconizada nos Objetivos do Milênio.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

No Território de Desenvolvimento Noroeste as taxas de homicídios apresentavam-se relativamente baixas até o início da década de 2000. Contudo, observa-se a partir de então, um crescimento expressivo e continuado dos indicadores de violência letal neste território. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 333,25 crimes violentos e

19,91 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.

Crimes Violentos em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
521,35

Noroeste
333,25

Taxa de Homicídios em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
20,3

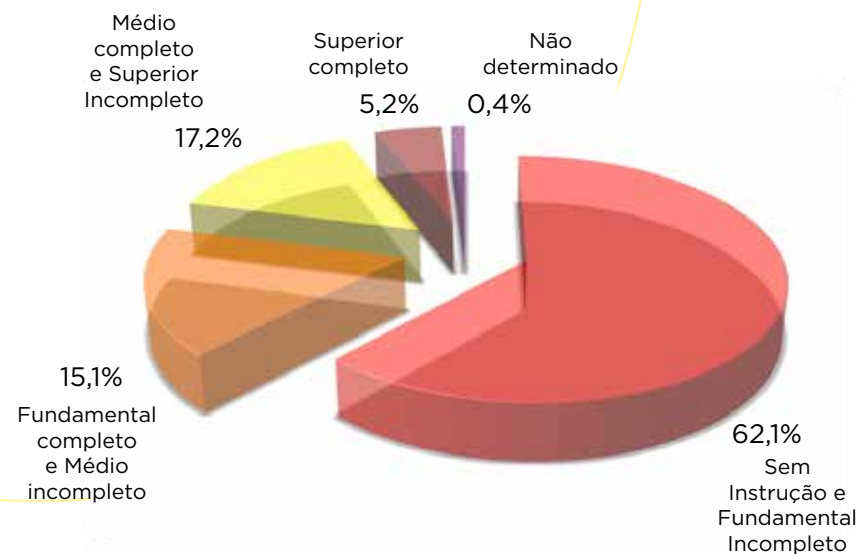
Noroeste
19,91

Fonte: CINDS SEDS / MG

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

Dos mais de 130 mil habitantes do Noroeste que têm entre 6 e 17 anos, 6,2% não frequentam a escola. A pouca escolarização dos jovens desta região também pode ser observada pela informação de não alfabetização de 1.420 adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos. E, o que exige destaque é que 34,7% da população de 15 a 17 anos ainda não concluiu o Ensino Fundamental. A taxa de analfabetismo total no território é de 13,7% na zona rural e 8,1% na zona urbana. Destaca-se que apenas 5,2% da população tem ensino superior completo. A maior parte da população (62,1%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto.

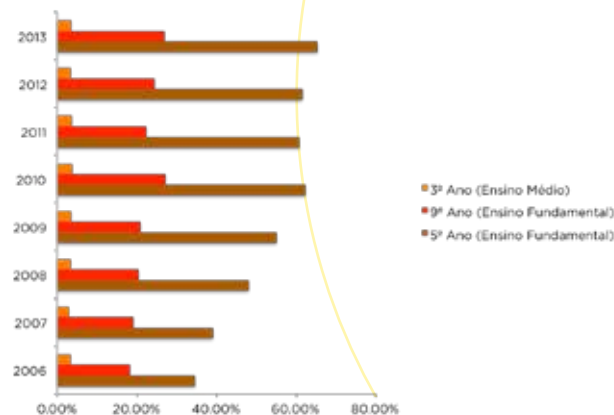
NÍVEL DE INSTRUÇÃO



Quanto aos indicadores da Educação Básica, o PROEB 2014 evidencia que no 5º ano do Ensino Fundamental 52,7% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 64,4% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 35,8% dos alunos no nível recomendável em Português e 4,2% em Matemática.

ALUNOS POR NÍVEL RECOMENDÁVEL DE DESEMPENHO NO PROEB (%)

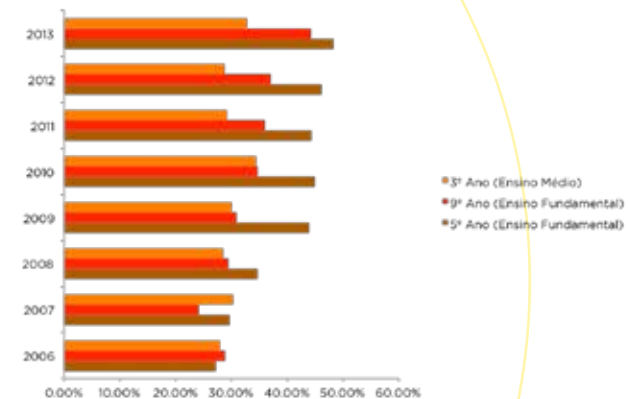
O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	34.69%	39.09%	48.09%	55.10%	62.29%	60.87%	61.52%	65.45%
9º Ano	18.18%	19.14%	20.49%	20.99%	27.22%	22.40%	24.52%	26.99%
3º Ano	3.34%	2.90%	3.40%	3.53%	3.84%	3.66%	3.39%	3.49%

Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 461 escolas presentes no território, 32,3% não tem acesso à internet, 39,9% não tem biblioteca, 44,7% não tem laboratório, 54,2% não tem quadra poliesportiva e 25,8% não tem rede de água.

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	27.19%	29.70%	34.65%	43.87%	44.96%	44.28%	46.15%	48.25%
9º Ano	28.85%	24.11%	29.43%	30.89%	34.67%	35.97%	36.94%	44.25%
3º Ano	27.96%	30.31%	28.53%	30.09%	34.43%	29.15%	28.72%	32.82%

CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS - REDE PÚBLICA

	Número	Taxa (%)
Escolas com Acesso a Internet	312	67,7
Escolas com Biblioteca	277	60,1
Escolas com Laboratório	255	45,8
Escolas com quadra Poliesportiva	211	45,8
Escolas com Rede de água	342	74,2

Fonte: Inep, 2014

A cidade de Paracatu é, em termos históricos, o maior destaque desse território, sendo a única a possuir tombamentos federais, no caso, do núcleo histórico, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e da Matriz de Santo Antônio. O município tombou ainda a Igreja de São Sebastião de Pouso Alegre e o painel de N. Sra. Rosário, S. Domingos e Santa Catarina de Siena.

Em virtude do registro na área de proteção federal do modo artesanal de fazer queijo de Minas, municípios das regiões do Serro, das Serras da Canastra e do Salitre e Alto Paranaíba são pontuados pelo IEPHA no âmbito do Programa do ICMS Patrimônio Cultural, mas nem todos atuam de forma relevante na preservação de seus bens culturais. Uma maior articulação entre estes municípios para promoção e salvaguarda do modo artesanal de fazer o queijo de Minas é uma diretriz importante para a política de desenvolvimento territorial e que possibilitará uma ação pública mais equânime e a potencialização dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda rodada, é aberta a escuta à sociedade que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos,

vereadores, entidades empresariais e sindicais e de representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada de Minas Gerais. Os Fóruns Regionais são um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais construirá políticas públicas que respeitem as características de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional do Noroeste realizado em Paracatu em 11 de setembro de 2015. O encontro contou com a participação de 492 inscritos representantes dos municípios deste território. No total, 806 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população.

EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

- Implementar o programa estadual de difusão de tecnologias sociais, já previsto em legislação estadual específica.
- Criar incentivos econômicos para instalação de indústrias nos municípios da região noroeste, através da adequação/redução de alíquotas (ICMS) para incentivar a produção de grãos no Noroeste de Minas, visando a atração e instalação de indústrias de beneficiamento do setor, por exemplo.
- Criação de programa de incentivo as empresas de pequeno porte na contratação de aprendizes, possibilitando maior democratização do acesso ao mercado de trabalho através da inserção dos jovens.
- Criação do Parque Tecnológico, voltado para incubadora

aceleradora de empresas de base tecnológica.

- Fomento à construção de fábricas (doces e vassouras), objetivando a valorização do pequeno produtor rural, agregando valor aos seus produtos, transformando a matéria-prima em produto semi-industrializado e desenvolvendo a agricultura familiar através de ações auto-sustentáveis, gerando emprego e renda.

- Regionalizar e fortalecer a atuação das entidades de apoio à agricultura, como: EPAMIG, IMA, EMATER, RURALMINAS, SEDA, etc.

- Promover assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares, associados (as) em cooperativas visando apoiar a produção e a comercialização, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural, construindo sistemas de produção sustentável a partir de conhecimentos científicos empíricos e tradicionais, através de editais específicos do governo do estado, sendo que a entidade executora deverá estar devidamente credenciada no conselho estadual de desenvolvimento rural sustentável.

- Crédito Agropecuário: Mais rápido, sem burocracia, atendendo a necessidade do produtor e com juros subsidiados.

- Construção de barraginhas e conservação e elevação de estradas vicinais com enfoque ambiental, incluindo o cercamento de nascentes.

- Aproximar a Vigilância Sanitária e inspeção nos três níveis de governo e outros órgãos de fiscalização à realidade dos agricultores familiares, tendo como foco a análise do produto final, reformulando as exigências das estruturas físicas de acordo com o tamanho da produção.

- Investimento nas cooperativas e agroindústrias familiares,

promover assistência técnica e extensão rural as cooperativas de produção e comercialização dos agricultores familiares, priorizando os quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária nos municípios.

- Financiamento de agroindústrias familiares, de processamento e pré-processamento de alimentos com juros subsidiados pelo governo do estado.

- Incentivo à agroindústria (cooperativas e associações e grupos produtivos);

- Repensar e reestruturar a atuação da RURALMINAS, EMATER E EPAMIG - Atendimento a Povos e Comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária;

- Adequação das instalações das unidades de beneficiamento de frutos do cerrado de acordo com as normas e legislação da vigilância sanitária.

- Conservação, recuperação e despoluição de nascentes, córregos, rios, áreas de recarga, matas ciliares e mananciais; e criação de política de conservação de nascentes, com incentivo financeiro através de dedução de impostos (ITR) em até 20% para aqueles proprietários de imóveis rurais que realizarem ações de preservação e recuperação, mediante legislação vigente, estabelecendo parceria com a iniciativa pública e privada para a proteção do local.

- Destinar uma cota de no mínimo 30% das concessões de outorgas de água para irrigação à agricultura familiar.

- Implantação de programa para conservação, recuperação e revitalização de sub bacias do rio São Francisco (sub bacias do rio Urucuia, Paracatu e Paranaíba), visando a conservação e produção de água.

- Desenvolvimento de um projeto de acessibilidade às cidades do Circuito Turístico Noroeste das Gerais (aeroporto regional e sinalização).
- Aumento da alíquota do ICMS turístico.
- Revitalizar os circuitos turísticos já implementados.
- Ampliar e otimizar a adoção da obra do escritor Guimarães Rosa, grande parte dela ambientada nas bacias dos rios Urucuia e Paracatu (em particular O Grande Sertão Veredas) para ancorar e dinamizar a implantação de roteiros e receptivos turísticos rurais, preferencialmente aqueles de base comunitária.
- Adotar a rota sócio-eco-literária “O Caminho do Sertão: de Sagarana ao Grande Sertão Veredas” como proposta estratégica ou projeto piloto, para dinamizar o potencial turístico regional associado à obra do escritor João Guimarães Rosa.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Retomada das obras da LMG 680 que liga as cidades de Paracatu e Brasilândia de Minas (BR-040 a MG-181). Que é uma importante via de escoamento da produção agrícola do Entre Ribeiros.
- Atuação junto às empresas operadoras de telecomunicações para disponibilizar para os municípios (pequenos) sinal de qualidade de Televisão, internet, celular etc. (principalmente na zona rural).
- Adequação do aeroporto de Paracatu para operar linhas comerciais.
- Duplicação da MG 188 no perímetro urbano da cidade de Paracatu.

- Reativação do programa luz para todos.
- Pavimentação da sede de Cabeceira Grande ao Distrito Federal (BR 285); pavimentação do trecho de Cabeceira Grande até a BR 251.
- Construção de poços artesianos e fossas sépticas para comunidades quilombolas no território Noroeste.
- Conclusão da Pavimentação da estrada Carmo do Paranaíba a Quintinos; Obs.: faltando 8km, pois já foram asfaltados 22km.
- Execução do projeto e pavimentação da rodovia MGC-479 que liga os municípios de Chapada Gaúcha a Januária.
- Modernizar a frota veicular do DER/MG para vistoria e manutenção das rodovias.
- Meios para atender as necessidades de manutenção das Redes de Esgoto nas cidades.
- Pavimentação da LMG 662 no trecho que liga a BR-251 a Natalândia, com projeto já concluído.

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

- Fortalecimento da assistência hospitalar na macro região de saúde noroeste, com a construção e/ou implementação do hospital regional na região de saúde de Unaí (com possibilidade de estabelecer comodato com a Faculdade Atenas), construção do hospital público geral em Patos de Minas, ampliação do Hospital Antônio Dias, principalmente em leitos de um adulto e neonatal, reforma e ampliação dos hospitais de pequeno porte já existentes nos municípios adequando-os como porta de entradas para a rede de urgência e emergência.
- Construção e Implantação de Laboratório de Saúde

Pública Macrorregional na Região Ampliada de Saúde Noroeste.

- Esta proposta baseia-se em: Abrangência da área geográfica dos municípios que compõem a região ampliada de saúde bem como a distância destes municípios aos laboratórios que atualmente são referência: Uberaba e FUNED em Belo Horizonte; A região ampliada de saúde noroeste é endêmica para vários agravos que necessitam de diagnósticos laboratoriais com agilidade como Leishmaniose visceral e tegumentar, dengue, doença de chagas, hanseníase, tuberculose, hantavirose, meningites, hepatites, HIV, Sífilis e outras. Esta área é considerada epizootica para febre amarela. Necessidade de fortalecimento da atenção básica e subsídio para as intervenções sobre os fatores de risco e agravos à saúde coletiva.

- Valorização dos Profissionais de Saúde com garantia da implementação do Plano de Carreira Cargos e Salários dos servidores da área da gestão da saúde que impactará e incentivará o mesmo nos municípios.

- Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, com aumento do financiamento qualificação da gestão e processos de trabalho e investimento em infraestrutura, considerando-se que a atenção primária à saúde se constitui em porta de entrada para todas as redes assistenciais.

- Garantia de cobertura de ESFs e ESBs, para todos os municípios das micros com equipes atendendo no máximo 2500 pessoas, garantindo todos os profissionais, como médicos, enfermeiros, durante todo o horário de funcionamento.

- Fortalecimento dos NASFs, com todos os profissionais, como por exemplo nutricionistas, psicólogos e fonoaudiólogos, garantindo o atendimento aos escolares, aos usuários com necessidades especiais. Garantir também o cardápio da APS para

as áreas longínquas, população rural, quilombolas e populações tradicionais.

- Otimizar para todo o território o aporte acadêmico profissional, como estudantes e residentes da Faculdade Atenas e demais faculdades instaladas no território, ampliando a oferta de assistência e cuidado qualificado em todos os municípios.

- Organização e Implantação da Rede de Urgência e Emergência e Rede Cegonha. Necessidade de maior investimento nos procedimentos do teto MAC.

- Justificativa: Através de um diagnóstico realizado em 2013 pela SUBREG/SES e pelas SRS/Patos de Minas e GRS/Unaí observa-se que o acesso à assistência de Urgência e Emergência deve ser ampliado. Assim nossa proposta é que a organização e implantação Rede Cegonha e a Rede de Urgência e Emergência sejam priorizadas. Para que isto ocorra é necessária a reestruturação hospitalar, corroborando as propostas anteriores de implantação de um Hospital Regional na região de saúde de Unaí para atender aos usuários dessa região que estão procurando atendimento em média complexidade em outros estados e também a implantação do Hospital Municipal em Patos de Minas, equipamentos estes que seriam imprescindíveis para a estruturação dessas duas Redes – RUE e Cegonha. Destaca-se que através das Deliberações CIB/SUS/MG Nº 1774 de 19/03/2014 e Deliberação CIB/SUS/MG nº 2030 de 09/12/2014 foram aprovadas as implantações do Serviço de SAMU Regional NOROESTE e Rede Cegonha NOROESTE, respectivamente.

- Implantação de Centros de Especialidades nas três regiões de saúde que compõem a região ampliada de saúde (João Pinheiro, Unaí e Patos de Minas), considerando o vazio assistencial dessas regiões, que garantiriam o atendimento especializado bem

como o aumento da resolutividade da assistência. Além disso há que se considerar as grandes distâncias territoriais que dificultam o fluxo assistencial, sendo indispensável contemplar pontos de assistência de média e alta complexidade ambulatorial na região ampliada de saúde.

- Fortalecimento da Implantação da Rede de Atenção Psicossocial na Região Ampliada de Saúde pois a mesma possui um vazio assistencial e observa-se um aumento de demanda considerando os dados de anos de vida produtiva perdidos. Implementação dos CAPs, com custeio tripartite, infanto-juvenil, adulto e álcool e outras drogas, com garantia de funcionamento 24 horas, atendendo as necessidades de cada micro, inclusive revendo o parâmetro do MS, que é populacional, por distância geográfica. Garantia dos leitos de retaguarda da rede psicossocial nos hospitais de acordo com o regulamento da política nacional.

- Aumentar o repasse de recurso financeiro para hospitais de alta e média complexidade e implementar ações que garantam maior autonomia para os municípios com vista ao melhor atendimento e encaminhamento dos pacientes.

- Assegurar desde o nível estadual até o municipal ações que garantam a vigilância e controle da qualidade dos alimentos em todos os pontos da cadeia alimentar, desde o campo até os locais de consumo, priorizando a implantação do sistema de inspeção municipal em todos os municípios do Noroeste e Alto Paranaíba.

- Ampliação dos Centros Especializados de Reabilitação (Rede da Pessoa com Deficiência).

- Investimentos para a implantação de um Centro Esportivo e de um Centro de Excelência de Treinamento em Atletismo para prática de modalidades olímpicas e paraolímpicas. A demanda

justifica-se pela representatividade esportiva do Noroeste mineiro em relação ao estado e também pela existência de atletas paraolímpicos com índices nacionais que precisam desenvolver o seu potencial. Além disso, ressalta-se o resultado que a implantação do complexo geraria na qualidade de vida e inclusão social da população da região.

- Garantia de contemplação das cidades de pequeno porte em projetos direcionados ao fortalecimento da prática esportiva.

- Construção do Ginásio Poliesportivo em Paracatu, que poderá abrigar os JIMI e JEMG e até competições nacionais.

- Efetivação da execução orçamentaria pelo Estado de Políticas Públicas de atenção para crianças e adolescentes, fortalecendo os conselhos e qualificando os Conselhos Tutelares.

- Fortalecer os conselhos para maior garantia dos direitos humanos.

- Trabalho.

- Ampliar oferta de educação profissional, em especial aquelas oportunidades voltadas para jovens em situação de vulnerabilidade, adequando ofertas de cursos às demandas do mercado de trabalho com a realidade do território e fortalecendo o programa jovem aprendiz.

- Co-financiar o CRT (Centro de Referência do Trabalhador), com estrutura do SINE, para atender toda a população priorizando as famílias inscritas no CAD Único de acordo com a realidade do território, oferecendo cursos profissionalizantes para os membros da família que esteja desempregado, qualificando a mão-de-obra, reinserindo-o no mercado de trabalho.

- Criar centros regionalizados de comercialização da economia solidária propiciando aos empreendimentos de

economia solidária central de venda dos produtos feitos por esses integrantes, facilitando microcréditos e financiamentos para os mesmos.

- Regionalização dos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, com atenção aos municípios de porte I e II, para crianças e adolescentes, mulheres, idosos, e para pessoas com deficiências.

- Ampliação CRAS, CREAS e Equipe Volante para amenizar o impacto da pobreza rural (equipe volante Noroeste – 13º lugar como prioridade no Estado).

- O Estado se responsabilizar pelo co-financiamento das entidades sem fins lucrativos possibilitando o fortalecimento e ampliação das atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos.

- Capacitação continuada para os profissionais e gestores de entidades sócio assistenciais governamentais e não governamentais e dos programas/serviços da área da assistência social, contemplando inclusive trabalhadores das entidades privadas nas políticas de assistência social;

- Efetivar a gestão do trabalho e a educação permanente na Assistência Social (incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).

- Desburocratizar a aplicação dos recursos para melhor atender as crescentes demandas da assistência social. Ademais, ressalta-se a importância de capacitações de gestores e técnicos do município na utilização dos recursos.

- Construção de um centro de atendimento integral que ofereça ao adolescente com idade entre 12 e 17 anos, que esteja matriculado e frequente na escola pública, atendimento em horário extraclasse para formação de valores, reforço escolar, profissionalização e lazer para evitar que adolescentes fiquem

ociosos nas ruas, vulneráveis ao cometimento de pequenos delitos. Por exemplo, PLUG Minas.

- Co-financiar bancos de alimentos para combater o desperdício de gêneros não comercializados diariamente e garantir o acesso de famílias em situação de vulnerabilidade.

- Vincular em todos os programas ligados a SANS, o reajuste de aporte financeiro automático de acordo com o índice oficial de inflação adotado pelo Governo Federal (PAA, PNAE, Bolsa Família etc).

EIXO 4 – SEGURANÇA PÚBLICA

- Ampliação da Unidade Socioeducativa em Patos de Minas, criação da Unidade de Semiliberdade socioeducativa em Unaí e efetiva regionalização de ambas.

- Implantação do programa Fica Vivo abrangendo municípios de grande porte no Território Noroeste.

- Efetivar a regionalização do sistema prisional.

- Em todo o território é necessário o aumento do efetivo e maior estrutura logística, com a consequente ampliação da patrulha familiar, escolar e rural. A priorização seria na cidade de Paracatu onde o índice de criminalidade é o maior da Região Noroeste e Alto Paranaíba.

- Ampliar as áreas de monitoramento do Olho Vivo em Paracatu, São Gotardo, Carmo do Paranaíba e Patos de Minas.

- Em todo o território é necessário o aumento do efetivo e maior estrutura logística. A priorização seria na cidade de Paracatu onde o índice de criminalidade é o maior da Região Noroeste e Alto Paranaíba.

- Aumento do efetivo e maior estrutura logística em geral no território Noroeste.
- Elevação de Cia a Batalhão em Patos de Minas e retornar o Pelotão de Unai para o Segundo Comando Operacional de Bombeiros de Uberlândia.
- Construção do Colégio Tiradentes em Paracatu e Unai e nova sede do Colégio Tiradentes em Patos de Minas.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

- Educação Infantil: Criar setor específico dentro das SREs para apoio e suporte à Educação Infantil. Recursos financeiros para apoiar o município para aquisição de livros didáticos. Extensão do PNLD para atender a educação infantil.
- Melhorar a estrutura das escolas, inclusive para aquelas de tempo integral. Regularização de terreno de escolas e quadras estaduais e municipais. Construção, revitalização e manutenção de bibliotecas públicas, acervo, infraestrutura entre outros. Melhoria do processo de desfazimento de bens inservíveis nas escolas. Maior segurança patrimonial e humana nas escolas.
- Apoio e criação de programas específicos para qualificação de pessoas com deficiência intelectual para o mercado de trabalho. Complementação e aperfeiçoamento de material pedagógico e mobiliário apropriado para alunos com necessidades especiais. Núcleo com profissionais para atendimento às crianças com necessidades especiais.
- Complementação dos recursos destinados à merenda e ao transporte escolar.
- Capacitação e preparação de professores e servidores das SREs. Melhoria de salário dos profissionais de educação.

Cooperação entre estado e município para a capacitação dos profissionais da educação. Disponibilizar para as redes estaduais um diretor voltado para as questões administrativas e outros pedagógicos.

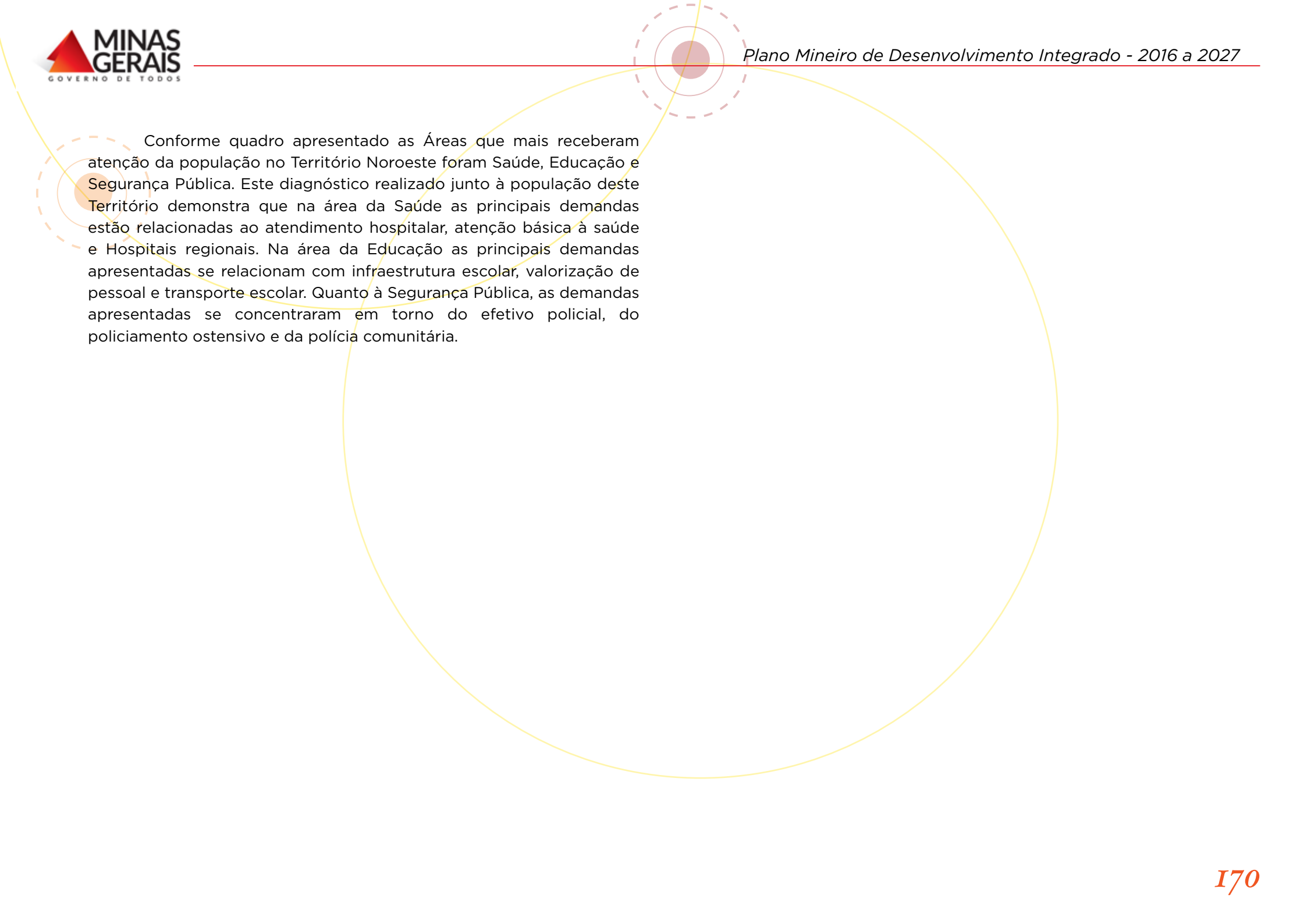
- Criar estratégias que envolvam efetivamente a participação dos pais na vida escolar dos filhos.
- Reativar as escolas Polivalentes. Ampliação da Rede Pública Estadual de Ensino Superior UEMG no Noroeste/ Alto Paranaíba. Regionalização e setorialização (zoneamento) de alunos por bairro.
- Contratação de profissionais capacitados para manuseio de equipamentos tecnológicos. Ações integradas com a SES para atendimento específico para as escolas através de Centros Multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia, psicologia, fonoaudiologia para diagnosticar e acompanhar alunos.
- Contratação de profissionais de nutrição que atendam ao monitoramento e inserção de práticas alimentares saudáveis e sustentáveis no ambiente escolar.
- Criação, implantação de capacitação destinadas aos jovens do campo, com oferta de outros cursos além dos cursos de licenciatura.
- Ampliar o atendimento de ensino em tempo integral e das creches.
- Investimentos na cultura teatro, festivais de música, TVs. Criação de escolas profissionalizantes para capacitação de profissionais de cultura, escola de artes, teatro, dança, música.
- Preservar, restaurar e desenvolver o patrimônio cultural material e imaterial do noroeste, necessidade de incentivo e

simplificação dos processos do Estado e integração das esferas de governo. Promover a educação patrimonial. Preservação de toda memória, de documentação histórica, sítios históricos que estão dentro da região.

- Criação dos pontos de cultura nos bairros setoriais, incentivar e implementar o uso discriminado e responsável dos espaços públicos pelas pessoas, com apoio governamental para criar agenda de atividades culturais, esportivas, educacionais, saúde e de políticas de convivência com o objetivo de incentivar a cultura local, práticas de vida saudável, meio ambiente preservado e sustentável e erradicar a criminalidade. Mais projetos culturais para maior desenvolvimento da cultura na cidade. Incentivo e fortalecimento das comunidades tradicionais, quilombos e remanescentes. Fortalecer valores e padrões culturais através da criação de associações, cooperativas, empresas e fóruns públicos. Fortalecer as ações do Cultura Viva no estado possibilitando o resgate e preservação da cultura popular presentes no território (canções e festas populares, brincadeiras de roda etc).

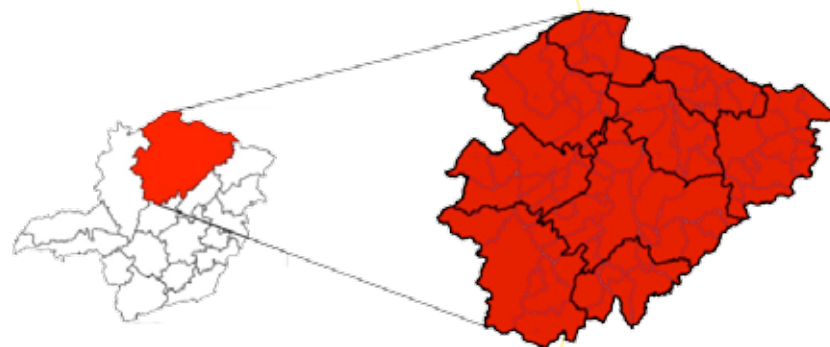
Registra-se abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Noroeste. Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios. Ademais está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	23	4	0	0	0	27
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2	0	0	0	5	7
Cultura	0	0	2	0	18	20
Demais	8	10	10	1	1	30
Desenvolvimento Agrário	47	1	2	0	0	50
Desenvolvimento Econômico	14	1	2	1	0	18
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	10	26	4	0	1	41
Desenvolvimento Social	5	0	45	0	0	50
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania		0	9	0	2	11
Educação	12	7	11	1	88	119
Esportes	0	0	12	0	1	13
Finanças Públicas	3	1	0	0	0	4
Governo	4	1	0	0	2	7
Meio Ambiente	41	5	1	0	0	47
Planejamento e Gestão	2	0	1	0	0	3
Poder Judiciário		0	0	4	0	4
Saúde	1	0	176	2	0	179
Segurança Pública	0	1	9	102	0	112
Transportes e Obras Públicas	4	49	0	0	0	53
Turismo	11	0	0	0	0	11
Total	187	106	284	111	118	806



Conforme quadro apresentado as Áreas que mais receberam atenção da população no Território Noroeste foram Saúde, Educação e Segurança Pública. Este diagnóstico realizado junto à população deste Território demonstra que na área da Saúde as principais demandas estão relacionadas ao atendimento hospitalar, atenção básica à saúde e Hospitais regionais. Na área da Educação as principais demandas apresentadas se relacionam com infraestrutura escolar, valorização de pessoal e transporte escolar. Quanto à Segurança Pública, as demandas apresentadas se concentraram em torno do efetivo policial, do policiamento ostensivo e da polícia comunitária.

Perfil Territorial: Norte



Município	Micro Território
Bocaiúva	Bocaiúva
Engenheiro Navarro	
Francisco Dumont	
Guaraciana	
Joaquim Felício	
Olhos D'Água	
Catuti	Espinosa
Espinosa	
Gemeleiras	
Mamonas	
Mato Verde	
Monte azul	
Montezuma	
Santo Antônio do Retiro	
Vargem Grande do Rio Pardo	
Juvenília	Manga
Manga	
Matias Cardoso	
Miravânia	
Montalvânia	
São João das Missões	

Município	Micro Território
Botumirim	Montes Claros
Capitão Enéas	
Claro dos Poções	
Coração de Jesus	
Cristália	
Francisco Sá	
Glaudilândia	
Grão Mogol	
Itacambira	
Juramento	
Mirabela	
Montes Claros	
Patis	
São João da Lagoa	
São João da Ponte	
São João do Pacuí	
Varzelândia	
Bonito de Minas	Januária
Cônego Marinho	
Itacarambi	
Januária	
Lontra	
Pedras de Maria da Cruz	

Município	Micro Território
Buritizeiro	Pirapora
Ibiaí	
Jequitaiá	
Lagoa dos Patos	
Lassance	
Pirapora	
Ponto Chique	
Santa Fé de Minas	
Várzea da Palma	
Jaíba	Janaúba
Janaúba	
Nova Porteirinha	
Pai Pedro	
Porteirinha	
Riacho dos Machados	
Serranópolis de Minas	
Verdelândia	

Município	Micro Território
Berizal	Salinas
Curral de Dentro	
Fruta de Leite	
Indaiabira	
Josenópolis	
Minheira	
Novorizonte	
Padre Carvalho	
Rio Pardo de Minas	
Rubelita	
Salinas	
Santa Cruz de Salinas	
São João do Paraíso	
Taiobeiras	
Brasília de Minas	São Francisco
Campo Azul	
Ibiracatu	
Icaraí de Minas	
Japonvar	
Luislândia	
Pintópolis	
São Francisco	
São Romão	
Ubaí	
Urucuia	

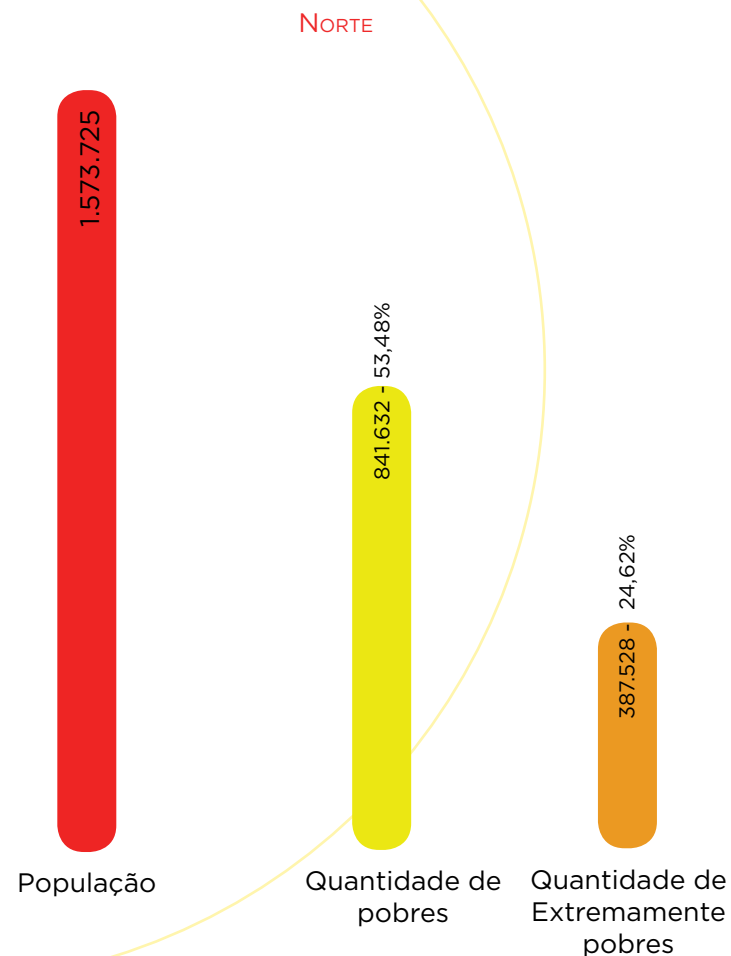
INTRODUÇÃO

Visando a aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

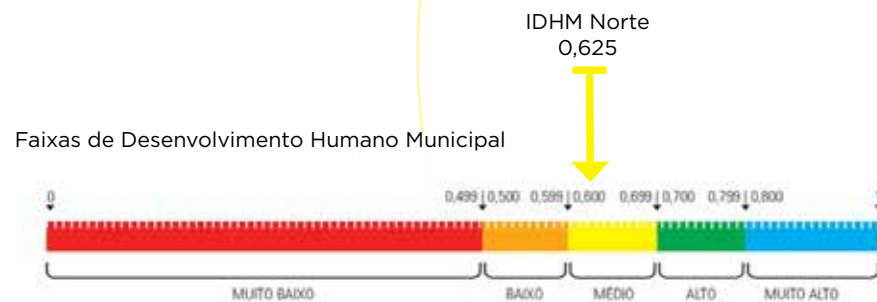
O Território de Desenvolvimento Norte é composto por 86 municípios distribuídos em 9 Microterritórios e conta com a população total de 1.577.300 habitantes, que corresponde a 8,05% da população mineira. A extensão territorial é de 122.829 Km² correspondendo a 20,9% do total de Minas Gerais. Os municípios mais populosos são Montes Claros (390.967 hab.), Janaúba (70.563 hab.) e Januária (68.124 hab.) e os menos populosos são Glaucilândia (3.118 hab.), Campo Azul (3.835 hab.) e Santa Fé de Minas (4.022 hab.). O Território Norte faz fronteira com os Territórios Médio e Baixo Jequitinhonha, Alto Jequitinhonha, Central e Noroeste além de fazer divisa com o Estado da Bahia.

Neste Território a População Rural corresponde a aproximadamente 30% da população total sendo que esta proporção é a quinta maior em comparação com os demais Territórios, ficando atrás apenas do Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Caparaó e Mucuri.

A proporção de pobres do Território Norte é de aproximadamente 53,48%, sendo a quarta maior do Estado. Já os considerados extremamente pobres representam 24,62% da população total do território. A Renda per capita observada no Território Norte é de R\$ 417,03, correspondendo ao terceiro pior do Estado, atrás apenas do Médio e Baixo Jequitinhonha e do Alto Jequitinhonha, em valores de 2010.



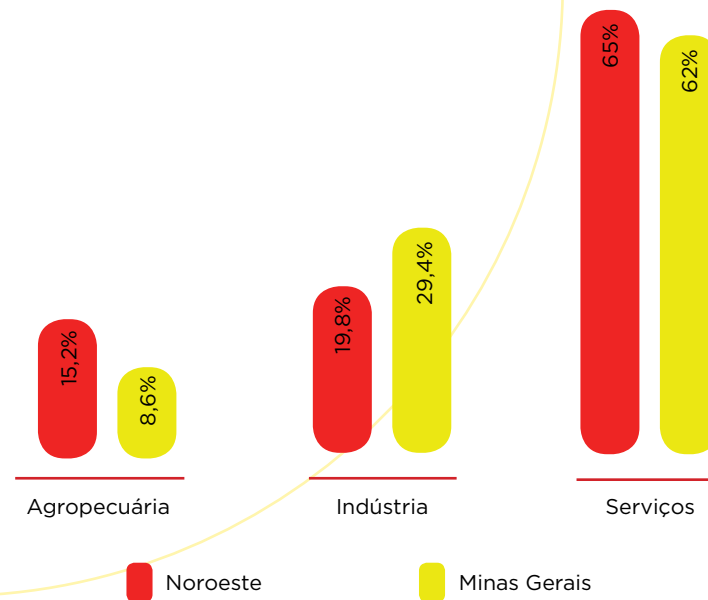
Percebe-se, portanto, que este Território é um dos que merece uma atenção especial do Governo do Estado de Minas Gerais e outro indicador que contribui para esta visão é o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida. A média deste Índice para o Território Norte é de 0,625, sendo o terceiro pior do Estado, atrás apenas do Médio e Baixo Jequitinhonha e do Mucuri, ocupando a faixa média conforme figura abaixo.



EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Segundo o IBGE, em 2012, a contribuição do Norte no PIB estadual foi de 4%. Mais de 74% dos municípios desse território tem participação inferior a 1% na atividade econômica regional: o setor de serviços, a produção industrial e a agropecuária concentram-se no município de Montes Claros, o qual, isoladamente, é responsável por cerca de 30% do PIB territorial.

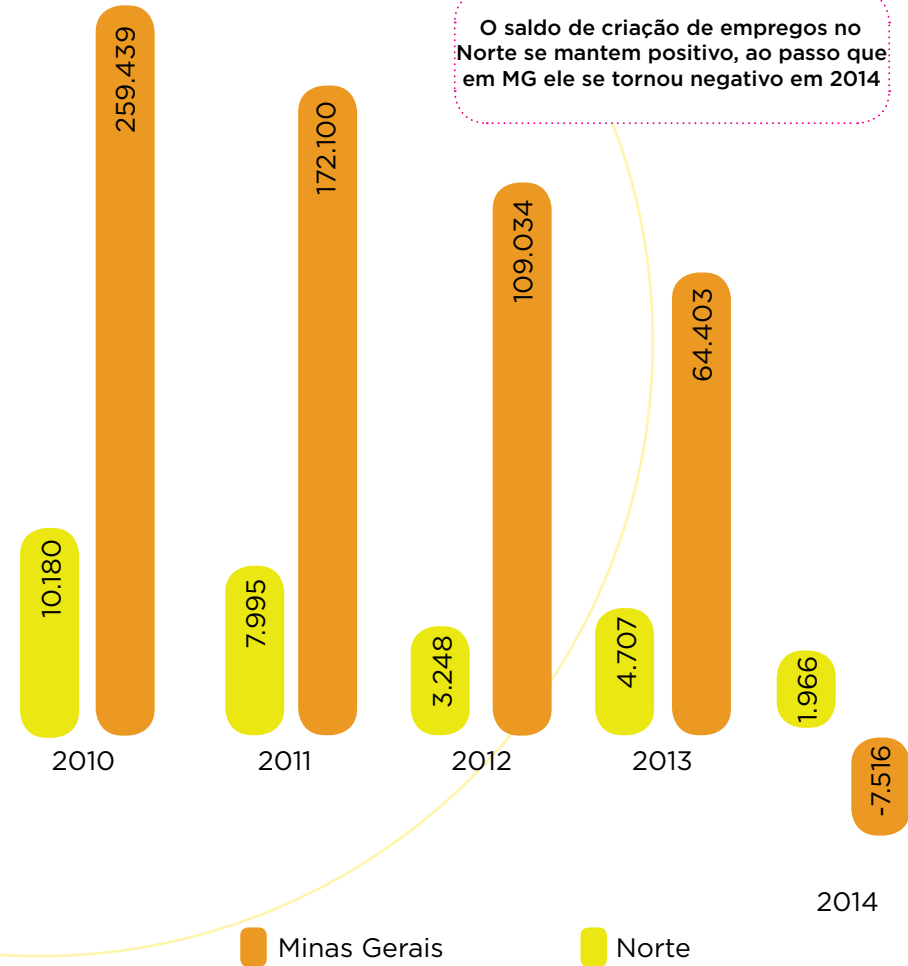
COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



Importantes projetos de irrigação em Pirapora, Jequitai e Jaíba, voltados para a produção de frutas, hortaliças e sementes selecionadas, denotam o potencial da região para a fruticultura. Ainda, o território Norte contém um aglomerado de empresas da indústria química, as quais hoje acabam por buscar serviços complementares em outras regiões. Tal fato implica na necessidade de desenvolvimento dos setores correlatos, no intuito de diversificar a atividade econômica, fortalecer as potencialidades locais e difundir a geração de renda pelo território.

SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS

O saldo de criação de empregos no Norte se mantém positivo, ao passo que em MG ele se tornou negativo em 2014



Nos últimos quatro anos, foram atraídos cerca de 2,5 bilhões de reais em investimentos para o território, os quais se relacionam à criação de pouco mais de 7.000 empregos. Quanto ao saldo de empregos formais criados no último ano no Norte foi positivo em 1.966 vagas. No Norte, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) apoia 2 Distritos Industriais: um localizado em Montes Claros, e outro em Pirapora. A CODEMIG fomenta também pesquisas exploratórias em óleo e gás natural, na região.

O setor agropecuário corresponde a 15,2% do PIB no território. Os principais produtos produzidos no território são banana, leite e cana de açúcar.

A produção nesta região é influenciada sobremaneira pelo clima quente e distribuição irregular de chuvas, de modo que o uso de tecnologias adaptadas ao semiárido é essencial para o aumento da produção e a preservação dos recursos naturais. Apesar disso, destacam-se as oportunidades de escoamento viabilizadas pelo Terminal Intermodal de Pirapora localizado no território, as quais auxiliam inclusive outros territórios, como o Noroeste.

Por se tratar de uma região pertencente ao semiárido, neste território agricultores familiares são atendidos com recursos oriundos do Garantia Safra. Trata-se de uma iniciativa do Governo Federal que se concretiza a partir do repasse de recursos, com contribuição do estado, visando garantir renda mínima a produtores que tenham declarado perdas a partir de 50% da produção de suas lavouras em decorrência de excesso hídrico ou estiagem.

O Território Norte contempla o maior número de comunidades quilombolas do estado, são 167 comunidades, que correspondem a 33% do total do Estado. Neste sentido, o Governo do Estado concentra esforços para apoio à valorização social deste grupo, inclusive, no processo de reconhecimento de seus espaços.

Entre os municípios deste Território de Desenvolvimento, 20% fazem parte da Política de Regionalização do Turismo de Minas Gerais, por meio dos Circuitos Turísticos (ano referência - 2015). Neste território, estão abrangidos dois Circuitos Turísticos: o Caminhos do Cerrado e dos Lagos, os quais contam com atrativos para o turismo cultural, como os festivais de pratos típicos e grupos de congado (Serra do Salitre), festas do café (Serra do Salitre e Abadia dos Dourados) e o carnaval (Patrocínio); religioso, como as igrejas São Sebastião e a Matriz de São Miguel (Nova Ponte), museus; negócios, por meio da significativa produção de café (Patrocínio); científico, por seus sítios e acervos arqueológicos; ecoturismo, como o Balneário Social e Cachoeiras do Britador, Sucupira e Mirandinha (Nova Ponte), Cachoeira da Terra (Patrocínio), Grande Lago em Tupaciguara, Cachoeira da Mata e Cachoeira das Andorinhas (Serra do Salitre); a prática de pesca esportiva, evidenciada no Torneio de Pesca Esportiva (Nova Ponte), e de esportes radicais, como o rapel e o motocross (Nova Ponte e Patrocínio).

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

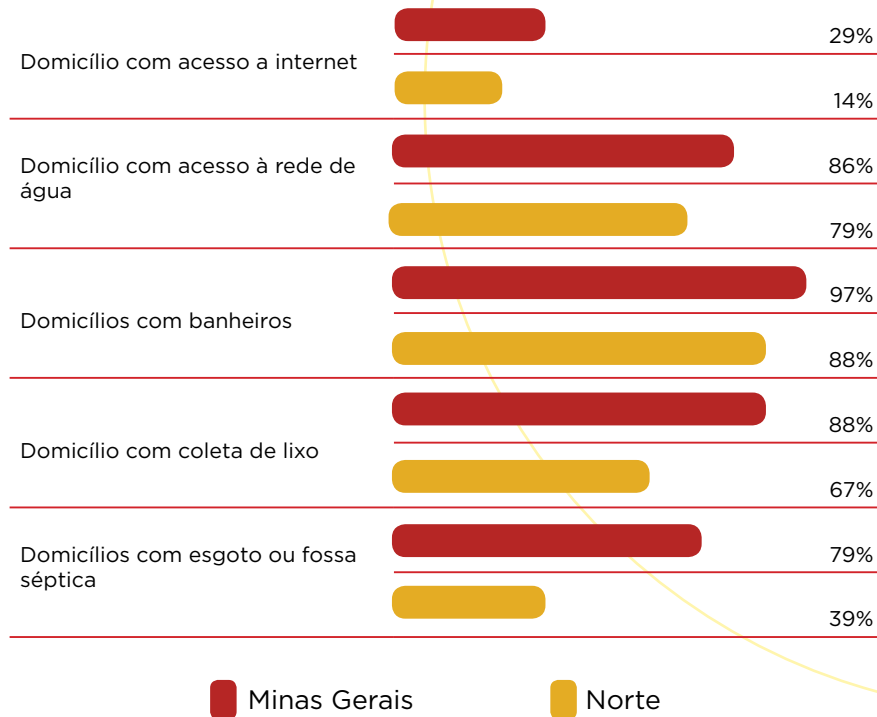
Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Norte se encontra numa situação precária, sendo o segundo em pior situação, tendo, em média, 83% da população atendida. Em relação a serviços de coleta de lixo, esse Território se encontra abaixo da média estadual e tendo, em média, 91% da população atendida com municípios que variam de 43% a 100% da população atendida. No que concerne à população em domicílios com acesso a energia elétrica, esse Território conta com aproximadamente, 97% da população atendida (abaixo da média

estadual).

Há no território 07 aeródromos nos municípios de Jaíba, Januária, Janaúba, Salinas, Pirapora, Várzea da Palma e Montes Claros e as principais rodovias do território são: a BR 365 e BR 251 (rodovias federais) e MGC 251 e MGC 135 (rodovias estaduais).

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS NORTE X MINAS GERAIS

As casas do Norte são as que menos têm acesso a esgoto ou fossa séptica do estado



EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Em relação a saúde e proteção social 15,51% dos indivíduos possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70 mensais (em valores de 2010, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). Sendo assim, a fim de elevar a renda da população do Norte, é necessária a intervenção do Estado no sentido de oferecer as condições para o desenvolvimento da agricultura familiar, por meio de incentivo à formação de cooperativas, de qualificação do agricultor familiar, implantação de unidades produtivas e subsídios aos insumos necessários à produção. O fortalecimento da cadeia produtiva do leite, por meio da geração de renda e da garantia de preço do leite produzido pelo agricultor familiar foi identificado como uma das possibilidades de atuação nesse sentido, em consonância com a política pública federal instituída.

Existem, nesta região, 344.026 famílias cadastradas no Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal (CadÚnico), sendo que, destas, 232.421 famílias são pobres (renda per capita familiar menor que R\$ 154,00) e 187.802 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

Destaca-se que a População Economicamente Ativa representa 46,61% e que o setor de serviços é que mais emprega, correspondendo a 48,59% dos vínculos formais da região.

Esse território conta uma Cobertura Populacional de 98,46% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo superior à média estadual de 91,41%.

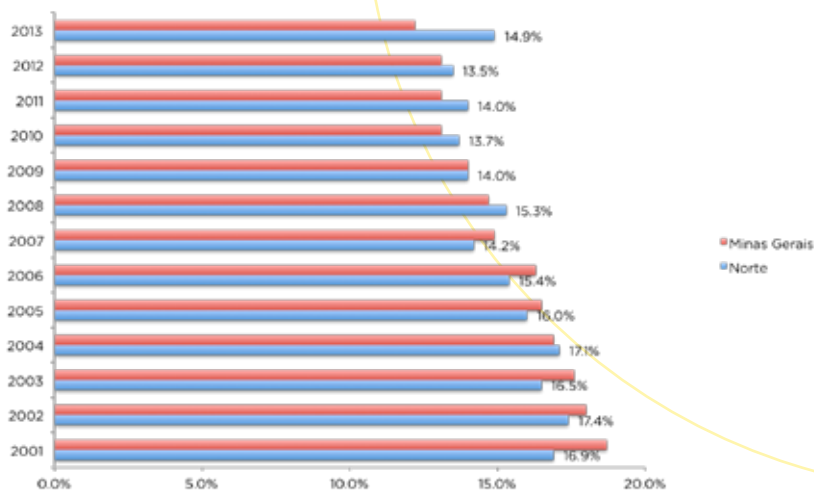
Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos Sistema Único de Saúde (SUS), a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de 3 leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,37,

demonstrando uma clara necessidade de melhoria.

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. A Região Ampliada de Saúde Norte, que abrange o território em questão, já conta com o serviço implantado, tendo como sede o município de Montes Claros.

A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Norte, a TMI foi de 14,9 por 1.000 nascidos vivos.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Norte, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 67,64% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção abaixo do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Norte está muito acima da média estadual, com 94,75.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

No Território de Desenvolvimento Norte as taxas de homicídios apresentavam-se significativamente baixas até o ano 2000 (menos de 5 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes). Daí em diante, a violência letal apresentou forte viés de alta, chegando a seus patamares mais altos em 2012. No ano de 2014, o território apresentou uma taxa de 304,07 crimes violentos e 14,57 homicídios para cada grupo de 100

mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.

Crimes Violentos em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
521,35

Norte
304,07

Representa a SÉTIMA taxa de crime violento mais alta do estado

Taxa de Homicídios em 2014

De cada 100 mil Habitantes

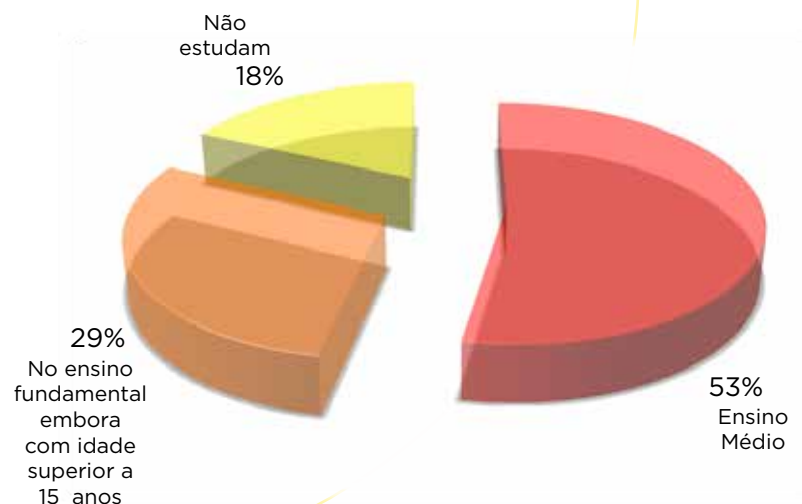
Minas Gerais
20,3

Norte
14,6

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

Neste Território, observa-se que uma parte significativa (18%) da população de 15 a 17 anos não frequenta escola. A taxa de analfabetismo no território é de 26,5% na zona rural e 11,6% na zona urbana, sendo que para os que têm entre 18 e 24 anos, essa taxa chega a 2,3%. Há de se observar ainda que 41% dos adolescentes de 15 a 17 anos não têm o Ensino Fundamental completo.

EDUCAÇÃO DE JOVENS (15 A 17 ANOS)

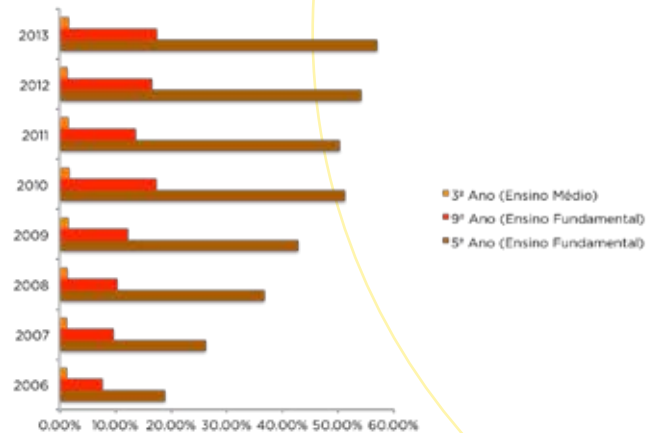


Fonte: CINDS SEDS / MG

Quanto aos demais indicadores da Educação Básica, o PROEB 2014 evidencia que no, 5º ano do Ensino Fundamental, 46,6% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 57,6% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 25,4% dos alunos no nível recomendável em Português e 2,1% em Matemática.

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA

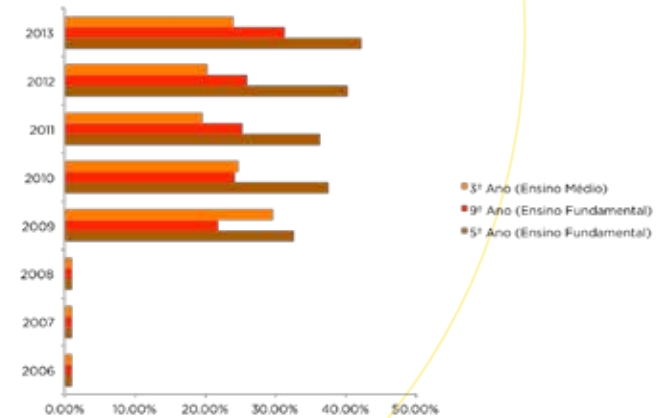
Quase todos os alunos saem do ensino médio com um nível de conhecimento baixo em matemática



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	18.94%	26.17%	36.73%	42.80%	51.24%	50.31%	54.12%	57.02%
9º Ano	7.61%	9.71%	10.36%	12.19%	17.29%	13.70%	16.55%	17.46%
3º Ano	1.31%	1.27%	1.47%	1.52%	1.75%	1.58%	1.45%	1.59%

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS

A cada 4 alunos, apenas 1 conclue o ensino médio com um desempenho aceitável em português



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	-	-	-	32.60%	37.50%	36.30%	40.20%	42.20%
9º Ano	-	-	-	21.80%	24.20%	25.30%	26.00%	31.30%
3º Ano	-	-	-	29.60%	24.70%	19.60%	20.30%	24.00%

Destaca-se que apenas 4,3% da população tem ensino superior completo. A maior parte da população (65,9%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto.

Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 1.762 escolas presentes no território, 55,1% não tem acesso à internet, 58,8% não tem biblioteca, 58,3% não tem laboratório, 71,1% não tem quadra poliesportiva e 44,6% não tem rede de água.

CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS - REDE PÚBLICA

	Número	Taxa (%)
Escolas com Acesso a Internet	791	44,9
Escolas com Biblioteca	726	41,2
Escolas com Laboratório	734	41,7
Escolas com Quadra Poliesportiva	510	28,9
Escolas com Rede de água	976	55,4

Fonte: Inep, 2014

O único tombamento realizado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nesse território é o da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Matias Cardoso. Por outro lado, a esfera de proteção do governo estadual abrange boa parte dos municípios, principalmente aqueles que estão inseridos nos perímetros de tombamento do Conjunto Paisagístico da Bacia do Rio Jequitinhonha e do Conjunto Paisagístico da Serra do Cabral, como é o caso de Joaquim Felício, Lassance e Várzea da Palma.

O Vapor Benjamim Guimarães, verdadeira joia do patrimônio mineiro, é um bem móvel tombado pelo estado e pelo município de Pirapora. Em relação ao patrimônio edificado com tombamento estadual os destaques são para: a Ponte Marechal Hermes, que liga Buritizeiro a Pirapora; a Igreja Matriz de Santo Antônio, em Itacambira; a Igreja Nossa Sra. do Rosário, em Januária; além das Ruínas da Igreja Bom Jesus de Matozinhos, às margens do rio das Velhas, em Barra do Guaicuí, distrito de Várzea da Palma.

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda rodada, é aberta a escuta à sociedade que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do

Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e de representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada de Minas Gerais. Os Fóruns Regionais são um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais construirá políticas públicas que respeitem as características de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional do Norte realizado em Montes Claros no dia 11 de julho de 2015. O encontro contou com a participação de 391 inscritos representantes de 44 municípios. No total, 717 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população.

EIXO1-DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

- Criar políticas de atração de empresas e empreendimento para geração de renda no Norte de Minas Gerais.
- Desenvolver a infraestrutura de transportes para o escoamento da produção: ferroviária e rodoviária (asfaltamento).
- Criar políticas de incentivo a pequenos empreendimentos;
- Criar fundo rotativo para agricultores familiares e assentados da reforma Agrária.
- Desenvolver mecanismos de capacitação e qualificação da mão de obra urbana e rural.
- Inclusão produtiva (cooperativa e economia solidária);
- Fortalecimento do Sistema S, atendendo às demandas dos movimentos sociais.
- Melhorar as condições dos postos do Sine.

- Elaborar um plano participativo de gestão dos Recursos Hídricos, visando garantir o acesso à água para toda a população urbana e rural – Plano Estadual de Recursos Hídricos.
- Programa estadual de fomento ao saneamento básico, envolvendo todas as esferas públicas e assegurando a universalidade do saneamento em âmbito urbano e rural no Norte de Minas Gerais.
- Incentivo à agroindústria (cooperativas e associações e grupos produtivos).
- Repensar e reestruturar a atuação da RURALMINAS, EMATER E EPAMIG – Atendimento a Povos e Comunidades tradicionais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
- Adequação das instalações das unidades de beneficiamento de frutos do cerrado de acordo com as normas e legislação da vigilância sanitária.
- Regularização fundiária e acesso à terra, contemplando povos e comunidades tradicionais, acampamentos e assentamentos da reforma agrária – Plano Estadual de Reforma Agrária.;
- Criar mecanismos de apoio à comercialização (cooperativismo, acesso a mercados e economia solidária) - Plano Estadual de Comercialização.
- Segurança alimentar e hídrica.
- Desenvolvimento e incentivo ao agroextrativismo e a agroecologia.
- Inclusão digital rural.
- Empreendedorismo e inovação tecnológica rural.
- Ampliação do acesso a sementes Crioulas, fortalecendo e incentivando os campos e bancos de sementes e programas

governamentais relativos a esta temática.

- Incentivos às práticas de recuperação e conservação dos recursos naturais, otimização do programa Bolsa Verde (nascentes, resex e RDS, matas ciliares, topos de morro, áreas desmatadas etc.);
- Licenciamentos ambientais menos burocráticos, sem flexibilizar a legislação;
- Desenvolvimento do manejo florestal por espécie e certificação de produção florestal de agregação primária de valor e certificação dos produtos gerados do APL do Pequi ,com foco na segurança ambiental, alimentar, fitoquímica e social;
- Diagnóstico socioeconômico, cultural, geoambiental e tecnológico da cadeia produtiva de plantas medicinais e frutos do cerrado;
- Elaboração de um Plano Estratégico de revitalização das bacias hidrográficas da região Norte;
- Suprimir o uso de minerodutos para transporte do minério na região semiárida, buscando outros modais de transporte e respeitando a política de desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais do Estado de Minas Gerais e do tratado da OIT;
- Implantação e funcionamento integral do Centro de Referência do Cerrado conforme previsto na lei Pró Pequi 13965/2001, PPAG 2016/2019 e de acordo com o Plano Mineiro de Extração e Comercialização do Pequi e demais frutos do Cerrado.
- Diagnóstico turístico do Norte;
- Estruturação dos circuitos turísticos;
- Criação do conselho regional de turismo;
- Sensibilização e mobilização política para o turismo.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Melhor distribuição do ICMS e revisão da lei Robin Hood;
- Articulação com Governo Federal para execução do projeto da BR 251;
- Implantação e pavimentação de rodovias estaduais e estradas vicinais;
- Investimento em programas de infraestrutura no meio rural para evitar êxodo;
- Ampliação e retomada do investimento para melhoria do sistema elétrico;
- Investimento em soluções para destinação de resíduos sólidos nos municípios e saneamento ambiental;
- Construção da ponte em São Francisco, que liga a região norte à região noroeste;
- Melhoria da mobilidade urbana e elaboração de Planos Diretores;
- Inclusão dos municípios da área mineira da Sudene do Norte de Minas no semiárido;
- Articulação com Governo Federal para melhoria das BRs em geral;
- Construção da ponte que liga Manga a Matias Cardoso.

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

- Fortalecimento das regiões de saúde, criando políticas específicas para os hospitais regionais e de pequeno porte, inclusive de urgência e emergência, desafogando os hospitais de referência e diminuindo o excesso de transporte de pacientes para a sede macrorregional. Definição de parâmetros para

acompanhamento e fiscalização no cumprimento das metas;

- Fortalecimento da atenção primária com investimento no custeio, capacitação e educação permanente, priorizando a ampliação para o território rural (Exemplo: Saúde Sem Fronteiras Rural);
- Implementação e otimização do programa Farmácia de Minas, de forma a atender a demanda dos municípios no que se refere a quantitativo e o elenco padronizado;
- Implantação de centros de especialidades regionais para garantir o acesso da população e suprir os vazios assistenciais, como também a criação de um serviço de teleconsultorias de especialidades em saúde para apoio a atenção primária, visando reduzir o número de encaminhamentos para especialistas;
- Ajustamento financeiro da PPI de acordo com a realidade atual, com apoio das superintendências regionais na avaliação e pactuação entre os municípios, para proporcionar a equidade e o acesso da população aos serviços de saúde;
- Realização pela SRS Montes Claros de seminários macro e micro regionais para discutir a saúde pública, desde a atenção primária até a alta complexidade;
- Implantar e/ou implementar a política nacional de saúde prisional, criando a rede de atenção à saúde prisional nos 17 territórios de desenvolvimento (descentralização da gestão);
- Mudar o parâmetro de aplicação da Lei Robin Hood de investimento na saúde da condição de per capita para percentual de investimento;
- Fortalecimento do controle social com capacitação permanente dos conselheiros;
- Implementação do plano de carreira, cargos e salários do SUS e garantia da capacitação e qualificação permanente de

todos os servidores;

- Organizar e incentivar ações conjuntas entre o Município e as instituições que trabalham com o público LGBT, visando a prevenção e promoção da saúde e a visibilidade do mesmo;
- Investimento com foco na prevenção a partir da segurança alimentar com campanhas de conscientização sobre a alimentação saudável e melhoria da qualidade das equipes de vigilância em saúde dos municípios;
- Ampliar o horário de atendimento das UBS de forma a atender os usuários do SUS além do horário atualmente padronizado.
- Propiciar e formatar as políticas esportivas urbanas e rurais e nos presídios, escolas regulares e especiais, garantindo materiais esportivos adequados;
- Construção de quadras iluminadas, campos gramados, academias ao ar livre e academias da Saúde, inclusive na Zona Rural;
- Criação de Centros Esportivos regionais com capacidade de atender crianças, adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais;
- Criança e Adolescente:
- Proteção e promoção: Conselhos tutelares, PPCAN (Programa de Proteção às crianças em situação de risco), criação de defensoria especializada, criação de creche para menores com dependência química, combate ao trabalho infantil;
- Estímulo a medidas socioeducativas para menores infratores, seja com a construção de centros, seja através das medidas de meio aberto;
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Inclusão nos currículos do Ensino Fundamental, dando foco para os

direitos e deveres. Implementação de fato do ECA.

- Políticas de Economia Solidária e Segurança Alimentar para as comunidades vulneráveis e tradicionais.
- Assistência Social.
 - a. Serviços regionalizados de proteção social.
 - b. Ajuda com equipamentos e pessoal para os que já existem.
- Participação: a. Fortalecimento dos conselhos de políticas públicas.
 - b. Incentivo a programas e projetos em parceria com a sociedade civil.
- Criação dos Centros de Referência dos Direitos Humanos para a população de rua.
- Criação de Políticas Públicas específicas para os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida.
- Programas de Inclusão produtiva para jovens, mulheres e negros.
 - Interfaces com outras secretarias:
 - o Ambulatórios de Saúde;
 - o Programa de Promoção da Permanência e Conclusão do Ensino Médio por Alunos em Situação de Risco Social;
 - o Centros de Cultura na periferia;
 - o Educação Rural;
 - o Nutricionistas nas escolas;
 - o Clínica para crianças com dependência química.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

- Criação de Centro Socioeducativo nas cidades de Janaúba, Januária e Taiobeiras.

- Criação de um Centro Socioeducativo feminino em Montes Claros
- Criação de mais uma vara na comarca de Montes Claros, desmembrando a atual vara de execução penal e tribunal do júri.
- Efetivação de imediato da instalação das comarcas de Jaíba, Mirabela, Mato Verde (formalmente já criadas).
- Aumentar a presença e permanência de juízes e promotores nas comarcas.
- Problema após debate: Ampliação das vagas dos estabelecimentos penais da região.
- Aumento do efetivo da polícia militar na região.
- Destinação de equipamentos e viaturas em número suficiente, inclusive para o policiamento na zona rural e terceirização da frota no Norte de Minas.
- Aumento do investimento no programa PROERD.
- Polícia de proximidade.
- Aumento do efetivo, por meio de um cronograma com a redução da cessão de funcionários municipais, plantão policial nas comarcas, equipamentos e viaturas respeitado o modelo já criado de estruturação e edificação das unidades policiais, criação do posto de perícia integrada em Montes Claros, construção da delegacia regional de Montes Claros.
- Capacitação para qualificar o atendimento.
- Agilizar concurso público.
- Melhorar remuneração.
- Concursos regionalizados em nível municipal para delegado de polícia, escrivão, investigador, devendo permanecer por 5 anos.
- Aumento do efetivo do corpo de bombeiros no território de desenvolvimento.

- Aumento da capilarização das unidades do corpo de bombeiros.
- Reequipamento do corpo de bombeiros.
- Resposta aero médica.
- Aumento do patrulhamento na zona rural, com o fornecimento de recursos humanos, materiais e logísticos adequados para as instituições responsáveis, acelerando as investigações.
- Desenvolvimento de programas sociais, visando à prevenção do consumo de álcool e todas as drogas, principalmente crack.
- Fortalecimento do Conseps.
- Aumento do investimento em segurança pública por parte do Estado, desonerando os municípios.
- Criar mais uma área integrada de segurança pública na cidade de Montes Claros, subdividindo a área da AISP 100.
- Problema após debate: Estudar a possibilidade da promoção de companhia 166 para companhia independente.
- Criação do Pelotão do corpo de bombeiros em Salinas e um Batalhão em Curvelo.
- Problema após debate: Reorganização do território para atender melhor à população e revisão da Lei Robin Wood.
- Assunção das cadeias públicas pela Suape.
- Priorização da implantação de APACs.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

- Valorização Profissional - piso salarial, vale transporte e vale alimentação, promoção e progressão na carreira automática por escolaridade, melhores condições de trabalho, formação

continuada, realização de concursos.

- Infra estrutura - moradia estudantil para universitários e creche (Unimontes), construções e reformas de escolas/quadras, água tratada e luz nas escolas do campo, bibliotecas e laboratórios, custeio de pessoal.
- Organização escolar - redução do número de alunos por sala em todos os níveis, inserção de psicólogos e assistentes sociais no quadro, ampliação do quadro de pessoal, revisão do critério da aprovação automática. As estratégias pedagógicas de recuperação deverão ser implementadas dentro do ano em curso, com quadro de pessoal específico, continuação e ampliação do Programa de Promoção da Permanência e Conclusão do Ensino Médio por Alunos em Situação de Risco Social para o maior número de municípios, incluindo assentamentos de reforma agrária.
- Educação do/no campo - EFAs (Escolas Famílias Agrícolas) - fomentação pedagógica e econômica; criação de uma supervisão de educação do campo dentro das SREs (Secretarias Estaduais); criação do colegiado político e pedagógico de educação do campo; incentivo à elaboração das diretrizes operacionais de educação do campo dos municípios; incentivo para a criação da rede regional de educação do campo; técnicos: oferecer atendimento técnico e profissionalizante a todas as escolas que se caracterizam escolas do campo, segundo orientação das diretrizes operacionais da Educação do Campo do Estado; construção de escolas politécnicas regionais; PRONERA: Criar espaço de diálogo entre PRONERA de Minas e Secretaria Estadual de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Agrário; PESQUISA: Firmar parcerias com universidades estaduais, federais e instituições de ensino que fomentam pesquisas e

formação em Agroecologia; Parcerias EPAMIG e instituições de ensino estadual; Garantir que o Plano Estadual de Educação contemple demandas na educação do campo e que o Estado crie estratégias junto aos municípios para divulgação das diretrizes de educação do campo; garantir que o Estado faça a interlocução com Unimontes e UEMG para que ofertem a licenciatura do campo; criação dentro da secretaria estadual de ensino do GT das EFAs; garantir que o Estado/SEE reconheça os educadores habilitados pela licenciatura; cessão da política de fechamento de escolas rurais em regime de colaboração com os municípios; garantir que estado, em regime de colaboração com os municípios, permita a construção de escolas para atendimento à educação infantil.

- Cultura - democratização dos recursos públicos em cultura, grupos que não possuem CNPJ ou que possuem CNPJ recente, prestação de contas desburocratizadas com foco no resultado do projeto, ampliação de programas de incentivo à cultura, programa de incentivo à cultura protagonizado por entidades populares, criação de uma agenda itinerante de arte e cultura com a intenção de descentralizar as ações culturais do Governo, investimento no Programa Conservatório de Rua, investimento/criação e ampliação de Conservatórios, museus, teatros e demais espaços culturais.

- Ensino superior - ampliação da assistência estudantil por meio de programas bolsas de pesquisa e extensão, bolsa permanência; implementação dos cursos do campus da Unimontes; valorização dos cursos de licenciatura nos campi e implementação e diversificação de cursos; criação do colégio de aplicação da Unimontes; apoio na criação da Universidade Federal do Norte de Minas e na ampliação das vagas de nível médio, técnico e superior do IFNMG; fim da lista tríplice e paridade nos votos para eleição de

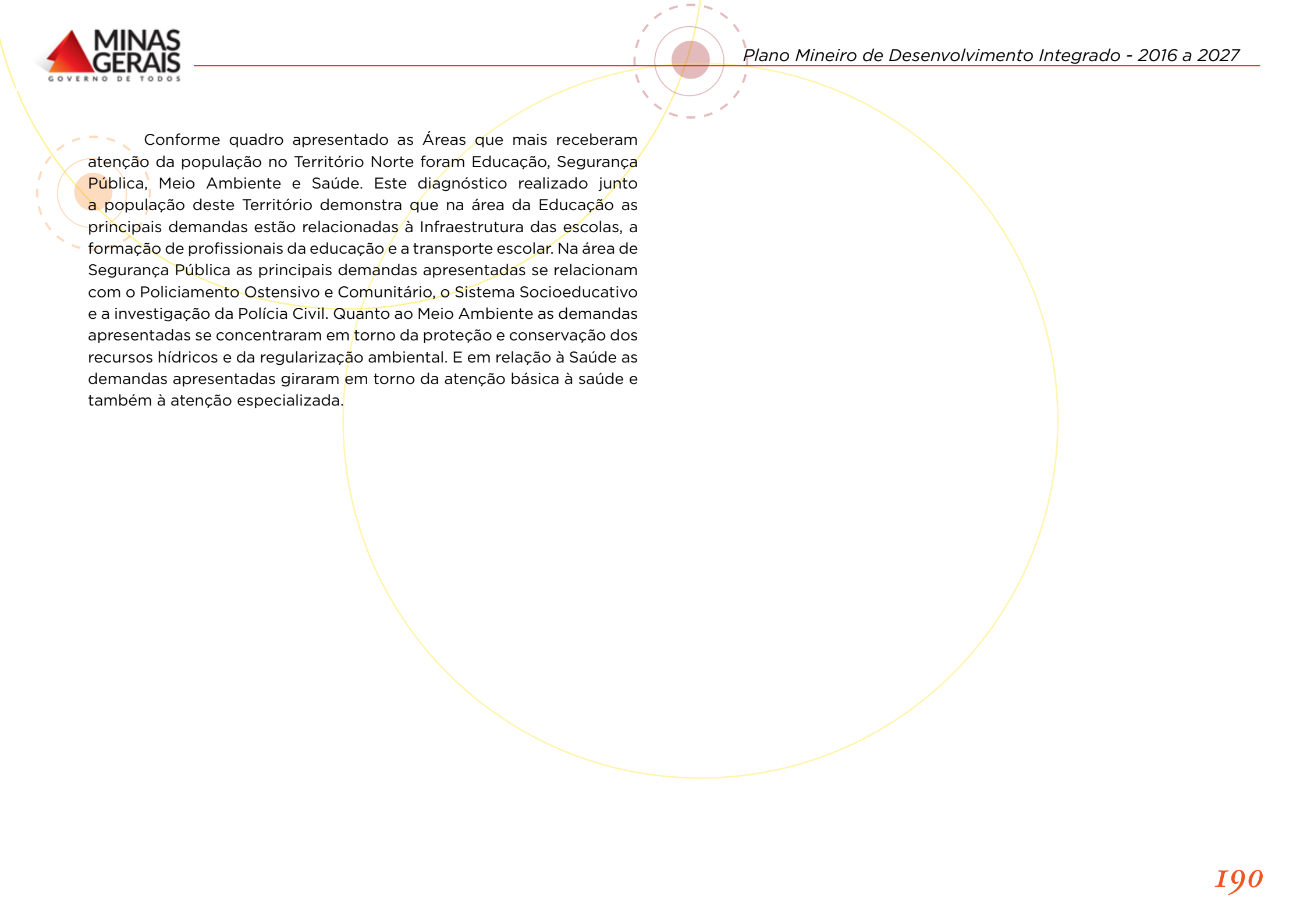
reitoria; política salarial para os servidores técnico administrativos da Unimontes; garantia de parceria entre as instituições de ensino superior do Estado com o PRONERA; construção do prédio do campus Unimontes Salinas.

- Cursinhos populares - incentivar construções de cursinhos populares geridos por entidades populares e retorno do curso de aprofundamento de estudos no Ensino Médio.
- Formação técnica - construção de escolas politécnicas rurais e urbanas, apoio à ampliação do Pronatec.

Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Norte que aconteceu no dia 11 de julho em Montes Claros. Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios.

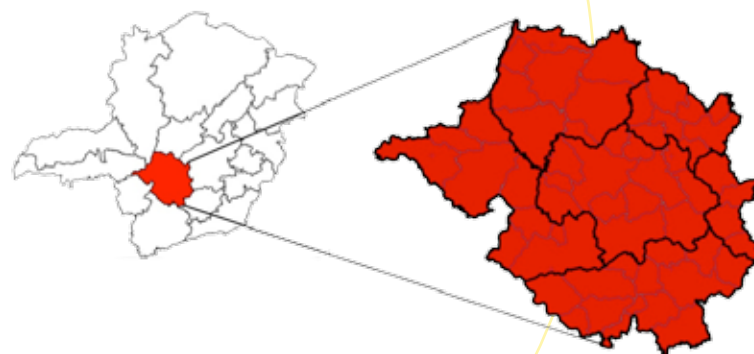
Ademais está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	19	3	0	0	0	22
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	5	2	0	0	10	17
Cultura	2	0	3	0	26	31
Desenvolvimento Agrário	30	0	1	0	0	31
Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais	14	4	0	2	1	21
Desenvolvimento Econômico	18	15	0	2	0	35
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	32	5	3	0	0	40
Desenvolvimento Social	13	1	16	0	0	30
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	3	1	10	2	0	16
Educação	7	5	8	9	122	151
Esportes	0	0	14	1	7	22
Finanças Públicas	1	1	0	0	0	2
Governo	7	14	1	0	0	22
Justiça	0	0	0	5	0	5
Meio Ambiente	67	1	0	1	0	69
Planejamento e Gestão do Estado	0	4	0	0	0	4
Saúde	0	0	49	0	0	49
Segurança Pública	2	1	12	82	3	100
Transportes e Obras Públicas	3	37	4	0	0	44
Turismo	5	0	0	0	1	6
Total	228	94	121	104	170	717



Conforme quadro apresentado as Áreas que mais receberam atenção da população no Território Norte foram Educação, Segurança Pública, Meio Ambiente e Saúde. Este diagnóstico realizado junto a população deste Território demonstra que na área da Educação as principais demandas estão relacionadas à Infraestrutura das escolas, a formação de profissionais da educação e a transporte escolar. Na área de Segurança Pública as principais demandas apresentadas se relacionam com o Policiamento Ostensivo e Comunitário, o Sistema Socioeducativo e a investigação da Polícia Civil. Quanto ao Meio Ambiente as demandas apresentadas se concentraram em torno da proteção e conservação dos recursos hídricos e da regularização ambiental. E em relação à Saúde as demandas apresentadas giraram em torno da atenção básica à saúde e também à atenção especializada.

Perfil Territorial: Oeste



Município	Micro Território
Itaguara	Itaúna
Itatiaiuçu	
Itaúna	
Piracema	
Aguanil	Campo Belo
Bom Sucesso	
Camacho	
Campo Belo	
Cana Verde	
Candeias	
Carmo da Mata	
Carmópolis de Minas	
Cristais	
Oliveira	
Passa Tempo	
Santana do Jacacé	
Santo Antônio do Amparo	
São Francisco de Paula	

Município	Micro Território
BambuÍ	Formiga
Córrego Danta	
Córrego Fundo	
Formiga	
Iguatama	
Medeiros	
Pains	
Pimenta	
Tapiraí	
Araújos	Divinópolis
Arcos	
Carmo do Cajuru	
Cláudio	
Divinópolis	
Itapeçerica	
Japaraíba	
Lagoa da Prata	
Pedra do Indáia	
Perdigão	
Santo Antônio do Monte	
São Gonçalo do Pará	
São Sebastião do Oeste	

INTRODUÇÃO

Município	Micro Território
Conceição do Pará	Pará de Minas
Igaratinga	
Leandro Ferreira	
Nova Serrana	
Onça de Pitangui	
Pará de Minas	
Pitangui	
São José da Varginha	
Bom Despacho	Bom Despacho
Dores do Indaiá	
Estrela do Indaiá	
Luz	
Martinho Campos	
Moema	
Quartel Geral	
Serra da Saudade	

Visando a aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

O Território de Desenvolvimento Oeste é composto por 56 municípios distribuídos em 6 Microterritórios e conta com a população total de 1.194.156 habitantes, que corresponde a 6,09% da população mineira. A extensão territorial é de 29.824,53Km² correspondendo a 5,08% do total de Minas Gerais. Os municípios mais populosos são Divinópolis (213.016hab.), Patos de Minas (138.710 hab.) e Passos (106.290 hab.) e os menos populosos são Serra da Saudade (815 hab.), Doresópolis (1.440 hab.) e Tapiraí (1.873 hab.). O Território Oeste faz fronteira com os Territórios Central, Noroeste, Triângulo Sul, Sudoeste, Sul, Vertentes e Metropolitano.

Neste Território a População Rural corresponde a aproximadamente 11,23%% da população total sendo que esta proporção é a quarta menor em comparação com os demais Territórios, possuindo proporções menores apenas os territórios Metropolitano, Triângulo Norte e Triângulo Sul.

A proporção de pobres do Território Oeste é de aproximadamente 20,82% sendo a quarta menor do estado. Já os considerados “extremamente pobres” representam 5,30% da população do território. A Renda per capita observada no Território Oeste é de R\$ 704,24, correspondendo ao sexto melhor do Estado, estando atrás apenas do Sul, Mata, Triângulo Sul, Triângulo Norte, Metropolitana, em valores de agosto de 2010.

OESTE

1.188.949

População

247.561 - 20,82%

Quantidade de
pobres

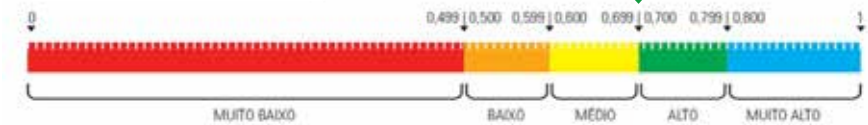
63.036 - 5,30%

Quantidade de
Extremamente
pobres

A média do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida para o Território Oeste é de 0,70, sendo o quarto melhor do Estado, atrás apenas do Triângulo Sul, Triângulo Norte e Sudoeste, ocupando a faixa média conforme figura abaixo.

IDHM Oeste
0,700

Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal

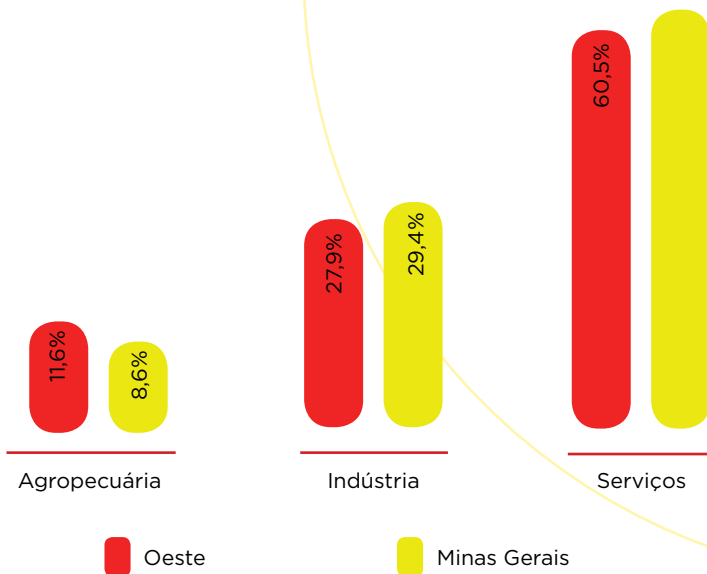


EIXO1-DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

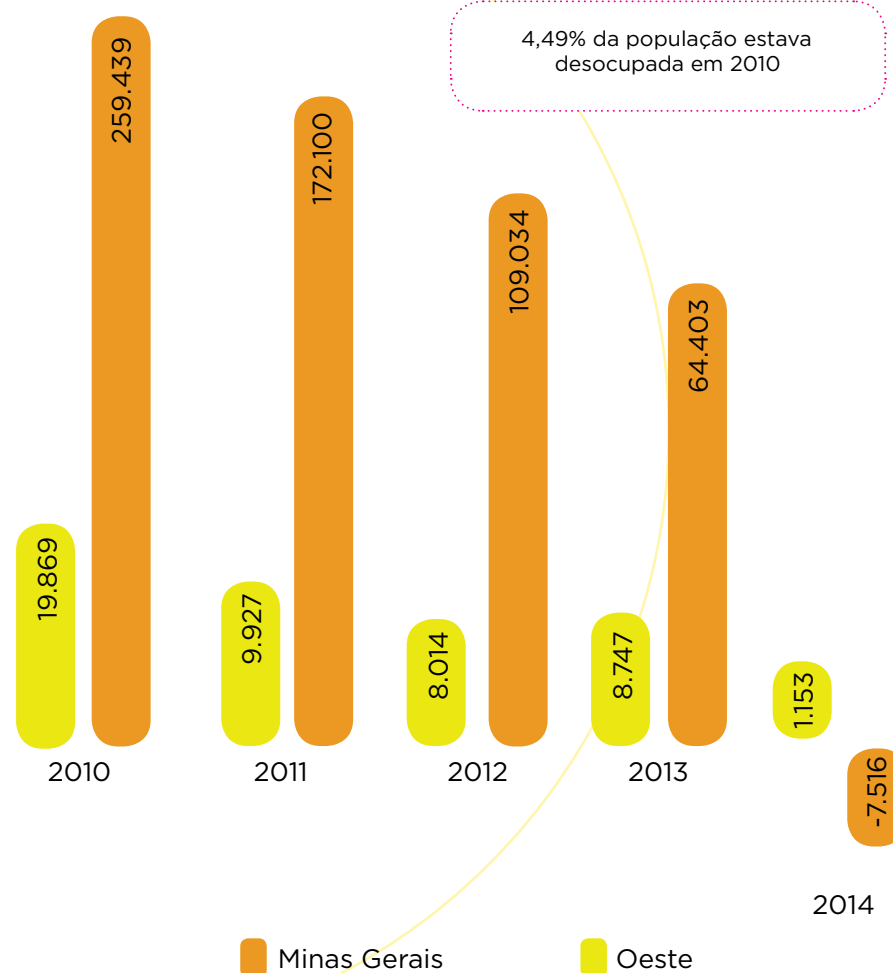
Segundo o IBGE, em 2012, a contribuição do Oeste no PIB estadual foi de 5,2%. O setor agropecuário representa 11,6%, a produção industrial 27,9%, e o de serviços equivale a 60,5% do PIB territorial.

Nos últimos quatro anos, foram atraídos para o território cerca de 10% dos investimentos formalizados em protocolos de intenção no estado, os quais se relacionam à criação de pouco mais de 4.500 empregos. Quanto ao saldo de empregos formais criados no último ano no Oeste foi positivo em 1.153 vagas.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS



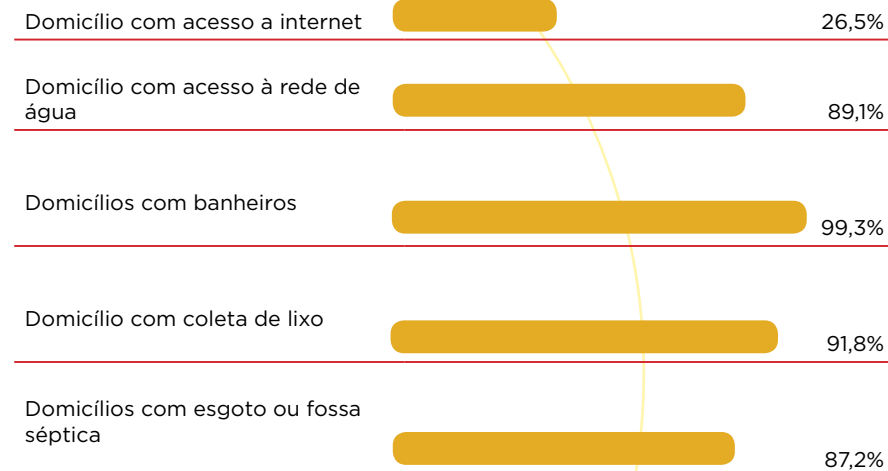
4,49% da população estava desocupada em 2010

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Oeste é o quarto em melhor situação, tendo, em média, 89,1% dos domicílios atendidos. Em relação a serviços de coleta de lixo, esse território é o quarto em melhor situação, tendo, em média, 91,8% dos domicílios atendidos.

Há no território, sete aeródromos, nos municípios de Pará de Minas, Divinópolis, Oliveira, Campo Belo, Formiga, Santo Antônio do Amparo e Passa Tempo e as principais rodovias do território são: BR 352, BR 354 (rodovias federais); MG 50, MG 155, MG 170, MG 235 (rodovias estaduais) e BR 381, BR 262 e MG 050 (rodovias concessionadas).

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS OESTE



EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Na saúde e proteção social, 2,27% dos indivíduos possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70 mensais (em valores de 2010, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). Existem, nesta região, 128.427 famílias cadastradas no Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal (CadÚnico), sendo que, destas, 52.327 famílias são pobres (renda per capita familiar menor que R\$ 154,00) e 38.468 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

Destaca-se que a População Economicamente Ativa representa 46,61% e que o setor de serviços é que mais emprega, correspondendo a 48,59% dos vínculos formais da região.

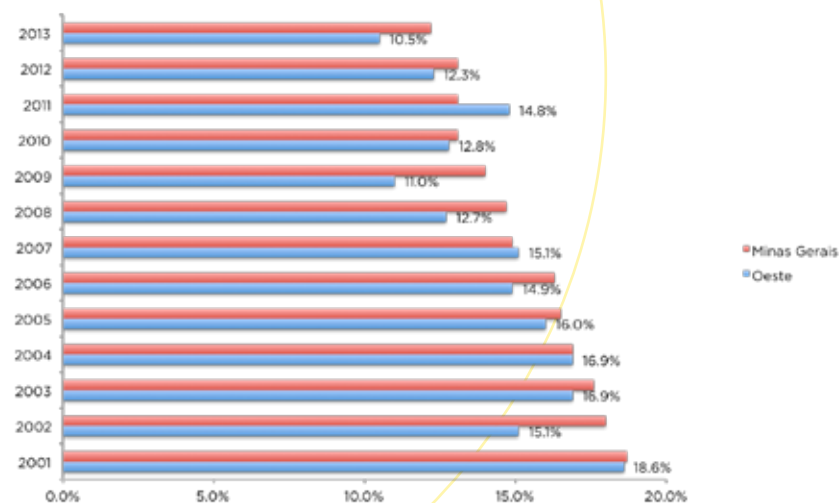
Esse território conta com uma Cobertura Populacional de 93,73% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo superior à média estadual que é de 91,41%. Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos SUS, a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de 3 leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,30.

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. A construção e o funcionamento do serviço são fruto da parceria entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios. A Região Ampliada de Saúde Oeste, que abrange o território Oeste, está em processo de implantação do serviço, sendo que atualmente o território conta com uma UPA em Divinópolis e com 18 hospitais já integrantes da Rede de Resposta da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada de Saúde Oeste.

A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores

do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Oeste, a TMI foi de 10,5 por 1.000 nascidos vivos.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



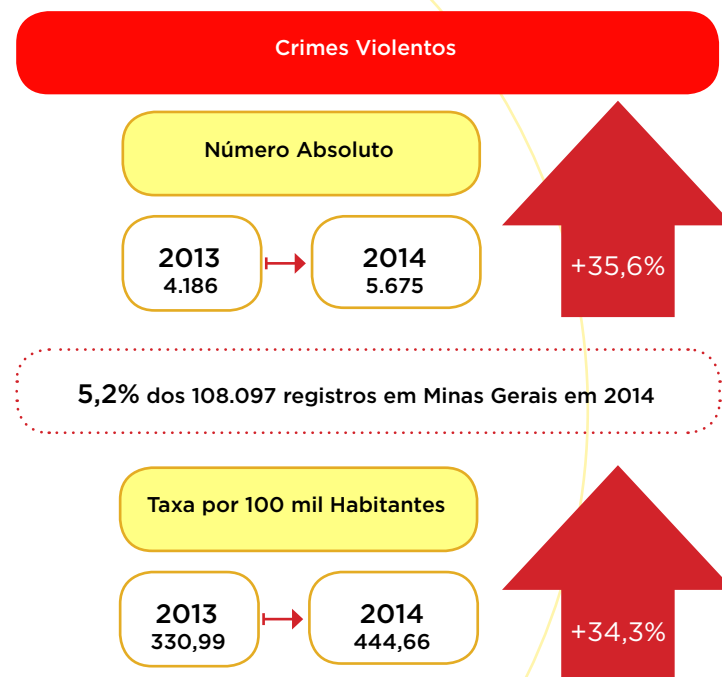
Fonte: Ministério da Saúde

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Oeste, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 86,93% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção acima do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Oeste está abaixo da média estadual, com 13,66, cumprindo também a meta preconizada nos Objetivos do Milênio.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

No Território de Desenvolvimento do Oeste, as taxas de homicídios vêm apresentando gradativa e continuada tendência de alta. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 444,66 crimes violentos e 14,97 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.



Fonte: CINDS SEDS / MG

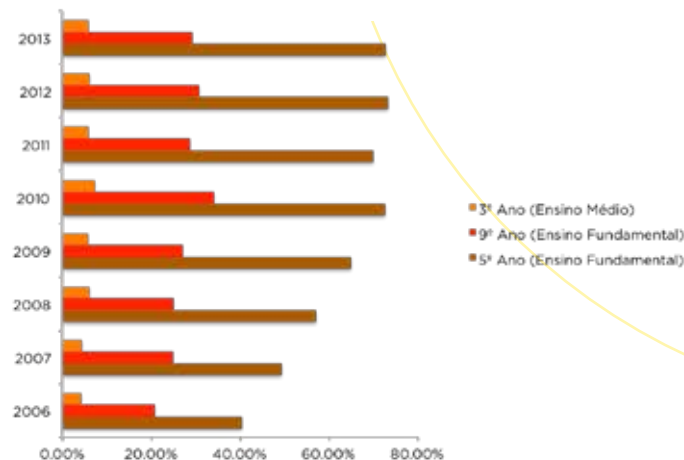
EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

O Oeste tem como principal desafio ampliar o atendimento para a população entre 15 e 17 anos, principalmente se for observado que 6,8% da população em idade escolar não frequenta nenhuma instituição de ensino. Por outro lado, o analfabetismo entre os jovens, de 15 a 17 anos, está entre os mais baixos do estado e 57% deles têm o Ensino Fundamental completo.

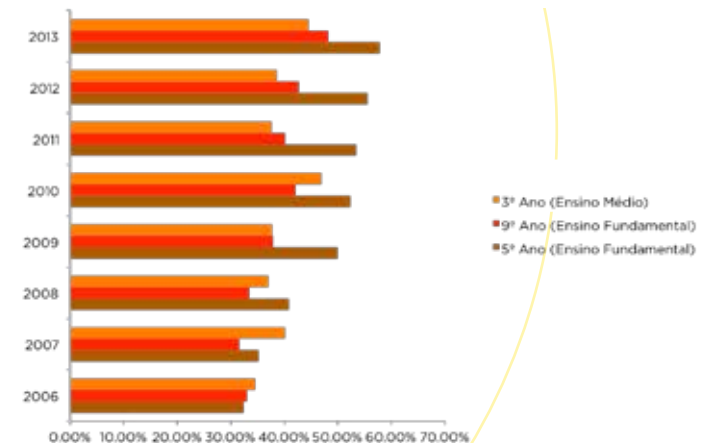
Quanto aos indicadores da Educação Básica, o PROEB 2014 evidencia que no 5º ano do Ensino Fundamental 62,5% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 74% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 44,5% dos alunos no nível recomendável em Português e 6,9% em Matemática.

ALUNOS POR NÍVEL RECOMENDÁVEL DE DESEMPENHO NO PROEB (%)

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA



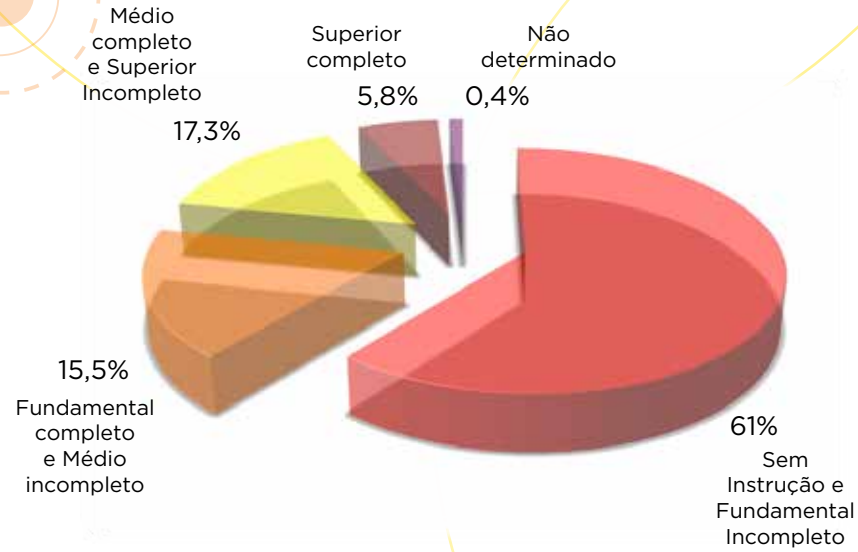
O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	40.39%	49.27%	57.10%	64.97%	72.63%	69.95%	73.26%	72.74%
9º Ano	20.79%	24.89%	25.00%	26.97%	34.19%	28.76%	30.79%	29.32%
3º Ano	4.29%	4.48%	6.10%	5.85%	7.34%	5.97%	6.18%	5.96%

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	32.46%	35.15%	40.85%	49.94%	52.34%	53.45%	55.61%	57.84%
9º Ano	33.02%	31.62%	33.52%	37.83%	42.15%	40.09%	42.69%	48.18%
3º Ano	34.60%	40.18%	36.99%	37.71%	46.90%	37.69%	38.54%	44.57%

NÍVEL DE INSTRUÇÃO



TAXA DE ANALFABETISMO

	Número	Taxa (%)
Taxa de Analfabetismo (Total)	60.190	6,4%
Taxa de Analfabetismo Zona Rural	12.157	11,5%
Taxa de Analfabetismo Zona Urbana	48.033	5,7%

Fonte: IBGE

Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 708 escolas presentes no território, 15,1% não tem acesso à internet, 24,2% não tem biblioteca, 35,5% não tem laboratório, 44,5% não tem quadra poliesportiva e 14,3% não tem rede de água.

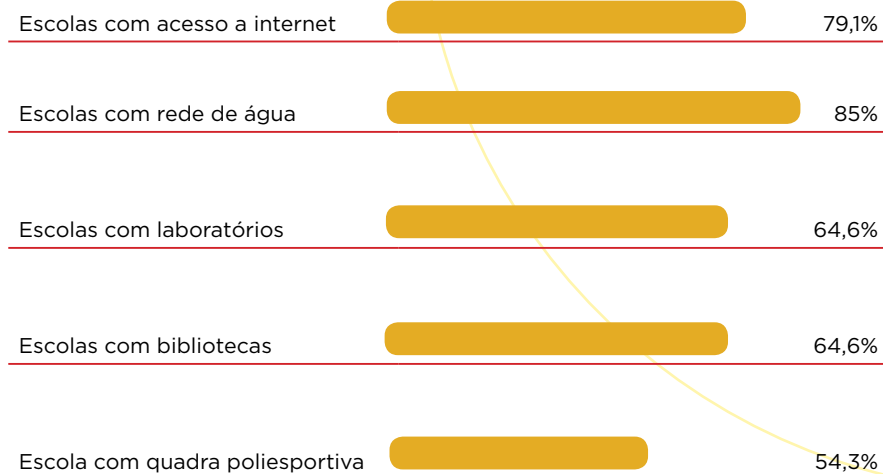
A cidade de Pitangui se destaca por possuir bens culturais tombados nas três esferas de governo. A Casa de Câmara e Cadeia (Paço Municipal) e a Casa do Padre Belquior são tombadas pelo IPHAN e todo o Centro Histórico pelo IEPHA. Oliveira também se destaca pelo expressivo número de bens culturais tombados, sendo que o prédio e o terreno do antigo Fórum (atual Casa de Cultura) e as Ruínas do Casarão do Capitão Henrique são protegidos por tombamento estadual.

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda rodada, é aberta a escuta à sociedade que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e de representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada de Minas Gerais. Os Fóruns Regionais são um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais construirá políticas públicas que respeitem as características de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS OESTE



participantes no segundo encontro do Fórum Regional do Território Oeste realizado em Divinópolis no dia 1º de outubro de 2015. O encontro contou com a participação de 400 inscritos representantes dos municípios deste território. No total, 292 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população.

EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

- Implantar um polo de inovação tecnológica nas instalações da UEMG Unidade Divinópolis MG e Implantar a Cidade Tecnológica do Centro Oeste em Divinópolis. É um projeto de um Parque Tecnológico de terceira geração. É necessário o apoio e participação do poder público por intermédio de seus instrumentos fiscais, de apoio tecnológico e de serviços, SEPLAG, SEF, INDI, CODEMIG e SEGOV, SISEMA e SECTES.

- Desenvolvimento de Políticas Públicas a nível estadual com vistas a atração de novas empresas e ampliar o Parque Industrial de Divinópolis MG, sobretudo com a intenção da passagem do Gasoduto pela Região Centro Oeste de Minas Gerais em direção a Uberaba MG, além da criação de um porto seco no território oeste para atração de novas empresas para a região.

- Fomentar a atração de novas indústrias, através da diversificação industrial no território Oeste, priorizando empresas de maior valor agregado. Além de qualificar as indústrias, micro, pequenas e médias empresas já existentes no território com foco na inovação tecnológica, através de incentivos fiscais e financiamento. É importante a capacitação da mão de obra, principalmente dos jovens.

- Elaborar planos regionais de desenvolvimento, que contemplem o zoneamento das áreas de produção e de

preservação, bem como a consolidação dos trabalhos de esgotamento das minas. Aumentar a contribuição da CFEM, com maior porcentagem de recolhimento para o município da mina e os demais afetados no novo Código de Mineração Nacional.

- Promover a reestruturação dos órgãos ambientais presentes no território Oeste com o objetivo de fortalecer a atuação na regularização, fiscalização e na preservação ambiental, de modo a consolidar a política pública de meio ambiente regional.

- Desenvolver programas de conservação do solo e água, com a criação de um cadastro de nascentes para todo o território Oeste, que objetive o desassoreamento de cursos d'água e lagos, a construção de terraço e bacias de captação, proteção de APP's; o cercamento e reflorestamento das nascentes. Com ênfase no incentivo financeiro para preservar área superior ao que determina a legislação vigente em torno das nascentes, além de ampliar o programa Bolsa Verde e o controle de outorga e consolidar a cobrança pelo uso da água.

- Executar projetos em micro bacias hidrográficas de captação de abastecimento público municipal via arranjos institucionais, com o objetivo de perenizar a vazão hídrica, por meio de recuperação de áreas degradadas, melhoria das áreas de produção, conservação de solo e água e preservação das áreas de proteção.

- Consolidar a política de resíduos sólidos, apoiando financeiramente e tecnicamente os municípios, fomentando a aplicação da legislação de consórcios, além de incentivar a implantação da coleta seletiva nos municípios do território Oeste.

- Incentivos fiscais para geração de energia limpa.

- Fomentar o turismo no território Oeste, com o apoio

mais intensivo da Secretaria de Turismo do Estado de Minas de Gerais, conhecendo melhor o potencial da região, além disso, qualificar moradores e comerciantes para recebimento dos turistas, buscando parcerias com o setor privado para incremento turístico na região.

- Instalação de centrais de recepção, distribuição e comercialização de produtos agropecuários, de acordo com a demanda microterritorial no Território Oeste.

- Apoio à produção sustentável, garantindo a orientação técnica ao produtor rural e o apoio à destinação correta de embalagens de agrotóxicos.

- Criação de Escolas Família Agrícola, cursos técnicos e cursos profissionalizantes, tendo em vista a qualificação dos jovens no meio rural, objetivando a sucessão rural, a permanência do homem no campo e a educação alimentar, nutricional e agroecológica na rede pública de ensino.

- Apoio à regularização das agroindústrias familiares, principalmente por meio da adequação da legislação sanitária a realidade da Agricultura Familiar, da garantia do acesso à educação sanitária, da elaboração de projetos e do fomento a criação de Sistema de Inspeção Municipal consorciado no Território.

- Ampliação do acesso a Assistência Técnica e Extensão Rural, principalmente por meio da melhoria da infraestrutura física e da ampliação e qualificação do pessoal do Sistema Agricultura, fomentando a pesquisa adequada à realidade do pequeno produtor.

- Promoção do acesso a terra e ao crédito fundiário.

- Produção e disseminação de informações ao Agricultor Familiar, especialmente de oportunidades de qualificação e de acesso a recursos.

- Apoio à infraestrutura rural, principalmente por meio (1) da ampliação do acesso à água, da gestão dos recursos hídricos e da fiscalização sobre o mau uso dos recursos naturais; (2) da adequação de estradas vicinais, com implantação de barraginhas, bacias de captação e poços artesianos; (3) da segurança, do saneamento rural e do acesso à internet; (4) da regulamentação e fiscalização dos chacreamentos e condomínios rurais; (5) da implantação de frigorífico regional no território; e (6) da distribuição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

- Fomento ao cooperativismo e ao associativismo.

- Ampliação do bolsa verde no Território.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Melhorar o transporte público através da implantação da acessibilidade no transporte coletivo intermunicipal, de acordo com ABNT e criação de novas linhas.

- Organização de consórcios intermunicipais de resíduos sólidos, tais como Unidades de Triagem e Compostagem e Aterros Sanitários, para promover o tratamento e disposição final, por meio da organização dos municípios em função de sua localização geográfica, acesso, produção de resíduos, etc.

- MG050:

- o Duplicação da Rodovia MG050, trecho entre o distrito de Azurita e Itaúna e Itaúna - Divinópolis;

- o Alteração do trajeto da MG050, no km 117 e criação de pistas laterais.

- o Revisão de cláusulas abusivas do contrato de concessão da Rodovia MG-050, especialmente no que se refere aos valores de pedágio cobrados e aos serviços prestados pela concessionária.

- Construção de mais casas populares nas cidades da região, com assistência técnica gratuita, projetos de engenharia e arquitetura, incentivando a urbanização nos locais onde elas forem instaladas, e participação ativa do Estado na viabilização para a aquisição de terreno para que possamos contemplar a população com as UHs. Fazer gestão junto às prefeituras para criação da “engenharia social” em parceria com as faculdades/universidades públicas e ou privadas, objetivando dar assistência de engenharia na elaboração de projetos e fiscalização de construção de pequenas casas, para pessoas de baixa renda.

- Investir em fonte energética alternativa limpa, sobretudo a energia elétrica fotovoltaica, investindo, também, na qualificação de profissionais nessa área de ensino e dar incentivos a indústrias de produção de painéis solares fotovoltaicos.

- o Incentivar o uso de programas sociais para melhor uso da energia elétrica, por exemplo, Minha Casa Minha Vida, e, ainda, diminuir impostos visando aumentar investimentos.
- o Fomentar a geração de energia elétrica a partir do lixo.
- o Investir em biodigestores.

- Liberação de recurso para implantação de estação de tratamento de água e esgoto, para que não haja a disposição direta nos cursos d’água que se encontra com o rio Pará; e aterro sanitário licenciado para a disposição correta do lixo.

- Incluir ciclovias no contorno do anel de Divinópolis.
- Ligação da BR 494 ao aeroporto regional de Divinópolis, passando pelo hospital regional, incluindo a construção de ponte.
- Ligação do município de Carmo da Mata à Rodovia Fernão Dias
- Contorno de Oliveira, retirando a BR369 da área urbana e ligando diretamente na BR 494.

EIXO 3 - PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- Fortalecer e implementar a rede de urgência e emergência com todos os seus componentes. Rede resposta hospitalar, cuidados prolongados, leitos de UTI e SAMU.

- Finalização do Hospital Público Regional e efetiva transferência de sua gestão para a EBSEH por meio da UFSJ Campus CCO em Divinópolis MG. Construção do Hospital Regional de Nova Serrana e formação local de profissionais para atuação na região.

- Fortalecer e implementar as redes assistenciais (psicossocial, rede cegonha, dando ênfase a oncologia, cardiologia, ortopedia e neurologia; idosos, melhor em casa, portadores de doenças crônicas e demais) com garantia de aporte financeiro e monitoramento dos serviços prestados - para o atendimento tanto da zona urbana como rural.

- Criar uma unidade de atendimento de auto risco para as gestantes na região oeste, evitando deslocamentos para região central. Melhorar a abrangência do atendimento ao pré-natal na rede de atenção primária. Melhor distribuição e ampliação de unidades de saúde que compreendem serviços específicos para as gestantes.

- Revisão da questão de judicialização da saúde - os municípios estão com o crescente custeio de medicamentos e procedimentos mediante a processos de usuários da rede.

- Intervenção e fiscalização (auditoria com transparência) do poder estadual e municipal no hospital São João de Deus, dado que o hospital conta com aporte de recursos públicos.

- Fornecer custeio tripartite para o aumento da oferta de atenção primária, ampliando a cobertura do programa saúde

da família para todos os municípios da região oeste. Garantir a existência de pontos biométricos nas unidades assistenciais para que profissionais da área - principalmente para médicos - cumpram o contrato estabelecido com o poder público.

- Implantação do Centro de Especialidades Multi Profissionais (CEM), com atendimento médico, garantia de equipamentos e exames de média e alta complexidade. Utilizar estrutura de leito hospitalar existente da CSISBM (Centro de Spude Integral São Bento Menni) em serviços de psicogestão, cuidados paliativos, reabilitação, hospital de urgência e emergência psiquiátrica.

- Ampliação e implementação da rede de assistência psicossocial, com custeio tripartite, com CAPS Adulto, Infanto-Juvenil e de álcool e outras drogas, garantindo o funcionamento de um desses centros 24h em cada micro região de acordo com a realidade local e parâmetro assistencial. Ampliação e implementação de residências terapêuticas para garantir o cuidado integral aos usuários oriundos de internação psiquiátricas. Implantação de casas de acolhimento abrangendo todos os municípios da região. Implantação de lares abrigados que acolham os dependentes químicos em situação de vulnerabilidade econômica-social. Garantia dos leitos para atendimento clínico dos usuários da saúde mental nos hospitais gerais. Flexibilização das regras de participação de clínicas especializadas em programas governamentais e no atendimento a cidadãos com dependência de álcool e outros tipos de drogas. Viabilizar recursos para a continuidade de projetos existentes de dependência química, transtornos mentais.

- Ampliação e reforma do Hemonúcleo Fundação Hemominas em Divinópolis. Organização da atenção básica para

receber os pacientes com Coagulopatias e Hemoglobiopatias da Região Oeste.

- Implementação de incentivos e apoio às unidades hospitalares readequando metas e diretrizes a realidade local (PROHOSP).

- Fortalecer os conselhos regionais e municipais através da obrigação que todas as transferências estaduais e a sua respectiva execução sejam acompanhadas por esses órgãos. Governo estadual deve passar a fiscalizar a distribuição de leitos e utilização dos recursos das unidades de atendimento da saúde em relação à demanda regional de pronto atendimento.

- Implementar ações efetivas de capacitação permanente para todos os profissionais da saúde. Utilização dos diagnósticos já realizados do campo da saúde da realidade local para implementação e melhoria de políticas públicas. Mudança da Superintendência Regional de Saúde para o prédio do Fórum, que funcionará em outra sede a partir de 2016.

- Garantir alimentos de qualidade, na promoção da segurança alimentar e nutricional, não admitindo a possibilidade de uma insegurança alimentar em órgãos e eventos do poder público. Criar mecanismos que estimule por meio de bônus financeiros, os municípios que implementaram o SISAN.

- Implementação de uma política de transporte para o usuário do IPSEMG, uma vez que o atendimento continua precário na região, sendo centralizado na capital.

- Aprovar o projeto de lei (PL 3.754/13) que altera o Anexo I da Lei 18.030, de 2009, que trata da distribuição da parcela do ICMS para os municípios por meio do ICMS esportivo alterando o repasse de 0,1% para 1,0% sendo que 50% desse repasse fosse obrigatoriamente para o fundo municipal do esporte, repassando

exclusivamente para este. Flexibilizar o critério de necessidade de existência de conselho municipal de esportes para recebimento do recurso, dado que muitas prefeituras tem dificuldades em contar com a participação popular na estruturação dessas unidades, bem como com os seus processos burocráticos. Reformular os critérios de pontuação do ICMS esportivo de forma a valorizar o município que promova eventos esportivos.

- Custear gastos dos municípios para participação dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) nas etapas regionais. Inserir o evento no calendário escolar do governo estadual. Melhorar a instrução aos municípios sobre critérios e regras de realização das competições que compõem o evento.

- Intensificar a instalação de academia ao ar livre inclusive em distritos numa proporção de uma academia para cada 5.000 habitantes. Revitalizar espaços urbanos – como praças – com equipamentos esportivos dando também a devida segurança pública para correta utilização dos mesmos pela sociedade. Construir, reformar, adequar e manter equipamentos públicos como quadras, ginásios poliesportivos, campos de futebol nas áreas urbanas e nos distritos, com custeio de profissional para acompanhamento das atividades.

- Criar unidades regionais da Secretaria de Estado de Esporte, para aproximar o órgão das administrações municipais. Maior disponibilização de informações e qualificações para que municípios tenham a capacidade de elaborar projetos de arrecadação de recursos da Lei de Incentivo ao Esporte. Maior qualificação de gestores esportivos do município pelo estado, profissionalizando e aumentando a capacidade dessa política.

- Incluir um programa dentro dos serviços continuados, ofertados pelo PAIF, de diversas modalidades esportivas, visando

inclusão e proteção social a crianças em situação de violação de direito e exposição a riscos (drogas, prostituição, etc.), ou em situação de vulnerabilidade social e ou econômica, além daqueles em cumprimento de medidas sócio educativas ou em descumprimento com as condicionalidades do Programa Bolsa Família.

- Construção de Centro de referência do Trabalhador e ampliação da rede do SINE no território com atendimento integrado, humanizado e qualificado no SINE, sendo este realizado por meio de seminário de capacitação ofertado pela SEDESE. Articulação entre os sistemas do SINE e CAD - único, para garantir um diferencial na busca ativa para o atendimento aos usuários de extrema pobreza.

- Criação de Programa Estadual de Qualificação Profissional e Inclusão Produtiva para Jovens em situação de vulnerabilidade social; Defender políticas públicas para adolescentes na área de emprego e cursos para que os mesmos não evadam para a criminalidade a procura de suprir as necessidades financeiras e outras.

- Criação de política de fornecimento gratuito ou de financiamento de equipamentos para as Associações e Cooperativas de catadores que se candidatarem a recolher os resíduos nos municípios através de contratação dessas entidades e incentivo fiscais das prefeituras que contratarem essas entidades.

- Implementação de pontos fixos de Economia Popular Solidária no território. Realizar Conferência Estadual de Trabalho, Emprego e Renda, incentivando a criação de Conselhos Municipais de Trabalho Emprego e Renda a Conselhos Municipais de Economia Popular Solidária.

- Garantir que os direitos dos/as presidiários/as sejam respeitados, bem como os limites do número de presos detidos nos presídios.

- Planejamento estratégico situacional junto a Associação das Câmaras Municipais do Centro Oeste e outros no sentido de implementar, incorporar, consolidar e criar no mínimo seis Centros de Referência em Direitos Humanos Regional para as políticas de igualdade racial, social e étnicas e as diversidades na região, após mapear as demandas dos segmentos em busca de ações afirmativas que sejam inclusiva de fato (negros, ciganos, indígenas, quilombolas, moradores de rua, idosos, comunidades tradicionais, mulheres, mulheres negras, assentados, rural, extrativistas, vulnerabilidade social, LGBTI, reinadeiros, povos de terreiro e outros que existem na região).

- Questão de Orçamentos:

- o Estabelecer 5% do orçamento do Governo de Estado para a Assistência Social;

- o Aumento do repasse anual do Recurso do Piso Mineiro da assistência social, reajustando o valor da per capita por família cadastrada no CAD único para o valor mínimo de 5 reais, atualizando o número de família e o valor repassado anualmente.

- o Garantir e ampliar o co-financiamento mensal e regular automático pelas três esferas de Governo para a regionalização da Proteção Especial.

- Serviço Regionalizado para Pessoas em Situação de Rua
- Ampliar a rubrica orçamentária e definir fluxograma regional para população migrante. Inclusão social através do trabalho e renda a pessoas em situação de rua tendo como base a Economia Solidária.

- Recursos específicos do Estado destinado ao Serviço de Acolhimento:

- o Implantação de um serviço integral de assistência ao idoso.

- o Implementação de uma instituição de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica. Criação de um serviço ofertado aos agressores domésticos para acompanhamento psicossocial, ofertado por profissionais financiados pelo Estado.

- o Rede sócio assistencial mais dinâmica que proporcione melhorias na qualidade de vida da pessoa com deficiência física e mental, mediante a inclusão nos âmbitos da saúde, educação, trabalho e assistência social (inserção no mercado de trabalho capacitações, residências inclusivas de proteção social especializada).

- Fortalecimento dos Conselhos Tutelares, e transferir recursos necessários para sua manutenção, criando o Conselho Tutelar de acordo com as legislações pertinentes no território, com o regime de plantão. Garantir a implantação do SIPIA (Sistema de informação para Infância e Adolescência Conselho Tutelar).

- Garantir recursos para implementação e manutenção dos serviços de média e alta complexidade regionais para atender a demanda dos municípios de porte I e II que não possuem serviço de Proteção Social Especial - PSE conforme a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social nas regiões, criando CREAS regional.

- Fortalecer o Controle Social e Participação dos Conselhos de Assistência Social na região centro oeste, com o fortalecimento da URCMAS - União Regional dos Conselhos de

Assistência Social. Encaminhamento para o Conselho Estadual.

- Criação do Centro de Referência Regional para o trabalhador do SUAS.

EIXO 4 – SEGURANÇA PÚBLICA

- Realização de parcerias com todas as secretarias do Estado, convênios com entidades, movimentos sociais para a realização de oficinas e projetos pedagógicos que envolvam esses jovens e adolescentes no convívio social.

- Retomar a construção do Presídio no Município de Itaúna e também construir presídios em outros municípios, bem como a construção de centro socioeducativos em municípios com mais de 50.000 habitantes e conclusão das obras do presídio de Floramar de Divinópolis.

- Recomposição do efetivo de todas as instituições afetas a Defesa Social (PCMG, PMMG, CBMMG, SUAPI) conforme Lei Orgânica respectiva e também convocação dos aprovados dos concursos em andamento.

- Construção de pelo menos um centro socioeducativo e pelo menos um centro de internação provisória no âmbito do 7º departamento de preferência no município de Nova Serrana ou Bom Despacho.

- Ampliação do Sistema Olho Vivo em Divinópolis

- Criação de uma nova Cia PM na região Sudeste de Divinópolis atendendo a região dos Bairros Bela Vista, Belvedere 1 e 2, São Jose, Copacabana, Jardim das Acácias, Jardimópolis, Cacoco, Realengo, Alterosa e outros, onde estão localizados a UEMG, UFSJ, CEFETMG, Hospital Público Regional, futura sede Administrativa do município, Parque de Exposições e outros.

- Construção ou aquisição de imóvel para a instalação da DRPC de Divinópolis, criação da sede própria da delegacia em Bom Despacho (imóvel já cedido), criação de uma Delegacia Regional de Polícia Civil Itaúna (com adequação do prédio), criação de uma DRPC em Formiga e instalação de Delegacias nos municípios de Moema, Araújos, Perdígão, Papagaios e Cristais.

- Criação da Delegacia contra violência doméstica (mulher, criança, adolescentes, idosos e deficientes físicos) em municípios acima de 50.000 habitantes com atendimento especializado com Psicólogos, Assistentes Sociais e médicos legistas do sexo feminino.

- Reestabelecimento do repasse de recursos do Estado de Minas Gerais para o Corpo de Bombeiros inclusive dos recursos não repassados no período de 2010 a 2015, de acordo o convênio DER/MG - 30.027/07 firmado para execução dos serviços de prevenção e combate a incêndios, atendimento pré-hospitalar, busca e salvamento, atendimento de ocorrência envolvendo produtos perigosos e atividades de defesa civil em geral, ao longo da MG-050.

EIXO 5 – EDUCAÇÃO E CULTURA

- Criação de Centro de apoio pedagógico em cada SRE para capacitação dos profissionais de educação especial e atendimento aos alunos com necessidades especiais em todas as suas especificidades.

- Ampliar a implementação do Programa Mais Educação, observando estrutura física, profissionais habilitados, assegurando as suas melhorias.

- Garantir os recursos necessários à implantação de cursos

técnicos diversos, tais como das áreas eletrônica, gastronomia, estética, informática, serviços (turismo, administração), de oferta gratuita, em parceria com universidades e centros técnicos, com objetivo de qualificação da mão de obra, em conformidade com a demanda, e criação de oportunidade de empregabilidade para jovens estudantes.

- Acesso e permanência dos estudantes às escolas e universidades estaduais. Recomposição do orçamento da UEMG e contratação de professores para reduzir o número de alunos por professores.

- Criação e implantação de uma SRE em Formiga.

- Assegurar a melhoria das estruturas das redes físicas e infraestrutura de todas as escolas estaduais, garantindo a construção dos espaços não existentes e a manutenção, bem como equipamentos necessários, tais quais quadras cobertas, laboratórios de informática, refeitórios, equipamentos e mobiliários.

- Criação de uma equipe multidisciplinar.

- Laboratório com técnicos de informática. Contratação de profissionais na área jurídica na SREs. Profissional de educação física para ginástica laboral.

- Aumentar o número de analistas pedagógicos nas SREs

- Criação de programa de segurança nas escolas que abranja a proteção aos professores.

- Parceria entre Ministério Público e escolas.

- Atendimento de cursos do PROERD para escolas municipais.

- Ampliação dos repasses para transporte escolar, bem como assegurar o Passe-Livre para estudantes que moram a mais de 1 km da escola.

- Valorização dos professores.

- Políticas públicas para os professores aposentados.

- UEMG como polo de informação e educação continuada.

A universidade buscaria recursos para a educação continuada.

- Remuneração justa dos mestres de cultura nas escolas.

Estratégia para inclusão efetiva de uma parte diversificada no currículo escolar conforme características regionais.

- Implantação da Lei 10.639 nas escolas públicas.

Implantação do curso de Políticas de Afirmção Racial nas escolas. Inclusão social de pessoas com necessidades educacionais específicas: e os desafios para as instituições de ensino. Qualificação educacional e profissional para Quilombolas. Dar visibilidade dos quites de literatura afro-brasileira em todas as escolas públicas.

- Educação integrada: garantir e manter mecanismos e recursos para inclusão da cultura, sobretudo educação patrimonial, valorização do patrimônio imaterial, povos de matriz africana na educação formal, numa política remuneratória de Estado.

- Formulação de uma lei para implementar cultura na grade curricular.

- Ampliação do acesso do jovem a cultura, implantando uma política cultural nas escolas (viagens e promoção de talentos), com a criação de cineclubes nas comunidades e escolas e estímulo à arte nas escolas e bairros

- Implantação de centros culturais com verba de programação e administrado pela sociedade civil

- Criação de uma rede de ponta de cultura que apoie a produção cultural e a identidade cultural. Criação do centro da memória afrodescendente

- Conclusão de obras e desenvolvimento de projetos para

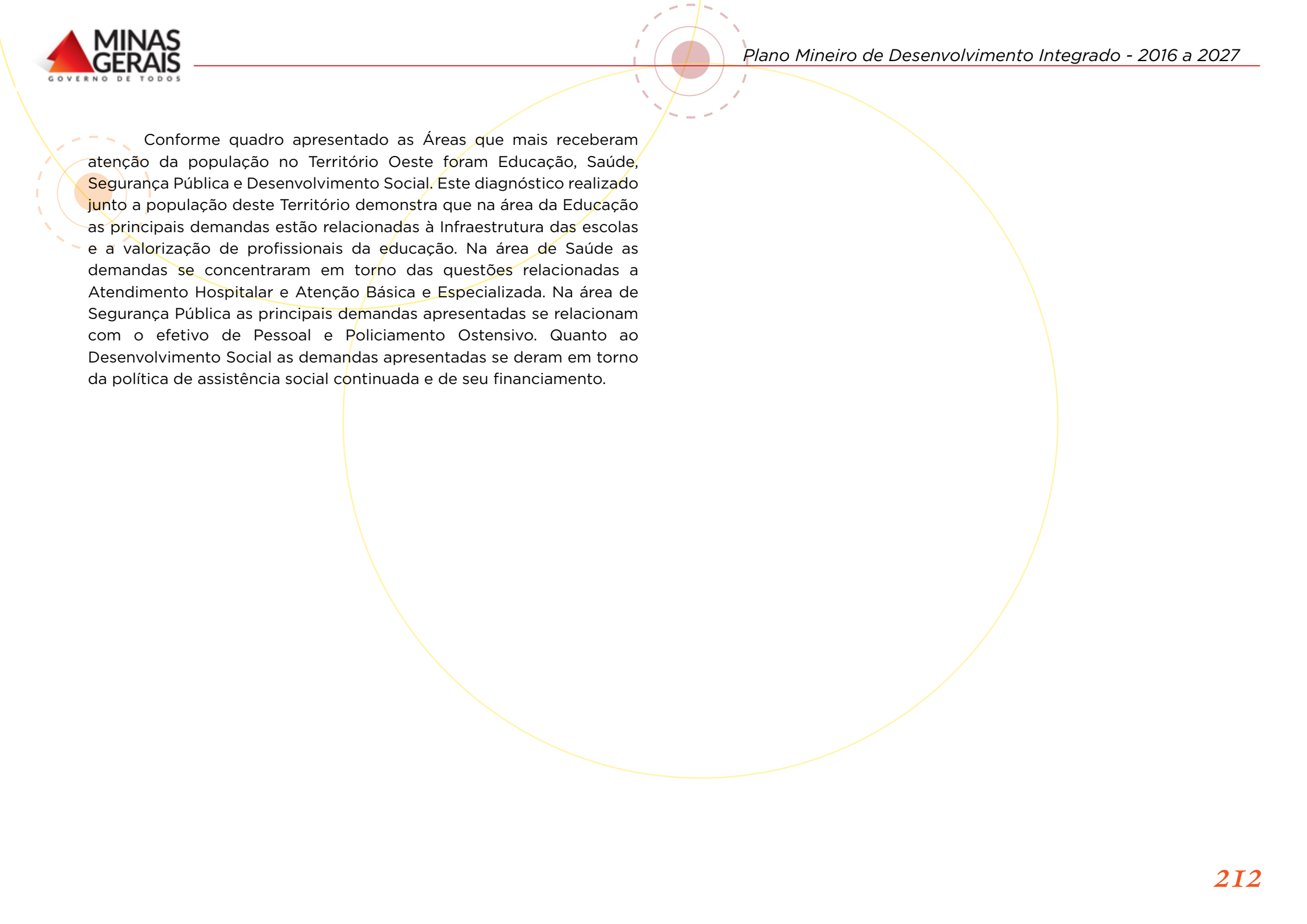
recuperação de patrimônios históricos do território

- Ampliação do percentual destinado ao patrimônio cultural na fatia do ICMS.
- Reconhecer a criação, registro, o fortalecimento, a manutenção de todas as associações de congado e demais manifestações culturais de toda região. Instituir o 20 de novembro como feriado estadual.
- Valorização das festas afrodescendentes e culturais.
- Liberação de editais específicos para valorização da cultura afrodescendente.

Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Oeste. Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios.

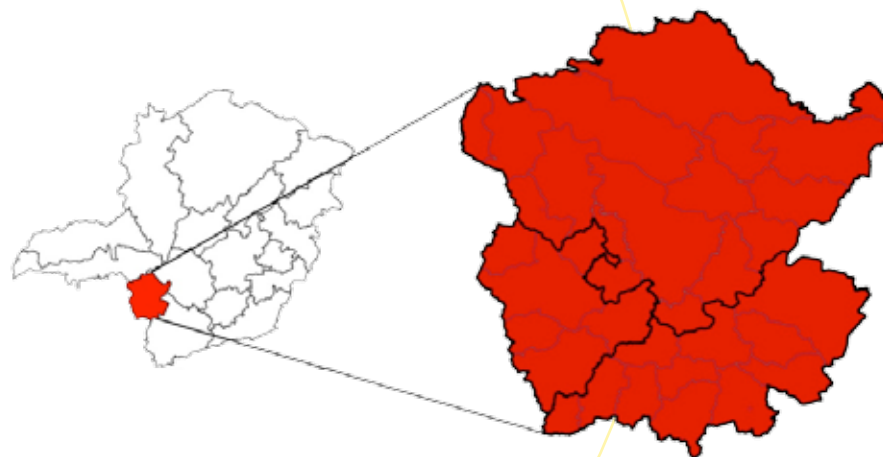
Ademais está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Advocacia	2	0	0	0	0	2
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	5	0	0	0	0	5
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	3	0	0	0	2	5
Cultura	3	0	0	0	13	16
Desenvolvimento Agrário	3	0	0	0	0	3
Desenvolvimento Econômico	0	1	0	0	0	1
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	0	11	0	0	0	11
Desenvolvimento Social	2	0	39	0	0	41
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	0	0	1	0	0	1
Educação	0	0	2	0	54	56
Esportes	0	0	14	0	0	14
Governo	6	5	3	1	0	15
Meio Ambiente	8	2	1	0	0	11
Planejamento e Gestão do Estado	2	1	0	0	0	3
Saúde	0	0	46	0	0	46
Segurança Pública	3	2	3	35	0	43
Transportes e Obras Públicas	2	16	0	0	0	18
Turismo	1	0	0	0	0	1
Total	40	38	109	36	69	292



Conforme quadro apresentado as Áreas que mais receberam atenção da população no Território Oeste foram Educação, Saúde, Segurança Pública e Desenvolvimento Social. Este diagnóstico realizado junto a população deste Território demonstra que na área da Educação as principais demandas estão relacionadas à Infraestrutura das escolas e a valorização de profissionais da educação. Na área de Saúde as demandas se concentraram em torno das questões relacionadas a Atendimento Hospitalar e Atenção Básica e Especializada. Na área de Segurança Pública as principais demandas apresentadas se relacionam com o efetivo de Pessoal e Policiamento Ostensivo. Quanto ao Desenvolvimento Social as demandas apresentadas se deram em torno da política de assistência social continuada e de seu financiamento.

Perfil Territorial: Sudoeste



Município	Micro Território
Alpinópolis	Passos
Bom Jesus da Penha	
Capetinga	
Capitólio	
Cássia	
Claraval	
Delfinópolis	
Doresópolis	
Fortaleza de Minas	
Ibiraci	
Itaú de Minas	
Passos	
Piumhi	
São João Batista do Glória	
São José da Barra	
São Roque de Minas	
Vargem Bonita	
Itamogi	São Sebastião do Paraíso
Jacuí	
Monte Santo de Minas	
Pratápolis	
São Sebastião do Paraíso	
São Tomás de Aquino	

Município	Micro Território
Alterosa	Guaxupé
Arceburgo	
Carmo do Rio Claro	
Conceição da Aparecida	
Guaranésia	
Guaxupé	
Juruaia	
Monte Belo	
Muzambinho	
Nova Resende	
São Pedro da União	

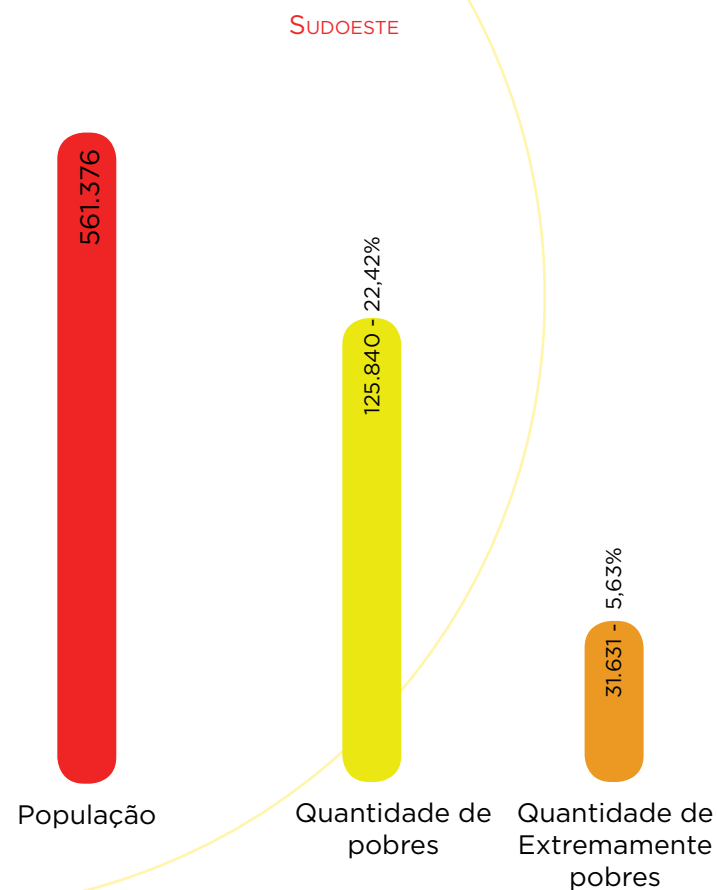
INTRODUÇÃO

Visando aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

O Território de Desenvolvimento Sudoeste é composto por 34 municípios distribuídos em 3 Microterritórios e conta com a população total de 564.501 habitantes, que corresponde a 2,88% da população mineira. A extensão territorial é de 17.236,21Km² correspondendo a 2,94% do total de Minas Gerais. Os municípios mais populosos são Passos (106.290 hab.), São Sebastião do Paraíso (64.980 hab.) e Guaxupé (49.430 hab.) e os menos populosos são Doresópolis (1.440 hab.), Vargem Bonita (2.163 hab.) e Bom Jesus da Penha (3.887 hab.). O Território Sudoeste faz fronteira com os Territórios Triângulo Sul, Oeste e Sul, além de fazer divisa com o estado de São Paulo.

Neste Território, a População Rural corresponde a aproximadamente 16,92% da população total, sendo que esta proporção é a décima maior em comparação com os demais Territórios.

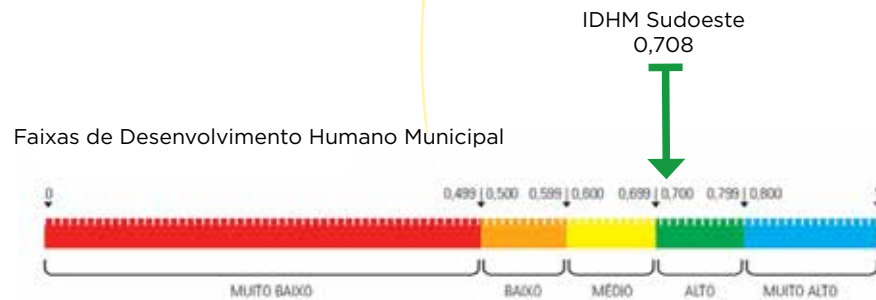
A proporção de pobres do Território Sudoeste é de aproximadamente 22,42% sendo a quarta menor do estado. Já os considerados “extremamente pobres” representam 5,63% da população total do território. A Renda per capita observada no Território Sudoeste é de R\$ 702,10, correspondendo à sétima melhor do Estado, em valores de agosto de 2010.



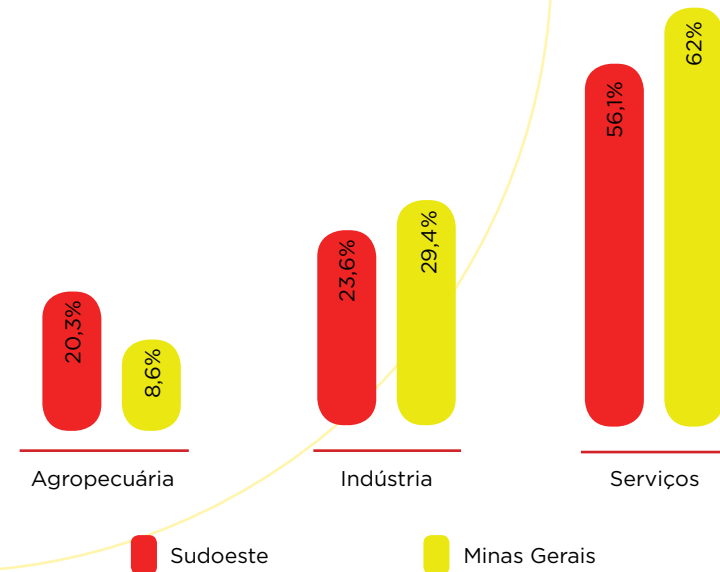
O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida, para o Território é de 0,708, sendo o terceiro melhor do Estado atrás apenas do Triângulo Sul e Norte, ocupando a faixa alta conforme figura abaixo.

EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

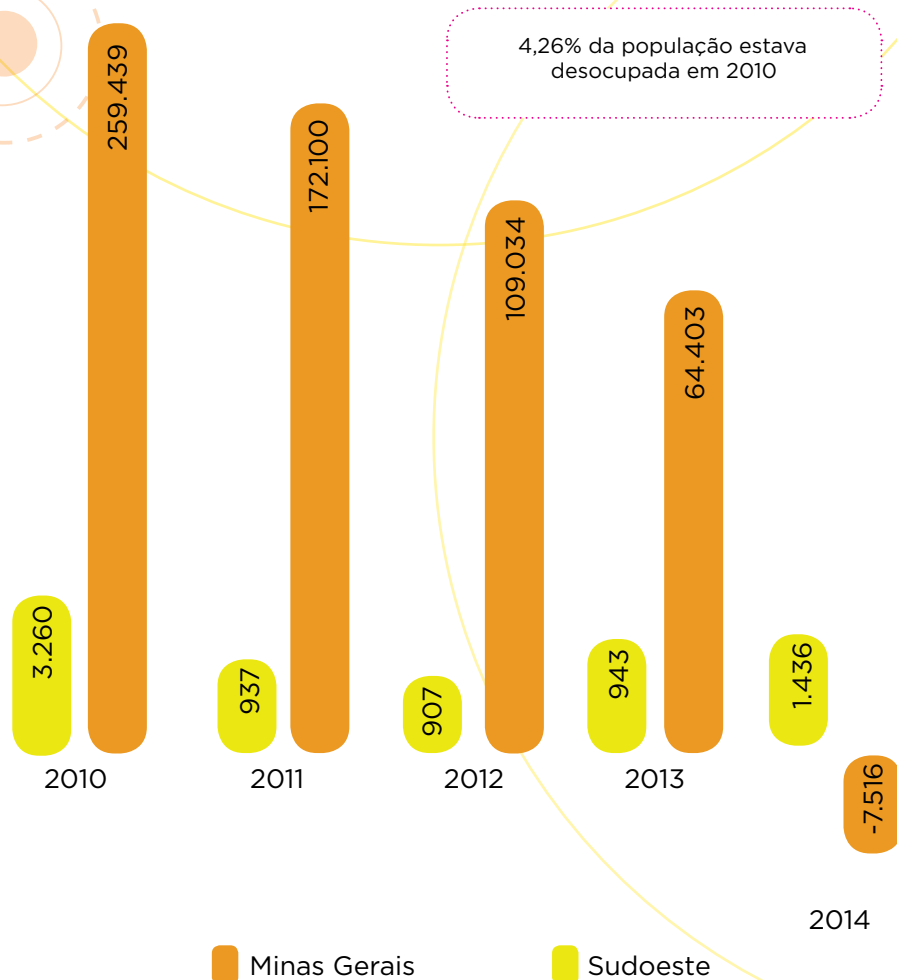
Segundo o IBGE, em 2012, a contribuição do Sudoeste no PIB estadual foi de 3%. Esta pequena contribuição, atrela-se a outros percentuais pouco expressivos, tais como: 0,31% dos investimentos atraídos para Minas Gerais, entre 2011 e 2014; 2,3% das empresas abertas em Minas Gerais nos últimos quatro anos; 2% dos financiamentos concedidos pelo BDMG entre 2012 e 2014.



COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS

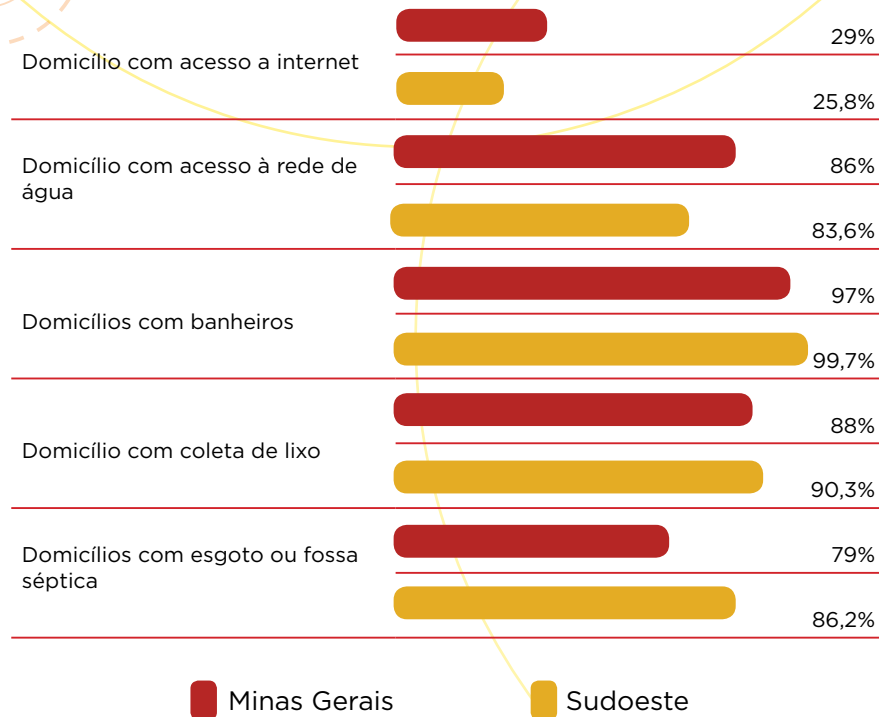


A economia do território é bastante dependente do setor agropecuário, de modo que o mesmo corresponde a 20,3% do PIB. Os principais produtos produzidos no território são café, leite e milho. O território é o 2º maior produtor de lavouras permanentes no Estado. O Sudoeste é sede de um importante Circuito Turístico: o Nascente das Gerais, localizado em Passos. Também possui municípios que compõem os Circuitos Montanhas Cafeeiras de Minas e Canastra. Destaca-se o município de Capitólio, o qual faz parte dos destinos prioritários para o turismo estadual, denominado como destino indutor pelo governo estadual. Em 2014 a região teve 03 municípios contemplados com o ICMS Turístico: São João Batista Da Glória, Capitólio e Carmo Do Rio Claro.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência de infraestrutura, o Território Sudoeste se encontra numa situação favorável, estando próximo à média estadual, tendo, em média, 83,6% da população atendida. No que diz respeito à coleta de lixo, esse Território se encontra na sexta melhor situação, estando acima da média estadual e tendo, em média, 90,3% da população atendida. Em relação aos domicílios com esgotamento sanitário adequado, esse Território possui média de 86,2%, valor maior que a média estadual que é de 79%.

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS
SUDOESTE X MINAS GERAIS



No território estão presentes 4 aeródromos nos municípios de Guaxupé, Passos, Piumhi e São Sebastião do Paraíso. Além disso, existem 4 balsas distribuídas por todo o território. A primeira localiza-se no município Delfinópolis, na Represa Mascarenhas de Moraes; a segunda, a terceira e a quarta localizam-se na Represa de Furnas, sendo uma no município de Guapé e as outras duas no município de Carmo do Rio Claro. As principais rodovias deste território são: BR 265 e BR 491 (rodovias federais); MG 50 e MG 344 (rodovias estaduais) e MG 050 (rodovias concessionadas).

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Existem, nesta região, 72.210 famílias cadastradas no CadÚnico (Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal), sendo que, destas, 31.960 famílias são pobres (renda per capita familiar menor que R\$ 154,00) e 22.413 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

Destaca-se que a População Economicamente Ativa corresponde a 52,28%, que totaliza 295.141 habitantes da região e, o setor que mais emprega é o de Serviço (35,52%), seguido da Indústria (23,77%), Comércio (22,66%), Agropecuária (13,82%) e Construção Civil (4,23%).

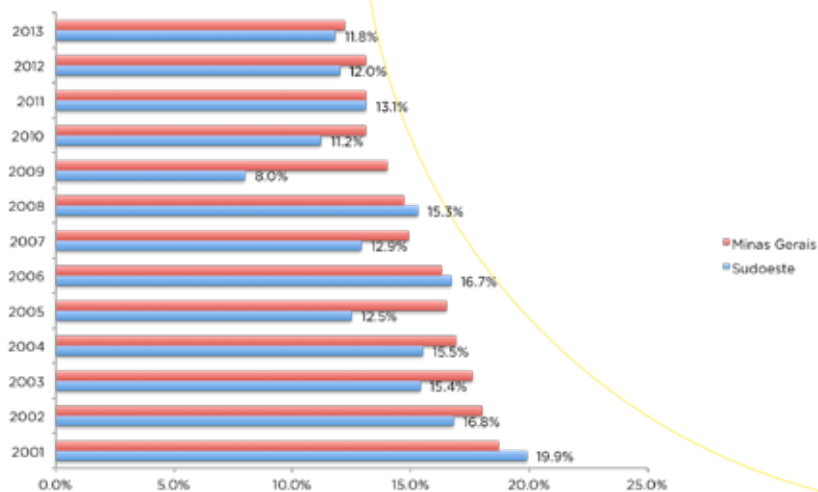
Esse território conta com uma Cobertura Populacional de 88,22% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo inferior à média estadual que é de 91,41%. Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos SUS, a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de 3 leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,94.

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel

de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. A construção e o funcionamento do serviço são fruto da parceria entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios. A Região Ampliada de Saúde Sul, que abrange o território Sudoeste, já conta com o serviço implantado, tendo como sede do SAMU o município de Varginha.

A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Sudoeste, a TMI foi de 11,8 por 1.000 nascidos vivos.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Sudoeste, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 95,36% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção acima do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Sudoeste está abaixo da média estadual, com 29,38, cumprindo também a meta preconizada nos Objetivos do Milênio.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

No Território de Desenvolvimento Sudoeste, a taxa de homicídios é inferior às demais regiões, assim como os territórios de Vertentes e Sul, porém nos últimos anos essa taxa cresceu acentuadamente. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 191,56 crimes violentos e 9,79 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo

com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.

Crimes Violentos em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
521,35

Sudoeste
191,56

Taxa de Homicídios em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
20,3

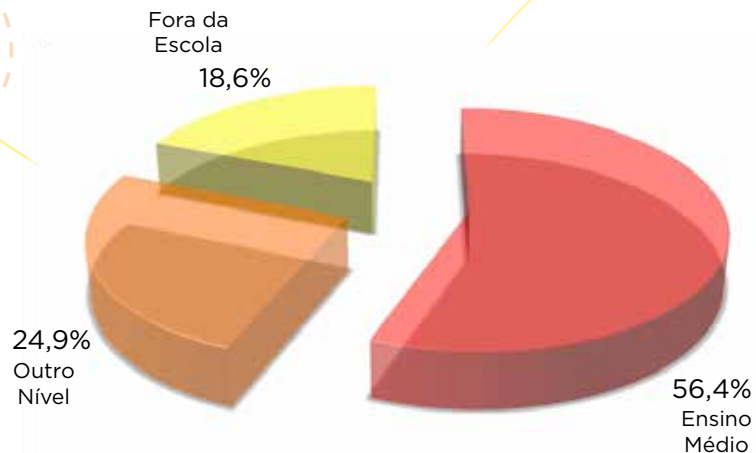
Sudoeste
9,79

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

A taxa de analfabetismo total no território Sudoeste é de 9,6% na zona rural e 7,5% na zona urbana. Destaca-se que apenas 5,9% da população tem ensino superior completo. A maior parte da população (63%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto. Os jovens entre 15 e 17 anos encontram-se em sua maioria (56,4%) no Ensino Médio.

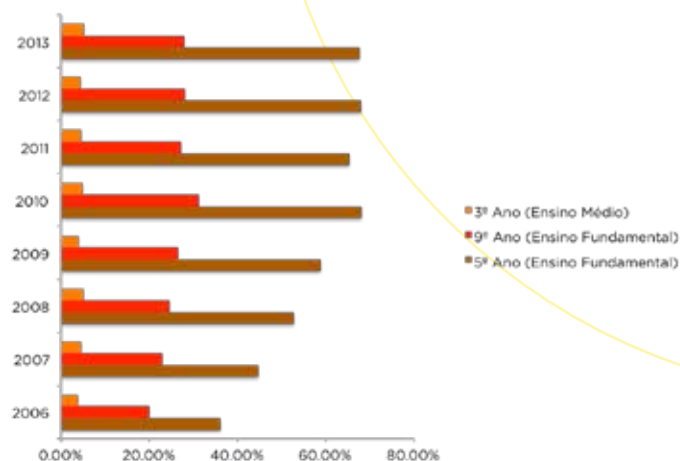
No que diz respeito ao desempenho dos alunos em Matemática, pode-se dizer que houve uma melhora nos últimos anos. Contudo, o percentual de alunos do 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio que têm o nível recomendado de conhecimento em matemática é muito pequeno, 27,98% e 5,29% respectivamente. Em português a situação é equivalente, contudo os percentuais são maiores: 49,77% no quinto ano; 44,91% no 9º ano; e 39,2% no 3º ano. O Sudoeste não apresenta grandes dificuldades no atendimento escolar nas faixas etárias avaliadas, no entanto, mais de 2.000 adolescentes e jovens frequentam a Educação de Jovens e Adultos, o que sugere a existência de um gargalo de fluxo no Território.

EDUCAÇÃO DE JOVENS (15 A 17 ANOS)



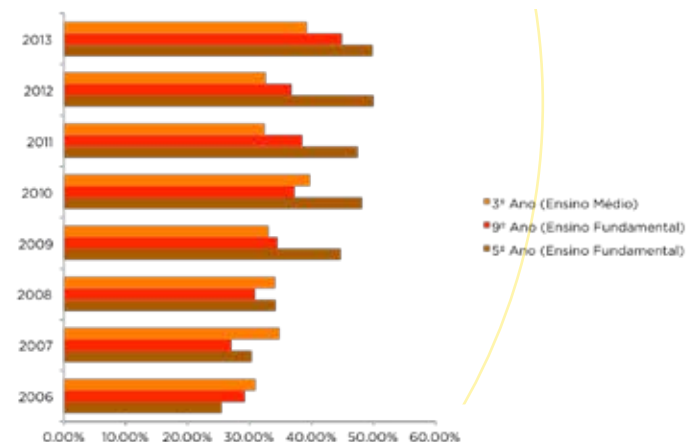
O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA

Quase todos os alunos saem do ensino médio com um nível de conhecimento baixo em matemática



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	36.19%	44.72%	52.82%	58.82%	68.10%	65.33%	67.99%	67.60%
9º Ano	20.07%	23.00%	24.62%	26.52%	31.29%	27.25%	28.14%	27.98%
3º Ano	3.89%	4.66%	5.03%	3.98%	4.97%	4.68%	4.49%	5.29%

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	25.48%	30.39%	34.25%	44.71%	48.22%	47.43%	50.00%	49.77%
9º Ano	29.21%	27.13%	30.92%	34.58%	37.31%	38.47%	36.83%	44.91%
3º Ano	30.95%	34.87%	34.13%	33.00%	39.73%	32.39%	32.61%	39.20%

Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 326 escolas presentes no território, 13,8% não tem acesso à internet, 32,2% não tem biblioteca, 36,8% não tem laboratório, 51,5% não tem quadra poliesportiva e 14,7% não tem rede de água.

CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS - REDE PÚBLICA

	Número	Taxa (%)
Escolas com Acesso a Internet	281	86,2
Escolas com Biblioteca	221	67,8
Escolas com Laboratório	206	63,2
Escolas com Quadra Poliesportiva	158	48,5
Escolas com Rede de água	278	85,3

Fonte: Inep, 2014

Nenhum município do Sudoeste possui bem cultural protegido nas esferas do governo federal e estadual e o desempenho dos municípios no Programa do ICMS Patrimônio Cultural, no período de 2009 a 2011, é o reflexo exclusivo do esforço municipal nesta área.

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda etapa, é aberta a escuta à sociedade, que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada e cidadãos de Minas Gerais.

Os Fóruns Regionais constituem um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais terá condições de elaborar e implementar políticas públicas que respeitem as características e especificidades de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional do Sudoeste realizado em Passos no dia 25 de julho de 2015. O encontro contou com

a participação de 268 inscritos, representando 27 municípios presentes. No total, 558 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população.

EIXO 1- DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

- Fortalecimento das Associações/ cooperativas.
- Ampliar o acesso dos jovens a cursos técnico e profissionalizantes, de forma ampliada, descentralizada e diversificada.
- implementação de pelo menos cinco pontos fixos de comercialização e fomento a economia popular solidária da região que os empreendimentos coletivos possam comercializar seus produtos, acessar financiamentos, receber qualificação, receber assessoria técnica e jurídica e trocas de saberes gerais
- Promover ações que levem ao aumento da qualidade e quantidade de água das sub-bacias hidrográficas nos municípios do território através de ações integradas de manejo dos recursos naturais.
- Investimentos no sistema de captação e distribuição de água para os municípios dos meios urbano e rural
- Fomentar a coleta, destinação e tratamento final dos resíduos sólidos, esgotamento sanitário e drenagem pluvial em todos os municípios do Território.
- Recursos para campanhas de conscientização quanto ao uso abusivo de agrotóxicos juntamente com os produtores rurais do território.
- Criação do Ceasa Regional de Passos
- Transparência no cumprimento da Lei Estadual 12.503 de 30/05/1997 quanto à aplicação do percentual investido na

proteção e na preservação ambiental das bacias hidrográficas exploradas por empresas como a CEMIG, Furnas, Copasa, entre outras.

- Fortalecimento da política de regionalização do turismo, viabilizando sustentabilidade financeira aos circuitos turísticos, apoio a construção de equipamentos de infraestrutura necessárias para o desenvolvimento, como sinalização turística, acesso, centro de atendimento ao turista, programas de capacitação, aumento da porcentagem do ICMS turístico de projetos que visam os segmentos de ecoturismo, turismo náutico, turismo de negócio e gastronômico.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Implantação de projeto de pavimentação com doação de máquinas para a associação microrregional e doação de massa asfáltica para os municípios.
- Criação de um programa de pavimentação para todos os trechos intermunicipais sem asfaltamento no território Sudoeste
- Construção de habitação popular para os municípios do território Sudoeste em parceria com a COHAB.
- Asfaltamento da estrada que liga as cidades de São João Batista do Glória a Delfinópolis.
- Ampliação do sinal de telefonia celular e de internet na zona rural.
- Iluminação e sinalização dos trevos nas rodovias da região, em destaque, trevo de Muzambinho.
- Disponibilização imediata pela Concessionária Nascentes das Gerais das imagens do sistema de monitoramento para PMMG em casos de interesse da segurança pública.

- Criação de Trevo Rodoviário em Desnível com 04 alças de acesso na MG 050, no perímetro urbano de Passos, altura do Km 356, em frente à AABB (Associação Atlética Banco do Brasil) e Restaurante Roça do Chiquinho.
- Articulação do governo estadual com as universidades para apoio técnico e recursos financeiros para a implantação e elaboração dos planos diretor, participativos, de saneamento básico e resíduo sólido e seus Marcos Regulatórios.
- Asfaltamento de 16 km da estrada que interliga 02 polos turísticos do sul e sudoeste de Minas Gerais, Capitólio a Guapé.

EIXO 3 - PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- Maior investimento ao Hospital do Câncer e do Coração da nossa Região. Maior investimento nas Santas Casas de Misericórdia da região e principalmente em Piumhi que também se tornou uma cidade polo. Aprimorar o atendimento da saúde do SUS e, conseqüentemente, aumentando assim a oferta de exames e cirurgias eletivas.
- Fortalecimento da atenção primária, revisão de equipe do PSF contemplando o aumento do número de enfermeiros em cada unidade de saúde. Maior investimento na atenção primária, aumento na equipe de trabalhadores e revisão da estrutura das unidades compartilhadas que usam o mesmo espaço físico.
- Problema da judicialização da saúde.
- Construção do novo núcleo hemocentro em Passos (projeto existente).
- Retirar do cadastro do Hemominas e descentralizar o cadastro de doadores de medula óssea para o Hospital do Câncer de Passos.

- Criação de micropolos regionais de especialidades multiprofissionais em Piumhi e região. Piumhi é uma cidade polo onde tem cidade circunvizinhas como, Capitólio, Pimenta, Dorespolis, São Roque de Minas, Vargem Bonita, Pains e Guapé.
- Estabelecimento de um plano de carreira para os profissionais da saúde.
- Criação da cidade da terceira idade tendo como estrutura primária o recanto geriátrico (fase). Inserção desta estrutura na rede de atenção à saúde da população idosa (VIVA VIDA).
- Tratamento específico para pessoas obesas como cirurgia bariátrica, medicamentos e atendimento exclusivo.
- Rever quantitativo de orçamento “carimbado” para UBS para realocar em outras Áreas /PAB, pronto atendimento.
- A problemática do nosso município na área do esporte é a falta de infraestrutura adequada como, por exemplo: não há poliesportivos, quadras cobertas, clube esportivo etc.
- Aumento do repasse do ICMS esportivo, lei Robin Hood.
- MOIE (Minas Olímpica Incentivo ao Esporte) dificuldade de captação de recursos. Mediação do estado junto às empresas para aporte financeiro a projetos aprovados no MOIE.
- Programa Minas Olímpica, Bolsa Atleta e Bolsa Técnico. Categoria estudantil não exigir filiação a entidade, apenas considerar resultados de competições organizadas pelo estado, federação e confederação. Após a contemplação da bolsa a exigência da federação.
- Falta de recurso destinado ao esporte para: aquisição de veículos, modernização, construção, manutenção do esporte.
- Academia ao ar livre, com acompanhamento de profissionais, instalada em áreas públicas para atividade da comunidade em geral.

- Proporcionar aos municípios participantes de eventos e competições, transporte, alimentação, inscrição, alojamento, materiais esportivos aos praticantes de atividades físicas e esportivas individuais e coletivas inclusive os profissionais que acompanham as equipes.

- Uma lei de incentivo e estímulo aos municípios com a coparticipação com investimento no esporte.

- Implantação ou manutenção de centros esportivos com profissionais qualificados para incrementar o esporte no estado, a partir da educação infantil, garantindo o atendimento a todas as microrregiões de acordo com a realidade local.

- Valorização do profissional com dois meses de antecedência as competições na forma financeira até o término do evento.

- Idosos: Políticas Públicas e projetos para proteção ao idoso, como a criação de Centros-Dia, por município conforme a demanda.

- Criação de Centros de Referência em Direitos Humanos, com vistas à proteção e efetivação de direitos de Mulheres, Idosos, Crianças, e Adolescentes.

- Instalar Defensoria Pública em todas as comarcas do território, com estrutura necessária;

- Ampliação de recursos do Piso Mineiro de Assistência Social e repactuação do plano de trabalho para aplicação destes; Regularizar continuidade do repasse de recursos;

- Dependentes químicos: Construção de Centros Regionais para tratamento de dependentes, de qualquer idade; Fortalecer centros de terapia alternativa com o uso de plantas medicinais;

- Efetivação do SUAS: Construção e ampliação do atendimento de CREAS nos municípios do território; Melhoria da

infraestrutura e capacitação dos técnicos dos CRAS; Adequação do quadro de pessoal;

- Criação de Centro Regional de Referência da Juventude, para desenvolvimento de atividades socioeducativas, lazer, esportes, artes e cursos diversos; acolhimento de vítimas de violência;

- Ampliar e fortalecer oferta de cursos profissionalizantes; Fomentar, adequar e fiscalizar a contratação de aprendizes em parceria com as empresas/entidades públicas;

- Adequar o projeto do Centro Regional de Medidas Socioeducativas para que visem a reintegração dos jovens e a efetivação dos Direitos Humanos respeitando os preceitos do ECA; Preparar a comunidade para receber o centro Socioeducativo;

- Políticas para inclusão social de catadores de material reciclável; fortalecendo as associações de coleta seletiva e efetivando a bolsa reciclagem como políticas de cada estado.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

- Aumento do número de vagas no sistema prisional e assunção pela SEDS das cadeias públicas da região, tendo como prioridade a cadeia de Alpinópolis.

- Investir em estruturas dentro das unidades prisionais que permitam o trabalho dos presos.

- Repasse de verba estadual para ampliação e manutenção da Instituição, abrangendo investimentos em aquisição de viaturas, equipamentos e novas tecnologias.

- Aumento do efetivo para melhoria da capacidade de atendimento à população.

- Aumento do efetivo permitindo o atendimento durante

24h em todas as cidades com uma equipe completa composta de delegado, investigadores e escrivão.

- Aumento do repasse de verbas do governo estadual para investimento e custeio da PC capaz de atender a demanda
- Efetivação da reforma da sede para possibilitar a implantação da Companhia Independente de Passos (área cedida pelo DER).
- Repasse integral da taxa de incêndio.
- Divulgar e interiorizar as políticas executadas pelo Governo e promover a integração das políticas públicas nos municípios.
- Valorização do profissional de segurança pública através da qualificação e melhoria salarial.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO

• Criar uma agenda de eventos culturais na região. Criação de um centro de referência de cultura na região. Criação de uma estrutura museológica indígena. Intercâmbio Cultural entre as cidades em eventos e festas tradicionais. Conscientizar o legislativo e executivo da importância da cultura. Mapeamento cultural da região. Oficinas de formação.

• Articular a cultura nas escolas para a melhoria da relação com os jovens que abandonam as escolas. Incluir profissionais da área cultural específica nas escolas e espaço físico adequado. Organizar uma rede de cultura, educação e cidadania. Escola de Música (Coral).

• Garantir melhor remuneração dos profissionais. Assegurar mecanismos de participação e divulgação de treinamento e capacitação dos profissionais.

• Ampliação dos laboratórios de tecnologia e ciências nas escolas. Construção de salas de aula, quadras poliesportivas e bibliotecas na zona rural. Construção de parques infantis na área urbana e rural. Espaços físicos para a realização de atividades culturais (anfiteatros).

• Criar meios de inclusão da família na vida escolar do aluno. Incentivar a criação de associações de pais e mestres e grêmios estudantis nas escolas públicas.

• Promover restauros artísticos, culturais e técnicos aos patrimônios e capacitação e formação de restauradores. Garantia do repasse do ICMS cultural e respeitar a autonomia dos conselhos de cultura e patrimônio.

• Construção da sede própria da SRE. Construir uma diretoria regional de cultura e/ou trabalhar em conjunto com a SRE.

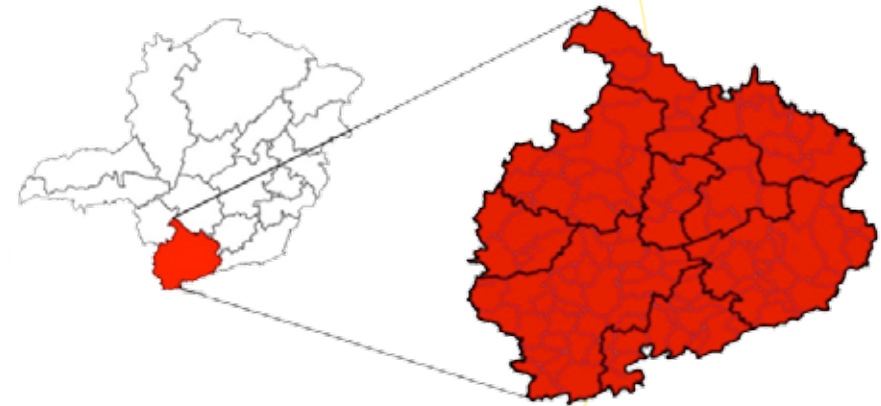
• Respeitar a lei de número de alunos por sala de aula para uma educação de melhor qualidade. Reduzir o número de alunos para os sextos anos.

Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Sudoeste. Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios. Ademais está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	39	7	0	0	0	45
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	3	0	2		6	11
Cultura	0	2	0	0	35	37
Demais	4	3	0	1	1	9
Desenvolvimento Agrário	19	0	0	0	0	19
Desenvolvimento Econômico	12	9	0	0	0	21
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	31	5	0	0	0	36
Desenvolvimento Social	11	0	34	0	0	45
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	0	0	5	0	0	5
Educação	2	6	2	6	57	73
Esportes	0	0	16	0	0	16
Finanças Públicas	2	0	0	0	0	2
Governo	4	6	0	0	0	10
Meio Ambiente	42	1	0	0	0	43
Planejamento e Gestão do Estado	3	4	0	0	0	7
Poder Judiciário	0	0	0	2	0	2
Poder Legislativo	0	0	1	0	0	1
Saúde	2	0	54	0	0	56
Segurança Pública	1	0	4	71	0	76
Transportes e Obras Públicas	2	34	0	0	0	36
Turismo	7	0	0	0	0	7
Total	184	77	118	80	99	558

Conforme quadro apresentado as Áreas que mais receberam atenção da população no Território Sudoeste foram Segurança Pública, Educação e Saúde. Este diagnóstico realizado junto a população deste Território demonstra que na área da Segurança Pública as principais demandas estão relacionadas à efetivo policial, infraestrutura e a policiamento ostensivo. Na área de Educação as principais demandas apresentadas se relacionam a infraestrutura, revisão curricular e valorização e capacitação dos profissionais da educação. E em relação à Saúde as demandas apresentadas giraram em torno do atendimento hospitalar e atenção básica à saúde.

Perfil Territorial: **Sul**



Município	Micro Território
Alfenas	Alfenas
Areado	
Bandeira do Sul	
Botelhos	
Cabo Verde	
Campestre	
Campo do Melo	
Campos Gerais	
Carvalhópolis	
Divisa Nova	
Fama	
Machado	
Paraguaçu	
Poço Fundo	
Serrania	
Andradas	Poços de Caldas
Caldas	
Ibityúra de Minas	
Poços de Caldas	
Santa Rita de Caldas	

Município	Micro Território
Brasópolis	Itajubá
Conceição das Pedras	
Consolação	
Delfim Moreira	
Gonçalves	
Itajubá	
Maria da Fé	
Marmelópolis	
Paraisópolis	
Pedralva	
Piranguçu	
Piranguinho	
São José do Alegre	
Sapucaí-Mirim	
Wenceslau Braz	
Cambuquira	Três Corações
Campanha	
Carmo da Cachoeira	
São Bento Abade	
São Tomé das Letras	
Três Corações	

Município	Micro Território
Albertina	Pouso Alegre
Bom Repouso	
Borda da Mata	
Bueno Brandão	
Cachoeira de Minas	
Camanducaia	
Cambuí	
Careaçu	
Conceição dos Ouros	
Congonhal	
Córrego do Bom Jesus	
Espírito Santo do Dourado	
Estiva	
Extrema	
Heliodora	
Inconfidentes	
Ipuiúna	
Itapeva	
Jacutinga	
Monte Sião	
Munhoz	
Natércia	
Ouro Fino	
Pouso Alegre	

Município	Micro Território
Santa Rica do Sapucaí	Pouso Alegre
São João da Mata	
São Sebastião da Bela Vista	
Senador Amaral	
Senador José Bento	
Silvianópolis	
Tocos do Moji	
Toledo	Varginha
Turvolândia	
Cordislândia	
Elói Mendes	
Monsenhor Paulo	
São Gonçalo do Sapucaí	
Varginha	
Boa Esperança	Três Pontas
Coqueiral	
Guapé	
Ilicínea	
Santana da Vargem	
Três Pontas	

Município	Micro Território
Aiuruoca	São Lourenço
Alagoa	
Baependi	
Carmo de Minas	
Carvalhos	
Caxambu	
Conceição do Rio Verde	
Cristina	
Cruzília	
Dom Viçoso	
Itamonte	
Itanhandu	
Jesuânia	
Lambari	
Minduri	
Olímpio Noronha	
Passa Quatro	
Pouso Alto	
São Lourenço	
São Sebastião do Rio Verde	
Seritinga	
Serranos	
Soledade de Minas	
Virgínia	

Município	Micro Território
Carrancas	Lavras
Ijaci	
Itumirim	
Itutinga	
Lavras	
Luminárias	
Nepomuceno	
Perdões	
Ribeirão Vermelho	

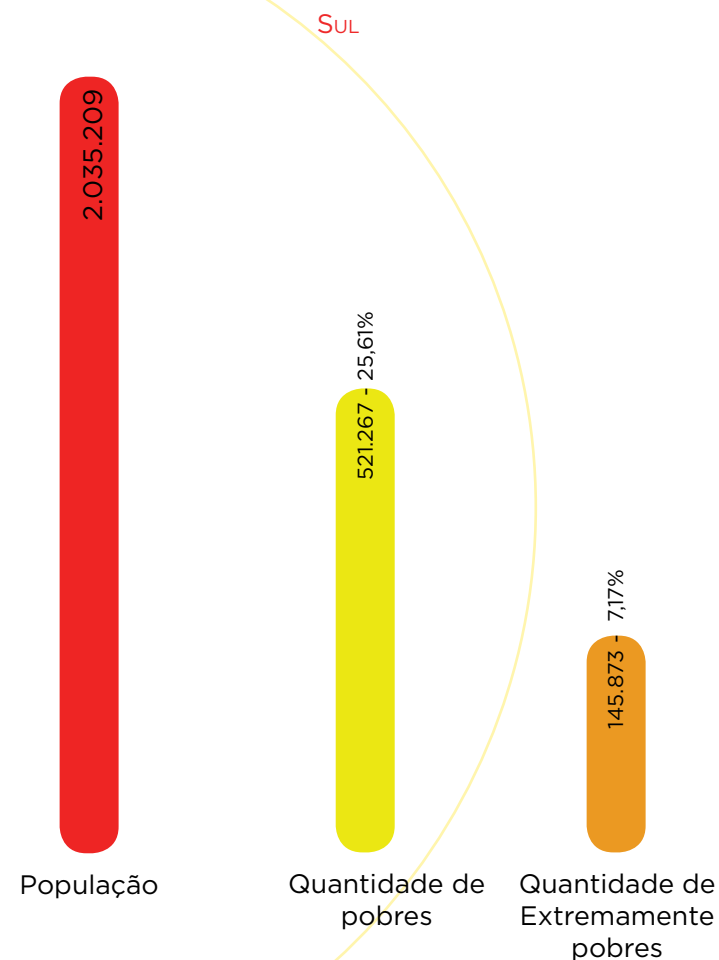
INTRODUÇÃO

Visando a aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

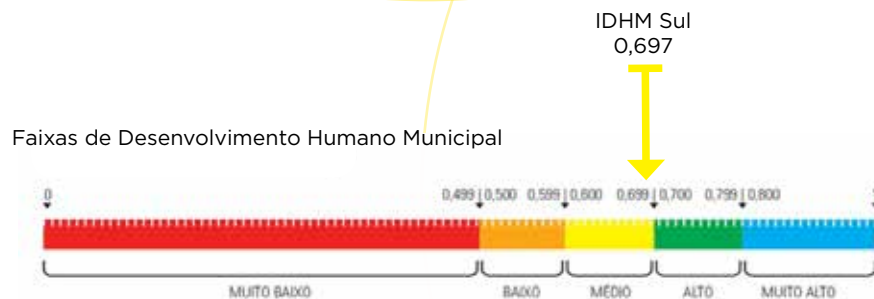
O Território de Desenvolvimento Sul é composto por 119 municípios distribuídos em 9 Microterritórios e conta com a população total de 2.045.101 habitantes, que corresponde a 10,44% da população mineira. A extensão territorial é de 26.248,08 Km² correspondendo a 4,5% do total de Minas Gerais. Os municípios mais populosos são Poços de Caldas (152.435 hab.), Pouso Alegre (130.615 hab.) e Varginha (123.081 hab.) e os menos populosos são Consolação (1.727 hab.), Seritinga (1.789 hab.) e Senador José Bento (1.868 hab.). O Território Sul faz fronteira com os Territórios Sudoeste, Vertentes, Oeste e Mata, além de fazer divisa com os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Neste Território a População Rural corresponde a aproximadamente 18,56% da população total sendo que esta proporção é a oitava maior em comparação com os demais Territórios.

A proporção de pobres do Território Sul é de aproximadamente 25,61% sendo a sexta menor do estado. Já os considerados “extremamente pobres” representam 7,17% da população do território. A Renda per capita observada no Território Sul é de R\$ 707,97, correspondendo à quinta melhor do Estado, atrás apenas dos Territórios Mata, Triângulo Sul, Triângulo Norte e Metropolitana, em valores de 2010.



Outro indicador que contribui para a descrição do perfil territorial é o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida. A média deste Índice para o Território Sul é de 0,697, sendo a quinta melhor do Estado atrás apenas dos Territórios Oeste, Sudoeste, Triângulo Norte e Triângulo Sul, ocupando a faixa média conforme figura abaixo.



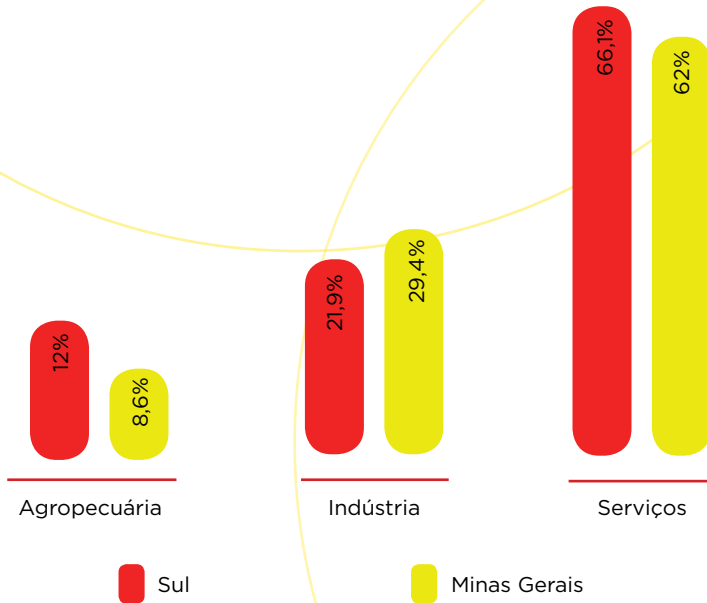
EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

O Território Sul é o segundo território de maior relevância na economia estadual. Segundo o IBGE, em 2012, a região representou 10,1% do PIB mineiro. O território Sul possui uma população rural composta por 379.738 habitantes, o que corresponde a 18,57% da sua população total. O setor de serviços responde por 66,1% do PIB do Território, a indústria por 21,9% e o setor agropecuário corresponde a 12% do PIB no território. Os principais produtos produzidos no território são café, leite e batata inglesa. O território é o 1º maior produtor de lavouras permanentes e pecuária no Estado.

A região possui altitudes elevadas, clima ameno e distribuição regular de chuvas, condições que facilitam a predominância da produção agrícola, sendo praticada por pequenos produtores que, diferentemente de outras regiões marcadas pela agricultura de subsistência, cultivam para fins empresariais. O principal produto é o café, seguido de outros artigos como batata, tomate, frutas temperadas de caroço, milho e leite.

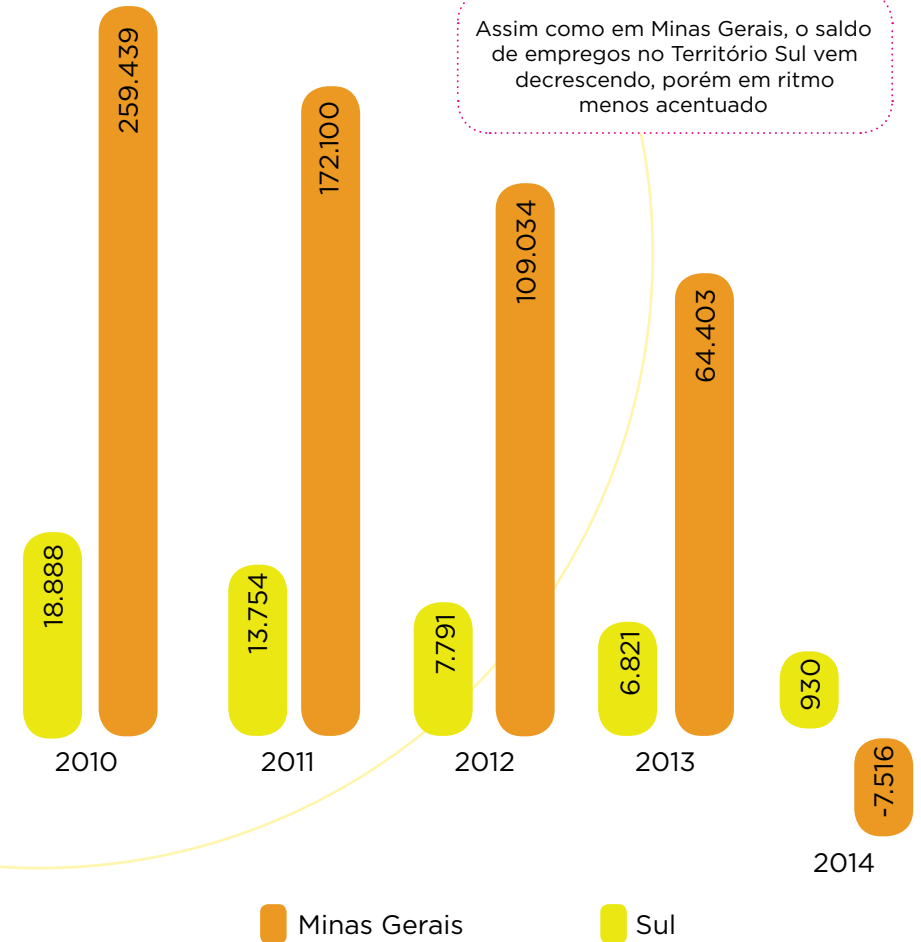
A produção de leite possui papel de destaque no contexto estadual, devido à concentração de indústrias de laticínios na região, fator que reduz os custos de logística e dificuldades relativas ao transporte de alimentos perecíveis. Além disso, a distribuição e o escoamento são facilitados pela proximidade aos grandes centros consumidores.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



O saldo de empregos formais criados neste território em 2014 foi de 930 postos de trabalhos se mantendo positivo mesmo que o Estado de Minas Gerais tenha apresentado saldo negativo. Importante é registrar a tendência decrescente nos últimos 5 anos.

SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS



Neste Território, os municípios de Baependi, Carrancas, Cruzília, Itamonte, Itanhandu, Passa Quatro, Pouso Alto, São Lourenço e São Sebastião do Rio Verde fazem parte do Caminho Religioso da Estrada Real, projeto desenvolvido pelo Governo de Minas Gerais. O Território abrange 03 destinos indutores do turismo regional, Caxambu, Poços de Caldas e São Lourenço. 77,3% dos municípios da região estão associados a Circuitos Turísticos (Circuitos Serras Verdes do Sul de Minas, Terras Altas da Mantiqueira, Trilha dos Inconfidentes, Vale Verde e Quedas D'Água, Malhas do Sul de Minas, Lago de Furnas, Grutas e Mar de Minas, Caminhos do Sul de Minas e Águas). Obras de infraestrutura básica e turística são realizadas com o apoio da SETUR-MG em 18 municípios.

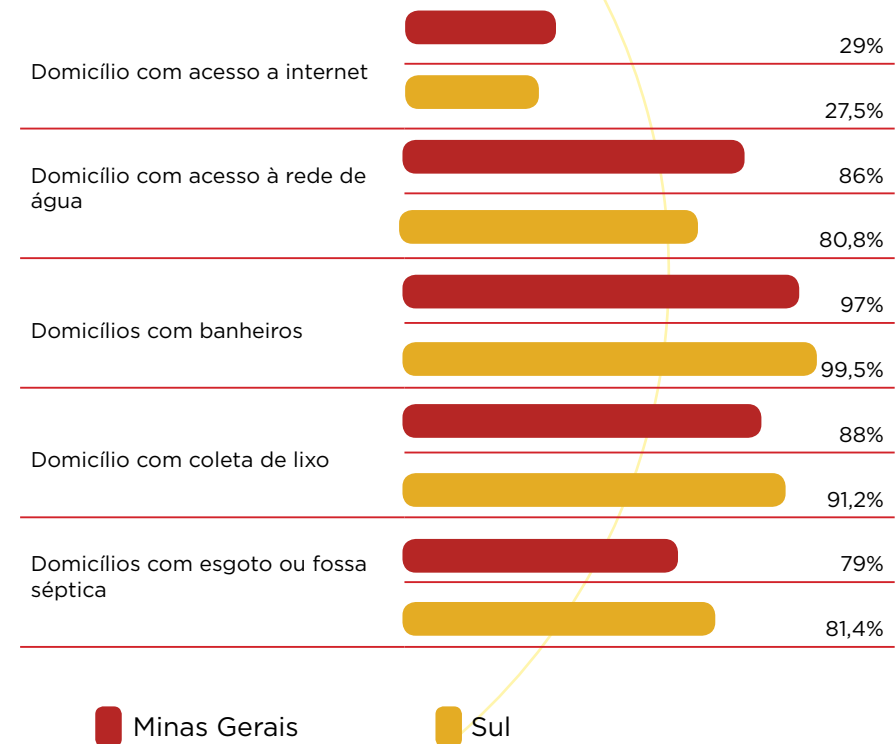
EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Sul se encontra numa situação intermediária, estando um pouco abaixo da média estadual, tendo, em média, 80,8% de domicílios com acesso à água.

No que diz respeito à população atendida com serviços de coleta de lixo, esse Território se encontra na melhor situação, estando acima da média estadual e tendo, em média, 91,2% dos domicílios com coleta de lixo.

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS SUL X MINAS GERAIS

O acesso à rede de água é o aspecto mais deficiente do Sul em relação do Estado



Há no território 11 aeródromos nos municípios de Alfenas, Campo do Meio, Caxambu, Lavras, Ouro Fino, Paraguançu, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São Lourenço, Três Pontas e Varginha. As principais rodovias deste território são: BR 459, BR 267, BR 265, BR 383 E BR 367 (rodovias federais); MG 179 e MG 270 (rodovias estaduais) e BR 381 (rodovias concessionadas).

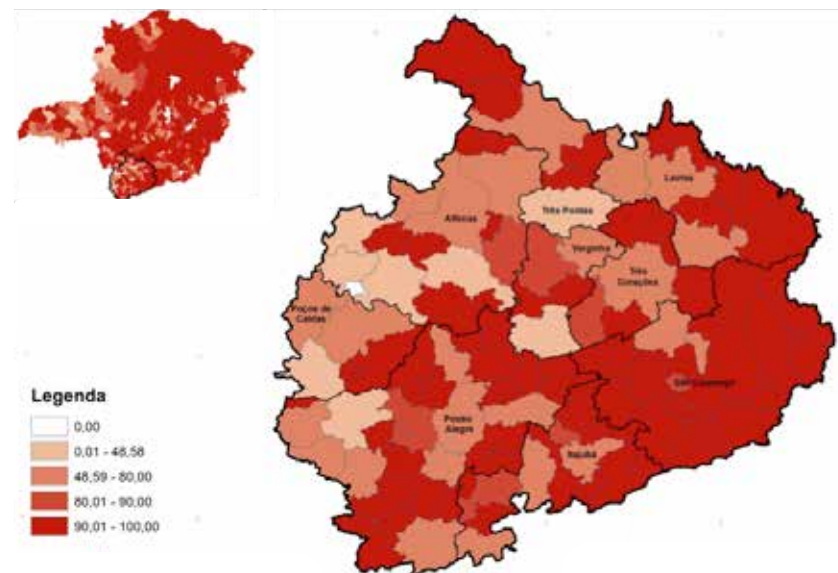
EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Existem, nesta região, 245.896 famílias cadastradas no CadÚnico (Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal), sendo que, destas, 111.886 famílias são pobres (renda per capita familiar menor que R\$ 154,00) e 87.326 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

Em relação aos empregos formais na região, destaca-se o setor de serviços com 39% dos postos de trabalho.

Esse território conta uma Cobertura Populacional de 87,25% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo inferior à média estadual que é de 91,41%.

COBERTURA DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF) - 2014



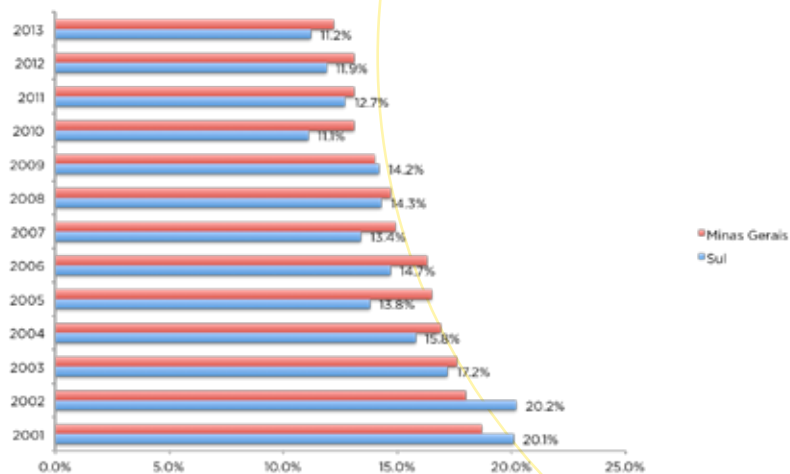
Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos Sistema Único de Saúde (SUS), a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de 3 leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,39, demonstrando uma clara necessidade de melhoria..

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. A Região Ampliada de Saúde Sul, que abrange este território, já conta com o serviço implantado, tendo como sede do SAMU o município de

Varginha.

A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Sul, a TMI foi de 11,2 por 1.000 nascidos vivos.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Sul, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 93,21% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção acima do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Sul está abaixo da média estadual, com 43,18, apesar de ainda não cumprir a meta preconizada nos Objetivos do Milênio.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

O Território de Desenvolvimento Sul ainda possui taxas relativamente baixas de violência letal, se assemelhando ao Território de Vertentes. Porém, nos últimos anos esse quadro está mudando e a taxa de homicídios está crescendo. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 162,63 crimes violentos e 7,03 homicídios para cada grupo de

100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.

Crimes Violentos em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
521,35

Sul
162,6

Representa a TERCEIRA taxa de crimes violentos mais BAIXA do estado

Taxa de Homicídios em 2014

De cada 100 mil Habitantes

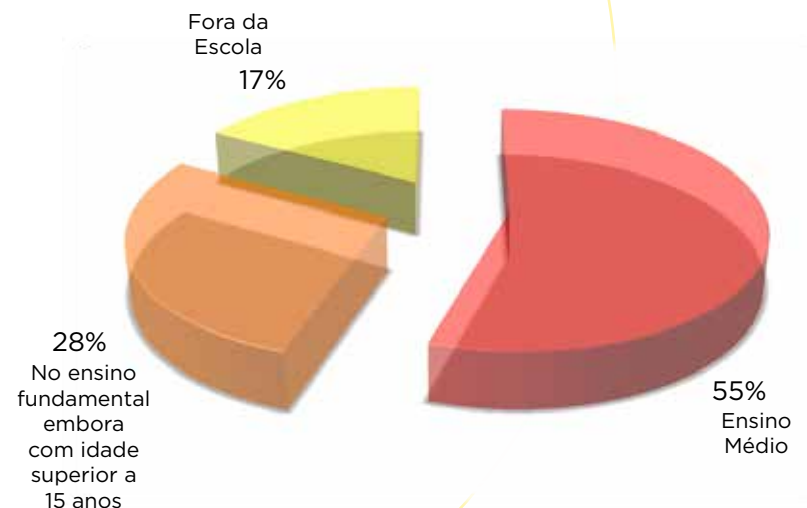
Minas Gerais
20,3

Sul
7,0

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

O Sul repete a carência na ampliação do atendimento escolar da população de 15 a 17 anos já visualizada em outras regiões. Tal situação fica mais preocupante quando destacado que 17.616 jovens nesta faixa etária estão fora da escola. A não frequência à escola pode ser uma explicação da existência de mais de 13 mil indivíduos de 15 a 24 anos que não sabem ler e escrever.

EDUCAÇÃO DE JOVENS (15 A 17 ANOS)

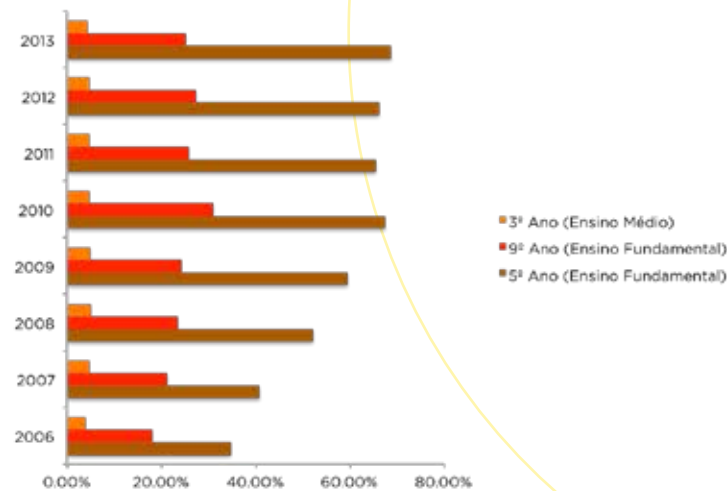


Fonte: CINDS SEDS / MG

Quanto aos indicadores da Educação Básica, o PROEB 2013 evidencia que no 5º ano do Ensino Fundamental 51,32% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 68,77% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 38,98% dos alunos no nível recomendável em Português e 4,31% em Matemática

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA

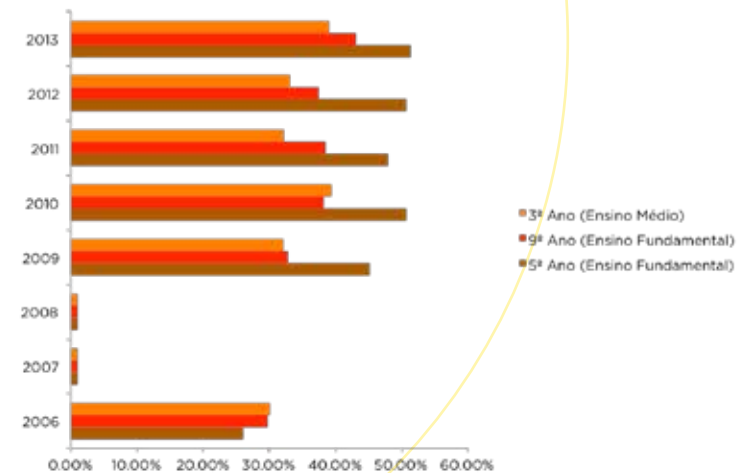
Quase todos os alunos saem do ensino médio com um nível de conhecimento baixo em matemática



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	25.48%	30.39%	34.25%	44.71%	48.22%	47.43%	50.00%	49.77%
9º Ano	29.21%	27.13%	30.92%	34.58%	37.31%	38.47%	36.83%	44.91%
3º Ano	30.95%	34.87%	34.13%	33.00%	39.73%	32.39%	32.61%	39.20%

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS

A cada 10 alunos, apenas 4 concluem o ensino médio com um desempenho aceitável em português



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	25.48%	-	-	44.71%	48.22%	47.43%	50.00%	49.77%
9º Ano	29.21%	-	-	34.58%	37.31%	38.47%	36.83%	44.91%
3º Ano	30.95%	-	-	33.00%	39.73%	32.39%	32.61%	39.20%

Destaca-se que 6,9% da população tem ensino superior completo. A maior parte da população (60,3%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto.

Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 1260 escolas presentes no território, 21,6% não tem acesso à internet, 40,3% não tem biblioteca, 42,9% não tem laboratório, 53,9% não tem quadra poliesportiva e 17,9% não tem rede de água.

CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS - REDE PÚBLICA

	Número	Taxa (%)
Escolas com Acesso a Internet	988	78,4
Escolas com Biblioteca	752	59,7
Escolas com Laboratório	719	57,1
Escolas com Quadra Poliesportiva	581	46,1
Escolas com Rede de água	1.035	82,1

Fonte: Inep, 2014

O patrimônio histórico e cultural desse território é um dos mais ricos de Minas Gerais, com destaque para as cidades de Congonhas, São João del Rei e Tiradentes que, além dos tombamentos nas três esferas de governo de edificações, conjuntos e núcleos históricos, estão inseridas na área de proteção do registro federal da Linguagem dos Sinos.

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda rodada, é aberta a escuta à sociedade que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e de representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada de Minas Gerais. Os Fóruns Regionais são um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais construirá políticas públicas que respeitem as características de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional do Sul realizado

em Poços de Caldas no dia 03 de Outubro de 2015. O encontro contou com a participação de 360 inscritos representantes dos municípios deste território. No total, 717 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população.

EIXO1-DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

- Criação de um Centro Regional de Desenvolvimento Econômico, visando à interação junto aos órgãos estaduais e prefeituras para implantação de empresas e investimentos que pretendam se instalar no Sul de Minas de forma igualitária nos mais diversos municípios da região. Esse Centro será responsável também pelo desenvolvimento e aplicação de ações e benefícios para as Micro e Pequenas Empresas.

- Implantação de um aeroporto regional no Sul de Minas. Esse aeroporto, alinhado com a revitalização da malha ferroviária da região, trará grandes benefícios para o turismo e para o transporte de cargas.

- Apoio à produção familiar sustentável, à agroindustrialização e à agroecologia, principalmente por meio do fortalecimento do sistema Agricultura, entendido como a EMATER, o IMA, a Ruralminas e a EPAMIG.

- Apoio à comercialização, principalmente por meio da estruturação de centros de abastecimento e comercialização, feiras livres da agricultura familiar e mercados institucionais.

- Fortalecimento da competitividade da produção cafeeira do Sul de Minas, especialmente do chamado café de montanha.

- Apoio financeiro às organizações da agricultura familiar como associações, cooperativas, conselhos, movimentos e entidades sociais.

- Criação de um programa estadual para a proteção e revitalização das nascentes, cursos d'água e áreas de recarga, patrocinado pelos FHIDRO, HIDROEX e outros fundos estaduais afins. A gestão desses recursos será feita somente pelos Conselhos de Defesa do Meio Ambiente, Comitês de Bacias Hidrográficas e OSCIPS.

- Criação de consórcios regionais intermunicipais objetivando a destinação correta dos resíduos sólidos e implantação de aterros sanitários.

- Aumento da alíquota do ICMS turístico e criação de leis de incentivo (projetos) para o desenvolvimento do turismo;

- Fortalecimento econômico das instâncias de governanças regionais, bem como da política pública do turismo, abrangendo as ações de capacitação (turismo, educação ambiental e patrimonial), e toda a infraestrutura tais como, manutenção de estradas, sinalizações turísticas urbana e rural e atrativos turísticos.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Demandas indígenas: Asfaltamento da rodovia BR459-Aldeia Xucuru Kariri.

- o Construção de um desvio na estrada do lado da terra indígena.

- o Aprimoramento da infraestrutura de energia elétrica na aldeia, discutindo ressarcimento ou isenção pelo uso da terra para rede elétrica nas terras indígenas, intervenções na estrutura interna, sua ampliação e manutenção.

- o Uma antena para melhorar o funcionamento da internet e telefonia.

- o Instalação da caixa da água coletiva.
- o Saneamento básico e reforma das casas.
- o Limpeza da barragem e limpeza e manutenção do açude.
 - Aumento de capacidade, construção de acostamento, 3ª faixa nos aclives, melhoria da sinalização existente, instalação de novos radares e lombada eletrônica e retorno do funcionamento de radares e balanças existentes nas rodovias do Território Sul, em especial:
 - o MG158;
 - o MG456;
 - o MG290;
 - o MG173;
 - o MG456;
 - o MG295;
 - o LMG884;
 - o MG179-Entr. BR459;
 - o BR459-São Paulo (após assunção pelo Estado de Minas Gerais);
 - o Delfim Moreira-bairro Água Limpa;
 - o MG167-Entr. BR265, no município de Santana da Vargem;
 - o LMG877 (Rodovia do Contorno);
 - o MG455.
 - Retorno do funcionamento dos radares e balanças e melhoria na sinalização nas rodovias do Território Sul, com destaque para MG290, MG179, MG455, MG158, BR383 (articulação).
 - Asfaltamento de trechos e/ou retomada de obras rodoviárias no Território Sul, em especial:
 - o Andradas (Poço Belvedere)-Pocinho do Rio Verde;
 - o Campestre-Poço Fundo;
 - o Contorno de Andradas;

- o Varginha-Carmo do Cachoeiro;
- o Cordislândia-Machado;
- o Luminárias-São Bento Abade;
- o Jacutinga-Espírito Santo do Pinhal/SP;
- o Piranguçu-Campos do Jordão/SP;
- o Silvanópolis-Careaçu;
- o MG295 (Consolação-Cambuí).
- Aprimoramento do transporte aeroviário no Território Sul, com ampliação do aeroporto de Varginha para transporte de cargas pesadas e implantação de um aeroporto de passageiros regional, utilizando projeto de aeroporto internacional em Pouso Alegre, já aprovado pela ANAC, ou ampliando aeroporto existente em Poços de Caldas.
 - Apoio estadual para gestão regional de resíduos sólidos, com instalação de aterros sanitários regionais.
 - Agilizar os processos de licenciamento ambiental para a implantação de projetos de geração hídrica, principalmente PCH's (Pequenas Centrais Hidrelétricas).
 - Implantação de programa de apoio para manutenção e adequação ambiental das principais vias rurais.
 - Construção de habitação de interesse social, em especial na área rural e para população de baixa renda ou sem renda urbana e rural.
 - Melhoria logística no território Sul com integração de portos e aeroportos para escoamento de produção, incluindo a construção de terminais alfandegários.
 - Implantação do programa "produtor de água" estimulando os produtores rurais a conservarem as nascentes e recuperarem matas ciliares, nos moldes do Programa Cultivando Água Boa.

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

- Hemominas: construção de um posto de coleta de sangue e distribuição na cidade de Varginha. Há sete meses a unidade de Poços de Caldas atende o município de Varginha nas coletas e distribuição de sangue, com intuito de facilitar a acessibilidade aos munícipes para a doação de sangue e para melhorar a logística na distribuição dos hemocomponentes a fundação hemominas idealizou um projeto piloto: posto de coleta e distribuição nesse município. Varginha é responsável pelo atendimento de saúde direto à 49 municípios e indireto a 171 municípios, com a implantação dessa unidade a população atendida será de aproximadamente 1.000.000 de habitantes. O município cederá um terreno para a construção da unidade e a Fundação Hemominas elaborará o projeto estrutural e arquitetônico, bem como fará a cessão de equipamentos e insumos necessários para a realização das atividades. Solicitamos ao governo do estado a execução da obra.

- Implantação de ambulatório da unidade da fundação hemominas de Poços de Caldas A unidade da Fundação Hemominas de Poços de Caldas está em atividade há quase seis anos trabalhando com coleta, fracionamento e distribuição de hemocomponentes para Poços de Caldas e região, abrangendo uma população de mais de 1.500.000 habitantes, num total de oitenta municípios. Desde que houve o fechamento do hemocentro que atuava na cidade, há quase dez anos, os pacientes portadores de coagulopatias hereditárias, hemoglobinopatias, que necessitam de hemoterapia e o tratamento das anemias do doador são encaminhados para tratamento fora do domicílio, o que gera desconforto para os pacientes bem como dificuldade no

acompanhamento por parte dos profissionais de saúde que os assistem no município. Além de gerar gastos com transporte e diárias. Para que ocorra a implantação do ambulatório várias etapas já foram conquistadas: a Prefeitura de Poços de Caldas já acordou em ceder um terreno anexo aonde já funciona a unidade; a Fundação Hemominas elaborará os projetos estruturais e arquitetônicos e cederá equipamentos e insumos para o desenvolvimento das atividades e atualmente a unidade mantém no seu quadro de pessoal hematologista disponível para iniciar as atividades imediatamente. Solicitamos ao Governo de estado a execução da obra.

- Construção da nova sede do hemocentro Regional de Pouso Alegre, para atender aos doadores de sangue, pacientes e hospitais de abrangência da região que corresponde à aproximadamente um milhão de habitantes, sendo o único hemocentro dessa referida região.

- O projeto básico já foi aprovado pela Vigilância Sanitária Estadual, sendo necessária a liberação de recurso financeiro para a construção.

- Saúde indígena: Programa de repasse de medicamentos para as tribos indígenas, pois faltam medicamentos para tratamento do indígena.

- Desenvolvimento de uma política de cultivo de plantas medicinais nas tribos indígenas, com respeito às tradições do povo.

- É necessário tratamento odontológico para as aldeias indígenas custeadas pelo estado.

- Rede de urgência e emergência: Estruturar salas de estabilização nos municípios onde não há população para implantação de UPAs.

- Ampliar o número de leitos de UTI e retaguarda dentro da Rede de Urgência e Emergência, e aprovar a Rede de Urgência e Emergência na Macrorregião Sul para possibilitar a liberação de recursos pelo Ministério da Saúde e garantir co-financiamento estadual.

- Qualificar e custear os leitos de retaguarda dos hospitais de pequeno porte e estudar a vocação dos mesmos.

- Alta complexidade: Incorporação a Rede Cegonha, com garantia de recebimento de recursos financeiros as maternidades do Território Sul, que atendem em nível secundário e terciário de Gestante de Alto Risco.

- Viabilizar o funcionamento da Oncologia, através de revisão urgente na pactuação atual nos hospitais do Território Sul que atendem alta complexidade, como por exemplo, com aumento de no mínimo R\$140.000,00 mensais para realização das 54 cirurgias impostas pela Portaria 140 de 27/02/2014 da Santa Casa de Poços de Caldas.

- Discussão da construção da UNACON. Atualmente possuímos dois convênios assinados, 681/2010 e 2370/2013, cujos valores respectivamente são R\$4.000.000,00 (quatro milhões) e R\$6.000.000,00 (seis milhões), tendo sido liberado somente R\$600.000,00 referente ao primeiro, que são insuficientes para a Construção da Obra orçada em aproximadamente R\$18.000.000,00.

- Co-financiamento para custeio e investimento de serviços de terapia renal substitutiva existente na macrorregião sul. Ampliação de novos serviços e elaboração de um plano regional para ampliação de vagas de hemodiálise para macro sul.

- Atenção básica: Um grande obstáculo para este fortalecimento da AB é a insuficiência de recursos financeiros para

custeio e investimento na área. Os municípios tem sido os maiores financiadores da Atenção Básica e em segundo lugar a União. O Estado de Minas Gerais tem repassado recursos insuficientes para a AB, além da forma irregular o que impossibilita o planejamento adequado. É necessária a ampliação da atenção básica através das equipes de ESB's e ESF's ampliando a cobertura também para a área rural, com custeio tripartite, considerando o aumento de recurso financeiro fixo de custeio de no mínimo 25% do piso de atenção básica fixo federal a ser repassado mensalmente fundo a fundo, e também repasse de recurso variável de no mínimo 25% de acordo com o resultado do PMAQ. Garantir co-financiamento de investimento para adequar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde de forma mais facilitada para os municípios. Garantir apoio técnico qualificado da SES para melhoria da qualidade da Atenção à Saúde por meio de Educação Permanente, EAD e Teles saúde.

- Implantação/Ampliação dos NASF's com profissionais capacitados pra atender os usuários em situação de vulnerabilidade e risco; promover a prevenção às doenças e a promoção à saúde; adoção de política de acompanhamento de metas pelo estado e do cumprimento da jornada de trabalho.

- Transporte: Atuar conjuntamente com o município no custeio do transporte de pacientes para outras localidades (TFD), assim como na aquisição de novos veículos.

- Vigilância em saúde - Implementar um programa de Saúde do Trabalhador Rural, em consonância com a política pública do Ministério da Saúde, junto a agricultura familiar, visando atender os agricultores expostos ao Uso de Agrotóxicos. Ação esta integrada com o Sistema de Saúde do Estado e dos Municípios, passando pela identificação de possíveis contaminados, por meio

de triagem clínico epidemiológica e exames laboratoriais, e em seguida os respectivos acompanhamentos e tratamentos médicos. Junto a esses agricultores desenvolver ações de ATER, no sentido de fazer uma conversão nos sistemas de produção para uma linha de produção de base agroecológica, no sentido de retirá-los da exposição e produzir alimentos saudáveis.

- A rede do CEREST está sendo financiada principalmente pelo município e secundariamente pelo governo federal, não tendo aporte de recurso do Estado. Necessidade: Reorganizar a regionalização dos Centros de Referências de Saúde do Trabalhador e co-financiar com repasses estaduais fundo a fundo para custeio e investimento.

- Ampliar a capacidade instalada do laboratório macro regional para apoio diagnóstico às áreas de Vigilância em Saúde. Implantar apoio logístico do Estado para o envio de amostras biológicas adequadamente.

- Destinação de recurso financeiro para apoio ao enfrentamento da Dengue, com repasse fundo a fundo permanente e mensal, para sustentabilidade das ações.

- Criar centros de controle de zoonoses regionais com destinação de recursos de custeio e investimento para apoio diagnóstico, construção e manutenção dos serviços.

- Investimento em construção de sedes próprias para os ambulatórios DST/AIDS e Hepatites Virais/CTA regionalizados e co-financiamento de custeio de forma permanente. Proposta de seis ambulatórios para a Macrorregião Sul.

- Atenção psicossocial: implantação/ampliação de CAPS adulto, infanto-juvenil e de álcool e outras drogas de acordo com os parâmetros assistenciais e com custeio tripartite, cobrindo todos os municípios do território, como por exemplo, Itanhandu

que solicita a habilitação do CAPS I.

- Implantação/ampliação de residências terapêuticas para pacientes oriundos de internação psiquiátrica sem vínculo familiar ou baixo vínculo.

- Implantação/ampliação de casas de acolhimento para os usuários em situação de risco ou vulnerabilidade em todo território e aporte profissional necessário.

- Necessidade de incentivo financeiro para criação de centros de convivência para saúde mental.

- Implantação de lares abrigados para os dependentes químicos e garantia de leitos para nos hospitais gerais para usuários da saúde mental.

- Centros de especialidades implantados em municípios que não foram atendidos anteriormente por algum programa de saúde.

- Garantir implantação/ampliação dos centros de especialidades médicas/multiprofissional para todos os municípios/ cidades polos do território, com custeio tripartite.

- Garantir que esses centros sejam equipados para fazer exames de média e alta complexidade para todos os municípios do território.

- Rediscutir a rede de atenção da Pessoa com Deficiência, pactuando na macrorregião, o fluxo e estabelecendo co-financiamento para custeio e manutenção garantindo a execução das ações (órteses e próteses). Ampliar o número de referências do serviço de órteses e próteses por micro região garantindo a qualidade

- Consórcio: Ampliação da sede do CISAMESP- (Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Sapucaí) com a construção do segundo pavimento onde funcionará a parte

administrativa e auditório para reuniões. Construção do Centro de Convivência e apoio aos usuários, motoristas e agentes de viagem. A ampliação trará uma maior funcionalidade a parte administrativa do consorcio que hoje funciona junto a assistência e o centro de convivência e apoio aos usuários ira proporcionar um acolhimento ainda mais humanizado para a população assistida pelo CISAMESP. Digitalização dos aparelhos de Raio X e mamografia, com intuito de melhoria da qualidade e quantidade de exames, além de redução de custo operacional dos exames, oferecidos para a população consorciada.

- Realizar estudo dos consórcios, avaliando a vocação dos mesmo para, a partir daí, alocar recursos de acordo com a necessidade do território na área física.

- Facilitar o formato de captação de recursos junto aos contribuintes de ICMS via Lei de Incentivo ao Esporte.

- Ampliar o Bolsa Atleta

- Viabilizar recursos para as associações/ligas/ entidades do desporto que são responsáveis pela execução de eventos esportivos no Território Sul.

- Recursos para construção, reforma e adequação (AVCB) de quadras e espaços para prática de esportes em espaços públicos no território Sul

- Construção de estrutura de esportes na tribo indígena, quadras e campos para atender a aldeia indígena Xucuru Kariri que está na região há 15 anos e ainda não foi contemplada com nenhuma infraestrutura para o fomento de esportes na região.

- Criação de políticas estaduais de incentivo ao esporte

- Viabilizar transporte para atletas

- Regularmentar o repasse de recurso do ICMS esportivo de forma a vinculá-lo ao Fundo Municipal de Esportes

- Ampliar para 1% o repasse do ICMS para a temática de esportes.

- Fortalecimento da política de Direitos Humanos através de:

- o Criação de uma comissão de DH para fiscalização de presídios e trabalho análogo ao escravo na região.

- o Criar Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres e criação do Centro de Referência Regional para Mulheres.

- o Construção da “casa da mulher”, espaço que possa integrar serviços especializados para o atendimento de violência contra a mulher. Criar e garantir no âmbito estadual atendimento especializado a mulher vítima de violência dentro da defensoria pública.

- o Criação de politica de Direitos Humanos para população atingida por barragens.

- o Que a secretaria de Direitos Humanos crie um programa contra o genocídio da comunidade negra, em especial o jovem; bem como realize o mapeamento dos quilombos nos territórios.

- Criação do Centro de Referência da Juventude, que articule no território políticas públicas para juventude, com aparato protetivo para a juventude com o acompanhamento psicológico e de assistentes sociais especializados, propiciando a construção de uma vida digna, com os direitos à educação, cultura e cidadania , ao lazer, esportes e trabalho.

- Fortalecimento da política LGBT no Estado:

- o Fortalecimento do Conselho Estadual de Cidadania LGBT.

- o Realização de Educação Permanente com a PM e Polícia Civil quanto ao acolhimento e abordagem á comunidade

LGBT.

o Garantir que o Estado de Minas Gerais, assegure, por meio de criação de rubrica financeira, recursos para implementação das políticas públicas e direitos humanos, LGBT.

- Criação de oportunidades de emprego e renda através de:
 - o Implementação das associações e Cooperativas de trabalho para dependentes químicos do território Sul, visando à reinserção na sociedade.
 - o Criação de oportunidade de emprego para grupos de faixa etárias diferenciadas.
 - o Em especial para jovens e pessoas acima de quarenta anos.
 - o Fazer cumprir a lei criando uma rubrica orçamentária para o pagamento de serviços prestados na coleta e triagem de materiais recicláveis, transformando a Bolsa Reciclagem em programa de Estado com dotação orçamentária prevista.
 - o Criar oficinas profissionalizantes para atendimento aos jovens; Criar programa de inclusão social e produtiva de jovens em situação de vulnerabilidade social
 - o Implementação de pontos fixos de Economia Popular Solidária nos micro territórios do território sul.
 - o Repasse de subvenções estaduais para associações, cooperativas, a fim de incentivar o trabalho desenvolvido por eles em suas atividades de acordo com os seus planejamentos comunitários.
 - o Fortalecimento da política Estadual de emprego e renda:
 - o Realizar a Conferência Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda.

- o Criação de conselhos e lei em economia solidária pelos municípios para que os mesmos possam aderir ao Cadsol.
 - Construção de Centros De Referência Do Trabalhador-Crt e ampliação dos postos de atendimento do SINE na microrregião, funcionalidades do CRT:
 - o Orientação e apoio aos trabalhadores autônomos e empreendedores individuais;
 - o Concessão do seguro desemprego;
 - o Intermediação de mão de obra de forma gratuita;
 - o Orientações sobre Economia Popular Solidária-EPS e catadores de materiais recicláveis à população;
 - o Oferecimento de capacitação às Micro e pequenas empresas.
 - Ampliação de recursos para Assistência Social:
 - o Ampliação de recursos do piso mineiro.
 - o Recursos para construção do centro de referências da assistência social
 - o Implantação do plano de regionalização de média e alta complexidade.
 - Criação do Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência, e também a implementação do Centro Dia de referência para pessoas com deficiência em situação de dependência e suas famílias.
 - Garantir infra estrutura e Recurso humanos e qualificação para as sede regionais para o atendimento das demandas da Assistência Social:
 - o Implantação de programa para acompanhamento e inclusão através da capacitação profissional de moradores de rua.
 - o Criação de uma casa de passagem regional para o

migrante.

- o Garantir a implantação do Sipiia Sistema De Informação E Proteção A Infancia E Adolescencia.
- o Responsabilização do Estado na capacitação dos profissionais do SUAS e para os conselhos tutelares.
- o Aquisição de veículos para atividades da Assistência Social
- o Implantação do Qualifica Suas.
- o Articulação entre Estado e Municípios no sentido de ampliação das equipes volantes do CRAS para atendimento da zona rural.
 - Direitos Humanos igual Polo mais próximo da cidade para tratamento do câncer e outras doenças
 - Criação da Secretaria Municipal Indígena no município de Caldas.
 - Incentivar a criação de Conselhos Municipais de Trabalho, Emprego e Geração de Renda e de Conselhos Municipais de Economia Popular Solidária em todos os municípios da microrregião.
 - Programa de apoio de condições habitacionais;
 - Consultório Odontológico para Pessoas com Deficiência
 - Aumento do efetivo de técnicos forenses (psicólogos e Assistentes Sociais), para suprir as demandas.
 - Garantir assistentes sociais e psicólogos nas escolas municipais e estaduais.
 - Rever o projeto Minas Sem Fome governamental para a realidade do Sul de Minas (agricultura)
 - Criação de salário mínimo Estadual superior ao nacional.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

- Implantação de Centros Socioeducativos nas cidades polo região Sul.
- Aumento do efetivo de todas as instituições que fazem parte do Sistema de Defesa Social (PMMG, CBMMG, PCMG, SUAPI) conforme a Lei orgânica respectiva, bem como a melhoria das viaturas e dos equipamentos e infraestrutura.
- Implantação de patrulhas rurais com equipamentos adequados no território como um todo.
- Aumento / implantação do Monitoramento por câmeras nas cidades de Pouso Alegre, Poços de Caldas, Itajubá, Varginha e Extrema.
- Assumir totalmente o custeio da Policia Civil, como o fornecimento de combustível e manutenção de veículos, o que onera demasiadamente os municípios. Além disso, melhoria das viaturas e dos equipamentos e infraestrutura.
- Falta de efetivo, propõe-se a recomposição do quadro mediante a efetivação de concursos públicos para todas as carreiras e implementação do atendimento 24hs em todas as sedes de comarcas da região.
- Elevação da 3ª Cia do Corpo de Bombeiro de Pouso Alegre para Cia Independente, devido a grande demanda das 72 cidades.
- Assumir totalmente o custeio do Corpo de Bombeiros, como o fornecimento de combustível e manutenção de veículos, o que onera demasiadamente os municípios. Além disso, melhoria das viaturas e dos equipamentos e infraestrutura utilizando para isso os recursos da taxa de incêndio.
- Implementar / potencializar no Território Programas

sociais de prevenção à violência que incluem: Fica Vivo, Educar para não punir, PROERD, jovens construindo a cidadania e atendimento psicossocial nas instituições de segurança pública.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

- Revisão da concessão de direitos aos diretores aposentados apostilados, igualando estes direitos aos concedidos aos profissionais que estão na ativa. Melhores salários para os profissionais da educação.
- Capacitação dos docentes: que sejam habilitados, e que estejam em constante formação e aprimoramento dos conhecimentos, troca de experiências, implementando novas técnicas de ensino, despertando o interesse do estudante e impedindo a evasão escolar.
- Criação do centro de Apoio ao Educando, com profissionais especializados: Fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, neuropedagogo e fisioterapeuta (equipe multidisciplinar)
- Implementar e aprimorar o plano de carreira de magistério.
- Capacitação para os professores sobre inclusão e contratação de profissionais de apoio em sala de aula e capacitação dos diretores das escolas para que assumam inteiramente sua função
- Utilização de Prédio Público, antiga sede da Funaben - Caxambu, inutilizado para instalação de uma unidade da UEMG ou instituição de Ensino Superior Pública, presencial.
- Investimento em cursinhos populares para ampliar o acesso das pessoas que realmente precisam ao Ensino Superior Público
- Criação de novas faculdades gratuitas nos Polos

Regionais, Campus da UEMG, considerando as potencialidades locais para oferta dos cursos.

- Criação de cursos profissionalizantes gratuitos nas comunidades rurais e indígenas
- Implantação do Curso Técnico de Piscicultura (indígena)
- Implantar com urgência, novos cursos de licenciatura no campus UEMG.
- Interromper o fechamento de escolas do Campo e criação de novas escolas do campo.
- Criação de Escola Politécnica em Assentamentos que possam atender à região de Campo do Meio
- Política educacional voltada para o cidadão do campo, evitando o êxodo rural
- Construção de centro de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, em bairros estratégicos da Zona Rural
- Considerar as características das comunidades tradicionais (agricultura familiar) e valorizar os saberes seculares destas comunidades.
- Integrar à grade curricular das escolas rurais matéria específicas e material pedagógicos que venha despertar o interesse do aluno a permanecer na zona rural evitando o êxodo rural.
- Disponibilização de material didático e pedagógico de qualidade.
- Sede própria para escolas que não a possuem e que inclusive possuem negociações de doação de terreno em andamento.
- Recursos para construção e reformas de prédios escolares na região. Não fechamento de escola estadual em Muzambinho.

- Estruturação dos laboratórios, refeitórios e bibliotecas com profissionais especializados.
- Construção de quadras cobertas
- Material didático específico às necessidades indígenas.
- Manutenção e inovação das escolas, tendo em vista a necessidade de acessibilidade nas escolas.
- Ampliação do pagamento do transporte escolar, complementando com verba da QESE
- Ampliar o valor repassado pelo Estado aos municípios para custeio da merenda escolar, que hoje está em torno de R\$0,33 por aluno, o que não cobre toda a nossa necessidade, onerando em muito os municípios.
- Implementação da Lei 11.645/2008, incorporando-a durante todo o ano letivo
- Discussão de temas de gênero, identidade, políticas e implantação de debate permanente com os alunos das escolas estaduais, envolvendo-os nas atividades da Virada Educação e promovendo o diálogo com a juventude
- Realizar trabalho de Educação política nas escolas
- Continuação e implementação do Projeto Educação Integral
- Reforma e ampliação da rede física das escolas municipais, tanto da creche quanto do ensino fundamental, contemplando também comunidades indígenas e quilombolas.
- Criação de escolas de Educação Infantil nos municípios que sejam verdadeiros Centros de Educação e acolhimento para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, aprendendo o respeito por si e pelo outro
- Contratação de profissionais especializados para o atendimento de alunos com necessidades especiais

- Ampliar recursos para apoio à Educação Especial. Ex: APAES
- Fortalecimento de Conselhos com real representação de estudantes e demais profissionais da Educação.
- Empoderamento para formação de grêmios e retomar a discussão da afetividade e sexualidade na Educação.
- Assembleia Constituinte Soberana para alteração do Sistema Político, abordando melhor representação de gênero, raça, utilizando os meios de mídia para esta discussão, além da necessidade de inclusão da Comunicação como Eixo temático
- Adequação e revisão do número de alunos à sala de aula, evitando superlotação
- Implantar nos municípios uma política de atendimento médico e odontológico nas escolas públicas, para os tratamentos que se façam necessários.
- Recebimento de adicional por periculosidade pelos profissionais da educação em escolas do sistema prisional, segundo o artigo 7º da CF.
- Revisão rápida e detalhada do convênio firmado entre as secretarias de estado da educação e da defesa social que determinem exatamente os direitos e deveres de cada uma, assim como dos servidores das mesmas que atuam na educação prisional.
- Revisão das resoluções da EJA para as escolas prisionais, adequando as aulas e conteúdos de acordo com a especificidade dos alunos e local da escola.
- Criação de Centros Culturais que possam atender à região, sobretudo para a juventude.
- Construção de Espaço Cultural aberto para eventos escolares e sociais (cinemas, formaturas, encontros e teatros).

- Construção da oca para dançar toré e fazer apresentações da cultura indígena.
- Construção de um equipamento cultural (Centro Cultural) para fruição de todas as linguagens culturais presentes nas localidades, bem como pontos de convergência para um grande acervo cultural existente
- Centro de memória material e imaterial com informações e conhecimentos sobre a memória e produção cultural da região, incluindo história, personagens artísticos, intelectuais e religiosos. Manifestações religiosas, literatura, estudos científicos; busca de informação e montagem de arquivos e objetos para exposição.
- Recuperação dos teatros, cinemas municipais e demais espaços culturais
- Criação de equipe para preservação do patrimônio público.
- Restauração de Museus em prédios com má conservação
- Dar visibilidade às manifestações da cultura negra e indígenas e outros e resgatar a instalação de estrutura física e humana das representações da cultura negra. Mapeamento das comunidades quilombolas da região
- Resgatar as festas regionais das Comunidades Rurais, através de projetos, subsídios, divulgação em nível de Estado, presentes no município e investir na qualificação dos profissionais.
- Diretor Regional de Cultura, nos moldes das SREs, para realizar a articulação com os órgãos centrais. Criação de consórcios culturais para fortalecimento das ações de cultura dos municípios
- Fortalecimento do Sistema Estadual de Bibliotecas, possibilitando a implementação de suas políticas em pontos regionais e a atualização do profissional que atua na Biblioteca de acordo com as mudanças exigidas.

- Maior investimento e apoio à cultura e turismo com recursos para o Observatório do Pico dos Dias (OPD) do município
- Regionalização da cultura, principalmente no setor rural.
- Recursos para contratação de profissionais especializados para realização de oficinas (teatro, artes cênicas, arte circense, pintura, etc.) e para a comunidade rural e urbana.
- Disponibilizar agentes regionais e estrutura mínima para fazer a ponte entre os movimentos culturais, as administrações municipais e o governo, fortalecendo os movimentos culturais e auxiliando os gestores que ocupam pastas municipais e sensibilizando os administradores locais da importância de criar ou efetivar gestores específicos
- Espaço para a prática da arte em diferentes culturas (música, artes visuais e teatro) e que esse espaço possa ser utilizado pelas escolas. Atender o binômio educação e cultura
- Possibilitar a circulação de bens e serviços artístico-culturais contemplando a diversidade de linguagens artísticas e modalidades, como oficinas de formação, eventos, espetáculos e congêneres, por intermédio de recursos como: caminhão-palco ou palco móvel que facilitaria o acesso do público.
- Garantir recursos financeiros, tomando por base a população, para a realização de atividades culturais, manutenção de grupos existentes, apoio a projetos e oferecimento de cursos e oficinas de formação na área cultura.

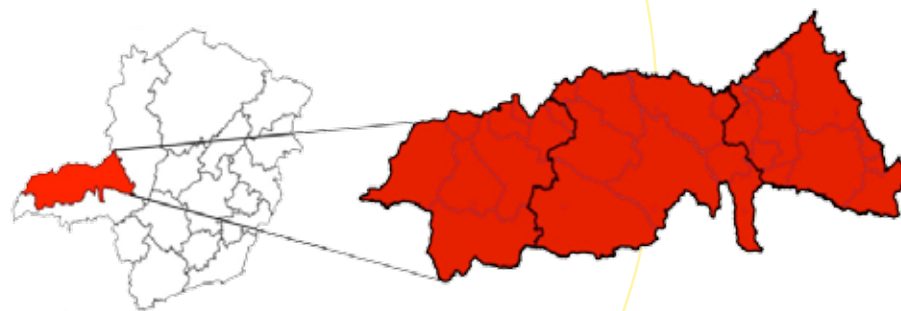
Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Sul que aconteceu no dia 08 de outubro em Poços de Caldas. Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e

irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios. Ademais está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Conforme quadro apresentado, as Áreas que mais receberam atenção da população no Território Sul foram Saúde, Educação e Segurança Pública. Este diagnóstico realizado junto à população deste Território demonstra que na área da Saúde as demandas apresentadas giraram em torno da atenção básica à saúde, à atenção especializada e ao atendimento hospitalar. Em relação à Educação as principais demandas estão relacionadas à Infraestrutura das escolas e valorização e capacitação de profissionais da educação. Já na área de Segurança Pública as principais demandas apresentadas se relacionam com a investigação da Polícia Civil e o efetivo policial.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	53	13	2	1	0	69
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	8	1	0	0	3	12
Cultura	0	0	2	0	21	23
Defensoria	0	0	0	1	0	1
Defesa Civil	0	0	1	0	0	1
Demais	8	9	7	2	3	29
Desenvolvimento Agrário	41	0	2	0	0	43
Desenvolvimento Econômico	23	0	3	1	0	27
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	12	32	1	0	0	45
Desenvolvimento Social	5	0	37	0	0	42
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	0	0	17	1	2	20
Educação	4	0	6	0	68	78
Esportes	0	0	11	0	5	16
Finanças Públicas	2	0	0	0	0	2
Governo	2	1	1	0	0	4
Meio Ambiente	53	6	1	0	0	60
Planejamento e Gestão do Estado	8	0	3	0	1	12
Poder Judiciário	0	0	0	1	0	1
Saúde	0	0	86	0	1	87
Segurança Pública	1	0	3	70	0	74
Transportes e Obras Públicas	4	46	0	0	0	50
Turismo	21	0	0	0	0	21
Total	245	108	183	77	104	717

Perfil Territorial: Triângulo Norte



Município	Micro Território
Cachoeira Dourada	Ituiutaba
Campina Verde	
Canápolis	
Capinópolis	
Centralina	
Gurinhata	
Ipiacu	
Ituiutaba	
Santa Vitória	
Araguari	Uberlândia
Aparorã	
Cascalho Rico	
Indianópolis	
Monte Alegre de Minas	
Nova Ponte	
Prata	
Tupaciguara	
Urbelândia	

Município	Micro Território
Abadia dos Dourados	Patrocínio
Coromandel	
Cruzeiro da Fortaleza	
Douradoquara	
Estrela do Sul	
Grupiara	
Guimarânia	
Iraí de Minas	
Monte Carmelo	
Patrocínio	
Romaria	
Serra do Salitre	

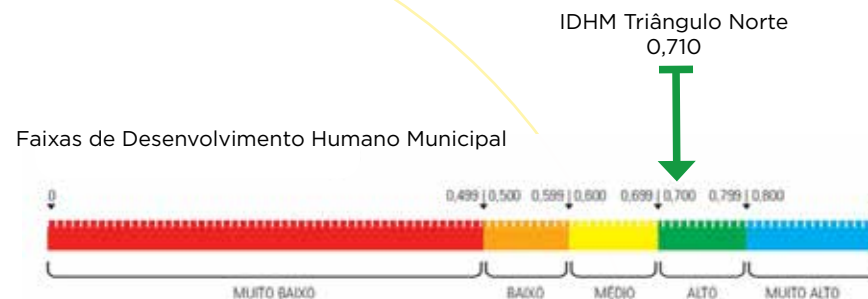
INTRODUÇÃO

Visando aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

O Território de Desenvolvimento do Triângulo Norte é composto por 30 municípios distribuídos em 3 Microterritórios e conta com a população total de 1.200.694 habitantes. A extensão territorial é de 44.624,33Km² e os municípios mais populosos são Uberlândia (656.053); Araguari (115.775) e Ituiutaba (102.828); e os menos populosos são Grupiara (1.416); Douradoquara (1.917); e Cachoeira Dourada (2.648).

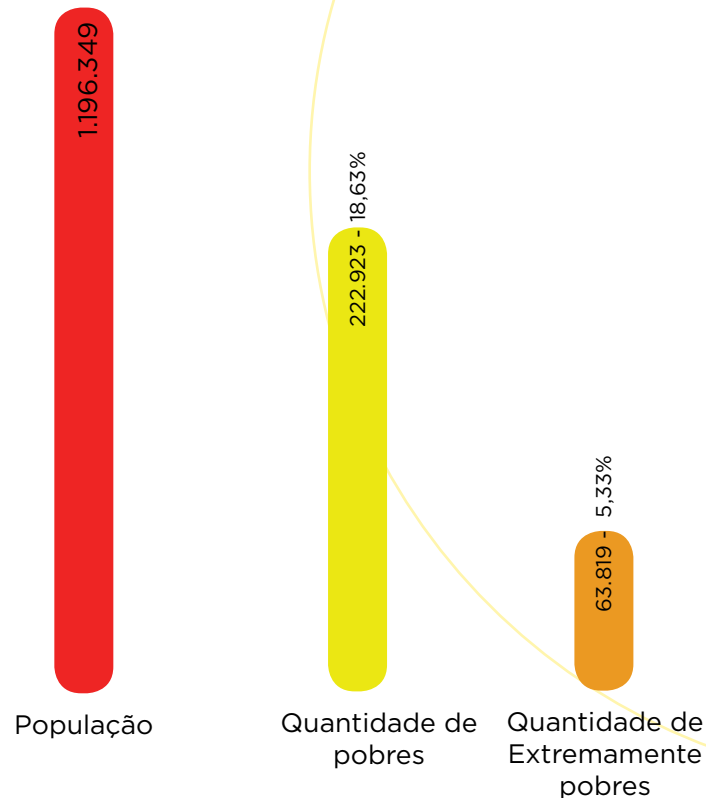
O Território Triângulo Norte faz fronteira com os Territórios Triângulo Sul e Noroeste; além de fazer fronteira com o estado de Goiás. Neste Território a População Rural corresponde a 7,67% e a População Urbana representa 92,33% da população total, proporção que difere significativamente daquela apresentada pelo estado de Minas Gerais como um todo (15% de População Rural e 85% de População Urbana). O Triângulo Norte apresenta densidade demográfica de 26,42.

Outro indicador importante a ser avaliado é o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida. A média deste Índice para o Território é de 0,710. Destaca-se que todos os municípios do Território possuem IDHM médio (0,600 a 0,699) ou alto (0,700 a 0,799).



Com relação à proporção de pobres e extremamente pobres no Triângulo Norte, a região tem a segunda menor taxa de proporção de pobres (18,63%) e a segunda menor taxa de proporção de extremamente pobres (5,33%) do Estado.

TRIÂNGULO NORTE



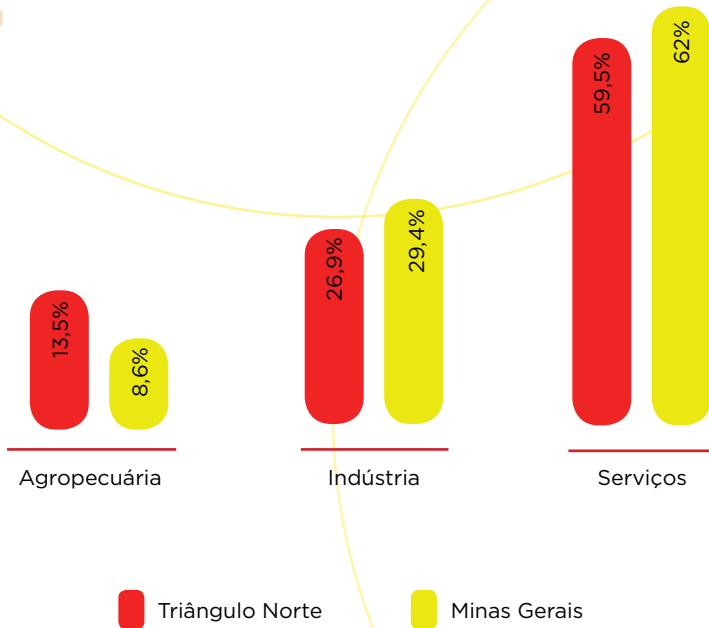
EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Terceiro território mais relevante, no tocante à atividade econômica do estado, o Triângulo Norte foi responsável pela geração de 9% do PIB mineiro em 2012, conforme o IBGE. Na região, existem 6 Distritos Industriais: Araguari, Ituiutaba, Patrocínio, Santa Vitória, Tupaciguara e Uberlândia, os quais contribuem para o aquecimento da economia local. A CODEMIG também apoia a construção de uma estação de tratamento em Araguari.

O território Triângulo Norte possui uma população rural composta por 90.441 habitantes, o que corresponde a 7,67% da sua população total. O setor de serviços corresponde a 59,5% do PIB do Triângulo Norte, a indústria por 26,9% e o setor agropecuário corresponde a 13,5% do PIB no território. Os principais produtos produzidos no território são leite, soja e café. O território é o 3º maior produtor de lavouras temporárias no Estado; além de ser o 4º maior em Lavouras permanentes e o 4º maior em pecuária.

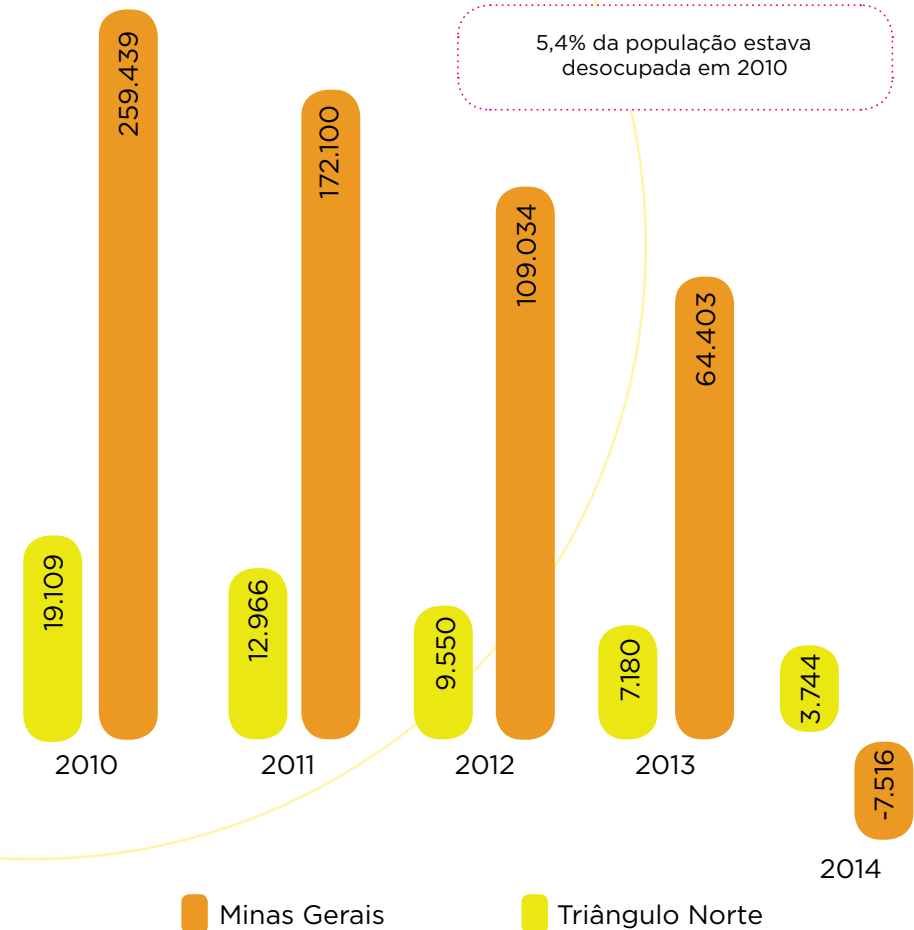
Os municípios de Araguari e Patrocínio, localizados no território, sobressaem como os maiores produtores de café do Estado, segundo dados da Produção Agrícola Municipal-PAM informados pelo IBGE.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



O saldo de empregos formais criados em 2014 apresentou número positivo (3.744) mesmo o Estado de Minas Gerais tendo apresentado saldo negativo. Registra-se a tendência decrescente desde 2010 conforme gráfico abaixo.

SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS



Entre os municípios situados no Território de Desenvolvimento Triângulo Norte, seis fazem parte de um dos dois Circuitos Turísticos da região, Caminhos do Cerrado, Lagos e Triângulo Mineiro, são eles: Abadia Dos Dourados, Patrocínio, Guimarães, Cruzeiro Da Fortaleza, Serra Do Salitre, Nova Ponte.

Seis dos municípios da região estão associados a Circuitos Turísticos. Há um aeroporto dentro do território, além de um terminal rodoviário bem estruturado e um centro de convenções. Em Uberlândia já existe oferta de sinalização turística viária e existência de sinalização turística descritiva, mas em pequena parte dos atrativos.

O turismo de negócios e o de eventos é forte atrativo por se tratar de um referencial de logística, agronegócios e do maior centro atacadista da América Latina. A Expozebu, maior exposição de gado zebu do mundo, e o Sítio Paleontológico são destaques internacionais. A região também se destaca pela produção do café. Em relação à infraestrutura, no município de Coromandel é realizada obra de construção de praça pública com o apoio da SETUR-MG.

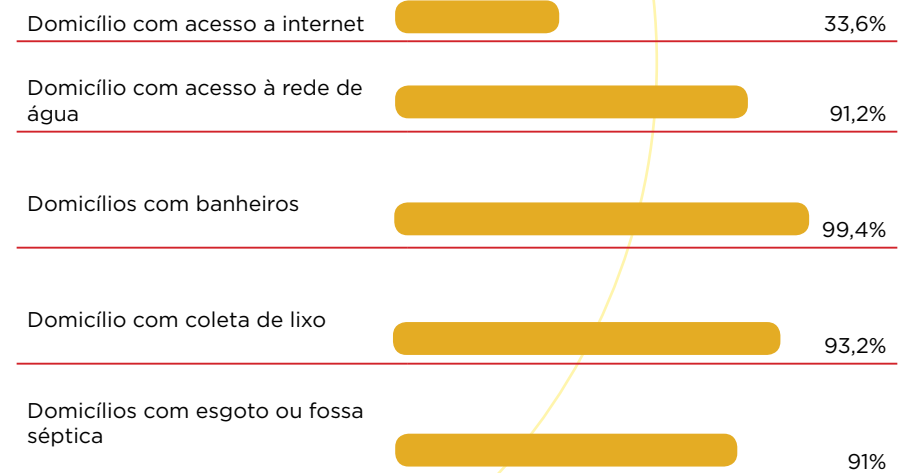
EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

No território estão presentes seis aeródromos nos municípios de Araguari, Campina Verde, Ituiutaba, Monte Carmelo, Patrocínio e Uberlândia. Também existem nove balsas distribuídas por todo o território. Sendo oito delas localizadas no Rio Paranaíba, norte do território e divisa com Goiás e um no Rio Araguari, no município de Indianópolis. As principais rodovias deste território são: BR 262 e BR 497 (rodovias federais); MG 255 e MG 190 (rodovias estaduais) e BR 262, BR 050 e BR 153 (rodovias concessionadas pela União).

Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência

de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Triângulo Norte se encontra numa situação muito favorável, estando acima da média estadual, tendo, em média, 91,7% da população atendida. No que diz respeito à realidade interna, o Território apresenta uma das menores diversidades internas, variando de 62% a 99% da população atendida.

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS TRIÂNGULO NORTE



No que diz respeito à população atendida com serviços de coleta de lixo, esse Território se encontra na terceira melhor situação, estando acima da média estadual e tendo, em média, 93,2% da população atendida. Com relação à diversidade interna, o Território apresenta o segundo menor desequilíbrio, tendo municípios variando de 84% a 100% de atendimento.

Em relação aos domicílios com esgotamento sanitário adequado, esse Território possui a segunda melhor média de atendimento, apresentando índices de 87,20%.

No que concerne à população em domicílios com acesso a energia elétrica, esse Território se encontra na melhor posição em termos de maior atendimento, tendo, aproximadamente, 99% da população atendida. Em relação à realidade interna, esse se encontra numa situação de equilíbrio, sendo o segundo que apresenta o menor desequilíbrio, tendo municípios entre 97% e 100% com população atendida.

Por último, no que diz respeito à habitação, o Triângulo Norte se encontra na melhor situação com relação à densidade habitacional, sendo o de menor densidade, apresentando um dos menores desequilíbrios internos, se comparado aos outros.

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Existem, nesta região, 156.655 famílias cadastradas no CadÚnico (Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal), sendo que, destas, 58.779 famílias são pobres (renda per capita familiar menor do que R\$ 154,00) e 40.505 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

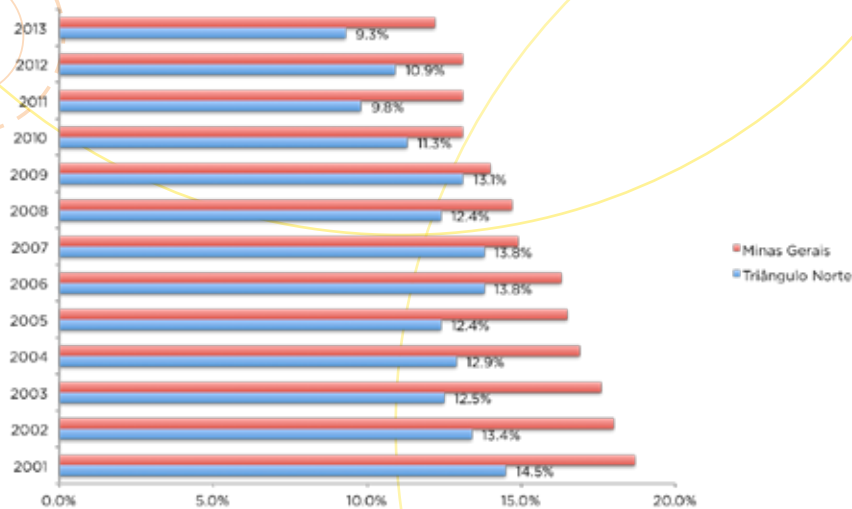
Esse território conta com uma Cobertura Populacional de 87,92% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450

habitantes por equipe, sendo inferior à média estadual que é de 91,41%. Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos SUS, a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de três leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,23.

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. A construção e o funcionamento do serviço são fruto da parceria entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios. A Região Ampliada de Saúde Triângulo do Norte está em processo de implantação do SAMU, sendo que atualmente o território Triângulo Norte conta com 5 hospitais recebendo recursos do PROURGE nos municípios de Araguari, Ituiutaba, Monte Carmelo, Patrocínio e Uberlândia.

A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Triângulo Norte, a TMI foi de 9,3 por 1.000 nascidos vivos, sendo a menor taxa dentre os territórios do Estado.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Triângulo Norte, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 92,76% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção acima do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Triângulo Norte está abaixo da média estadual, com 24,31, cumprindo também a meta preconizada nos Objetivos do Milênio.

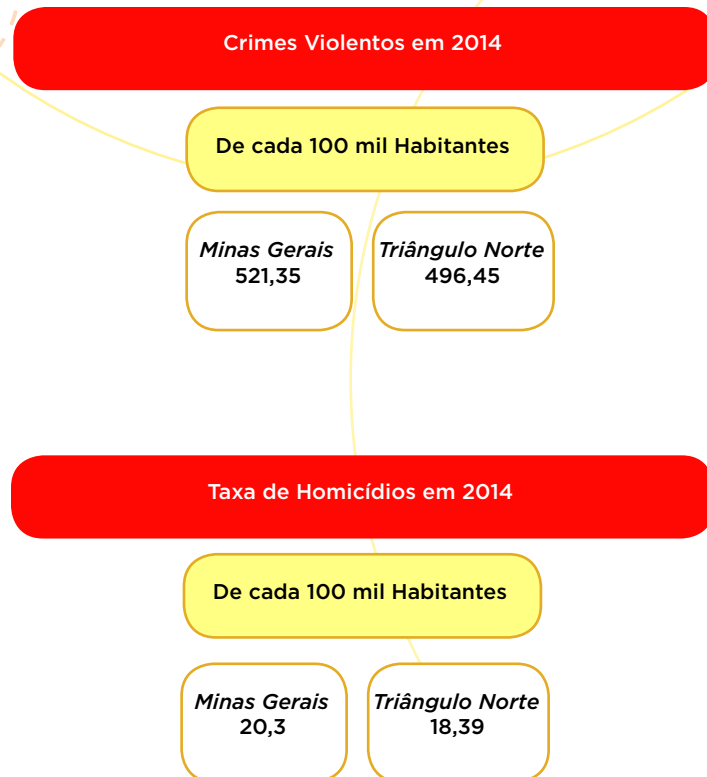
EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

No Território de Desenvolvimento Triângulo Norte, a taxa de homicídios apresenta crescimento continuado nos últimos anos. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 496,45 crimes violentos e 18,39 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

Este território tem 13.877 habitantes de 6 a 17 anos fora do sistema de ensino, sendo o problema de cobertura maior entre as idades de 15 a 17 anos. O nível de escolaridade de 58% da população, que tem entre 15 e 17 anos, é o Ensino Fundamental completo. Já para 47% da população, de 18 a 24 anos, é o Ensino Médio completo.

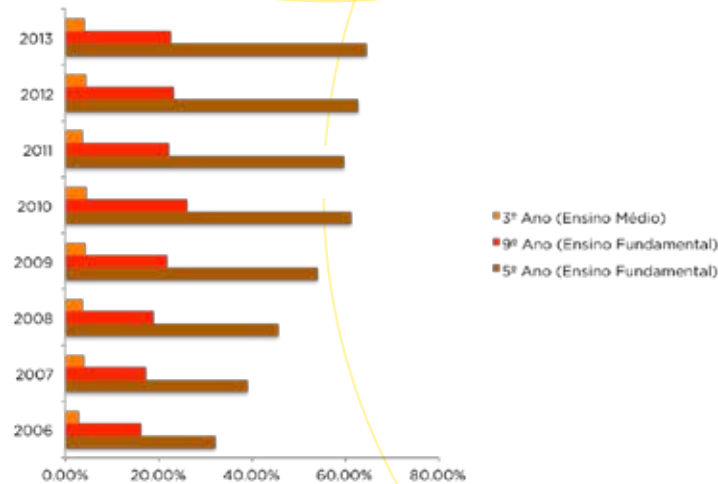
Quanto aos indicadores da Educação Básica, o PROEB 2013 evidencia que no 5º ano do Ensino Fundamental 48,22% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 64,03% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 39,31% dos alunos no nível recomendável em Português e 4,09% em Matemática.



Fonte: CINDS SEDS / MG

ALUNOS POR NÍVEL RECOMENDÁVEL DE DESEMPENHO NO PROEB (%)

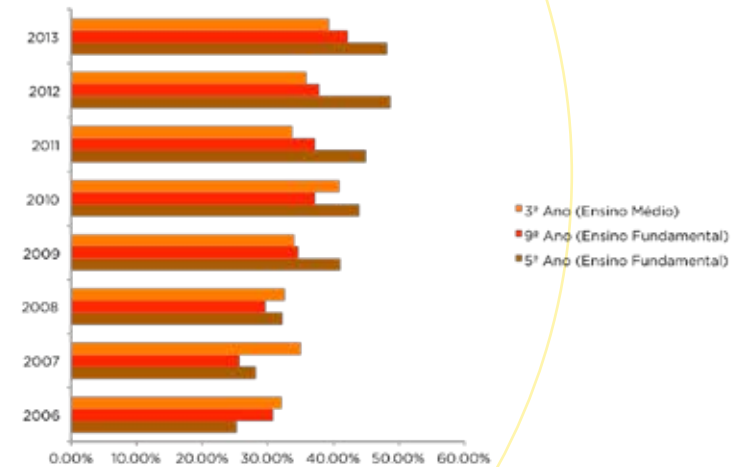
O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	32.16%	39.06%	45.71%	54.12%	61.33%	59.79%	62.86%	64.63%
9º Ano	16.21%	17.41%	18.96%	21.91%	26.11%	22.12%	23.28%	22.69%
3º Ano	3.00%	3.94%	3.70%	4.35%	4.56%	3.71%	4.45%	4.09%

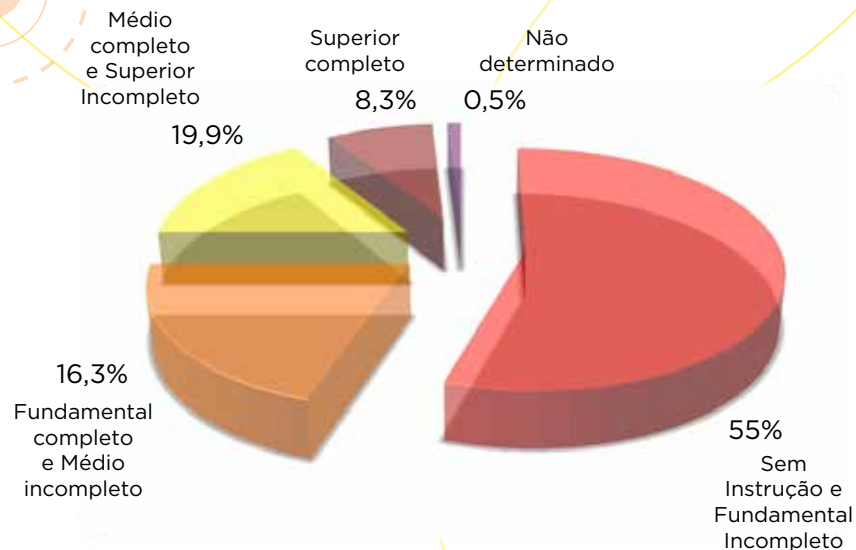
A taxa de analfabetismo total no território é de 10,3% na zona rural e 5,6% na zona urbana. Destaca-se que 8,3% da população tem ensino superior completo. A maior parte da população (55%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto.

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	25.26%	28.12%	32.20%	41.08%	43.93%	44.94%	48.66%	48.22%
9º Ano	30.81%	25.67%	29.67%	34.66%	37.22%	37.20%	37.82%	42.17%
3º Ano	32.11%	35.10%	32.60%	34.04%	40.98%	33.75%	35.89%	39.31%

NÍVEL DE INSTRUÇÃO



Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 545 escolas presentes no território, 16,7% não tem acesso à internet, 26,8% não tem biblioteca, 34,9% não tem laboratório, 38,9% não tem quadra poliesportiva e 11,7% não tem rede de água.

TAXA DE ANALFABETISMO

	Número	Taxa (%)
Taxa de Analfabetismo (Total)	56.525	6
Taxa de Analfabetismo Zona Rural	7.529	10,3
Taxa de Analfabetismo Zona Urbana	48.996	5,6

Fonte: IBGE

CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS - REDE PÚBLICA

	Número	Taxa (%)
Escolas com Acesso a Internet	454	83,3
Escolas com Biblioteca	399	73,2
Escolas com Laboratório	355	65,1
Escolas com Quadra Poliesportiva	333	61,1
Escolas com Rede de água	481	88,3

Fonte: Inep, 2014

Na área do patrimônio, destaca-se o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da antiga Estrada de Ferro Goiás, localizado na cidade de Araguari, bem cultural tombado em nível estadual e municipal. Outro bem que possui proteção estadual por meio de tombamento é a Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado, em Uberlândia.

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda etapa, é aberta a escuta à sociedade, que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada e cidadãos de Minas Gerais.

Os Fóruns Regionais constituem um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais terá condições de elaborar e implementar políticas públicas que respeitem as características e especificidades de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional do Triângulo

Norte, realizado em Uberlândia no dia 30 de setembro de 2015. O encontro contou com a participação de 617 inscritos. No total, 269 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população.

EIXO1-DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

- Ampliação e agilização da reforma agrária no território, com a criação de novos assentamentos, a atuação efetiva do estado e municípios, a suspensão das reintegrações de posse e a ampliação do acesso aos cartórios e das discriminações, arrecadações, adjudicações, comodatos, vistorias e destinações de terras para todos os movimentos e assentamentos, especialmente sobre terras penhoradas.
- Fomento à produção orgânica, à agroecologia e à agricultura urbana, principalmente por meio da qualificação dos produtores em instituições públicas e privadas, com (1) cursos de apicultura, oleícolas, queijo minas artesanal, grãos e agroindústrias, (2) multiplicação de sementes, mudas e conhecimentos em áreas coletivas de assentamentos rurais, (3) criação de bancos de sêmen e de sementes gratuitos para a agricultura familiar e (4) o combate a pulverização aérea e ao uso indiscriminado de agrotóxicos.
- Apoio à infraestrutura rural, especialmente nos assentamentos, com foco no acesso à água, na saúde, na educação do campo e nas Efes, na habitação e eletrificação rural e na recuperação de estradas vicinais.
- Ampliação do acesso a máquinas para aração e preparo do solo e a caminhões para o escoamento da produção familiar do território, em especial de assentados e fornecedores dos

mercados institucionais do pane.

- Apoio à comercialização da agricultura familiar, por meio (1) da criação de centros de comercialização e cultura e de feiras regionais da, (2) do fomento as feiras livres, com foco nos produtos da reforma agrária e (3) da criação de restaurantes populares com produtos da agricultura familiar e dos assentamentos.

- Criação de legislação específica para produtos agroindustrializados de origem vegetal, nos moldes da legislação já existente os produtos de origem animal da agricultura familiar.

- Valorização da identidade própria dos produtores e produtos da agricultura camponesa, por meio da criação de um selo ou certificado que garanta a liberdade de comercialização nos espaços públicos.

- Simplificação e ampliação dos licenciamentos ambientais e das outorgas do uso da água para e os assentamentos.

- Efetivação do cara nos assentamentos da reforma agrária.

- Apoio à preservação e a arborização, especialmente em assentamentos, após, matas nativas e em áreas de reserva legal, com campanhas para o consumo consciente da água, à promoção de boas práticas de conservação do solo, à proteção da fauna, flora e recursos hídricos e apoio ao reflorestamento e à recuperação de áreas degradadas, principalmente por meio do fornecimento dos insumos e máquinas necessárias, especialmente aos assentamentos.

EIXO 2 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Implantação de arborização e realização de campanhas para o consumo consciente da água.

- Recuperação e pavimentação dos seguintes trechos:

- o Recuperação asfáltica da MG 462
- o Recuperação asfáltica da MG-230.
- o Construção do trevo na MG230 com Avenida Dom Almir Marques
- o Construção do trevo da MG 230 com a MG 187.
- o Construção de acostamento e terceira faixa da MG 497 Prata - Uberlândia.
- o Implantação de pontos de travessia na BR 365 em Monte Alegre de Minas.
- o Pavimentação da rodovia LMG 746 Monte Carmelo - Chapada de Minas
- o Estadualização e asfaltamento da rodovia entre Campina Verde e São Francisco de Sales
- o Asfaltamento da estrada que liga Monte Alegre de Minas ao Distrito de Garcia.
- o Pavimentação ou melhoria das demais estradas rurais (vicinais).
- Diminuir a carga tributária e reduzir a tarifa de energia elétrica.
- Implementar ações para a Lei Estadual número 21.157/2014 - descentralização da comissão de exames especiais do DETRAN/MG.
- Adequar as vias públicas com rampas e calçadas acessíveis, de acordo com as normas técnicas vigentes.
- Disponibilizar acesso à internet nos assentamentos rurais.
- Criação de banco de sementes gratuito para agricultura familiar.
- Conceder incentivos fiscais para a implantação de tetos verdes e captação de água da chuva nos prédios públicos e

residências.

- Diminuir a carga tributária e conceder incentivos fiscais para indústrias que realizam logística reversa ou possuem meios de preservação da água no processo produtivo.
- Manutenção pelo Estado da sinalização das rodovias estaduais que interligam os municípios do território.
- Construir uma política estadual de habitação pautada na regularização fundiária das áreas de ocupação urbana, garantindo:
 - A regularização das famílias que ocupam terras particulares e governamentais.
 - O tratamento digno para as famílias acampadas, evitando despejos.
 - A criação de um comitê para discutir a reforma urbana em Minas Gerais.
 - Facilitação de permuta de áreas institucionais para fins de habitação.
 - Criar um programa de instalação de infraestrutura básica nos assentamentos urbanos, fornecendo saneamento básico, saúde, educação, energia elétrica, lazer, etc.
 - Financiamento público para subsidiar a construção, reforma e urbanização de moradias.
 - Criar um programa que vise subsidiar as faixas mais pobres da população na aquisição de lotes.
 - Descriminalização dos movimentos sociais do campo e da cidade.
 - Criar uma política que combata a especulação imobiliária através da taxa progressiva sobre todos os tipos de imóveis e propriedades urbanas (IPTU progressivo, por exemplo).
 - Criar políticas que estabeleçam o aluguel social para moradores de áreas de risco.

- Criar uma lei de proteção ao inquilinato para controlar o aumento do valor dos aluguéis.
- Criação de lei que incentive a adoção dos princípios de construção com materiais ecologicamente corretos nas edificações. Ex: 1º Construção com materiais sustentáveis, tijolo ecológico; 2º utilização de sistema de aquecimento hidráulico solar e outras fontes de energia alternativa; 3º sistema de captação de água da chuva; 4º utilização de telhado verde.
- Fomento à criação de associações de moradores nas cidades do território.

EIXO 3 - PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- Redes:
 - o Capacidade esgotada da RAS de Uberlândia para receber alunos para estágios e residências Necessidade: Regionalizar/Territorializar os estágios e residências da Universidade Federal de Uberlândia UFU.
 - o Implantação e implementação de rede de oncologia pois atualmente os pacientes fazem grandes deslocamentos tendo que ir a capital mesmo muito debilitado.
 - o Rede Cegonha:
 - o Garantir que as gestantes tenham um atendimento humanizado nos locais de referência para que possam garantir um parto natural com segurança ou uma cirurgia obstétrica segura, garantindo locais e profissionais e para que essas condições sejam satisfeitas. Garantir referência e contra referência entre os 3 níveis de atendimento (básico) intermediário e alta complexidade.
 - o Rede de Urgência e Emergência:

o Viabilizar a implantação de Rede de Urgência e Emergência bem como todos os componentes imprescindíveis para a Região Ampliada: SAMU-192 Regional, Complexo Regulador, Unidades de Pronto Atendimento -UPAs, Sala de Estabilização - SE, Leitos de UTI e Retaguarda e reclassificação dos Hospitais de pequeno porte.

o Implantação da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) Neonatal no Hospital São José.

- Fortalecimento do modelo de gestão Fundação Estatal pública de direito privado, FUNDASUS, para a gestão dos equipamentos e recursos humanos do SUS, específico para o município de Uberlândia.

- Atenção Básica:

o Ampliação e priorização dos NASF para cobertura de todos os municípios do território garantindo prioridade ao atendimento escolar com equipes multiprofissionais e também priorizando o atendimento às pessoas com deficiência e necessidades especiais. Implantação das práticas Integrativas e complementares, como componente da rede de atenção básica incorporando, no cotidiano do cuidado a promoção à saúde e à prevenção de doenças. Implantação e custeio de novas unidades de UBSF, priorizando locais com maior densidade demográfica, maior vulnerabilidade e descobertos de Atenção Básica, tendo como foco o plano local a partir da realidade de saúde da população adstrita.

o Retornar com o 3º lote para construção de Unidades Básicas de Saúde.

o Alinhar os indicadores de saúde bucal com os do Ministério da Saúde e ampliar à nível estadual os seguintes

indicadores: Tratamento Completado (TC), cobertura de 1ª consulta odontológica à gestante, consulta programática de Saúde Bucal da população geral. Aumentar o valor do incentivo mensal do “Programa Saúde em Casa” e alinhar os indicadores com Pacto pela Saúde e do PMAQ.

o Criar núcleo de atendimento com equipe multiprofissional para atendimento à crianças/adolescentes e idosos (grupos prioritários pelo território), fortalecer o acolhimento/atenção primária para atender os alunos encaminhados pelas instituições de ensino para diagnóstico inicial e atendimento conclusivo de laudo, prestar atendimento ao paciente e família em parceria com as instituições de ensino, trabalho em parceria/rede com instituições de ensino para capacitação de profissionais para trabalhar com essa demanda. Criar um Sistema de Informações similar ao do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para consultas públicas.

o Aumentar contrapartida para financiamento do componente básico do bloco assistência farmacêutica estadual.

- Rede Hospitalar:

o Criação de hospitais regionais e ampliação do Hospital Maternidade Municipal de Uberlândia.

o Construir um Hospital Regional no qual haja uma rede completa de atendimento à saúde da mulher, oferecendo serviços especializados para mulheres vítimas de violência, como interrupção da gravidez em caso de estupro, cirurgias regenerativas e outros.

o Custeio Hospital de Monte Carmelo. Incremento e ampliação das ações do Hospital Regional de Uberlândia

para suprir a demanda reprimida da UFU em serviços de média e alta complexidade.

o Implantação com custeio tripartite do Hospital Municipal de Monte Carmelo que se encontra em fase final de construção com 65 leitos para atendimento da área cirúrgica.

o Desenvolver política para a garantia de realização de exames e imagem/aquisição e manutenção de equipamentos para a realização de exames (cadeiras oftalmológicas, endoscopias, colonoscopias, ultrassom entre outros).

• Implantação do Centro de Especialidades Médicas Multiprofissional de forma regionalizada com custeio tripartida para acesso a consultas especializadas, garantindo o atendimento regionalizado para o território e no município de Uberlândia propõe-se que os prédios onde hoje funciona as UAI's, com a mudança do pronto atendimento para as novas UPA's esses imóveis sejam utilizados para instalação dos Centros de Especialidades.

• Deficiência na assistência de média e alta complexidade na região de saúde de Patrocínio/Monte Carmelo: Incentivo e custeio das ações de média complexidade ambulatorial em centro de especialidades regional com suporte de exames especializados.

• Garantia de exames de média e alta complexidade para todo território nos centros de especialidades.

• Criação de equipe especializada no Centro Regional de Especialidade Multiprofissional para o atendimento a crianças com transtornos de déficit de atenção como dislexia, TDH, autismo, PC's e DI's, bem como capacitação de profissionais da educação.

• Criação de 03 Centros de Referência à Pessoa Idosa (um em Uberlândia, um em Ituiutaba e um em Patrocínio), com foco nas doenças crônicas transmissíveis e não transmissíveis, com foco na saúde, ações na área de assistência social e trabalho e

direitos humanos, atendendo a todo o território.

• Tomar todas as medidas apropriadas para assegurar as pessoas deficientes o acesso aos serviços de saúde, incluindo os serviços de reabilitação. Cumprir o artigo 25 da convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. Estimular as empresas a cumprirem e fiscaliza las quanto ao cumprimento da lei 8213 91 (lei de cotas). Capacitar profissionais, desde a recepção até os médicos para atendimento à pessoa com deficiência, bem como atuar na eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais, estas através de campanhas educativas e/ou cursos específicos. Oferecer serviços de saúde para diagnóstico e intervenção precoce com a finalidade de prevenção dos agravos e deficiências adicionais.

• Rede Psicossocial:

o Implantação e ampliação da rede de assistência psicossocial com custeio tripartite, implantando CAPS adulto, infante juvenil e de álcool e outras drogas, funcionando 24h, garantindo assistência regional de acordo com a necessidade. Garantia de implantação de residências terapêuticas e casas de acolhimento para usuários em situação de vulnerabilidade dependentes químicos, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Implantação e implementação, com custeio tripartite, de mconsultórios de rua, de acordo com a realidade local da região.

o Ampliar o financiamento para a Rede de Atenção psicossocial, contemplando todos os pontos de atenção com recursos de custeio (1300.000 hab)

o Construção de oito Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, construção de três Unidades de Acolhimento Adulto

e Infantil – UAI.

- Fortalecer as Unidades Regionais, recompondo os recursos humanos com profissionais aprovados no concurso vigente.
- Fortalecer o e-SUS em Rede: Implementar Sistema de Prontuário em Rede.
- Estabelecer educação permanente para os profissionais das Equipes de Atenção Primária à Saúde, à distância.
- Assegurar a todos o direito de acesso a água potável necessárias ao atendimento das necessidades vitais básicas, independentemente do poder econômico de consumo.
- Reconhecer, incentivar e subsidiar o esporte paraolímpico, destinando verbas específicas para preparação e participação dos atletas em campeonatos, contratando equipe de profissionais médicos, fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas, etc.
- Mais incentivo ao esporte para crianças, jovens e adultos, considerando a questão do gênero, raça/etnia em todo o território.
- Ampliar a oferta de serviços de esporte e lazer como garantia de direitos e ampliação do convívio social e comunitário, em espaços acessíveis.
- Instalação de academias populares e poliesportivo, juntamente com praças esportivas, fortalecendo o esporte na prevenção do uso de drogas.
- Fomento políticas de geração de renda através de empreendimentos da economia popular solidária apoiando a agricultura urbana e rural, cooperativas/associações de reciclagem, artesanatos, trabalhos e outros.
- Expansão das unidades do SINE e criação de centros de referência regional para o trabalhador e a trabalhadora, concentrando as políticas de trabalho em unidades regionalizadas

para garantir seguro desemprego, captação de vagas, intermediação de mão de obra, qualificação profissional, orientação ao jovem, núcleo empreendedor, central de autônomos e outros.

- Construção de um centro de referência em direitos humanos em parceria com a ESAJUP.
- Mediação de conflitos – ampliação da mesa de diálogo para acampamentos urbanos e rurais. Garantir o acesso ao CAD Único para as famílias acampadas e assentadas, povos tradicionais, com qualificação das equipes técnicas e alinhamento de gestão. Construção de um programa direcionado para as famílias assentadas no campo e na cidade, com especial atenção para o acesso à educação, saúde, cultura e outros direitos humanos básicos dos acampados.
- Apoiar, inclusive em termos infraestruturas, as atividades dos comitês de memória, verdade e justiça no território.
- Políticas públicas para:
 - o Pessoa com deficiência – fiscalizar o cumprimento da lei de cotas, apoio a instituições que atendem pessoas com deficiência, garantir a acessibilidade (materiais, estrutura física) em todos os eventos públicos (como os governamentais).
 - o Criança e adolescente – fomentar doações para o FIA
 - o Idoso - Criar programa de Expansão no atendimento das ILPs (Instituições de Longa Permanência para Idosos) e fiscalizar considerando o crescimento significativo da população idosa. Construir um centro de referência para idoso. Coordenadoria e superintendência. Criar uma superintendência para o idoso.
 - o Mulheres – regionalização e ampliação da Casa Abrigo

situada em Uberlândia, para o acolhimento de mulheres vítimas de violência, com suas filhas e filhos.

o Juventude – centro de referência para a juventude que atenda os jovens da periferia, acampamentos e assentamentos (urbanos e rurais) que contemple as dimensões de assistência social, formação profissional e geração de empregos e cultural.

- Flexibilização na utilização dos recursos originários do Fundo de Assistência Social, hoje engessados, acarretando baixa eficácia em sua utilização ou até mesmo à não execução orçamentária.

- Criação de CREAS regionais.

- Expansão dos CRAS com recursos para investimento e custeio de materiais/pessoal, assim como investimento na capacitação para a equipe técnica da rede de prestação de serviços socioassistenciais (governamental e privada).

- Expansão nos SCFV de 6 a 15 anos, com transferência direta, de recursos adicionais, do estado para as instituições da rede conveniada. SCVF – garantia de cofinanciamento para atender a faixa etária de 18 a 59 anos.

EIXO 4 – SEGURANÇA PÚBLICA

- Inclusão dos profissionais intérpretes de libras para atender os deficientes auditivos em todas as instituições.

- Criar condições de empregabilidade para os egressos do Presp, bem como expansão do programa para os demais municípios do território.

- Criação de um centro socioeducativo feminino em Uberlândia.

- Aumento do efetivo (ampliar os atendimentos Patrulha Escolar, Violência Doméstica, Patrulha Rural e PROERD) e investimento logístico (viaturas, equipamentos e armamentos) no território.

- Curso de formação permanente de preparação dos Policiais Militares nas abordagens enfatizado a importância da eliminação dos preconceitos raciais que culturalmente estão presentes na atuação dessas abordagens. Curso de formação permanente de preparação dos Policiais Militares nas abordagens enfatizado a importância da eliminação dos preconceitos raciais que culturalmente estão presentes na atuação dessas abordagens.

- Aumento do efetivo (incluindo a estruturação da área meio) com a recomposição do quadro de delegados, escrivãos, investigadores, médicos legistas, peritos criminais e o fim dos plantões regionalizados, conforme a demanda do território.

- Construção de uma Delegacia Regional com acessibilidade para deficientes físicos e reforma do atual prédio da delegacia regional de polícia para a instalação do segundo plantão policial, bem como a construção PPI (Posto de Perícia Integrado).

- Aumento do efetivo e investimento logístico, tais como equipamentos e viaturas para melhorar o atendimento à sociedade.

- Construção, reforma e ampliação das unidades da Região do Triângulo Norte, principalmente com a instalação de um pelotão de bombeiros na região oeste de Uberlândia.

- Provimento e lotação de cargos de Defensor Público da Regional do Triângulo Norte e estruturação da área meio, como forma efetiva de acesso à justiça.

- Efetivação da construção da Sede da Defensoria Pública em Uberlândia.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

- Infraestrutura, transporte e alimentação escolar: Construir e adequar os espaços escolares com infraestrutura devida, realizando reformas conforme necessidade (quadra coberta, refeitório, laboratórios, etc.); Estruturar Escolas com acessibilidade, física, e comunicação para alunos com deficiência; Estruturar escolas com material didático adaptado em quantidade e qualidade adequadas; Ampliar recurso destinado à aquisição de merenda escolar, adequado aos cardápios sugeridos; Complementação do recurso de Transporte Escolar; Incluir Transporte para os profissionais da Educação realizarem trabalho de Campo;

- Valorização e capacitação dos profissionais de educação: Agilizar processos de aposentadoria dos profissionais da Educação; Melhorar atendimento de perícia médica para os profissionais da Educação; Criação da Junta Médica para o território; Instituir adicional de periculosidade e insalubridade para professores que trabalham no sistema prisional e nas classes hospitalares; Bolsas para mestrado e doutorado para os profissionais da Educação. Implementação do piso salarial nacional; Implementar política pública de formação continuada, incluindo o uso de plataformas virtuais; Rever estrutura de benefícios; Minimizar os efeitos prejudiciais aos servidores afetados pela Lei 100;

- Organização escolar e quadro de pessoal: Vice-Diretor, especialistas e ATB Financeiro da educação para todas as escolas, independentemente do número de turmas existente; Instituir eleições para diretores e vice-diretores das escolas onde isto não ocorre; Adequar o número de alunos por sala de aula de acordo com faixa etária destes, bem como encerrar turmas multiseriadas;

Ampliar autonomia pedagógica e financeira das escolas; Criação no território de Junta para andamento dos Processos Administrativos da Educação; Estruturar currículos escolares de acordo com as dimensões do ENEM. Ampliação de vagas nas escolas públicas (educação infantil, fundamental e ensino médio) de acordo com a demanda; Criação/instalação de uma superintendência de ensino para atender uma região composta por vários municípios de Triângulo Norte. Incluir na estrutura curricular a matéria\grade curricular da prevenção ao uso de drogas, abuso sexual e violência, com professor próprio de formação específica para os temas; Aumentar o número de profissionais (ATB_ASB_Supervisor_vice-diretor); Equipe multidisciplinar (assistentes sociais, e psicólogos) para atendimento às Escolas Públicas; Criar a figura do eventual para atendimento aos anos finais do EF e EM, substituindo os professores no ensino fundamental e ensino médio; Ampliar atendimento educacional especializado (AEE) nas escolas estaduais; Equipe de acompanhamento pedagógico dos adolescentes que apresentam situação de defasagem idade/ano de escolaridade, baixo rendimento escolar ou analfabetismo, envolvimento em situações reiteradas de indisciplina ou cometimento de atos infracionais; Valorização dos diretores das escolas.

- Educação em tempo integral: Ampliar e adequar espaços e prover a infraestrutura física, didática e pedagógica para realização das atividades e projetos do contraturno.

- Educação do campo: Formação para os profissionais que atuam na Educação do Campo. Implementação da Lei Federal de Diretrizes Operacionais para as escolas do Campo. Criação, reabertura e manutenção de escolas do campo, com cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ensino fundamental

ao médio. Criação e manutenção de um curso estadual de agroecologia camponesa.

- Convivência democrática:
 - o Políticas de Ações afirmativas: Descentralização territorial da subsecretaria de políticas de igualdade racial, criando superintendências regionais; Cumprimento de fato das leis 10.639 11.645.
 - o Combate à intolerância religiosa e demais formas de discriminação nos espaços escolares;
 - o Diferenciação das políticas públicas educacionais por escolas, respeitando suas características e necessidades da proposta curricular mineira;
 - o Adoção de livros didáticos adequados às características de cada escola;
 - o Educação Escolar para as relações étnico-sociais: Quilombolas, Indígenas, Ciganos, povos do campo e demais comunidades tradicionais, capacitando os profissionais para este atendimento.
 - o Inclusão da família no ambiente escolar de modo a reduzir a evasão e melhorar o desempenho dos alunos
- Oferta de cursos - superior e técnico:
 - o Ampliar o Acesso à Universidade Pública (UEMG) sobretudo para alunos oriundos de escola pública; Programa de Bolsa de manutenção aos alunos
 - o Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes, bem como implementar programa que atenda os egressos da EJA com cursos técnicos visando a inclusão das pessoas com deficiência (via PRONATEC),
 - o Recursos para aquisição de equipamentos e instrumental de laboratórios-UEMG, além da destinação de 1% do PIB para

a UEMG.

- Segurança nas escolas: Estruturar vigilância e sistema de segurança para todas as escolas. Retomar ronda de segurança pública preventiva no entorno das escolas; Estruturar ações integradas com os demais órgãos envolvidos na Segurança Pública; Contratar vigilantes/agente patrimonial permanente para as escolas do território.
- Educação especial:
 - o Realizar busca ativa para incluir alunos com deficiência que estão fora do ambiente escolar;
 - o Revisão do projeto de inclusão social, contemplando qualificação de educadores;
 - o Ampliação do número de profissionais e capacitação especializada: cuidadores, professores, assistentes sociais e psicológicos nas escolas para atender a pessoa com deficiência. Adequar materiais e adotar tecnologias assistidas;
 - o Promover a busca ativa de crianças e adolescentes com deficiência em idade escolar fora da escola, garantindo a inclusão na rede regular de ensino;
 - o Recursos para construção da sede própria do CEMAEE – Centro Municipal Atendimento Educacional Especializado;
 - o Programa de Apoio e acompanhamento das famílias dos alunos com deficiência;
 - o Articulação Intersetorial para tratar do tema da Educação Especial;
- Educação no sistema socioeducativo
 - o Construção de Escola dentro do sistema prisional no município de Araguari; Revisão do calendário escolar para as escolas existentes em presídios;

o Capacitar os educadores que atuam no sistema socioeducativo em alfabetização e letramento

- Equipamentos de cultura

o Criação de Espaços Culturais para desenvolvimento de trabalho das comunidades artísticas, dotando-os de acessibilidade física, de comunicação e atitudinal, permitindo à pessoa com deficiência o acesso em igualdade de condições às demais pessoas.

o Abertura de conservatórios públicos em mais cidades do território;

o Reforma das bibliotecas pública municipais, também quanto ao acervo

o Apoio Estadual para reforma de Museus Municipais

- Políticas públicas de cultura:

o Revisão da forma de distribuição da Lei de Incentivo à cultura;

o Aumentar o percentual do repasse do ICMS Cultural, destinado aos municípios para preservação do Patrimônio Cultural

o Fomentar e apoiar o Projeto Cultura da Reforma Agrária de Uberlândia - CURAU e demais projetos culturais regionais, criando centros de cultura que utilizam a arte como metodologia sociopedagógica em assentamentos;

o Realizar parceria para aquisição de materiais pedagógicos e equipamentos para as Escolas de Música da região

- Patrimônio histórico:

o Restauração imagens do santuário-bens tombados a preservar. Atenção especial aos prédios tombados, ocupados por Escolas Públicas.

o Decretar como patrimônio imaterial da cultura mineira a

Folia de Reis, o Congado, os Marujos, os Caboclinhos, os Catopês.

- Valorização da cultura regional:

o Apoio para registrar a festa do Folclore a nível estadual.

o Financiamento público para os Festivais regionais

o Conduzir os jovens a formar os seus próprios grupos de teatro e arte engajada nas comunidades rurais, e organizar apresentações teatrais que sejam protagonizadas pelos mesmos, a partir da própria história camponesa, dando a eles a oportunidade de transmitir ao restante da sociedade as mensagens socioeducativas trabalhadas.

o Criação e Manutenção de Centros de Memória da Cultura Camponesa, nas sedes dos Assentamentos e Acampamentos

- Qualificação dos profissionais de cultura:

o Resgatar cultura do campo por meio de qualificação dos profissionais envolvidos;

- Cultura nas escolas:

o Criar mecanismos para incentivar os jovens para a leitura, envolvendo ações culturais e reforma e construção de bibliotecas;

o Implementação de escolas que ofereçam cursos livres de música à comunidade.

o Oficinas das Artes nas escolas: incluir projetos educacionais de artes audiovisuais, tratando temas como crítica de mídia.

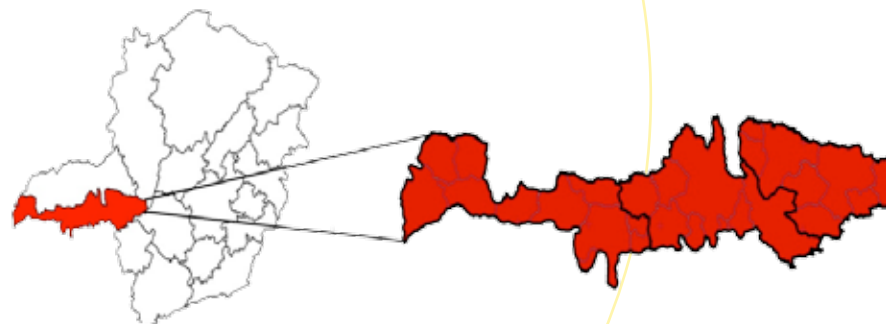
Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Triângulo Norte. Importante

ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios. Ademais está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	7	2	0	0	0	9
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	3	2	0	0	7	12
Cultura	0	1	0	0	16	17
Demais	4	4	0	0	0	8
Desenvolvimento Agrário	12	1	2	0	0	15
Desenvolvimento Econômico	8	2	1	0	0	11
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	1	8	0	0	0	9
Desenvolvimento Social	1	0	22	0	0	23
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	1	1	13	0	1	16
Educação	1	2	7	0	36	46
Esportes		0	5	0	0	5
Finanças Públicas	2	0	0	0	0	2
Governo	3	5	0	0	2	10
Meio Ambiente	5	1	0	0	0	6
Planejamento e Gestão do Estado	1	0	1	0	0	2
Poder Judiciário	0	0	0	2	0	2
Saúde	0	0	35	0	0	35
Segurança Pública	0	1	0	26	0	27
Transportes e Obras Públicas	1	7	0	0	0	8
Turismo	6	0	0	0	0	6
Total	56	37	86	28	62	269

Conforme quadro apresentado as Áreas que mais receberam atenção da população no Território Triângulo Norte foram Educação, Saúde e Segurança Pública. Este diagnóstico realizado junto a população deste Território demonstra que na área da Educação as principais demandas estão relacionadas ao quadro de pessoal e a revisão curricular. Na área da Saúde as demandas apresentadas giraram em torno do atendimento hospitalar, da atenção básica à saúde e também da atenção especializada. Quanto à Segurança Pública as demandas apresentadas se concentraram em torno do efetivo policial e do policiamento ostensivo.

Perfil Territorial: Triângulo Sul



Município	Micro Território
Araxá	Araxá
Campos Altos	
Ibiá	
Pedrinópolis	
Perdizes	
Pratinha	
Santa Juliana	
Tapira	Uberaba
Água Comprida	
Campo Florido	
Conceição das Alagoas	
Conquista	
Delta	
Sacramento	
Uberaba	
Veríssimo	

Município	Micro Território
Carneirinho	Frutal
Comendador Gomes	
Fronteira	
Frutal	
Itapagipe	
Iturama	
Limeira do Oeste	
Pirajuba	
Planura	
São Francisco de Sales	
União de Minas	

INTRODUÇÃO

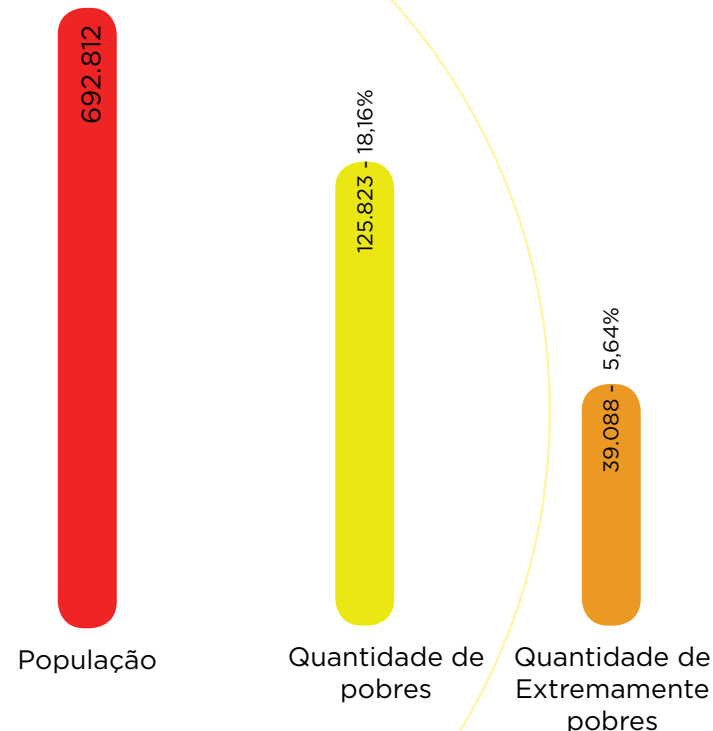
Visando aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

O Território de Desenvolvimento Triângulo Sul é composto por 27 municípios distribuídos em 3 Microterritórios e conta com a população total de 697.812 habitantes, que corresponde a 3,56% da população mineira. A extensão territorial é de 35.548,37 Km² correspondendo a 6,06% do total de Minas Gerais. Os municípios mais populosos são Uberaba (295.988 hab.), Araxá (93.672 hab.) e Frutal (53.468 hab.) e os menos populosos são Água Comprida (2.025 hab.), Comendador Gomes (2.972 hab.) e Pratinha (3.265 hab.). O Território Triângulo Sul faz fronteira com os Territórios Triângulo Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste além de fazer divisa com os Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás.

Neste Território a População Rural corresponde a aproximadamente 8,33% da população total sendo que esta proporção é a terceira menor em comparação com os demais Territórios, ficando atrás apenas dos Territórios Metropolitano e Triângulo Norte.

A proporção de pobres do Território Triângulo Sul é de aproximadamente 18,16% sendo a menor do estado. Já os considerados “extremamente pobres” representam 5,64% da população total do território. A Renda per capita observada no Território Triângulo Sul, referente a agosto de 2010, é de R\$ 854,58, correspondendo a terceira melhor do Estado, atrás apenas do Metropolitano e do Triângulo Norte.

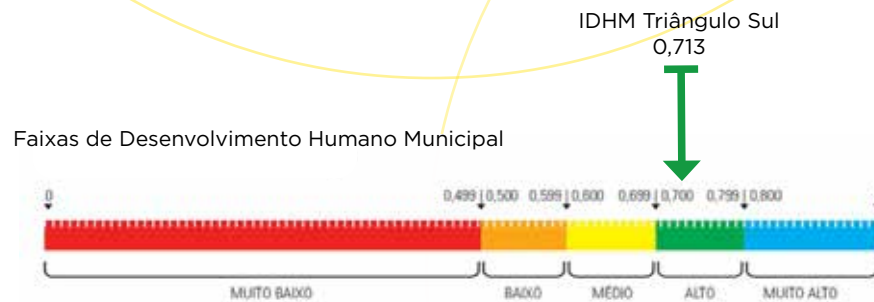
TRIÂNGULO SUL



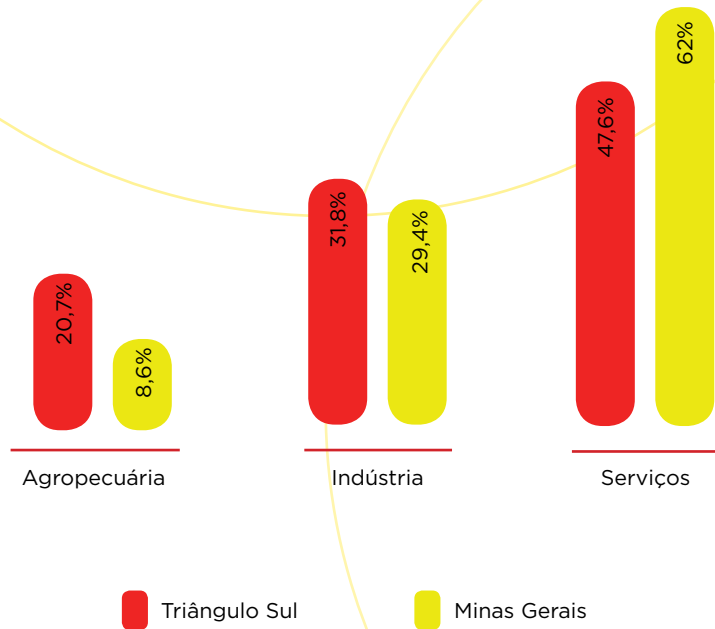
Com relação ao IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida, a média para o Território Triângulo Sul é de 0,713, sendo o melhor índice registrado no Estado

EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Segundo o IBGE, em 2012, a contribuição do Triângulo Sul no PIB estadual foi de 5,5%. No que se refere à composição setorial do PIB, evidenciava-se, em 2012, maior participação do setor de serviços (47,6%), seguido pela indústria (31,8%) e pela agropecuária (20,7%). Os principais produtos produzidos no território são cana de açúcar, leite e soja. O território é o 1º maior produtor de lavouras temporárias no Estado. O triângulo mineiro é a principal região produtora de cana-de-açúcar, correspondendo a mais de 60% da produção do Estado. A presença de usinas na região, bem como as condições climáticas, o uso de novas tecnologias, os custos reduzidos de produção (comparativamente com outras regiões) e a infraestrutura de armazenamento e logística, adicionam vantagens comparativas ao desenvolvimento da agroindústria de cana-de-açúcar na região.

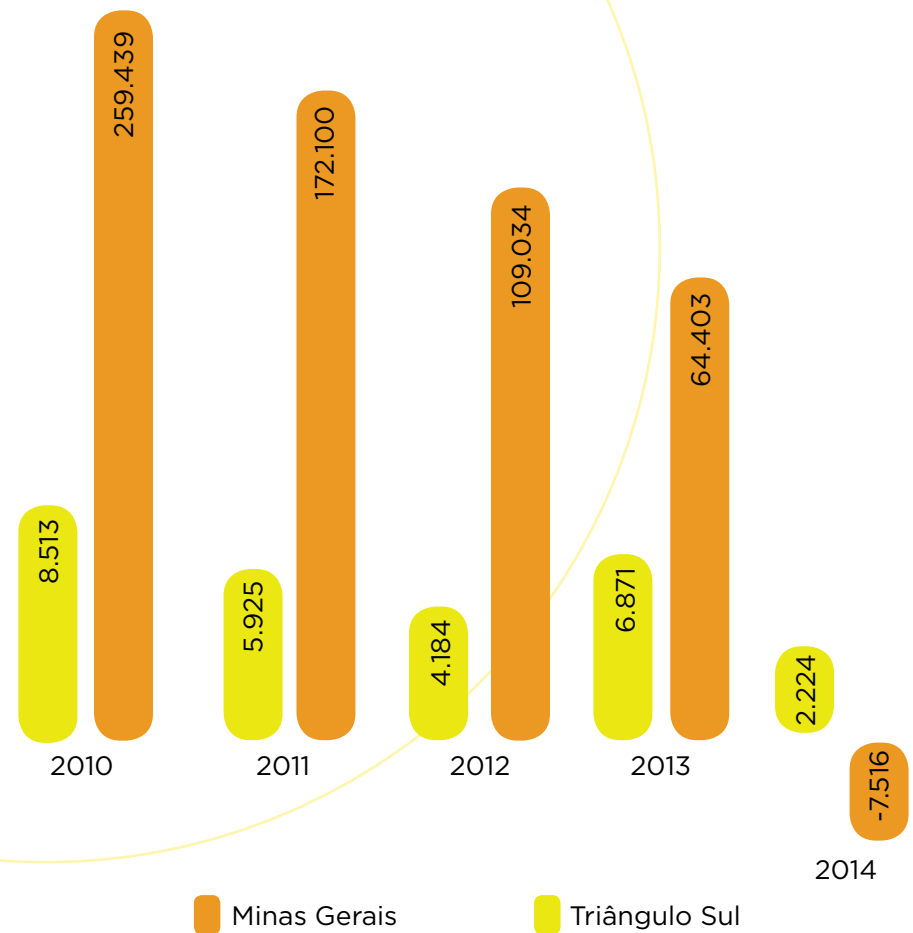


COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



No que se refere ao saldo de empregos formais criados, em 2014 esse se manteve positivo no Triângulo Sul com 2.224 postos de trabalho criados, ao passo que em Minas Gerais ele se tornou negativo.

SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS

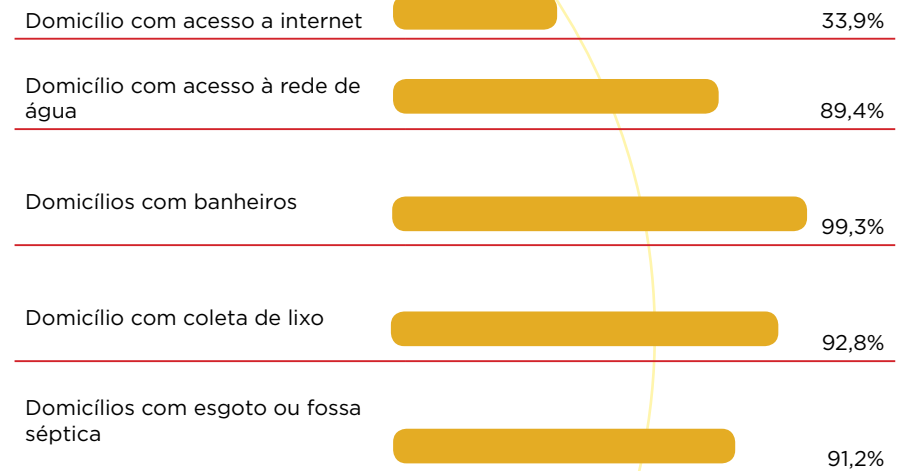


A região é sede de dois Circuitos Turísticos: Canastra, em Araxá; e Lagos, em Sacramento. O município de Araxá faz parte dos destinos prioritários para o turismo estadual, denominado como destino indutor pelo Governo e Estadual. 33,33% dos municípios da região estão associados a Circuitos Turísticos. Há disponibilidade de um aeroporto dentro do território e também de espaços para realização de eventos. O território conta com presença de vários atrativos culturais, naturais e artísticos e eventos programados que atraem turistas. Além disso, conta com um centro de convenções.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Triângulo Sul se encontra na melhor situação em termos de atendimento, estando próximo da média estadual, tendo, em média, 89,4% da população atendida. No que diz respeito aos serviços de coleta de lixo, esse Território se encontra numa situação favorável, estando acima da média estadual e tendo, em média, 92,8% da população atendida.

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS TRIÂNGULO SUL



Neste território estão presentes seis aeródromos nos municípios de Araxá, Frutal, Iturama, Sacramento (dois aeródromos) e Uberaba. Além disso, existem três balsas distribuídas por todo o território. Sendo dois nos municípios de Carneirinho, no Rio Paranaíba e no Rio Grande e a terceira no município de Sacramento, na Represa Jaquara. As principais rodovias deste territórios são: BR 365 e BR 497 (rodovias federais); MG 187/230 e MG 190 (rodovias estaduais) e BR 050 e BR 153 (rodovias concessionadas pela União).

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Existem, nesta região, 88.700 famílias cadastradas no CadÚnico (Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal), sendo que, destas, 36.603 famílias são pobres (renda per capita familiar menor que R\$ 154,00) e 24.050 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

Na política de trabalho, o Território de Desenvolvimento Triângulo Sul possui 05 municípios (Araxá, Conceição das Alagoas, Frutal, Iturama e Sacramento) com unidades de atendimento do SINE. A População Economicamente Ativa (PEA) destes 05 municípios totaliza cerca de 123.300 pessoas, o que corresponde a 32,8% do Território de Desenvolvimento. Em relação aos empregos formais na região, destaca-se o setor serviços com 39% dos postos de trabalho.

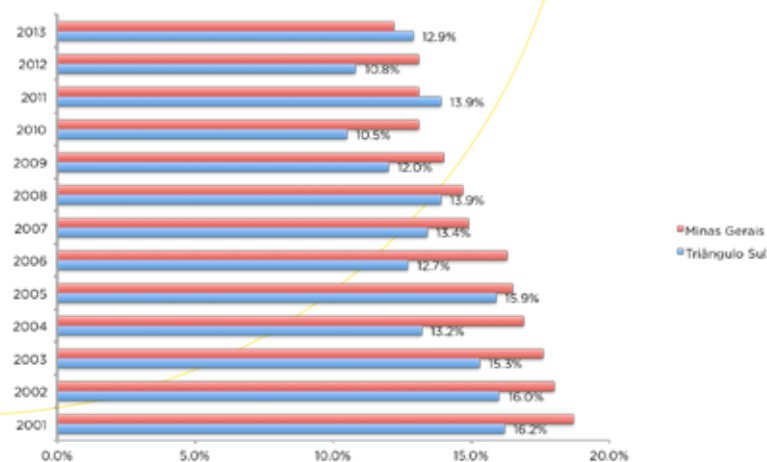
Esse território conta com uma Cobertura Populacional de 80,43% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo inferior à média estadual que é de 91,41%. Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos SUS, a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de 3 leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,54, demonstrando uma clara

necessidade de melhoria.

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. A construção e o funcionamento do serviço são fruto da parceria entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios. A Região Ampliada de Saúde Triângulo do Sul ainda não iniciou o processo de implantação de SAMU Regional, sendo que atualmente o território Triângulo Sul conta com 4 hospitais recebendo recursos do PROURGE e 1 SAMU municipal em Uberaba.

A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Triângulo Sul, a TMI foi de 12,9 por 1.000 nascidos vivos.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



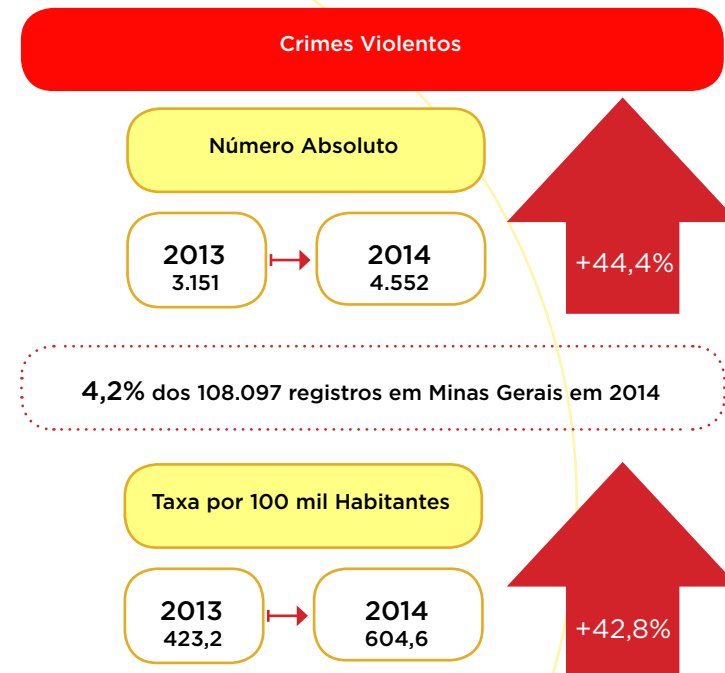
Fonte: Ministério da Saúde

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Triângulo Sul, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 88,52% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção acima do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Triângulo Sul está acima da média estadual, com 63,74.

EIXO 4 – SEGURANÇA PÚBLICA

No Território de Desenvolvimento do Triângulo Sul, as taxas de homicídios obtiveram uma expressiva alta nos últimos anos, contudo esse Território demonstra maior tendência à relativa estabilidade. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 604,56 crimes violentos e 20,3 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.



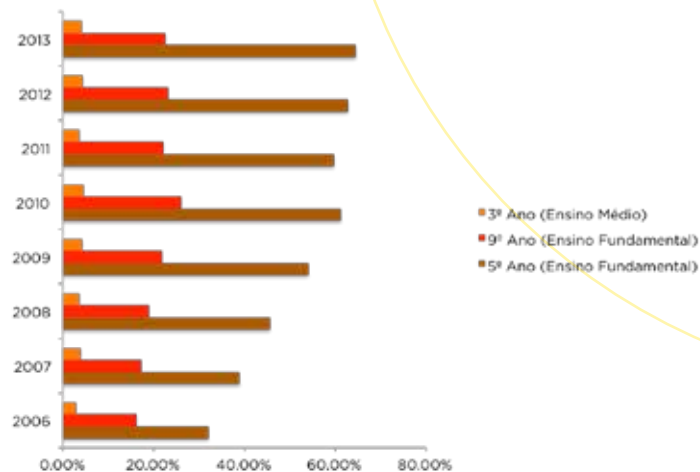
Fonte: CINDS SEDS / MG

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

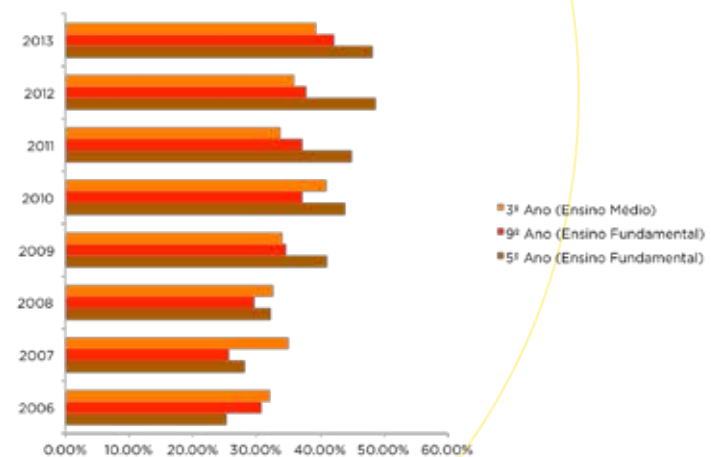
No que se refere à frequência a escola, o Triângulo Sul tem boa cobertura em todas as faixas etárias, no entanto, fica abaixo da média estadual quando a população de interesse está entre 6 e 14 anos (97,3%). Provavelmente é esta a razão de a região ter quase 40% da população, de 15 a 17 anos, sem instrução ou com o Ensino Fundamental incompleto. Quanto aos demais indicadores da Educação Básica, o PROEB 2013 evidencia que no 5º ano do Ensino Fundamental 47,27% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 61,98% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 35,86% dos alunos no nível recomendável em Português e 4,7% em Matemática.

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA

Quase todos os alunos saem do ensino médio com um nível de conhecimento baixo em matemática



O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS

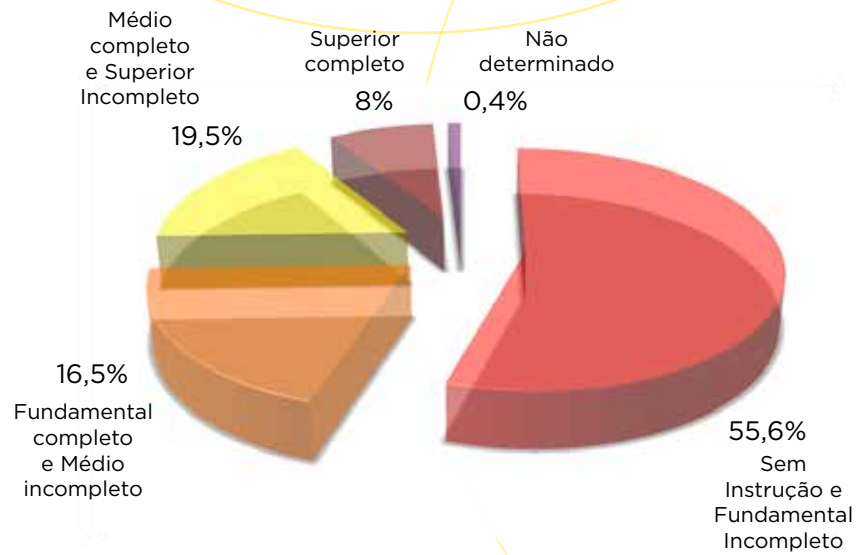


	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	32.16%	39.06%	45.71%	54.12%	61.33%	59.79%	62.86%	64.63%
9º Ano	16.21%	17.41%	18.96%	21.91%	26.11%	22.12%	23.28%	22.69%
3º Ano	3.00%	3.94%	3.70%	4.35%	4.56%	3.71%	4.45%	4.09%

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	25.26%	28.12%	32.20%	41.08%	43.93%	44.94%	48.66%	48.22%
9º Ano	30.81%	25.67%	29.67%	34.66%	37.22%	37.20%	37.82%	42.17%
3º Ano	32.11%	35.10%	32.60%	34.04%	40.98%	33.75%	35.89%	39.31%

A taxa de analfabetismo total no território é de 8,6% na zona rural e 5,8% na zona urbana. Destaca-se que 8% da população tem ensino superior completo. A maior parte da população (55,6%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto.

NÍVEL DE INSTRUÇÃO



TAXA DE ANALFABETISMO

	Número	Taxa (%)
Taxa de Analfabetismo (Total)	33.350	6
Taxa de Analfabetismo Zona Rural	3.881	8,6
Taxa de Analfabetismo Zona Urbana	29.469	5,8

Fonte: IBGE

Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 342 escolas presentes no território, 7,6% não tem acesso à internet, 28,1% não tem biblioteca, 29,5% não tem laboratório, 39,2% não tem quadra poliesportiva e 11,1% não tem rede de água.

CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS - REDE PÚBLICA

	Número	Taxa (%)
Escolas com Acesso a Internet	316	92,4
Escolas com Biblioteca	246	71,9
Escolas com Laboratório	241	70,5
Escolas com quadra Poliesportiva	208	60,8
Escolas com Rede de água	304	88,9

Fonte: Inep, 2014

Na área do patrimônio histórico e cultural, destaca-se o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da antiga Estrada de Ferro Goiás, localizado na cidade de Araguari, bem cultural tombado em nível estadual e municipal. Outro bem que possui proteção estadual por meio de tombamento é a Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado, em Uberlândia.

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda rodada, é aberta a escuta à sociedade que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e de representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada de Minas Gerais. Os Fóruns Regionais são um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais construirá políticas públicas que respeitem as características de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional do Triângulo Sul

realizado em Araxá no dia 29 de setembro de 2015. O encontro contou com a participação de 385 inscritos representantes dos municípios do Território. No total, 340 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população.

EIXO1-DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

- Criar uma política de desenvolvimento econômico regional que contemple a implantação de gasoduto, criação de aeroporto internacional de passageiros e cargas e fortalecimento do parque tecnológico para agregar valor aos bens produzidos no território, como o nióbio.
- Melhorar a política de atração de investimentos e aumento da competitividade através da redução tributária com enfoque em setores estratégicos para desenvolvimento da indústria de ponta e potencializar compras governamentais dentro do estado.
- Criar política de fomento ao cooperativismo e associativismo através da implantação de pontos fixos de comercialização da economia solidária, resgatando projetos como o pró-cachaça e derivados do leite.
- Melhorar dos serviços prestados pelos órgãos públicos estaduais, tais como a Cemig, no que tange a prazos para oferta de energia; simplificação e racionalização de procedimentos fiscais e tributários.
- Aumentar a prática da coleta seletiva em parceria com o centro mineiro de referência em resíduos - CMRR e otimizar a renda dos grupos organizados (associações e cooperativas), como a criação do pagamento por serviços prestados - PSP, além disso, melhor o programa bolsa verde.
- Cobrar da Copasa a imediata construção de estação de

tratamento de esgoto - ETE nos municípios que ela assumiu contrato de concessão e, caso já tenha a construção da ETE e seja concessionária municipal, que seja elaborado parceria junto ao estado de Minas Gerais para manutenção das mesmas.

- Proibir a averbação de reserva legal-RL em outro município, ou seja, compensatórios ambientais onde não houve o impacto ambiental, garantindo o cumprimento das condicionantes dentro do município em que houve a intervenção ambiental.
- Enfatizar aos órgãos competentes que a lei seja cumprida, sob pena de cassação e ou indeferimento dos pedidos de renovação de licenças ambientais emitidas, caso o empreendedor não cumpra com as condicionantes ambientais exigidas no ato da liberação da licença anterior.
- Intensificar a fiscalização de desmatamento clandestino, das queimadas, drenagens e aterramentos de nascentes e afloramentos hídricos, comparando imagens de satélite antes e depois da liberação de supressão de vegetação, punindo os responsáveis identificados.
- Tornar o território do Triângulo Sul um centro de conhecimento capacitado em recursos hídricos (segurança alimentar e educação para as águas) para servir de modelo a todo o estado de Minas Gerais.
- Revitalização dos circuitos turísticos, bem como fomento às associações de turismo com comprovada utilidade pública do território, de forma a viabilizar o turismo rural, religioso, paleontológico e de negócios no território, por meio da disponibilização de recursos financeiros e apoio institucional.
- Implantação de novo centro de convenções, expominas de Araxá, incluindo toda a infraestrutura de acesso, acessibilidade e sinalização, promovendo o turismo de negócios com repercussão

em toda a cadeia de turismo do território.

- Elaboração de termos de cooperação com o Incra, prefeituras e universidades, tendo em vista a ampliação do número de assentamentos em municípios que tem menos unidades, a efetivação da discriminação e da arrecadação de terras públicas e devolutas e a adjudicação de médias e pequenas propriedades, destinando essas terras à reforma agrária.

- Agilização da regularização ambiental e fundiária e da emissão e organização da documentação necessária aos pequenos produtores para a elaboração de projetos.

- Ampliação do acesso à assistência técnica e extensão rural à agricultura familiar, compreendendo médio, pequeno e mini fundista, na piscicultura e apicultura, principalmente por meio da estruturação e da ampliação do pessoal do Sistema Agricultura, garantindo a parceria das prefeituras municipais e vinculando a Emater à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário.

- Qualificação dos agricultores familiares, com cursos sobre preservação ambiental, agroecologia, agroindústrias, operação de máquinas, apicultura, olericultura, piscicultura, aquicultura, cafeicultura, leite, queijos e grãos, prioritariamente às mulheres e jovens, tendo em vista a geração de renda.

- Apoio às agroindústrias familiares e à diversificação produtiva, especialmente por meio da educação sanitária, da estruturação dos serviços de inspeção municipal no território e da simplificação e flexibilização da legislação sanitária e tributária, com foco no queijo minas artesanal e produtos de origem animal.

- Ampliação da fiscalização e combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos, tendo em vista a proteção da fauna e flora atingidas, fomentando a pesquisa sobre o controle biológico de pragas e a efetivação da política estadual de

agroecologia e produção orgânica.

- Apoio à piscicultura sustentável, com estudo e mapeamento dos potenciais do território, a delimitação dos parques aquícolas, a construção de frigorífico para o abate dos peixes e o apoio à população ribeirinha, aquicultores, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

- Apoio à infraestrutura rural, com foco no transporte público, na revitalização de estradas vicinais e na habitação rural, garantindo a ampliação da contrapartida do estado no programa nacional de habitação rural e do acesso a máquinas, equipamentos agrícolas, patrulhas e caminhões, com foco na comercialização da agricultura familiar.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Criar um Fundo Estadual de Habitação para complementar o Minha Casa Minha Vida, com linhas específicas para servidor público, condomínios para população idosa e habitação rural, por meio do envolvimento do Estado na regularização fundiária e na desapropriação de áreas para construção de moradia, que utilizasse 1% do ICMS, seguindo o exemplo do estado de São Paulo.

- Construção do aeroporto de cargas na região.
- Construção do gasoduto para chegar à região.
- Melhoria das estradas vicinais em condições ruins para o tráfego, considerando determinados setores com relevo montanhoso, solos propensos à erosão hídrica e aumento considerável do tráfego de veículos e das cargas transportadas. Propõe-se a elaboração de um plano diretor de recuperação de estradas vicinais, com destinação correta das águas pluviais e

bacias de contenção, com investimentos programados do governo para ajudar os municípios,

- Asfaltamento da estrada principal que liga Sacramento a São João Batista do Glória/Delfinópolis.
- Anel viário da cidade de Ibiá, que permite a ligação das rodovias 262 e 235/187 (3,3 km de estrada).
- Apoio aos municípios para custeio do transporte escolar.
- Criação de um novo fundo rodoviário estadual para fazer os investimentos na área de transportes.
- Concluir o recapeamento asfáltico da MG190 entre Uberaba e Iraí de Minas, com acostamento e terceira pista.
- Estrada de Araxá a Franca deve receber investimentos, pois se tornará uma estrada relevante em função da duplicação da BR-262.

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

• Garantir custeio e investimento nos hospitais públicos e filantrópicos da região, com a definição de uma política para os hospitais de pequeno porte, e investimento na implantação de serviços de alta e média complexidade e na implantação de leitos de UTI neonatal, pediátrica e adulto. Desenvolver uma política que garanta assistência integral ao paciente que demanda atendimento terciário, do aspecto psicológico ao aspecto físico, com atendimento através de equipes multidisciplinares. Aumentar campanhas de cirurgia eletiva para reduzir a fila de espera. Garantir recursos financeiros e expansão do serviço de oncologia para a região.

• Criar e implantar a Rede de urgência e emergência e SAMU Regional na Região Ampliada de Saúde, concomitantemente com

a implantação de UPAs em cada cidade pólo de micro (Araxá, Frutal/Iturama, Uberaba) e aporte financeiro para custeio para o funcionamento e implantação de uma unidade de SAMU em cada cidade pólo de microrregião com disponibilização de helicóptero para transporte aéreo, de UTI móvel, dentre outros.

• Regionalizar a saúde no território, com estruturação do atendimento em cidades pólos através da estruturação dos hospitais para atendimento de média e alta complexidade e garantia do funcionamento adequado da logística e transporte em saúde com aumento de ambulâncias e ônibus para transporte de pacientes para apoio a diagnóstico e tratamento.

• Inauguração do Hospital Regional de Uberaba ainda em 2015 e assegurar a gestão 100% pública, com financiamento de 50% do estado e 50% pelo Ministério da Saúde. Participação efetiva e proativa do estado na definição da abertura do Hospital Regional de Uberaba, considerando que a gestão do mesmo foi terceirizada para OS pelo município sem o aval do Conselho Municipal de Saúde e do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais. Garantia que os serviços do hospital regional sejam condizentes com a demanda reprimida e a realidade assistencial da região.

• Destinação de recursos e investimento para implantação do Serviço de Verificação de Óbito, que pode estar integrado ao Instituto Médico Legal, que garanta profissionais capacitados como médicos patologistas e auxiliares de necropsia para auxiliar no diagnóstico da causa da morte e com infraestrutura de laboratórios anatomo-patológico, toxicológico e teor alcoólico.

• Implantar Centro Especializado de Vigilância em Saúde nas microrregiões de saúde. Somente se conhecendo a situação da saúde na região, é possível qualificar o investimento em saúde.

- Criar um Fundo Estadual de valorização do servidor de saúde dos municípios no sentido de efetuar repasse para fomentar o pagamento de salários e planos de carreira nos moldes do FUNDEB.

- Criar estratégia para gestão compartilhada entre estado e município para a execução das atividades de fiscalização e vigilância em saúde, com valorização do fiscal com salários compatíveis, gratificação e dedicação exclusiva.

- Efetivar as nomeações dos profissionais de saúde classificados na designação da SEE para realizar ações resolutivas de promoção à saúde e prevenção de doenças nas escolas.

- Redução da jornada de trabalho dos servidores da saúde para 30 horas semanais e implantação de planos de carreira.

- Investir em Educação em Saúde com a implantação de Comissão de Integração Ensino e Serviço, articulado com a Fundação João Pinheiro, Universidade Federal do Triângulo Mineiro e Escola de Saúde Pública para as regiões para que se ensine sobre gestão, planejamento, estratégia, etc, tendo como público alvo os profissionais de saúde ou que tenham interface com a saúde. Utilizar a Escola de Saúde Pública para capacitar os conselheiros de saúde, profissionais, estudantes e toda a rede de proteção social com a mesma metodologia que está sendo feito em Belo Horizonte presencialmente.

- Implantação da Rede de Atenção Psicossocial na Região Ampliada de Saúde através da implantação dos diversos dispositivos, como Centro de Atenção Psicossocial adulto, infanto-juvenil, álcool e drogas e centros de convivência, dentre outros, com funcionamento 24 horas por micro, além do credenciamento de leitos hospitalares como retaguarda na psiquiatria. Revisar o desenho já definido da rede para o território. Contrapartida

do estado para custeio preenchendo os vazios existentes nas políticas de promoção e prevenção, no que se refere ao tratamento da vulnerabilidade do álcool, crack e outras drogas.

- Rever as diretrizes previstas para descentralização das ações de vigilância sanitária, identificando e definindo ações que devem ser estrategicamente do estado, com vistas a evitar o conflito de interesses (exemplo: fiscais municipais fiscalizando as UBS do município, ambos sob a mesma gestão) e autonomia para a execução das ações.

- Utilizar o recurso do Participa SUS para estruturar os conselhos municipais de saúde com veículos e estrutura adequada para garantir a efetividade da participação, possibilitando que os conselheiros de fato possa fiscalizar e cumprir seu papel.

- Efetivar o Conselho Estadual de Saúde através de lei e garantir a participação de indígenas não aldeados e de outros representantes de movimentos sociais, com a revisão da participação de algumas instituições comerciais que atualmente tem representação nesse conselho.

- Criar fundo estadual para repasse financeiro aos municípios no sentido de efetivar a compra e disponibilização de leites especiais, dietas enterais e suplementos alimentares.

- Atenção maior ao tratamento de saúde das pessoas com deficiência com incentivo financeiro para aquisição de vans adaptadas para pessoas com necessidades especiais para atender o TFD - Tratamento Fora do Domicílio em cada um dos municípios do território; adequação de sala de reabilitação para recém nascidos, e recursos do estado para melhorar o atendimento de autismo.

- Implantação dos Centros de Especialidades Médicas/Multiprofissionais nas regiões de saúde do território, com maior

oferta e melhoria do serviço de especialistas e exames de média e alta complexidade e diagnóstico nas especialidades de saúde.

- Construção de sede própria para o laboratório extra macrorregional e central de referência para imunobiológicos de saúde pública do Estado de Minas Gerais. Reestruturação dos laboratórios macrorregionais existentes com investimento na melhoria da infraestrutura.

- Cumprimento do percentual obrigatório de 12% do orçamento em ações da saúde. Garantir que em nível municipal seja cumprido o disposto nas leis orçamentárias, com a responsabilização dos gestores pelo que foi sancionado.

- Destinar 10% dos recursos do Nióbio para custeio de ações de saúde em Araxá e demais cidades atingidas pela exploração, bem como criar mecanismos para contemplar os municípios afetados pela exploração das mineradoras.

- Destinação dos recursos do Estado para subvenção de entidades de Assistência Social, Saúde e Educação.

- Criação de um centro de reabilitação para pessoas com dependência química crônica em regime de internação por no mínimo 12 meses para mulheres e adolescentes (carência na região para atendimento a esse público). Esse centro precisa ter capacidade de atender a todo o território do Triângulo Sul, tendo em vista a estimativa de necessidade de atendimento de cerca de 1500 pessoas. A estratégia, tendo em vista essa quantidade de pessoas, também pode ser a implantação de mais de um centro em locais estratégicos no território. Necessário atentar também que os profissionais que trabalharão nesses centros precisam estar capacitados e ter experiência. Além disso, é necessário acompanhamento psicológico para a família dos dependentes químicos.

- Investir em estrutura esportiva (Centro de Treinamento) para treinamento de pessoas com deficiência como pistas de atletismo, dentre outros. Investir também na capacitação de profissionais para lidar com esse público alvo.

- Implantação do Programa Saúde na Praça nos municípios do território com educadores físicos para auxílio e acompanhamento para a prática esportiva.

- Faltam investimentos nas modalidades esportivas individual e coletiva, sobretudo, nas modalidades além do futebol.

- Programas de Incentivo ao Esporte Rural.

- Analisar viabilidade da reforma do A.T.C. - Araxá Tênis Clube, pois se trata de um clube que há anos está fechado, precisando de uma reforma. Tal reforma pode ser efetuada através da CODEMIG.

- Mais incentivo ao esporte para crianças, jovens e adultos.

- Ampliar a oferta de serviços de esporte e lazer como garantia de direitos e ampliação do convívio social e comunitário, em espaços acessíveis.

- Promover a Formação Cidadã, fomentando programas educativos em Direitos Humanos com ações como:

- o Disseminação da legislação das pessoas com deficiência e idoso;

- o Combate à discriminação de grupos vulneráveis, como idosos, pessoas com deficiência, LGBTQs, negros, mulheres, e outros;

- o Educação permanente na área do envelhecimento aos profissionais da rede de assistência social, atenção básica, e demais projetos voltados ao público idoso;

- o Formação em Direitos Humanos para profissionais de segurança pública, evitando arbitrariedades e violência nas

abordagens policiais;

o Capacitação de Conselheiros que atuam nas temáticas de Direitos Humanos (LGBT, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência, Criança e Adolescente, Mulheres, Juventude e outros) e Assistência Social;

o Formação para profissionais da educação e assistência para atuarem com alunos com deficiência, física ou mental;

o Conscientização no trânsito para idosos e pessoas com deficiência;

o Fortalecer os Movimentos Sociais para atuação no controle social, apoiando os conselhos de direitos;

- Reforçar a atuação da equipe de Direitos Humanos na criação e manutenção de mesas de diálogo regional sobre as condições e requisitos para reintegrações de posse dos acampamentos de Reforma Agrária;

- Pessoas com Deficiência: descentralizar a CAADE, com a criação de ações que promovam a acessibilidade e inserção no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência, apoiar, inclusive financeiramente, instituições que trabalham com esse público;

- Promover reformas em vias e ambientes públicos, assim como em ambientes privados existentes no território, visando acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência (física, e sensorial); Exigir a previsão de acessibilidade também para novas obras; criação e manutenção de espaços de convívio com acessibilidade, promovendo arte, cultura e lazer;

- Fomentar a política pública de juventude, por meio da criação de “Centros de Referência da Juventude” para promover, dentre outros, cultura, esporte, lazer e inclusão profissional, com objetivo de descentralizar a Subsecretaria Estadual de Juventude;

- Criação de programas de educação sexual preventivos, como “gravidez na adolescência”, “doenças sexualmente transmissíveis” e outros;

- Criar e/ou otimizar espaços para ressocialização de jovens que passaram por medidas socioeducativas;

- Criança e Adolescente: Efetivar estadualização do CERAD Araxá com garantia de financiamento, de acordo com lei Federal nº 1259/12. Atualmente o CERAD é administrado pelo município de Araxá.

- Ampliação das unidades de acolhimento institucionais de crianças e adolescentes para todo o território;

- Fortalecimento do SUAS:

- o Dobrar o Piso Mineiro de Assistência Social;

- o Criação e manutenção de mais unidades dos CRAS e CREAS nos municípios do território; Estruturação das equipes profissionais do sistema (aumento de concursos públicos e salários, e determinação de piso salarial); Oferta de cursos de capacitação para estes profissionais; Estruturar equipe para expandir o horário de funcionamento, de acordo com demanda, conforme legislação pertinente;

- Criação de Abrigos Institucionais e Centro POP: centro de acolhimento para moradores em situação de rua;

- Criar programa de divulgação incentivando adoção, apadrinhamento afetivo e acolhimento em “Família Acolhedora”, bem como apoio aos grupos de adoção;

- Criação de Centros de Apoio ao Trabalhador, nos microterritórios do Triângulo Sul, contemplando, dentre outros:

- o Oferta de cursos profissionalizantes, em especial para grupos vulneráveis (mulheres, dependentes químicos, pessoas com deficiência, jovens egressos do sistema

socioeducativo e penitenciário, público LGBTs, adolescentes em abrigos institucionais, entre outros);

- o Estímulo ao menor aprendiz e jovens em busca do primeiro emprego;
- o Criação de sede própria para ofertar serviços SINE/UAJ;
- Criação de Centros de Comercialização para Economia Popular Solidária, por microrregião, para atender principalmente a economia familiar de baixa renda, urbana ou rural, de acordo com a demanda do território;

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

- Aquisição de viaturas, armamento letal e não letal e equipamentos para os órgãos do sistema de defesa social (PMMG, PCMG, CBMMG, SUAPI e SUASE).
- Estruturação de políticas preventivas para o combate ao uso e tráfico de drogas.
- Assunção imediata do CERAD (Centro de Reeducação do Adolescente), que hoje é gerenciado pelo município de Araxá, pelo estado e construção de uma nova sede de acordo com as diretrizes da SUASE, em terreno a ser doado pelo município de Araxá.
- Aumento do efetivo da PMMG.
- Implantação e ampliação do sistema Olho Vivo no Território Triângulo Sul.
- Melhorias da infraestrutura física, com novo prédio para as instalações da PCMG em Frutal, podendo utilizar o prédio da Hidroex, e instalação de uma nova sede da Delegacia de Polícia Civil em Araxá, podendo utilizar o atual prédio da CEMIG.
- Cumprimento da lei orgânica da PCMG de 2013 com a

previsão de aumento do efetivo para 17.587, bem como nomeação imediata e início do curso de formação na Acadepol dos 2.472 aprovados no concurso público de investigador da PCMG 2014.

- Criação do Comando Regional do Corpo de Bombeiros em Uberaba.
- Aumento do efetivo e melhoria da condição logística e infraestrutura dos quartéis do CBMMG no Território.
- Cumprimento da Lei 6.763/75, com suas posteriores alterações, determinando o repasse de 50% da taxa de segurança pública para os municípios de origem da arrecadação.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

- Garantir o funcionamento das escolas especiais respeitando as necessidades de cada aluno.
- Equipar as escolas especiais com recursos e matérias pedagógicos, além de equipamentos de tecnologia assistida.
- Garantir dentro de todas as escolas estaduais piso tátil para acessibilidade de deficientes
- Equipar as escolas com tecnologias de leitura para deficientes visuais
- Garantir leitura em Braille para alunos deficientes das escolas públicas estaduais
- Promover a busca ativa de crianças e adolescentes com deficiência em idade escolar fora da escola, garantindo a inclusão na rede regular de ensino, em cumprimento à CF e em especial o artigo 24 da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Capacitar os profissionais para o adequado atendimento à pessoa com deficiência, sabendo como lidar com a diversidade.

- Melhoria da infraestrutura e manutenção das escolas públicas permitindo acessibilidade aos espaços.
- Coabitação de espaços pelas estruturas administrativas do estado e municípios.
- Construção de escolas e creches.
- Construção de quadras esportivas cobertas e incentivo ao esporte como processo educativo.
- Regulamentação da lei 16.683 pelo Governo Estadual que trata da estruturação de equipes multiprofissionais que desenvolvem ações de acompanhamento social nas escolas e universidades públicas.
- Transporte escolar com acessibilidade à pessoa com deficiência.
- Garantir o repasse financeiro integral pelo Governo Estadual dos alunos do ensino médio transportados pelo município.
- Garantir direito aos docentes da educação, como vale-transporte e acesso a saúde.
- Revisão dos planos de carreiras dos servidores, promovendo a formação continuada dos profissionais da área.
- Criação das escolas do campo para evitar o deslocamento da população rural para escolas das áreas urbanas e um sistema de ensino que atenda melhor as necessidades desse público específico, contemplando professores capacitados em educação do campo.
- Criação de escolas técnicas no campo.
- Investimentos em Escolas Rurais com material e recursos humanos.
- Destinação maior de recursos estaduais para a UEMG.
- Autonomia patrimonial e financeira para a unidade UEMG-Frutal.

- Manutenção de equipamentos do HIDROEX para garantir atividades de pesquisas dos docentes e alunos da UEMG em parceria com a instituição.
- Manutenção predial e de veículos da UEMG.
- Necessidade de investimentos nos cursos existentes para posterior expansão.
- Necessidade de transporte e segurança na unidade UEMG-Frutal.
- Assistência estudantil para garantir condições financeiras de permanência dos alunos na UEMG. Criação do Restaurante Universitário e alojamentos para estudantes carentes.
- Doação do terreno da CODEMIG (antiga sede da CAMIG) para a UFTM para construir em Araxá um campus da Universidade.
- Presença maior do Estado nas instituições de ensino, valorizando os professores e escutando os estudantes.
- Criação de uma SRE nos microterritórios de Araxá e implementação em Frutal.
- Definir projeto de educação mineira voltada para refugiados de guerra.
- Apoio estadual para garantir o funcionamento do Museu Memorial de Araxá.
- Estruturação de um trem Maria Fumaça fixo no município de Araxá que funcione como atração no pátio da Fundação Cultural Calmon Barreto e um trem turístico que contemple o território Triângulo Sul.
- Criação de um Centro ambiental, cultural, educacional e turístico no território Triângulo Sul.
- Criação de museu paleontológico e arqueológico na região de Iturama para preservação desses materiais a fim de

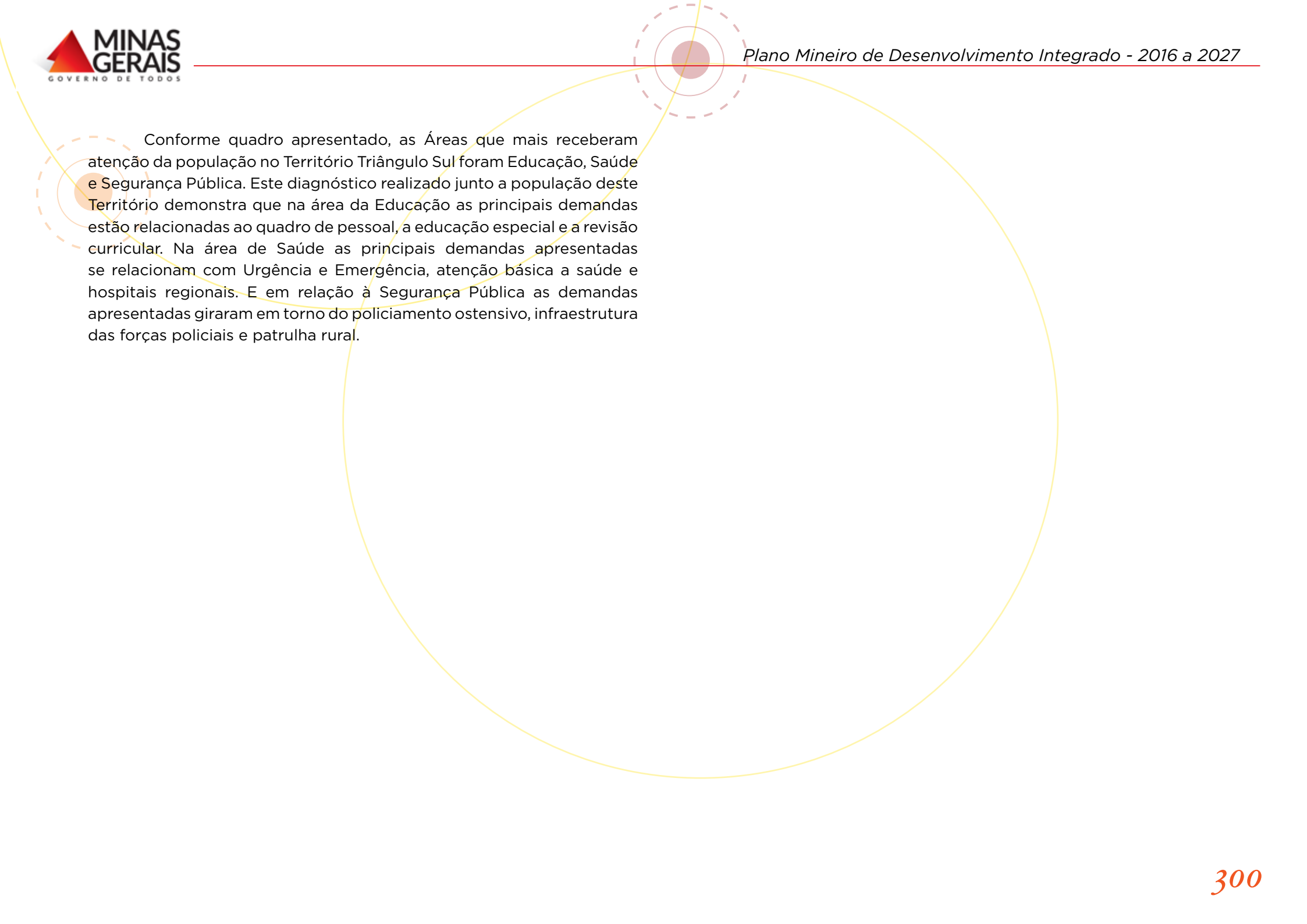
incentivar o turismo na região.

- Apoio amplo às entidades de cultura para fomento da produção cultural.
- Produção de peças teatrais de grande porte, de caráter socioeducativo que denunciem casos de violações dos Direitos Humanos ocorridos em nossa região e conscientizem a população a requerer justiça.
- Criação da Superintendência Regional de Cultura nos microterritórios de Araxá, Frutal e Uberaba.
- Preservação dos patrimônios já tombados pelo Governo do Estado do território Triângulo Sul e tombamento de outros até o momento não protegidos.
- Recuperação e proteção de estruturas de lugares históricos e tradicionais com enfoque na geração de renda e promoção da cultura.
- Inventariar e promover o registro e/ou tombamento estadual de todas as manifestações culturais e religiosas da tradição africana e indígena como patrimônio imaterial do estado.
- Valorização das culturas negras e indígenas nas escolas.
- Cumprimento da Lei Federal 10.639 e 11.645 que determinam a efetiva implantação do ensino das culturas tradicionais nas escolas.

Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Triângulo Sul. Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios. Ademais está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado

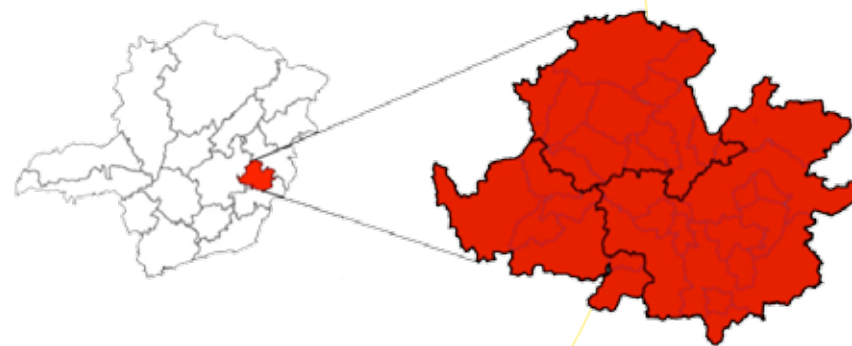
deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	18	3	3	0	0	24
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2	0	0	0	3	5
Cultura	0	0	0	0	18	18
Demais	5	5	2	0	0	12
Desenvolvimento Agrário	19	0	2	0	0	21
Desenvolvimento Econômico	9	5	1	0	0	15
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	3	17	2	0	0	22
Desenvolvimento Social	0	0	12	0	1	13
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	3	0	12	0	0	15
Educação	1	1	9	0	42	53
Esportes	0	1	5	0	0	6
Finanças Públicas	3	0	0	0	0	3
Governo	1	3	1	0	1	6
Meio Ambiente	15	1	0	0	0	16
Planejamento e Gestão do Estado	1	0	5	0	0	6
Saúde	0	1	44	0	0	45
Segurança Pública	0	2	1	30	0	33
Transportes e Obras Públicas	3	18	0	0	0	21
Turismo	6	0	0	0	0	6
Total	89	57	99	30	65	340



Conforme quadro apresentado, as Áreas que mais receberam atenção da população no Território Triângulo Sul foram Educação, Saúde e Segurança Pública. Este diagnóstico realizado junto a população deste Território demonstra que na área da Educação as principais demandas estão relacionadas ao quadro de pessoal, a educação especial e a revisão curricular. Na área de Saúde as principais demandas apresentadas se relacionam com Urgência e Emergência, atenção básica a saúde e hospitais regionais. E em relação à Segurança Pública as demandas apresentadas giraram em torno do policiamento ostensivo, infraestrutura das forças policiais e patrulha rural.

Perfil Territorial: Vale do Aço



Município	Micro Território
Bom Jesus do Galho	Caratinga
Caratinga	
Entre Folhas	
Imbé de Minas	
Inhapim	
Piedade de Caratinga	
Santa Bárbara do Leste	
Santa Rita de Minas	
São Domingos das Dores	
São Sebastião do Anta	
Tarumirim	
Ubaporanga	
Vargem Alegre	
Antônio Dias	Coronel Fabriciano
Coronel Fabriciano	
Córrego Novo	
Jaguaraçu	
Marliéria	
Pindo D'Água	
Timóteo	

Município	Micro Território
Açucena	Ipatinga
Belo Oriente	
Bugre	
Dom Cavati	
Iapu	
Ipaba	
Ipatinga	
Joanésia	
Mesquita	
Naque	
Periquito	
Santana do Paraíso	
São João do Oriente	

INTRODUÇÃO

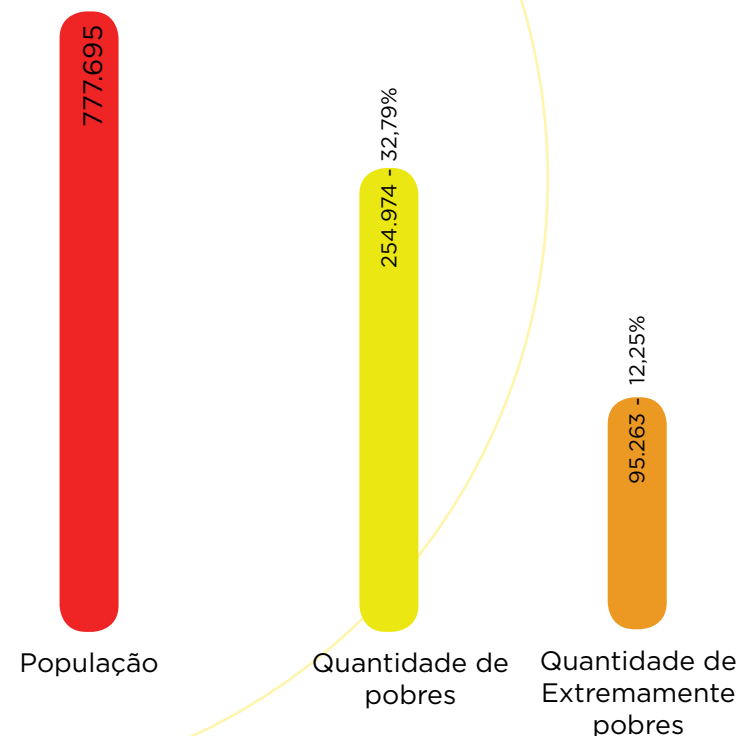
Visando aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

O Território de Desenvolvimento Vale do Aço é composto por 33 municípios distribuídos em 3 Microterritórios e conta com a população total de 780.202 habitantes, que corresponde a 3,3% da população mineira. A extensão territorial é de 9.839,94 Km² correspondendo a 1,7% do total de Minas Gerais. Os municípios mais populosos são Ipatinga (239.468 hab.), Coronel Fabriciano (103.694 hab.), Caratinga (85.239 hab.) e os menos populosos são Bugre (3.992 hab.), Córrego Novo (3.127 hab.), Jaguaráçu (2.990). O Território Vale do Aço faz fronteira com os Territórios de Desenvolvimento Metropolitano, Caparaó e Vale do Rio Doce.

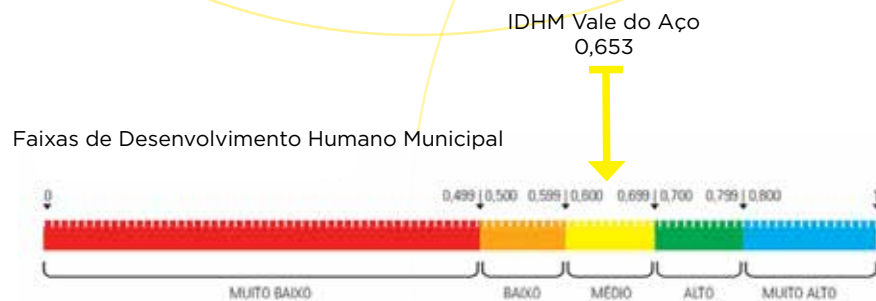
Neste Território a População Rural tem uma participação na zona rural (13,2%) um pouco menor que a do restante de Minas Gerais (15%).

Quanto à pobreza, o Vale do Aço apresenta números pouco acima da média estadual. Dados de 2010 mostram o território composto por 32,73% de pobres e 12,25% de pessoas consideradas em situação de “extrema pobreza”. A Renda per capita observada no Território Vale do Aço é de R\$ 643,63, correspondendo ao terceiro pior do Estado, atrás apenas do Médio e Baixo Jequitinhonha e do Alto Jequitinhonha, em valores de 2010.

VALE DO AÇO



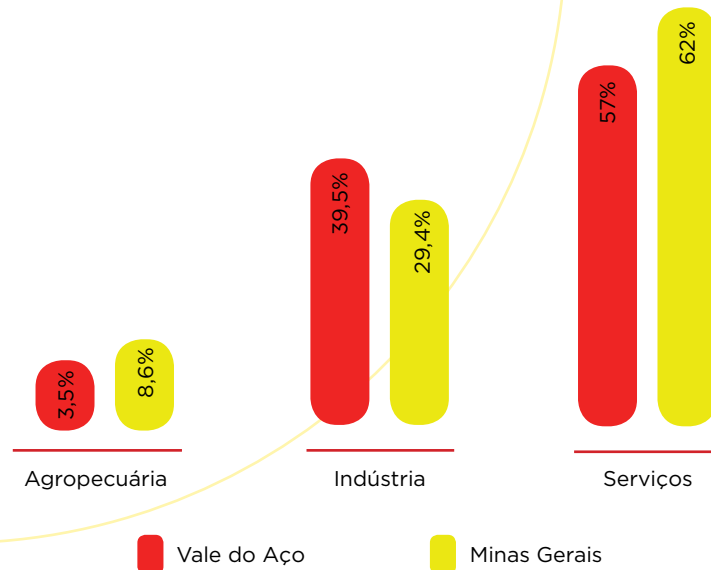
Outro indicador que também demonstra a necessária preocupação do Governo do Estado com este Território de Desenvolvimento é o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida. A média deste Índice para o Território Vale do Aço é de 0,653 (7º pior do Estado).



EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

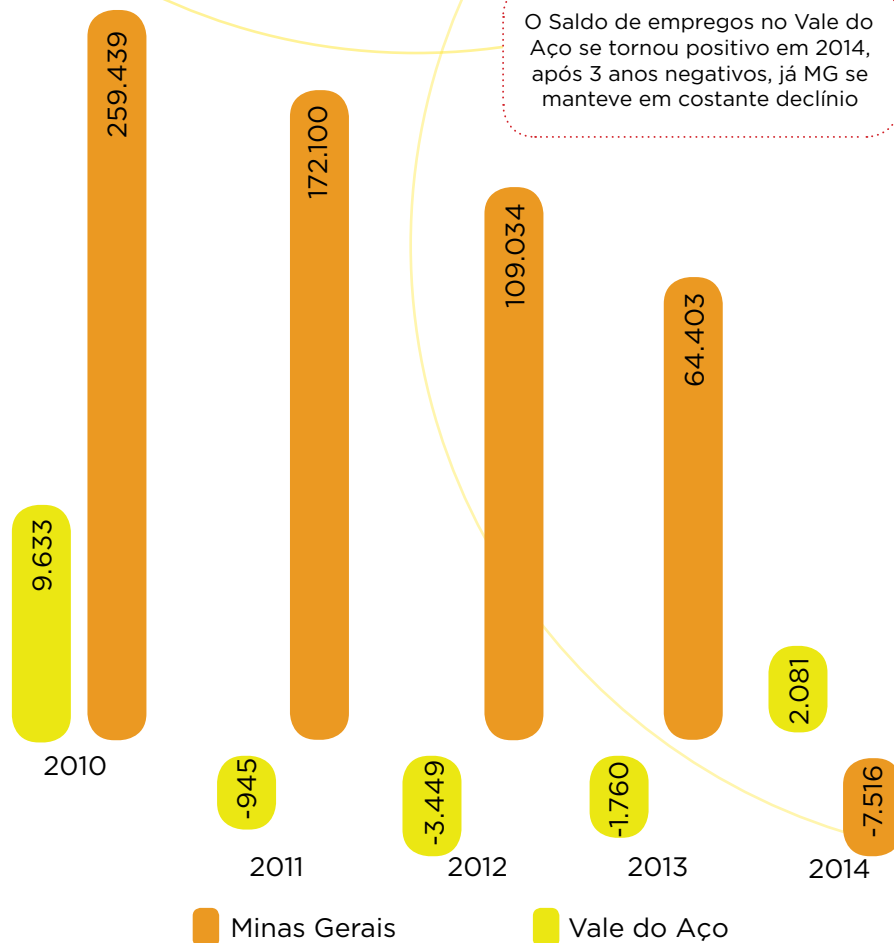
O território do Vale do Aço destaca-se por sua relevância no setor de metalurgia. Em 2012, o município participou em 3,4% da geração dos 403 bilhões de reais que compõem o PIB de Minas Gerais. Mais de 50% do PIB do território, todavia, concentra-se no município de Ipatinga. O território Vale do Aço possui uma população rural composta por 677.526 habitantes, o que corresponde a 13,16% da sua população total. O setor agropecuário tem baixa participação na economia do Território, correspondendo a 3,5% do seu PIB. Os principais produtos produzidos no território são café, leite e tomate.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



O saldo de empregos formais criados para este Território em 2014 foi positivo revertendo uma situação negativa dos últimos anos, mesmo que o saldo apurado para o Estado de Minas Gerais tenha sido negativo.

SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS



Entre os municípios do Território de Desenvolvimento Vale do Aço, 39,4% dos municípios da região estão associados a Circuitos Turísticos (Açucena, Belo Oriente, Santana do Paraíso, Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo, Jaguaráçu, Mariléia, Caratinga, Córrego Novo, Santa Rita de Minas, Piedade de Caratinga, Ubaporanga). Mata Atlântica de Minas, Trilhas do Rio Doce e Rota do Muriqui são os Circuitos com representantes de municípios da região.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

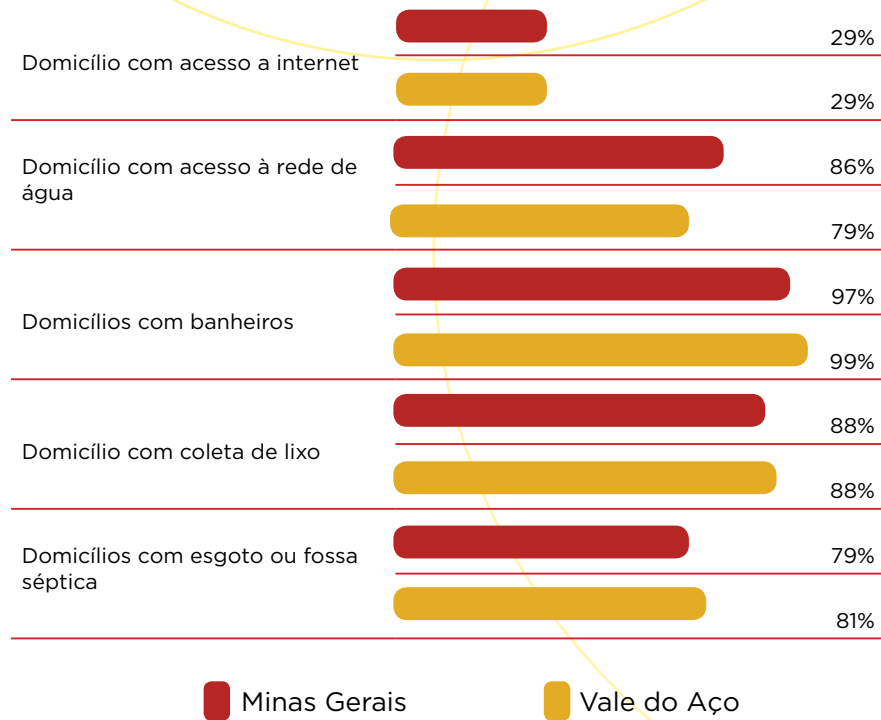
No território estão presentes dois aeródromos, nos municípios de Santana do Paraíso e Ubaporanga, e as principais rodovias deste território são: BR 381, BR 458 e BR 116 (rodovias federais), MG 232 e MG 329 (rodovias estaduais).

Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Vale do Rio Doce apresenta média de 79%.

No que diz respeito à população atendida com serviços de coleta de lixo, esse Território está com a mesma média estadual: 88%. Em relação aos domicílios com esgotamento sanitário adequado, esse Território possui média de 81%.

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS
VALE DO AÇO X MINAS GERAIS

O acesso à rede de água é o aspecto mais deficiente do Vale do Aço em relação do Estado



EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Existem, nesta região, 110.758 famílias cadastradas no CadÚnico (Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal), sendo que, destas, 64.731 famílias são pobres (renda per capita familiar menor que R\$ 154,00) e 52.292 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

O Território de Desenvolvimento do Vale do Aço detém 3,98% da população do Estado, o que representa 780.202 habitantes, de acordo com o Censo 2010. Desses, 362.073 compõem a População Economicamente Ativa que significa a soma dos ocupados e desocupados da região. 42,21% dos quase 160.000 vínculos formais de emprego estão no setor de serviços, seguido pelo comércio (23,27%) e indústria (20,28%).

Na área de Saúde, no que diz respeito à Atenção Básica, ordenadora das redes de atenção, o território conta com um total de 161 Equipes de Saúde da Família distribuídas entre os seus 33 municípios, conforme dados de junho de 2015 obtidos pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN. Esse território conta uma Cobertura Populacional de 91,17% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo inferior à média estadual que é de 91,41%.

No que se refere à oferta de atenção secundária e terciária, por sua vez, que visa atender os principais agravos da população que demandam atendimento especializado e recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico, o território conta com 14 hospitais de abrangência municipal ou microrregional e ainda possui um hospital regional no município Coronel Fabriciano. Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos do Sistema Único de Saúde - SUS, a Portaria

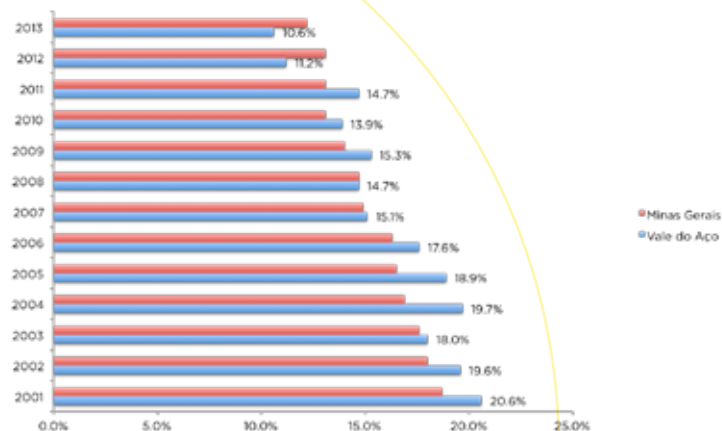
GM 1101/2002 prevê o parâmetro de três leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,02.

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. A construção e o funcionamento do serviço são fruto da parceria entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios. A Região Ampliada de Saúde Leste, que abrange o território Vale do Aço, está em processo de implantação do serviço, sendo que atualmente o território conta com o SAMU Municipal do município de Ipatinga e com seis hospitais já integrantes da Rede de Resposta da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada de Saúde Leste.

No que diz respeito à análise dos indicadores de saúde, alguns merecem destaque. As fontes de informação utilizadas foram os Sistemas de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM, Sistema de Nascidos Vivos - SINASC, Sistema de Informação de Programa Nacional de Imunizações - SIS PNI/DATASUS e SIM/DATASUS, sendo que as análises a seguir foram baseadas em dados de 2013.

A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Vale do Aço, a TMI foi de 10,6 por 1.000 nascidos vivos.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Vale do Aço, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 80,04% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção ligeiramente acima do preconizado no território.

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são

indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio era de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Vale do Aço está acima da média estadual, com 57,8.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

No Território de Desenvolvimento do Vale do Aço, as taxas de homicídios apresentam a mais longa e ininterrupta tendência de alta. Entre 1996 e 2013, o território vem experimentando um crescimento continuado de seus indicadores de violência letal. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 358,64 crimes violentos e 21,58 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.

Crimes Violentos em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
521,35

Vale do Aço
358,64

Representa a QUINTA taxa de crimes violentos mais alta do estado

Taxa de Homicídios em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
20,3

Vale do Aço
21,6

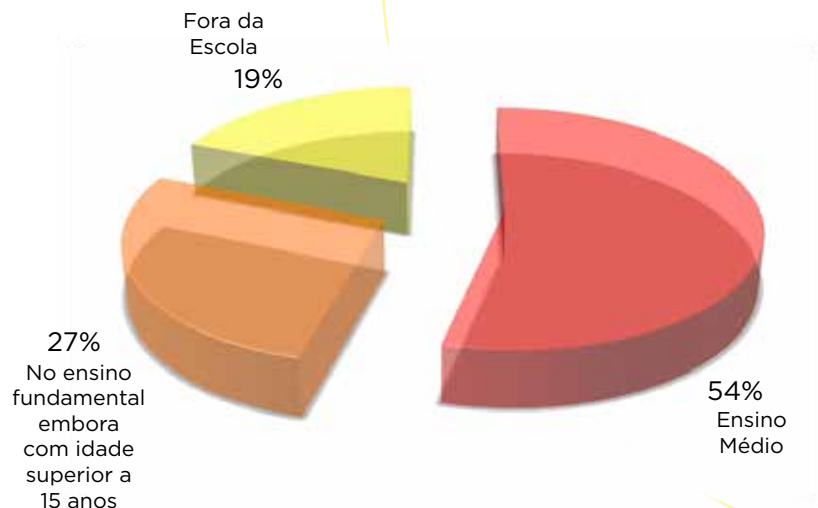
Fonte: CINDS SEDS / MG

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

O atendimento escolar, para a população em idade para frequentar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, são os maiores entraves educacionais na região. Existe também um contingente considerável de adolescentes e jovens que declaram não saber ler e escrever, sendo 2.005 indivíduos de um total de 137.896. Diferentemente do observado em outros territórios, no Vale do Aço mais da metade da população (54,%) entre 15 e 17 anos tem o Ensino Fundamental completo.

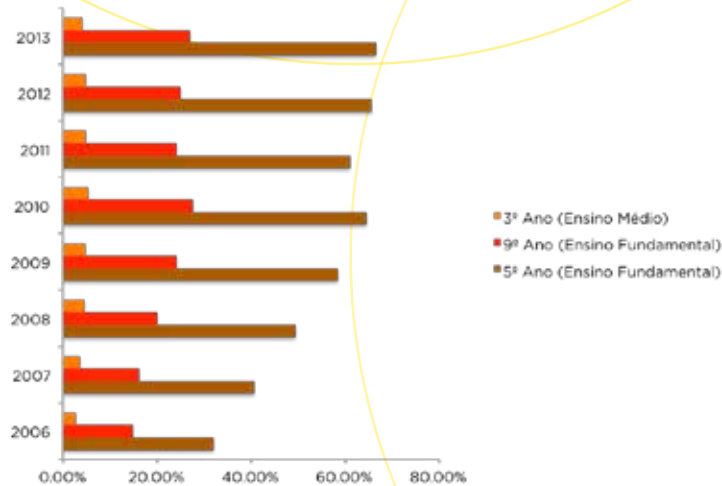
Quanto aos indicadores da Educação Básica, o PROEB 2013 evidencia que no 5º ano do Ensino Fundamental 51,5% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 66,5% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 40% dos alunos no nível recomendável em Português e 4,17% em Matemática.

EDUCAÇÃO DE JOVENS (15 A 17 ANOS)



O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA

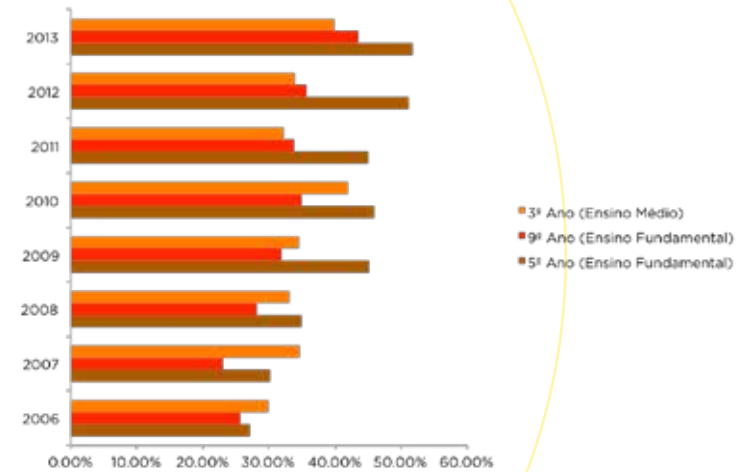
Quase todos os alunos saem do ensino médio com um nível de conhecimento baixo em matemática



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	32.02%	40.73%	49.44%	58.45%	64.56%	61.07%	65.74%	66.52%
9º Ano	14.91%	16.34%	20.08%	24.20%	27.70%	24.12%	25.13%	27.10%
3º Ano	2.83%	3.69%	4.62%	4.78%	5.44%	4.91%	4.94%	4.17%

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS

A cada 10 alunos, apenas 4 concluem o ensino médio com um desempenho aceitável em português



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	27.07%	30.17%	34.91%	45.16%	45.98%	45.07%	51.15%	51.75%
9º Ano	25.71%	23.02%	28.09%	31.90%	34.96%	33.80%	35.64%	43.54%
3º Ano	29.94%	34.62%	33.14%	34.54%	42.01%	32.21%	33.93%	39.93%

A taxa de analfabetismo total no território é de 17,5% na zona rural e 7,7% na zona urbana. Destaca-se que apenas 5,3% da população tem ensino superior completo. A maior parte da população (59,9%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto.

Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 482 escolas presentes no território, 34% não tem acesso à internet, 36,5% não tem biblioteca, 39,8% não tem laboratório, 62% não tem quadra poliesportiva e 24,5% não tem rede de água.

CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS - REDE PÚBLICA

	Número	Taxa (%)
Escolas com Acesso a Internet	318	66
Escolas com Biblioteca	306	63,5
Escolas com Laboratório	290	60,2
Escolas com Quadra Poliesportiva	183	38
Escolas com Rede de água	364	75,5

Fonte: Inep, 2014

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda etapa, é aberta a escuta à sociedade que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e de representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada de Minas Gerais. Os Fóruns Regionais são um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais construirá políticas públicas que respeitem as características de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional do Vale do Aço realizado em Ipatinga no dia 01 de agosto de 2015. O encontro contou com a participação de 424 inscritos. No total, 482 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população.

EIXO1- DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

- Fortalecer a agricultura familiar considerando a produção, o beneficiamento, a comercialização e logística. Neste sentido, apoiar aquisição de equipamentos de patrulha agrícola em municípios de até 50 mil habitantes; criar centros de distribuição no território, considerando as CEASAS e Mercado Livre do Produtor; apoiar a capacitação e organização dos produtores rurais, buscando assessorá-los inclusive na regularização de suas atividades e no desenvolvimento de associações e cooperativas.

- Promover o acesso à terra, desburocratizando a concessão de crédito fundiário rural, adequando o teto aos valores atuais de áreas na região e aprimorando o processo de regularização fundiária, tendo em vista a existência de alto número de terras devolutas que poderiam ser destinadas para este objetivo.

- Fortalecer a atuação do IMA e da EMATER e implantar unidades da EPAMIG e instituições de ensino e pesquisa no território do Vale do Aço, visando aproximar as atividades de pesquisa e extensão e a ampliação do atendimento da EMATER para os agricultores familiares.

- Criar política estadual para adoção de modelos sustentáveis de produção, como a agroecologia, com a capacitação da EMATER e demais órgãos do estado para adequação ao novo modelo produtivo e a implementação da lei já existente do banco de sementes crioulas - Lei Estadual 18.374/2009. Criar 2 consórcios regionais da SUASA no Território do Vale do Aço em Coronel Fabriciano e Caratinga e garantir a equivalência regional sanitária e suporte ao SIM (Serviço de Inspeção Municipal) para todos municípios. Dinamizar processos de licenciamento ambiental, considerando a informatização do sistema.

- Fortalecer os comitês de bacias hidrográficas no território do Vale do Aço, aumentando a participação dos trabalhadores e representantes da sociedade civil, além de criar programas de microbacias hidrográficas, contemplando a recuperação de APPs e revitalização dos rios, que atualmente estão assoreados e contaminados. Incentivar o programa “Produtores de Água”, conforme as diretrizes da Agência Nacional de Águas (ANA), como forma de estimular a produção de água. Executar programa estadual de implantação de fossas sépticas na área rural, considerando modelo de tecnologia social que seja adequado às peculiaridades dos pequenos produtores, incentivando a construção de fossas sépticas agroecológicas, tendo em vista seu baixo custo e alta efetividade.

- Implementar efetivamente a Lei de Saneamento e PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos) - Lei Federal 11.445 e Lei 12.305/2010 - que contemplam a questão de: resíduos sólidos, abastecimento de água, coleta de esgoto e drenagem pluvial.

- Para possibilitar a diversificação da cadeia produtiva e cadeia de valor, desenvolvimento econômico regional e competitividade através de financiamentos do BDMG e incentivos fiscais; Criação de centro de desenvolvimento e inovação tecnológico para agregar valor aos insumos produzidos no território; Articular junto à SEMAD a fim de priorizar projetos de distritos industriais e desenvolvimento de novos empreendimentos no Território.

- Programa estadual de qualificação profissional e inclusão produtiva para jovens em situação de vulnerabilidade e risco social: Implantação de um programa visando maiores oportunidades ao jovem urbano e rural na inserção ao mercado de trabalho ou outras formas de inclusão produtiva, como: -

Criação e fomento aos programas Adolescente Aprendiz (14 a 17 anos) e Jovem Aprendiz (18 a 24 anos) como política de Primeiro Emprego. - Melhoria e ampliação do PRONATEC nos territórios da região, - Criação de outras oportunidades de Qualificação Profissional de iniciativa estadual, - Integração dos Equipamentos da Assistência Social e Trabalho.

- Centros de referência do trabalhador: Implantação de CENTROS DE REFERÊNCIA DO TRABALHO no território de onde todas as políticas de trabalho e emprego estejam integradas no mesmo equipamento: - Intermediação de Mão de Obra, - Captação (e administração) das vagas da região, - Habilitação do Seguro Desemprego, - Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social, - Pré-inscrição para o PRONATEC e outros cursos de qualificação, - Orientação a jovens para as diversas oportunidades profissionais, considerando suas habilidades e outros valores, - Orientação e assessoria para a Economia Solidária, - Central de prestação de serviços autônomos, - Orientação ao micro empreendedorismo individual. - Orientação e oferta de microcrédito produtivo e orientado. - Fomento e intermediação de mão de obra das novas ocupações geradas na zona rural através da integração dos programas existentes do Desenvolvimento Agrário e Turismo.

- Fortalecer as políticas de gestão turística do território: Fortalecer Circuitos existentes com a revisão do Plano de Manejo dos Parques Estaduais do território objetivando o desenvolvimento turístico (não apenas preservação); Aumentar a alíquota do ICMS Turístico e Promoção dos atrativos turísticos da região.

INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

- Melhoria da sinalização turística nas BR's e MG's que dão acesso aos parques e atrativos do território; Melhoria do acesso das estradas que ligam aos Circuitos Turísticos e cidades do entorno; Criação de Centro de Eventos e Convenções; Estadualização da Gestão do Aeroporto e adequação da capacidade para receber voos comerciais; Potencialização Turística da Estrada de Ferro Vitoria Minas.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Articulação para viabilizar novo horário noturno para viagem de trem de passageiro.
- Destinar cerca de 1% a 2% da receita do Estado para pequenas obras de acessibilidade, buscando adaptação das edificações do estado à acessibilidade.
- Ajuda aos municípios na aplicação da lei de acessibilidade em todos os prédios de uso coletivo.
- Implementação do PDDI da RMVA.
- Conclusão da Pavimentação da LMG -760 que liga os municípios de Marliéria a São José do Goiabal ou o Vale do Aço à Zona da Mata.
- Disponibilizar em torno de 1% ICMS do estado para produção de moradia popular e regularização fundiária.
- Implementar transporte público metropolitano, considerando a integração física, tarifária e operacional do sistema. Agência (Flávia): O estado ajudar no desenvolvimento dos Planos de Mobilidade Municipais e a necessidade de um Plano de Mobilidade Metropolitano (consta no PDDI). Com possibilidade aos demais municípios do Colar Metropolitano. Criação de

corredores de acesso. Transporte de Belo Oriente a Bom Jesus do Bagre, para ligar até Ipatinga. Implementação do Passe Livre da pessoa com deficiência e do idoso. DER: SETOP é o órgão responsável e será levado até ela a questão. Integração Timóteo Cava Grande, pois a população de Cava Grande provavelmente dobrará.

- Articulação com as diferentes esferas de governo para restauração da ponte que liga Timóteo-Fabriciano e adequação/reforço da ponte metálica sobre o Rio Doce (Caratinga).

- Apoio ao Minha Casa Minha Vida, do Estado de, mínimo 25% dos recursos previstos inicialmente para os projetos, destinado a um valor para ser acrescido ao previsto para melhoria de infraestrutura e, em casos de famílias numerosas, a ampliação da casa ou apartamento. com um quarto ou mais.

- Aporte de recursos e apoio técnico para promover a Regularização Fundiária. Capacitação e motivação pelo estado de equipes municipais: para lidar com o parcelamento do solo (legislações municipais, licenciamento, fiscalização). Buscar o entendimento que o parcelamento do solo como instrumento de qualificação ou requalificação urbana. Controle Urbano: para lidar com a orientação com as comunidades para evitar situações de risco, com aporte de recurso para ações preventivas.

- Captação de energia solar para moradias de baixa renda. É exigência para o Minha Casa Minha Vida habitação unifamiliar.

EIXO 3 - PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- Mulheres: Instituição de acolhimento (Casa Abrigo) para as mulheres vítimas de violência;

- Centros de Referência de proteção (equipe

multidisciplinar) às mulheres vítimas de violência.

- Pessoas com deficiência: Investimento em Programas para melhoria da mobilidade urbana metropolitana em articulação com os municípios, levando em consideração o desenho universal.

- Apoio aos municípios no fortalecimento e criação de Conselhos de Direitos Humanos.

- Investir na regionalização da Proteção Social especial nos municípios de pequeno porte.

- Ampliar os recursos financeiros destinados para o Fundo Estadual da Assistência Social visando a ampliação do repasse do Piso Mineiro da Assistência Social para os Municípios.

- Fortalecer a regional da SEDESE dotando-a de estrutura adequada (espaço físico, equipamentos, mobiliários e equipe).

- Construção do Centro de Referência da Juventude regionalizado, com oferta de cursos de qualificação profissional para os jovens;

- Criação de programas que integrem assistência social e educação, para promover o enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes e juventude, em especial a juventude negra.

- Construir e manter um CIA - Centro de Internação Integrado ao Adolescente no Vale do Aço.

- Estruturar os Ministérios Públicos, Delegacias de Polícia Civil e Defensoria Pública (principalmente os da área de infância, idoso, mulher e pessoa com deficiência) com equipes multiprofissionais, capacitando os profissionais para promover a humanização.

- Implantação da rede de urgência e emergência da região metropolitana do Vale do Aço e redesenho da assistência hospitalar abrangendo: SAMU regional, hospital regional, vocação

dos hospitais existentes, hemocentro, leito especializados, leitos de UTI e cirurgias eletivas.

- Separação da região ampliada de saúde leste em outras duas regiões ampliadas de saúde: região ampliada de saúde metropolitana do Vale do Aço e região do vale do rio doce. Favorecendo a identidade regional, planejamento das ações e a qualificação dos serviços.

- Fortalecer a política de regulação, melhorando os instrumentos de contratação, controle e monitoramento garantindo que a oferta contratada seja disponibilizada ao SUS de forma regulada.

- Implantar e manter e custear um centro de controle de zoonoses regional para que possa ser referenciados os problemas comuns dos municípios da região metropolitana do Vale do Aço, visando maior resolutividade em nível regional, decorrentes da população animal de relevância da saúde pública.

- Fortalecimento da atenção primária com o olhar voltado para promoção, prevenção e práticas integrativas e complementares incorporando ações de humanização da assistência a saúde, respeitando as diferenças e necessidades de cada pessoa, atendendo as especificidades das pessoas com deficiência e a saúde integral de mulheres bissexuais e lésbicas.

- Garantir a implantação e custeio tripartite da rede de atenção Psicossocial conforme pactuado no plano de ação estadual, priorizando os serviços 24 horas CAPS AD III e CAPS III.

- Garantir o funcionamento da Rede Farmácia de Minas em todos os municípios da região do território do Vale do Aço, garantindo a contrapartida do Estado do custeio. Garantir que os 100% dos medicamentos integrantes da relação da RFM seja entregue aos municípios sem atraso.

- Implantar e custear de forma tripartite um centro de especialidades médicas com garantia da oferta de exames de média complexidade, contemplando as linhas de cuidados específicas (mulheres de todas as orientações, crianças, idosos e deficientes).

- Garantir a implantação e custeio tripartite do centro especializado de Reabilitação CER em suas diferentes modalidades conforme a necessidade de cada região de saúde.

- Reabertura e funcionamento do Hospital de Belo Oriente com amplo apoio do Estado e Governo Federal .

- Estabelecimento de uma política estadual de financiamento garantindo recursos financeiros para investimentos e custeios das ações, projetos e programas esportivos e de lazer.

- Articulação com governo estadual e federal para a reforma e revitalização dos equipamentos públicos de esporte e lazer para os municípios do Vale do Aço garantindo acessibilidade para pessoa com deficiência.

- Ampliação da destinação da alíquota do ICMS destinada a lei estadual de incentivo ao esporte, assim como alterações da legislação estadual assegurando a transferência direta ao fundo municipal do esporte e a ampliação da alíquota dos recursos oriundos do ICMS esportivo.

- Instituição de programas de financiamento de infraestrutura esportiva com recursos destinados a acessibilidade, a construção, ampliação e reforma de equipamentos e públicos de esporte e lazer.

- Articulação com governo estadual e federal para a reforma e revitalização dos equipamentos públicos de esporte e lazer para o município Piedade de Caratinga.

- Apoio ao futebol e futsal amador e profissional feminino

e masculino, com calendário de torneios municipais e regionais, com garantia do cofinanciamento para a realização de atividades de campeonato de esportes em geral.

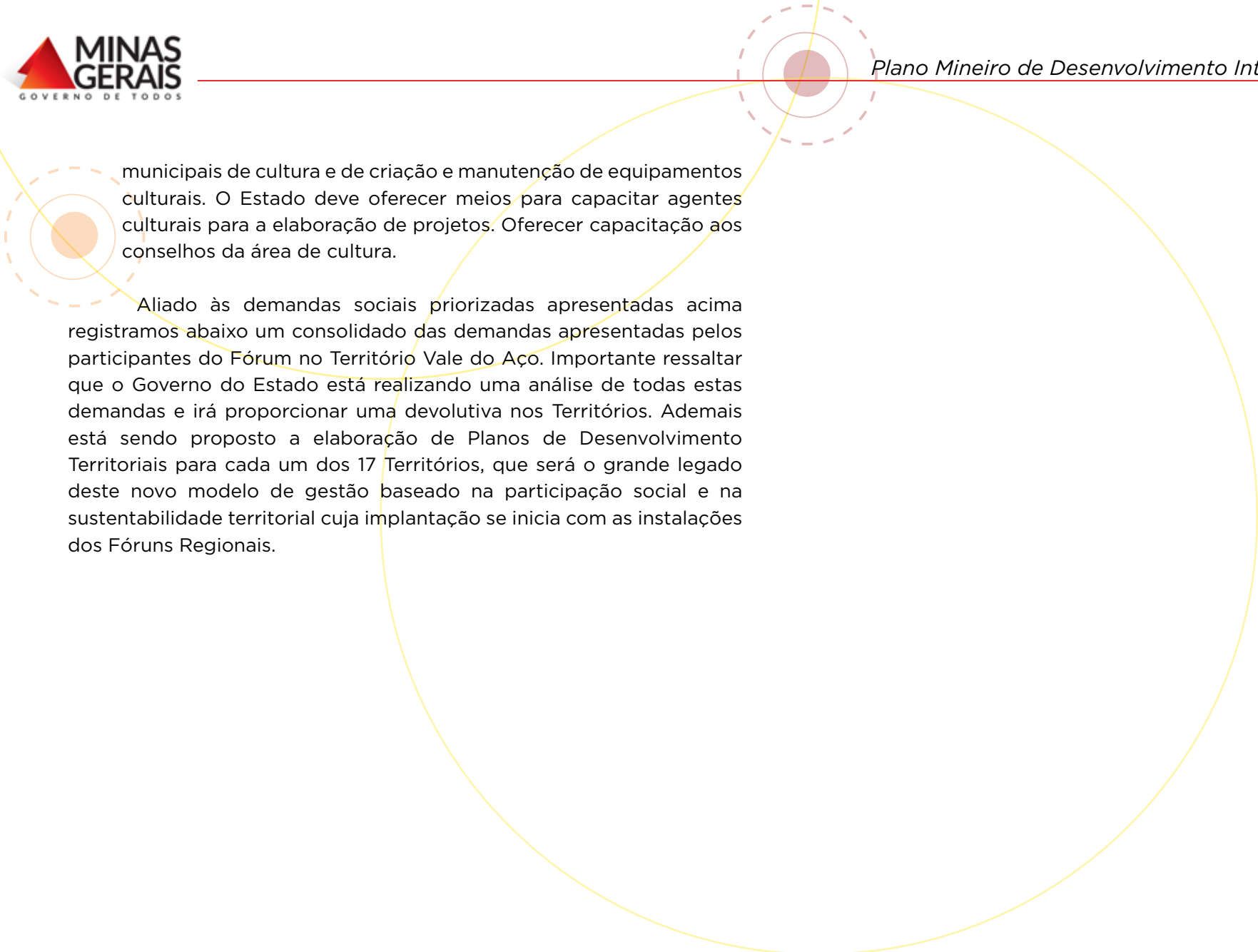
- Articulação com governo estadual para Revitalização da praça de esportes, visando o atendimento de variadas práticas esportivas - Aporte financeiro no município de Pingo D' água.
- Ampliação e qualificação das academias da saúde.
- Articulação com governo estadual para Aprimoramento do programa academia ao ar livre, disponibilizando recursos para contratação de profissional em educação física.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

- Construção do Centro Socioeducativo definitivo da RMVA
- Reestruturação do sistema prisional RMVA
- Aumento de efetivo.
- Instalação de olho Vivo (Caratinga, Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo).
- Aumento do Efetivo.
- Construção de sede próprias das delegacias no território, com especificidades da atividade policial.
- Construção da sede própria para Coronel Fabriciano, Timóteo e Caratinga
- Elevação da Companhia de Ipatinga para Batalhão
- Aquisição e manutenção de viaturas para PMMG, PCMG, CBMMG, Sistema Prisional, Socioeducativo, inclusive por meio de terceirização.
- Criação de um fundo estadual de Segurança Pública para apoio aos CONSEPs .

EIXO 5 - EDUCAÇÃO

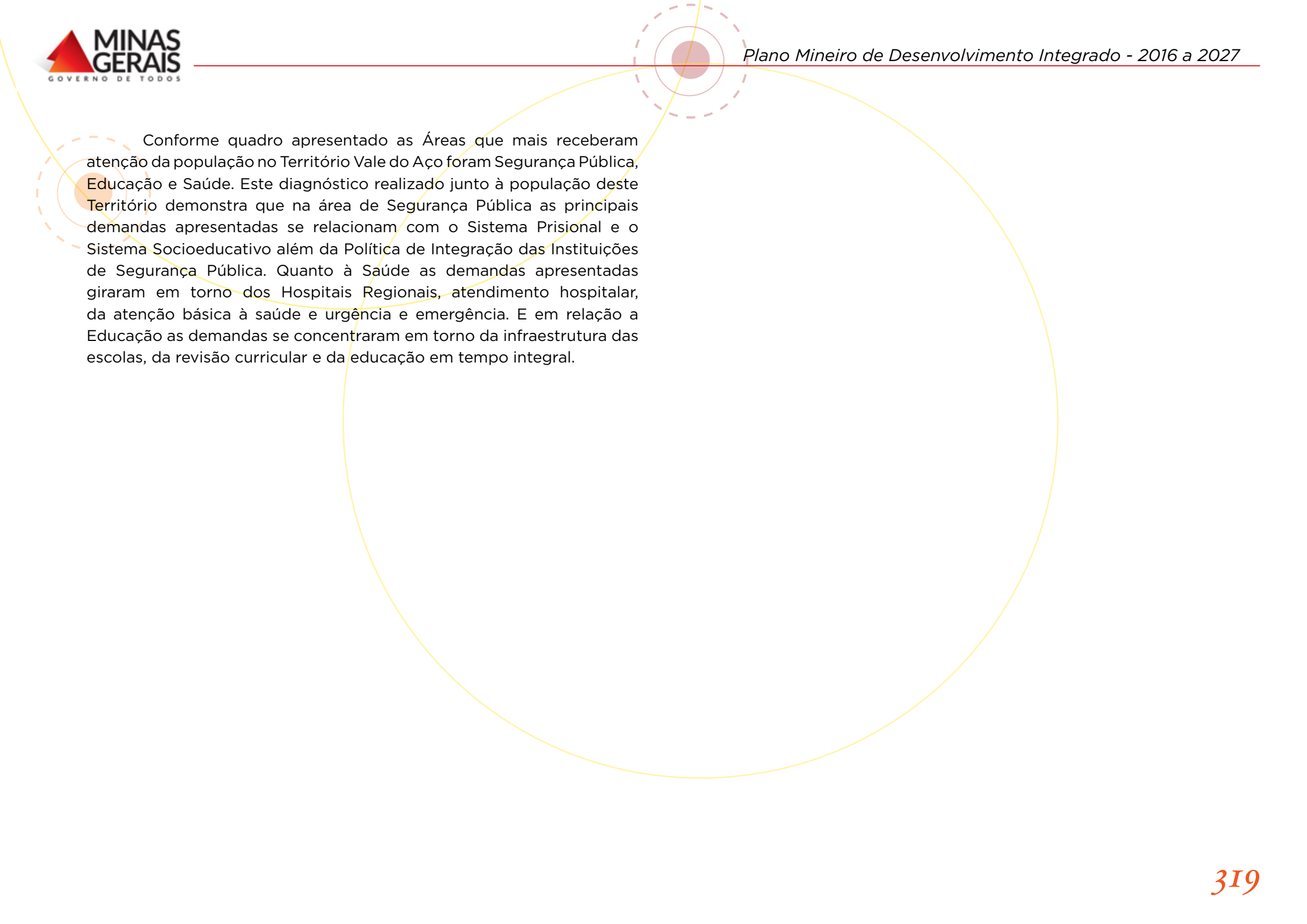
- Implantar uma extensão de Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG na região. Instalação de universidade federal-UFOP. Implementar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMG). Implantação de escola agrícola na região.
- Criar mecanismos que garantam a participação efetiva das famílias na vida escolar.
- Garantir a infraestrutura adequada em todas as escolas públicas.
- Garantir a formação continuada dos professores. Implantação de um sistema de pós-graduação (mestrado e doutorado). Formação de profissional para atender o aluno com necessidades especiais.
- Criar um núcleo Inter setorial composto por: psicólogo, psicopedagogo, psiquiatria infantil, fonoaudiólogo, assistente social, fisioterapeutas.
- Garantir condições de trabalho docente dignos, incluindo a valorização profissional, com um plano de carreira decente.
- Rediscutir os currículos escolares em articulação com o movimento de construção da base nacional comum.
- Fortalecer os centros de referência de cultura nas macros regionais e criar nas micros os centros não existentes de cultura. Criação de anfiteatros e arenas culturais nos municípios da região.
- Necessidade de efetivação de um modelo educacional pautado nos princípios da educação integral.
- Necessidade de fortalecimento das políticas públicas



municipais de cultura e de criação e manutenção de equipamentos culturais. O Estado deve oferecer meios para capacitar agentes culturais para a elaboração de projetos. Oferecer capacitação aos conselhos da área de cultura.

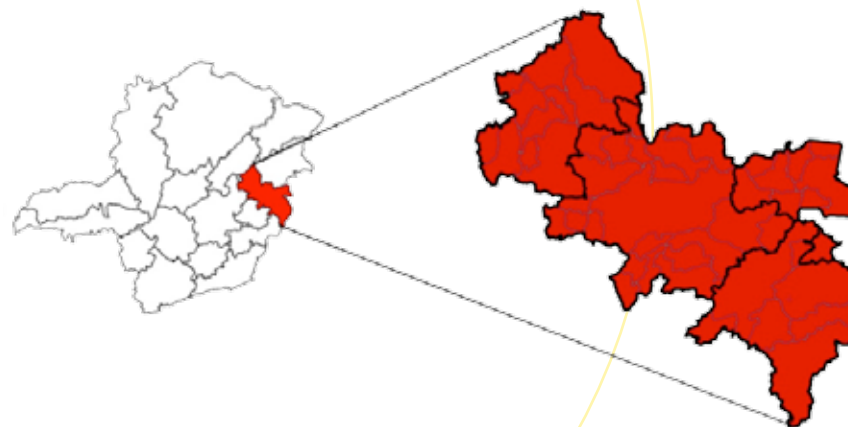
Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Vale do Aço. Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios. Ademais está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16	1	0	0	0	17
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	4	1	0	0	7	12
Cultura	0	0	0	0	7	7
Demais	8	7	2	1	1	19
Desenvolvimento Agrário	30	2	0	0	0	32
Desenvolvimento Econômico	14	4	0	0	1	19
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	13	10	1	2	1	27
Desenvolvimento Social	16	1	19	0	0	36
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	0	0	4	2	0	6
Educação	2	1	1	0	44	48
Esportes	0	0	10	0	0	10
Governo	2	1	0	0	0	3
Meio Ambiente	22	0	1	0	0	23
Ministério Público	0	0	1	0	0	1
Ouvidoria	0	0	1	0	0	1
Planejamento e Gestão do Estado	0	1	1	0	0	2
Saúde	0	0	45	1	0	46
Segurança Pública	0	0	7	81	0	88
Transportes e Obras Públicas	8	47	0	0	0	55
Turismo	30	0	0	0	0	30
Total	165	76	93	87	61	482



Conforme quadro apresentado as Áreas que mais receberam atenção da população no Território Vale do Aço foram Segurança Pública, Educação e Saúde. Este diagnóstico realizado junto à população deste Território demonstra que na área de Segurança Pública as principais demandas apresentadas se relacionam com o Sistema Prisional e o Sistema Socioeducativo além da Política de Integração das Instituições de Segurança Pública. Quanto à Saúde as demandas apresentadas giraram em torno dos Hospitais Regionais, atendimento hospitalar, da atenção básica à saúde e urgência e emergência. E em relação a Educação as demandas se concentraram em torno da infraestrutura das escolas, da revisão curricular e da educação em tempo integral.

Perfil Territorial: Vale do Rio Doce



Município	Micro Território
Alpercata	Governador Valadares
Capitão Andrade	
Coroaci	
Engenheiros Caldas	
Fernandes Tourinho	
Frei Inocência	
Galiléia	
Gonzaga	
Governador Valadares	
Itanhomi	
Jampruca	
Marilac	
Mathias Lobato	
Nacip Raydan	
Santa Efigênia de Minas	
São Geraldo da Piedade	
São Geraldo do Baixo	
São José da Safira	
Sardoá	
Sobralia	
Tumiritinga	
Virgolândia	

Município	Micro Território
Central de Minas	Mantena
Cuparaque	
Divino das Laranjeiras	
Itabirinha	
Mantena	
Mendes Pimentel	
Nova Belém	
São Felix de Minas	
São João do Manteninha	
Aimorés	Resplendor
Alvarenga	
Conselheiro Pena	
Goiabeira	
Itueta	
Resplendor	
Santa Rita do Itueto	
Água Boa	Santa Maria do Suaçuí
Cantagalo	
Frei Lagonegro	
José Raydan	
Paulistas	
Peçanha	
Santa Maria do Suaçuí	
São João Evangelista	
São José do Jacuri	
São Pedro do Suaçu	
São Sebastião do Maranhão	

INTRODUÇÃO

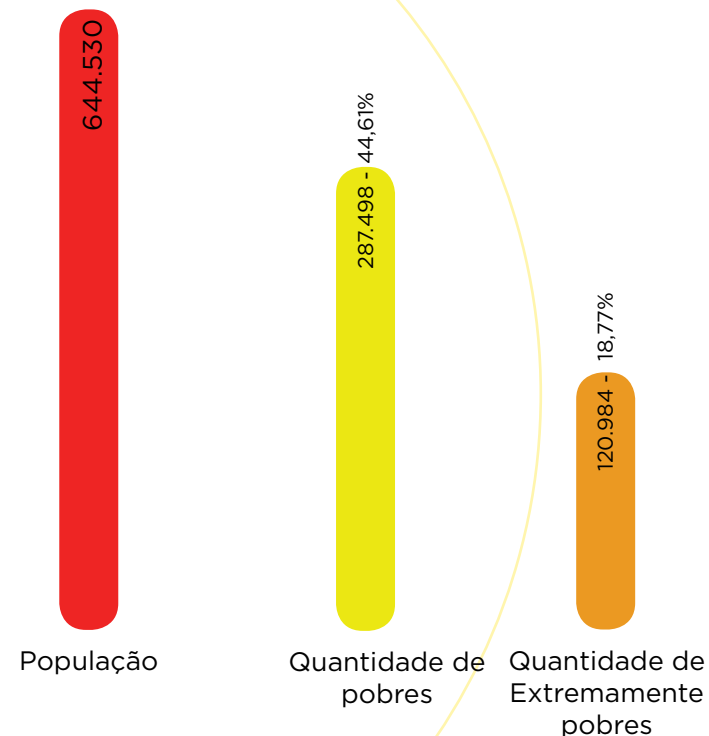
Visando a aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

O Território de Desenvolvimento Vale do Rio Doce é composto por 49 municípios distribuídos em 4 Microterritórios e conta com a população total de 646.879 habitantes, que corresponde a 3,03% da população mineira. A extensão territorial é de 21.546 Km² correspondendo a 3,67% do total de Minas Gerais. Os municípios mais populosos são Governador Valadares (263.689 hab.), Mantena (27.111 hab.) e Januária (24.959 hab.) e os menos populosos são Fernandes Tourinho (3.030 hab.), Goiabeira (3.053 hab.) e Nacip Raydan (3.154 hab.). O Território Vale do Rio Doce faz fronteira com os Territórios Caparaó, Vale do Aço, Metropolitano, Alto Jequitinhonha e Mucuri, além de fazer divisa com o Estado do Espírito Santo.

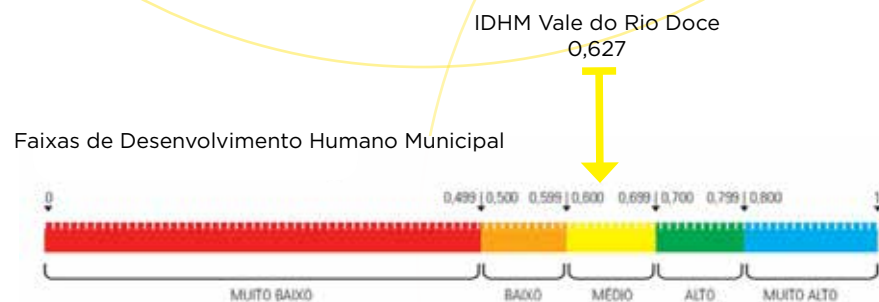
Neste Território a População Rural corresponde a aproximadamente 22% da população total sendo que esta proporção é a sexta maior em comparação com os demais Territórios, ficando atrás apenas do Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Caparaó, Mucuri e Norte.

O Território Vale do Rio Doce tem a quinta maior proporção de pobres do Estado (44,61%) e também a quinta maior proporção de extremamente pobres (18,77%). A renda per capita referente a agosto de 2010 foi de R\$ 514,35, correspondendo à quinta pior do Estado, atrás dos Territórios Médio e Baixo Jequitinhonha, Alto Jequitinhonha, Norte e Mucuri.

VALE DO RIO DOCE



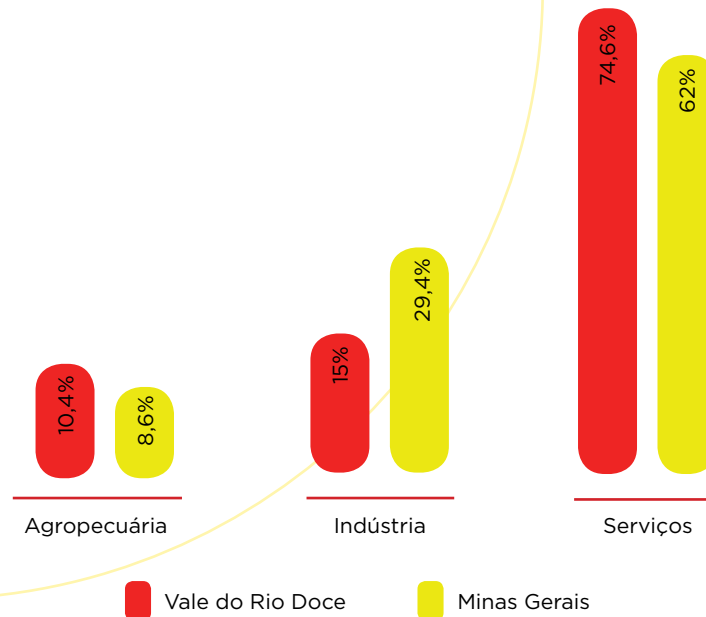
Em relação ao IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida, a média para o Território Vale do Rio Doce é de 0,627, sendo o quarto pior do Estado atrás apenas do Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri e Norte ocupando a faixa média conforme figura abaixo.



EIXO 1 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

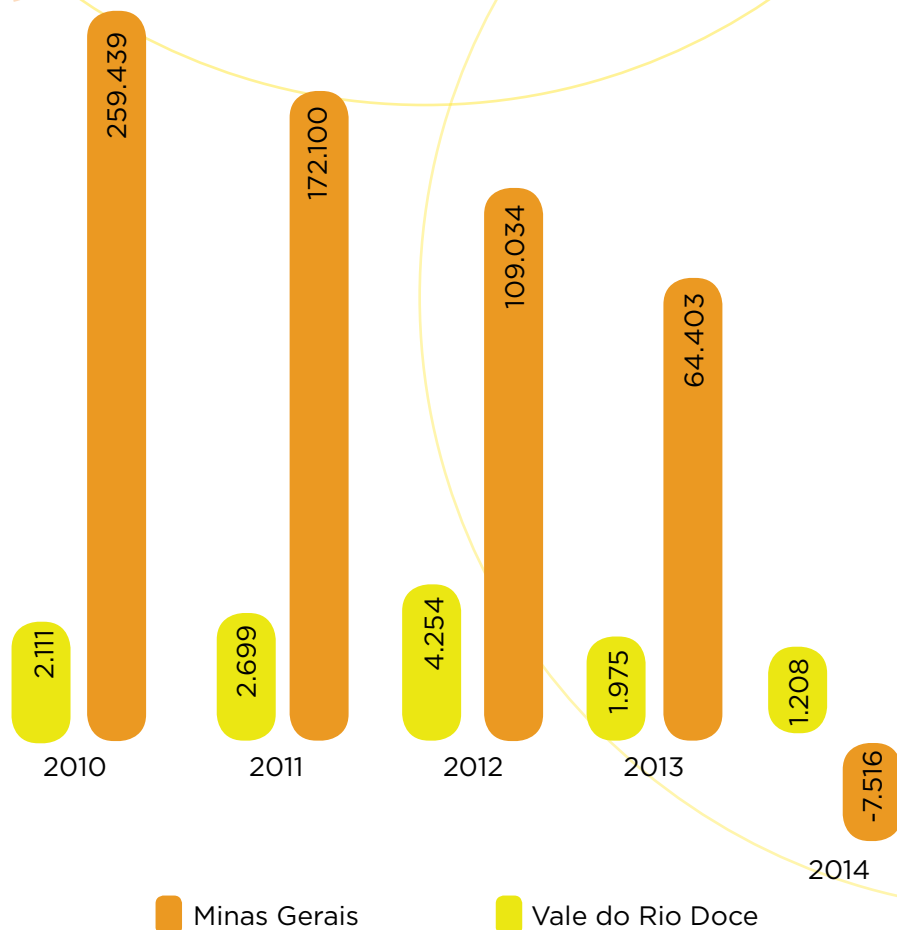
Os 49 municípios que compõem o Vale do Rio Doce são responsáveis por 1,7% PIB estadual, conforme os dados de 2012 do IBGE. A atividade econômica do território é muito concentrada no município de Governador Valadares, responsável por 54% do PIB regional. Há, assim, a necessidade de estímulos para uma maior integração produtiva dos demais municípios do território, estimulando a irradiação do desenvolvimento socioeconômico. O setor agropecuário corresponde a 10,4% do PIB no território. Os principais produtos produzidos no território são leite e café.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



O gráfico abaixo apresenta o saldo de empregos formais criados no Território e em Minas Gerais, entre 2010 e 2014.

SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS

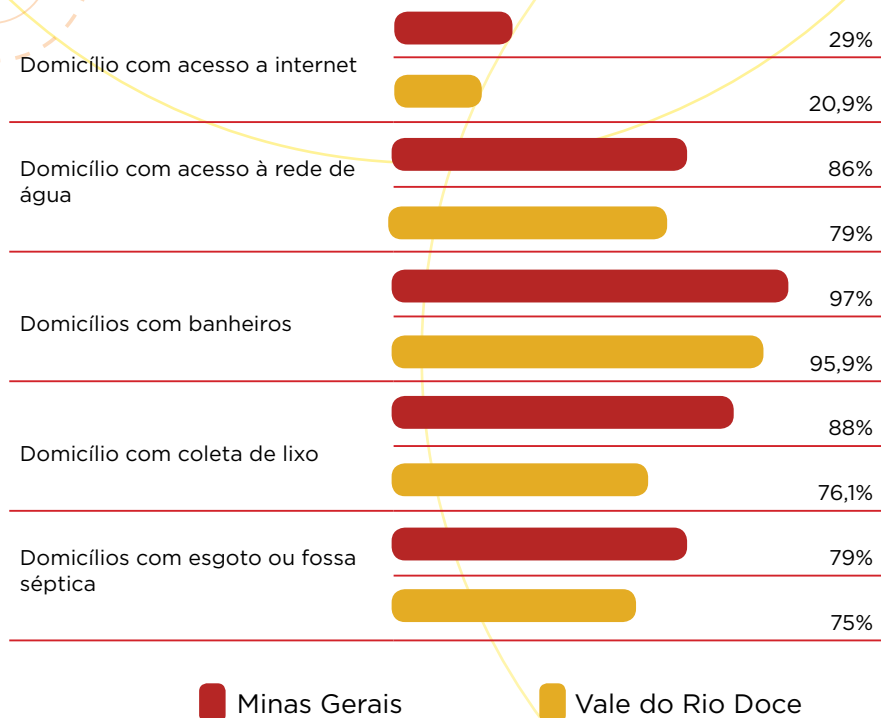


O Vale do Rio Doce é sede de um Circuito Turístico: Trilhas do Rio Doce, em Governador Valadares. O município também faz parte dos destinos prioritários para o turismo estadual, denominado como destino indutor pelo governo estadual. 30,6% dos municípios da região estão associados aos Circuitos Turísticos Trilhas do Rio Doce e Pedras Preciosas (Coluna, Paulistas, São João Evangelistas, Peçanha, Virgolândia, José Raydan, São José da Safira, Marilac, Governador Valadares, Água Boa, Santa Maria do Suaçuí, São Félix de Minas, Nova Belem, Cuparaque, Resplendor).

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Em relação à infraestrutura urbana, o Território Vale do Rio Doce tem todos os dados abaixo da média do Estado. Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, o Território de Desenvolvimento Vale do Rio Doce tem em média, 79% da população atendida, sendo o sexto pior do Estado. No que diz respeito à população atendida com serviços de coleta de lixo, esse Território apresenta 76,1% da população atendida. Destaca-se também o número de domicílios com banheiro, sendo o quinto pior do Estado (95,9%). Em relação aos domicílios com esgotamento sanitário adequado, esse Território possui média de 75%.

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS
VALE DO RIO DOCE X MINAS GERAIS



No território existem dois aeródromos, nos municípios de Governador Valadares e Santa Maria do Suaçuí, e um balsa no município de Barra do Cuieté, no Rio Doce. As principais rodovias são: BR 381, BR 259 e BR 116 (rodovias federais) e MG 314 e MG 311 (rodovias estaduais).

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

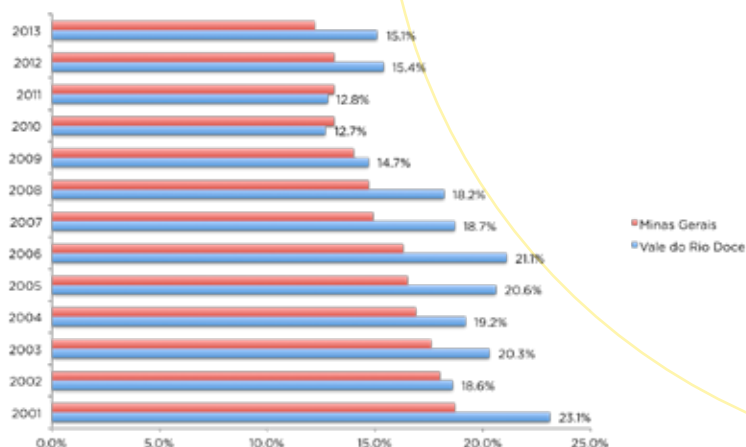
No Território Vale do Rio Doce, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) está presente em 48 municípios (98% dos municípios da região). Existem, nesta região, 124.911 famílias cadastradas no CadÚnico (Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal), sendo que, destas 59.217 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

Esse território conta com uma Cobertura Populacional de 93,86% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450 habitantes por equipe, sendo superior à média estadual que é de 91,41%. Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos SUS, a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de 3 leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,30. Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. A construção e o funcionamento do serviço são fruto da parceria entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios. A Região Ampliada de Saúde Leste, que abrange o território do Vale do Rio Doce, está em processo de implantação do serviço, sendo que atualmente o território conta com o SAMU Municipal do município Governador Valadares e com 13 hospitais já integrantes da Rede de Resposta da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada de Saúde Leste.

A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Vale do Rio Doce, a TMI foi de 15,1 por 1.000 nascidos vivos.

Para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto a sua agilidade em investigar os casos notificados, confirmando-os ou descartando-os, utiliza-se o indicador de Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerradas oportunamente. No território Vale do Rio Doce, os encerramentos dos agravos, dentro do prazo estipulado em Portaria Ministerial, ocorrem em 88,08% dos casos notificados, sendo que o parâmetro nacional é de 80%. Sendo assim, verifica-se proporção acima do preconizado no território.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Vale do Rio Doce está acima da média estadual, com 48,66.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

No Território de Desenvolvimento do Vale do Rio Doce, as taxas de homicídios apresentaram um crescimento expressivo entre 1996 e 2006. Nos quatro anos seguintes, no entanto, apresentou queda expressiva destes índices, com tendência de relativa estabilidade até 2013. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 252,68 crimes violentos e 30,19 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/ SEDS.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

O maior desafio do Vale do Rio Doce, em termos educacionais, é a ampliação do atendimento escolar já que os valores observados na região são inferiores aos do estado para todas as faixas etárias. É possível que, em decorrência deste baixo atendimento, 32% da população entre 18 e 24 anos tenha como maior nível de escolaridade o Ensino Fundamental incompleto.

Crimes Violentos em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
521,35

Vale do Rio Doce
252,68

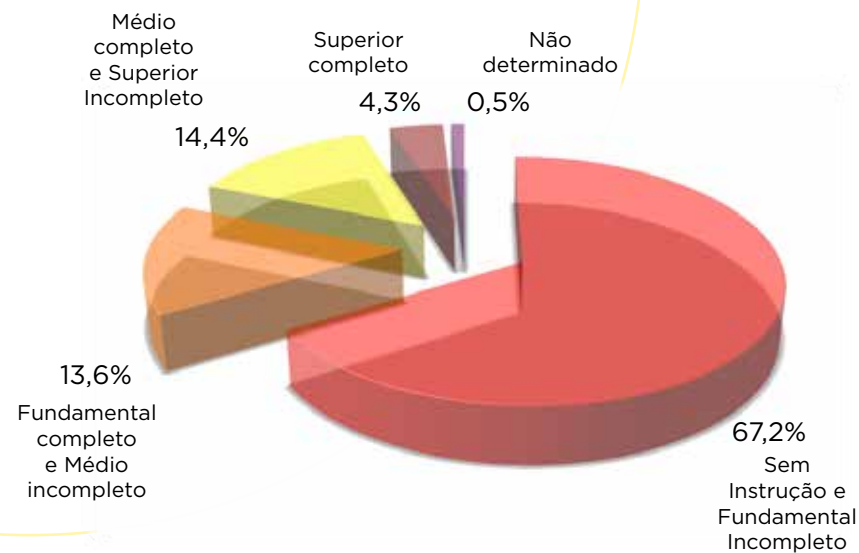
Taxa de Homicídios em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
20,3

Vale do Rio Doce
30,19

NÍVEL DE INSTRUÇÃO

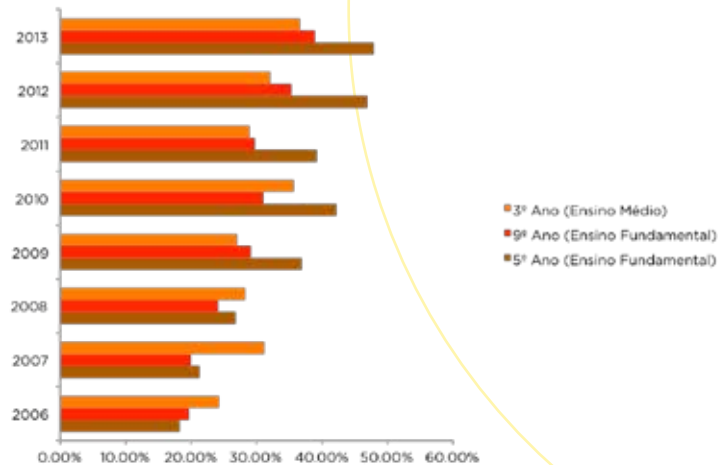


Fonte: CINDS SEDS / MG

A taxa de analfabetismo total no território é de 22,4% na zona rural e 11,9% na zona urbana. Destaca-se que apenas 4,3% da população tem ensino superior completo. A maior parte da população (67,2%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto.

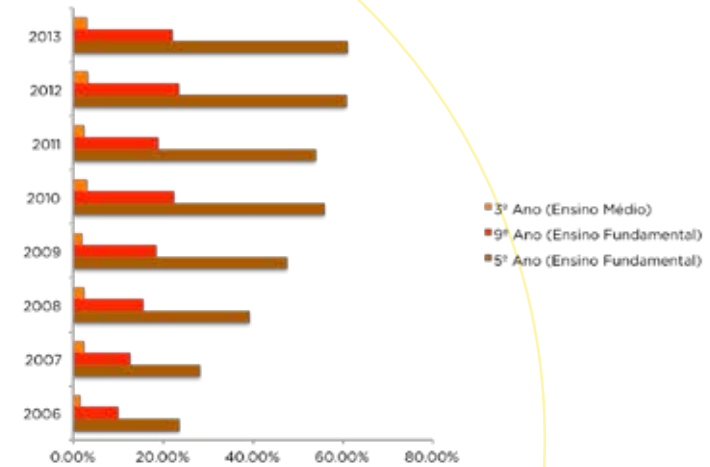
Quanto aos indicadores da Educação Básica, o PROEB 2013 evidencia que no 5º ano do Ensino Fundamental 47,88% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 61,11% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 36,72% dos alunos no nível recomendável em Português e 3,04% em Matemática.

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	18.29%	21.32%	26.83%	36.86%	42.21%	39.23%	46.94%	47.88%
9º Ano	19.68%	19.95%	24.18%	29.11%	31.10%	29.78%	35.36%	38.91%
3º Ano	24.22%	31.17%	28.19%	26.97%	35.62%	28.94%	32.11%	36.72%

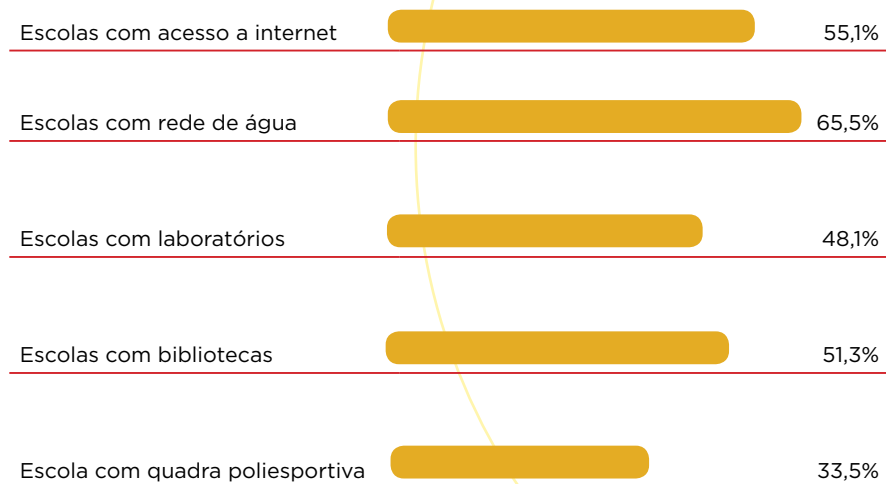
O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	23.64%	28.27%	39.26%	47.63%	55.94%	53.94%	60.76%	61.11%
9º Ano	10.04%	12.77%	15.71%	18.56%	22.57%	19.03%	23.62%	22.18%
3º Ano	1.54%	2.44%	2.54%	1.98%	3.10%	2.51%	3.40%	3.04%

Segundo o INEP, no Censo Escolar 2014, com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 559 escolas presentes no território, 44,9% não tem acesso à internet, 48,7% não tem biblioteca, 51,9% não tem laboratório, 66,5% não tem quadra poliesportiva e 34,5% não tem rede de água.

INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS PÚBLICAS



FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda rodada, é aberta a escuta à sociedade que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e de representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada de Minas Gerais. Os Fóruns Regionais são um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais construirá políticas públicas que respeitem as características de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada.

Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos participantes no segundo encontro do Fórum Regional do Vale do Rio Doce realizado em Governador Valadares no dia 29 de agosto de 2015. O encontro contou com a participação de 932 inscritos representantes dos municípios deste território. No total, 486 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população.

EIXO1-DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

- Criação de Grupo de Trabalho destinado a promover estudos e propostas, visando a concessão de benefícios tributários e outros em geral, com o objetivo de criar atrativos financeiros para instalação e expansão das atividades produtivas no território do Vale do Rio Doce que impulse seu desenvolvimento econômico e social (a exemplo do criado na zona da mata).
- Revitalização do distrito industrial de Governador Valadares e conclusão da negociação para concessão da área da antiga Metamig (vinculada à CODEMIG).
- Incentivo ao associativismo e cooperativismo no território do Vale do Rio Doce, com, por exemplo, a criação de um programa de apoio às cooperativas de laticínio.
- Parceria para implantação do Terminal de Integração de Cargas – Intermodal Porto Seco – em Governador Valadares.
- Criar programa regional de exploração de Granito com políticas que contemplem a qualificação de mão de obra local e incentivos para beneficiamento do produto no território do Vale do Rio Doce, com compensação ao município extrator.
- Implantação do Parque Tecnológico no Território do Vale do Rio Doce junto às Instituições de Ensino Superior (IFMG, UFJF, UNIVALE entre outros).
- Implantação em cada microterritório do Vale do Rio Doce de uma Agência de Desenvolvimento para dar suporte na criação, implantação e execução dos diversos programas, projetos e ações estaduais e federais executados em nível local.
- Criação de um programa no Território do Vale do Rio Doce de desenvolvimento para geração e distribuição de energia solar, com aproveitamento dos recursos minerais extraídos na região

para construção das placas geradoras desta fonte energia.

- Regularização fundiária: foi iniciado nos municípios do Microterritório o processo de regularização fundiária pelo Instituto de Terras de Minas Gerais - ITERMIG, porém o processo não foi finalizado e os atores locais não sabem dizer como está este processo. O fato de vários agricultores (as) familiares não possuem documentação das terras tem inviabilizado o acesso aos programas de crédito, principalmente o microcrédito.
- Criação de unidades de beneficiamento de leite em todos os municípios com até 30 mil habitantes, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da cadeia produtiva do leite, priorizando os pequenos produtores organizados.
- Fortalecimento do Órgão de Defesa Agropecuária do Estado (IMA). É necessário ampliar a regularização sanitária de agroindústrias familiares, maior preocupação com o Projeto Educacional (Sanitaristas Mirins), fortalecimento da fiscalização de resíduos de agrotóxicos nos alimentos e resíduos de antibióticos e outras drogas de uso veterinário em rebanhos garantindo assim que estes alimentos estejam isentos de contaminantes, evitando a intoxicação e os danos à saúde dos consumidores. Eficiência na prestação de assistência técnica através da EMATER. Desenvolver pesquisas para o fortalecimento da agricultura, junto aos órgãos de competência (ex. EPAMIG). Falta de parcerias com sítios e fazendas especializadas para a promoção de minicursos e aulas práticas sobre o tema. Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER/ Ampliação do serviço de ATER: Apesar de existirem escritórios da EMATER - MG em boa parte do microterritório, considerando tanto o número de estabelecimentos agropecuários apresentados pelo Censo Agropecuário 2006, quanto as declarações de aptidão ao

PRONAF - DAP, percebe-se que o número de profissionais que atuam diretamente neste serviço não consegue atender a elevada demanda.

- Ampliação do acesso ao crédito rural, com foco na agricultura familiar, na apicultura e nos jovens e mulheres, principalmente por meio da revisão do zoneamento ecológico e econômico do território.
- Política de desenvolvimento econômico para o campo, com foco nos agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária.
- Implantação de usinas regionais de mandiocultura e de frutas e de unidades municipais de beneficiamento do leite, com assistência técnica e apoio à logística.
- Incluir do Território na área mineira da SUDENE.
- Gestão integrada dos resíduos sólidos, com construção, ampliação e revitalização das utcls e usinas de reciclagem e implantação da coleta seletiva, de estações de tratamento de esgoto, de fossas sépticas rurais, de aterros sanitários e de políticas de redução dos rejeitos, com inclusão social dos catadores e garantia de equipe técnica qualificada.
- Priorização da questão hídrica, com construção de barragens, barraginhas, caixas secas e cisternas de captação de água da chuva proteção de nascentes, topos de morros e áreas de recarga, preservação dos mananciais, revitalização de rios e recuperação de matas ciliares, afluentes, APP's e áreas degradadas, garantindo a integração entre lavoura, pecuária e floresta, fortalecendo os comitês de bacias e suas ações.
- Projeto de construção de barraginhas/caixa seca para aproveitamento de água de chuva nas propriedades. Falta de água/projetos de incentivos à proteção de nascentes de recuperação/

plantio em áreas degradadas. Recomposição de mata ciliar e APP's. Investimento em capacitação e educação ambiental, com o objetivo de recuperação de nascentes, matas ciliares etc.

- Incentivo financeiro e infraestrutura para as ações de coleta seletiva e aterro sanitário. Gestão dos resíduos com implantação da coleta seletiva, compostagem dos orgânicos e redução dos rejeitos e geração dos resíduos de forma geral, com inclusão dos catadores de materiais e recicláveis, e acompanhamento técnico. Instalação de usina de reciclagem. Construção e revitalização das usinas de triagem e compostagem de lixo nos municípios que compõe o Território.
- Fortalecer, por meio de lei, o desenvolvimento do turismo regional, através dos circuitos turísticos, mantendo a política de regionalização, fortalecendo com mais recursos financeiros, ampliando a participação na alíquota do ICMS turístico, e priorizando ações de infraestrutura básica, com ênfase na acessibilidade, e turística.
- Apoio na gestão e acesso aos recursos financeiros, em parceria com MGI e CODEMIG, para a implementação das estradas turísticas, como, por exemplo, a Estrada das Pedras Preciosas, Estrada das Minas e Estrada do Boi, entre outras.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Retomada de programa do governo para melhoria, ampliação ou construção de estradas estaduais para acessos intermunicipais e entre município e distritos.
- Redução Tarifária da Energia
- Redução do IPVA
- Articulação com o Governo Federal para melhorias no

Programa Minha Casa Minha Vida.

- Obras para garantir saneamento básico na zona rural e urbana.
- Políticas de articulação para criação de infraestrutura para tratamento adequado de resíduos sólidos nos municípios
- Retomada ou reestruturação do Programa Luz Para Todos
- Acampamento e fomento pelo estado de políticas de habitação.
- Promoção do acesso à internet e telefonia móvel na zona rural.
- Articulação com o Governo Federal para duplicação, melhoria da estrutura e ampliação de BRs.

EIXO 3 - PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE

• Atenção Básica: Retomada de construção das unidades básicas nos municípios, exemplo o município de Itanhomi. Implementação de ESF's, ESB's e núcleos de apoio a saúde da família, aumentando a cobertura de todos os municípios da região, ampliando com custeio tripartite o número de equipes com implementação das práticas integrativas e complementares de forma regionalizada de acordo com os parâmetros assistenciais e necessidades da população. Revisão da lista da farmácia básica com ampliação dos medicamentos e distribuição dos mesmos nas próprias UBS onde o usuário é atendido pois, muitas vezes a farmácia em outra unidade distante e o usuário não tem como buscar os remédios. Atenção e Prevenção à dengue.

• O Hospital Bom Samaritano de Governador Valadares está com três credenciamentos aguardando publicação no Ministério da Saúde. O município aguarda publicação da portaria

habilitando a UPA que já está funcionando desde 01/06/2015. O Hospital Bom Samaritano está aguardando recurso para adequação da ambiência da maternidade para atendimento ao parto humanizado, rede cegonha. Habilitação do Hospital Bom Samaritano como serviço de assistência de alta complexidade em cirurgia cardiovascular. SIPAR: 25000.049417/2015-96. Habilitação de 4 novos leitos de UTI adulto tipo II no Hospital Bom Samaritano. Habilitação do Hospital Bom Samaritano em Traumatologia e Ortopedia.

- Centros de especialidades multiprofissionais / centro de especialidades médicas: Implantação e ampliação dos centros de especialidades multiprofissionais, com custeio tripartite de forma regionalizada, um para cada cidade polo, com equipamento para atendimento, exames de média e alta complexidade, políticas para fixação de especialistas médicos, incluindo psiquiatria, neurologia e outros. Implantação e ampliação dos CEOS, Centros Viva Vida, do idoso, hiperdia para cobertura de todas as regiões de saúde, de forma a atender a todos os municípios. APAE - Firmar parceria com o estado, disponibilizando profissionais da área da saúde, para atuação no diagnóstico e intervenção precoce no atendimento a pessoas com deficiência intelectual e múltipla de 0 a 06 anos. Equipar os serviços municipais de fisioterapia e custear tripartite.

- Saúde Mental: Implantação e ampliação de políticas de atenção psicossocial de acordo com a legislação nacional, implantando e ampliando com custeio tripartite os CAPS adulto, CAPS infantil, CAPS AD nos municípios polo, garantindo atendimento psiquiátrico e psicológico para atender de forma regionalizada e toda a população, com atendimento 24Hrs de acordo com os parâmetros assistenciais e necessidades.

Implantação e ampliação de casas de apoio para usuários situados em locais de vulnerabilidade social. Ampliar o atendimento psicossocial para os municípios de acordo com a demanda e não por cota.

- Hospitais: Equipar e ampliar os hospitais da região de Santa Maria do Suaçuí e São João Evangelista. Implantação de salas de parto de acordo com a política nacional da rede cegonha nos municípios. Dificuldade ao acesso de cirurgias eletivas, como em todos os municípios da macrorregião de Governador Valadares. Implantação de uma política de custeio tripartite para beneficiar os hospitais de pequeno porte financeiramente na gestão de acordo com a sua vocação e necessidade dentro do parâmetro assistencial da rede hospitalar. Avaliação dos contratos e convênios existentes nos hospitais e demais serviços que prestam serviços ao SUS para que se cumpra os 60% dos atendimentos contratualizados. Aportar mais recursos para o custeio do hospital municipal de Governador Valadares que tem caráter regional. Conclusão das obras e funcionamento do Hospital Regional. Apoio do Governo do Estado junto ao governo federal para federalização do Hospital Municipal de Governador Valadares. Equipar e ampliar um hospital no microterritório Santa Maria do Suaçuí com condição de atender a maior parte das demandas de toda microrregião, em atendimentos de baixa e média complexidade

- Rede de Urgência e Emergência: Implantação de salas de estabilização nos municípios distantes de unidades de pronto atendimento, de acordo com os parâmetros assistenciais. Implantação imediata ao SAMU Regional na macroleste "CONSURGE". Ambulância com UTI móvel baseada microrregionalmente, independente do SAMU, para atender a

transferência de usuários internados com evolução para quadro grave. Criação de unidade de pronto atendimento TIPO I em Gonzaga para atender os municípios de Gonzaga, São Geraldo da Piedade, Santa Efigênia de Minas, Sardoá e Divinolândia de Minas.

- Atendimento a grupos específicos: Criação de comitê técnico de Saúde da população negra e quilombola do estado de Minas Gerais, visando atender as demandas específicas da população da Macrorregião de Governador Valadares. Garantir maior proteção a saúde da mulher; atendimento e encaminhamento imediato nos casos: exames ginecológicos, ultrassonografia, mamografia. Garantir maior proteção a saúde do homem; atendimento e encaminhamento imediato nos casos de exames diagnósticos, por exemplo próstatas e outros. Criação de programas capacitadores para médicos enfermeiros e agentes de saúde, a fim de eliminar a violência obstétrica. Melhoria do acesso e atendimento aos portadores de necessidades especiais, capacitação e qualificação dos profissionais para atendimento a esses usuários. Incentivar através de uma política de estado, que as prefeituras façam valer a lei, garantindo a continuidade do trabalho com valorização do servidor, com implantação do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários), de acordo com a política do Ministério da Saúde.

- Regulação: Criar mecanismos que permitam a pactuação das PPI's em outros estados. Ampliação da oferta de leitos na regulação SUSFACIL. Transparência na regulação dos leitos e distribuição das vagas no sistema SUSFACIL. Garantir a oferta das especialidades de acordo com a demanda e não por cotas, com estipulação de prazo para atendimento do Governo. Adesão ao COAPS.

- Infraestrutura: Construção da nova sede da Superintendência Regional de Saúde em Governador Valadares Ampliando a acessibilidade dos municípios da Macrorregião. Continuidade da reforma do HEMOMINAS em Governador Valadares. Equipar os vários locais de atendimento à saúde com TV's conectadas ao canal Minas Saúde, para veiculação de temas relacionados a saúde e os programas do SUS. Renovar e contemplar todos os municípios com o SETS – Sistema Estadual de Transporte em Saúde.

- Controle Social: Criar uma política de fortalecimento da participação popular, através do controle social, com capacitação para os conselheiros locais, municipais, regionais e estaduais, garantindo o custeio para tais atividades; deslocamento, alimentação e acomodação quando necessário. Garantir recursos para as atividades e funcionamento do conselho, para garantir a sua autonomia conforme a lei. Ampliar que o controle social, inclusive para garantir o acesso equânime das ofertas de assistência a todos os municípios, sem discriminação de nenhuma comunidade.

- Construção e adequação de quadras poliesportivas cobertas, assegurando acessibilidade e mobilidade urbana, garantindo também nos espaços públicos e de lazer.

- Criar programas de formação e desenvolvimento do esporte e para desporto nos municípios na Macrorregião de Governador Valadares, já que um dos principais problemas é o apoio financeiro, aliado ao acesso e disponibilidade de materiais para a prática esportiva nas diversas modalidades. Descentralizar a política de financiamento ao esporte por meio de lançamento de editais no Vale do Rio Doce, garantindo que o recurso fique no território.

- A implementação de uma lei em que garanta a

oportunidade ao jovem a inserção nas universidades Estaduais e Federais por meio do esporte.

- Garantir esportes e melhoria ao atendimento às pessoas com deficiência física, com profissionais capacitados para trabalhar com este público específico.

- Reforma do estádio e das praças esportivas; quadras poliesportivas para realização dos jogos escolares, bairros e escolinhas de base, campeonatos e torneios amadores.

- Disponibilização de veículos e infraestrutura em geral para uso da secretaria de esporte, que facilitaria o trabalho que deve ser realizado.

- Auxiliar as prefeituras a estruturar as práticas de esportes na zona rural.

- Contribuição mensal para custear as despesas do atleta federado, assim garantindo um salário-base, que dê estabilidade financeira como forma de independência ao serviço.

- Que o governo venha destinar recursos para o esporte adaptado para pessoas com deficiência.

- Garantir o co-financiamento regular e automático para os equipamentos sócio-assistenciais da proteção básica (como o CRAS) e especial de média e alta complexidade (em especial para a população de rua e migrantes do território, programa família acolhedora e outros), bem como o co-financiamento do piso mineiro vinculado ao índice de vulnerabilidade do município tendo como condição a aprovação e implementação da lei municipal do SUAS.

- Construção de um CREAS regional em cada microterritório garantindo a contratação de pessoal por meio de concurso público.

- Revalorização da carreira dos servidores da assistência

social, com a equiparação dos salários dos servidores da SEDESE com dos servidores da área de saúde e segurança pública.

- Criação de um programa de inserção no trabalho para jovens em situação de vulnerabilidades sociais (jovem infrator, jovem negro, jovem indígena e outros)
- Concentrar as políticas de trabalho em Unidades de Atendimento ao Trabalhador regionalizada para garantir seguro desemprego, captação de vagas, intermediação de mão de obra, qualificação profissional, orientação ao jovem, núcleo empreendedor, central de autônomos e outros.
- Apoio à produção da economia solidária e agricultura familiar através: da criação de pontos fixos de comercialização regionalizados e feiras móveis, da garantia de linhas de crédito específicas e da qualificação e assistência técnica.
- Juventude e Igualdade racial - construção de um programa de enfrentamento à mortalidade de jovens, especialmente os negros. Políticas públicas específicas quilombos e indígenas.
- Pessoa com Deficiência - aplicar a PCD, fiscalização das políticas de acessibilidade pública e privada, e criar políticas específicas que garantam emprego e renda para as pessoas com deficiência, efetivando as já previstas.
- Mulheres - construção de delegacias especializadas de combate a violência contra a mulher, construção do CIM (Centro de Atendimento Integrado as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica) e inserção de mulheres em situação de risco por violência doméstica em programas de formação e geração de renda.
- Atingidos por empreendimentos econômicos e de infraestrutura - criação de política específica para a garantia dos

direitos dos atingidos por empreendimentos econômicos e de infraestrutura com: marco legal, fundo estadual e um plano de recuperação para as comunidades atingidas.

- Participação Social - equipagem dos conselhos tutelares, criação de lei orçamentária prevendo recursos para os conselhos de direitos humanos (mulheres, juventude, LGBT, pessoa idosa, pessoa com deficiência, criança e adolescente, igualdade racial e outros), fomento à criação de conselhos a nível municipal e estadual (LGBT e de política indigenista), construção de ferramentas de gestão dos direitos humanos em comum entre diversos segmentos nos municípios, realização de convênios com associações municipais.
- População carcerária - Acesso à justiça - estruturar a Defensoria Pública para o território, garantir o acompanhamento dos presídios pelos Direitos Humanos, fomento a política da APAC (masculina e feminina) e políticas de geração de renda para as pessoas com restrição de liberdade
- Qualificação para jovens em cumprimento de medidas sócio educativas.
- Projeto de Desenvolvimento Articulado de Políticas Públicas em Municípios com Concentração de População em Situação de Risco Social
- Ampliação Pronatec

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

- Expansão / Implantação do Programa "Crack é possível vencer" em todos os microterritórios.
- Fortalecimento do Programa Divisas Seguras para

atender os municípios na fronteira com o Estado do Espírito Santo por meio de aquisição de equipamentos e viaturas com destinação específica e mobilização de efetivo.

- Elevação da Cia 159 a Cia Independente com aumento do efetivo suficiente para atender a microrregião da Assoleste.
- Criação de mais um Pelotão na Comarca de Mantena.
- Criação de Delegacia Regional em Mantena. Benefício: Aumento de efetivo das polícias, realização de perícias na Comarca com a criação do IML, melhoraria no atendimento da população.
- Criação de uma Delegacia Seccional em cada um dos microterritórios.
- Criação de três Pelotões do Corpo de Bombeiros nas microterritórios de Mantena, Resplendor e Santa Maria do Suaçuí e construção de nova sede de Governador Valadares.
- As viaturas da Fração apresentam uma média de idade de uso de aproximadamente 7,54 anos. Necessidade de renovação da frota com aquisição de 06 (seis) Viaturas sendo: 01 (uma) Viatura Auto Bomba Tanque (ABT), 01 (um) Auto Tanque Bomba, 01 (um) Auto Bomba Salvamento, 02 (duas) Motos Bombeiros e 01 (um) Transporte Operacional de Tropa.
- Reivindicar junto à SEPLAG um percentual maior de repasse para o custeio da Polícia Civil e Polícia Militar, retirando as pequenas despesas de logística dos municípios.
- Criação de políticas contínuas de combate à violência racial, familiar, escolar, de gêneros, entre outros.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO

- Políticas Públicas Educacionais de assistência ao aluno: Ampliação da contrapartida do transporte escolar pelo Estado. Rever vigência do convênio do transporte escolar. Manutenção dos veículos. Disponibilizar veículo para a atuação dos profissionais da educação no município. Transporte de estudantes de ensinos médio, técnico e superior que precisam se deslocar de uma cidade para outra ou longas distâncias no mesmo município. Revisão do repasse do PNAE (R\$ 2,50 per capta) de acordo com a matrícula do ano vigente. Desburocratizar a aquisição da alimentação escolar do produtor rural. Reestruturação e expansão do Programa de Promoção da Permanência e Conclusão do Ensino Médio por Alunos em Situação de Risco Social para os demais Territórios. Jogos Estudantis JEMG precisam ser aprimorados e contar com maior apoio, material e recursos do Estado em todas as suas fases. Retorno do Minas Olímpica nas Escolas Estaduais com atuação dos professores de Educação Física, extra turno de modo que não comprometa o calendário escolar. O apoio deve estender-se ao transporte dos alunos para os Jogos.
- Infraestrutura nas escolas: Construção de escolas e melhoria da infraestrutura escolar (mobiliário adequado para os ambientes de aprendizagem e de convivência; Equipamentos que garantam acessibilidade; Auditórios para solenidades; Construção de refeitórios; Construção de laboratórios específicos; Transportes para atividades extraclasse; Climatização das escolas; Equipamentos de segurança nas escolas; Construção de biblioteca); Equipamentos de segurança nas escolas.
- Valorização, formação e capacitação dos profissionais de educação: Aplicar o piso salarial para todos os servidores da

Educação. Formação e Capacitação de profissionais da educação, inclusive mestrado. Promover a igualdade entre as carreiras dos funcionários da Educação do Estado (escolas militares possuem melhores condições). Inclusive questões da aposentadoria.

- Educação no campo: Criação de novos campi de Institutos Federais com cursos voltados para Educação no Campo. Implantação da Escola Agrícola em cada um dos microterritórios. Implantação de programas voltados para educação contextualizada com a realidade do campo.

- Oferta de cursos técnicos e profissionalizantes: Cursos Técnicos do Pronatec em Escolas Estaduais e profissionalizantes para todos os Microterritórios da região.

- Quadro de profissionais nas escolas: Psicólogos, assistentes sociais e equipes de atenção à saúde escolar nas escolas. Ampliação do quadro de pessoal para contratação de coordenador de turno, para acompanhar a movimentação de alunos no ambiente escolar. Especialistas para acompanhar alunos com necessidades especiais. Ampliação do quadro de nutricionistas nas escolas estaduais.

- Contratação de vigia diurno para garantir a segurança pessoal e do patrimônio das escolas.

- Educação em tempo integral: Construir escolas e melhorar espaço físico das escolas existentes para implantação da educação em tempo integral.

- Articulação com Instituições de Ensino Superior: Extensão do Campus da UEMG nos Microterritórios (Governador Valadares, Mantena, Resplendor e Sta Maria do Suaçuí). Articulação política entre estado, município e governo federal para retomada das obras do Campus da UFJF-GV e acesso as mesmas (asfaltamento). Articulação para criação de novos cursos, inclusive engenharias.

Articulação para implantação de pólos de EaD em todos os Microterritórios.

- Currículo escolar: Diretriz para planejamento das disciplinas, integrar PCN com CBC. Revisão do Sistema de Avaliação.

- Organização do Sistema Escolar: Reduzir o número de alunos por sala de aula, cumprindo a legislação atual. Volta do ensino regular noturno com maior flexibilidade favorecendo o acesso do educando. Implantar Superintendência de Ensino em Conselheiro Pena.

- Fortalecimento das políticas públicas de cultura: Descaso do Poder Público para com o desenvolvimento artístico e cultural. Rever repasse para incentivar as atividades culturais. Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura.

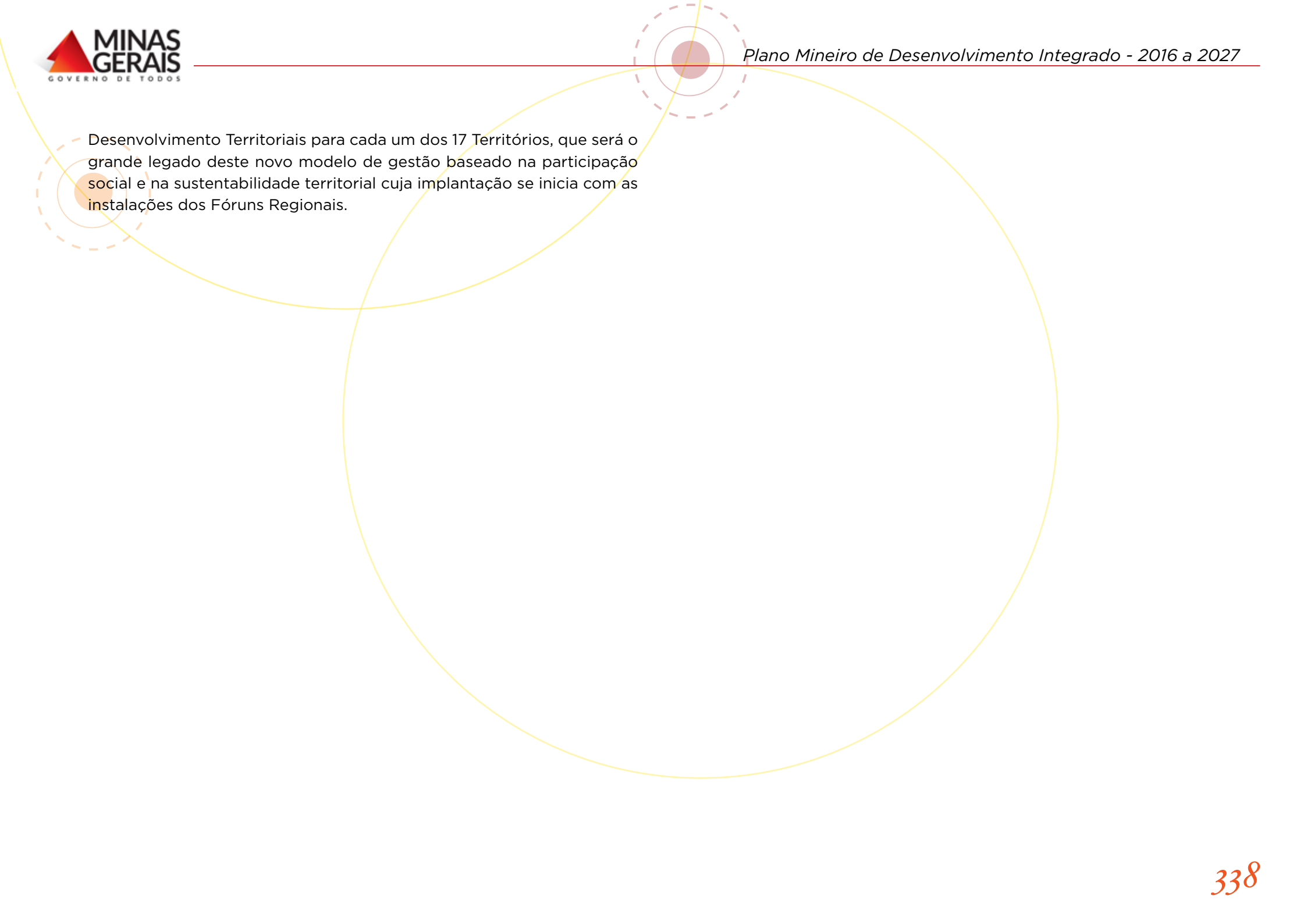
- Construção de espaços culturais: Fomentar os pontos de cultura regionais. Criação de centro de convenções culturais e artísticas Microrregional.

- Descentralização de projetos culturais e das políticas de cultura, distribuindo os editais por todo o Estado.

- Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da região: Preservação do Patrimônio Histórico da Região.

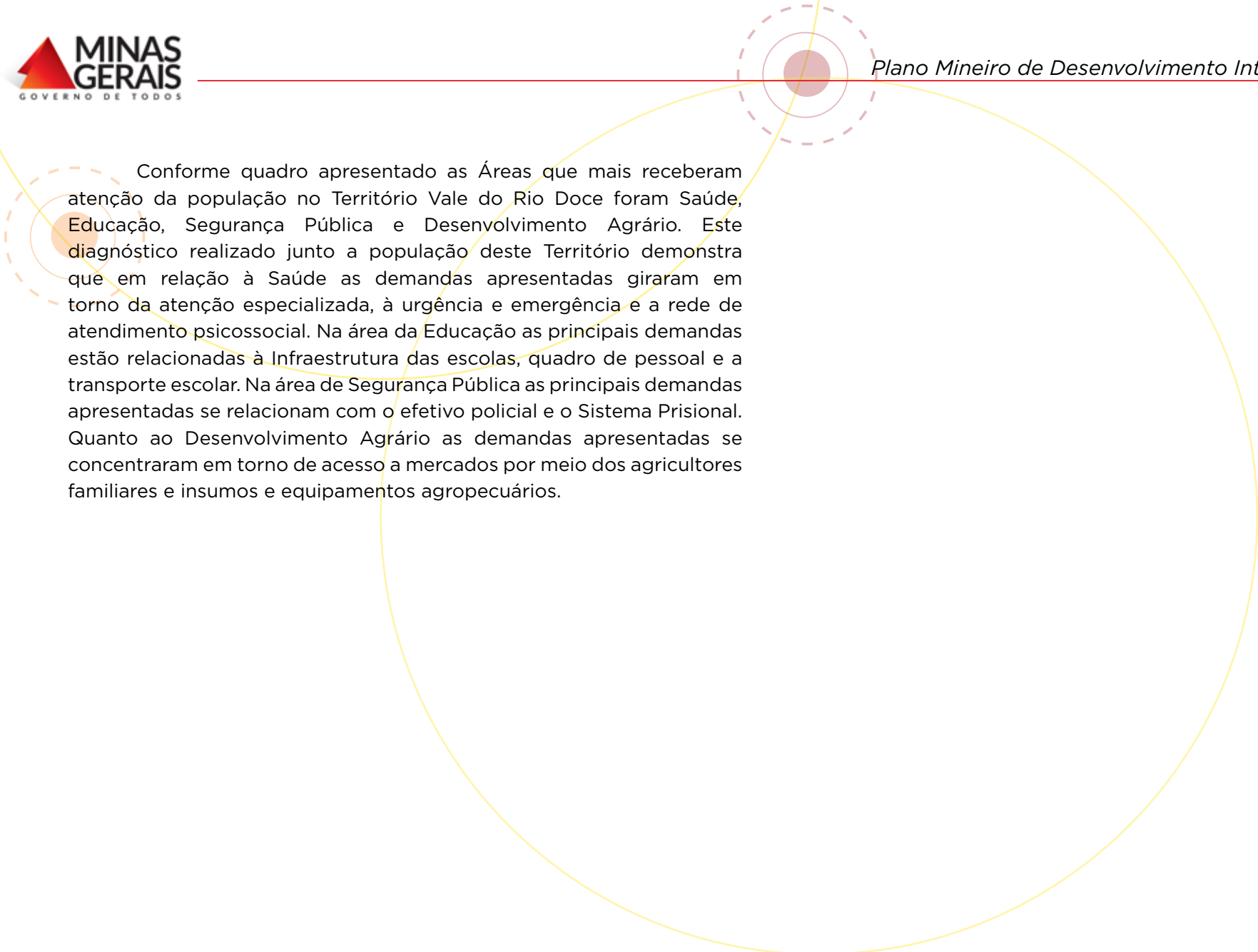
- Cultura nas Escolas: Realizar oficinas e projetos culturais nas escolas.

Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território do Vale do Rio Doce. Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios. Ademais está sendo proposto a elaboração de Planos de



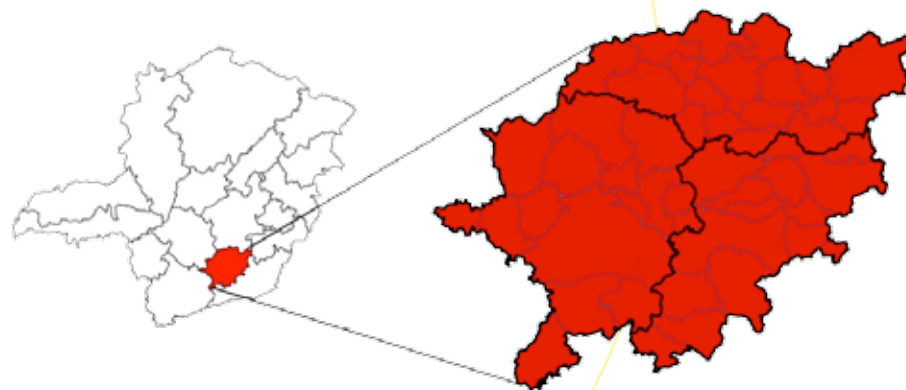
Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	20	5	0	0	0	25
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2	0	0	0	5	7
Cultura	0	0	1	0	8	9
Defensoria Pública	0	0	1	1	0	2
Demais	8	10	7	2	0	27
Desenvolvimento Agrário	38	0	3	0	0	41
Desenvolvimento Econômico	22	1	1	0	1	25
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	9	15	0	0	0	24
Desenvolvimento Social	3	0	17	0	0	20
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	2	2	8	0	0	12
Educação	10	2	2	3	51	68
Esportes	1	0	12	0	0	13
Finanças Públicas	11	0	0	0	0	11
Governo	4	1	0	0	1	6
Meio Ambiente	27	2	2	0	3	34
Planejamento e Gestão do Estado	3	1	0	0	0	4
Saúde	0	4	71	0	0	75
Segurança Pública	1	2	1	36	1	41
Transportes e Obras Públicas	2	27	0	1	0	30
Turismo	12	0	0	0	0	12
Total	175	72	126	43	70	486



Conforme quadro apresentado as Áreas que mais receberam atenção da população no Território Vale do Rio Doce foram Saúde, Educação, Segurança Pública e Desenvolvimento Agrário. Este diagnóstico realizado junto a população deste Território demonstra que em relação à Saúde as demandas apresentadas giraram em torno da atenção especializada, à urgência e emergência e a rede de atendimento psicossocial. Na área da Educação as principais demandas estão relacionadas à Infraestrutura das escolas, quadro de pessoal e a transporte escolar. Na área de Segurança Pública as principais demandas apresentadas se relacionam com o efetivo policial e o Sistema Prisional. Quanto ao Desenvolvimento Agrário as demandas apresentadas se concentraram em torno de acesso a mercados por meio dos agricultores familiares e insumos e equipamentos agropecuários.

Perfil Territorial: Vertentes



Município	Micro Território
Alfredo Vasconcelhos	Barbacena
Alto Rio Doce	
Antônio Carlos	
Barbacena	
Capela Nova	
Carandaí	
Cipotânea	
Desterro do Melo	
Ibertioga	
Paiva	
Ressaquinha	
Santa Bárbara do Tugúrio	
Santa Rita de Ibitipoca	
Santana do Garambéu	
Senhora dos Remédios	

Município	Micro Território
Caranaíba	Conselheiro Lafaiete
Casa Grande	
Catas Altas da Noruega	
Congonhas	
Conselheiro Lafaiete	
Cristiano Ottoni	
Desterro de Entre Rios	
Entre Rio de Minas	
Itaverava	
Jeceaba	
Lamim	
Ouro Branco	
Piranga	
Queluzito	
Rio Espera	
Santana dos Montes	
São Brás do Suaçuí	
Senhora de Oliveira	

INTRODUÇÃO

Município	Micro Território
Barroso	São João Del Rei
Conceição da Barra de Minas	
Coronel Xavier Chaves	
Dores de Campos	
Ibituruna	
Lagoa Dourada	
Madre de Deus de Minas	
Nazareno	
Piedade do Rio Grande	
Prados	
Resende Costa	
Ritópolis	
Santa Cruz de Minas	
São João Del Rei	
São Tiago	
São Vicente de Minas	
Tiradentes	

Visando aprimorar o planejamento das ações governamentais, aproximando-as do contexto local, o Governo de Minas Gerais dividiu o estado em 17 Territórios de Desenvolvimento que consistem em espaços de desenvolvimento econômico e social, formados por um conjunto de municípios, nos quais se organizam pessoas e grupos sociais, enraizados por suas identidades e culturas.

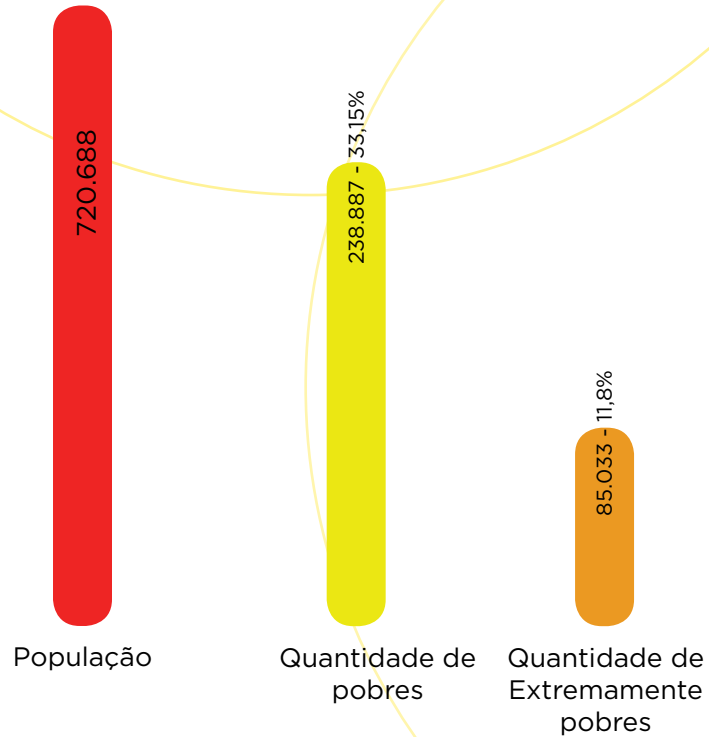
O Território de Desenvolvimento Vertentes é composto por 50 municípios distribuídos em 6 Microterritórios e conta com a população total de 723.489 habitantes. A extensão territorial é de 15.104,78 Km² e os municípios mais populosos são Barbacena (134.167), Conselheiro Lafaiete (124.574) e São João del Rei (89.011); e os menos populosos são Paiva (1.587), Queluzito (1.942) e Casa Grande (2.309).

O Território Vertentes faz fronteira com os Territórios Sul, Oeste, Metropolitano, Caparaó e Mata.

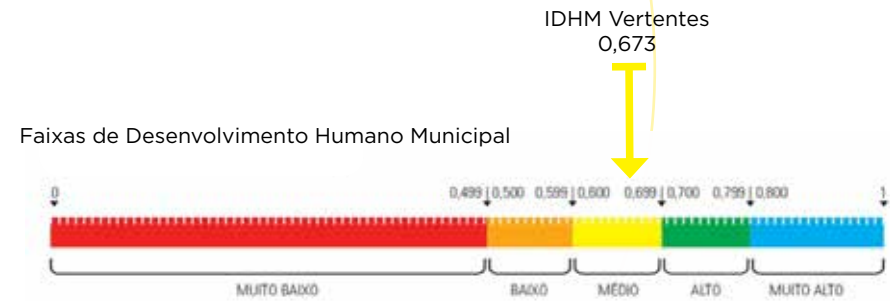
Neste Território a População Rural corresponde a aproximadamente 18% e a População Urbana representa 82% da população total, proporção que se aproxima daquela apresentada pelo estado de Minas Gerais como um todo (15% de População Rural e 85% de População Urbana). O Território Vertentes apresenta a 5ª maior densidade demográfica do estado (47,90).

Com relação à proporção de pobres e extremamente pobres no Vertentes, a região tem a oitava maior taxa de proporção de extremamente pobres (11,8%) e a nona maior taxa de proporção de pobres (33,15%) do Estado.

VERTENTES



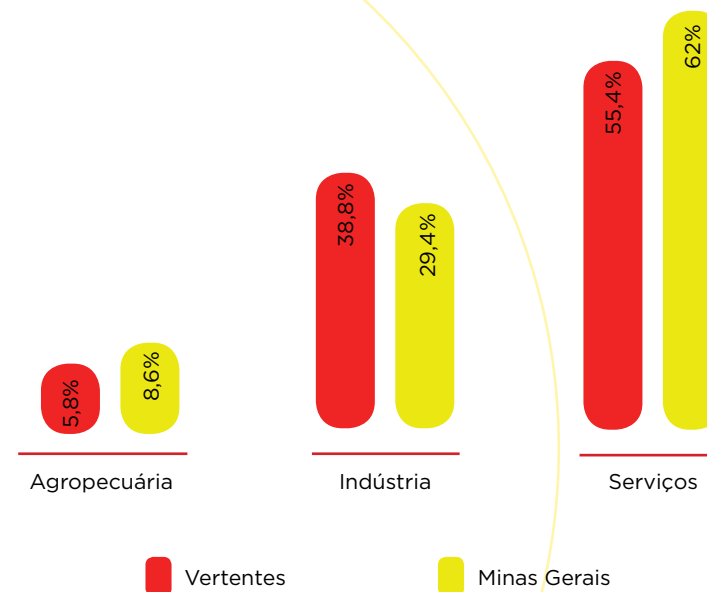
O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que avalia as dimensões Renda, Educação e Expectativa de vida para o Território Vertentes é de 0,673. Destacam-se como municípios com alto desenvolvimento humano (0,700 até 0,799): São João Del Rei; Barbacena e Conselheiro Lafaiete. A figura abaixo aponta o IDHM do território.



EIXO1-DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

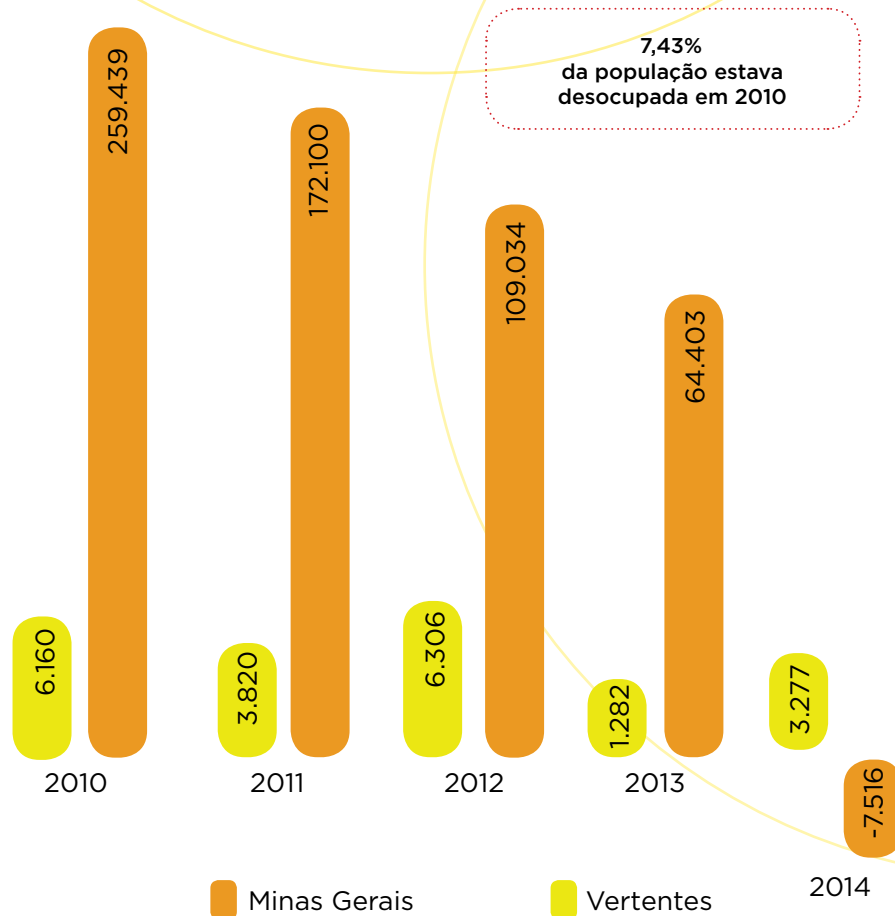
A participação do Território Vertentes no PIB estadual é de 3%, segundo os dados do IBGE, em 2012. O gráfico abaixo apresenta a composição do PIB do Território em comparação ao Estado de Minas Gerais. O território Vertentes possui uma população rural composta por 132.349 habitantes, o que corresponde a 18,29% da sua população total. O setor agropecuário corresponde a 5,8% do PIB no território. Os principais produtos produzidos no território são leite (R\$ 355,1 milhões), milho (R\$ 162,4 milhões) e feijão (R\$ 86,1 milhões). Com relação à produção agropecuária, a Lavoura Permanente movimenta cerca de R\$ 78,9 milhões de reais (correspondente à 5ª menor do estado); a Lavoura Temporária R\$ 412 milhões (8ª maior do estado); e a Pecuária movimenta R\$ 363,2 milhões (6ª menor de Minas Gerais).

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB (VALOR ADICIONADO)



O saldo de empregos formais criados apresentou em 2014 um valor positivo revertendo uma tendência decrescente dos dois anos anteriores e mesmo o Estado tendo apresentado um valor negativo.

SALDO DE EMPREGOS FORMAIS CRIADOS



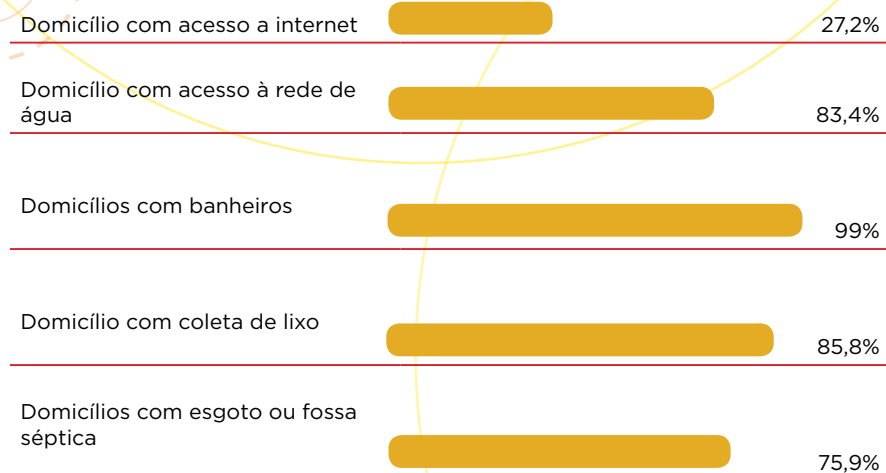
Este território é sede de três Circuitos Turísticos: Nascente do Rio Doce (em Cipotânea); Trilha dos Inconfidentes (em São João Del Rei); Villas e Fazendas de Minas (em Conselheiro Lafaiete). Há também municípios pertencentes aos Circuitos Serra do Ibitipoca e Ouro. O município de São João Del Rei também faz parte dos destinos prioritários para o turismo estadual, denominado como destino indutor pelo governo estadual e o município de Tiradentes é considerado como destino prioritário para o turismo nacional pelo governo federal.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação ao abastecimento de água, que é uma das condições que determina a inadequação domiciliar, pois é uma carência de infraestrutura, o Território de Desenvolvimento Vertentes se encontra numa situação precária, sendo o quinto com menor atendimento, estando abaixo da média estadual, tendo, em média, 83,4% da população atendida.

No que diz respeito à população atendida com serviços de coleta de lixo, esse Território se encontra numa situação intermediária, estando um acima da média estadual e tendo, em média, 85,8% da população atendida.

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS
VERTENTES



Em relação aos domicílios com esgotamento sanitário adequado, esse Território se possui uma realidade onde 75,9% das casas possuem esse atendimento.

No que concerne à população em domicílios com acesso a energia elétrica, esse Território se encontra na média estadual, tendo, aproximadamente, 97,5% da população atendida. Em relação à realidade interna, esse apresenta o terceiro maior desequilíbrio na diversidade interna, tendo municípios entre 83% e 100% com população atendida.

No território estão presente três aeródromos nos municípios de Barbacena, Conselheiro Lafaiete e São João Del Rei. Existe um balanço rodoviária localizada na BR 383- KM 29 no trecho entre Entrº BR 040 B p/Congonhas - São Brás do Suaçuí. As principais rodovias do território são: BR 383 e BR 265 (rodovias federais); MG 155 e MG 270 (rodovias estaduais) e BR 040 e BR 381 (rodovias concessionadas pela união).

EIXO 3 - SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Existem, nesta região, 92.205 famílias cadastradas no CadÚnico (Cadastro de Programa Sociais do Governo Federal), sendo que, destas, 45.604 famílias são pobres (renda per capita familiar menor que R\$ 154,00) e 36.940 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (fonte: CadÚnico março/2015 e CAIXA/2015).

Na área de Saúde, no que diz respeito à Atenção Básica, ordenadora das redes de atenção, o território conta com um total de 199 Equipes de Saúde da Família distribuídas entre os seus 50 municípios, conforme dados de junho de 2015 obtidos pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN. Esse território conta com uma Cobertura Populacional de 94,46% na Atenção Básica, utilizando-se o parâmetro adotado pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da SES/MG de 3.450

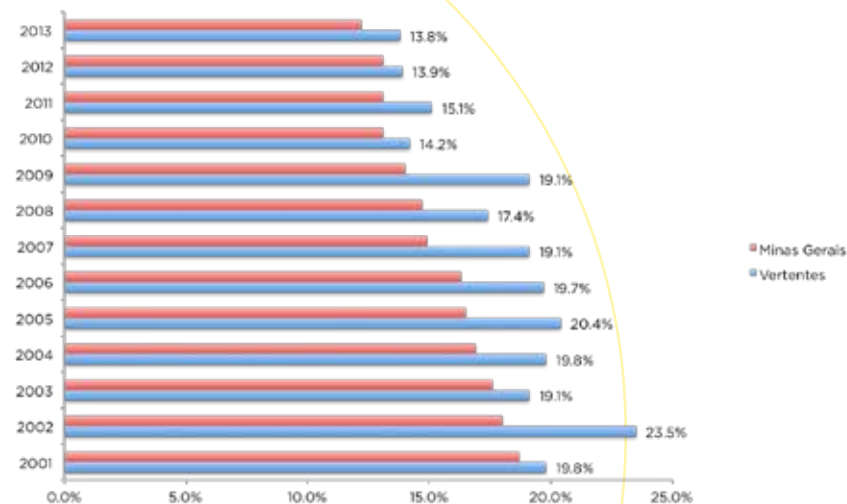
habitantes por equipe, sendo superior à média estadual que é de 91,41%.

No que se refere à oferta de atenção secundária e terciária, por sua vez, que visa atender os principais agravos da população que demandam atendimento especializado e recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico, o território conta com 38 hospitais de abrangência municipal ou microrregional. O território conta também com 1 hospital geral (Complexo de Hospitais Gerais) e 1 centro hospitalar psiquiátrico (Complexo de Saúde Mental), ambos no município de Barbacena e pertencentes à rede FHEMIG. Do ponto de vista da disponibilidade dos leitos SUS, a Portaria GM 1101/2002 prevê o parâmetro de 3 leitos por 1000 hab/ano, sendo que essa proporção no território é de 1,91.

Por fim, tratando-se da oferta do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Estado adota a estratégia de implantação do SAMU regionalizado em todas as Regiões Ampliadas de Saúde do Estado. A construção e o funcionamento do serviço são fruto da parceria entre o Estado, Ministério da Saúde e Municípios. A Região Ampliada de Saúde Centro-Sul, que abrange o território Vertentes, já conta com o serviço implantado, tendo como sede do SAMU o município de Barbacena.

A mortalidade infantil constitui-se num dos principais indicadores do nível de saúde da população. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Em Minas Gerais, foram registrados 3.142 óbitos de crianças menores de um ano, resultando em Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) de 12,2 por 1.000 nascidos vivos em 2013. Neste mesmo período, no território Vertentes, a TMI foi de 13,8 por 1.000 nascidos vivos.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: Ministério da Saúde

Morte materna se refere ao óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, não sendo considerada quando causada por fatores acidentais ou incidentais. Proporções elevadas do indicador Razão de Mortalidade Materna são indicativas de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade. A meta estabelecida para o Brasil nos Objetivos do Milênio é de reduzir para uma razão de 35 mortes por 100.000 nascimentos até 2015. Em Minas Gerais, essa razão era de 47,56 por 100.000 nascimentos em 2013. O território Vertentes está abaixo da média estadual, com 35,3, apesar de ainda não cumprir a meta preconizada nos Objetivos do Milênio.

EIXO 4 - SEGURANÇA PÚBLICA

No Território de Desenvolvimento de Vertentes, as taxas de homicídios são relativamente baixas se comparado com outros territórios. Contudo, vem apresentando gradativo viés de alta, com aumento proporcionalmente expressivo nos últimos anos. No ano de 2014 o território apresentou uma taxa de 102,08 crimes violentos e 8,13 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, de acordo com o Centro Integrado de Informações de Defesa Social/SEDS.

Crimes Violentos em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
521,35

Vertentes
102,08

Taxa de Homicídios em 2014

De cada 100 mil Habitantes

Minas Gerais
20,3

Vertentes
8,13

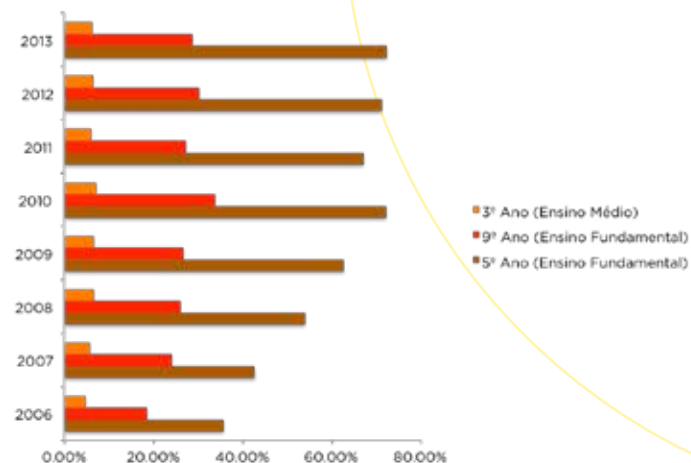
Fonte: CINDS SEDS / MG

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

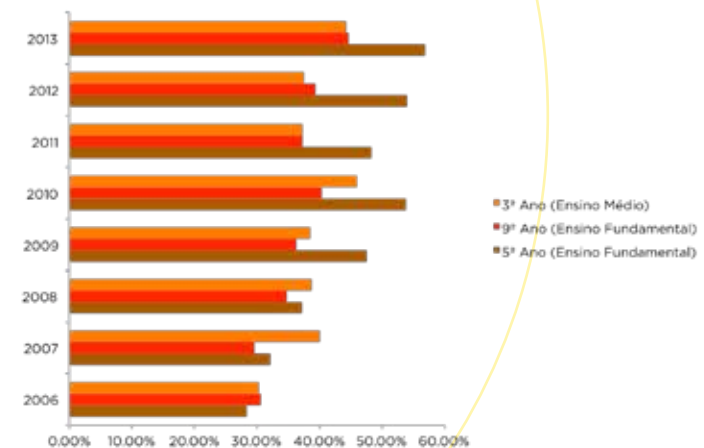
O território das Vertentes apresenta a maior cobertura do estado no atendimento às crianças e adolescentes (de 6 a 14 anos). O reflexo dessa boa cobertura pode ser observado na instrução da população local. Dos habitantes de 15 a 17 anos, 58% tem Ensino Fundamental completo, e dos jovens de 18 a 24 anos 49% possui Ensino Médio completo.

Quanto aos indicadores da Educação Básica, o PROEB 2013 evidencia, que no 5º ano do Ensino Fundamental, 56,81% dos alunos atingiram o nível recomendável em Língua Portuguesa e 72,31% estão no nível recomendável em Matemática nesta mesma etapa de ensino. A avaliação do 3º ano do Ensino Médio revela índices preocupantes, com apenas 44,18% dos alunos no nível recomendável em Português e 6,25% em Matemática.

O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM MATEMÁTICA



O DESEMPENHO DOS ALUNOS EM PORTUGUÊS

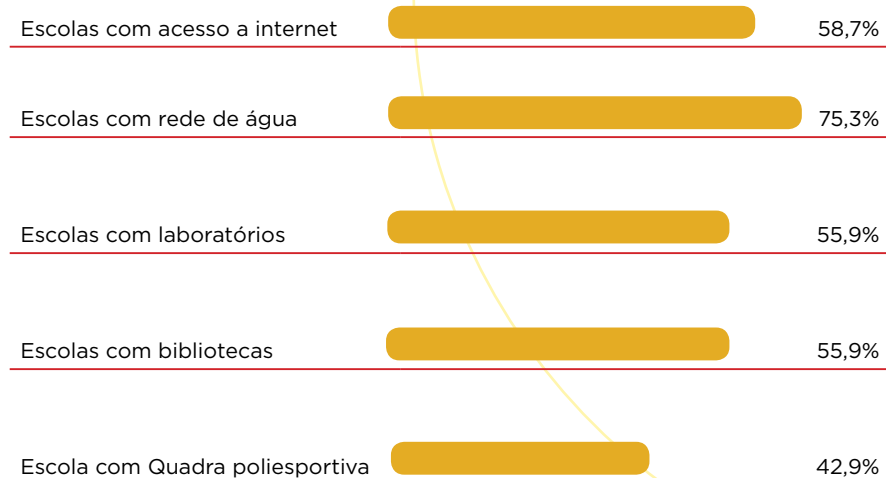


	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
5º Ano	28.33%	32.13%	37.24%	47.62%	53.77%	48.32%	53.98%	56.81%
9º Ano	30.61%	29.50%	34.73%	36.24%	40.39%	37.34%	39.34%	44.67%
3º Ano	30.26%	40.00%	38.75%	38.56%	45.97%	37.34%	37.54%	44.18%

A taxa de analfabetismo total no território é de 13% na zona rural e 5,3% na zona urbana. Destaca-se que 6,3% da população tem ensino superior completo. A maior parte da população (60,5%) é sem instrução ou tem ensino fundamental incompleto.

Com relação à infraestrutura das escolas da rede pública, das 564 escolas presentes no território, 39% não tem acesso à internet, 42% não tem biblioteca, 44% não tem laboratório, 56,4% não tem quadra poliesportiva e 23,9% não tem rede de água.

INFRAESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS VERTENTES



O patrimônio histórico e cultural desse território é um dos mais ricos de Minas Gerais, com destaque para as cidades de Congonhas, São João Del Rei e Tiradentes que, além dos tombamentos nas três esferas de governo de edificações, conjuntos e núcleos históricos, estão inseridas na área de proteção do registro federal da Linguagem dos Sinos.

FÓRUNS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Governo do Estado de Minas Gerais implantou os Fóruns Regionais de Desenvolvimento com o intuito de buscar instituir um canal de comunicação junto à sociedade, promovendo a escuta e o diálogo visando conhecer melhor os problemas e as demandas sociais e buscar, de forma participativa, as melhores soluções para a população. Em cada um dos Territórios de Desenvolvimento foi instituído pelo Governador Fernando Pimentel um Fórum Regional de Desenvolvimento onde, na segunda etapa, é aberta a escuta à sociedade, que tem a oportunidade de apresentar os problemas e as demandas para o seu Território. Diferentes grupos da sociedade têm participado dos Fóruns, incluindo representantes do Governo do Estado, de órgãos federais, prefeitos, vereadores, entidades empresariais e sindicais e representantes do poder legislativo estadual e federal. Além, claro, de toda a sociedade civil organizada e cidadãos de Minas Gerais.

Os Fóruns Regionais constituem um elo entre o poder público e a população. A partir desses encontros, o Governo de Minas Gerais terá condições de elaborar e implementar políticas públicas que respeitem as características e especificidades de cada região. Esse é o caminho escolhido pelo Governo de Minas Gerais para que, juntos, todos promovam uma Minas Gerais mais justa e integrada. Apresentamos abaixo as demandas sociais priorizadas pelos

participantes no segundo encontro do Fórum Regional do Vertentes realizado em Barbacena no dia 12 de agosto de 2015. O encontro contou com a participação de 550 inscritos. No total, 948 problemas e demandas foram discutidos e apresentados pela população.

EIXO 1 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

- Criação de cinturão para incentivar os fornecedores locais e atender as grandes organizações da região, abrangendo e promovendo inclusive a cadeia produtiva da economia popular solidária.
- Fomentar a atividade turística por meio do investimento em infraestrutura, sinalização turística e rural, capacitação, promoção e feiras, estradas rurais e estruturação dos atrativos turísticos por meio de um Fundo Estadual de Turismo que repasse recursos para os municípios por meio de projetos.
- Incentivo à Economia Popular Solidária, por meio de subsídio aos municípios para apoio aos projetos locais relacionados (bolsa, transporte, ponto fixo de venda).
- Aumento da alíquota do ICMS Turístico, de 0,01% para 1%.
- Fomento aos distritos industriais na região.
- Inserir o território das Vertentes na política estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, inclusive por meio do programa Minas Digital, permitindo que a tecnologia chegue também aos agricultores familiares.
- Criação de 5 Centros de Referência (Barbacena, São João, Conselheiro Lafaiete e outros municípios que desenvolveram lei, conselho, a política pública) para o trabalhador

com geração de serviços de qualificação profissional, e implantação de pontos fixos de comercialização de economia solidária (existe um fórum territorial da Economia Popular Solidária que atua desde 2002). Estejam integradas no mesmo equipamento: intermediação de mão de obra, captação e administração de vagas, habilitação do seguro desemprego, emissão de carteira de trabalho e previdência social, pré-inscrição para o PRONATEC e outras iniciativas de qualificação profissional, orientação a jovens e adultos para as diversas oportunidades profissionais, considerando, além da escolaridade, qualificação e experiências, diagnósticos de suas habilidades e outras competências transversais;

- o Central de prestação de serviços autônomos;
- o Orientação ao micro empreendedorismo individual;
- o Orientação e oferta de microcrédito produtivo e orientado.
- Fomento à instalação de plataformas logísticas (centros de distribuição) em pontos estratégicos do território para escoamento da produção.
- Incentivo ao desenvolvimento do Consórcio Alto do Paraopeba como promotor de desenvolvimento econômico para a região.
- Implantação de unidades de produção coletiva (cozinhas) nos locais onde existem cadeias produtivas de agroindústria (Conselheiro Lafaiete, Barbacena, São João Del Rei).
- Fomentar a constituição de consórcios regionais no território das vertentes, por meio do subsídio técnico e financeiro aos municípios, tendo em vista o cumprimento das legislações vigentes sobre resíduos sólidos, coleta seletiva e aterros

sanitários, investindo na reciclagem por meio da instalação de usinas de reciclagem e do incentivo às empresas de reciclagem, buscando fortalecer e facilitar o tratamento dessas temáticas em cada município.

- Abastecimento de água, drenagem pluvial e construção de estações de tratamento de água e esgoto, com assinatura de pacto pelo saneamento e ampliação da coleta e análise da qualidade da água para consumo humano.

- Facilitar e agilizar o licenciamento ambiental no território das vertentes, principalmente no trato das questões relativas aos produtores rurais, com fortalecimento da atuação do sistema, por meio de investimentos, infraestrutura e a criação de superintendências regionais, respeitando os microterritórios das vertentes.

- Preservar a biodiversidade e as águas, criando novas unidades de conservação e implementando as já criadas e criando corredores ecológicos, passagens para fauna em rodovias e centros de triagem de animais silvestres (cetas).

- Despoluição e desassoreamento dos rios e reflorestamento das áreas de preservação permanente da região, além de auxílio, pagamento e incentivo fiscal aos proprietários rurais por serviços ambientais, buscando a proteção de nascentes e mananciais, integrando a conservação de biomas locais.

- Ampliação do acesso à assistência técnica na região, especialmente por meio do fortalecimento da Emater.

- Apoio à produção sustentável, com foco na cadeia do leite, na silvicultura (extinção da taxa florestal) e na apicultura, combatendo o uso de agrotóxicos e fomentando a agroecologia e a produção orgânica, com apoio à produção e à certificação, em parceria com o CEREST, a Secretaria de Estado de Saúde e as

Prefeituras.

- Mapear e identificar as terras devolutas e promover a regularização fundiária rural, tendo em vista o aumento do acesso dos agricultores familiares aos mercados e às políticas públicas, promovendo a revisão do módulo rural.

- Adequação da legislação sanitária e implantação do sistema de inspeção regional, com foco na facilitação ao pequeno produtor, principalmente para as agroindústrias.

- Criação de espaços de comercialização dos produtos da agricultura familiar e o artesanato rural, com instalação de pontos fixos e de feiras livres no território das Vertentes.

EIXO 2 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Implantação de pavimentação dos trechos:

- o Bias fortes/Barbacena;
- o São Tiago/Rezende Costa/Lagoa Dourada;
- o Contorno de São João Del Rei/Santa Cruz de Minas;
- o São João Del Rei/Piedade do Rio Grande;
- o Contorno de Lagoa Dourada;
- o Contorno de Prados/Dores de Campos;
- o Santa Rita do Ibitipoca/Ibertioga/Piedade do Rio Grande;
- o Barroso/Ibertioga;
- o Carandaí/Lagoa Dourada;
- o Alto Rio Doce/Dores do Turvo/Divinésia/Paula Cândido (MG 280);
- o Asfalto entre as cidades Conselheiro Lafaiete, Santana dos Montes, Rio Espera e Cipotânea;
- o Rio Espera e Santana dos Montes, interligando a São

Vicente de Paula - Conselheiro Lafaiete.

- Promover programas para a manutenção de vias municipais e estradas rurais com o fornecimento de equipamentos, inclusive para substituição de pontes de madeira.
- Construção de conjuntos de habitação popular, subsidiados pelo governo estadual:
 - o Levantar áreas disponíveis e retomar a política de regularização fundiária e habitação para trabalhadores rurais e agricultores familiares.
 - o Realizar convênios com as entidades Movimentos Populares de Moradia habilitadas para construção de unidades habitacionais através de autogestão.
 - o Implementação no Estado de Minas Gerais da lei federal de assistência técnica (11.888).
- Extensão da rede ferroviária até as cidades de Barroso e Lavras, e implantação de porto seco junto à Ferrovia do Aço na região das vertentes, verificando inclusive a possibilidade de transporte de passageiros e a retificação da rede ferroviária em pontos críticos (BR-040 - Carandaí).
- Apoiar os municípios para a implantação de consórcios para coleta e destinação de resíduos sólidos e usina de reciclagem, com atenção para os prazos previstos na política nacional de resíduos sólidos.
- Apoio do Governo do Estado no encaminhamento de requerimento ao Governo Federal para duplicação da BR 265, com o objetivo de reduzir o número de acidentes e garantir melhor escoamento da produção regional.
- Retirada de pontos críticos:
 - o Alargamento de pontes trecho : Dores /Prados (pontes)
 - o Alargamento de pontes MG - 338 -Barbacena /Ibertioga

(pontes)

- o Alargamento ponte Queluzito
- o Duplicação do trecho entre São João Del Rei/Jeceaba
- o Construção da passagem de nível (viaduto) entre Cristiano Ottoni, Santana dos Montes, Caranaíba
- o Passagem inferior RFFSA Senhora dos Remédios MG 420
- o Passagem inferior RFFSA Senhora das Dores MG 265
- o Passagem Inferior RFFSA Sá Fortes MG 135 Barbacena / Antônio Carlos
- Mobilidade urbana e acessibilidade:
 - o aumento da fiscalização estadual sobre o transporte urbano;
 - o garantia de estrutura adequada, tanto nos pontos quanto na quantidade de frota;
 - o garantir alternativas de transporte nos locais em que não há o serviço convencional;
 - o apoio para elaboração de planos municipais de transporte
 - o programa para criação de ciclovias;
 - Instituir consórcio microrregional abrangendo os municípios conurbados (com continuidade urbana) limítrofes entre si: Tiradentes, Santa Cruz de Minas, Ritápolis, São João Del Rei e Coronel Xavier Chaves nos termos previstos nos artigos 42 a 49 da Constituição do estado de Minas Gerais. Os municípios citados estão interligados social e economicamente.
 - Garantir acessibilidade adequada nos prédios públicos. Não existe acessibilidade nem mesmo para os funcionários com deficiência.

EIXO 3 – SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

- Construir um Hospital Regional na Região de São João Del Rei. Conclusão da obra, aquisição e instalação de equipamentos para início de funcionamento do Hospital Regional de Conselheiro Lafaiete. Ampliação do Hospital Regional de Barbacena. Financiamento da construção de espaço físico, no Hospital Ibiapaba, para instalação do serviço de radioterapia, fortalecendo a Rede de Cuidados ao Paciente Oncológico. Implantar um centro de atendimento multiprofissional em Barbacena. Credenciamento do serviço de radioterapia da Santa Casa de São João Del Rei, que já se encontra em funcionamento. Criação de uma Política Estadual para garantir o funcionamento dos Hospitais de Pequeno Porte (HPP), como IMAP, Hospital Santana de Carandaí, Instituto Nossa Senhora do Carmo de Barroso e os demais da região. Convênio, credenciamento dos serviços de neurologia da Fundação Hospitalar de Ouro Branco e implantação da Rede Cegonha no hospital Queluz em Conselheiro Lafaiete. Vocacionar HPP para cirurgias eletivas. Elaboração de uma nova política para a Rede de Urgência e Emergência (RUE) em conformidade com a situação assistencial de cada Unidade Integrante da rede de saúde da Região Ampliada Centro Sul e disponibilização de mais uma USB para Ouro Branco e Congonhas e uma USA Conselheiro Lafaiete. Estruturar o serviço de neonatologia nos Hospitais Raymundo Campos, Queluz e São Vicente.

- Garantir custeio das APAEs, dando continuidade e ampliação aos atendimentos multiprofissionais necessários as pessoas com necessidades especiais.

- Investimento e Ampliação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da região de saúde de São João Del Rei, incentivando a implantação de políticas Públicas para prevenção ao uso de álcool, crack e outras drogas e Redução de Danos em todos os municípios da região de São João Del Rei. Implantação de Centros de Tratamento para dependentes químicos.

- Financiamento dos novos leitos de UTI conforme já aprovado no PAR, abrangendo a ampliação dos leitos de UTI pleiteados para o Hospital N. Sra. das Mercês, leitos em Ibiapaba, Santa Casa de Misericórdia de Barbacena, Hospital Regional de Barbacena, Hospital e Maternidade São José em Conselheiro Lafaiete e Hospital Bom Jesus, em Congonhas

- CEREST – Descentralização dos serviços para os municípios polo, com implantação do CEREST em São João Del Rei e Conselheiro Lafaiete e ampliação dos serviços já existentes. Implantar um horário diferenciado para atender o trabalhador no CEREST/Barbacena. Implantar Projeto Hora do Trabalhador em todos os municípios da Região Ampliada de Saúde Centro Sul (atendimento de atenção básica em horário diferenciado); Criação de um Núcleo de Referência em Saúde do trabalhador em São João Del Rei e municípios da região ampliada;

- Implantação dos Centros de Especialidades Multiprofissionais com Centro de Apoio Diagnóstico Regional, Centro Hiperdia, Centro Viva Vida de Referência Secundária, com custeio tripartite, nos municípios de Barbacena, Conselheiro Lafaiete e São João Del Rei. No caso de Barbacena, utilizando o prédio construído para a UPA. Criação de Centro de Referência de Saúde Bucal – CEO, nas regiões e Barbacena e São João Del Rei.

- Revisão física e financeira da PPI com realocação dos

tetos de média e alta complexidade. Atualmente, a pactuação sobrecarrega os municípios, sendo necessário maior aporte financeiro pelo estado.

- Construção da sede própria da Fundação Hemominas em São João Del Rei. PACE – Implantar Posto Avançado de Coleta Externa nos municípios polo de Barbacena e Conselheiro Lafaiete.
- Lei que prevê aporte mínimo de 15% dos recursos do Orçamento Estadual;
- Construção do serviço de Verificação de Óbito em São João Del Rei em parceria com a UFSJ para atender toda a região ampliada Centro Sul.
- Abertura de campos para futebol amador.
- Implantação de academias ao ar livre
- Implantar campos de futebol nas zonas rurais.
- Construção de estádios municipais
- Incentivo ao futebol amador (categorias de base e escolinhas).
- Garantir no mínimo 5% do orçamento do estado a política de assistência social (Território das Vertentes).
- Criar CREAS regionais para atender os municípios de porte 01 e 02.
- Regionalizar o Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade para atender os municípios de porte 01 e 02.
- Criação do centro de referência da juventude em Barbacena – São Joao Del Rei e Conselheiro Lafaiete que atendam os jovens em situação de risco em todas as micros regiões das vertentes
- Instalar 3 centros de referência em direitos humanos nos moldes que já existe na secretaria de direitos humanos do governo federal em cada uma das cidades do território das vertentes, a

saber, Barbacena São João Del Rei e Conselheiro Lafaiete.

- Reajuste do cofinanciamento do Estado destinados à assistência Social com a realização de concurso público para nível médio e superior para compor e ampliar as equipes atingindo o nível de 60% dos trabalhadores com vínculo de servidor estatutário ou empregado público conforme o Pacto de Aprimoramento das SUAS, previsto na NOB-RH SUAS de 2012 para o quadriênio 2014/2017.
- Financiamento pelo Estado dos serviços socioassistenciais prestados pelas APAES do território das vertentes.
- Criação e implementação do Centro Pop regional para atendimento a população em situação de rua, nos territórios das vertentes, a saber, Barbacena, Conselheiro Lafaiete e São João Del Rei.
- Destinação de recursos humanos e financeiros para construção e implementação de equipamentos públicos sociais, locais e regionais de proteção social básica e especial a mulher, pessoa idosa.
- Destinação de recursos humanos e financeiros para construção e implementação de equipamentos de atenção aos usuários de álcool e outras drogas e seus familiares articulados a política e a rede pública de saúde,
- Garantir em lei, no mínimo de 20% dos 5% do orçamento do estado, para manutenção e execução de projetos, da proteção social básica e especial nos municípios, para entidades não governamentais.

EIXO 4 – SEGURANÇA PÚBLICA

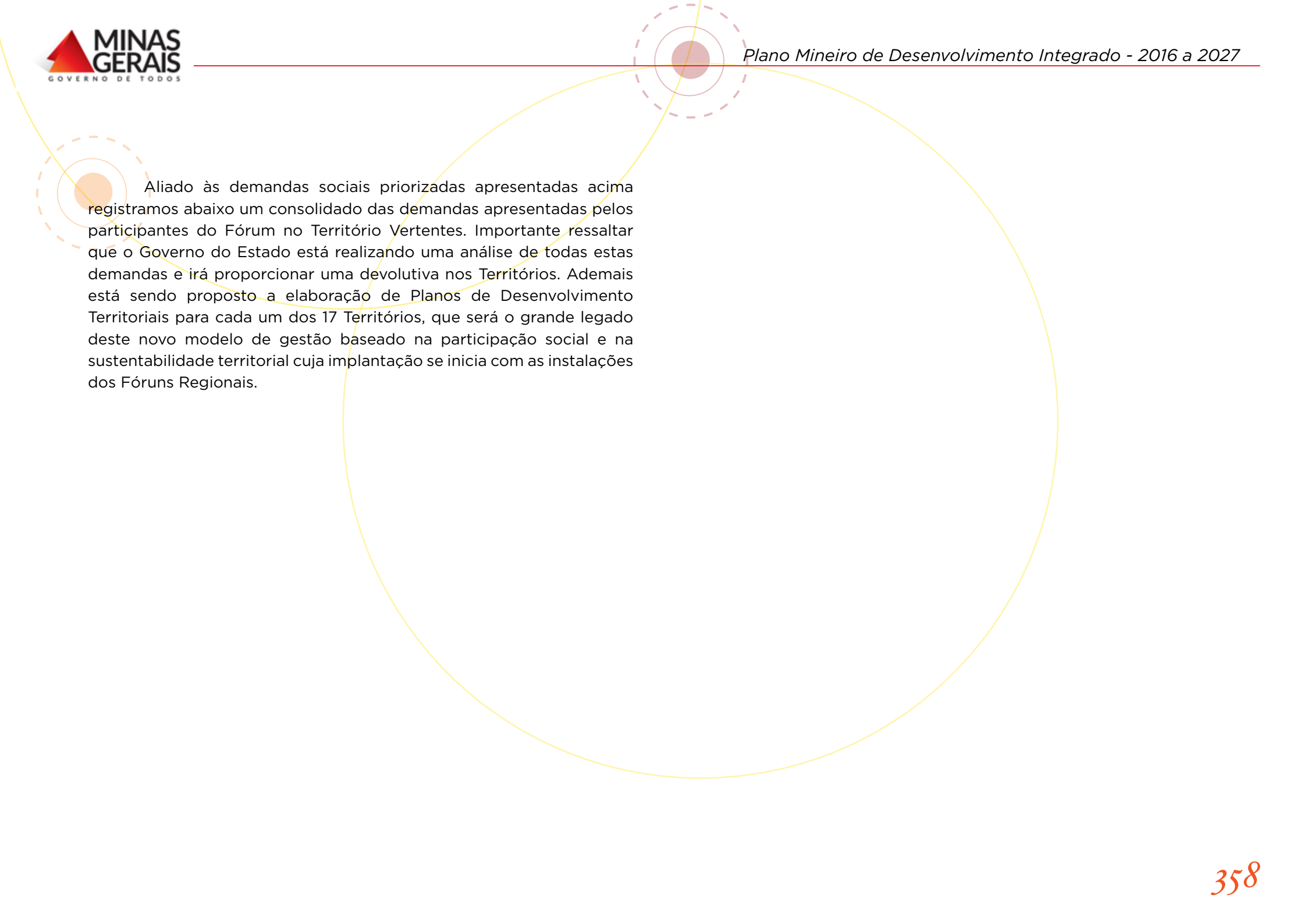
- Falta de local para acautelamento de adolescentes;
- Melhoria da infraestrutura do sistema prisional, inclusive assumindo as cadeias públicas sob a responsabilidade da PCMG;
- Aumento de efetivo e equipamento condizente;
- Implementação de Olho Vivo em Conselheiro Lafaiete, Barbacena e São João Del-Rei;
- Aumento do efetivo e equipamentos condizentes para o atendimento de todas as cidades da região;
 - Investimentos na infraestrutura da Polícia Civil priorizando a reforma e ampliação da Delegacia Regional de Conselheiro Lafaiete e construção da Delegacia Regional de São João Del-Rei e do PPI de Barbacena;
 - Aumento do efetivo para o atendimento de todas as cidades da região;
 - Aquisição de equipamentos e viaturas
 - Criação de uma política intersetorial de prevenção a suicídios;
 - Regionalizar a defesa civil nos municípios polos microrregional e incentivar os municípios a criar leis e estabelecer rotinas de fiscalização para impedir a construção em áreas de risco;

EIXO 5 - EDUCAÇÃO E CULTURA

- Valorizar escolas rurais: reorganizar escolas para que atendam alunos nas próprias comunidades rurais; Promover Escola de Família Agrícola (6º até 9º ano) a partir dos parâmetros da pedagogia da alternância.
 - Investir na melhoria da infraestrutura escolar. Reformas e aquisição de equipamentos (em quadras, refeitórios, salas de

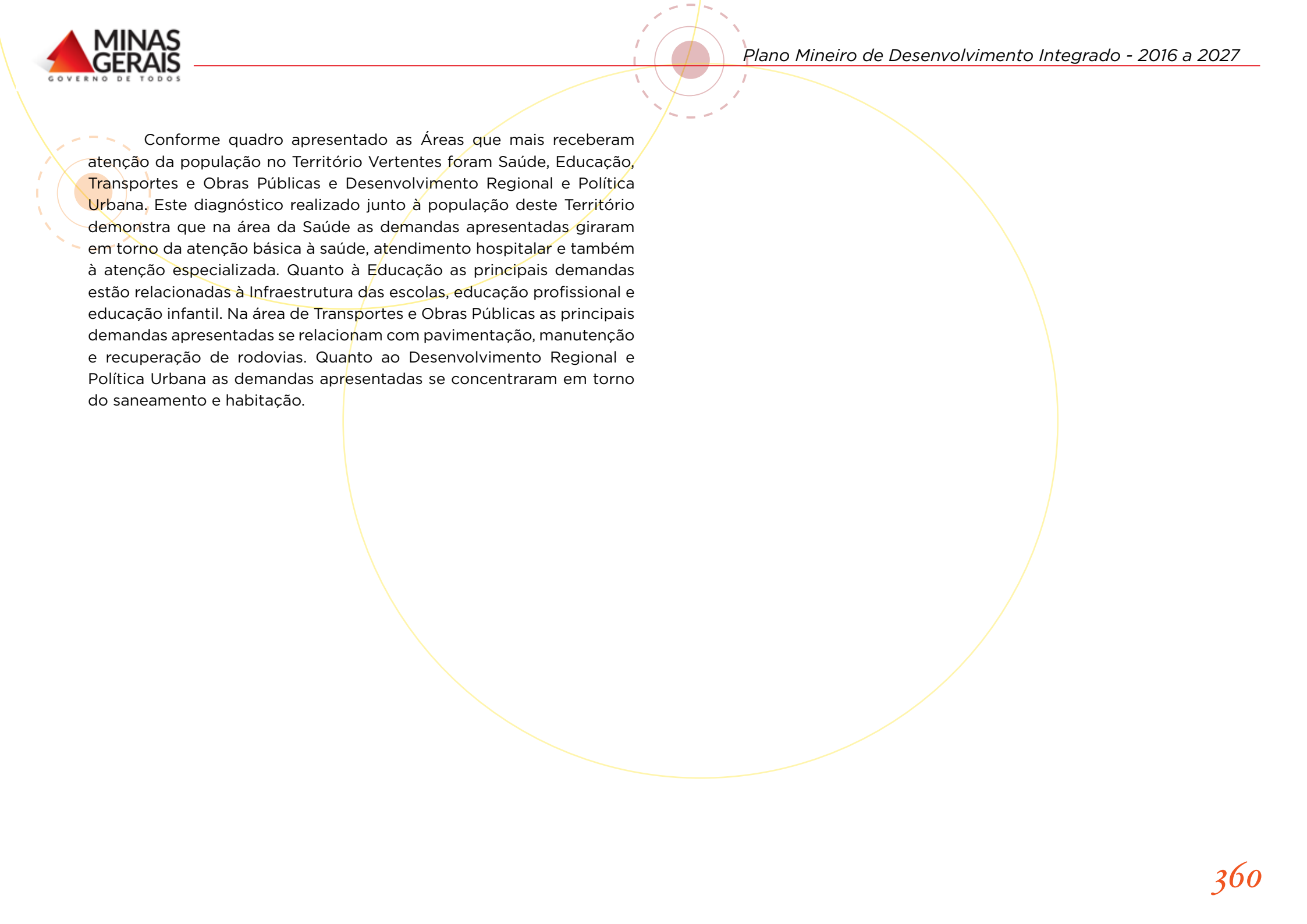
aula);

- Criação de Sede própria, e expansão do campus, e ampliação do número de cursos superiores ofertados pela UEMG para atender demanda da região.
- Rever a estrutura de progressão dos alunos, investindo em qualidade dos alunos na adequação idade-série;
- Redução do número de alunos por sala;
- Garantir profissionais multisetoriais na escola para atender demanda social (PL 3688/2000);
- Valorização dos Profissionais: oferecimento de capacitação continuada e melhoria salarial;
- Convivência Democrática nas Escolas: Manutenção das escolas de ensino especial por meio de instituições voltadas exclusivamente para este tipo de atendimento;
- Revitalização e reforma do patrimônio histórico-cultural: construção do teatro municipal, criação de um conservatório de música, escola de circo e artes circenses.
- Promover integração dos poderes públicos do território para implementar o Fundo Estadual de Cultura e o Conselho Estadual de Cultura, visando incluir projetos de cultura no plano pedagógico das Escolas, e fomentar pequenos grupos: desenvolvimento de plano estadual de cultura que contemple dentre outros:
 - Promover políticas públicas para apoio material e educacional, com vistas à estruturação e continuidade dos Grupos Tradicionais da Cultura Popular.
 - Contratação de profissionais da área musical.
 - Ampliar e disseminar o programa Bandas de Minas. Promover a digitalização de acervos antigos. Fomentar a formação profissional dos grupos.



Aliado às demandas sociais priorizadas apresentadas acima registramos abaixo um consolidado das demandas apresentadas pelos participantes do Fórum no Território Vertentes. Importante ressaltar que o Governo do Estado está realizando uma análise de todas estas demandas e irá proporcionar uma devolutiva nos Territórios. Ademais está sendo proposto a elaboração de Planos de Desenvolvimento Territoriais para cada um dos 17 Territórios, que será o grande legado deste novo modelo de gestão baseado na participação social e na sustentabilidade territorial cuja implantação se inicia com as instalações dos Fóruns Regionais.

Área	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Infraestrutura e Logística	Saúde e Proteção Social	Segurança Pública	Educação e Cultura	Total Geral
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	33	7	0	0	3	43
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	3	5	0	1	9	18
Cultura	3	6	1	0	37	47
Defesa Civil	0	0	0	1	0	1
Demais	15	41	10	0	1	67
Desenvolvimento Agrário	31	0	3	0	0	34
Desenvolvimento Econômico	22	22	1	0	0	45
Desenvolvimento Regional e Política Urbana	60	9	2	0	0	71
Desenvolvimento Social	21	1	21	0	0	43
Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania	0	0	9	0	1	10
Educação	5	2	13	0	108	128
Esportes	1	0	28	0	0	29
Finanças Públicas	9	0	0	0	0	9
Governo	0	6	1	0	0	7
Meio Ambiente	49	0	0	0	0	49
Planejamento e Gestão do Estado	0	7	2	0	0	9
Poder Judiciário	0	0	1	0	0	1
Saúde	0	2	172	0	0	174
Segurança Pública	1	3	9	52	1	66
Transportes e Obras Públicas	6	71	0	0	2	79
Turismo	18	0	0	0	0	18
Total	277	182	273	54	162	948



Conforme quadro apresentado as Áreas que mais receberam atenção da população no Território Vertentes foram Saúde, Educação, Transportes e Obras Públicas e Desenvolvimento Regional e Política Urbana. Este diagnóstico realizado junto à população deste Território demonstra que na área da Saúde as demandas apresentadas giraram em torno da atenção básica à saúde, atendimento hospitalar e também à atenção especializada. Quanto à Educação as principais demandas estão relacionadas à Infraestrutura das escolas, educação profissional e educação infantil. Na área de Transportes e Obras Públicas as principais demandas apresentadas se relacionam com pavimentação, manutenção e recuperação de rodovias. Quanto ao Desenvolvimento Regional e Política Urbana as demandas apresentadas se concentraram em torno do saneamento e habitação.